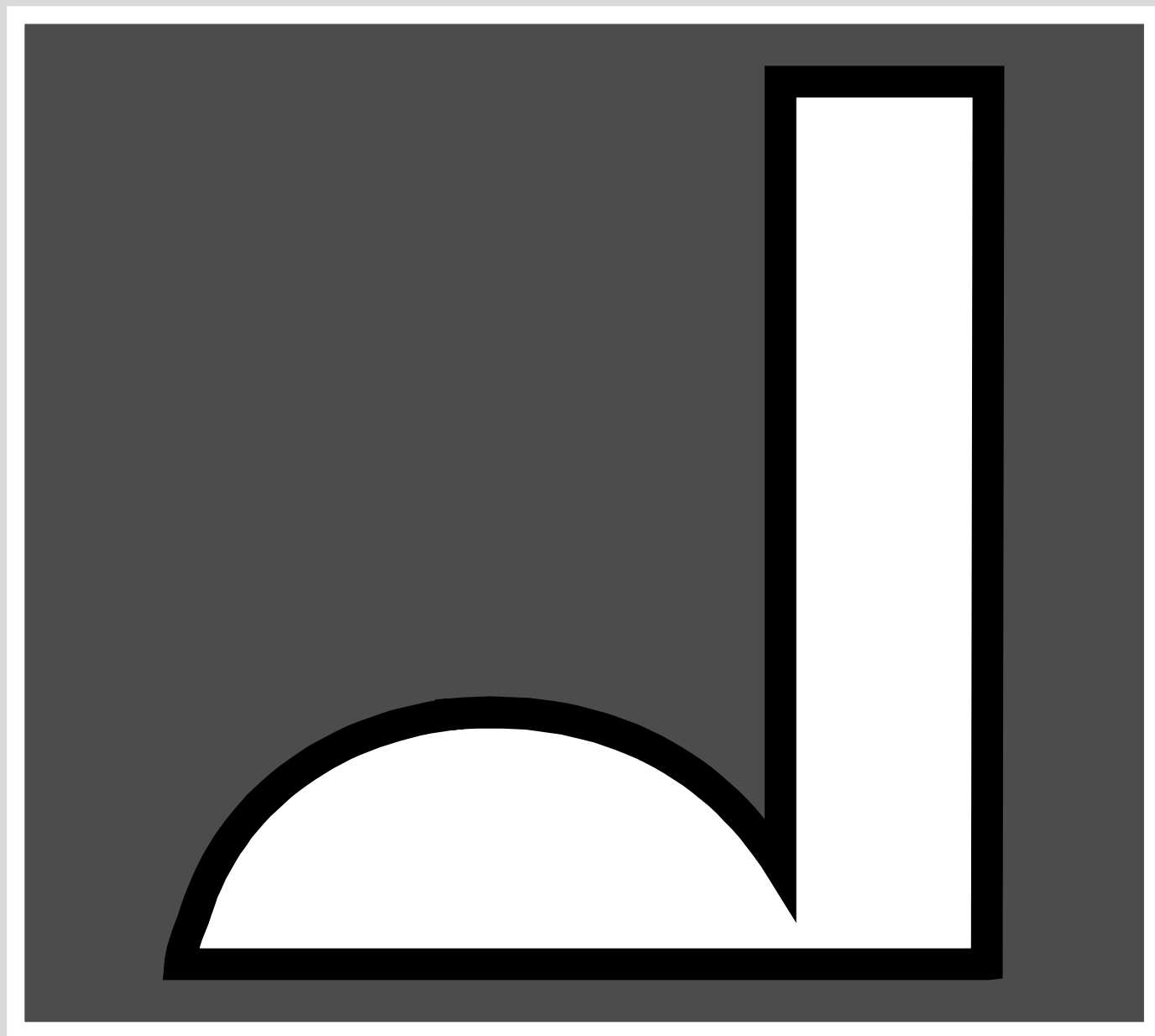




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 097 - TERÇA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 86ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE AGOSTO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 167, de 2001 (nº 695/2001, na origem), de 29 de junho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar (nº 195/2001-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001..... 15562

Nº 168, de 2001 (nº 701/2001, na origem), de 29 de junho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 7, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de quatro milhões, trezentos e quatro mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.245, de 29 de junho de 2001..... 15562

Nº 169, de 2001 (nº 705/2001, na origem), de 2 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2000 (nº 110/95, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 4º e dá nova redação ao § 3º do art. 8º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, sancionado e transformado na Lei nº 10.246, de 2 de julho de 2001. 15562

Nº 170, de 2001 (nº 728/2001, na origem), de 9 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2001 (nº 2.429/2000, na Casa de origem), que institui o Dia da Televisão, sancionado e transformado na Lei nº 10.255, de 9 de julho de 2001. 15562

Nº 171, de 2001 (nº 711/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 13, de 2001-CN, que abre ao

Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de cento e oitenta milhões de reais, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.247, de 4 de julho de 2001..... 15562

Nº 172, de 2001 (nº 712/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 14, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de seiscentos e oitenta e seis milhões, cento e quarenta mil e noventa e cinco reais, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.248, de 4 de julho de 2001..... 15562

Nº 173, de 2001 (nº 713/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 15, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de duzentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta reais, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.249, de 4 de julho de 2001. 15562

Nº 174, de 2001 (nº 714/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 16, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito especial no valor de duzentos e trinta e nove milhões e cinquenta mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.250, de 4 de julho de 2001..... 15562

Nº 175, de 2001 (nº 715/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 19, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de setecentos e setenta milhões de reais,

para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.251, de 4 de julho de 2001.. 15562

Nº 176, de 2001 (nº 716/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 20, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de cinquenta e nove milhões e quarenta e dois mil reais, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.252, de 4 de julho de 2001.. 15563

Nº 177, de 2001 (nº 717/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 23, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de setenta e um milhões, cento e trinta mil, cento e noventa e oito reais, em favor do Ministério da Fazenda, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.253, de 4 de julho de 2001.. 15563

Nº 178, de 2001 (nº 718/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 26, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor de vinte e um milhões, trezentos e oitenta e seis mil reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.254, de 4 de julho de 2001.. 15563

Nº 179, de 2001 (nº 727/2001, na origem), de 6 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2001-Complementar (nº 177/2001-Complementar, na Casa de origem), que dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos arts. 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001..... 15563

Nº 180, de 2001 (nº 731/2001, na origem), de 11 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2001 (nº 4.210/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 295 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, que trata de prisão especial, sancionado e transformado na Lei nº 10.258, de 11 de julho de 2001..... 15563

Nº 181, de 2001 (nº 735/2001, na origem), de 12 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2001 (nº 3.999/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, sancionado e transformado na Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001... 15563

Nº 182, de 2001 (nº 736/2001, na origem), de 12 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001..... 15563

Nº 183, de 2001 (nº 737/2001, na origem), de 12 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2001 (nº 3.639/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União, sancionado e transformado na Lei nº 10.261, de 12 de julho de 2001. 15563

Nº 184, de 2001 (nº 738/2001, na origem), de 12 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 11, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de cinquenta milhões de reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.262, de 12 de julho de 2001. 15563

Nº 185, de 2001 (nº 739/2001, na origem), de 12 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 11-A, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.263, de 12 de julho de 2001..... 15563

Nº 186, de 2001 (nº 742/2001, na origem), de 16 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 1999 (nº 2.556/2000, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Pedro Piva, que acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, sancionado e transformado na Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001..... 15563

Nº 187, de 2001 (nº 751/2001, na origem), de 19 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 16-B, de 2000-CN, que inclui programa e altera ações do Plano Plurianual para o período 2000/2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.265, de 19 de julho de 2001.... 15563

1.2.2 – Ofício do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Nº 45/2001, de 18 de julho último, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 270, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias. Ao Arquivo..... 15563

1.2.3 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 2.879/2001, de 27 de junho último, encaminhando cópia da Decisão nº 386, de 2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC nº 002.569/2001-9), em resposta ao Requerimento nº 42, de 2001, do Senador Renan Calheiros. Ao Arquivo..... 15564

1.2.4 – Pareceres

Nº 719, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispondo sobre a propaganda eleitoral para os cargos de Vice-Presidente, de Vice-Governador, Vice-Prefeito e Suplente de Senador e dá outras providências..... 15564

Nº 720, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera os arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente..... 15566

Nº 721, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para permitir que as penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente..... 15568

Nº 722, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000, de autoria do Senador Alvaro Dias, que dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado... 15570

Nº 723, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera o art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências..... 15573

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 407, de 2001, de autoria do Senador Bernardo Cabral e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Plínio Ramos Coelho, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Advogado, Jornalista e Professor, falecido no Estado do Amazonas, Aprovado, após usarem da palavra os Srs. Bernardo Cabral, Nabor Júnior, Jefferson Péres. À publicação..... 15577

1.2.6 – Offícios do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 50/2001, de 20 de junho último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispondo sobre a propaganda eleitoral para os cargos de Vice-Governador, Vice-Prefeito e Suplente de Senador e dá outras providências..... 15579

Nº 51/2001, de 20 de junho último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera os arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente..... 15580

Nº 52/2001, de 20 de junho último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000, de autoria do Senador Alvaro Dias, que dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado..... 15580

Nº 53/2001, de 20 de junho último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera o art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências..... 15580

Nº 54/2001, de 20 de junho último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para permitir que as penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente..... 15580

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 56, 135 e 306, de 1999, 91, de 2000, e 7, de 2001, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. 15580

Arquivamento definitivo, sem interposição de recurso em contrário, do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1996 (nº 565/95, na Casa de origem), que altera o art. 19 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951..... 15580

Recebimento do Ofício nº 1.975-4, de 2001, de 2 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando o Boletim das Finanças Estaduais e Municipais, relativo ao mês de maio de 2001, contendo a posição do endividamento dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e suas respectivas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais. Informa, ainda, que com vistas a atender aos objetivos de transparência e de

ampla divulgação, o referido Boletim é enviado, mensalmente, por e-mail, para os Senadores e disponibilizado, também, no site do Banco Central na internet (Anexado ao Ofício nº S/22, de 2001). À Comissão de Assuntos Econômicos.....

15580

Recebimento do Ofício nº 1.975-5, de 2001, na origem, de 2 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando a relação das operações de crédito de Estados, do Distrito Federal e de Municípios analisadas no mês de junho de 2001. Informa, ainda, que no âmbito daquela Instituição, foram indeferidas uma operação de crédito sujeita à Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, e uma concessão de garantia. Comunica, também, que foram autorizadas por essa Casa do Congresso Nacional duas operações de crédito (Anexado ao Ofício nº S/13, de 2001). À Comissão de Assuntos Econômicos.....

15581

Recebimento da Mensagem nº 188, de 2001 (nº 720/2001, na origem), de 4 de julho último, pela qual o Presidente da República encaminha relatório sobre a execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, relativo ao período de fevereiro a abril de 2001 (Anexado ao Diversos nº 34, de 1997). À Comissão de Assuntos Econômicos.....

15581

Recebimento do Ofício nº S/31, de 2001 (nº 1.975-1/2001, na origem), de 2 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado do Ceará para contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos, equivalentes a oitenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta reais, a preços de 29-6-2001, cujos recursos serão destinados ao financiamento da segunda fase do Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará. À Comissão de Assuntos Econômicos.....

15581

Recebimento do Ofício nº S/32, de 2001 (nº 1.975-2/2001, na origem), de 2 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado do Ceará para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de sete milhões de dólares dos Estados Unidos, equivalentes a treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais, à taxa de câmbio de 18-1-2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE. À Comissão de Assuntos Econômicos.....

15581

Recebimento do Ofício nº S/33, de 2001 (nº 1.975-3/2001, na origem), de 2 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado do Rio Grande do Norte para contratar operação de crédito junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, no valor de vinte e um milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, duzentos e dois marcos alemães e vinte e dois centésimos, equivalentes a dezenove milhões, oitocentos e oito mil, quinhentos e onze reais e quarenta e cinco centavos, a preços de 31-12-2000, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Esgotamento Sanitário da cidade de Natal. À Comissão de Assuntos Econômicos.....

15581

1.2.8 – Leitura de projeto

Nº 31, de 2001, de autoria do Senador Romero Jucá, que dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.....

15581

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários à decisão do Supremo Tribunal Federal referente à obrigatoriedade de reajuste para os servidores públicos federais.....

15590

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Apoio à previsão de recursos no orçamento para reajuste salarial do funcionalismo público federal.....

15592

SENADOR LÚDIO COELHO – Concordância com a proposta da oposição em convocar autoridades do Governo Federal para esclarecimentos sobre o novo acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI.....

15593

SENADORA MARINA SILVA – Registro de conferência no Acre destinada a debater os resultados da política de diversificação da economia extrativista.....

15594

SENADORA HELOÍSA HELENA – Anúncio de apresentação, amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, de requerimento para convocação de autoridades para debater o novo acordo com o FMI.....

15597

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Apoio ao requerimento da oposição para convocação de ministros ao Senado, para esclarecimentos sobre o acordo com o FMI.....

15600

SENADORA HELOÍSA HELENA, como Líder – Considerações ao pronunciamento do Senador Romero Jucá.....

15600

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Apelo à Câmara de Gestão da Crise de Energia no sentido de que o Estado do Tocantins não seja punido por não atingir a meta de reduzir 15% do seu consumo médio anual.....

15600

SENADOR LAURO CAMPOS – Crítica ao recesso parlamentar, comentando a proposta do chamado “pacote ético”. Análise da crise argentina e suas conexões com a economia brasileira.... 15601

SENADOR ROMERO JUCÁ – Cumprimentos ao Ministro José Serra pela proposta de reestruturação da carreira de sanitarista do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde. Felicitações à empresa Boa Vista Energia – BOVESA, de Roraima, contemplada com o “Prêmio Excelência pelo Empreendimento” da Abrave. 15604

SENADOR LAURO CAMPOS – Indagações sobre a legitimidade da licença do Senador Jader Barbalho em relação à Presidência da Casa..... 15626

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Esclarecimentos ao Senador Lauro Campos. . 15626

1.2.10 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Regozijo pela política governamental desenvolvimentista implantada no Estado do Tocantins..... 15626

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 15627

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nº 1, apresentada à Medida Provisória nº 2.202-1, de 2001..... 15628

Nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 17, de 2001-CN. 15629

Nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 18, de 2001-CN. 15629

3 – ATAS DE COMISSÃO

1ª a 7ª Reuniões da Comissão Mista Especial criada pelo Requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento, realizadas em 5, 7, 12, 19 e 20 de junho de 2001..... 15630

4 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 212, de 2001. 15847

5 – ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Nº 10, de 2001. 15847

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.444 a 1.463, de 2001. 15849

7 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 86ª Sessão não Deliberativa em 6 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti

{(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

– Nº 167, de 2001 (nº 695/2001, na origem), de 29 de junho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar (nº 195/2001-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

– Nº 168, de 2001 (nº 701/2001, na origem), de 29 de junho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 7, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de quatro milhões, trezentos e quatro mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.245, de 29 de junho de 2001.

– Nº 169, de 2001 (nº 705/2001, na origem), de 2 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2000 (nº 110/95, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 4º e dá nova redação ao § 3º do art. 8º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, sancionado e transformado na Lei nº 10.246, de 2 de julho de 2001.

– Nº 170, de 2001 (nº 728/2001, na origem), de 9 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2001 (nº 2.429/2000, na Casa de origem), que institui o Dia da Televisão, sancionado e transformado na Lei nº 10.255, de 9 de julho de 2001.

– Nº 171, de 2001 (nº 711/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 13, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de cento e oitenta milhões de reais, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.247, de 4 de julho de 2001.

– Nº 172, de 2001 (nº 712/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 14, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de seiscentos e oitenta e seis milhões, cento e quarenta mil e noventa e cinco reais, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.248, de 4 de julho de 2001.

– Nº 173, de 2001 (nº 713/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 15, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de duzentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta reais, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.249, de 4 de julho de 2001.

– Nº 174, de 2001 (nº 714/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 16, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito especial no valor de duzentos e trinta e nove milhões e cinqüenta mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.250, de 4 de julho de 2001.

– Nº 175, de 2001 (nº 715/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 19, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional,

crédito especial no valor de setecentos e setenta milhões de reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.251, de 4 de julho de 2001.

– Nº 176, de 2001 (nº 716/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 20, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de cinquenta e nove milhões e quarenta e dois mil reais, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.252, de 4 de julho de 2001.

– Nº 177, de 2001 (nº 717/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 23, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de setenta e um milhões, cento e trinta mil, cento e noventa e oito reais, em favor do Ministério da Fazenda, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.253, de 4 de julho de 2001.

– Nº 178, de 2001 (nº 718/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 26, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor de vinte e um milhões, trezentos e oitenta e seis mil reais, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.254, de 4 de julho de 2001.

– Nº 179, de 2001 (nº 727/2001, na origem), de 6 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2001-Complementar (nº 177/2001-Complementar, na Casa de origem), que dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001.

– Nº 180, de 2001 (nº 731/2001, na origem), de 11 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2001 (nº 4.210/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 295 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, que trata de prisão especial, sancionado e transformado na Lei nº 10.258, de 11 de julho de 2001.

– Nº 181, de 2001 (nº 735/2001, na origem), de 12 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2001 (nº 3.999/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, sancionado e transformado na Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.

– Nº 182, de 2001 (nº 736/2001, na origem), de 12 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

– Nº 183, de 2001 (nº 737/2001, na origem), de 12 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2001 (nº 3.639/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União, sancionado e transformado na Lei nº 10.261, de 12 de julho de 2001.

– Nº 184, de 2001 (nº 738/2001, na origem), de 12 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 11, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de cinquenta milhões de reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.262, de 12 de julho de 2001.

– Nº 185, de 2001 (nº 739/2001, na origem), de 12 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 11-A, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.263, de 12 de julho de 2001.

– Nº 186, de 2001 (nº 742/2001, na origem), de 16 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 1999 (nº 2.556/2000, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Pedro Piva, que acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, sancionado e transformado na Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001.

– Nº 187, de 2001 (nº 751/2001, na origem), de 19 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 16-B, de 2000-CN, que inclui programa e altera ações do Plano Plurianual para o período 2000/2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.265, de 19 de julho de 2001.

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Nº 45/2001, de 18 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 270, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

AVISO

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

— Nº 2.879/2001, de 27 de junho último, encaminhando cópia da Decisão nº 386, de 2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC 002.569/2001-9), em resposta ao Requerimento nº 42, de 2001, do Senador Renan Calheiros.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

PARECERES

PARECER Nº 719, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que "acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispondo sobre a propaganda eleitoral para os cargos de Vice-Presidente, Vice-Governador, Vice-Prefeito e Suplente de Senador e dá outras providências".

Relator: Senador José Fogaça

Sob exame o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1999, de autoria do nobre Senador Lúcio Alcântara, que tem por objetivo acrescentar dispositivo à Lei 9.504 de 1997, com vistas a exigir que a propaganda eleitoral para os cargos de Chefes de Executivo e de Senador faça também referência aos candidatos a Vice-Presidente, Vice-Governador, Vice-Prefeito e aos suplentes de Senador.

Estabelece, ainda, sanção, sob a forma de pena de multa (mil a dez mil UFIR), pela inobservância da referida exigência.

Na sua justificação, o ilustre autor da proposta ressalta a necessidade de se preencher lacuna existente na legislação eleitoral, prejudicial ao pleno exercício do direito de voto, pois, no mais das vezes, fica o eleitor sem saber os nomes dos candidatos a Vice e a suplentes, que, em grande parte, não são citados nas campanhas. Ocorre frequentemente que, em razão da vacância dos cargos, alguns vices de chefes de Executivo ou suplentes de Senador assumem a condição de titulares sem que os eleitores não saibam

sequer de quem se tratam. Daí a importância de se criar exigência legal para que seus nomes sejam mencionados por ocasião da campanha eleitoral.

Voto

O projeto não apresenta óbices sob o prisma jurídico e constitucional. Antes, vem ao encontro do propósito visado pelo legislador constituinte ao implantar, no Brasil, o voto direto, símbolo máximo da democracia, que deve se traduzir na expressão da vontade popular de forma consciente e responsável. Para tal, é imprescindível que nossa legislação eleitoral seja dotada de mecanismos que possibilitem esse exercício da consciência cidadã. Portanto, concordamos plenamente com o intento visado pela iniciativa sob comento, que aperfeiçoa o processo eleitoral na medida em que, ao obrigar sejam mencionados os nomes dos vices e dos suplentes durante a campanha eleitoral, torna possível ao eleitor conhecer perfeitamente o perfil de todos os postulantes aos cargos.

O aprimoramento da nossa legislação referente ao processo político requer sejam tomadas medidas que busquem propiciar maior desenvolvimento da educação e informação política. Entendemos que a proposição contribui para esse mister, por aperfeiçoar a qualidade do voto, garantindo, assim, uma eleição mais saudável e levando a que os candidatos a vices e a suplentes se interessem por apresentar propostas coerentes e honestas, com empenho em promover uma campanha comprometida com princípios éticos baseados na justiça social.

Outrossim, a obrigatoriedade de fazer constar os nomes citados poderá levar os postulantes aos cargos a escolher seus vices ou suplentes imbuídos de maior responsabilidade e seriedade, já que tal escolha passará a ter grande peso na opção dos eleitores por ocasião do sufrágio.

O dispositivo que se pretende inserir no projeto em análise, assim, terá, se aprovado, o condão de evitar que os vices ou suplentes venham a possuir uma credibilidade fictícia, por terem recebido votos apenas em função dos titulares, já que os eleitores muitas vezes não sabem quem são eles ou o que realmente pretendem, por não terem tido seus nomes divulgados na ocasião da campanha. Somos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1999.

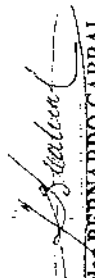
Sala das Comissões, 20 de junho de 2001. —
Bernardo Cabral, Presidente — José Fogaça, Relator — Lúcio Alcântara, Autor — Fracelino Pereira — Álvaro Dias — Maria do Carmo Alves — Bello Parga — João Alberto — Antonio Carlos Júni or — Iris Re zen de — Gerson Camata — Sebastião Rocha — Maguito Vilela.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERSON CAMATA					1 MARLUCE PINTO				
MAGUITO VILELA					2-CASILDO MALDANER				
IRIS REZENDE					3- WELLINGTON ROBERTO				
JOSÉ FOGAÇA					4- JOÃO ALBERTO				
PEDRO SIMON					5- CARLOS BEZERRA				
RAMÉZ TEBET					6- AMIR LANDO				
ROBERTO REQUIÃO					7- JOSE ALENCAR				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1- JORGE BORNHAUSEN				
ANTONIO CARLOS JUNIOR					2- MOREIRA MENDES				
FRANCELINO PEREIRA					3- WALDECK ORNELAS				
BELLO PARGA					4- ROMEU TUMA				
MARIA DO CARMO ALVES					5- HUGO NAPOLEAO				
JOSÉ AGRIPINO					6- CARLOS PATROCÍNIO				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS					1- SERGIO MACHADO				
NILÓ TEIXEIRA CAMPOS					2- PEDRO PIVA				
OSMAR DIAS					3- JOSÉ ROBERTO ARRUDA				
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)					4- RICARDO SANTOS				
ROMERO JUCA					5- LUCIO ALCANTARA				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES (PDT)					1- EDUARDO SUPLICY (PT)				
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)					2- MARINA SILVA (PT)				
ROBERTO FREIRE (PPS)					3- HELOISA HELENA (PT)				
SEBASTIAO ROCHA (PDT)					4- PAULO HARTUNG (PPS)				
TITULAR - PSB					SUPLENTE - PSB				
ADEMIR ANDRADE					1- VAGO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1

Sala das Reuniões, em 20/6/2001


Senador BERNARDO CABRAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

U/CJ/Reunião/Quadro: Votação Nominal. Doc. Atualizado em 12.06.2001

(*) DEIXOU O EXERCÍCIO DO MANDATO

PARECER Nº 720, DE 2001
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera os arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves

I – Relatório

Vem a exame a proposição supra identificada, de autoria parlamentar neste Senado Federal, pela qual se pretende a alteração de dois tipos penais constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A primeira alteração, feita sobre o tipo do art. 240, amplia a conduta típica da atual “produzir ou dirigir representação teatral, televisiva, ou película cinematográfica, para produzir ou dirigir representação teatral, televisiva, cinematográfica, atividade fotográfica ou de qualquer outro meio visual, utilizando-se de adolescentes em cena de sexo explícito ou simulado”. A parte final também ficou alterada, já que a redação original prevê, como qualificadora do tipo, cena de sexo explícito ou pornográfica.

Também, ainda nesse dispositivo, é especialmente agravada a pena se o crime é cometido utilizando-se de criança, o que representa inovação sobre a redação original.

A segunda alteração incide sobre o art. 241, em que a mudança do tipo é mais contundente. Absorvida em parte pela alteração perpetrada no art. 240, a descrição penal passa de “fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente” para apresentar, vender, fornecer divulgar, em qualquer meio de comunicação, cena de sexo explícito ou simulado envolvendo adolescente”. Aqui também há agravante específica para o uso de criança.

A proposição foi apresentada a esta Casa em 16 de março de 1999 e, em 21 de maio deste ano, distribuída a esta relatora.

Não há emendas a apreciar.

É o relatório.

II – Parecer

Amatéria penal é de competência legislativa privativa da União, na dicção do art. 22, I, da Constituição Federal.

A mesma Constituição Federal, no art. 227, § 4º, determina que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente, além de, no caput desse dispositivo, determinar à sociedade e ao Estado que assegure, com absoluta prioridade, o direito à dignidade e ao respeito da criança e do adolescente, de forma a colocá-los a salvo de toda forma de, exploração e violência.

Por fim, a Carta da República, ao regular a comunicação social, impõe que a lei federal estabeleça meios legais para coibir a nocividade à saúde, inclusive moral, das pessoas e da família (CF, art. 220, § 3º II, in fine) e, no art. 221, IV, manda que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atendam aos princípios do respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Tudo demonstra a absoluta constitucionalidade, formal e material, do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999, que ora temos sob análise.

A técnica legislativa, inclusive a técnica legislativa penal, é satisfatória e não exige reparos.

Por conta disso, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999, nesta Comissão.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2001. –
Bernardo Cabral, Presidente – Maria do Carmo Alves, Relatora – Lúcio Alcântara – João Alberto – Francelino Pereira – Antonio Carlos Júnior – Gerson Camata – Paulo Hartung – Bello Parga – José Agripino – Álvaro Dias – Romeu Tuma – José Fogaça.

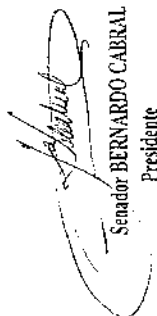
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

P.L.S. Nº 135, DE 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIBSON CAMATA	/				1- MARLUCE PINO				
MAGUITO VILELA					2- CASILDO MALDANER				
IRIS REZENDE					3- WELLINGTON ROBERTO				
JOSE FOGAÇA	/				4- JOAO ALBERTO	/			
PEDRO SIMON					5- CARLOS BEZERRA				
RAMIZ TEBET					6- AMIR LANDO				
ROBERTO REQUIAO					7- JOSE ALENCAR				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1- JORGE BORNHAUSEN				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	/				2- MOREIRA MENDES				
FRANCILINO PEREIRA	/				3- WALDECK ORNELAS				
BELLO PARGA	/				4- RONEU TUMA	/			
MARIA DO CARMO ALVES	/				5- HUGO NAPOLEAO				
JOSE AGRIPINO	/				6- CARLOS PATROCINIO				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS	/				1- SERGIO MACIADO				
NILIO TEIXEIRA CAMPOS					2- PEDRO PIVA				
OSMAR DIAS					3- JOSE ROBERTO ABRILDA				
LEONAR QUINTANILHA (PFB)					4- RICARDO SANTOS				
ROMERO LUCIA					5- LECIO ALCANTARA	/			
TITULARES - BLOCOS OPOSICAO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCOS OPOSICAO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(PT/PSB)					(PT/PSB)				
JEFFERSON PERES (PT)					1- EDUARDO SUPLEY (PT)				
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)					2- MARINA SILVA (PT)				
ROBERTO FREIRE (PPS)					3- HELOISA HELENA (PT)				
SEBASTIAO ROCHA (PDT)					4- PAULO HARTUNG (PPS)	/			
TITULAR - PSB					SUPLENTE - PSB				
ADEMIR ANABRADE					1- VAGO				

TOTAL: 12 SIM: 12 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0

Sala das Reuniões, em 20/6/2001


Senador BERNARDO CABRAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSTA NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIDERANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (Art. 132, § 5º, RISF)

L.C.C./Recibo-Quadro Votação Nominal Doc/Antalizado em (12.06.2001)

(*) DEIXOU O EXERCÍCIO DO MANDATO

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I—direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 3º – Compete à lei federal:

II – estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão

que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 4º – A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 240. Produzir ou dirigir representação teatral, televisiva ou película cinematográfica, utilizando-se de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica:

Pena – reclusão de um a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, nas condições referidas neste artigo, contracenar com criança ou adolescente.

Art. 241. Fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão de um a quatro anos.

PARECER Nº 721, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara que "altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para permitir que as

penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente".

Relator: Senador Bernardo Cabral

Relator ad hoc: Senador José Eduardo Dutra

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame e decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara. A proposta altera o art. 44 do Código Penal, para permitir que penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente e não mais apenas em substituição às penas tradicionais.

Em sua justificação, o ilustre autor lembra a falência das penas prisionais tradicionais e sua inadequação ao objetivo maior de ressocialização dos condenados.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – Preliminares

Conforme o Regimento Interno do Senado Federal (art. 101, I), cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe são submetidas.

Quanto à constitucionalidade, note-se que a proposição dispõe sobre Direito Penal, que é matéria de competência privativa da União (Constituição Federal, art. 22, I). Por outro lado, inexistente vício de iniciativa.

A proposição encontra-se de acordo com os princípios gerais do Direito e com a organização das normas jurídicas nacionais, atendendo ao critério de juridicidade.

Ficam, assim, atendidos os requisitos preliminares merecedores da atenção desta Comissão.

III – Mérito

Sob a égide do moderno Estado de Direito, já não se admite a antiga visão da pena como uma expressão da vingança do Estado ou da sociedade. A pena é o mecanismo utilizado pelo Estado para lograr a pacificação social, ao mesmo tempo que busca a ressocialização do criminoso.

Nesse sentido, as penas restritivas de direito, previstas no Código Penal desde a reforma de sua Parte Geral em 1984, são absolutamente instrumentais, já que os condenados a essas penas escapam às armadilhas que são as prisões e presídios, verdadeiras universidades do crime. Infelizmente, embora

o art. 44 do Código Penal declare que essas penas são autônomas, restringe seu uso aos casos que enumera, sempre em substituição a uma pena prisional.

O projeto em exame vem precisamente afastar essa restrição, permitindo que as penas restritivas de direito sejam aplicadas independentemente das penas prisionais. Dessa maneira, o juiz passa a dispor de mais flexibilidade na aplicação da lei penal no caso concreto, adequando a pena às condições peculiares de cada condenado. A iniciativa é, portanto, meritória.

Tendo em vista essas considerações, o voto é pela aprovação do PLS nº 306 de 1999.

Sala das reuniões, 20 de junho de 2001. – Bernardo Cabral, Presidente – José Eduardo Dutra, Relator (ad hoc) – Lúcio Alcântara (Autor) – Osmar Dias – Jefferson Pêres – Sebastião Rocha – Gerson Camata – Maria do Carmo Alves – Eduardo Suplicy – Paulo Hartung (sem voto) – José Agripino – Nilo Teixeira Campos – Bello Parga – Antonio Carlos Júnior.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 306, DE 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERSON CAMATA	/				1- MARLUCÉ PINTO				
MARCITO VIEIRA					2- CASILDO MALDANER				
IRIS REZENDE					3- WELLINGTON ROBERTO				
JOSÉ FOGAÇA					4- JOÃO ALBERTO				
PEDRO SIMON					5- CARLOS BEZERRA				
FRANKEZ TEBET					6- AMIR LÂNDIO				
ROBERTO REQUIÃO					7- JOSÉ ALENCAR				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1- ORGGE BORNHAUSEN				
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	/				2- MOREIRA MENDES				
FRANCELINO PEREIRA					3- WALDECK ORNELAS				
BELLO PARGA	/				4- ROMEL TUMA				
MARIA DO CARMO ALVES	/				5- HUGO NAPOLEÃO				
JOSÉ AGRIPIÑO	/				6- CARLOS PATROCÍNIO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS					1- SERGIO MACHADO				
NÍLO TENEIRA CAMPOS	/				2- PEDRO PIVA				
OSMAR DIAS	/				3- JOSÉ ROBERTO ARRUDA				
LEONAR QUINTANILHA (PPB)					4- RICARDO SANTOS				
ROMERO LUCA					5- LÚCIO ALCÂNTARA			/	
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PTT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PTT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES (PDT)	/				1- EDUARDO SUPICÝ (PT)	/			
JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)	/				2- MARINA SILVA (PT)				
ROBERTO FREIRE (PPS)					3- HELOISA HELENA (PT)				
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	/				4- PAULO HARTUNG (PPS)				
TITULAR - PSB					SUPLENTE - PSB				
ADENIR ANDRADE					1- VAGO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1

Sala das Reun. em 20/6/2001

Senador BERNARDO CABRAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RECF)

L: CCI/Reunião/Quadro Votação Nominal. Doc/Atualizado em 12/06/2011

(*) DEIXOU O EXERCÍCIO DO MANDATO

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESACONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I—direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
.....

PARECER Nº 722, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000, de autoria do Senador Álvaro Dias, que dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado.

Relator: Senador José Eduardo Dutra

I – Relatório

Chega a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000, que visa a tornar obrigatória a divulgação, em Diário Oficial, do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado. De acordo com a proposição, a publicação deve ser efetuada no prazo de quinze dias, a contar da data da leitura oficial do relatório.

Ao justificar sua proposta, o autor considera que a maior publicidade das informações se refletirá positivamente na redução dos acidentes e no grau de confiança que os usuários depositam nos transportes aéreos.

O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

A iniciativa do Senador Álvaro Dias demonstra sua preocupação com a segurança dos nossos serviços de transporte aéreo e, sobretudo, sua convicção na transparência dos procedimentos como forma de assegurar o rigor das investigações.

A par de concordar com a opinião do nobre Senador, acreditamos que a publicidade das informações sobre as causas dos acidentes pode ter repercussão favorável, também, sobre a tranquilidade da população, na medida em que lhe oferece a perspectiva de que providências efetivas serão adotadas em curto prazo.

Nesse sentido, apoiamos a sua proposta de tornar obrigatória a divulgação, no Diário Oficial, das informações contidas nos relatórios das caixas-pretas dos aviões civis acidentados, desde que haja o encerramento das investigações oficiais.

Observamos, contudo, que, no caso das operações militares, pode haver necessidade de manutenção do sigilo sobre tais dados, por motivo de segurança nacional. Por essa razão, consideramos que a divulgação dos relatórios deve se restringir à aviação civil.

III – Voto

Em vista dos argumentos expostos, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000, com a emenda que apresentamos.

EMENDA Nº 1(CCJ)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000, a seguinte redação:

"Art. 1º As conclusões do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de aeronave civil acidentada deve ser publicado no Diário Oficial no prazo de quinze dias, após o encerramento da investigação oficial.

Sala da Comissão, 8 de março de 2001.

Bernardo Cabral, Presidente – José Eduardo Dutra, Relator – Marina Silva – Eduardo Suplicy – José Agripino – Nilo Teixeira Campos – Bello Parga – Antonio Carlos Júnior – Francelino Pereira – Gerson Camata – Maria do Carmo Alves – Lúcio Alcântara – Sebastião Rocha – Jefferson Péres (abstenção) – Romero Jucá – Álvaro Dias (autor).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 91, DE 2000

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERSON CAMATA					1- MARLUCE PINTO				
MAGUITO VILELA					2- CASILDO MALDANER				
IRIS REZENDE					3- WELLINGTON ROBERTO				
JOSE FOGAÇA					4- JOAO ALBERTO				
PEDRO SIMON					5- CARLOS BEZERRA				
RAHEZ TEBET					6- AMIR LANDO				
ROBERTO REQUIAO					7- JOSE ALENCAR				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1- JORGE BORNHAUSEN				
ANTONIO CARLOS JUNIOR					2- MOREIRA MENDES				
FRANCELINO PEREIRA					3- WALDECK ORNELAS				
BELLO PARGA					4- ROMEU TUNA				
MARIA DO CARMO ALVES					5- HUGO NAPOLEAO				
JOSE AGRIPINO					6- CARLOS PATROCINIO				
TITULARES - PSD/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS					1- SERGIO MACHADO				
NILIO TEIXEIRA CAMPOS					2- PEDRO PIVA				
OSMAR DIAS					3- JOSE ROBERTO ARRUDA				
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)					4- RICARDO SANTOS				
ROMERO JUCA					5- LUCIO ALCANTARA				
TITULARES - BLOCO OPOSICAO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSICAO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES (PDT)					1- EDUARDO SUPLEY (PT)				
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)					2- MARINA SILVA (PT)				
ROBERTO FREIRE (PPS)					3- HELOISA HELENA (PT)				
SEBASTIAO ROCHA (PDT)					4- PAULO HARTUNG (PPS)				
TITULAR - PSB					SUPLENTE - PSB				
ADEMIR ANDRADE					1- VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 13 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1

Sala das Reuniões, em 20/6/2001

Senador BERNARDO CABRAL
Presidente

OR: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

U/ICC/Reunião/Quadro Votação Nominal. Doc (Atualizado em 12.06.2001)

(*) DEIXOU O EXERCÍCIO DO MANDATO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

Emenda n.º 1.CCJ ao PLS N.º 91, DE 2000

TITULARES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERSON CAMATA	/				1- MARLUCE PINTO				
MAGUITO VILELA					2- CASILDO MALDANER				
IRIS REZENDE					3- WELLINGTON ROBERTO				
JOSE FOGAÇA					4- JOAO ALBERTO				
PEDRO SIMON					5- CARLOS BEZERRA				
RAMEZ TEBET					6- AMIR LANDO				
ROBERTO REQUIAO					7- JOSE ALENCAR				
TITULARES - PFL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1- JORGE BORNHAUSEN				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	/				2- MOREIRA MENDES				
FRANCELINO PEREIRA	/				3- WALDECK ORNELAS				
BELLO PARGA	/				4- ROMEU TUMA				
MARIA DO CARMO ALVES	/				5- HUGO NAPOLEAO				
JOSE AGRIPINO	/				6- CARLOS PATROCINIO				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS			/		1- SERGIO MACHADO				
NILIO TEIXEIRA CAMPOS	/				2- PEDRO PIVA				
OSMAR DIAS					3- JOSE ROBERTO ARRUDA				
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)					4- RICARDO SANTOS				
ROMERO IUCA	/				5- LUCIO ALCANTARA	/			
TITULARES - BLOCO OPOSICAO (PT/PDT)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSICAO (PT/PDT)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES (PDT)					1- EDUARDO SUPRICY (PT)	/			
JOSE EDUARDO DIUTRA (PT)	/				2- MARINA SILVA (PT)	/			
ROBERTO FREIRE (PPS)					3- HELOISA HELENA (PT)				
SEBASTIAO ROCHA (PDT)	/				4- PAULO HARTUNG (PPS)				
TITULAR - PSB					SUPLENTE - PSB				
ADEMIR ANDRADE					1 - VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 13 NAO: 0 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1

Sala das Reuniões, em 20/6/2001

[Assinatura]
Senador BERNARDO CABRAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RJSF)

U./CCJ/Reunião/Quadro Votação Nominal. Doc(Atualizado em 12.06.2001)

(*) DEIXOU O EXERCÍCIO DO MANDATO

TEXTO FINAL

Do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000
Na Comissão de Constituição
Justiça e Cidadania que:

Dispõe sobre a divulgação em Diário
Oficial do relatório do registrador de dados
de voo (caixa-preta) de avião acidentado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As conclusões do relatório do registrador
de dados de voo (caixa-preta) de aeronave civil aci-
dentada deve ser publicado no Diário Oficial no prazo
de quinze dias, após o encerramento da investigação
oficial. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua pu-
blicação.

Sala da Comissão, 20 de Junho de 2001. – Ber-
nardo Cabral, Presidente.

PARECER Nº 723, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça
e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Se-
nado nº 7, de 2001, de autoria da Senadora
Maria do Carmo Alves, que altera o art. 69
da Lei nº 9.099, de 1995, que “dispõe sobre
os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e
dá outras providências”.

Relator: Senador Iris Rezende

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 7, de
2001, que pretende que o disposto na parte final do
parágrafo do art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995, não se
aplique no caso de indícios de crime contra a mulher,
cometido por seu próprio marido ou ex-marido, com-
panheiro ou ex-companheiro, ou namorado ou ex-na-
morado.

No prazo regimental, não foram oferecidas
emendas ao Projeto.

É o relatório.

II – Análise

A violência contra as mu l he res, que re fle te re la-
ções de poder historicamente desiguais e assimétri-
cas entre homens e mulheres, constitui grave viola-
ção aos direitos humanos e limita o exercício dos de-
mais direitos fundamentais de que são titulares as
mulheres.

De acordo com dados do Banco Interamericano
de Desenvolvimento, uma em cada cinco mulheres
que faltam ao serviço o faz por ter sofrido agressões
físicas (in Os direitos humanos e as mulheres, Flávia
Proveso, 1998).

Pesquisa realizada pela Human Rights Watch
referente à Violência con tra a Mu lher no Bra sil, mos-
tra que, de cada 100 mulheres assassinadas, 70 o
são no âmbito de suas relações domésticas.

Sessenta e seis por cento dos acusados em ho-
micídios contra mulheres são seus parceiros (dados
do Movimento Nacional de Direitos Humanos).

Dados da ONU de mons tram que a vi o lên cia do
méstica é a principal causa de lesões em mulheres
entre 15 e 44 anos, no mundo.

Dispõe o caput do art. 69 da Lei nº 9.099, de
1995, que “a autoridade policial que tomar conheci-
mento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e
o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o au-
tor do fato e a vítima, providenciando-se as requisi-
ções dos exames periciais necessários.”

O seu parágrafo único determina que “ao autor
do fato que, após a lavratura do termo, for imediata-
mente encaminhado ao Juizado ou assumir o com-
promisso de a ele comparecer, não se imporá prisão
em flagrante, nem se exigirá fiança”.

A parte final a que se refere o presente Projeto
de Lei é a que determina “não se imporá prisão em
flagrante, nem se exigir fiança.”

Assim, de acordo com a proposição, tal parte final não se poderá aplicar se tratar-se de indícios de crime contra mulher, cometido por seu próprio marido ou ex-marido, companheiro ou ex-companheiro, ou namorado ou ex-namorado.

De acordo com dados divulgados pela mídia, os Juizados Especiais Criminais têm-se mostrado ineficientes para proteger as mulheres contra agressões praticadas pelos seus próprios ou ex-companheiros, maridos ou namorados. Aproveitando-se da privacidade do ambiente doméstico ou da facilidade de acesso a esse meio, esses indivíduos têm praticado crimes contra a vida da sua própria mulher ou ex-mulher.

Este Projeto serve para romper a invisibilidade que acoberta essa grave violência de que são vítimas tantas mulheres, reafirmando os direitos humanos como inalienáveis e indivisíveis.

É preciso observar que o processo visa à consecução de uma ordem jurídica justa, livre de formalismo, mas dotada de elevado grau de fidelidade aos princípios constitucionais de prevalência dos direitos humanos, cidadania e dignidade da pessoa humana.

As decisões policiais e judiciais tomadas, tendo em vista a violência doméstica, não têm sortido efeito prático de defesa da comunidade familiar, diante do direito positivo interno e internacional.

A Constituição Federal proclama que a família é a base da sociedade, tem especial proteção do Estado, de acordo com o art. 226, caput e § 8º.

A Declaração Universal de Direitos Humanos proclama os direitos de igualdade e inalienabilidade de todos os membros da família humana.

Entretanto, a violência no lar, caracterizada pelo segredo, falta de provas e obstáculos sociais e jurídicos, repugna e ultraja a dignidade humana, excluindo muitas mulheres de participarem dos benefícios de uma convivência harmoniosa e pacífica.

O controle jurisdicional do crime é assegurado pela anteposição de todo o sistema processual penal entre a pretensão punitiva e o direito de liberdade, acrescida das garantias inerentes à defesa e ao de vi-

do processo legal. Contudo, as condições de defesa não podem ser incompatíveis com a garantia constitucional de direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança.

A preponderância do direito à liberdade de suspeito de crime contra a pessoa da mulher é inconstitucional, haja vista a garantia supranacional do princípio da igualdade, em que os mais frágeis precisam ser equitativamente fortalecidos e defendidos contra o abuso de condutas criminosas.

III – Voto

Isto posto, opinamos pela aprovação deste Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001, juntamente com a seguinte Emenda, que aperfeiçoa quanto à efetividade da proteção contra crimes que ofendam a pessoa da mulher, dotando a sociedade de instrumento mais ágil para realização da justiça, permitindo trazer resultados efetivos à pacificação das pessoas.

Emenda nº I – CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 69, da Lei nº 9.099, de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

"Art. 69.

§ 2º O disposto na parte final do parágrafo anterior não se aplica no caso de indícios de crime contra a pessoa da mulher, cometido por seu próprio marido ou ex-marido, companheiro ou excompanheiro, ou namorado ou ex-namorado"

Sala da Comissão, 20 de junho de 2001 – Bernardo Cabral, Presidente – Iris Rezende, Relator – Bello Parga – Lúcio Alcântara – Osmar Dias – Jefferson Péres – Sebastião Rocha – Gerson Camata – Maria do Carmo Alves (Autora) – Eduardo Suplicy – Antonio Carlos Júnior – Nilo Teixeira Campos – José Eduardo Dutra – José Agripino – Paulo Hartung (Sem Voto).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 7, DE 2001

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERSON CAMATA					1- MARLUCE PINTO				
MAGUITO VILELA					2- CASILDO MALDANER				
IRIS REZENDE					3- WELLINGTON ROBERTO				
JOSÉ FOGAÇA					4- JOÃO ALBERTO				
PEDRO SIMON					5- CARLOS BEZERRA				
RAMEZ TEBET					6- AMIR LÂNDIO				
ROBERTO REQUIÃO					7- JOSÉ ALENCAR				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1- JORGE BORNHAUSEN				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					2- MOREIRA MENDES				
FRANCELINO PEREIRA					3- WALDECK ORNELAS				
BELLO PARGA					4- ROMEU TUMA				
MARIA DO CARMO ALVES					5- HUGO NAPOLEÃO				
JOSÉ AGRIPINO					6- CARLOS PATROCÍNIO				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS					1- SERGIO MACHADO				
NILÓ TEIXEIRA CAMPOS					2- PEDRO PIVA				
OSMAR DIAS					3- JOSE ROBERTO ARRUDA				
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)					4- RICARDO SANTOS				
ROMERO JUCA					5- LUCIO ALCANTARA				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES (PDT)					1- EDUARDO SUPLICY (PT)				
JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)					2- MARINA SILVA (PT)				
ROBERTO FREIRE (PPS)					3- HELOISA HELENA (PT)				
SEBASTIAO ROCHA (PDT)					4- PAULO HARTUNG (PPS)				
TITULAR - PSB					SUPLENTE - PSB				
ADEMIR ANDRADE					1- VAGO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTORA: 1

Sala das Reuniões, em 20/6/2001

Senador BERNARDO CABRAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RSP)

U-CCJ/Reunião/Quadro Votação Nominal Doc/Autalizado em 12.06.2001

(*) DEIXOU O EXERCÍCIO DO MANDATO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

Enenda n.º 1-CCJ ao PLS N.º 7, DE 2001

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERSON CAMATA	/				1- MARLUCE PINTO				
MAGUITO VILELA					2- CASILDO MALDANER				
IRIS REZENDE	/				3- WELLINGTON ROBERTO				
JOSE FOGAÇA					4- JOAO ALBERTO				
PEDRO SIMON					5- CARLOS BEZERRA				
RAMEZ TEBET					6- AMIR LANDO				
ROBERTO REQUIAO					7- JOSE ALENCAR				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTORA	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1- JORGE BORNHAUSEN				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	/				2- MOREIRA MENDES				
FRANCELINO PEREIRA					3- WALDECK ORNELAS				
BELLÓ PARGA	/				4- ROMEU TUMA				
MARIA DO CARMO ALVES			/		5- HUGO NAPOLEAO				
JOSE AGRIPINO	/				6- CARLOS PATROCINIO				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS					1- SERGIO MACHADO				
NILO TEIXEIRA CAMPOS	/				2- PEDRO PIVA				
OSMAR DIAS	/				3- JOSE ROBERTO ARRUDA				
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)					4- RICARDO SANTOS				
ROMERO JUCA					5- LUCIO ALCANTARA	/			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES (PDT)	/				1- EDUARDO SUPLEY (PT)	/			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)	/				2- MARINA SILVA (PT)				
ROBERTO FREIRE (PPS)					3- HELOISA HELENA (PT)				
SEBASTIAO ROCHA (PDT)	/				4- PAULO HARTUNG (PPS)				
TITULAR - PSB					SUPLENTE - PSB				
ADEMIR ANDRADE					1 - VAGO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTORA: 1

Sala das Reuniões, em 20/6/2001


Senador BERNARDO CABRAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

U:\CCJ\Reunião\Quadro Votação Nominal Doc\Atualizado em (12.06.2001)

(*) DEIXOU O EXERCÍCIO DO MANDATO

TEXTO FINAL

Do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001
Na Comissão de Constituição
Justiça e Cidadania que:

Altera o art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995, que "dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 69, da Lei nº 9.099, de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

"Art. 69.

§ 2º O disposto na parte final do parágrafo anterior não se aplica no caso de indícios de crime contra a pessoa da mulher, cometido por seu próprio marido ou ex-marido, companheiro ou ex-companheiro, ou namorado ou ex-namorado." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de Junho de 2001. – Bernardo Cabral, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO VII

Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 407 DE 2001

Sr. Presidente,

Faleceu, ontem, em Manaus, Plínio Ramos Coelho que foi, em sua vida pública, Deputado Estadual Constituinte, Deputado Federal, Governador por duas vezes do Estado do Amazonas, Advogado, Jornalista e Professor, tendo contribuído sempre, em cada cargo que ocupou, para o engrandecimento do Amazonas e do País, razão por que requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Amazonas, à Assembléia Legislativa do Amazonas, à Academia Amazonense de Letras e à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Amazonas.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2001. – Senador Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Este requerimento depende de votação. No seu encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com profunda tristeza que ocupo a tribuna do Senado para registrar este infausto acontecimento.

A morte de Plínio Ramos Coelho, ocorrida ontem na cidade de Manaus, deixa o nosso Estado empobrecido devido à figura humana e política que ele representou, primeiramente para uma mocidade mal saída dos bancos da Faculdade de Direito. Plínio foi jornalista dos mais competentes, advogado militante. Elegeu-se Deputado Estadual pela Assembléia Legislativa do Amazonas e, ali, à época da redemocratização do País, foi constituinte e mais tarde Deputado Federal.

Elegeu-se Governador numa campanha em que não havia sequer as mínimas condições financeiras. Tinha ele, então, 35 anos. Todos nós o acompanhamos – universitários, alunos da Faculdade de Direito – numa campanha que tinha como lema "O Tostão Contra o Milhão". Plínio conseguiu derrotar uma oli-

garquia política que, ao longo dos anos, vinha tomando conta do nosso Estado. Encontrou uma circunstância altamente desfavorável, com o funcionalismo atrasado, leproso na rua e apenas – se o valor fosse hoje atualizado – pouco mais de R\$2 mil nos cofres públicos.

Criou o que se chamou Novo Amazonas. Saneou as finanças públicas. A sua Lei nº 5 ficou famosa porque foi possível pagar todos os compromissos e confiar na juventude que ele chamou para os seus quadros.

Imagine, Sr. Presidente, que, aos 25 anos de idade, fui nomeado Chefe de Polícia do Estado do Amazonas a convite de Plínio Coelho. Aos 26 anos, ele repetiu o convite, convidando-me para ser Secretário do Interior da Justiça. Àquela altura, também fez ele Prefeito de Manaus – a nomeação era feita diretamente pelo Chefe do Executivo – o então jovem assessor Gilberto Mestrinho, hoje Senador da República, que aqui não se encontra porque teve de comparecer à última homenagem àquele nosso amigo, uma vez que não me pude deslocar. Falo, portanto, em nome de nós dois, Sr. Presidente.

A matriz política que me levou até hoje às funções mais altas iniciou-se com o Governador Plínio Coelho. Sei que o Estado do Amazonas dificilmente terá outro Governador da sua estirpe intelectual e moral. Além de advogado, escritor, também era poeta com várias obras publicadas. Plínio deixa, sem dúvida nenhuma, uma grande saudade para o povo amazonense.

Por isso, Sr. Presidente, em meu nome e também em nome do Senador Gilberto Mestrinho, solicito a V. Ex^a e aos meus eminentes pares que aprove este requerimento e que, na forma regimental, a homenagem de profundo pesar seja levada à família enlutada, à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, ao Governo do Estado do Amazonas e à Academia Amazonense de Letras, a fim de que, um dia, os pesquisadores notem que não passou em branco uma homenagem a quem tanto merecia.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar a votação do requerimento de autoria do nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, ao ouvir a leitura do requerimento do Senador Bernardo Cabral, estou tomando ciência do falecimento de Plínio Ramos Coelho. E não posso deixar de cumprir o dever de manifestar os mais fortes sentimentos de tristeza e de perda – não apenas em caráter pessoal, mas em nome de toda a Bancada do PMDB nesta Casa.

Plínio Ramos Coelho ocupou quase todas as funções públicas, no Estado do Amazonas. Recém-saído da Faculdade de Direito do Amazonas, elegeu-se, em 1947, Deputado Constituinte da Assembléia Legislativa do Amazonas, integrando-se a uma plêiade de grandes homens públicos, vultos da maior expressão política, como Aderson de Menezes, Arthur Virgílio Filho, Áureo Mello, Abdul Sayol de Sá Peixoto, Paulo Pinto Néri, Mendonça Júnior e outros tantos ilustres amazonenses.

Foi essa geração luminosa que elaborou a primeira Constituição Estadual amazonense, após a queda do regime ditatorial implantado, em 10 de novembro de 1937, pelo então Presidente Getúlio Vargas.

Estudei em Manaus durante muito tempo, o que me permitiu acompanhar a trajetória desse grande amazonense, nascido no Município de Humaitá, no rio Madeira. Tive o privilégio de antever, logo em seus primeiros passos, o futuro promissor que o aguardava, não apenas no generoso âmbito de seu Amazonas, mas em toda a Região Norte e na construção da democracia no País.

Foi assim que, em 1950, logo após a conclusão do seu mandato de Deputado Estadual, Plínio Coelho foi eleito Deputado Federal, tendo, na Câmara e no Congresso Nacional, uma atuação das mais destacadas. O passo seguinte, em 1954, foi a primeira eleição para Governador do Estado do Amazonas, que lhe propiciou inovar toda a administração daquele Estado.

O Senador Bernardo Cabral, com a sensibilidade de sempre, situou no tempo institucional e no espaço político a sua figura: Plínio Coelho foi o homem que banuiu os resquícios do arbítrio e das oligarquias no seu Estado, dando-lhe bases modernas para, com a implantação posterior da Zona Franca, criar bases econômicas e sociais mais justas.

Sim, porque a fase de industrialização do Amazonas começou na sua primeira administração, tão vitoriosa que conseguiu eleger seu sucessor, nosso hoje colega Gilberto Mestrinho – e, ao final da administração de Mestrinho, em 1962, foi eleito Go-

vernador uma segunda vez, já em meio aos tumultos institucionais que precederam o golpe militar.

Cassado pelo regime arbitrário, na metade daquele mandato, Plínio Coelho se viu impedido de exercer sua vocação de ativista da democracia. Viveu tempos de dificuldades financeiras, por ser um homem reconhecidamente pobre, mesmo após exercer tantas funções públicas: Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador do Amazonas por duas vezes. E, para sobreviver com a família, exerceu as atividades de advogado, jornalista, escritor e poeta, entre outras.

O grande amazônida legou um exemplo para todos os brasileiros, particularmente os seus conterrâneos, pela probidade, pela maneira com que se conduziu no exercício das atividades públicas e também nos cargos eletivos que o povo do Amazonas lhe confiou.

Por tudo isso, Sr. Presidente, pelo conhecimento pessoal que tive com Plínio Coelho e por sua importância para a causa democrática no Brasil, quero expressar, neste momento, o mais sentido pesar e a saudade que enlutam não apenas o Amazonas e seu povo, mas todos quantos seguem a bandeira de liberdade, patriotismo e respeito aos superiores interesses nacionais que Plínio Coelho sempre desfraldou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Jefferson Péres, do Estado do Amazonas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de subscrever o requerimento lavrado pelo Senador Bernardo Cabral solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento de Plínio Ramos Coelho.

Plínio Ramos foi figura marcante da política do meu Estado em meados do século passado, constituinte estadual em 1947, Deputado Federal no início dos anos 50 e Governador. Assumiu o Governo em meio a profunda crise gerada pelo atraso do funcionalismo e pela pobreza generalizada no Estado, mas soergueu as finanças estaduais e promoveu grandes realizações. Quatro anos depois, voltou ao Governo e teve seu mandato interrompido por força do Ato Institucional nº 1.

Na redemocratização do País, candidatou-se algumas vezes a cargos eletivos, mas não logrou êxito. Acabou abandonando as lides políticas.

Foi um dos mais aguerridos políticos da minha terra, o que lhe valeu o apelido carinhoso de Ganso do Capitólio, porque, no início da sua carreira, ligou-se às lutas sindicais, um destemido defensor das liberdades públicas e dos direitos dos trabalhadores.

Embora tenha tido trajetória tão brilhante, acabou inteiramente afastado da vida pública, dedicando-se à sua atividade de advogado no foro de Manaus. Dedicou-se um pouco mais às Letras. Era meu companheiro e de Bernardo Cabral na Academia Amazonense de Letras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não acrescentarei mais nada ao que já foi dito aqui pelos Senadores Bernardo Cabral e Nabor Júnior. Entretanto, não poderia deixar de associar-me a esse voto de pesar mais do que merecido em favor de Plínio Ramos Coelho.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Em votação o Requerimento n.º 407, de 2001, de autoria do Senador Bernardo Cabral em homenagem ao ex-Governador do Estado do Amazonas Plínio Ramos Coelho.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 50/01–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispondo sobre a propaganda eleitoral para os cargos de

Vice-Presidente, Vice-Governador, Vice-Prefeito e Suplente de Senador e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Bernardo Cabral, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 51/01 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva, que “altera os arts. 240 e 241 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Bernardo Cabral, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 52/01 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “Dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado”.

Aproveito a oportunidade para estima e consideração.

Cordialmente, – Bernardo Cabral, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 53/01 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001, de autoria da

Senadora Maria do Carmo Alvos, que “Altera o art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Bernardo Cabral, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 54/01 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que “Altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para permitir que as penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente.”

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador Bernardo Cabral, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com relação aos ofícios lidos anteriormente, a Presidência comunica ao Plenário que está aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa para que os Projetos de Lei do Senado n.ºs 56, 135 e 306, de 1999; n.º 91, de 2000; e n.º 7, de 2001, cujos pareceres foram lidos no Expediente, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1996 (nº 565/95, na Casa de origem), que altera o art. 19 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 1.975-4/2001, de 2 do corrente, en-

Vice-Presidente, Vice-Governador, Vice-Prefeito e Suplente de Senador e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Bernardo Cabral, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 51/01 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva, que “altera os arts. 240 e 241 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Bernardo Cabral, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 52/01 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “Dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado”.

Aproveito a oportunidade para estima e consideração.

Cordialmente, – Bernardo Cabral, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 53/01 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001, de autoria da

Senadora Maria do Carmo Alvos, que “Altera o art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Bernardo Cabral, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 54/01 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que “Altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para permitir que as penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente.”

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador Bernardo Cabral, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com relação aos ofícios lidos anteriormente, a Presidência comunica ao Plenário que está aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa para que os Projetos de Lei do Senado n.ºs 56, 135 e 306, de 1999; n.º 91, de 2000; e n.º 7, de 2001, cujos pareceres foram lidos no Expediente, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1996 (nº 565/95, na Casa de origem), que altera o art. 19 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 1.975-4/2001, de 2 do corrente, en-

caminhando, nos termos do inciso I do art. 39 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, o Boletim das Finanças Estaduais e Municipais, relativo ao mês de maio de 2001, contendo a posição do endividamento dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e suas respectivas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais.

Informa, ainda, que com vistas a atender aos objetivos de transparência e de ampla divulgação, o referido Boletim é enviado, mensalmente, por e-mail, para os Senadores e disponibilizado, também, no site do Banco Central na internet.

O expediente, anexado ao processado do Ofício nº S/22, de 2001, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 1975.5/2001, na origem, de 2 do corrente, encaminhando a relação das operações de crédito de Estados, do Distrito Federal e de Municípios analisadas no mês de junho de 2001.

Informa ainda que, no âmbito daquela Instituição, foram indeferidas uma operação de crédito sujeita à Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, e uma concessão de garantia. Comunica, também, que foram autorizadas por essa Casa do Congresso Nacional duas operações de crédito.

O expediente, anexado ao processado do Ofício nº S/13, de 2001, vai à Comissão Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 188/2001 (nº 720/2001, na origem), de 4 de julho de 2001, através da qual o Presidente da República, encaminha, nos termos da Resolução nº 57, de 1995, com a redação dada pelas Resoluções nºs 51, de 1997; 23, de 1999; e 74, de 2000, todas do Senado Federal, relatório sobre a execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, relativo ao período de fevereiro a abril de 2001.

O expediente, anexado ao processado do Diversos 34, de 1997, e, em cópia aos processados das Resoluções referidas, vai à Comissão Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, os seguintes Ofícios:

– Nº S/31, de 2001 (nº 1975.1/2001, na origem), de 2 do corrente, encaminhado manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado do Ceará para contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos, equivalentes a oitenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinqüentareais, a preços de 29.6.2001, cujos recursos serão destinados ao financiamento da segunda fase do Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará;

– Nº S/32, de 2001 (nº 1975.2/2001, na origem), de 2 do corrente, encaminhado manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado do Ceará para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de sete milhões de dólares dos Estados Unidos, equivalentes a treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais, à taxa de câmbio de 18.1.2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – Prodetur/NE;

– Nº S/33, de 2001 (nº 1975.3/2001, na origem), de 2 do corrente, encaminhado manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado do Rio Grande do Norte para contratar operação de crédito junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, no valor de vinte e um milhões, seiscentos e cinqüenta e um mil, duzentos e dois marcos alemães e vinte e dois centésimos, equivalentes a dezoito milhões, oitocentos e oito mil, quinhentos e onze reais e quarenta e cinco centavos, a preços de 31.12.2000, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Esgotamento Sanitário da cidade de Natal.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31, DE 2001

Dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º As operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM, a serem contratadas por Municípios com a Caixa Econômica Federal – CAIXA, agente financeiro da União e co-executora do Programa, observarão os limites individuais indicados nos Anexos, estabelecidos em razão de suas populações e dos Estados onde estão localizados.

Art. 2º As operações de crédito a que se refere esta Resolução serão realizadas com recursos captados, para essa finalidade, pela República Federativa do Brasil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio do Empréstimo BID nº 1.194-OC BR, no valor equivalente a até US\$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), nos termos da Resolução nº 64, de 1999, do Senado Federal.

Art. 3º Os subempréstimos a serem concedidos pela CAIXA observarão as seguintes condições:

a) credor: União, que assumirá o risco operacional, mediante a concessão da garantia dos municípios através do sistema de autoliquidez pela vinculação das receitas previstas nos artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal, com anuência do banco centralizador das receitas municipais, e débito automático das prestações à conta dos recursos vinculados em garantia;

b) agente financeiro e co-executor do Programa: Caixa Econômica Federal – CAIXA;

c) a assinatura do contrato de subempréstimo ficará condicionada à apresentação de certidões negativas de inscrição no CADIN ou de documentos que indiquem solução para os atrasos que deram origem a sua inscrição;

d) juros: a partir das datas em que ocorrerem liberações de parcelas do financiamento ao município, incidirão juros remuneratórios devidos, inclusive durante o período de carência, nas datas em que sejam devidos os juros do Empréstimo do BID à União, e na liquidação da dívida: os juros remuneratórios serão calculados sobre os saldos devedores diários do subempréstimo a uma taxa anual determinada a cada semestre pelo custo dos Empréstimos Multimonetários Qualificados tomados pelo BID durante o semestre anterior, acrescida de uma margem razoável, expressa em termos de uma percentagem anual, que o BID fi-

ará periodicamente de acordo com sua política sobre taxa de juros:

e) taxa de inspeção e supervisão: 1% (um por cento) de cada parcela liberada pelo agente financeiro ao tomador do subempréstimo, descontada pela CAIXA no ato de cada liberação;

f) comissão de crédito: de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não liberado do subempréstimo, incidente a partir de sessenta dias após a data de assinatura do contrato de subempréstimo e até a liberação total do crédito ou até o cancelamento do saldo não utilizado, exigível dos devedores nas mesmas datas estipuladas para o pagamento dos juros remuneratórios: a comissão de crédito será calculada, para cada semestre, com base nos saldos diários não liberados do crédito aberto;

g) remuneração do agente financeiro e co-executor do programa: a CAIXA será remunerada mediante comissão, a cargo dos mutuários dos subempréstimos e calculada sobre o saldo devedor dos subempréstimos realizados, nas mesmas datas de pagamento de juros das operações financiadas, sendo: (i) nos primeiros quatro anos de execução dos Projetos financiados, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano; (ii) nos anos seguintes, até a total liquidação do saldo devedor dos subempréstimos, correspondente a 0,3% (três décimos por cento) ao ano;

h) juros moratórios: de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre as obrigações em atraso, a partir da sua exigibilidade até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação, além dos encargos acima estipulados;

i) moeda: os subempréstimos serão contratados em reais, com a equivalência ao dólar norte-americano;

j) amortizações dos subempréstimos: o prazo de amortização dos subempréstimos será de até 20 (vinte) anos, incluindo-se neste prazo até 4 (quatro) anos de carência, em prestações semestrais, iguais e sucessivas: o pagamento da primeira prestação ocorrerá na data de pagamento de juros, após transcorridos seis meses da data prevista para o desembolso final do subempréstimo, e o pagamento da última prestação ocorrerá até 18 de maio de 2021.

Art. 4º Não se aplicam às operações de crédito de que trata esta Resolução as disposições dos arti-

gos 7º no que se refere à apresentação de resultado primário negativo, e 8º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

Art. 5º A certidão de que trata o inciso III do art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, será relativa ao último exercício analisado pelo órgão responsável por sua emissão.

Art. 6º As demais condições e exigência relativas às operações de crédito objeto desta Resolução continuam regidas pela Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Governo Federal criou o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal – PNAFM, com o objetivo de modernizar e tornar eficientes as máquinas administrativas municipais, em especial do ponto de vista por meio da otimização dos mecanismos de arrecadação e do aprimoramento da qualidade das despesas. E, por isso, de grande prioridade para o País.

A Medida Provisória nº 2.118, de 24 de maio de 2001, dispõe, em seu art. 14, que a União está autorizada a realizar, por intermédio da Caixa Econômica Federal – CAIXA, operações de crédito com os Municípios, destinados a programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, utilizando, para esse fim, recursos provenientes de contratos de empréstimos junto a organismos financeiros internacionais.

Os recursos internacionais foram contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em operação autorizada pelo Senado Federal por força da Resolução nº 64, de 25 de novembro de 1999, e concretizada com a assinatura em 18 de maio de 2001, do Contrato de Empréstimo nº 1.194 OC-BR.

As normas operacionais do Programa para a contratação de subempréstimos exigem que os Municípios forneçam a documentação prevista pela Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, o que pode resultar em dificuldade de contratação do empréstimo do PNAFM para inúmeros Municípios.

Contudo, alguns dos dispositivos da Resolução nº 78, de 1998, em princípio aplicáveis ao PNAFM, poderão ser objeto de dispensa ou simplificação, com repercussão extremamente favorável à efetiva implantação do Programa.

Esse é o caso da dispensa, prevista no PRS, das exigências dos arts. 7º especificamente no que se refere à apresentação pelo Município de resultado primário negativo, e 8º daquela Resolução. Se mantidas tais exigências, estaria comprometida a própria essência do PNAFM, de instrumento de regularização de desequilíbrios fiscais dos municípios.

Outro dispositivo do PRS prevê que a certidão de que trata o inciso III do art. 13 da Resolução nº 78, a ser obtida pelo município junto ao Tribunal de Contas, será relativa ao último exercício analisado por aquele órgão. Motiva tal proposição livrar de obstáculos operacionais removíveis a tramitação do pedido de crédito.

São mantidas as demais condições e exigências, aplicáveis ao caso do PNAFM, estabelecidas pela Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

Releva acrescentar que o PRS prevê, ainda, o estabelecimento prévio dos limites de crédito, apresentados nas tabelas anexas, a serem abertos para os Municípios que vierem a participar do Programa. A variação dos valores estabelecidos visa a adequar os subempréstimos às exigências dos projetos técnicos cobertos pelo PNAFM, considerado o porte do Município contemplado. A origem da variação de valores dentro de uma faixa de população é a diferenciação do percentual de contrapartida, financeira do Município, estabelecida com vistas a favorecer, por meio de participação financeira variável, os entes municipais localizados em Estados com menor estágio de desenvolvimento. A taxa de câmbio utilizada, de R\$2.12/US\$, corresponde ao dólar orçamentário para 2002, ano que deverá concentrar os maiores desembolsos do Programa. Essa taxa de câmbio, também, conduz a tabela de limites de crédito, em reais, compatível com as exigências de financiamento dos projetos técnicos a serem desenvolvidos.

Por último, compõe o PRS a descrição das condições a serem observadas para a assinatura dos contratos de subempréstimo, de forma a dar desde o início maior transparência na execução do Programa. A transparência, por si só, é um dos principais resultados objetivado pelo PNAFM, nas administrações municipais onde implantado, e é também um dos pressupostos fundamentais fixados pelo Ministério da Fazenda no desenvolvimento e execução do Programa.

Sala das Sessões 6 de agosto de 2001. – Senador Romero Jucá.

ANEXO 1 – PROJETOS SIMPLIFICADOS

Faixa	População	Estado de Localização do Município	Limite de financiamento	
			US\$	Equivalência em Reais (1)
1	Até 5.000	TODOS	94.460	200.255
2	5.001 a 10.000	TODOS	102.331	216.942
3	10.001 a 20.000	TODOS	111.860	237.143
4	20.001 a 30.000	TODOS	141.689	300.381
5	30.001 a 50.000	TODOS	178.977	379.431
6	50.001 a 70.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	205.094	434.799
		DEMAIS	217.159	460.377
7	70.001 a 90.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	234.393	496.913
		DEMAIS	248.181	526.144
8	90.001 a 120.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	275.757	584.605
		MA,MT,AM,CE,ES, GO,PA,PE,SC	292.992	621.143
		DEMAIS	310.227	657.681
9	120.001 a 150.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	303.333	643.066
		MA,MT,AM,CE,ES, GO,PA,PE,SC	322.291	683.257
		DEMAIS	341.250	723.450

(1) RS/US\$: 2,12

Observação: Esta tabela é aplicável aos Projetos Simplificados do PNAFM; para as faixas 6 a 9, somente é aplicável no caso de opção do Município pelo desenvolvimento de Projeto Simplificado, sujeita a aprovação pela Unidade de Coordenação de Programas – UCP/SE/MF, conforme disposto no Regulamento Operativo do Programa.

ANEXO 2 – PROJETOS AMPLIADOS

Faixa	População	Estado de Localização do Município	Limite de financiamento	
			US\$	Equivalência em Reais (1)
6	50.001 a 70.000	BA, MG, PR, RJ, RS, SP	850.000	1.802.000
		DEMAIS	900.000	1.908.000
7	70.001 a 90.000	BA, MG, PR, RJ, RS, SP	1.038.889	2.202.444
		DEMAIS	1.100.000	2.332.000
8	90.001 a 120.000	BA, MG, PR, RJ, RS, SP	1.644.444	3.486.222
		MA, MT, AM, CE, ES, GO, PA, PE, SC	1.747.222	3.704.111
		DEMAIS	1.850.000	3.922.000
9	120.001 a 150.000	BA, MG, PR, RJ, RS, SP	2.266.667	4.805.333
		MA, MT, AM, CE, ES, GO, PA, PE, SC	2.408.333	5.105.667
		DEMAIS	2.550.000	5.406.000
10	150.001 a 200.000	BA, MG, PR, RJ, RS, SP	2.411.111	5.111.556
		AM, CE, ES, GO, PA, PE, SC	2.583.333	5.476.667
		MA, MT	2.755.556	5.841.778
		DF, MS	2.927.778	6.206.889
		DEMAIS	3.100.000	6.572.000
11	200.001 a 250.000	BA, MG, PR, RJ, RS, SP	2.955.556	6.265.778
		AM, CE, ES, GO, PA, PE, SC	3.166.667	6.713.333
		MA, MT	3.377.778	7.160.889
		DF, MS	3.588.889	7.608.444
		DEMAIS	3.800.000	8.056.000
12	250.001 a 350.000	BA, MG, PR, RJ, RS, SP	3.000.000	6.360.000
		AM, CE, ES, GO, PA, PE, SC	3.750.000	7.950.000
		MA, MT	4.000.000	8.480.000
		DF, MS	4.250.000	9.010.000
		DEMAIS	4.500.000	9.540.000

ANEXO 2 – PROJETOS AMPLIADOS (continuação)

Faixa	População	Estado de Localização do Município	Limite de financiamento	
			US\$	Equivalência em Reais (1)
13	350.001 a 450.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	3.666.667	7.773.333
		AM,CE,ES, GO,PA,PE,SC	4.583.333	9.716.667
		MA,MT	4.888.889	10.364.444
		DF,MS	5.194.444	11.012.222
		DEMAIS	5.500.000	11.660.000
14	450.001 a 700.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	4.333.333	9.186.667
		AM,CE,ES, GO,PA,PE,SC	5.416.667	11.483.333
		MA,MT	5.777.778	12.248.889
		DF,MS	6.138.889	13.014.444
		DEMAIS	6.500.000	13.780.000
15	700.001 a 950.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	5.333.333	11.306.667
		AM,CE,ES, GO,PA,PE,SC	6.666.667	14.133.333
		MA,MT	7.111.111	15.075.556
		DF,MS	7.555.556	16.017.778
		DEMAIS	8.000.000	16.960.000
16	950.001 a 1.950.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	8.333.333	17.666.667
		AM,CE,ES, GO,PA,PE,SC	10.416.667	22.083.333
		MA,MT	11.111.111	23.555.556
		DF,MS	11.805.556	25.027.778
		DEMAIS	12.500.000	26.500.000
17	1.950.001 a 2.950.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	12.333.333	26.146.667
		AM,CE,ES, GO,PA,PE,SC	15.416.667	32.683.333
		MA,MT	16.444.444	34.862.222
		DF,MS	17.472.222	37.041.111
		DEMAIS	18.500.000	39.220.000
18	Acima de 2.950.000	RJ,SP	16.666.667	35.333.333

(1) R\$/US\$: 2,12

Observação: Esta tabela é aplicável aos Projetos Ampliados do PNAFM.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Seção V

DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS

***Art. 156.** Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar;

IV – (Revogado).

§ 1º O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I – não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II – compete ao Município da situação do bem.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III, cabe à lei complementar

I – fixar as suas alíquotas máximas;

II – excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior

§ 4º (Revogado)

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;

III – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I – três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II – até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Art. 159. A União entregará:

I — do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

- a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;
- b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;
- c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II — do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 64, DE 1999

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.

O Senado Federal resolve:

Art 1º É autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida neste artigo destinam-se a financiar parcialmente o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.

Art 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil/Ministério da Fazenda;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – executor: Ministério da Fazenda;

IV – valor total: US\$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos);

V – prazo: aproximadamente vinte anos;

VI – carência aproximadamente quatro anos e seis meses:

VII – juros: vencíveis semestralmente, calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo, a uma taxa anual para cada semestre determinada pelo custodador dos Empréstimos Qualificados tomados pelo Banco durante o semestre anterior, acrescido de margem que o Banco fixará periodicamente, de acordo com sua política de taxa de juros. Após cada semestre, o Banco notificará o mutuário a taxa aplicável para o semestre seguinte:

VIII – comissão de crédito: 0,75% a.a. (setenta e cinco por cento ao ano), exigida semestralmente so-

bre o saldo não desembolsado do empréstimo, contada a partir de sessenta dias após a assinatura do Contrato;

IX – recursos para inspeção e supervisão geral: até 1% (um por cento), do valor da operação indicado no inciso IV;

X – prazo para desembolso: quatro anos, contado a partir de sessenta dias da assinatura do Contrato;

XI – condições de pagamento:

a) do principal: em até trinta e duas prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais vencíveis em 10 de Janeiro e 10 de julho de cada ano, vencendo-se a primeira parcela seis meses após a data prevista para o final do desembolso do empréstimo, cujo prazo é de quatro anos a partir da assinatura do Contrato, e a última, o mais tardar, em 10 de julho de 2019;

b) dos juros: semestralmente vencidos, em 10 de janeiro e 10 de julho de cada ano, o primeiro em 10 Janeiro de 2000;

c) da comissão de crédito: semestralmente vencível em 10 de Janeiro e 10 de julho de cada ano;

d) dos recursos para inspeção e supervisão geral: desembolsados do valor do financiamento em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais, ingressando em conta do BID independente de solicitação do mutuário.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do Contrato.

Art 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida num prazo de quinhentos e quarenta dias, contado da data de sua publicação.

Art 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999. – Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 78, DE 1998(*)

Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Art. 6º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de

suas respectivas autarquias e fundações observarão simultaneamente os seguintes limites:

.....
 § 3º Entende-se como Receita Líquida Real, para os efeitos desta Resolução, a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, observado, ainda, o seguinte:

I – serão excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de anulação de restos a pagar, de alienação de bens, de transferências vinculadas a qualquer título, de transferências voluntárias ou doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital e, no caso dos Estados, as transferências aos Municípios por participaçãoS constitucionais e legais;

II – serão computadas as receitas oriundas do produto de arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação destinado à concessão de quaisquer favores fiscais ou financeiros, inclusive na forma de empréstimos ou financiamentos, ainda que por meio de fundos, instituições financeiras ou outras entidades controladas pelo Poder Público, concedidas com base no referido imposto e que resulte em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.

.....
 Art. 7º O Banco Central do Brasil não encaminhará ao Senado Federal pedido de autorização para a contratação de qualquer operação de crédito de tomador que apresente resultado primário negativo no período de apuração da Receita Líquida Real ou que esteja inadimplente junto a instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil tornará pública a metodologia de cálculo do resultado primário dos órgãos e entidades do setor público abrangidos por esta Resolução.

Art. 8º O saldo global das garantias concedidas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) da Receita Líquida Real, calculada na forma do § 3º do art. 6º

CAPÍTULO IV

Da Instrução dos Pleitos

Art. 13. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações encaminharão ao Banco Central do Brasil os pedidos de

autorização para a realização das operações de crédito de que trata esta Resolução, instruídos com:

I – pedido do respectivo Chefe do Poder Executivo;

II – autorização específica do órgão legislativo do Estado, do Distrito Federal ou do Município, conforme o caso, para a realização da operação;

III – certidão que comprove a inexistência de operações com as características descritas nos incisos I e II do art. 3º, emitida pelo respectivo Tribunal de Contas;

.....
 (À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O projeto lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador Francelino Pereira.

S. Exª dispõe de 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a decisão tomada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 25 de abril, por unanimidade, que considera que o Presidente Fernando Henrique foi omissor ao não ter encaminhado ao Congresso Nacional o projeto que regulamenta a revisão anual dos servidores públicos, o Congresso Nacional não pode mais adiar a necessária discussão do tema.

A decisão do referido Tribunal responde a uma ação direta de inconstitucionalidade, ação pouco comum no Supremo Tribunal Federal, na qual a decisão já é de mérito, ou seja, não cabe pedido de liminar.

A Emenda Constitucional nº 19 incluiu, no art. 37 da Constituição Federal, o inciso X, que determina seja a remuneração dos servidores fixada por lei específica e assegura uma revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Como o dispositivo não foi cumprido – os servidores públicos estão sem reajuste há cinco anos –, o STF aguarda, agora, que o Chefe do Executivo nacional providencie o envio do projeto ao Legislativo.

Os Ministros tiveram o apoio da Procuradoria Geral da República, que demorou exatamente um ano – março de 2000 a março de 2001 – para emitir seu parecer, mas acabou se posicionando pela procedência da Adin por omissão. A Procuradoria votou para que se desse ciência ao Executivo de que ele

deve adotar as medidas necessárias para a observância do inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

Como os Ministros do Supremo não estabeleceram prazo para o Planalto enviar projeto de lei ao Congresso Nacional, prevendo o reajuste, nem declararam a partir de que momento estaria caracterizada a omissão, é necessário Sr^{as} e Srs. Senadores, que esta Casa esteja preparada para a retomada de uma discussão que envolve muitos pontos polêmicos.

A principal polêmica girará, certamente, em torno do percentual do reajuste. Alguns partidos já sustentaram que até maio de 98 a perda dos servidores para a inflação foi de 48,54% e, de junho daquele ano até março de 2001, chegaria a 34,54%. Se a omissão for considerada a partir da vigência da reforma administrativa, de junho de 98, o funcionalismo teria direito à reposição de 34,54%.

Os servidores públicos federais, por sua vez, reivindicam um aumento de 75,48%. O percentual pedido é o que repõe as perdas salariais, de janeiro de 1995, quando o Governo concedeu o último reajuste linear, a dezembro de 2000.

É um embate que se anuncia caloroso. A parte do funcionalismo que permanece com os salários congelados totaliza 983.960 dos 1.369.543 funcionários públicos federais. Desde a posse de Fernando Henrique Cardoso, o Governo abandonou a política de conceder ao funcionalismo os reajustes lineares que ocorriam sempre no mês de janeiro. Optou-se por aumentar os salários de algumas categorias, aquelas que são consideradas típicas de Estado, sem equivalência na iniciativa privada: diplomatas, fiscais, policiais e militares entre outros.

Mesmo entre os servidores das carreiras típicas de Estado, porém, é difícil encontrar quem esteja contente. Em primeiro lugar, porque os aumentos ainda não chegaram para todo mundo. Vários dos que receberam aumento também estão descontentes. É que os percentuais raramente são generosos. Em muitos casos, não atingem sequer a inflação do período.

Todo o gasto da União com pessoal aumentou 53,71%, entre 95, o primeiro ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, e o ano passado. É pouco mais do que a inflação do período, de 50,8%. E nem tudo isso é aumento de salário: os gastos elevaram-se também por conta da contratação de pessoal e de novas aposentadorias. Assim, na média, a massa salarial do pessoal da ativa diminuiu.

Pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores! Há casos até mesmo de redução de salário, entre os auditores da Receita Federal, por exemplo. O Governo estabele-

ceu novos critérios de remuneração, em que um terço do salário depende do rendimento. Nessa parcela variável, 60% do ganho depende do rendimento coletivo: se o trabalho da equipe ficar dentro do esperado, todos ganham. Os outros 40% dependem da avaliação que o chefe faz de cada funcionário, levando em conta critérios como iniciativa, criatividade e envolvimento com a instituição. Quem consegue o rendimento máximo dessa gratificação variável recebe salário 12,43% superior ao que recebia em 1994. Muitos ficam aquém do que recebiam antes.

Outro fator complicador se verifica na discrepância de critérios entre os Poderes. O aumento das despesas de pessoal do Judiciário entre 1995 e 2000 ficou em 151,22%, bem mais que a média da administração federal no período, de 53,71%.

Parte dos funcionários da Justiça conseguiu super-salários graças a uma interpretação legal. Em 1998, o Governo cancelou, por meio de medida provisória, o direito dos funcionários de incorporar ao salário as gratificações por exercício de cargo de confiança. Quem já ocupava esses cargos, porém, teve o direito de incorporar a gratificação ao salário de forma definitiva. Alguns funcionários passaram a receber a gratificação duas vezes: incorporada ao salário e de maneira provisória, enquanto ocuparem o cargo em que estão.

Isso sem falar na excrescência que o Judiciário trouxe à tona, o auxílio-moradia, para impedir uma greve dos juízes federais, espécie de tapa-buraco que permitiu a acomodação dos juízes e o adiamento, por algum tempo, da definição do teto salarial.

Como se vê, Sr^{as} e Srs. Senadores, a negociação que se anuncia é complicada, mas isso não nos exime de iniciá-la o quanto antes, até como forma de pressionar o Executivo a encaminhar sua proposta, em cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Nossos servidores passam por uma fase de descrença, pessimismo e inconformidade. A eles têm sido imputadas, injustamente, a responsabilidade total pelos desmandos de algumas instituições públicas, que, na verdade, são perpetrados, na maioria das vezes, por ocupantes transitórios de cargos políticos.

Os verdadeiros servidores públicos são pessoas que têm aptidão para o serviço público e que nele ingressaram mediante concursos públicos, muitas vezes extremamente concorridos e disputados. São justamente os que sustentam a administração, permitindo ao Governo desenvolver sua política econômica e social. Sem eles, o Governo não existiria.

Aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, faço uma observação a respeito dos funcionários federais dos ex-territórios, pois compõem um quadro em extinção, no qual ninguém mais ingressa, e sai somente por morte ou aposentadoria. Por essa razão, tais funcionários têm sido sistematicamente penalizados, perdendo determinadas vantagens que possuíam. No caso das Polícias Militares dos ex-territórios, por exemplo, são funcionários da União enquanto permanecerem na ativa e também ao aposentar, mas perdem gratificações antes incorporadas a seus salários em equivalência com a Polícia do Distrito Federal e com soldos do Exército.

Participamos dessa luta há algum tempo. Se os funcionários federais, de um modo geral, são prejudicados, os funcionários dos ex-territórios federais mais ainda, por que não só não estão tendo o aumento como estão perdendo vantagens e direitos já adquiridos.

É chegado, portanto, Sr^{as} e Sr^s Senadores, o momento de se conceder algum tipo de estímulo a essa categoria. É preciso encontrar um consenso quanto ao percentual a ser reajustado.

Ao reabrirmos as discussões, estamos cumprindo nossa obrigação de buscar algo de interesse de todo o funcionalismo público, evitando a redução de concessões arbitrárias e impedindo a perpetuação de uma situação comprovadamente injusta, geradora de desigualdades e favorecimentos.

Uma vez que temos ouvido do Executivo que o Congresso só que vai ter que encontrar, agora na votação do Orçamento, a fonte de financiamento do aumento ao funcionalismo público, esse realmente passa a ser um desafio prazeroso para o Congresso: encontrar, dentro do Orçamento, as fontes capazes de financiar esse aumento. Reitero que, já que não se encontra uma solução técnica dentro dos Ministérios a que está afeto o problema, devemos, portanto, na votação do Orçamento, procurar discutir de comum acordo com o Poder Executivo, se possível, a fim de encontrarmos uma solução, como o fizemos em relação ao salário mínimo, que propicie o aumento dos servidores públicos federais, que estão realmente a merecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, por cessão do Senador Francelino Pereira.

Senador Jefferson Péres, V. Ex^a terá 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Sr^s Senadores, os servidores federais anunciam para o dia 22 uma paralisação de advertência ao Governo pelo fato de, mais uma vez, a proposta orçamentária para 2002 não incluir o reajuste dos seus vencimentos.

Essa omissão do Governo agora é agravada porque implica descumprimento a uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal, que determinou o cumprimento do art. 37, X, da Constituição, que foi objeto de acórdão da Suprema Corte do País.

Sr. Presidente, modestamente, tive papel relevante na aceleração dessa decisão do Supremo Tribunal Federal. O histórico dessa decisão é o seguinte: a Constituição vigente estabelecia, até 1998, a obrigatoriedade da revisão dos vencimentos dos servidores públicos ativos e inativos, no entanto, não fixava períodos. Partidos políticos e associações de classe foram ao Supremo, que, em decisão tomada por maioria, decidiu que, não havendo períodos fixados, o Executivo não estava obrigado a cumprir. Em 1998, no entanto, no bojo da reforma administrativa, uma emenda à Constituição estabeleceu que essa revisão geral de vencimentos e proventos teria de ser anual. Assim, o período ficou realmente estabelecido.

Em 1999, um ano depois, como o Governo, na proposta orçamentária para o ano 2000, não incluía a revisão, o meu Partido, o PDT, e o PT ingressaram no Supremo Tribunal Federal com uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão para fazer com que o Executivo Federal cumprisse esse dispositivo constitucional. Em fevereiro deste ano, como não houvesse nenhuma decisão do Supremo, eu, sozinho, tomei a iniciativa de procurar o Relator Ministro Ilmar Galvão a quem fiz um apelo para que apressasse o julgamento da matéria, cujo teor interessava a todo o universo de servidores federais, estaduais e municipais. O Ministro Ilmar Galvão me revelou então que o processo estava desde novembro de 1999 nas mãos do Procurador Geral da República, Geraldo Brindeiro, para emitir parecer. Fazia, portanto, 1 ano e 3 meses que o processo se encontrava na Procuradoria Geral da República. Saí do Supremo Tribunal Federal para o gabinete do Dr. Geraldo Brindeiro e lhe solicitei que emitisse o parecer. S. Ex^a prometeu-me fazê-lo em dez dias e cumpriu a palavra: o parecer foi emitido 8 dias depois. O Ministro Ilmar Galvão me havia dito que, tão logo recebesse o parecer da Procuradoria, proferiria seu voto no prazo de 30 dias. O Ministro, igualmente, cumpriu a palavra: me nos de um mês depois, prolatou seu voto favorável. O Supremo Tribunal

Federal julgou a matéria e, por unanimidade, acolheu a ação, decidindo que o Executivo está obrigado a cumprir aquele dispositivo constitucional. Havia, no entanto, Sr.^{as} e Srs. Senadores, o perigo de o acórdão levar 1, 2 ou mais anos para ser publicado. Existem exemplos de acórdãos que levaram 4 anos para ser publicados tamanha a plethora de processos no Supremo Tribunal Federal. Mais uma vez, voltei àquela Corte e tive uma audiência com o Ministro Marco Aurélio de Mello, que me disse faltarem apenas esclarecimentos dos votos dos Ministros Nelson Jobim e Ellen Gracie, aos quais pediria que se apresentassem. Assim, S. Ex^a, o Ministro Marco Aurélio, publicaria o acórdão logo em seguida. Realmente, 10 ou 15 dias depois do meu encontro com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o acórdão foi publicado. Foi um tempo talvez recorde, Sr. Presidente: junho deste ano, dois meses depois do julgamento.

Agora, os Executivos federal, estadual e municipal – inicialmente apenas o Executivo federal, e depois por ações correspondentes também o estadual e o municipal – estão obrigados a fazer cumprir a Constituição. É um problema, porque o País possui superávit primário, mas déficit nominal. Os recursos terão que vir de algum lugar. O Governo já disse que entrega a batata quente ao Congresso. Não podemos, evidentemente, agir irresponsavelmente e fazer aumentar o buraco das contas públicas para atender ao funcionalismo. No entanto, este precisa ser atendido. É uma questão de Justiça, porque dois terços dos servidores públicos federais estão sem reajuste há 7 anos. Apenas algumas categorias como militares, professores universitários e o grupo Fisco tiveram reajuste e recuperaram total ou parcialmente seu poder aquisitivo. A grande maioria está realmente caminhando para a miséria. O funcionalismo público federal não aguenta mais esse arrocho salarial. E como não vamos cometer a irresponsabilidade de desequilibrar o Orçamento federal, temos que tirar de algum lugar; cortar investimentos, reduzir talvez o superávit primário, não sei, mas algum reajuste há de ser concedido aos servidores em geral; primeiro, porque é justo, e segundo, porque se trata de um imperativo constitucional e de uma decisão da mais alta Corte do País e, como disse o Ministro Marco Aurélio, não pode ser uma decisão inócua, tem que ter consequência. Os dois Poderes, o Executivo e o Legislativo, não podem fingir que não existe um mandamento constitucional, por um lado e, por outro, uma decisão do Poder Judiciário a que temos de obedecer.

De forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que ao dar depoimento da minha participação

nesse episódio quero unir a minha voz à de outros Senadores – Senador Mozarildo Cavalcanti, há pouco eu estava distraído mas percebi que V. Ex^a abordava o mesmo assunto. Quero unir-me a S. Ex^a e a outros Senadores que já se pronunciaram para que a Comissão Geral de Orçamento e, depois, o Plenário do Congresso Nacional procurem uma solução para esse problema.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tomei conhecimento do propósito da Bancada de Oposição de convocar o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central para trazerem ao Senado esclarecimentos mais abrangentes sobre o acordo com o Fundo Monetário Internacional. Por antecipação, apóio esse propósito. É importante para a Nação e o Senado Federal que tenhamos conhecimento muito detalhado do acordo.

Sempre tenho afirmado – às vezes até impropriamente – que uma nação procura o Fundo Monetário Internacional quando sua economia está necessitando de conselhos e apoio. É como uma consultoria: quem está doente procura um médico; e se a economia está em dificuldades, a nação procura o Fundo – área competente para tratar de problemas de economias em dificuldades.

O endividamento de certas nações está enorme, as dificuldades para o cumprimento das obrigações de juro são extremamente elevadas, as nações mais pobres da África e algumas do Oriente Médio já estão recebendo perdão das nações credoras. Quanto a países como o Brasil, a Argentina, a Turquia, a Rússia e outros, tenho a impressão de que, dentro de alguns anos, haverá um acordo internacional no sentido da redução coletiva dessas obrigações, porque esses países se devem e são muito importantes para o mundo, e principalmente para os capitalistas, por assegurarem rendimento à aplicação de recursos deles.

Apóio integralmente o desempenho do Ministro Pedro Malan no Ministério da Fazenda. Considero S. Ex^a uma peça muito importante para a recuperação da economia nacional. Ouço todo dia cobrança ao Governo para que aplique mais recursos em determinadas áreas e pergunto: recursos oriundos de onde? Penso que temos de economizar mais ainda. O Poder Público brasileiro, em todos os níveis, Executivo, Le-

Federal julgou a matéria e, por unanimidade, acolheu a ação, decidindo que o Executivo está obrigado a cumprir aquele dispositivo constitucional. Havia, no entanto, Sr.^{as} e Srs. Senadores, o perigo de o acórdão levar 1, 2 ou mais anos para ser publicado. Existem exemplos de acórdãos que levaram 4 anos para ser publicados tamanha a plethora de processos no Supremo Tribunal Federal. Mais uma vez, voltei àquela Corte e tive uma audiência com o Ministro Marco Aurélio de Mello, que me disse faltarem apenas esclarecimentos dos votos dos Ministros Nelson Jobim e Ellen Gracie, aos quais pediria que se apresentassem. Assim, S. Ex^a, o Ministro Marco Aurélio, publicaria o acórdão logo em seguida. Realmente, 10 ou 15 dias depois do meu encontro com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o acórdão foi publicado. Foi um tempo talvez recorde, Sr. Presidente: junho deste ano, dois meses depois do julgamento.

Agora, os Executivos federal, estadual e municipal – inicialmente apenas o Executivo federal, e depois por ações correspondentes também o estadual e o municipal – estão obrigados a fazer cumprir a Constituição. É um problema, porque o País possui superávit primário, mas déficit nominal. Os recursos terão que vir de algum lugar. O Governo já disse que entrega a batata quente ao Congresso. Não podemos, evidentemente, agir irresponsavelmente e fazer aumentar o buraco das contas públicas para atender ao funcionalismo. No entanto, este precisa ser atendido. É uma questão de Justiça, porque dois terços dos servidores públicos federais estão sem reajuste há 7 anos. Apenas algumas categorias como militares, professores universitários e o grupo Fisco tiveram reajuste e recuperaram total ou parcialmente seu poder aquisitivo. A grande maioria está realmente caminhando para a miséria. O funcionalismo público federal não aguenta mais esse arrocho salarial. E como não vamos cometer a irresponsabilidade de desequilibrar o Orçamento federal, temos que tirar de algum lugar; cortar investimentos, reduzir talvez o superávit primário, não sei, mas algum reajuste há de ser concedido aos servidores em geral; primeiro, porque é justo, e segundo, porque se trata de um imperativo constitucional e de uma decisão da mais alta Corte do País e, como disse o Ministro Marco Aurélio, não pode ser uma decisão inócua, tem que ter consequência. Os dois Poderes, o Executivo e o Legislativo, não podem fingir que não existe um mandamento constitucional, por um lado e, por outro, uma decisão do Poder Judiciário a que temos de obedecer.

De forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que ao dar depoimento da minha participação

nesse episódio quero unir a minha voz à de outros Senadores – Senador Mozarildo Cavalcanti, há pouco eu estava distraído mas percebi que V. Ex^a abordava o mesmo assunto. Quero unir-me a S. Ex^a e a outros Senadores que já se pronunciaram para que a Comissão Geral de Orçamento e, depois, o Plenário do Congresso Nacional procurem uma solução para esse problema.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tomei conhecimento do propósito da Bancada de Oposição de convocar o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central para trazerem ao Senado esclarecimentos mais abrangentes sobre o acordo com o Fundo Monetário Internacional. Por antecipação, apóio esse propósito. É importante para a Nação e o Senado Federal que tenhamos conhecimento muito detalhado do acordo.

Sempre tenho afirmado – às vezes até impropriamente – que uma nação procura o Fundo Monetário Internacional quando sua economia está necessitando de conselhos e apoio. É como uma consultoria: quem está doente procura um médico; e se a economia está em dificuldades, a nação procura o Fundo – área competente para tratar de problemas de economias em dificuldades.

O endividamento de certas nações está enorme, as dificuldades para o cumprimento das obrigações de juro são extremamente elevadas, as nações mais pobres da África e algumas do Oriente Médio já estão recebendo perdão das nações credoras. Quanto a países como o Brasil, a Argentina, a Turquia, a Rússia e outros, tenho a impressão de que, dentro de alguns anos, haverá um acordo internacional no sentido da redução coletiva dessas obrigações, porque esses países se devem e são muito importantes para o mundo, e principalmente para os capitalistas, por assegurarem rendimento à aplicação de recursos deles.

Apóio integralmente o desempenho do Ministro Pedro Malan no Ministério da Fazenda. Considero S. Ex^a uma peça muito importante para a recuperação da economia nacional. Ouço todo dia cobrança ao Governo para que aplique mais recursos em determinadas áreas e pergunto: recursos oriundos de onde? Penso que temos de economizar mais ainda. O Poder Público brasileiro, em todos os níveis, Executivo, Le-

gislative e Judiciário, em todos os escalões, necessita fazer um esforço enorme no sentido de aprimorar a Administração Pública. A família brasileira teve competência para reduzir o consumo de energia elétrica, o que foi motivo de orgulho para todos nós, pois a população, desde os mais humildes até os mais poderosos, entendeu a gravidade do problema. Tenho dito à minha família e às pessoas com quem convivo que precisamos fazer essa economia permanentemente, pois ela exige um esforço que todos temos competência para tolerar. Por que não desenvolver economia em todos os setores da vida brasileira, começando no Congresso? Temos de reduzir gastos em todas as áreas. Esse é o meu pensamento.

Felicitos a Bancada de Oposição por convocar o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, para discutir com o Senado Federal as cláusulas do acordo assinado e as medidas nele previstas. Talvez tenhamos uma idéia promissora para oferecer ao Executivo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lúdio Coelho, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante o longo período de visita a diversas comunidades do meu Estado, tive a oportunidade de conviver com as diferentes realidades a que estão submetidas as populações da Amazônia. Alegram-me muito os resultados que estamos obtendo no que concerne à política de diversificação da economia extrativista.

Foi realizada uma conferência estadual, que refletiu sobre a realidade da economia extrativista e florestal do meu Estado. Dessa conferência, participaram também observadores do Estado do Amazonas, que ali compareceram para, à luz da experiência do Acre, implementar a Lei Chico Mendes, que será aprovada também no Estado do Amazonas – se Deus quiser. Essa lei cria subsídio para a borracha, a fim de oferecer a esse produto, que ainda alavanca a economia extrativista, preço capaz de viabilizar a economia das famílias – e são mais de cem mil na Amazônia –

que vivem do extrativismo da borracha e das castanhas, assim como da quebra do babaçu ou da pesca artesanal.

No meu Estado, com alegria, observamos que a diversificação da economia extrativista está possibilitando à família retorno econômico e social além das expectativas estabelecidas. Durante mais de trinta anos essa economia ficou completamente abandonada. Há dois anos o governo passou a preocupar-se com a floresta. Em virtude disso e da luta dos seringueiros, que ao longo dos anos resistiram para que a sua atividade não desaparecesse, hoje vemos que mais de três mil famílias já retornaram à atividade extrativista. Esse é um movimento ímpar em nosso País, onde a tendência tem sido as pessoas saírem do campo para a cidade; no caso do Acre observamos um movimento inverso: as pessoas estão saindo da periferia das cidades para ocupar inúmeros postos dentro das reservas extrativistas, particularmente na reserva Chico Mendes.

As avaliações feitas registram aspectos positivos, como o aumento do preço da borracha que, em 1995 era de R\$ 0,30; hoje mesmo nos lugares onde existem associações, usinas de beneficiamento de borracha e cooperativas, que oferecem mercadoria a um preço menor, o preço do quilo da borracha oscila entre R\$1,20 e R\$1,30. Isso tem melhorado a condição de vida dessas famílias, porque antes, além de o quilo da borracha custar trinta ou, no máximo, cinqüentacentavos, o preço das mercadorias era estarrecido. Aquelas populações eram muito exploradas.

Além desse ganho no preço da borracha e da redução do custo das mercadorias, existe hoje a presença do Estado, que dá a essas populações assistência à saúde e à educação, bem como meios para o escoamento da sua produção. Além disso tem havido algumas campanhas importantes, como o Projeto Cidadão, que leva a essas comunidades benefícios na área de saúde e, principalmente, na de documentação.

Durante essa conferência, também foi avaliada a ação propriamente dita do Governo estadual e do Governo Federal. Devemos dizer, até por uma questão de justiça, que, embora a política ambiental do Governo Federal e a de desenvolvimento sustentado para a Amazônia tenham sido incipientes e pulverizadas, em alguns aspectos foram positivas. Foi aprovado, graças, diga-se de passagem – é bom que se registre isso –, ao esforço e à luta do Conselho Nacional de Seringueiros e, de modo geral, ao Movimento dos Extrativistas da Amazônia, dos seringueiros, dos quebradores de coco, das babaqueiras, dos pescadores,

peessoas que lidam com artefatos feitos com cipós e outras atividades extrativistas. Graças a essa presença, algumas conquistas foram realizadas junto ao Governo Federal, como, por exemplo, o subsídio federal para a borracha, o Programa Amazônia Solidária e o crédito especial para os extrativistas, o Prodex, que tem beneficiado milhares de famílias. Essa conquista se deu graças a uma ampla mobilização de centenas de extrativistas, durante os anos de 1995 e 1996, que vieram a Brasília e conseguiram audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquela ocasião, tive a oportunidade de ser a mediadora, com a presença de figuras importantes como o Padre Paulino Baldassari e de Dom Moacir.

Abro um parêntese para dizer que Dom Moacir sofreu um acidente no Estado de Rondônia, mas, graças a Deus, já se encontra fora de perigo, recuperando-se, ainda que com muito sofrimento. Se Deus quiser, o Bispo voltará são e salvo, para a alegria das populações da Amazônia, que tanto precisam do seu apoio e da sua vibrante capacidade de levar aos que não têm, não podem e não sabem algum fio de esperança, tanto do ponto de vista social quanto da sua organização política.

Graças à participação das pessoas nesse movimento, obtivemos essas conquistas. Também fico feliz de ter feito parte desse esforço, desde que cheguei aqui, em 1995, trabalhando em várias dessas propostas, dia e noite, tentando sensibilizar autoridades da esfera econômica, que não conseguiam compreender a importância dessas atividades, considerando-as como sobrevivência de uma economia do passado que persiste no momento presente, embora este momento exija a substituição desse antigo modelo pelo que julgam ser o mais moderno e mais adequado. No entanto, da reflexão que fazemos, é possível compatibilizar as atividades produtivas tradicionais do extrativismo da borracha, da castanha, da coleta do óleo da andiroba e da copaíba, dos cipós, que servem para o trabalho de móveis artesanais e de tantas outras atividades extrativistas com uma outra forma de produção, que vai desde o manejo sustentável de madeira para a certificação, visando abastecer o mercado qualificado, que exige que a exploração madeireira já não mais ocorra nos antigos moldes da exploração predatória. É fundamental uma atividade pecuária que não seja extensiva, uma atividade agrícola que não seja puramente a de derrubar florestas para fazer queimadas, visando o plantio de lavoura branca. É possível uma pecuária que faça manejo de pastagem e uma agricultura perene, que não

esteja o tempo todo necessitando de mais derrubadas e mais queimadas.

Existe espaço para uma economia agroflorestal na Amazônia. É isso que o Acre está querendo mostrar na prática para a Amazônia e para o Brasil. É isso que estamos buscando viabilizar a partir da realização do zoneamento ecológico econômico.

Reconhecemos que esse é um caminho difícil, mas que vale a pena ser trilhado, pois sabemos que seu resultado será duradouro e sustentável, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico, social, cultural, político e ético.

É lamentável dizer que, por determinados projetos e práticas econômicas, poderemos sacrificar os recursos de um milênio em apenas dez anos e, ainda mais, que a utilização predatória desses recursos de forma centralizada, sem diversificação e sem distribuição, irá beneficiar por pouco tempo uma meia dúzia, em detrimento daqueles que precisarão desses recursos naturais oferecidos pela nossa floresta ao longo de toda a existência.

Sr. Presidente, retorno às minhas atividades nutrida pelas esperanças acalentadas, pelos sonhos transformados em realidade a partir de propostas concretas e, também, pelas críticas feitas àquilo que ainda não está dando certo. Sinto-me altamente nutrida quando observo que as pessoas, de forma autônoma e consciente, estabelecem uma relação de autonomia com o Governo, dizendo aquilo que é positivo e negativo, até mesmo reconhecendo seus próprios erros.

Por sugestão minha, apresentei ao Ministério do Meio Ambiente uma proposta de avaliação e acompanhamento dos programas que hoje estão voltados para o extrativismo, como é o caso do Prodex e do Programa Amazônia Solidária. Não queremos programas que não sejam avaliados, até para que os erros sejam corrigidos. Esperamos que esse segmento tão importante da nossa economia extrativista possa, à luz desses ensinamentos, modificar rumos, persistindo na ideia de que a Amazônia precisa de um projeto que diversifique a sua economia, com espaço para os diversos segmentos. Necessariamente, esses segmentos devem estar subordinados a um modelo de sustentabilidade, que não poderá deixar de ser uma sustentabilidade econômica, social, cultural, política, ambiental e, acima de tudo, ética. Se não pensarmos a Amazônia como um espaço de desenvolvimento econômico e social, onde a equidade social deva estar presente, todo o nosso esforço terá sido em vão.

Acredito que a luta dos seringueiros e dos índios da Amazônia tem contribuído para dar esse grito em

busca da equidade e da justiça social, e, sobretudo, da sustentabilidade ambiental e cultural.

Fiquei bastante feliz ao saber que, no meu Estado, já existem pessoas da iniciativa privada que estão apostando nesse modelo, fazendo com que suas atividades econômicas objetivem a sustentabilidade, buscando ocupar espaços no mercado, tanto dentro do País como fora dele, para constituirmos um exemplo de uma economia não predatória, que não pensa apenas no imediato. A partir de uma visão estratégica, futurista, podemos estabelecer novas bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Isso é sobremaneira animador.

O meu pequeno Estado do Acre tem-se constituído nesse pequeno espaço, apesar das dificuldades e dos desafios que, sabemos, precisam ser enfrentados, no que concerne à infra-estrutura – construção de estradas, com critérios de sustentabilidade, com respeito às populações tradicionais, que precisam ser feitas para que a economia se desenvolva; luta em defesa de um modelo que aporte também na gestão sustentável dos investimentos; gestores altamente qualificados, buscando a competitividade, para que a nossa economia não fique eternamente na dependência de modelos externos à nossa realidade.

Temos também o desafio de fazer com que aquele pequeno Estado da Amazônia honre o conteúdo histórico da sua luta em defesa da nossa floresta e, ao mesmo tempo, honre a simbologia do que representa, em termos da resistência daqueles que adquiriram uma consciência ambiental, baseada numa relação estabelecida com a floresta, e não meramente em teorias, que, muito embora sejam importantes, precisam ser testadas na prática.

A luta social dos povos do Estado do Acre constituiu um movimento que, a partir da realidade local, econômica e social, das suas próprias mazelas, foi capaz de apresentar alternativas, não ficou apenas na crítica, no registro ou no diagnóstico, mas, acima de tudo, partiu de propósitos que considero grandiosos e, em cima deles, estabeleceu alternativas, como é o caso das reservas extrativistas e de boa parte das políticas que estão sendo implementadas na Amazônia para beneficiar os que nunca haviam sido lembrados por nenhuma política de governo, quer no plano estadual, quer no plano federal, porque as políticas eram sempre voltadas para os patrões, à época os seringalistas.

Hoje, a partir dos próprios extrativistas, temos uma série de propostas, como é o caso das que já mencionei: a idéia das reservas extrativistas, dos pro-

jetos de assentamento extrativistas, de uma lei federal subsidiando a atividade da extração e produção da borracha e de uma linha de crédito especial para os extrativistas que, em mais de cem anos de atividade, muito embora tenham propiciado cerca de 40% das exportações do nosso País, nunca tiveram a oportunidade de entrar em um Banco para terem acesso a um crédito de qualquer natureza.

Mas, agora, graças a Deus, com a ajuda do movimento social organizado, com o meu trabalho aqui com a ajuda de outros parceiros, também sensíveis a esta causa, mesmo não sendo da Amazônia, nós conseguimos essa linha de crédito com o apoio, na época, do Prefeito Jorge Viana, que hoje é Governador, do Governador João Alberto Capiberibe e do Secretário de Planejamento de Rondônia à época do Governador Valdir Raupp.

Faço este registro por entender que as grandes idéias, os grandes projetos, aquilo que realmente tem consistência nunca pode ser crédito de uma única pessoa ou segmento. É sempre obra de muitas mãos. Sempre digo que somos anjos com uma só asa e somente conseguimos voar quando estamos abraçados.

A luta em defesa de um modelo sustentável para a Amazônia jamais poderá ser fruto da ação de um grupo ou de uma pessoa; terá necessariamente que ser a luta dos homens e mulheres de bem que compreendem que esse espaço não pode ser utilizado de forma predatória e irresponsável, mas que, acima de tudo, seja utilizado da forma como merece, ou seja, por representar a maior megadiversidade do planeta com 22% das espécies vivas do mundo, 20% da água doce disponível no mundo e portar uma biodiversidade avaliada em quatro trilhões de reais, ou seja, uma riqueza imensurável.

No meu Estado, várias comunidades continuam lutando e persistindo, reconhecendo os erros da trajetória da luta, mas que, acima de tudo, continuam com a disposição acertar. Com alegria, observo que esse não é mais um discurso de minoria, mas da maioria. Pelo menos no discurso. Em uma revista de uma companhia aérea vi um anúncio que dizia que mais de 90% da área do Estado do Amazonas está preservada e que o Estado aposta num modelo de sustentabilidade.

Lembro-me de que, há doze ou treze anos, quando Chico Mendes ainda era vivo, a maior crítica à sua figura vinha exatamente de alguns setores conservadores do Estado do Amazonas, como se ele estivesse na contramão da história. Anos se passaram,

e hoje vejo que o discurso do Chico Mendes, de doze, treze anos atrás, foi assimilado até mesmo por aqueles que defendiam a tática da montanha. As grandes idéias não ficam privatizadas para um pequeno grupo ou uma pessoa, elas são expandidas, projetadas no inconsciente coletivo da sociedade, da humanidade, alcançando até aquelas cabeças mais resistentes. Com alegria, observo que estamos conseguindo essa preservação, essa projeção, essa sustentabilidade para uma Amazônia que é simbolicamente amada, desejada. Vislumbramos a sua preservação, não apenas simbolicamente. Também no seu conteúdo e na sua forma, a Amazônia exige essa preservação, que hoje estamos conseguindo. Mais palavras do que ações, mas algumas ações estão se concretizando, ainda que pulverizadas e incipientes.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de saudar a Senadora Marina Silva pelo pronunciamento e dizer da nossa constante alegria por vê-la, juntamente com todos os companheiros do Acre, num esforço gigantesco para viabilizar políticas públicas e sociais e investimentos na perspectiva de garantir o desenvolvimento sustentável.

Sr. Presidente, amanhã, respaldando uma reivindicação de todos os Senadores da Oposição – espero que não só os da Oposição –, apresentaremos requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos, que também será apresentado no plenário do Senado, no sentido de que possamos debater, no Congresso Nacional e no Senado Federal, o novo acordo firmado pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional.

Sei que o debate não é novo na Casa, talvez tenha sido mais agigantado no final de 1998, início de 1999. Lembro-me, com muita clareza, embora ainda não fosse membro do Congresso Nacional, de uma questão de ordem levantada pelo Deputado Federal José Dirceu, Presidente do meu Partido, referente ao art. 49, inciso I, da Constituição Federal, que trata da necessidade de pronunciamento do Congresso Nacional, e não apenas do Senado Federal, de acordos que tenham atos que acarretem em cargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. O Dr. Raimundo Carreiro inclusive nos forneceu a conclusão oferecida à então Presidência da Casa, relacionada a uma consulta feita à Consultoria, na qual não se estabelecia como necessária a reivindicação ao art. 49,

visto que o Brasil já se apresenta como membro efetivo do Fundo Monetário Internacional. O próprio Ministro Malan, em todos os acordos feitos com o Fundo Monetário Internacional ou em qualquer outra operação de crédito, sempre faz questão de dizer que apenas poderá informar à Comissão de Assuntos Econômicos, nem oficialmente à Presidência da Casa. Do mesmo jeito, acaba sobrando para o Senado, porque o art. 52, inciso V, estabelece como competência privativa do Senado a autorização dessas operações de crédito. Acabam sendo discutidas no Senado simplesmente as consequências, os passos seguintes relacionados ao acordo com o FMI.

É de fundamental importância que esta Casa faça o debate, porque é no mínimo irritante que o Congresso simplesmente aceite a demagogia, a mentira, a propaganda enganosa do Governo Federal, que insiste em se comunicar com a opinião pública apresentando o FMI como se fosse uma instituição filantrópica, o que é uma mentira. O Fundo Monetário Internacional não é uma instituição filantrópica, é uma instituição financeira que age de forma unilateral para preservar única e exclusivamente os interesses dos credores internacionais. Ou seja, com a confusão da crise da Argentina, portanto, com a possibilidade da nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o planeta Terra, há o chamado capital especulativo, aqueles parasitas que não fazem nada, não colocam um tijolo, não geram emprego, não dinamizam a economia local, não geram renda, não se submetem, como os parques produtivos nacionais ou os milhões de trabalhadores que ficam à mercê dessa ciranda financeira imposta pela política econômica. Essa é a turma que não bota um prego sem estopa. É a nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o Planeta Terra e parasita nações inteiras. E é para essa turma que o Governo Federal, mais uma vez, insiste e faz um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional. Mente, quando apresenta o FMI como instituição financeira. Não é! É mentira!

Portanto, é de fundamental importância que os Ministros Malan e Martus Tavares estejam aqui, porque, quando o Governo Federal vai à opinião pública e tem a ousadia de dizer que vêm 15 bilhões para o Brasil, é mentira! Conversa mais feia! Deviam envergonhar-se por mentir tanto perante o Brasil. Mentira! Não há 15 bilhões coisíssima nenhuma. De setembro de 2001 até o final do ano que vem, vão ser disponibilizados o que hoje são 2 bilhões e que não podem sequer ser transformados em moeda corrente, o que significa dólar preservado em caixa para pagar os agi-

otas internacionais. E, junto com isso, há coisa pior: o "Lexotan" para acalmar a histeria do mercado, e o choque elétrico no povo brasileiro, que é calmo. Mentem, dizendo que vêm 15 bilhões – porque não vêm – e isso não significa recurso novo para investir na saúde, na educação, na segurança pública. Mentira! Não tem recurso nenhum. Junto com isso, o FMI impõe algumas coisas: mais cortes no Orçamento para a população brasileira. Até agora, eles já cortaram mais de 18 bilhões. Como? Da forma mais cruel, cínica e dissimulada: não executaram o Orçamento. Então, já estão cortando.

Cortaram 18 bilhões até agora, porque não executaram o que disseram ao Brasil e ao Congresso Nacional que iriam fazer. Não executaram, e ainda assim, com o novo acordo, há mais coisas a fazer: eleva-se a arrecadação por meio de impostos e taxas, sobrecarregando o setor produtivo, aquele que se submete à lógica do mercado, às regras da competitividade, à oscilação da política econômica ou à histeria do capital especulativo. E o Governo não tem coragem de fazer a reforma tributária e tem a ousadia de dizer que irá fazê-lo com os penduricalhos encaminhados ao Congresso.

O Governo tem que contingenciar recursos para investimento em infra-estrutura, ou seja: em rodovias, ferrovias, no setor elétrico – e neste setor vivemos uma crise gigantesca –, no abastecimento d'água e em obras de irrigação no Nordeste. Tudo isso vai ser cortado. Tem que contingenciar recursos para custeio, salário, equipamentos, pesquisas, ciência e tecnologia. Tem que contingenciar, ou seja, vai cortar, roubar dinheiro da educação, da saúde, da habitação... Tem que continuar incentivando a alienação de bens da União, como sempre fizeram, com privatizações e concessões. Este Governo não tem autoridade moral para falar em privatização, mas continua falando em dar continuidade à privatização das hidrelétricas. Quer acelerar a discussão sobre a privatização das companhias de abastecimento e saneamento etc.

Então, Sr. Presidente, é inadmissível a calmaria no Senado. É inadmissível a calmaria no Congresso Nacional, diante de uma mentira! Sei que o Governo Federal mente muito e que já deveríamos estar acostumados com isso. Mentem tanto que já virou contumácia. Mentem, ludibriam, manipulam informações. Eles precisam ir, Senador Lauro Campos, à opinião pública fazer a propaganda enganosa de que chegaram 15 bilhões ao Brasil. Não façam isso, porque o povo brasileiro já é tão sofrido, vive tanta dor, tanta miséria! Quando ouve falar de 15 bilhões, o pobre co-

tado que está morrendo de fome, de sede, que mora na favela até se alegra um pouco, achando que sobrá dinheiro para a saúde, para a educação, para a segurança pública, para a habitação... Mentira!

O Governo Federal, que é mentiroso, precisa ao menos vir ao plenário da Casa e explicar tudo o que será feito. E espero que, mais uma vez, o Senado, o Congresso Nacional, não se submetam à posição de anexo arquitetônico do Palácio do Planalto. É uma coisa impressionante: é tanta pose nossa, é tanta pose do Congresso Nacional... É muita pose! É uma belíssima estrutura arquitetônica, enquanto a vida do País é discutida num acordo como esse. São as políticas sociais, as políticas públicas, os setores produtivos, o parque produtivo nacional, os postos de trabalho... em fim, a vida do País está sendo discutida nesse momento.

Por isso, espero que, mais uma vez, não assumamos a síndrome do anexo arquitetônico do Palácio do Planalto e possibilitemos a vinda do Governo ao plenário ou na Comissão de Assuntos Econômicos, garantindo-se a participação de todos os Senadores. Que possamos discutir a propaganda enganosa do Governo Federal, relacionada a mais um acordo do Fundo Monetário Internacional.

O Sr. Lauro Campos (Sem Partido - DF) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT - AL) – Concedo, com muito prazer, um aparte a V. Ex^a, Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Sem Partido - DF) – Senadora Heloísa Helena, para falar a verdade, estava com saudades de apartearseus brilhantes pronunciamentos. V. Ex^a discursa para acordar uma parte desta Casa que continua a dormir em berço esplêndido, como bem salientou, enquanto lá fora a noite é fria, perigosa, tenebrosa e ameaçadora. A América Latina está em uma situação pré-revolucionária e, no entanto, continua a dormir neste Senado. Nas raras exceções em que se fala, comenta-se "o mundo da lua" ou outros assuntos completamente fora do alcance dos mortais brasileiros, dos penitentes brasileiros. Quando comecei a escutar o discurso de V. Ex^a, não sabia se o assunto era o Brasil, a Argentina ou outro "paiseco" qualquer da América Latina. Os neófitos, os neoliberais, os "neonadas" estão por aí – e ainda dizem que não são. Não têm coragem de falar, de colocar uma tabuleta em seus descaminhos. Pois bem, V. Ex^a tem toda a razão: um País dominado, de joelhos, como é o Brasil, fez inscrever na sua Carta Magna, art. 166, § 3º, inciso III, letra b, que nós, Deputados e

Senadores, não podemos apresentar nenhum projeto, nenhuma medida ao Orçamento. E o povo acredita que nós fazemos o Orçamento. Um Orçamento que já vem feito, um Orçamento no qual não podemos influenciar em nada de significativo, até mesmo porque o artigo que citei afirma que não podemos apresentar emenda que implique redução das nossas disponibilidades para o pagamento da dívida. A prioridade primeira deste País – envergonhada, mas primeira –, não é educação, não é saúde, não é social. Está escrito na Constituição: a prioridade é o pagamento da dívida externa. E nós não podemos alterar esse dispositivo, não podemos atingir o tal do superávit primário. Então, precisamos arrecadar mais, como arrecadamos agora mais de 30 bilhões e deixar de reserva para quando "o seu lobo" chegar. E ele chega sempre, todos os dias. O lobo é o FMI, que concentra todos os poderes e interesses da dominação imperialista internacional. Não podemos fazer nada. Ficamos ali brincando, trocando seis por meia dúzia. Apresentamos projetos para fingir, nos municípios, que conseguimos verba. Conseguimos coisa alguma! Tiramos da saúde e aplicamos na educação. Tiramos da educação e aplicamos nas estradas, e assim por diante, mas não podemos tocar na parte do lobo, do FMI. Há superávit, excesso da arrecadação, que não pode ser empregado em nada porque tem que ficar de reserva para que o FMI coma à vontade e se farte. De pois, vamos fazer outro superávit para matar a fome do ano que vem. Assim estamos fazendo desde o princípio. Realmente é o momento de aproveitarmos essa rebelião. E quem foi o responsável por isso na Argentina? Foi o Sr. Cavallo, o comandante que montou no cavalo de Átila, destruiu a Argentina, de sempre gou o povo argentino e quer, tal como aqui, tirar um milhão. Agora, teremos US\$15 bilhões de empréstimos para pagar no futuro, mas, por enquanto, só vieram US\$4,6 bilhões. O resto virá se ficarmos bonzinhos, confiáveis e aplaudirmos. Então, se isso acontecer, o Brasil terá US\$15 bilhões. A Argentina já foi esfaqueada desde 1991 por um plano igualzinho a esse, só que lá incluíram na Constituição a taxa de câmbio. Então, houve algum português – desculpe Portugal, sou de ascendência portuguesa, mas por assim dizer – para fazer um absurdo desses, incluir taxa de câmbio, que deve oscilar, que deve ser flexível, na Constituição. Na hora em que o Governo for mexer na taxa de câmbio, todo mundo fica sabendo, e não haverá nenhum "burro de cachola" que não entenda que ele tem que mudar de posição! É lógico! Desculpe a extensão do aparte, sou o próximo orador, cederei parte do meu tempo a V. Ex^a, já estou fazendo meu discurso ante ci-

padamente, porque há muito a dizer. Por exemplo, apresentarei agora mais um projeto. Não valerá nada, como esse do Art. 166, que eu quis apresentar, mas tem que contar com 27 assinaturas. Então, apenas falei nele, para registrar, para os meus netos saberem que não fui enganado, que eu sabia o que estava acontecendo e que a Constituição assegurava o assalto deles sobre o Brasil. É um assalto constitucionalizado! Esse pessoal de dupla nacionalidade, esses "Cacciola", roubam aqui e fogem para lá, onde têm outra nacionalidade e não podem ser extraditados, esse "Fraga" esses seres duais, de dupla nacionalidade. Eles não erraram conosco, estão acertando para a outra pátria amada, que tem um lugar para eles no futuro. Na hora em que a situação apertar aqui, como no caso do Salvatore Cacciola e tantos outros, serão amigos do George Soros. Tenho um projeto para restringir a dupla nacionalidade: roubar aqui e correr impune para lá. Isso não é possível, vamos continuar sendo bobos até quando? Agradeço pelo aparte e peço desculpas pela delonga. Há mais de vinte dias eu não falava e não agüentei a pulsão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, meu querido companheiro, Senador Lauro Campos, que tem sido sempre um verdadeiro guerreiro defendendo os interesses do Brasil e da humanidade.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fica aqui o nosso requerimento. Espero que a base governista não crie qualquer problema ou celeuma em relação a isso. Sei que existem dificuldades gigantescas para trazer ministros a esta Casa.

Acima de tudo, espero que o Senado não se comporte como um anexo arquitetônico do Palácio do Planalto, que esta Casa cumpra o seu papel e traga a esta Casa Ministros como Pedro Malan ou Martus Tavares. Enfim, que a equipe do Governo que está operacionalizando mais um acordo com o grande exemplo de parasitismo da humanidade, o Fundo Monetário Internacional, possa vir a esta casa prestar as explicações necessárias diante da mentira e da propaganda enganosa que insistentemente fazem por intermédio dos meios de comunicações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Ex^a tem o tempo determinado pelo Regimento Interno, que é de cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tratarei do tema ferido pela Senadora Heloísa Helena. Tanto o Ministro Pedro Malan quanto o Ministro Martus Tavares, como qualquer outro do Governo Fernando Henrique, sempre que convidados, fizeram questão e compareceram ao Plenário ou às Comissões do Senado Federal e do Congresso para prestar esclarecimentos. Portanto, qualquer requerimento de convite é bem-vindo. Penso ser importante os Ministros virem a esta Casa – e têm vindo exaustivamente – no sentido de prestar informações da ação transparente do Governo.

Quanto à questão específica do acordo com o FMI, ventilada muito hoje pela imprensa, considero o acordo extremamente importante, no momento em que os fundamentos da economia da América do Sul estão vivendo esta situação por conta do que acontece na Argentina. Sem dúvida, essa sinalização, em âmbito internacional, é fundamental não apenas para o Governo Fernando Henrique, mas para garantir o equilíbrio e a governabilidade ao próximo Governo para que não se defronte, no final do período em crise, com algum desses contratempos internacionais.

Portanto, ao alocar ou ao garantir os recursos para o Governo Fernando Henrique, o FMI, na verdade, demonstra que os fundamentos da economia brasileira estão no caminho correto, diferentemente da Argentina. Este acordo, feito com muita responsabilidade, sem nada escondido, virá ao Senado para ser aprovado e, tenho certeza, de que o Ministro irá explicá-lo bem e demonstrar que o País está no caminho certo.

Em nome da Liderança do Governo, concordamos com o convite e, no momento correto, vamos aplaudi-lo e aprová-lo, para que o Ministro Pedro Malan possa vir novamente demonstrar o esforço que o Governo do Presidente Fernando Henrique tem feito no sentido de manter a economia equilibrada, conter o endividamento, enfim, procurar os caminhos para dar sustentabilidade ao nosso desenvolvimento.

Peço a V. Ex^a a minha inscrição para discursar, em um outro momento, como Senador, porque o importante agora é fazer o registro em nome da Liderança do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pergunto à Senadora Heloísa Helena se V. Ex^a vai ocupar o tempo da Liderança, neste horário, para falar em nome do bloco de Oposição?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer um pequeno registro. Talvez nem seja necessária a inscrição. Como o Senador Romero Jucá se inscreveu, também acabei por me inscrever. Vou solicitar as notas gráficas, até porque, como o Senador Romero Jucá disse, esse acordo caberia a aprovação do Senado, embora o acordo já tenha sido efetuado. Sabemos que o que ocorreu em 1998 foi um faz-de-conta de acordo com o FMI, pois tratava-se de fato de uma autorização para uma operação de crédito com um banco do Japão.

Desta vez, conforme disse o Líder do Governo, o acordo com o Fundo Monetário já foi feito, já está inclusive na Internet, na página do Fundo Monetário Internacional, eles já estão operando nesse sentido, mas nós também vamos participar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante o recesso parlamentar, visitamos cerca de 35% dos Municípios do meu Estado e tivemos a oportunidade de receber a honrosa visita do Ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, e do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que vem visitando o Estado do Tocantins mais amigavelmente, tendo em vista que esse Estado deve ser o salvador da crise energética do nosso País.

Apelo à Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica para que não puna o Estado do Tocantins nem os Estados da região Norte, que consomem apenas cerca de 50% da energia que produzem.

Sr. Presidente, foi instituído, no decorrer do mês de julho, que se economize 15% de energia no Estado do Tocantins, já que o nosso Estado é *sui generis*. Temos as mais belas praias interiores nas flúvias do País – as praias do Rio Araguaia e do Tocantins, além das praias dos seus afluentes –, para onde acorrem, sobretudo no mês de julho, das férias escolares, dos recessos, centenas de milhares de pessoas, para desfrutarem das maravilhas da natureza.

A Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica propôs que os Estados da região Norte fizessem um esforço para, num primeiro passo, economizar 15% de energia. Em não sendo cumprida essa meta, o Governo teria de racionar 20% da energia que con-

su mi mos, ago ra já com as san ções pre vis tas pela Câ ma ra de Ges tão da Crise de Ener gia Elé tri ca em nos so País.

Sr. Presidente, há fins de semana no Estado do To can tins em que te mos mais pes so as nas pra i as que nas próprias cidades. Hoje, as cidades próximas às praias fornecem a energia elétrica por meio das liga ções permitidas pela Celtins, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins. Nessas épocas, te mos, durante 24 horas por dia, um con su mo in ten si vo de energia para o lazer dos inúmeros to cantinenses que estudam ou trabalham em outros Estados e, so bre tudo, dos convidados que vão para a região a fim de desfrutarem das belezas naturais que o nosso Estado proporciona.

Assim, já no final do mês de julho, o Estado de Tocantins, em que pese ao esforço de sua gente e dos órgãos governamentais, não havia conseguido economizar nem 12% do consumo de energia elétrica. O prazo previsto para alcançar a meta de economia vence amanhã, dia 7, quando teremos de prestar contas ao Grupo Estadual de Racionalização de Energia, Gere, comissão criada pelo Governo do Estado para orientar as pessoas a fim de diminuir o consumo.

É bem provável que o Estado de Tocantins e os outros Estados do Norte, por serem Estados de turismo ecológico, não consigam economizar energia pelos parâmetros estabelecidos pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Portanto, apelo às autoridades federais para que dêem mais um prazo ao Esta do de To can tins, talvez um dos menores consumidores de energia elétrica do nosso País, embora atualmente venha expan dindo o oferecimento de energia elétrica para os produtores rurais. Por intermédio de um ousado programa, com recursos oriundos de organismos japoneses e de acordos de cooperação entre Tocantins, JICA e Eximbank, do Japão, estamos conseguindo implantar energia em cerca de 12 mil propriedades rurais do nosso Estado. Evidentemente, esse projeto está sofrendo uma solução de continuidade, uma demora, tendo em vista a crise energética em nosso País.

Sr. Presidente, apelo às autoridades, ao Ministro Pedro Parente, ao ex-Deputado Euclides Scalco e a todos que compõem a Câmara de Gestão para que dêem mais um prazo – até 07 de setembro – para que o Tocantins possa efetivamente mostrar o esforço que vem sendo feito no sentido de economizar energia.

No final deste ano, a Usina Hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães começa a produzir energia, que será oferecida ao País. Num primeiro passo, certamente, cerca de mais de 300 megawatts e, posteriormente, um total de mais de 900 megawatts. O Governo está enviando esforços ingentes no sentido do aproveitamento total da Hidroelétrica de Itaipu, que poderá, com a instalação de novas turbinas e com o término da rede de transmissão, produzir mais de 1.400 megawatts. Também Tucuruí poderá oferecer nos próximos meses ao Brasil cerca de 1.500 megawatts.

Fica aqui o apelo de um Estado que gasta o mínimo possível de energia elétrica, mas que não tem conseguido alcançar a meta nesse primeiro passo, em que pese à boa vontade de todas as autoridades e da sociedade civil. Por isso, pe di mos que não haja punição e que se dê pelo menos mais um mês de prazo para que o Estado alcance aqueles 15% estabelecidos pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

O Estado do Tocantins já teve licitada sua própria usina, a Usina Hidroelétrica Peixe Angical, que deverá gerar cerca de 400 megawatts, que serão incorporados à energia do nosso País.

Sr. Pre si den te, na mi nha volta a esta Casa, passei em cerca de oito cidades. Tive oportunidade de encontrar Prefeitos e de participar de reuniões com diversos setores organizados das cidades, com as Câmaras de Vereadores, com associações comerciais e industriais, com sindicatos rurais e sindicatos de trabalhadores. Com o esforço que se está fazendo no Estado do To can tins, ha ve re mos de cum prir as metas estabelecidas pela Câmara de Gestão da Crise Energia Elétrica.

Reitero o ape lo para que se dê pelo menos mais um mês de prazo para o Tocantins, que agora não tem tantas visitas ilustres, sempre bem-vindas ao nosso Estado, a fim de que se possa adequar àquilo que nos pedem os responsáveis pela gestão da crise de energia em nosso País.

Era o apelo que queria fazer às autoridades do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Lauro Campos, por vinte minutos.

O SR. LAURO CAMPOS (Sem Partido – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de um longo e prolongado recesso – para mim altamente surpreendente, porque, estando aqui há seis anos e meio, não conhecia a prática desse dispositi-

vo, já que, na nossa profissão, não tínhamos direito a férias –, o recesso parece surgir como solução para algumas pessoas que nele se refugiam.

Isso me faz pensar que precisamos mesmo de um pacote ético. Mas, para mim, a expressão é antiética, pois temos pacote de batata, pacote de coisa furada, pacote de sem-vergonhice, não de ética. A ética é algo que se cultiva com muitos calos, muitas penas e muitas frustrações. Desse modo, pacote ético não pode ser ético. A ética não pode ser transportada e distribuída em pacotes. Há um engano nisso.

Contudo, como neste País não há solução para nada, mudam-se as palavras, os nomes. Houve um rombo na Sudam? Espere aí, vamos mudar o seu nome! Houve um outro na Sudene, antiga Sudeco? Já mudou de Sudeco para Sudene, e estamos agora com um neonome, neste neogoverno neonada. As soluções passaram a ser no sentido de mudar nomes, siglas.

Quero dar os parabéns a este bravo exército do Governo, do qual sempre tive um pouco de escrúpulo, inclusive ético, de me aproximar.

Meu avô teve dois sobrinhos que foram governadores de Minas Gerais. Sou primo do Francisco Campos, o Chico Ciência, que foi Ministro, foi tudo neste País; mas nunca subi os degraus do Palácio da Liberdade na minha vida. Não gosto de governo. O meu bisavô, Presidente do Conselho de Ministros de D. Pedro II, o Conselheiro Martinho Campos, ex-Ministro da Fazenda e ex-Presidente da Província do Rio de Janeiro, quando exercia o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, tinha tamanho hábito de criticar o governo que, quando notou, estava criticando a si mesmo, ao governo do qual era o chefe, Presidente do Conselho.

Prefiro esta tribuna baixa e sofrida, perto das ruas e das estradas, a tribuna da oposição. Estou muito bem aqui na oposição. Não quero jamais chegar lá.

O assunto que nos abala a todos é a chamada crise da Argentina, como se ela não fora a pátria irmã do Brasil. A diferença é muito pequena. O senhor "Cavallo de Átila", como há dez anos eu digo e repito, destruiu, esterilizou, desempregou, desestatizou, desmanchou a Argentina, que costumava ser considerada uma parte da Itália, a aplomb dos franceses na América Latina. Hoje, nem isso, os argentinos estão humilhados e desempregados. Esse governo neoliberal, que nunca pensou nos aposentados, a não ser para castigá-los, agora, volta exigindo dos aposentados, esmulambados, desrespeitados, mais um "sacrifíciozinho".

O Brasil, que é tão grande diante da Argentina, quer, e vai com se guir, US\$15 bilhões. A Argentina, pobre coitada, está vendo se consegue US\$1 bilhão do FMI. A que ponto chegaram os nossos orgulhosos irmãos argentinos! Mas caminhamos no mesmo sentido, com toda a irresponsabilidade neoliberal de um neófito que faz um governo neonada.

Estamos constatando que o Ministro Pedro Malan tem toda a razão. Eu o conheci quando ele era uma pessoa saudável, no tempo em que seus olhos brilhavam, no tempo do destemor. Eu o conheci, e ele já foi assim um dia, coisa rara no mundo dos economistas, porque todos eles escrevem muito mal, pensam muito limitadamente. O velho Robert Malthus chamava a Economia de ciência lúgubre, cujo objeto é o capitalismo. Um objeto suspeito, desumano, que está sempre caminhando para crises e arrancadas de prosperidade suspeita. Robert Malthus já sabia disso e ficou a vida inteira discutindo com o David Ricardo a respeito de suas teorias, de suas idéias, equilibristas ou não. O Malthus era não-equilibrista, e o David Ricardo era equilibrista e monetarista em certo sentido.

Quero dar os parabéns ao Ministro Pedro Malan por ter dito, no tempo em que era realmente uma pessoa saudável, que, de início, o cachorro abana o rabo. O cachorro somos nós brasileiros, argentinos, colombianos etc. Quando chega um empréstimo externo, o cachorro abana o rabo! O rabo é a dívida externa, que é abanada alegremente pelo cachorrinho. Desde 1825, o Brasil vale-se da salvadora dívida externa. Está sendo salvo pela dívida externa desde 1825. E o Pedro Malan disse que, no princípio, o cachorro abana o rabo. Quando chega o empréstimo externo, é aquela alegria! Agora, sim, vamos fazer estradas, vamos fazer aeroportos, até mesmo, quem sabe, se sobrar algum, investir na saúde, inaugurar hospitais, fazer pedras fundamentais, uma indústria de pedras fundamentais para sair inaugurando obras.

Verificamos em uma Comissão do Senado Federal que contamos com 2.200 obras inacabadas. Perguntaram-me se eu gostaria de ir. Eu disse que não, que vejo isso há vinte anos. São obras keynesianas. John Maynard Keynes, o mestre de todos eles, disse que as obras do governo devem ser não apenas parcialmente wasteful, dissipadoras, mas whole wasteful, completamente dissipadoras. O modelo é o TRT de São Paulo. As 2.200 obras inconclusas são a impressão digital deste Governo que aí está e de outros que o antecederam. E, talvez, de outros que o seguirão.

Mas o Malan – como S. Ex^a me chama de Lauro, vou chamá-lo de Malan – disse há pouco tempo, na-

quela cadeira, que não foi ele quem pronunciou a frase. Fiquei satisfeito com a frase. Agora, finalmente, algum economista, além de Delfim Netto, usa o sarcasmo: no início é o cachorro que abana o rabo; depois, o rabo cresce tanto que passa a abanar o cachorro. Estamos – juntamente com a Argentina, o México e a América Latina – na segunda fase. É o rabo, é o apêndice que ficou tão grande, é o fetiche que cresceu tanto que agora nos comanda.

Quem será o próximo presidente do Banco Central? Será o próximo presidente da dívida externa e da dívida pública. Quem será o próximo Ministro da Fazenda? Será o Ministro que aprendeu ou pensou que aprendeu a abanar esse rabo que nos comanda, que nos suga, que nos escraviza, fetichistamente. Então, é natural que andemos na mesma andadura do Sr. Domingos Cavallo.

Parece que o Cavallo é mais esperto. Embora não tenha tido a escola do Sr. George Soros, ele é muito esperto. Ele vendeu, por US\$500 mil, um plano para Bucaram, El Loco, Presidente do Equador. Bucaram, El Loco, Presidente do Equador, queria pagar US\$500 mil por esse plano, que o Don Cavallo xerocou do FMI. O homem recebe um plano xerocado do FMI e o vende para o presidente de uma república latino-americana, completamente perdido, só pode, por US\$500 mil. Então, esse Sr. Cavallo está lá muito confortável, cavalgando ainda, dando pinotes na Argentina.

Pois bem, a Argentina chegou a tal ponto de destruição, de neoliberalização, de desemprego, de desestruturação de tudo: da máquina, do Estado, da saúde, da educação, dos aposentados... Tudo desmanchado, desmoralizado! A Argentina inteira caiu do "cavallo". E, agora, chamam de volta esse senhor que desconstruiu tudo, para ver se ele consegue reconstruir. Ele que desconstruiu deve saber como reconstruir. (Risos.) Ai, meu Deus do céu! Onde estamos? Então, quer dizer que é natural até que, diante das aberrações, um ex-colega – por que saí do PT –, um que ficou no PT, mas que nunca foi petista, diga que o Malan e o Gustavo Franco – diz esse gênio, essa expressão da intelectualidade petista – deverão continuar uns três ou quatro meses, caso o PT vença as eleições. E esse senhor afirma que tudo o que diz aprendeu com Lauro Campos. Pedi a ele, umas quinze vezes, que, por favor, não dissesse aquilo, porque não era verdade e me envergonhava.

Assim, estamos aí, todos perdidos, completamente perdidos. Mas, algumas vezes, ainda temos uma esperançinha.

O Ministro-Presidente do Supremo Tribunal realmente é uma pessoa que merece encômios, elogios, principalmente quando S. Ex.^a vem lembrar da dívida aos déspotas, aos autoritários que se implantaram neste País, em nome da democracia, a esse despotismo mal disfarçado presidido por sua majestade o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele, o Presidente do Supremo Tribunal, afirmou algo que não precisava ter afirmado se tivéssemos pessoas saudáveis, respeitadas, dignas dos cargos que ocupam: o Ministro Marco Aurélio teve que lembrar à sua majestade, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que Sua Excelência tem que pagar, deve pagar as suas dívidas, que o Executivo deve pagar as dívidas do Governo.

Para fora, não podemos dar o calote, temos que pagar a dívida externa aos agiotas internacionais em dia ou nas vésperas; mas, aqui dentro, o que diz este Governo com sua majestade o Presidente Fernando Henrique Cardoso à frente? Sete anos sem pagamento aos funcionários. É uma dívida incrível, acumulada, desrespeitada, não paga, apesar do mandamento constitucional das decisões do Supremo Tribunal Federal.

Seria preciso, num país onde houvesse democracia, que o Presidente do Supremo Tribunal Federal lembrasse ao Presidente da República que este tem de pagar as dívidas já vencidas há tanto tempo? Dívidas que empobreceram os funcionários, que deveriam ter sido pagas àqueles que não foram vítimas da demissão voluntária – demissão voluntária com o fuzil nas costas?

De modo que, de descalabro em absurdo, vamos tentando seguir o caminho "Avança, Brasil" em direção a Buenos Aires, não para uma guerra, mas para um abraço fraterno. Há até uma música que fala dessa pátria ermana, pátria irmã. Este é o nosso caminho: o caminho daqueles que se desencaminharam e se perderam há muito tempo!

Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso pensava – e ele já pensou –, escreveu que, "para a produção de uma maior massa de mais-valia" – que hoje ele poderia dizer: de um superávit primário maior –, "é preciso que o Governo seja despótico, autoritário, aumente a exploração dos trabalhadores, reduza salários. A única parte da população que realmente poupa é a que consome pouco ou a que não consome. São os pobres e os trabalhadores que fazem a poupança em que os ricos investem. Demorei muito tempo para entender algo tão simples. Quando o Governo começa a de ver e tem que au mentar a poupança

ça para pagarem preiteiros, banqueiros, para pagar o Proer, o FMI e os agiotas internacionais precisa ser despótico, autoritário, utilizar mais força para que o paciente Brasil, sedado, permita a sangria adicional. O Senhor Presidente, Fernando Henrique Cardoso, sabia de tudo. Também é preciso força, disse Sua Excelência, quando o resultado da exploração, da mais-valia extraída dos trabalhadores, mudou de destino. Há tempos, os comerciantes levavam grande parte do nosso sacrifício. Depois passaram a ser os industriais e banqueiros. Em outra fase, na primeira década perdida, parecia que éramos banqueiros. Agora são os credores internacionais. Na hora em que eles rugem, nós brasileiros temos que escutar aquela velha conversa ética: se devemos, temos que pagar; todos que devem têm que pagar.

Acontece que para pagar a dívida social, para pagar os funcionários que estão com salários atrasados, para pagar aquilo que foi extraído dos trabalhadores brasileiros e deveria ter sido reposto pelo menos em parte por um salário mínimo mais digno — como umas oito ou dez vezes falei aqui e mostrei e comparei com outros países —, na hora de fazer isso, eles se esquecem de sua etiqueta, de sua falsa ética, se esquecem de que pregaram que é honesto pagar pontualmente as suas dívidas, e a dívida interna, a dívida com o social, a dívida conosco, funcionários, etc., eles não pagam, protelam sempre, e é preciso que o Ministro do Supremo Tribunal venha lembrar-lhes que pacta sunt servanda, os pactos devem ser obedecidos, e o principal pacto de um presidente da República de veria ser com a sua coletividade, com as partes menos protegidas dessa coletividade sobre a qual ele impera.

Agradeço à Presidência a permissão de ultrapassar em uns quatro minutos o meu tempo e espero poder retornar amanhã porque a tarefa e o lixo acumulado são enormes, e não consigo varrê-lo com a eficiência que o País merece e que o Governo desejaria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) — Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, que terá 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB — RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei rápido. Pedi a palavra para fazer dois registros que considero importantes. Eu o fiz como Senador, e não como Líder, por que quero fazê-los em nome do meu mandado de Senador.

Primeiro, gostaria de registrar que o Ministro José Serra, mediante o Aviso nº 463/GM/MS, de 12 de julho, encaminhou ao Ministro do Planejamento, Martus Tavares, pedido para a reestruturação das carreiras de sanitarista do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional de Saúde e de entidades vinculadas.

Quero aqui manifestar o meu apoio a esse pleito e salientar a importância de a carreira de sanitarista ser reestruturada e fortalecida. Vejo que o Senador Tião Viana, como médico da região amazônica, também é favorável ao registro que estou fazendo. Entendemos que fortalecendo a carreira de sanitarista daremos um passo ainda mais importante no sentido de melhorar a saúde pública brasileira.

O Ministro José Serra, com muita sensibilidade, encaminhou esse pleito que aqui registro. E junto com o Aviso, o Ministro encaminhou todo o arcabouço jurídico da disponibilização técnica e operacional para que essa carreira seja estruturada.

Sr. Presidente, peço a transcrição dessa documentação, para que faça parte do meu pronunciamento.

O segundo assunto que eu gostaria de mencionar diz respeito ao meu Estado, Roraima, e à Empresa Boa Vista Energia S/A (Bovesa), que é federal.

A Bovesa, nos últimos três anos, fez uma reestruturação administrativa e operacional muito grande que culminou com a ação da Eletronorte no sentido de ligar a energia com a linha de Guri, na Venezuela.

O Presidente Astrogildo Quintal, da Bovesa, comunicou-me que a empresa ganhou o prêmio de excelência de evolução e desempenho no País, o Prêmio Abrave 2001. Foi a empresa que melhores indicadores apresentou por conta da evolução e do desempenho. Portanto, merece aqui esse registro e a nossa ação.

Quero parabenizar todos os servidores e a diretoria da Bovesa, bem como o seu Presidente, Astrogildo Quintal, pelo feito de se transformar em uma empresa evoluída, moderna, com um desempenho muito melhorado, da forma como foi registrado.

Peço a V. Ex^a que conste nos Anais desta Casa esse meu voto de louvor para a Bovesa e também para todos os servidores que fazem parte dessa conquista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.

AVISO Nº 463/GM/MS

Brasília, 12 de julho de 2001

A Sua Excelência o Senhor
Martus Tavares
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Senhor Ministro,

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de alteração da Medida Provisória nº 2.150-39, de 31 de maio de 2001, que "Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências", para incluir a reestruturação da Carreira de Sanitarista do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional de Saúde e entidades vinculadas.

A Carreira de Sanitarista, de que tratam o Decreto nº 79.465, de 30 de março de 1977, o Decreto nº 83.928, de 3 de setembro de 1979, e a Lei nº 6.433, de 15 de julho de 1977, é integrada pelos ocupantes do cargo de Sanitarista dos Quadros de Pessoal do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, nas seguintes áreas profissionais: Medicina, Enfermagem, Odontologia, Farmácia e Bioquímica (habilitação em análises clínicas e toxicológicas e em bioquímicas de alimentos), Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Estatística, Administração, Arquitetura e Urbanismo, Direito, Ciências Econômicas, Comunicação Social (habilitação polivalente em Relações Públicas e Jornalismo), Ciências Sociais (habilitação em Sociologia e Antropologia), Engenharia (habilitação em Engenharia Civil e Engenharia Sanitária), Agronomia, Ciências Biomédicas, Medicina Veterinária e Nutrição, os quais têm por atribuições assegurar e desenvolver, em todo o território nacional:

a) a formulação, a gestão, o planejamento, a coordenação, a supervisão, a normatização e a execução especializadas das políticas de saúde e de saneamento, inerentes à área de saúde pública, abrangendo atividades de vigilância epidemiológica de doenças e agravos;

b) o estabelecimento de diretrizes para o controle e a prevenção de doenças endêmicas e epidêmicas, destacando-se: a esquistossomose, a cólera, a dengue, a malária, a febre amarela, a leishmaniose, a doença de Chagas, a hanseníase, a tuberculose, a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) e as doenças emergentes;

c) a assistência aos órgãos de saúde no desenvolvimento das ações de vigilância epidemiológica e de vigilância ambiental e de fatores de riscos ambientais relacionados com a saúde humana;

d) a vigilância sanitária de produtos e serviços afetos à saúde e à vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

e) a elaboração e o acompanhamento de programas e projetos de saneamento em saúde pública;

f) a promoção e a implementação de ações educativas de Programas Nacionais de Saúde;

g) a formulação e o acompanhamento de políticas dirigidas à saúde das populações indígenas;

h) o planejamento, o acompanhamento e a assistência aos órgãos de saúde dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, no atendimento às populações atingidas por calamidade pública;

i) a execução de programas vinculados ao controle e à inspeção higiênico-sanitária e tecnológica das matérias-primas e dos produtos afetos à saúde humana;

j) a gestão do processo de fiscalização sanitária sobre as atividades de produção de insumos, serviços, medicamentos, alimentos, cosméticos e saneantes domissanitários;

k) o cumprimento dos acordos, tratados; e

l) a vigilância sanitária internacional.

É importante salientar que as ações de saúde desempenhadas pelos Sanitaristas, no âmbito deste Ministério, têm proporcionado à população brasileira:

a) a erradicação da varíola e da poliomielite no País, doenças que eram responsáveis por inúmeras mortes e deixavam graves sequelas nos doentes acometidos;

b) a eliminação da transmissão vetorial da doença de Chagas em 6 (seis) estados brasileiros;

c) a economia de US\$11,925 milhões, no período de 1984 a 1994, com o controle da esquistossomose, e de US\$18,606 milhões, no período de 1988 a 1995, com o controle da doença de Chagas, valores estes comprovados mediante estudo de custo benefício; e

d) a fiscalização sanitária dirigida aos mercados de serviços, de insumos e de equipamentos afetos à saúde humana, bem assim aos produtos de uso humano (alimentos, medicamentos, cosméticos e saneantes domissanitários), com impacto de grande repercussão na economia nacional.

Essas ações estão voltadas para a promoção e a prevenção em saúde pública, com vistas ao

bem-estar da sociedade como um todo, e pela redução da prevalência/incidência de doenças endêmicas e epidêmicas, assim como de outros agravos, como a redução da mortalidade, em especial as decorrentes de doenças imunopreveníveis, propiciando economia de milhões de dólares para o País.

É oportuno salientar que a contribuição dos Sanitaristas, no contexto nacional, tem sido decisiva para o cumprimento da competência atribuída ao Sistema Único de Saúde (art. 200 — CF), e nas leis orgânicas derivadas do texto constitucional, a cargo desta Pasta, que colocam a saúde pública como dever do Estado, e delegam ao gestor do SUS a competência para fomentar a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, mediante o desenvolvimento de políticas de saúde e saneamento, que assegurem acesso universal e igualitário da população às ações e aos serviços de saúde, capazes de reduzir o risco de contrair doenças e de expor a saúde a outros agravos, passíveis de medidas preventivas.

Acrescente-se que, sob o ponto de vista econômico-financeiro, são restritas as práticas de saúde pública, que se constituem de atividades sujeitas à execução pela iniciativa privada, que, pela baixa rentabilidade que oferecem, desestimulam e até mesmo afastam investidores nesse campo.

O presente projeto de Medida Provisória contempla, também, a transformação dos atuais cargos de Sanitarista, integrantes da Categoria Funcional de Sanitarista, código SP-1701, do grupo-Saúde Pública, criado pelo Decreto nº 79.456, de 30 de março de 1977, e o Decreto nº 83.928, de 3 de setembro de 1979, e os atuais cargos efetivos de Médico, Médico de Saúde Pública, Enfermeiro, Dentista, Odontólogo, Farmacêutico-Bioquímico, Farmacêutico, Bioquímico, Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Estatístico, Administrador, Arquiteto e Urbanista, Advogado, Economista, Comunicador Social, Técnico em Comunicação Social, Sociólogo, Antropólogo, Engenheiro, Agrônomo, Biomédico, Biólogo, Médico Veterinário, Nutricionista, Geólogo, Técnico em Saúde, Técnico em Assuntos Educacionais, Educador em Saúde, Especialista em Educação, Programador de Educação para o Trabalho, Pesquisador e Pesquisador em Ciências da Saúde, pertencentes aos Quadros Permanentes do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, com a conseqüente transposição dos seus ocupantes para os cargos criados pela nova carreira (Carreira de Sanitarista do Ministério da Saúde e Carreira de Sanitarista da Fundação Nacional de Saúde), desde que atendam às seguintes exigências:

a) possuam curso de especialização, mestrado ou doutorado na área de saúde pública ou que, no ato da edição desta Medida Provisória, estejam no efetivo exercício profissional comprovado, de no mínimo dez anos, nas atividades de saúde pública;

b) tenham ingressado no serviço público por meio de concurso e, se antes de 5 de outubro de 1988, de acordo com as normas constitucionais e ordinárias então vigentes.

Para finalizar, apresento a Vossa Excelência minuta consolidada e Anexos da emenda a ser introduzida na próxima reedição da Medida Provisória nº 2.150-39, de 31 de maio de 2001, objetivando estabelecer os padrões de equanimidade que se pleiteiam para os profissionais de saúde, cujas ações estão voltadas para atividades exclusivas do Estado, dentro do espírito de coerência gerencial que norteia o governo, contando para tanto com o indispensável apoio de Vossa Excelência.

Atenciosamente _ José Serra, Ministro de Estado da Saúde.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.150-39
DE 31 DE MAIO DE 2001

Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal, de Fiscal Federal Agropecuário e de Sanitarista, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

I — Analista de Finanças e Controle e Técnico de Finanças e Controle;

II — Analista de Planejamento e Orçamento e Técnico de Planejamento e Orçamento;

III — Analista de Comércio Exterior;

IV — Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental;

V — Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior e de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA;

VI — Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500;

VII – Analista, Procurador e Técnico do Banco Central do Brasil;

VIII – Inspetor e Analista da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

IX – Analista Técnico da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

X – Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia,

XI – Carreira de Desenvolvimento Tecnológico; e

XII – Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia.

XIII – Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Art. 2º As carreiras e os cargos a que se refere o art. 1º são agrupados em classes ou categorias e padrões, na forma dos Anexos I, II e III.

Art. 3º O ingresso nos cargos de que trata esta Medida Provisória far-se-á no padrão inicial da classe ou categoria inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se curso superior ou médio, ou equivalente, concluído, conforme o nível do cargo, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

Parágrafo único. O concurso referido no caput poderá ser realizado por áreas de especialização, organizado em uma ou mais fases, incluindo, se for o caso, curso de formação, conforme dispuser o edital de abertura do certame, observada a legislação pertinente.

Art. 4º O desenvolvimento do servidor nas carreiras e nos cargos de que tratam os arts. 1º e 55 desta Medida Provisória ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Para fins desta Medida Provisória, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe ou categoria, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe ou categoria para o primeiro padrão da classe ou categoria imediatamente superior.

§ 2º A progressão funcional e a promoção observarão os requisitos fixados em regulamento.

§ 3º O servidor em estágio probatório será objeto de avaliação específica, ao final da qual, se confirmado no cargo, obterá a progressão para o padrão imediatamente superior da classe ou categoria inicial, vedando-se-lhe, durante esse período, a progressão funcional.

Art. 5º É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes dos cargos e carreiras a que se refere esta Medida Provisória, ressalvados os casos amparados por legislação específica.

CARREIRAS E CARGOS DO GRUPO GESTÃO

Art. 6º Os cargos efetivos de que tratam os incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e o inciso II do art. 1º da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, reestruturados na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Parágrafo único. Os cargos vagos de Técnico de Planejamento e Orçamento existentes em 30 de junho de 2000, e os que vagarem a partir dessa data, ficam automaticamente extintos.

Art. 7º Incumbe aos ocupantes dos cargos de que trata o art. 6º o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto nos arts. 21 a 24 da Lei nº 9.625, de 1998, e no inciso II do art. 1º da Lei nº 9.620, de 1998.

Art. 8º Ficam extintas a Gratificação de Desempenho e Produtividade – GDP, de que trata o art. 1º da Lei nº 9.625, de 1998, e a Gratificação de Planejamento, Orçamento e de Finanças e Controle, de que trata o art. 7º da Lei nº 8.538, de 21 de dezembro de 1992, e instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, devida aos integrantes dos cargos referidos no art. 6º desta Medida Provisória no percentual de até cinquenta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor, conforme valores estabelecidos nos Anexos VII e VIII.

§ 1º A GCG será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem assim de metas de desempenho institucional fixadas, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

§ 2º Até vinte pontos percentuais da GCG serão atribuídos em função do alcance das metas institucionais.

Art. 9º A Gratificação de Desempenho e Eficiência – GDE, de que trata o art. 10 da Lei nº 9.620, de 1998, não será devida aos ocupantes do cargo de Analista de Comércio Exterior, a partir de 30 de junho de 2000.

Art. 10. Os critérios de que tratam os arts. 1º, 7º e 8º da Lei nº 9.625, de 1998, e os arts. 16 e 17 da Lei nº 9.620, de 1998, aplicam-se à GCG.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos efetivos da Carreira de Finanças e Controle, em exercício na Secretaria do Patrimônio da União, em 31 de dezembro de 1998, fazem jus à GCG.

CARREIRAS E CARGOS DA CVM E DA SUSEP

Art. 11. Os cargos efetivos de Inspetor e Analista da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e de Analista Técnico da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, de que tratam o Voto do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 401, de 28 de janeiro de 1987, e a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 7, de 3 de outubro de 1988, reestruturados na forma do Anexo I, têm sua correlação de cargos estabelecida no Anexo XVII.

Art. 12. Incumbe aos ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto no art. 1º da Lei nº 9.015, de 30 de março de 1995.

Art. 13. Ficam instituídas a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários – GDCVM, devida aos ocupantes dos cargos de Inspetor e Analista da CVM, e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados – GDSUSEP, devida aos ocupantes dos cargos de Analista Técnico da SUSEP, no percentual de até cinqüenta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor, conforme valores estabelecidos no Anexo VII.

§ 1º A GDCVM e a GDSUSEP serão atribuídas em função do efetivo desempenho do servidor, bem assim de metas de desempenho institucional fixadas, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

§ 2º Até vinte pontos percentuais das gratificações de que trata o caput deste artigo serão atribuídos em função do alcance das metas institucionais.

Art. 14. Os ocupantes dos cargos de Inspetor e Analista da CVM e de Analista Técnico da SUSEP não fazem jus à percepção da Retribuição Variável da Comissão de Valores Mobiliários e da Retribuição Variável da Superintendência de Seguros Privados, respectivamente, de que trata a Lei nº 9.015, de 1995.

Art. 15. A GDCVM e a GDSUSEP serão integralmente pagas, respectivamente, com os recursos arrecadados na forma das Leis nº 7.940 e nº 7.944, ambas de 20 de dezembro de 1989, que instituíram a Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários e a Taxa de Fiscalização do Mercado de Seguros.

Art. 16. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 14 desta Medida Provisória, quando cedidos, não perceberão a GDCVM e a GDSUSEP.

CARREIRAS DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 17. Os cargos efetivos da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico e da Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, reestruturados na forma do Anexo II, têm sua correlação estabelecida no Anexo V.

Parágrafo único. Os vencimentos dos servidores de que trata este artigo corresponderão àqueles fixados no Anexo IX, para os respectivos níveis, classes e padrões.

Art. 18. Ficam extintas a Gratificação de Atividades em Ciência e Tecnologia – (GCT, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.691, de 1993, e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDCT, de que trata a Lei nº 9.638, de 20 de maio de 1998, e a Lei nº 9.647, de 26 de maio de 1998.

Art. 19. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT, devida aos ocupantes dos cargos efetivos integrantes das carreiras de que trata o art. 17 desta Medida Provisória.

Art. 20. O valor da GDACT será de até trinta e cinco por cento para os cargos de nível superior, de até quinze por cento para os cargos de nível intermediário e de até cinco por cento para os cargos de nível auxiliar, incidentes sobre o vencimento básico do servidor.

§ 1º Os ocupantes dos cargos de que trata o art. 17 somente farão jus à GDACT se em exercício de atividades inerentes às atribuições das respectivas carreiras nos órgãos e nas entidades a que se refere o § 1º do art. 1º da Lei nº 8.691, de 1993, e nas Organizações Sociais conforme disposto na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

§ 2º A GDACT será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor e do alcance das metas de desempenho institucional fixadas em ato do dirigente máximo do órgão ou da entidade.

§ 3º Os critérios e procedimentos de atribuição da GDACT serão estabelecidos em ato conjunto dos titulares dos Ministérios aos quais estejam vinculados os órgãos e as entidades de que trata o § 1º deste artigo e do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 21. A parcela da GDACT atribuída em função das metas institucionais será calculada observando-se os seguintes limites:

I — até quatorze pontos percentuais, para os cargos de nível superior;

II — até seis pontos percentuais, para os cargos de nível intermediário; e

III — até dois pontos percentuais, para os cargos de nível auxiliar.

Art. 22. O titular de cargo efetivo das carreiras e dos cargos referidos no art. 17, quando investido em cargo em comissão de Natureza Especial, DAS 6 e DAS 5, ou equivalentes, fará jus ao valor máximo da GDACT.

Art. 23. O titular de cargo efetivo das carreiras e dos cargos referidos no art. 17 que não se encontre em exercício nos órgãos e nas entidades a que se refere o § 1º do art. 1º da Lei nº 8.691, de 1993, excepcionalmente fará jus à GDACT nas seguintes situações:

I — quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a GDACT calculada com base nas regras aplicáveis aos órgãos e às entidades cedentes; e

II — quando cedido para órgãos ou entidades do Governo Federal, distintos dos indicados no § 1º do art. 1º da Lei nº 8.691, de 1993, e no inciso anterior, da seguinte forma:

a) o servidor investido em cargo em comissão de Natureza Especial, DAS 6, DAS 5, ou equivalentes, perceberá a GDACT em valor calculado com base no disposto no art. 22; e

b) o servidor investido em cargo em comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a GDACT no valor de setenta e cinco por cento do valor máximo da GDACT.

Art. 24. O caput do art. 21 da Lei nº 8.691, de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. Os servidores de que trata esta lei, portadores de títulos de Doutor, Mestre e certificado de aperfeiçoamento ou de especialização farão jus a um adicional de titulação, no percentual de setenta por cento, trinta e cinco por cento e dezoito por cento, respectivamente, incidente sobre o vencimento básico." (NR)

CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO

Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 26. A Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, estruturada na forma do Anexo I, tem a sua correlação estabelecida no Anexo IV.

Art. 27. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal Agropecuário têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

I — a sanidade das populações vegetais, seus produtos e subprodutos;

II — a saúde dos rebanhos animais, seus produtos e subprodutos;

III — a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária,

IV — a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores;

V — a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias; e

VI — os acordos, os tratados e as convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário — NS 910, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal Agropecuário os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes do cargo de Médico Veterinário — NS 910 que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até 31 de julho de 2000, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

§ 3º Ficam criados duzentos e cinquenta cargos de Fiscal Federal Agropecuário na Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 29. Aos ocupantes do cargo de Fiscal Federal Agropecuário, não se aplica a jornada de trabalho

a que se refere o § 2º e o caput do art. 1º da Lei nº 9.436, de 5 de fevereiro de 1997, não mais se admitindo a percepção de dois vencimentos básicos.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Parágrafo único. A GDAFA será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem como do desempenho institucional do órgão, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Art. 31. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário são os constantes do Anexo X.

Art. 32. O titular de cargo efetivo da carreira de que trata o art. 25 desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS 6 e DAS 5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à respectiva gratificação calculada com base no limite máximo.

Art. 33. O integrante da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, que não se encontre na situação prevista no art. 30 desta Medida Provisória, somente fará jus à GDAFA:

I – quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou

II – quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a trinta por cento do vencimento básico.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária, a que se referem as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização, a que se refere a Lei nº 9.775, de 21 de dezembro de 1998.

CARREIRAS E CARGOS DA ÁREA JURÍDICA

Art. 35. Fica criada a Carreira de Procurador Federal no âmbito da Administração Pública Federal, nas respectivas autarquias e fundações, composta de

cargos de igual denominação, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, com a estrutura de cargo constante do Anexo III.

Art. 36. O ingresso nos cargos de que trata o artigo anterior far-se-á mediante concurso público, exigindo-se diploma de Bacharel em Direito, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

Parágrafo único. Os concursos serão disciplinados pelo Advogado-Geral da União, presente, nas bancas examinadoras respectivas, a Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 37. São atribuições dos titulares do cargo de Procurador Federal:

I – a representação judicial e extrajudicial da União, quanto às suas atividades descentralizadas a cargo de autarquias e fundações públicas, bem como a representação judicial e extrajudicial dessas entidades;

II – as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à União, em suas referidas atividades descentralizadas, assim como às autarquias e às fundações federais;

III – a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial; e

IV – a atividade de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados.

§ 1º Os membros da Carreira de Procurador Federal são lotados e distribuídos pelo Advogado-Geral da União.

§ 2º A lotação de Procurador Federal nas autarquias e fundações públicas é proposta pelos titulares destas.

Art. 38. Os integrantes da Carreira de Procurador Federal têm os direitos e deveres que lhes prevê a Lei nº 8.112, de 1990, e sujeitam-se às proibições e aos impedimentos estabelecidos nesta Medida Provisória.

§ 1º Ao Procurador Federal é proibido:

I – exercer a advocacia fora das atribuições do respectivo cargo;

II – contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotados pelo Advogado-Geral da União;

III – manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto conexo às suas atribuições, salvo ordem, ou autorização expressa, do Advogado-Geral da União;

IV – exercer suas atribuições em processo, judicial ou administrativo, em que seja parte ou interessado, ou haja atuado como advogado de qualquer das partes, ou no qual seja interessado parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro, bem assim nas hipóteses da legislação, inclusive processual; e

V – participar de comissão ou banca de concurso e intervir no seu julgamento, quando concorrer parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro.

§ 2º Devem, os Procuradores Federais, dar-se por impedidos nas hipóteses em que tenham proferido manifestação favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa e na que, da legislação processual, cumprindo-lhes comunicar, de pronto, o seu impedimento ao respectivo superior hierárquico, visando à designação de substituto.

Art. 39. São transformados em cargos de Procurador Federal, os seguintes cargos efetivos, de autarquias e fundações federais:

I – Procurador Autárquico;

II – Procurador;

III – Advogado;

IV – Assistente Jurídico; e

V – Procurador e Advogado da Superintendência de Seguros Privados e da Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao Procurador do Banco Central do Brasil.

Art. 40. São enquadrados na Carreira de Procurador Federal os titulares dos cargos de que trata o artigo anterior, cuja investidura nos respectivos cargos haja observado as pertinentes normas constitucionais ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público

§ 1º O enquadramento deve observar a correlação estabelecida no Anexo VI.

§ 2º À Advocacia-Geral da União incumbe verificar, caso a caso, a regularidade da aplicação deste artigo, quanto ao enquadramento e efetivados.

Art. 41. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ, devida aos integrantes das Carreiras de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal, no percentual de até trinta por cento, incidente sobre

o vencimento básico do servidor, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

§ 1º A GDAJ será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor e dos resultados alcançados pelos órgãos jurídicos dos órgãos e das entidades, na forma estabelecida em ato do Advogado-Geral da União e, no caso do Defensor Público da União, em ato do Defensor-Geral da União.

§ 2º A Gratificação Temporária de que trata o art. 17 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, atribuída exclusivamente a outros servidores, mantidos os fatores estabelecidos no Anexo III da referida lei, será paga nos seguintes valores:

I – GT-I, R\$471,87 (quatrocentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos);

II – GT-II R\$340,79 (trezentos e quarenta e sete reais e nove centavos);

III – GT-III, R\$209,72 (duzentos e nove reais e setenta e dois centavos);

IV – GT-IV, R\$157,29 (cento e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos).

Art. 42. O titular de cargo efetivo das carreiras de que trata o artigo anterior, quando investido em cargo de Natureza Especial ou em comissão dos níveis DAS 6 e DAS 5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à GDAJ calculada com base no limite máximo.

Parágrafo único. O beneficiário da GDAJ, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, se investido em cargo em comissão do nível DAS 4, perceberá a referida Gratificação em valor não inferior a vinte por cento do respectivo vencimento básico.

Art. 43. O titular de cargo efetivo das carreiras referidas no art. 41, que não se encontre nas situações previstas nos arts. 41 e 42, somente fará jus à GDAJ, nos termos deste artigo:

I – quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação calculada com base nas mesmas regras válidas como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; e

II – quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em Comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a vinte por cento do vencimento básico.

Art. 44. Os valores do vencimento dos cargos de Procurador Federal e dos cargos das Carreiras de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União e de Defensor Público da União são os constantes do Anexo XI.

Parágrafo único. Aplica-se aos cargos das Carreiras de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União e de Defensor Público da União a correlação estabelecida no Anexo XIV.

Art. 45. Não serão devidas as seguintes vantagens aos ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior, inclusive àqueles colocados em quadros suplementares:

I – Representação Mensal de que tratam o Decreto-Lei nº 2.333, de 11 de junho de 1987, e Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987;

II – Gratificação de que trata o art. 7º da Lei nº 8.460, de 1992;

III – Gratificação de Fiscalização e Arrecadação – GEFA de que trata a Lei nº 8.538, de 21 de dezembro de 1992;

IV – Retribuição Variável da Comissão de Valores Mobiliários – RVCVM de que trata a Lei nº 9.015, de 1995;

V – Retribuição Variável da Superintendência de Seguros Privados – RVSUSEP de que trata a Lei nº 9.015, de 1995;

VI – Gratificação Temporária-GT de que tratam as Leis nº 9.028, de 1995, e 9.651, de 1998;

VII – Gratificação Provisória-GP de que trata a Lei nº 9.651, de 1998;

VIII – Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Justiça-GFJ de que trata a Lei nº 9.651, de 1998; e

IX – Representação Mensal de que trata a Lei nº 9.366, de 16 de dezembro de 1996.

Art. 46. Os cargos efetivos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, privativos de Bacharel em Direito, que não foram transpostos pela Lei nº 9.028, de 1995, nem por esta Medida Provisória, para as Carreiras de Assistente Jurídico e de Procurador Federal, comporão quadros suplementares em extinção.

§ 1º O quadro suplementar relativo aos servidores da Administração Federal direta de que trata o caput inclui-se na Advocacia-Geral da União.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos integrantes da Carreira Policial Federal, aos cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, Procurador

da Procuradoria Especial da Marinha e Juiz do Tribunal Marítimo.

Art. 47. Os cargos de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União serão distribuídos pelas três categorias das respectivas carreiras, mediante ato do Advogado-Geral da União.

Art. 48. Aplicam-se aos Procuradores da Procuradoria Especial da Marinha, de que trata a Lei nº 7.642, de 18 de dezembro de 1987, e aos ocupantes de cargos integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 a tabela de vencimento constante do Anexo XI, observada a correlação do Anexo VI e a gratificação de que trata o art. 41, observado o disciplinamento estabelecido por esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os ocupantes do cargo de Juiz do Tribunal Marítimo farão jus, a título de vencimentos, ao valor correspondente ao padrão III da categoria especial da tabela constante do Anexo XI e à gratificação de que trata o art. 41, conforme disposto nesta Medida Provisória.

Art. 49. O exercício, por Procurador da República, do direito de opção irrevogável por Carreira da Advocacia-Geral da União, facultado pelo § 2º do art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderá ser manifestado ao Advogado-Geral da União, no prazo de quinze dias estabelecido no art. 61 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, contado da publicação da lei de conversão desta Medida Provisória, e comunicado ao Procurador-Geral da República.

§ 1º Ficam assegurados ao optante o ingresso em cargo compatível da Carreira da Advocacia-Geral da União e a percepção dos vencimentos e vantagens do cargo antes ocupado, salvo opção pela retribuição do novo cargo, respeitados o tempo de efetivo serviço e o direito a promoções, assim como as garantias e prerrogativas próprias a membros do Ministério Público Federal, no que não conflitar com a natureza da Advocacia-Geral da União.

§ 2º A opção de que trata este artigo implica a automática criação de cargo na carreira escolhida pelo optante, o qual integrará Quadro Especial, e será extinto quando vagar.

Art. 50. O Advogado-Geral da União editará os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória, relativamente aos cargos de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União e àqueles dos integrantes de seus órgãos vinculados.

CARREIRAS E CARGOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art. 51. A Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º São atribuições dos titulares do cargo de Analista do Banco Central do Brasil:

I – formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos relativos a:

- a) gestão das reservas internacionais;
- b) dívida pública interna e externa federal, estadual e municipal;
- c) política monetária, cambial e creditícia.

- d) emissão de moeda e papel-moeda;
- e) saneamento do meio circulante; e
- f) gestão de instituições financeiras sob regimes especiais.

II – gestão do sistema de metas para a inflação;

III – regulamentação e fiscalização do Sistema Financeiro, compreendendo, entre outros pontos:

- a) o funcionamento do Sistema Financeiro;
- b) o acesso ao Sistema Financeiro;
- c) a supervisão direta de instituições financeiras;
- d) o monitoramento indireto de instituições financeiras, conglomerados, macroseguimentos e mercados; e
- e) a prevenção e o combate a ilícitos cambiais e financeiros.

IV – estudos e pesquisas relacionados a:

- a) políticas econômicas adotadas;
- b) acompanhamento do balanço de pagamentos;
- c) desempenho das instituições financeiras autorizadas a funcionar no País; e
- d) regulamentação de matérias de interesse do Banco Central do Brasil.

V – atuação em todas as atividades vinculadas às competências legais do Banco Central do Brasil;

VI – orientação aos agentes do Sistema Financeiro e ao público em geral sobre matérias de competência da Autarquia, me-

diante solução de assuntos objeto de consultas;

VII – representação da Autarquia junto a órgãos governamentais e instituições internacionais; e

VIII – atividades de natureza organizacional e outras a elas relacionadas." (NR)

"Art. 4º São atribuições dos titulares do cargo de Procurador do Banco Central do Brasil:

I – a representação judicial e extrajudicial do Banco Central do Brasil;

II – as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Banco Central do Brasil;

III – a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial; e

IV – assistir aos administradores do Banco Central do Brasil no controle interno da legalidade dos atos a serem por eles praticados ou já efetivados." (NR)

"Art. 7º

§ 1º Progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, observado o interstício de setecentos e trinta dias, redutível, mediante processo de avaliação de desempenho em até cento e oitenta e dois dias.

....." (NR)

"Art. 11. É criada a Gratificação de Atividade do Banco Central do Brasil – GABC, observados os seguintes critérios e percentuais:

I – cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, incluídos nas classes D, C e B: setenta e cinco por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor;

II – cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, incluídos nos padrões I, II e III da classe A: sessenta e cinco por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor,

III – cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, incluídos no padrão IV da classe A: cinquenta e cinco por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor; e

IV – cargo de Técnico do Banco Central do Brasil: noventa por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor.

Parágrafo único. Os percentuais a que se refere o caput deste artigo poderão ser acrescidos de até dez pontos percentuais, nas condições a serem fixadas pela Diretoria do Bacen, enquanto estiver o servidor em exercício de atividades:

I – externas de fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, inclusive de câmbio;

II – que importem risco de quebra de caixa, e;

III – que requeiram profissionalização específica." (NR)

"Art. 15.

§ 1º A contribuição mensal do servidor ativo, inativo ou do pensionista será de um por cento a três por cento de sua remuneração, provento ou pensão, e a contribuição relativa aos dependentes não presumidos será de um por cento a cinco por cento da remuneração ou provento do servidor contribuinte.

.....(NR)"

"Art. 17-A. Além das proibições previstas no artigo anterior, ao Procurador do Banco Central do Brasil também é proibido:

I – exercer a advocacia fora das atribuições do respectivo cargo;

II – contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotadas pelo Procurador-Geral do Banco Central do Brasil ou pelo Advogado-Geral da União;

III – manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assuntos conexos as suas atribuições, salvo ordem, ou autorização expressa da Diretoria do Banco Central do Brasil;

IV – exercer suas atribuições em processo, judicial ou administrativo, em que seja parte ou interessado, ou haja atuado como advogado de qualquer das partes, ou

no qual seja interessado parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro, bem assim nas hipóteses da legislação, inclusive processual; e

V – participar de comissão ou banca de concurso e intervir no seu julgamento, quando concorrer parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro.

Parágrafo único. Devem os Procuradores do Banco Central do Brasil dar-se por impedidos nas hipóteses em que tenham proferido manifestação favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa e naquelas da legislação processual, cumprindo-lhes comunicar, de pronto, ou seu impedimento ao respectivo superior hierárquico, visando à designação de substituto." (NR)

Art. 52. O Anexo II à Lei nº 9.650, de 1998, passa a vigorar na forma do Anexo XII a esta Medida Provisória.

Art. 53. Os ocupantes dos cargos de Analista do Banco Central do Brasil da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil da Carreira Jurídica do Banco Central do Brasil são enquadrados, a partir de 1º de agosto de 2000, na forma do Anexo XV a esta Medida Provisória.

Art. 54. O ingresso nos cargos de Analista do Banco Central do Brasil da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, e de Procurador do Banco Central do Brasil da Carreira Jurídica do Banco Central do Brasil dos aprovados em concurso, cujo edital tenha sido publicado até 29 de junho de 2000, dar-se-á, excepcionalmente, na classe D padrão III.

PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

Art. 55. Os cargos efetivos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, ressalvados os atingidos pelas Leis nºs 9.678, de 3 de julho de 1998, e 10.187, de 12 de fevereiro de 2001, e os integrantes da área jurídica abrangidos por esta Medida Provisória, são reestruturados na forma de alínea a do Anexo I e têm a sua correlação de cargos estabelecidas no Anexo IV.

Art. 56. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Educacio-

nal - GDAE, devida aos ocupantes dos cargos Técnicos-Administrativos das instituições federais de ensino, vinculadas ao Ministério da Educação, referidos no art. 55, no percentual de até duzentos por centos incidentes sobre o vencimento básico do servidor.

§ 1º A GDAE será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem como do desempenho institucional da instituição federal de ensino, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

§ 2º As avaliações de desempenho individual deverão ser feitas em escala de zero a cem pontos, sendo que o desvio padrão deverá ser maior ou igual a cinco e a média aritmética das avaliações individuais deverá ser menor ou igual a noventa pontos, considerando o conjunto das avaliações de cada instituição federal de ensino.

Art. 57. Os valores dos vencimentos dos cargos referidos no art. 55 desta Medida Provisória são os constantes do Anexo XVIII.

CARREIRAS E CARGOS DA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE SANITARISTA

Art. 58. Fica criada a Carreira de Sanitarista, composta de cargos de igual denominação, nos Quadros Gerais de Pessoal do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional de Saúde e entidades vinculadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 59. A Carreira de Sanitarista, estruturada na forma do Anexo I, tem sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. 60. Os ocupantes do cargo de Sanitarista têm por atribuições assegurar e desenvolver, em todo o território nacional:

a) a formulação, a gestão, o planejamento, a coordenação, a supervisão, a normatização e a execução especializadas das políticas de saúde e de saneamento, inerentes à área de saúde pública, abrangendo atividades de vigilância epidemiológica de doenças e agravos;

b) o estabelecimento de diretrizes para o controle e a prevenção de doenças endêmicas e epidêmicas, destacando-se: a esquistossomose, a cólera, a dengue, a malária, a febre amarela, a leishmaniose, a doença de Chagas, a hanseníase, a tuberculose, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida — AIDS e as doenças emergentes;

c) a assistência aos órgãos de saúde no desenvolvimento das ações de vigilância epidemiológica e

de vigilância ambiental e de fatores de riscos ambientais relacionados com a saúde humana,

d) a vigilância sanitária de produtos e serviços afetos à saúde e a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

e) a elaboração e o acompanhamento de programas e projetos de saneamento em saúde pública;

f) a promoção e a implementação de ações educativas de Programas Nacionais de Saúde;

g) a formulação e o acompanhamento de políticas dirigidas à saúde das populações indígenas;

h) o planejamento, o acompanhamento e a assistência aos órgãos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no atendimento às populações atingidas por calamidade pública;

i) a execução de programas vinculados ao controle e à inspeção higiênico-sanitária e tecnológica das matérias-primas e dos produtos afetos à saúde humana;

j) a gestão do processo de fiscalização sanitária sobre as atividades de produção de insumos, serviços, medicamentos, alimentos, cosméticos e saneantes domissanitários;

k) o cumprimento dos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário, cujos compromissos tenham implicações na área de saúde pública; e

l) a vigilância sanitária internacional.

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Sanitarista em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 61. São transformados em cargos de Sanitarista do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, mediante opção, os titulares dos cargos de Sanitarista, integrantes da Categoria Funcional de Sanitarista, código SP-1701, do Grupo-Saúde Pública, criado pelo art. 1º do Decreto nº 79.456, de 30 de março de 1977, e o art. 1º do Decreto nº 83.928, de 3 de setembro de 1979, e os atuais cargos efetivos de Médico, Médico de Saúde Pública, Enfermeiro, Dentista, Odontólogo, Farmacêutico-Bioquímico, Farmacêutico, Bioquímico, Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Estatístico, Administrador, Arquiteto e Urbanista, Advogado, Economista, Comunicador Social, Técnico em Comunicação Social, Sociólogo, Antropólogo, Engenheiro, Agrônomo, Biomédico, Biólogo, Médico Veterinário, Nutricionista, Geólogo,

Técnico em Saúde, Técnico em Assuntos Educacionais, Educador em Saúde, Especialista em Educação, Programador de Educação para o Trabalho, Pesquisador e Pesquisador em Ciências da Saúde, pertencentes aos Quadros Gerais de Pessoal do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde e dos demais órgãos e entidades vinculados ao Ministério da Saúde, com a consequente transposição dos seus ocupantes para os cargos criados pela nova carreira (Carreira de Sanitarista do Ministério da Saúde e Carreira de Sanitarista da Fundação Nacional de Saúde), na forma do Anexo XVII.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Sanitarista os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, detentores de diploma de especialização, mestrado ou doutorado na área de saúde pública ou que, no ato da edição desta Medida Provisória, estejam no efetivo exercício profissional comprovado, de no mínimo dez anos, nas atividades de saúde pública e, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, que optarem por permanecer na situação atual de verão fazê-lo de forma irretroatável até 30 dias após a publicação desta medida provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 62. A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Sanitarista é de 40 (quarenta) horas semanais, com direito ao Incentivo Funcional, por trabalho em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Art. 63. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Saúde Pública — GDASP, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Sanitarista, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Saúde, na Fundação Nacional de Saúde e nos demais órgãos e entidades vinculadas ao Ministério da Saúde.

Parágrafo único. A GDASP será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem como do desempenho institucional do órgão, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Art. 64. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Sanitarista são os constantes do Anexo VII.

Art. 65. O titular de cargo efetivo da carreira de que trata o art. 55 desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS 5 e DAS 6, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus ao valor máximo da GDASP.

Art. 66. O integrante da Carreira Sanitarista, que não se encontra na situação prevista no art. 60 desta Medida Provisória, somente fará jus à GDASP:

I — quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou

II — quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a GDASP no valor de setenta e cinco por cento de seu valor máximo.

FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS

Art. 67. Ficam criadas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para uso no âmbito do Poder Executivo Federal, oito mil setecentas e três Funções Comissionadas Técnicas — FCT, cujos níveis e valores são os constantes do Anexo XIII.

§ 1º As Funções Comissionadas Técnicas destinam-se exclusivamente a ocupantes de cargos efetivos, constantes do Anexo V da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, que não tenham sido estruturados em carreiras ou abrangidos pelo art. 1º desta Medida Provisória.

§ 2º O servidor ou empregado, investido nas Funções Comissionadas a que se refere o caput deste artigo, receberá pelo exercício desta função, a título de parcela variável, valor equivalente à diferença entre a remuneração ou o salário recebido pelo cargo ou emprego público e o valor unitário total da função que exerce, conforme estabelecido no Anexo XIII.

§ 3º Para fins de cálculo da parcela variável a que se refere o § 2º, será considerada como remuneração a definida no inciso III do art. 1º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994.

§ 4º O servidor ou empregado a que se refere o § 2º deste artigo poderá optar por receber, pelo exercício da Função Comissionada Técnica, parcela variável correspondente ao valor da opção, conforme estabelecido no Anexo XIII, obedecidos aos limites fixados pela Lei nº 8.852, de 1994.

§ 5º As Funções Comissionadas Técnicas não são cumulativas com os cargos em comissão de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de que trata a Lei nº 9.030, de 13 de abril de 1995, com as Funções Gratificadas, criadas pelo art. 26 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, com as Gratificações de Representação da Presidência da República e dos órgãos que a integram e com os cargos de Direção e Funções Gratificadas de que trata o art. 1º da Lei nº 9.640, de 25 de maio de 1998.

§ 6º A Função Comissionada Técnica a que se refere este artigo, caracterizada pela complexidade e responsabilidade, somente poderá ser ocupada por servidor ou empregado com qualificação, capacidade e experiência, na forma definida em ato do Poder Executivo.

§ 7º o preenchimento das Funções Comissionadas Técnicas referidas no caput deste artigo deverá ser feito de forma gradual, observando-se a disponibilidade orçamentária em cada exercício, e somente poderá ocorrer após a avaliação de cada posto de trabalho existente no órgão ou na entidade, de acordo com critérios a serem estabelecidos em regulamento.

§ 8º As Funções Comissionadas Técnicas não se incorporam aos proventos da aposentadoria e às pensões.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 68. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, as Gratificações de que tratam os arts. 8º, 13, 19, 41 e 56 desta Medida Provisória:

I _ somente serão devidas, se percebidas há pelo menos cinco anos; e

II _ serão calculadas pela média aritmética dos últimos sessenta meses anteriores à aposentadoria ou instituição da pensão.

§ 1º A aplicação do disposto nesta Medida Provisória a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

§ 2º Constatada a redução de proventos ou pensão decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

Art. 69. Aplicam-se as disposições desta Medida Provisória às aposentadorias e pensões, exceto:

I _ as gratificações a que se refere os arts. 8º, 13, 19, 30 e 41 desta Medida Provisória, relativamente às aposentadorias e pensões concedidas até 30 de junho de 2000; e

II _ as gratificações a que se refere os art. 56 desta Medida Provisória relativamente às aposentadorias e pensões concedidas até 31 de maio de 2001.

Art. 70. Enquanto não forem regulamentadas e até que sejam processados os resultados da avaliação de desempenho, as Gratificações referidas no art. 59 desta Medida Provisória corresponderão aos seguintes percentuais incidentes sobre o vencimento básico de cada servidor:

I – Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão, vinte e cinco por cento;

II – Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários, vinte e cinco por cento;

III – Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados, vinte e cinco por cento;

IV – Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, doze vírgula vinte e cinco por cento, cinco vírgula cinco por cento e dois vírgula cinco por cento, para os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar, respectivamente;

V – Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária, vinte e cinco por cento; e

VI _ Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica, doze por cento;

VII – Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Educacional, cento e sessenta por cento.

§ 1º O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir do início do período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou menor.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos ou funções comissionadas que fazem jus às gratificações de que tratam os incisos I a VII.

Art. 71. Os valores dos vencimentos básicos constantes dos Anexos VII, VIII, IX, X, XI, XVIII não poderão servir de base de cálculo para quaisquer outras gratificações ou vantagens de quaisquer outros servidores.

Art. 72. Na hipótese de redução de remuneração decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira.

Parágrafo único. Em se tratando de nomeados para cargos integrantes das Carreiras da Advocacia-Geral da União, em decorrência de concursos públicos iniciados até 30 de junho de 2000, a diferença será calculada tendo-se em vista a remuneração inicial de maior valor indicado em edital, assim também se calculando para os demais integrantes das respectivas categorias iniciais das mencionadas Carreiras.

Art. 73. Os ocupantes dos cargos de que trata esta Medida Provisória não fazem jus à percepção da Gratificação de Atividade – GAE, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 74. Até que seja aprovado o regulamento de que trata o § 2º do art. 4º desta Medida Provisória, aplicam-se, para fins de progressão funcional e promoção, as normas vigentes na data de sua publicação.

§ 1º Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão será aproveitado o tempo computado até a data em que tiver sido feito o enquadramento decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, não será considerado como progressão funcional ou promoção o enquadramento decorrente da aplicação desta Medida Provisória.

Art. 75. Nos casos de transposição o novo enquadramento, as diferenças remuneratórias, decorrentes de alterações no vencimento básico, serão

consideradas para todos os efeitos como parte integrante do novo vencimento básico.

Art. 76. Será de cento e vinte dias, contados a partir de 30 de junho de 2000, o prazo para encaminhamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão à Casa Civil da Presidência da República das propostas de regulamentação das Gratificações de que trata o art. 68.

Art. 77. A remuneração dos Cargos em Comissão de Natureza Especial — NES do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, níveis 1, 2, 3, 4, 5 e 6, e dos Cargos de Direção das Instituições Federais de Ensino, passa a ser constituída de uma única parcela nos valores constantes do Anexo XVI desta Medida Provisória.

§ 1º O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente na Administração Pública Federal direta ou indireta, investido nos cargos a que se refere o caput deste artigo, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas, obedecidos os limites fixados pela Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994:

I – a remuneração do Cargo em Comissão ou de Direção, acrescida dos anuênios;

II – a diferença entre a remuneração do Cargo em Comissão ou de Direção e a remuneração do cargo efetivo ou emprego; ou

III – a remuneração do cargo efetivo ou emprego, acrescida dos seguintes percentuais da remuneração do respectivo Cargo em Comissão ou de Direção:

a) sessenta por cento da remuneração dos cargos DAS níveis 1, 2 e 3;

b) vinte e cinco por cento dos cargos NES e DAS níveis 4, 5 e 6; e

c) vinte e cinco por cento dos CD, níveis 1, 2, 3 e 4.

§ 2º O docente da carreira de Magistério, integrante do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, submetido ao Regime de Dedicação Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção – CD ou Função Gratificada – FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar nos termos da alínea c, inciso III, § 1º, deste artigo.

§ 3º O docente a que se refere o § 2º cedido para órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, para o exer-

cício de Cargo em Comissão de Natureza Especial ou de Direção e Assessoramento Superiores, de níveis DAS 6, DAS 5 ou DAS 4, ou equivalentes, quando optante pela remuneração do cargo efetivo, perceberão vencimento acrescido da vantagem relativa ao Regime de Dedicção Exclusiva.

§ 4º O acréscimo previsto no parágrafo anterior poderá ser percebido, no caso de docente cedido para o Ministério da Educação, para o exercício de Cargo em Comissão de nível DAS 3.

Art. 78. Caso venha a ser extinta autarquia ou fundação em cujo Quadro de Lotação de Pessoal se incluam Procuradores Federais, estes serão redistribuídos para outras entidades.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se, também, às extinções ocorridas no período compreendido entre a criação da Carreira de Procurador Federal e o início de vigência desta Medida Provisória.

§ 2º Na hipótese de extinção de autarquia ou fundação ocorrida anteriormente à criação da Carreira de Procurador Federal, será facultado, aos que ocupavam na entidade extinta qualquer um dos cargos elencados no art. 39 desta Medida Provisória, o enquadramento na Carreira de Procurador Federal, mediante opção do interessado, manifestada até 31 de janeiro de 2001, desde que atendidas todas as exigências necessárias ao enquadramento.

Art. 79. Aplica-se o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo anterior aos casos semelhantes de redistribuição, independentemente de haver sido ou não extinta a entidade de origem.

Art. 80. Os arts. 1º e 2º do Decreto Lei nº 2.194, de 26 de dezembro de 1984, alcançam em seus efeitos os servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, ativos e inativos, e os pensionistas que já estejam percebendo a vantagem deles decorrente.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos integrantes da Carreira de Procurador Federal.

Art. 81. O art. 22 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. Ficam as Agências autorizadas a custear as despesas com remoção e estada para os profissionais que, em virtude de nomeação para Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria dos níveis CD I e II, CGE I, II, III e IV, CA I e II, e para os Cargos Comissionados Técnicos, nos níveis CCT V e IV, vie-

rem a ter exercício em cidade diferente da de seu domicílio, conforme disposto em regulamento de cada Agência, observados os limites de valores estabelecidos para a Administração Pública Federal direta.” (NR)

Art. 82. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.136-35, de 23 de fevereiro de 2001.

Art. 83. O Quadro IV da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, fica acrescido das autorizações constantes no Anexo XIX desta Medida Provisória.

Art. 84. O art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.
.....

§ 7º Os contratos dos professores substitutos prorrogados com base no inciso III deste artigo poderão ser novamente prorrogados, pelo prazo de até doze meses, desde que o prazo final do contrato não ultrapasse 31 de dezembro de 2002, e tenha sido aberto processo seletivo simplificado, com ampla divulgação, sem a inscrição ou aprovação de candidatos.” (NR)

Art. 85. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.136-38, de 24 de maio de 2001.

Art. 86. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 87. Ficam revogados os arts. 4º, 9º, 10 e 11 do Decreto-Lei nº 2.266, de 12 de março de 1985; a Lei nº 7.702, de 21 de dezembro de 1988; o art. 7º da Lei nº 8.538, de 21 de dezembro de 1992; o art. 22 da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993; a Lei nº 9.638, de 20 de maio de 1998; a Lei nº 9.647, de 26 de maio de 1998; o art. 11 da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998; os arts. 1º e 10 da Lei nº 9.641, de 25 de maio de 1998; o § 1º do art. 11, o § 2º do art. 12 e o Anexo III da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; os arts. 1º e 13 da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998; o Decreto nº 2.665, de 10 de julho de 1998, e a Medida Provisória nº 2.136-38, de 24 de maio de 2001.

Brasília, 31 de maio de 2001. – 180º da Independência e 113º da República. – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan – Eli seu Padilha – Paulo Renato Souza – Marcus Vinícius Pratini de Moraes – José Serra – Alcides Lopes Tápias – Martus Tavares – Roberto Brant – Ronaldo Mota Sardenberg – Gilmar Ferreira Mendes.

ANEXO I

a) ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO E DOS CARGOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO VINCULADAS AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE
Fiscal Federal Agropecuario Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação	III	ESPECIAL
	II	
	I	
	VI	C
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	
	VI	B
	V	
	IV	
	III	
	II	A
	I	
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	

b) ESTRUTURA DE CARGOS DAS CARREIRAS E CARGOS DO GRUPO GESTÃO E DE NÍVEL SUPERIOR DA CVM, SUSEP E SANITARISTA DO GRUPO SAÚDE PÚBLICA

SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.	IV	ESPECIAL
	III	
	II	
	I	
	VII	
Analista de Comércio Exterior	VI	C
	V	
	IV	
	III	
Gestor e Analista da CVM	II	B
	I	
	VII	
Analista Técnico da SUSEP	VI	B
	V	
	IV	
	III	
	II	
Sanitarista do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional de Saúde e entidades vinculadas	I	A
	VI	
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	

ANEXO II

a) ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DE PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

VEL	CARGO	PADRÃO	CLASSE
NS	Pesquisador	III	TITULAR
		II	
		I	
		III	ASSOCIADO
		II	
		I	
		III	ADJUNTO
		II	
		I	
		III	ASSISTENTE DE PESQUISA
		II	
		I	

b) ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

NÍVEL	CARGO	PADRÃO	CLASSE
NS	Tecnologista	III	SÊNIOR
		II	
		I	
		III	PLENO 3
		II	
		I	
		III	PLENO 2
		II	
		I	
		III	PLENO 1
		II	
		I	
NI	Técnico	III	JÚNIOR
		II	
		I	
		III	TÉCNICO 3
		II	
		I	
		VI	TÉCNICO 2
		V	
		IV	
		III	

		III	TÉCNICO 1
		II	
		I	
		VI	
		V	
		IV	
NA	Auxiliar Técnico	III	AUXILIAR TÉCNICO 2
		II	
		I	
		VI	
		V	
		IV	
		III	AUXILIAR TÉCNICO 1
		II	
		I	
		VI	
		V	
		IV	

c) ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E INFRA-ESTRUTURA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

NÍVEL	CARGO	PADRÃO	CLASSE
NS	Analista em Ciência e Tecnologia	III	SÊNIOR
		II	
		I	
		III	PLENO 3
		II	
		I	
		III	PLENO 2
		II	
		I	
		III	PLENO 1
		II	
		I	
		III	JÚNIOR
		I	

NI	Assistente em Ciência e Tecnologia	III	ASSISTENTE 3
		II	
		I	
		VI	
		V	ASSISTENTE 2
		IV	
		III	
		II	
		I	ASSISTENTE 1
		VI	
NA	Auxiliar em Ciência e Tecnologia	V	
		IV	
		III	AUXILIAR 2
		II	
		I	
		VI	
		V	AUXILIAR 1
		IV	
		III	
		II	
		I	

ANEXO III
ESTRUTURA DE CARGOS

CARGO	PADRÃO	CATEGORIA
Procurador Federal	III	ESPECIAL
	II	
	I	
	V	PRIMEIRA
	IV	
	III	
	II	
	I	SEGUNDA
	VII	
	VI	
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	

ANEXO IV
TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuário
		II	II		
		I	I		
Médico Veterinário	B	VI	VI	C	Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação	C	I	I	B	
		VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		

D	II	II	A
	I	I	
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
	I	I	

ANEXO V

a) TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS DA CARREIRA DE PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Situação Atual		Situação Nova	
CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE
TITULAR	III	III	TITULAR
	II	II	
	I	I	
ASSOCIADO	III	III	ASSOCIADO
	II	II	
	I	I	
ADJUNTO	III	III	ADJUNTO
	II	II	
	I	I	
ASSISTENTE DE PESQUISA	III	III	ASSISTENTE DE PESQUISA
	II	II	
	I	I	

b) TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Situação Atual		Situação Nova	
CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE
SÊNIOR	III	III	SÊNIOR
	II	II	
	I	I	
PLENO 3	III	III	PLENO 3
	II	II	
	I	I	
PLENO 2	III	III	PLENO 2
	II	II	
	I	I	
PLENO 1	III	III	PLENO 1
	II	II	
	I	I	
JÚNIOR	III	III	JÚNIOR
	II	II	
	I	I	
TÉCNICO 3	III	III	TÉCNICO 3
	II	II	
	I	I	
TÉCNICO 2	VI	VI	TÉCNICO 2
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
	I	I	
TÉCNICO 1	VI	VI	TÉCNICO 1
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
	I	I	
AUXILIAR TÉCNICO 2	VI	VI	AUXILIAR TÉCNICO 2
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
	I	I	
AUXILIAR TÉCNICO 1	VI	VI	AUXILIAR TÉCNICO 1
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
	I	I	

c) TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS DA CARREIRA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E INFRA-ESTRUTURA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Situação Atual		Situação Nova	
CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE
SÊNIOR	III	III	SÊNIOR
	II	II	
	I	I	
PLENO 3	III	III	PLENO 3
	II	II	
	I	I	
PLENO 2	III	III	PLENO 2
	II	II	
	I	I	
PLENO 1	III	III	PLENO 1
	II	II	
	I	I	
JÚNIOR	III	III	JÚNIOR
	II	II	
	I	I	
ASSISTENTE 3	III	III	ASSISTENTE 3
	II	II	
	I	I	
ASSISTENTE 2	VI	VI	ASSISTENTE 2
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
ASSISTENTE 1	VI	VI	ASSISTENTE 1
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
AUXILIAR 2	VI	VI	AUXILIAR 2
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
AUXILIAR 1	VI	VI	AUXILIAR 1
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	

ANEXO VI
TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargos	Categoria	Padrão	Padrão	Categoria	Cargo
Procurador Autárquico Procurador Advogado Assistente Jurídico de Autarquias e Fundações Públicas Federais Procurador e Advogado da Superintendência de Seguros Privados e da Comissão de Valores Mobiliários	A	III	III	ESPECIAL	Procurador Federal
		II	II		
		I	I		
	B	VI	V	PRIMEIRA	
		V	IV		
		IV	III		
		III	II		
		II	I		
	C	VI	VII	SEGUNDA	
		V			
		IV			
		III			
		II			
	D	V	VI		
		IV			
		III			
		II			
		I			
			V		
			IV		
			III		
			II		
			I		

ANEXO VII

TABELA DE VENCIMENTO

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
Analista de Finanças e Controle.	ESPECIAL	IV	4.490,21
		III	4.359,01
		II	4.232,05
		I	4.108,78
Analista de Planejamento e Orçamento,	C	VII	3.950,75
		VI	3.835,68
		V	3.723,96
		IV	3.615,50
Analista de Comércio Exterior,	C	III	3.510,19
		II	3.407,95
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.	C	I	3.308,69
		VII	3.181,44
Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500.	B	VI	3.112,95
		V	3.045,94
Técnico de Planejamento e Pesquisa, demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA	B	IV	2.980,37
		III	2.916,22
Inspetor e Analista da CVM	B	II	2.853,44
		I	2.792,02
Analista Técnico da SUSEP	A	VI	2.684,63
		V	2.603,91
Sanitarista do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional de Saúde e entidades vinculadas	A	IV	2.515,85
		III	2.440,21
		II	2.366,84
		I	2.295,67

ANEXO VIII

TABELA DE VENCIMENTO

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	ESPECIAL	IV	1.467,80
		III	1.441,85
		II	1.417,75
		I	1.395,42
	C	VII	1.362,72
		VI	1.338,62
		V	1.316,25
		IV	1.295,52
		III	1.276,37
		II	1.258,75
		I	1.241,37
	B	VII	1.211,09
		VI	1.189,68
		V	1.168,64
		IV	1.147,98
		III	1.127,68
		II	1.107,74
		I	1.088,15
	A	VI	1.056,46
		V	1.032,71
		IV	1.008,50
		III	985,83
		II	963,67
		I	942,00

ANEXO IX
TABELA DE VENCIMENTO

NÍVEL	CARGO	PADRÃO	CLASSE	VALOR EM R\$
NS	Pesquisador Tecnologista Analista em Ciência e Tecnologia	III	TITULAR SÊNIOR	2.387,96
		II		2.291,71
		I		2.199,34
		III	ASSOCIADO PLENO 3	2.070,94
		II		1.987,46
		I		1.907,36
		III	ADJUNTO PLENO 2	1.796,00
		II		1.723,61
		I		1.654,14
		III	ASSISTENTE DE PESQUISA PLENO 1	1.557,57
		II		1.494,79
		I		1.434,54
		III	JÚNIOR	1.350,79
		II		1.296,34
		I		1.244,09
NI	Técnico Assistente em Ciência e Tecnologia	III	ASSISTENTE 3 TÉCNICO 3	1.196,52
		II		1.151,01
		I		1.107,15
		VI	ASSISTENTE 2 TÉCNICO 2	1.064,84
		V		1.024,03
		IV		984,63
		III	ASSISTENTE 1 TÉCNICO 1	946,62
		II		909,85
		I		874,33
		VI	AUXILIAR 2 AUXILIAR TÉCNICO 2	840,11
		V		806,97
		IV		774,96
		III	AUXILIAR 1	743,98
		II		714,05
		I		685,01
NA	Auxiliar Técnico Auxiliar em Ciência e Tecnologia	VI	AUXILIAR 2 AUXILIAR TÉCNICO 2	530,32
		V		516,88
		IV		503,79
		III	AUXILIAR 1	491,02
		II		478,58
		I		466,45
		VI	AUXILIAR 2 AUXILIAR TÉCNICO 2	446,36
		V		435,05
		IV		424,03
		III	AUXILIAR 1	413,28
		II		402,81
		I	AUXILIAR 1	392,60

ANEXO X
TABELA DE VENCIMENTO

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
Fiscal Federal Agropecuário	ESPECIAL	III	3.400,55
		II	3.288,34
		I	3.179,82
	C	VI	3.017,65
		V	2.918,07
		IV	2.821,77
		III	2.728,65
		II	2.638,61
		I	2.551,53
	B	VI	2.421,40
		V	2.341,50
		IV	2.264,23
		III	2.189,51
		II	2.117,26
		I	2.047,39
	A	V	1.942,97
		IV	1.878,85
		III	1.816,85
		II	1.756,89
		I	1.698,92

ANEXO XI
TABELA DE VENCIMENTO

CARGO	CATEGORIA	PADRÃO	VALOR (EM REAIS)
Procurador Federal Advogado da União Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União Defensor Público da União Procurador da Procuradoria Especial da Marinha	ESPECIAL	III	5.446,34
		II	5.309,16
		I	5.176,14
	PRIMEIRA	V	4.883,15
		IV	4.749,68
		III	4.619,86
		II	4.493,59
		I	4.370,77
	SEGUNDA	VII	4.123,37
		VI	3.927,02
		V	3.740,02
		IV	3.561,92
		III	3.392,31
		II	3.230,77
		I	3.076,92

ANEXO XII
TABELA DE VENCIMENTO

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$) (40h semanais)
Analista do Banco Central	A	IV	3.903,30
		III	3.614,10
		II	3.361,24
		I	3.144,29
	B	IV	2.957,24
		III	2.796,44
		II	2.658,85
		I	2.541,92
	C	IV	2.443,57
		III	2.362,08
		II	2.296,06
		I	2.244,44
Técnico do Banco Central	D	III	2.206,38
		II	2.150,00
		I	2.007,78
		IV	1.165,01
	A	III	1.139,69
		II	1.087,01
		I	1.045,20
		IV	1.004,95
	B	III	966,26
		II	920,09
		I	876,10
		IV	834,29
	C	III	794,35
		II	749,11
		I	706,68
		IV	666,43
	D	II	628,68
		I	592,80

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM REAIS) (40h semanais)
Procurador do Banco Central	A	IV	3.903,30
		III	3.614,10
		II	3.361,24
		I	3.144,29
	B	IV	2.957,24
		III	2.796,44
		II	2.658,85
		I	2.541,92
	C	IV	2.443,57
		III	2.362,08
		II	2.296,06
		I	2.244,44
	D	II	2.206,38
		I	2.150,00

ANEXO XIII
FUNÇÕES COMISSIIONADAS TÉCNICAS

FUNÇÃO COMISSIIONADA	QUANTITATIVO DE FUNÇÕES	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)	VALOR DA OPÇÃO (EM REAIS)
FCT 1	131	3.800,00	1.140,00
FCT 2	191	3.187,20	956,16
FCT 3	252	2.673,22	855,43
FCT 4	313	2.242,13	762,32
FCT 5	374	1.880,55	695,80
FCT 6	435	1.577,29	630,91
FCT 7	496	1.322,93	582,09
FCT 8	557	1.109,59	543,70
FCT 9	618	930,65	511,86
FCT 10	679	780,57	483,95
FCT 11	740	654,69	458,28
FCT 12	801	549,12	439,29
FCT 13	862	460,56	414,51
FCT 14	923	386,29	386,29
FCT 15	1.331	324,00	324,00
TOTAL	8.763		

ANEXO XIV
TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA		
Cargos	Classe	Padrão	Categoria	Cargos
Advogado da União Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União Defensor Público da União	ESPECIAL	III	ESPECIAL	Advogado da União Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União Defensor Público da União
		II		
		I		
	PRIMEIRA	V	PRIMEIRA	
		IV		
		III		
	SEGUNDA	II	SEGUNDA	
		I		
		VI		
		V		
		IV		
		III		
		II		
		I		

ANEXO XV
TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo	
Analista do Banco Central do Brasil Procurador do Banco Central do Brasil	A	IV	IV	A	Analista do Banco Central do Brasil Procurador do Banco Central do Brasil	
		III	III			
		II	II			
		I	I			
	B	IV	I	B		
		III	IV			
		II	III			
		I	II			
	C	IV	II	C		
		III	I			
		II	IV			
		I	III			
	D	III	II	D		
		II	I			
		I	III			
			II	D		
			I			

ANEXO XVI
TABELA DE REMUNERAÇÃO

a) GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
DAS 101.6 e 102.6	6.000,00
DAS 101.5 e 102.5	5.200,00
DAS 101.4 e 102.4	3.800,00
DAS 101.3 e 102.3	1.390,19
DAS 101.2 e 102.2	1.240,45
DAS 101.1 e 102.1	1.120,14

b) CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL - ENES

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano	8.000,00
Secretário de Estado de Assistência Social	7.200,00
Secretário de Estado dos Direitos Humanos	7.200,00
Comandante da Marinha	7.200,00
Comandante do Exército	7.200,00
Comandante da Aeronáutica	7.200,00
Secretário-Geral de Contencioso	6.200,00
Secretário-Geral de Consultoria	6.200,00
Subdefensor Público Geral da União	6.000,00
Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios	6.400,00

c) CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO - CD

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CD - 1	5.600,00
CD - 2	4.800,00
CD - 3	3.800,00
CD - 4	2.800,00

ANEXO XVII
TABELA DE CORRELAÇÃO

Cargo			SITUAÇÃO NOVA		
	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Categoria Funcional de Sanitarista, código SP-1701, do Grupo-Saúde Pública.	A	III	IV	ESPECIAL	Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Analista de Comércio Exterior, Inspetor e Analista da CVM, Analista Técnico da SUSEP, Sanitarista do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional da Saúde e entidades vinculadas.
		II	III		
		I	II		
	B	VI	I	C	
		V	VII		
		IV	VI		
		III	V		
		II	IV		
		I	III		
	C	VI	II	B	
		V	I		
		IV	VII		
		III	VI		
		II	V		
		I	IV		
	D	V	III	A	
		IV	II		
		III	I		
		II	VI		
		I	V		
			IV		
			III		
			II		
			I		

ANEXO XVIII
TABELA DE VENCIMENTO

a) Cargos de Nível Superior

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
Técnicos- Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação	ESPECIAL	III	644,89
		II	603,40
		I	563,87
	C	VI	555,50
		V	539,44
		IV	523,92
		III	508,85
		II	494,21
		I	480,01
	B	VI	466,21
		V	452,82
		IV	439,82
		III	427,19
		II	414,94
		I	403,05
	A	V	391,52
		IV	380,29
		III	318,89
		II	309,75
		I	300,87

b) Cargos de Nível Médio

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
Técnicos- Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação	ESPECIAL	III	387,68
		II	358,57
		I	343,62
	C	VI	329,29
		V	326,95
		IV	313,36
		III	300,34
		II	287,84
	B	VI	264,47
		V	253,55
		IV	243,08
		III	233,04
		II	223,44
		I	214,25
	A	V	205,47
		IV	201,01
		III	198,40
		II	196,40
		I	194,40

c) Cargos de Nível Auxiliar

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
Técnicos- Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação	ESPECIAL	III	218,07
		II	207,70
		I	203,81
	C	VI	200,60
		V	199,50
		IV	198,40
		III	197,30
		II	196,20
		I	195,10
	B	VI	194,00
		V	192,90
		IV	191,80
		III	190,70
		II	189,60
		I	188,50
	A	V	187,40
		IV	186,30
		III	185,20
		II	184,10
		I	183,00

ANEXO XIX

Demonstrativo de que trata o art. 62 da Lei nº 9.995, de 2000, Para atendimento ao Disposto no art. 169, § 1º, Inciso II, da Constituição

"4 – Poder Executivo:

V – Ministério da Fazenda:

I) provimento, mediante concurso público, de 115 cargos de Analista do Banco Central do Brasil: e
m) provimento, mediante concurso público, de 30 cargos de Procurador do Banco Central do Brasil.

VII – Ministério da Justiça.

d) concessão da Gratificação de Operações Especiais — GOE para os Policiais Rodoviários Federais.

XVI — Ministério da Defesa:

b) implantação da Lei de Remuneração dos Militares;

c) provimento, mediante concurso público, de até 8 cargos de Pesquisador Adjunto da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica,

d) provimento, mediante concurso público, de até 18 cargos de Assistente de Pesquisa da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica,

e) provimento, mediante concurso público, de até 3 cargos de Tecnologista Sênior da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica,

f) provimento, mediante concurso público, de até 5 cargos de Tecnologista Pleno 2 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

g) provimento, mediante concurso público, de até 10 cargos de Tecnologista Pleno 1 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

h) provimento, mediante concurso público, de até 136 cargos de Tecnologista Júnior da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

i) provimento, mediante concurso público, de até 48 cargos de Analista em Ciência e Tecnologia da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica,

j) provimento, mediante concurso público, de até 5 cargos de Técnico 3 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica,

k) provimento, mediante concurso público, de até 15 cargos de Técnico 2 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica,

l) provimento, mediante concurso público, de até 108 cargos de Técnico 1 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica,

m) provimento, mediante concurso público, de até 6 cargos de Professor de Ensino de 3º Grau para o Instituto Militar de Engenharia do Comando do Exército;

n) provimento, mediante concurso público, de até 39 cargos de Professor de Ensino de 1º e 2º Grau no Comando da Marinha e

o) provimento, mediante concurso público, de até 1.013 empregos diversos para o Hospital das Forças Armadas.

XVII — Ministério da Educação:

a) reestruturação de cargos e carreiras integrantes do PUCRCE, Lei nº 7.596, de 1987; e

b) provimento, mediante concurso público, de até 2000 cargos efetivos de Professor de Ensino de 3º Grau.“

O SR. LAURO CAMPOS (Sem Partido – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Sem Partido – DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma consulta à Mesa, uma vez que tenho lido, na imprensa diária, que amanhã regressará a esta Casa o já quase saudoso Presidente Jarbas Passarinho e que S. Exª – as declarações são entre aspas – voltaria aqui não para assumir a Presidência, mas para usar da tribuna do Senado; ou seja, voltaria...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª talvez tenha se enganado: não o Senador Jarbas Passarinho, mas o Senador Jader Barbalho.

O SR. LAURO CAMPOS (Sem Partido – DF) – Sim! Jader Barbalho! Estou tão velho! Jarbas Passarinho foi meu capitão no CPOR de Belo Horizonte e me lembrei dele aqui, agora.

Então, o Presidente Jader Barbalho regressará a esta Casa, mas, de acordo com suas declarações à Imprensa, não sei se devidamente, voltará apenas para assumir a sua cadeira de Senador. Quer dizer que, realmente, a cadeira de Presidente desta Casa

virou uma “cadeira elétrica”. Eu mesmo, se convocado para substituir o Presidente, não teria a coragem que V. Exª está tendo. Meus parabéns!

S. Exª disse que não quer assentar na “cadeira elétrica” e assentar-se-á na planície. Parece que o art. 57, § 5º, da Constituição Federal estabelece que, sendo o Senador o Presidente da Casa, a Presidência e a senatória não podem ser exercidas separadamente uma da outra. Não pode haver só um exercício da metade da banda; tem que ser da banda inteira: Senador e Presidente.

Era esse o esclarecimento que eu gostaria de pedir à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Respondendo à indagação de V. Exª, Senador Lauro Campos, a Mesa tem o entendimento de que, estando o titular licenciado, assume, como assumiu, de forma temporária, até a resolução dessa questão, o Senador Edison Lobão, que é Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Espero haver respondido à questão de ordem formulada por V. Exª.

A Presidência está sendo ocupada pelo substituto eventual, no caso, o Vice-Presidente Edison Lobão, de acordo com o § 5º do art. 57 da Constituição Federal, que dispõe:

Art. 57.

§ 5º – A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Quem está investido de todas as prerrogativas inerentes ao cargo é o Senador Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, conseqüentemente, S. Exª é o Presidente do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Não há mais oradores inscritos.

O Senador Eduardo Siqueira Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª. será atendido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como transformar uma das regiões mais subdesenvolvidas do Continente, abandonada não durante décadas, mas séculos, em algo que o próprio Presidente Fer-

nando Henrique Cardoso classificou como o "Eldorado brasileiro"?

A receita, Sr. Presidente, está na administração do Estado do Tocantins, e tem como ingredientes fundamentais muito trabalho, muito interesse público e uma política inteligente e criativa de incentivos fiscais, que vem atraindo, constantemente, investimentos nacionais e internacionais.

Nossa intenção, ao fazermos este breve pronunciamento, é demonstrar que o desânimo, o marasmo, o derrotismo que hoje contamina parcela da população e até autoridades governamentais em seus vários níveis, pode e deve ser superado, pois o Brasil, e seu extraordinário povo, são infinitamente maiores do que qualquer crise episódica e passageira, e o caso do Estado do Tocantins é um exemplo dos mais positivos, que deve ser considerado paradigma e inspiração para todos, particularmente em momentos de preocupação com a coisa pública, como o que estamos atualmente a viver.

Todos sabemos que, com a globalização que inexoravelmente espalhou-se para todo o planeta, é essencial, em nosso tempo, que investimentos domésticos e internacionais sejam atraídos, para que o desenvolvimento possa ser de flagrado. É a estratégia utilizada por países formalmente comunistas, como a República Popular da China, que não tem nenhum constrangimento em receber empresas "capitalistas", ou da Cuba de Fidel Castro, que hoje arrecada mais com o turismo de estrangeiros do que com a produção de açúcar.

Essa, precisamente, é uma das tônicas dominantes da estratégia desenvolvimentista implantada no Tocantins, e que, queremos proclamar desta tribuna, vem dando certo, permitindo que o Estado se liberte dos grilhões do atraso e do subdesenvolvimento e ensejando uma melhor qualidade de vida à sua laboriosa população.

No último mês de julho, por exemplo, nosso Estado foi honrado com a visita do Presidente da Eslováquia, Rudolf Schuster, quando declarou que seu país e o Tocantins deverão tornar-se parceiros comerciais. A nação européia deverá importar grãos e cristais tocantinenses e o Tocantins deverá tornar-se um centro de distribuição, para os demais Estados, de produtos eslovacos.

Também um grupo empresarial espanhol, denominado União Fenosa e Soluciona Saúde, que atua no setor de consultoria, visitou o Tocantins, buscando parcerias em negócios emergentes, manifestando particular interesse nas sete usinas hidrelétricas que proximamente serão objeto de licitação, e que serão construídas no Estado.

Negociações estão sendo promovidas com grupos franceses que atuam no setor de cosméticos, pois há interesse na importação de quinze plantas típicas do cerrado tocantinense havendo concreta possibilidade de o Estado abrigar um grande laboratório que atua nesse segmento.

Missão francesa, igualmente, esteve em nosso Estado no final do mês transato, integrada por técnicos da universidade gaulesa de Contiegné, com o objetivo de prestar assistência técnica em projetos de tecnologia, no contexto de um projeto de transferência de tecnologia denominado "Exchange".

E, já no primeiro dia do mês em curso, empresários gaúchos da Maxxibolt, do Grupo Fio Forte, estiveram em nosso Estado, informando que vão investir cerca de R\$20 milhões na instalação de uma fábrica metalúrgica, em Palmas, cujas obras terão início em apenas 15 dias e gerarão, inicialmente, pelo menos 200 empregos.

Todas essas visitas a nosso Estado, todos esses investimentos de grupos brasileiros e internacionais vêm dinamizando a economia do Tocantins, ensejando a abertura de vagas no mercado de trabalho e permitindo que a população tenha melhores condições de vida.

Para nós, por conseguinte, a palavra cri-se não é motivo de desânimo, de desalento, mas, muito pelo contrário, é desencadeadora e novas ações, da busca por financiamentos e investimentos.

Foi com esse propósito que fizemos este pronunciamento, não apenas para apresentar uma pequena amostra do que está sendo feito no Tocantins, mas, principalmente, para que esse exemplo frutifique, servindo de modelo aos administradores públicos e políticos de nosso País.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs. e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 133, DE 1997(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 4, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR), tendo

Parecer favorável, sob nº 15, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Bianco, com abstenção do Senador Romero Jucá e declaração de voto do Senador Francelino Pereira.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 20, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2001 (nº 563/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 659, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Waldeck Ornelas.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 21, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2001 (nº 564/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 660, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 39, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2001 (nº 551/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Francisco para executar serviço de radiodifusão sonora em

frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 619, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 40, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2001 (nº 571/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale da Eletrônica F.M. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 620, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 115, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2001 (nº 527/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Codó, Estado do Maranhão, tendo

Parecer favorável, sob nº 678, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 47 minutos.)

Emenda apresentada perante a Comissão Mista, destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 2.202-1, adotada em 26 de julho de 2001 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o ressarcimento das contribuições para os Programas e Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e para a Seguridade Social – COFINS incidentes sobre insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação".

CONGRESSISTA EMENDA Nº
Deputado Ricardo Ferraço.....001

SACM

Emendas Apresentadas: 001

		MP 2.202-1	
		000001	
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS			
Data 03.08.2001	Proposição Medida Provisória nº 2.202-01/2001		
Autor Ricardo Ferraço		nº da proposição 202	
1. ☐ Suplementar	2. ☐ Substitutiva	3. ☐ Modificativa	4. ☒ Aditiva
5. ☐ Substituição global			
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso
alínea			
TEXTO JUSTIFICATIVA			
Acrescente-se o seguinte artigo ao texto da MP 2202-01/2001: Art. 2º A empresa exportadora fará jus a crédito presumido da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na forma da Lei nº 9.363, de 13 de dezembro de 1996, como ressarcimento das mesmas contribuições incidentes sobre as aquisições de mercadorias no mercado interno, destinadas à exportação. Parágrafo único: O crédito presumido de que trata este artigo será apurado na forma da Lei nº 9.363, de 13 de dezembro de 1996, ou desta Medida Provisória, podendo ser compensado com tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidos pela empresa exportadora. Justificativa Encontrando-se na mesma situação dos contribuintes a que se refere a Medida Provisória supracitada, imperioso que se faça a equiparação das empresas exportadoras, ao benefício do crédito presumido da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na forma da Lei nº 9.363/96  Deputado RICARDO FERRAÇO PPS/ES			
PARLAMENTAR			
Deputado RICARDO FERRAÇO			

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 017/2001-CN

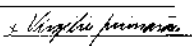
MENSAGEM

Nº 00345, de 20-6-2001-CN
(Nº 0578, de 19-6-2001, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, Crédito Suplementar e Assistência suplemen-

tar no valor de R\$916.000,00 (novecentos e dezesseis mil reais), para reforçar dotações consignadas no orçamento vigente.

EMENDA - 00001
EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL
PL 17/2001 - CN
Mensagem 0345/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	17	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA 1 de 1
TEXTO			
Acrescente-se R\$ 300.000,00 nos "Serviços de atendimento aos usuários da previdência social/ ouvidoria da previdência social - Nacional" - 09 271 0085 2587 0003			
Cancele-se RS 300.000,00 na "Formulação de políticas na área de assistência social - nacional" - 08 122 0072 4589 0003			
JUSTIFICATIVA			
A quantia de R\$ 500 mil para formulação de políticas parece excessiva, enquanto a Ouvidoria da Previdência Social precisa ser melhor operacionalizada			
COGGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. Wilson Guimarães	MG	PT
DATA	ASSINATURA		
01/08/2001			

EMENDAAO PROJETO DE LEI Nº 018/2001-CN
MENSAGEM

Nº 00346, de 20-6-2001-CN
(Nº 0579, de 19-6-2001, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$700.000,00 (setecentos mil reais), para os fins que especifica.

CONGRESSISTA EMENDA Nº
Deputado Ricardo Ferraço.....001

SACM
Emendas Apresentadas: 001

		MP 2.202-1	
		000001	
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS			
Data 03.08.2001	proposição Medida Provisória nº 2.202-01/2001		
autor Ricardo Ferraço		nº da proposta 202	
1. ☐ Suplementar	2. ☐ substitutiva	3. ☐ modificativa	4. ☒ aditiva
5. ☐ Substituição global			
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso
alínea			
TEXTO JUSTIFICATIVA			
Acrescente-se o seguinte artigo ao texto da MP 2202-01/2001: Art. 2º A empresa exportadora fará jus a crédito presumido da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na forma da Lei nº 9.363, de 13 de dezembro de 1996, como ressarcimento das mesmas contribuições incidentes sobre as aquisições de mercadorias no mercado interno, destinadas à exportação. Parágrafo único: O crédito presumido de que trata este artigo será apurado na forma da Lei nº 9.363, de 13 de dezembro de 1996, ou desta Medida Provisória, podendo ser compensado com tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidos pela empresa exportadora. Justificativa Encontrando-se na mesma situação dos contribuintes a que se refere a Medida Provisória supracitada, imperioso que se faça a equiparação das empresas exportadoras, ao benefício do crédito presumido da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na forma da Lei nº 9.363/96 <i>Ricardo Ferraço</i> Deputado RICARDO FERRAÇO PPS/ES			
PARLAMENTAR			
Deputado RICARDO FERRAÇO			

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 017/2001-CN

MENSAGEM

Nº 00345, de 20-6-2001-CN
(Nº 0578, de 19-6-2001, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, Crédito Suplementar e Assistência suplemen-

tar no valor de R\$916.000,00 (novecentos e dezesseis mil reais), para reforçar dotações consignadas no orçamento vigente.

EMENDA - 00001
EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL
PL 17/2001 - CN
Mensagem 0345/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	17	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA 1 de 1
TEXTO			
Acrescente-se R\$ 300.000,00 nos "Serviços de atendimento aos usuários da previdência social/ ouvidoria da previdência social - Nacional" - 09 271 0085 2587 0003 Cancele-se R\$ 300.000,00 na "Formulação de políticas na área de assistência social - nacional" - 08 122 0072 4589 0003			
JUSTIFICATIVA			
A quantia de R\$ 500 mil para formulação de políticas parece excessiva, enquanto a Ouvidoria da Previdência Social precisa ser melhor operacionalizada			
COGGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. Wilson Guimarães	MG	PT
DATA	ASSINATURA		
01/08/2001	<i>Wilson Guimarães</i>		

EMENDAAO PROJETO DE LEI Nº 018/2001-CN
MENSAGEM

Nº 00346, de 20-6-2001-CN
(Nº 0579, de 19-6-2001, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$700.000,00 (setecentos mil reais), para os fins que especifica.

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL		EMENDA - 00001	
		Pl. 18/2001 - CN Mensagem 0346/2001 - CN	
INSTRUÇÕES NO VERSO	18	PROJETO DE LEI NÚMERO	TABUADA
Cancele-se R\$ 700.000,00 para o subtítulo "concessão de empréstimos para liquidação de sociedades seguradoras, de capitalização e entidades de previdência privada aberta (Lei 10.190/2001 - Art. 3) - Nacional" - 04 125 0779 0351 0001			
JUSTIFICAÇÃO O objetivo da emenda é evitar que os essenciais recursos para a fiscalização do mercado de seguros, já sabidamente reduzidos, sejam utilizados para conceder empréstimos a instituições com fins lucrativos, reproduzindo o Proer deste mercado, um programa que grandes prejuízos trouxe ao Sico Central e, por consequência, ao Tesouro Nacional.			
CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	José Agripino	AC	PT
DATA	ASSINATURA		
08/08/01	José Agripino		

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO MISTA ESPECIAL

Criada através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, Com a finalidade de "Estudar as Causas da Crise de Abastecimento de Energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento".

1ª Reunião de (Instalação) realizada em 5-6-01.

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e hum, às treze horas e quarenta minutos, na sala 02 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador Nabor Júnior, reúnem-se os Senhores Parlamentares, membros da Comissão Mista Especial, com a finalidade de "estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento, para sua instalação. Presentes os Senadores Alberto Silva, Paulo

Souto, José Agripino, Heloísa Helena, Paulo Hartung e os Deputados Antônio Cambraia, Juquinha, Marcos Cintra, Aníbal Gomes, João Colaço, Fernando Ferro, Ailton Dipp, Fernando Gabeira, José Carlos Aleluia, Virgílio Guimarães e Clementino Coelho. A seguir o Senhor Presidente iniciou o processo de votação que depois de encerrado foram convidados para servirem como escrutinadores os Deputados José Carlos Aleluia e Fernando Gabeira, que procederam a apuração encontrando treze cédulas que conferiram com o número de votantes, tendo apresentado os seguintes resultados: doze votos para o Deputado Antônio Cambraia como Presidente, quatro votos para o Deputado Fernando Gabeira como Vice-Presidente, totalizando os votos em treze. Para apuração dos votos a reunião foi presidida pelo Senador José Agripino que proclamou o resultado e empossou os eleitos, convidando o Deputado Antônio Cambraia para assumir a os trabalhos. Agradecendo a confiança que lhe foi depositada, o Senhor indicou para ser Relator desta Comissão Especial o Senador Paulo Souto e a seguir foram dadas as palavras aos Deputados Fernando Gabeira, José Carlos Aleluia, Fernando Ferro, Morone Torgan e o Senador Alberto Silva; tendo a presente reunião encerrado às quinze horas e quinze minutos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Deputado Antônio Cambraia, encerra os trabalhos e para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Havendo número regimental, declaro instalada a Comissão Mista Especial, criada através do Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

A pauta desta reunião destina-se à eleição do Presidente e do vice-Presidente da Comissão, bem como à indicação de seu Relator.

Para tanto, solicito à Secretária distribuir as cédulas de votação. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Havendo número regimental, declaro instalada a Comissão Mista Especial, criada por meio do Requerimento nº 73, de 2001, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

A pauta desta reunião destina-se a proceder à eleição do Presidente e à indicação do Relator. Houve número regimental, e a votação se processou após a distribuição da cédula de votação. Concluído o processo de votação, convido o Deputado Fernando Gabeira e o Deputado José Carlos Aleluia para funcionarem como escrutinadores.

(Procede-se ao escrutínio da votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Antes de proclamar o resultado, quero fazer um esclarecimento: a eleição para Presidente estava suficientemente clara. Foram 12 votos para o Deputado Cambraia e um voto em branco.

Não ficou claro que se estava processando a eleição da Vice-Presidência. Manifesto, inclusive, o meu desconhecimento com relação a ela. Eu teria muito prazer em votar no Deputado Fernando Gabeira para Vice-Presidente da Comissão, mas, de qualquer maneira, S. Ex^a obteve quatro votos a favor, e não há ninguém disputando com S. Ex^a.

Declaro eleitos e empossados Presidente da Comissão: Deputado Antonio Cambraia; Vice-Presidente da Comissão: Deputado Fernando Gabeira.

Convido o Deputado Antonio Cambraia para assumir a presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Inicialmente quero agradecer a confiança em mim depositada pelos Srs. membros desta Comissão Mista, Srs. Senadores, Srs. Deputados.

De acordo com determinação regimental, indico o Senador Paulo Souto para funcionar como Relator da Comissão.

Não está presente S. Ex^a. Concedo a palavra a algum Deputado ou Senador que queira se manifestar.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, queria inicialmente cumprimentá-lo pela vitória e dizer que existe uma questão preliminar que eu já queria abordar hoje porque me parece muito importante.

A nossa Comissão está surgindo na primeira semana de junho. Teremos mais possivelmente três semanas para atuar e depois começa o recesso. Exatamente no momento em que teremos mais trabalho ou que a situação talvez se torne mais crítica, sobretudo no Nordeste, estaremos em recesso.

Consultei hoje o Presidente da Câmara e alguns líderes sobre essa situação. Eles disseram que pelo Regimento não se pode trabalhar em julho e a única

comissão que pode trabalhar nesse período é a Comissão Representativa do Congresso.

Levantei então a hipótese – se fosse uma hipótese defendida pela Comissão seria mais forte – de que a nossa comissão passasse a ser Comissão Representativa do Congresso no mês de julho. Existe uma comissão representativa que, de modo geral, é composta por sorteio e é quase burocrática. Escolhem-se algumas pessoas que vivam em Brasília, em Goiás para ficarem nesse período respondendo pelo Congresso. Então eu queria sugerir que a nossa comissão esteja presente na Comissão Representativa do Congresso, se não toda já que talvez o número da comissão representativa seja maior, em julho, para que em caso de emergência possa funcionar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, quero saudar a eleição de V. Ex^a, quero saudar a instalação da Comissão Mista do Congresso Nacional para analisar as causas da crise de abastecimento de energia elétrica no País. Quero também, Sr. Presidente, expressar aqui uma certa preocupação pela audiência congressual a este assunto, que, por sua vez, parece-me que tem que ter uma relação direta com o interesse do cidadão e das questões presentes na vida nacional não tenho dúvida nenhuma de que esta é a que afeta a unanimidade dos brasileiros, me nos os 15 milhões que não têm a felicidade de ter energia ainda nesta virada de século e de milênio. Mas esta é uma questão que interessa a todos, às crianças, aos adultos, aos trabalhadores, ao desenvolvimento nacional. E o Congresso, na minha opinião, não deu ao assunto até o momento a atenção devida. Todos sabem – e se não sabem, aqui digo – que o Brasil viveu sob a ameaça do racionamento durante toda a década de 90 e parte da década de 80. Vivemos um racionamento que seria da mesma intensidade do atual com déficit de 15% na Região Nordeste em 1987, déficit este que teve a mesma origem do atual: falta de investimentos.

Portanto, vivemos, durante toda a década de 90, sob a ameaça do racionamento, em que pese o Governo ter passado toda a década de 90 negando essa ameaça. Por que ameaça? Porque os critérios de planejamento hidrológico vigentes até o início da década de 80 permitiam conviver com um déficit de 3%, em razão das restrições de investimento impostas pelos órgãos de controle de investimento das es-

tatais. Já lá na década de 80, os critérios foram relaxados, e se passou a admitir um risco de déficit da ordem de 5%. E foi esse relaxamento dos critérios que levou ao racionamento de 87. Na década de 90, o relaxamento ocorreu de forma real. Convivemos alguns anos com riscos de 15% e até mais, e o Governo insistia em negar a existência do risco.

O Governo, nitidamente, Sr. Presidente, fez uma opção e uma aposta. A opção foi pelo equilíbrio fiscal, pela geração de superávit fiscal, pelo não investimento em infra-estrutura. E é bom que se deixe claro que, no período Collor-Itamar, os investimentos foram também muito pobres. E, além de não haver investimentos, não houve mudança de modelo.

Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu, existiam mais de 20 obras importantes paralisadas. O Presidente, e o seu Governo, trabalhou na implementação de um modelo, conseguiu retomar esses investimentos, conseguiu retomar investimentos com a participação da iniciativa privada, privatizou uma parte do processo. E aí, é bom que se diga: não há quem possa culpar a privatização pelo racionamento, porque não há racionamento no Sul, exatamente onde se fez a privatização.

Não estou querendo dizer que não poderíamos ter evitado o racionamento sem privatização. Poderíamos, sim. O erro foi não ter gerado expectativa, clima, condições para atrair investimento privado – na medida em que não existe poupança privada nacional, teríamos que ter poupança privada internacional – e ter optado por impedir que as empresas federais buscassem o investimento que podiam fazer.

Chegamos ao racionamento, Sr. Presidente, e podemos constatar a existência de, pelo menos, três grandes erros. O primeiro é o fato de não termos sido capazes de evitar o racionamento e fazer os investimentos necessários. O segundo erro foi de não termos preparado, com a discussão e a participação da sociedade, do Congresso e dos acadêmicos, um programa para o enfrentamento do racionamento, do déficit de energia, que estava previsto e poderia ter acontecido muito antes.

E o terceiro erro, Sr. Presidente, talvez o mais grave deles, foi o Governo e a Agência Nacional de Energia Elétrica, como órgão de Estado, conseguirem cobrir da sociedade, no período de março, abril e maio, a existência de um racionamento inevitável. Nós assistimos isso, e fui obrigado a fazer um discurso que gerou, no meu entendimento, movimentação do Governo, porque, no dia seguinte, o Governo estabeleceu um grupo para tratar do enfrentamento da

questão do déficit de energia elétrica. Portanto, o Governo conseguiu esconder da sociedade o assunto, durante os meses de março, abril e maio, e o Congresso conseguiu se omitir, no mínimo, nos meses de março, abril e maio completo – o Governo ainda trabalhou um pouco em maio.

Portanto, fico muito satisfeito em vir à instalação da comissão, mas tenho deveres com aqueles que estão nos ouvindo, com aqueles que estão nos acompanhando, de dizer que o Congresso também tem responsabilidade, porque não tem dado a atenção devida ao problema que afeta todos os brasileiros, menos 15 milhões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tenham um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Antes de passar a palavra ao Senador Alberto Silva, convido o Deputado Fernando Gabeira, Vice-Presidente desta Comissão, para fazer parte da Mesa dos trabalhos.

Com a palavra o Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, Deputado Antonio Cambraia, sinto-me satisfeito por estar aqui hoje, ao lado desses companheiros que formam a Comissão Mista, de V. Ex^a, que foi Prefeito da Capital. Assisti à sua administração exemplar sob os pontos de vista técnico e administrativo. Estou satisfeito também por estar aqui ao lado de alguns companheiros da Câmara, porque, antes de ir para o Senado, fui Deputado, com muita honra. Aqui ao meu lado está o Deputado Aleluia. Fomos parte de uma comissão polêmica e complicada que tratava dos portos, da PEC da cabotagem. Aleluia era o Relator e eu, o Presidente. Tivemos muitos problemas, discutíamos, mas deixamos esses problemas pelo menos equacionados.

O companheiro Aleluia, engenheiro dos mais competentes e ex-Diretor da Chesf, fala de cadeira: “sou dessa área, sou engenheiro eletricista mecânico e civil”. E sinto-me muito feliz em estar aqui agora nesta Comissão. Guardados todos os erros e todas as omissões existentes, nós do Congresso podemos oferecer alguma proposta.

Como disse o companheiro Aleluia, já que está formada esta Comissão, vamos fazê-la agir. Agir como? Estamos diante de um fato. Não podemos pedir a São Pedro mais do que ele pode dar. Esqueçamos que as chuvas podem chegar no volume que pretendemos, porque elas podem não chegar.

Estou trabalhando ativamente, com todo o empenho que posso no sentido de encontrar uma solução alternativa e imediata, porque, caso contrário, va-

mos para o pior. Não estamos admitindo a catástrofe. É claro que o racionamento deve ser feito, para reduzir o consumo e guardar a água em algum lugar. Mas sei que, no Nordeste, a coisa está bem pior. Tenho conversado com o pessoal de operação da Chesf e com o seu Presidente, e a situação é meio dramática, como é dramática no País todo.

Parabenizo o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão que conheci na Câmara, como Deputado. Estive naquela Casa por quatro anos.

Nós aqui reunidos poderemos encontrar uma solução, com a participação direta do engenheiro Cambraia, do engenheiro Aleluia, do engenheiro Alberto Silva e dos outros companheiros que, sendo engenheiros ou não, estão aqui para apresentar propostas para o País.

Como daqui a pouco haverá uma audiência pública com dois dos homens que estão encarregados, um como Ministro e outro como representante da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, veremos que contribuição eles nos vão dar e o que podemos fazer para apresentar uma esperança ao povo brasileiro. Há uma solução, e vale a pena tentar.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente Gabeira, Sr^{as} e Srs. Congressistas, temos uma responsabilidade e um momento da maior grandeza para levar ao País um debate e propiciar à Nação uma discussão democrática que informe e dê tranquilidade, porque o elemento central é a informação. A população precisa de informação sobre o quadro que estamos vivendo. Temos de fazer esse diagnóstico com profundidade e com responsabilidade, porque corremos o risco de cair em certo tipo de atitude praticada pelos membros do Governo que atuam nesse setor.

Lembro as declarações de membros do Operador Nacional do Sistema Elétrico, quando, no ano passado, alertávamos para essa situação. Eles diziam, num rompante de arrogância e de auto-suficiência exagerada, que nada havia de risco. Eram declarações do tipo “Não há nada em curso. Temos os nossos planos de contingência. Não há nenhum motivo para pânico e segurança ou qualquer outra coisa para que alguém se mova dos processos de modernização e evolução econômica do País. Não há risco de colapso energético: isso era dito aqui apesar dos alertas e dos sinais de blackout e de degradação da confi-

abilidade do sistema, do aumento dos índices de déficits do suprimento de energia, que, à época, já atingiam 15% – quando historicamente sempre foi trabalhado com 5% por uma questão de margem de segurança do setor.

Essas pessoas falavam isso com toda a segurança e certeza. Evidentemente, hoje não é o momento de fazer ajuste de contas. Mas é preciso que as autoridades deste País tenham responsabilidade e aprendam a agir com respeito – inclusive nós da Oposição, que alertamos e falamos dessa situação de risco, não com intuito de alarmismo, como se pretendeu avisar, ou de se fazer política com a degradação do serviço, até porque a ninguém interessa esse estado de caos.

A degradação do sistema elétrico não interessa a ninguém. Queremos exatamente ter a capacidade de planejar e de vislumbrar o futuro do setor, porque ele é essencial para qualquer projeto. O Governo atual não é eterno e poderemos ser situação em algum momento. Por isso, devemos ter a responsabilidade para lidar com o setor com a inevitável capacidade de compreendê-lo como algo permanente, um bem público para atender às necessidades de crescimento e de atendimento à população.

Espero que esta Comissão também seja capaz de investigar e de buscar, nesse diagnóstico, os responsáveis por essa situação. Não adianta fazer apenas a avaliação se não identificarmos o autor disso, pois há responsabilidade pública. É impossível pensar nesse quadro sem definir claramente o comportamento de autoridades e de pessoas responsáveis. Podemos inclusive tirar lições futuras, para que não se atue com a irresponsabilidade com que se tratou um patrimônio da importância do sistema elétrico brasileiro, que, agora, em virtude da sua degeneração e da sua degradação, implicará o comprometimento das metas de crescimento econômico.

O anúncio dos economistas acerca da incapacidade de atender a carga provocará muitas dificuldades para o povo brasileiro quanto ao emprego e até do atendimento das metas macroeconômicas do Governo, que foi imprevidente, desconsiderou essa realidade e abandonou o planejamento do sistema elétrico. A consolidação desta Comissão permitirá que façamos um bom diagnóstico e desenvolvamos um relatório à altura do desafio que enfrentaremos.

Aproveito, Sr. Presidente, para mostrar o grau de irresponsabilidade. Ontem, no Recife, faleceram duas pessoas num hospital público por falta de energia elétrica. Esse é um quadro isolado que não pode-

mos creditar aos problemas do apagão. Mas, tendo em vista a redução da capacidade de geração do Complexo de Paulo Afonso – que inclusive tira algumas máquinas de funcionamento –, com a gradativa perda de confiabilidade do sistema, poderemos ficar sujeitos a apagões imprevisíveis, aqueles não programados.

Lamentavelmente, o Ministério Público de Recife está acionando a companhia concessionária, porque duas pessoas faleceram na mesa de cirurgia de um hospital público – Hospital da Restauração, o maior hospital público de atendimento de urgência em Recife – por falta de eletricidade. Isso demonstra quão dramática a situação pode ficar e que é nossa a responsabilidade de acompanhar a evolução da crise e de tentar mitigar os impactos que, sem dúvida, serão extremamente danosos à população.

Esta Comissão tem o papel importantíssimo de buscar elucidar esse quadro do sistema elétrico brasileiro e propor outros rumos. Os que existem claramente não interessam, pois estão superados e não atendem a uma perspectiva de crescimento da população do País e às pretensões de desenvolvimento que temos apregoado ao longo do tempo e das quais tanto fala o Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Deputados Cambraia e Fernando Gabeira, nosso Relator, eminente Senador Paulo Souto, colegas que estão atuando com essa responsabilidade importantíssima, leio o título da Comissão e preocupa-me um pouco essa questão das causas, pois estas todos já conhecem. Então, não é preciso perder tanto tempo. Talvez a responsabilização a que fez referência o Deputado Fernando Ferro* seja mais relevante do que qualquer outro assunto, porque pode-se alegar que o céu ficou responsável por não ter mandado chuva, esquecendo-se, todavia, do preceito público segundo o qual a fé sem obras é morta. Parece-me que só houve a fé e não as obras. Foi o que ocorreu.

É importante haver – inclusive antes dos 90 dias e até, Deputado Fernando Gabeira, anteriormente ao receso – uma decisão preliminar a dar à Nação, porque é um caso emergencial. Não podemos esperar todo esse tempo. Vejo várias opções. Não sou técnico do assunto, mas gostaria de ter um grande interesse nisso. Sei que V. Ex^{as} trabalham e muitos são técnicos. Pergunto se há como informar, no menor tempo

possível, a solução emergencial e a médio prazo. As termelétricas, por meio de gasodutos, são uma solução adequada? A energia eólica, que também pode ser instalada de uma hora para outra, seria um instrumento? Os linhões de energia interligando as Regiões Norte e Sul, que estão abastecidos, quanto tempo levariam? O povo quer saber quanto tempo cada solução demora para ocorrer. Muitas vezes, quando não somos técnicos da área, pensamos que tempo é questão de dinheiro. Se se investir muito, o que se faria em um ano é realizado num mês. Pelo menos, assistimos a obras assim, como o caso de um edifício que da noite para o dia é levantado. Então, pergunta-se como aquilo ocorreu e de que forma outro prédio custou tanto para ser edificado. Para este, não havia dinheiro, ao contrário da situação da quele.

Num momento deste, precisamos sem dúvida saber a responsabilidade, mas principalmente propor ao povo brasileiro as opções urgentes, que não deveriam esperar. Proponho à Comissão que as soluções urgentes deveriam ser analisadas antes do recesso parlamentar, deixando as soluções de médio e longo prazos, assim sim, para deliberação até o fim da Comissão. Solicito à Comissão a deliberação das medidas urgentes para conter o apagão até o final de junho. Assim, poderíamos prestar contas imediatamente à população brasileira.

Eram essas as minhas sugestões.

Parabenizo V. Ex^{as}. Tenho certeza de que a condução dos trabalhos desta Comissão está em boas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Deputado Moroni Torgan.

Não havendo nenhum parlamentar inscrito, nem nada mais a tratar, agradeço a todos pela presença, convidando-os para a próxima reunião, a realiza-se a seguir...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Aleluia para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, gostaria de saber se V. Ex^a indicou o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Foi indicado relator o Senador Paulo Souto, que se encontra à Mesa.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Convido-os a participar de uma reunião a seguir, neste mesmo local, com a presença dos Ministros José

Jorge e Pedro Parente que irão tratar da crise energética.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

2ª Reunião Conjunta, realizada em 5-6-01.

Às quinze horas do dia cinco do mês de junho do ano de dois mil e um, na sala de reuniões nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador José Alencar, presentes os (as) Senhores (as) Senadores (as) Nabor Júnior, Romeu Tuma, Carlos Patrocínio, Paulo Souto, Valmir Amaral, Jonas Pinheiro, Romero Jucá, José Eduardo Dutra, Paulo Hartung, Mauro Miranda, Ricardo Santos, José Fogaça, Sérgio Machado, Marluce Pinto, Sebastião Rocha, Heloísa Helena, Freitas Neto e Teotônio Vilela Filho e os Senhores Deputados Antônio Cambraia, Juquinha, Marcos Cintra, Aníbal Gomes, João Colaço, Fernando Ferro, Delfim Netto, Ailton Dipp, Fernando Gabeira, João Caldas, Márcio Fortes, José Carlos Aleluia, Salatiel Carvalho, Odelmo Leão, Clementino Coelho e Luciano Zica e ainda os Senhores Senadores José Agripino, Jorge Bonhausen, Francelino Pereira e Lúcio Alcantara e os Senhores Deputados, Arthur Virgílio Neto, Nelson Marquesan, Arnaldo Madeira, Inocêncio de Oliveira, Vivaldo Barbosa, Alberto Goldman, Inácio Arruda, Sérgio Miranda, Benito Gama e Moroni Torgan, reúnem-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura e Comissão Mista Especial criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “estudar as causas de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passe-se à apreciação do único item da Pauta – Audiência Pública. Assunto: Esclarecimentos sobre o processo de racionamento do uso de energia elétrica no país. Inicia-se a Audiência Pública, com a presença das seguintes autoridades convidadas: Senador José Jorge, Ministro das Minas Energia e do Dr. Pedro Parente, Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República e Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia. Após a exposição das autoridades, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto abordado os Senhores Parlamentares: Senadores Paulo Souto, Alberto Silva, Paulo Hartung, Heloísa Helena, Carlos Patrocínio, Sebastião Rocha; Deputados Fernando Ferro,

Fernando Gabeira, José Carlos Aleluia, Marcos Cintra, Clementino Coelho, Aníbal Gomes, Arthur Virgílio Neto, Juquinha, Salatiel Carvalho, Luciano Zica, João Caldas e Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às vinte horas e quarenta minutos, lavrando nós, Celso Antony Parente e Francisco Naurides Barros, Secretários das Comissões, a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e irá à publicação, em conjunto com suas notas taquigráficas. Senador José Alencar, Presidente da C.I. e Deputado Antônio Cambraia, Presidente da C.E.M.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, que é conjunta com a Comissão Mista Especial criada através do Requerimento n.º 73/2001 – Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

Estão presentes à Mesa o ilustre Deputado Antônio Elbano Cambraia, que é o Presidente da Comissão Especial, e o ilustre Senador Paulo Souto, Relator da mesma Comissão.

Esclareço aos Srs. Senadores e Deputados que a pauta desta reunião é a seguinte: audiência pública. Exposição dos Ministros Senador José Jorge, Ministro de Estado de Minas e Energia, e Dr. Pedro Parente, Ministro de Estado da Casa Civil e também Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. O assunto é o esclarecimento sobre o processo de racionamento do uso de energia elétrica no País.

A lista de inscrição para esta audiência pública encontra-se sobre a Mesa. Os Srs. expositores terão o tempo que se fizer necessário para suas exposições e abrir-se-á em seguida a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos dentro do assunto tratado, dispondo o interpellante de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpellado, após o quê, poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se aos seus expositores o mesmo tempo para a tréplica.

Antes de passar a palavra à Senadora Heloísa Helena, que pediu pela ordem, eu gostaria de esclarecer que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, que tenho a honra de presidir, por requerimento convidou para a audiência pública que se realizaria hoje às 10 horas da manhã... Vou inter-

romper um pouco para receber as autoridades. (Pausa.)

Prosseguindo, a Comissão de Infra-Estrutura havia convidado os Srs. Ministros, assim como professores da USP e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por requerimento, para uma reunião que se realizou hoje às 10 horas. Eles participaram, efoifeita uma palestra pelo ilustre Diretor-Geral da Aneel, Dr. José Mário Miranda Abdo, e outra pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Professor Mário Santos. Ambos foram absolutamente claros na sua exposição, que foi completa, aplaudida por todos os presentes, houve um debate com o Senador Paulo Souto, e aqueles professores que haviam sido convidados, como já haviam participado de outras anteriormente, não participaram daquela reunião. Como houve antecipação da realização desta, que estava marcada para depois da Ordem do Dia, para as três horas, eu os convidei para que viessem para cá. Então esses professores estão aqui neste instante. Porém, esta é uma reunião conjunta da Comissão de Infra-Estrutura e da Comissão Especial do Congresso Nacional, presidida pelo Deputado Antônio Cambraia. Dessa forma, nesta reunião deverão falar o Sr. Ministro das Minas e Energia, José Jorge, e o Presidente da Câmara de Gestão e Ministro da Casa Civil, Dr. Pedro Parente. Portanto, terá início a reunião.

V. Ex^a deseja fazer uso da palavra, Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, como o Senador José Alencar informou, esta é primeira reunião da Comissão Mista Especial. Mas, por ser conjunta com a Comissão de Infra-Estrutura, faço um apelo aos Senadores e Deputados no sentido de que possamos acatar, até para sermos fidedignos a um requerimento aprovado por consenso em uma comissão permanente da Casa, a Comissão de Infra-Estrutura, a qual, na perspectiva de se estabelecer o contraditório e também de ouvir técnicos de universidades que ao longo de suas vidas acadêmicas têm se dedicado de forma exaustiva ao tema, aprovou que o debate ocorresse entre os representantes do Poder Executivo e os representantes das universidades, que muito têm a contribuir. Estiveram hoje pela manhã na Casa mas não participaram do debate justamente na perspectiva de que pudéssemos debater hoje à tarde.

É o apelo que faço a V. Ex^a, Senador José Alencar, e a todos os Senadores e Deputados. E cito os arts. 93 e 94 do Regimento Interno da Casa, que tratam de audiências públicas. E embora esteja citando o Regimento Interno do Senado Federal, tenho absoluta certeza de que na Câmara dos Deputados também a possibilidade de estabelecer o contraditório é algo relevante, de fundamental importância. Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente a qualquer matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência de todas as partes interessadas. O que existe é uma reunião conjunta da Comissão de Infra-Estrutura e da Comissão Mista, cuja primeira reunião foi realizada hoje. Reunião em que, de fato, não conseguimos sentar, discutir e estabelecer uma agenda em função de todos os parlamentares estarem em suas respectivas atividades no Congresso. Viemos e apenas votamos nos que estavam sendo indicados como presidente e como relator.

Creio que é de fundamental importância, em nome do espírito democrático, estabelecer o princípio do contraditório no momento em que todo o povo brasileiro deseja que discutamos o diagnóstico e as alternativas concretas, ágeis e eficazes a fim de minimizar os efeitos de um problema tão grande como esse. Então faço um apelo a V. Ex^a no sentido de que o requerimento aprovado por unanimidade na Comissão de Infra-Estrutura possa ser acatado por esta Comissão Mista. E que possamos ter a participação de quatro personalidades, pessoas que se dedicaram durante toda a vida ao tema, no sentido de contribuir. É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, gostaria de registrar minha discordância com relação à posição da Senadora Heloísa Helena, por alguns motivos. Não se trata de desrespeito ou falta de reconhecimento à capacidade dos professores convidados. Mas ocorre que a reunião é precípua para ouvir os dois Ministros, a questão do posicionamento político do Governo e as propostas em andamento. Os Srs. Professores já tiveram a oportunidade de, na própria Comissão de Infra-Estrutura debater duas vezes o assunto. Uma quando vieram individualmente, e outra hoje pela manhã, com a presença do Dr. Mário Santos e do Dr. José Mário Abdo, que discutiram acerca da questão técnica do racionamento. Nada te-

nho contra a discussão. Entendemos que, se a Comissão Mista, em determinado momento, quiser ouvir os professores, pode convocar uma reunião especificamente para isso. Mas na pauta da reunião de hoje consta, e vamos defender a participação apenas dos dois Ministros, porque nós temos muito o que discutir. Mesmo só com os dois Ministros, essa será uma reunião que se estenderá, com certeza, noite adentro.

Portanto, somos contrários à proposição e queremos que a pauta seja cumprida da forma como foi convocada, para que possamos ouvir, imediatamente, os dois Ministros.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há várias questões de ordem.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente, sou o autor do requerimento, junto com a Senadora Heloísa Helena. O nosso requerimento foi aprovado; já se passaram em torno de 20 dias, e não conseguimos realizar audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura. A promessa do Líder do Governo, que está aqui na nossa frente, é que faríamos essa audiência hoje, numa sessão conjunta da Comissão Mista criada com a Comissão de Infra-Estrutura do Senado. Então, tenho expectativa que esse requerimento, que foi aprovado duas vezes, possa ser cumprido no dia de hoje e que possamos estabelecer o contraditório, que tenho certeza que só enriquecerá essa reunião, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, como fui citado, eu gostaria apenas de registrar dois pontos. Primeiro, os professores fazem parte de um requerimento que foi aprovado e já fizeram a sua audiência na Comissão de Infra-Estrutura, no mesmo dia em que V. Ex^a e vários Parlamentares participaram de uma reunião no Palácio do Planalto com o Sr. Presidente da República.

Hoje, novamente, os senhores professores estiveram na discussão da reunião da Comissão de Infra-Estrutura com o Diretor da ONS e com o Diretor da Aneel. Essa reunião é específica da Comissão Mista do Congresso, que está se juntando com a Comissão de Infra-Estrutura, é para a oitiva dos dois Ministros, Pedro Parente e José Jorge.

Portanto, nossa posição de que os Ministros viriam aqui para a discussão está mantida, e os Ministros irão depor. O que nós não queremos é misturar uma audiência com outra, porque não foi o motivo da convocação da Comissão Mista esta audiência de agora.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Senador Romero Jucá, eu já havia dado o esclarecimento, mas vou repetir.

Convocamos uma audiência pública e convidamos os Ministros Senador José Jorge e Dr. Pedro Parente, naquela ocasião. Como houve a primeira reunião da Câmara de Gestão no Palácio do Planalto, para a qual fomos convidados a comparecer, nós realmente nos afastamos, e a audiência pública foi feita com a participação daqueles quatro professores que estão aqui. Isso é verdade. Por isso, na abertura desta reunião, eu dei esse esclarecimento de que hoje também estava convocada, também por requerimento, porque o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura não toma nenhuma deliberação por decisão própria. Foi feito o requerimento por escrito, de acordo com o Regimento, foi discutido o Requerimento, foi aprovado – nesse caso, foi aprovado por unanimidade –, e foram convocados os professores.

Há outros Deputados que já solicitaram a palavra e que falarão. Não tenho dúvida nenhuma de que tanto o Dr. Pedro Parente, ilustre Ministro da Casa Civil, como o Senador José Jorge, ilustre Ministro de Minas e Energia, não teriam nenhuma preocupação em dialogar, mesmo porque o objetivo aqui não é causar uma polêmica. Todos estamos engajados no trabalho de minimizar as consequências do quadro que está à nossa frente. Nós já ultrapassamos aquela fase de responsabilizar quem quer que seja. O próprio Governo já assumiu a responsabilidade, porque algumas obras, de fato, poderiam ter sido feitas. A diminuição do índice pluviométrico também é um motivo, mas o Governo já assumiu a responsabilidade que lhe cabe. O Governo não está preocupado com isso. Estamos preocupados, hoje, é em trazer justamente os Ministros responsáveis, especialmente aquele que é o titular da Câmara de Gestão da Crise Energética, justamente porque aqui há uma transparência nacional e há uma oportunidade para que os Parlamentares façam um diálogo com esses Ministros. É preciso que isso aconteça, para que a sociedade perceba com clareza o que está acontecendo e se engaje cada vez mais. É o engajamento da sociedade que nos está entusiasmando. Eu não tenho dúvida nenhuma de que tanto o Ministro José Jorge como o Ministro Pedro Parente são homens democráticos e não têm nenhuma preocupação em dialogar. Só que a convocação para esta reunião foi para ouvir os dois Ministros. Então, penso que provavelmente a vontade de ouvir começa com eles, mas preciso ouvir os outros Deputados que solicitaram a palavra pela ordem.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Deputado. Perdão por não me lembrar agora do seu nome todo.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, Senador José Alencar, quero concordar com o argumento da Senadora Heloisa Helena, primeiro porque, se há alguma coisa que precisa se ter neste momento, é transparência. Imaginar que um País entra em uma situação tão delicada como esta, vivêssemos em uma Nação onde houvesse um maior apego às responsabilidades e às regras democráticas, essa situação não seria admitida.

Eu lamento essa atitude de fuga da discussão do Governo. Até porque, na Câmara dos Deputados, foram convidados Ministros para uma sessão plenária que foi transformada em comissão geral e nenhum compareceu. Nós tivemos uma situação muito curiosa, porque veio o representante do Governo dos Estados Unidos e de uma Universidade americana e não vieram os representantes do Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há um orador na tribuna, por favor, vamos fazer silêncio.

O SR. FERNANDO FERRO – E essa situação se configura como algo inusitado. As autoridades têm obrigação de trazer informações e têm obrigação de estar abertas ao debate e à discussão. O Governo está racionando energia e a base do Governo vem aqui e quer racionar o debate. Não dá para aceitar. Não vamos racionar o debate, não vamos racionar a democracia. Acho que, mais do que nunca, é hora de discutir, de esclarecer, de buscar entender e compreender essa situação, Sr. Presidente.

Por isso creio que temos que fazer um esforço de procurar compreender, porque uma coisa é vir alguém do Governo aqui e falar e falar e não se ouvir a opinião de outras pessoas que também têm uma visão sobre o assunto. O Governo, a cada semana, modifica as medidas provisórias. Hoje, houve mais uma transformação. O Governo está atônito, está descontraído nas suas ações jurídicas em relação ao racionamento. Por isso é importante o debate, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Não dá para entender a fuga da discussão. E isso nos preocupa, porque revela uma insegurança em discutir certos temas e eu não gostaria de participar desta Comissão sem que fosse para debater e discutir. Nós queremos tirar linhas de diagnósticos, de sugestões e uma reflexão sobre o momento que nós estamos vivendo.

É muito grave a situação! Não entendo porque essa vontade de fugir da discussão. Por que isso? É por isso que eu apelo que tenhamos um mínimo de bom senso e participemos da discussão. É isso que

se quer, a Nação precisa e o Governo tem a obrigação de aceitar o debate. É uma atitude autoritária fugir do debate.

Eu não gostaria que esta Comissão trabalhasse com essa lógica. Gostaria evidentemente que estivessemos abertos para o debate. Afinal temos aqui parlamentares de todas as posições. Por que não termos na Mesa de debate posições contraditórias? Isso vai enriquecer a discussão. Isso só vai contribuir para o debate. Não há por que ter medo do contraditório. Faz parte da democracia. E é por isso que é belo ou vir o que não queremos ouvir e, muitas vezes, dizer o que não queremos dizer. Quer falar e ouvir só o que queremos?! Vamos ouvir o que não queremos também. Isso é a essência da democracia.

Nesse sentido faço um apelo para que prevaleça o bom senso e que sejamos capazes de ouvir as vozes contrárias. Em muitos pontos há confluência de informações e de entendimentos que poderão ajudar a compreensão do momento em que estamos vivendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A minha preocupação é que o uso da palavra “pela ordem” está se transformando em uma palestra e, assim, não vai sobrar tempo para ouvirmos o Ministro.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS – Sr. Presidente, de fato o debate está aberto. Os Ministros se dispuseram a vir a Comissão, estão aqui e, portanto, não há nenhuma restrição ao debate. Alguns parlamentares que estão presentes são extremamente qualificados para o debate e talvez tenham mais conhecimento técnico do que os próprios professores presentes. Alguns parlamentares são especialistas no setor. Então não temos nenhuma dificuldade em participar do debate.

Queria apenas lembrar que se o Governo tem feito modificações nas suas medidas é justamente em função do debate com a comunidade. O Presidente Fernando Henrique recebeu as instituições de defesa do consumidor, alterou as suas medidas, apresentou-se em rede nacional, tem feito debates com a sociedade brasileira. Hoje, recebemos a notícia de que São Paulo já reduziu em 20% na sua demanda. Portanto estamos vencendo as dificuldades. As entidades de defesa do consumidor já estão atendidas nas suas reivindicações.

Sr. Presidente, esta reunião foi convocada para ouvir os Srs. Ministros. Vamos ouvi-los, que queremos saber suas posições sobre a crise. Certamente, eles pu-

deram aprender muito, tanto na Comissão-geral realizada na Câmara – e tenho certeza de que S. Ex^{as} tomaram conhecimento dos depoimentos –, quanto em todas as comissões, e também nas palestras feitas por esses professores.

Coloco-me à disposição — e sei que muitos parlamentares também o farão —, para transmitir perguntas aos Srs. Ministros sobre alguma dúvida que ainda reste aos Srs. Professores. Transmitiremos todas as perguntas. O Senador Francelino Pereira está aquiescendo de que também está à disposição. Então, qualquer dúvida que ainda resista à explanação dos Srs. Ministros, transmitiremos as dúvidas dos professores aos palestrantes que compõem a Mesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra o eminente Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, parece-me um pouco delicado provocarmos um debate entre a Oposição e o Governo sobre esse tema.

Considero muito forte a idéia de buscar o contraditório. Na verdade não creio que, neste momento, seja o que estejamos buscando no Brasil. Acredito que estamos buscando a convergência. Infelizmente, o Governo se fechou um pouco e ficamos impossibilitados de discutir o assunto como gostaríamos. Em São Paulo, foi criada uma câmara alternativa. No meu entender, deveria ser convocada a nossa Comissão — e já lanço essa idéia para o nosso relator —, para que possamos atrair a sociedade brasileira e com ela discutir todas as possibilidades.

Não vejo por que, se o Professor Sauer propuser que trocamos as lâmpadas de vapor de mercúrio por vapor de sódio, vai-se criar uma grande contradição com o Governo. Não vejo grandes contradições nesse momento.

Por isso acredito, Sr. Presidente, que V. Ex^a, com o seu espírito mineiro, talvez pudesse buscar algum elemento de conciliação para seguirmos em direção ao essencial da nossa discussão, que é o questionamento do Governo. A minha proposta conciliatória é que os membros do Governo falassem, fizéssemos o debate e dedicássemos, ao fim ou durante o debate, como quiserem, cinco ou dez minutos para que os Professores pontuassem toda a discussão e apresentassem a sua visão do assunto. Penso que essa proposta conciliatória pode nos fazer sair desse impasse. Caso não consigamos, proponho que sigamos diretamente para a votação. Será um pouco problemático para a população brasileira saber que ficamos aqui discutindo tanto tempo e não chegamos ao

ponto que ela deseja, que é a questão do raciocinamento. Então, proponho que ou adotemos uma solução conciliatória ou votemos, para solucionar o problema imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a V. Ex^a e passa a palavra ao ilustre Deputado Antônio Cambraia, Presidente da Comissão Especial.

O SR. ANTÔNIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, da parte da Comissão Especial Mista não haveria nenhum problema em ouvirmos também professores, cientistas e estudiosos do assunto. No entanto, esta reunião foi convocada especificamente para ouvirmos, para aqui os Srs. Ministros fazerem uma exposição e esclarecerem os Membros da Comissão sobre a questão da crise que estamos atravessando. O debate estará sempre presente na Comissão que se instalou hoje aqui no Congresso. Se assim não fora, não haveria motivo para a sua instalação. Mas aqueles que estão com tanta ansiedade de ouvirem hoje os seus professores serão satisfeitos. Teremos 90 dias para realizar os nossos trabalhos e, com certeza, os professores aqui presentes e outros serão convidados pela Comissão para exporem e debaterem, o Governo também será convidado para esse debate. Portanto, vejo e reafirmo que nesta reunião de hoje, ouçamos as exposições dos Srs. Ministros, porque ficou assim acertado. Se assim não fosse, o horário também não seria esse, pois não haverá tempo para todas as exposições, até porque há uma Ordem do Dia que deverá iniciar-se logo mais. Portanto, penso que para sermos fiéis ao que ficou acertado, teríamos hoje a exposição dos Srs. Ministros sem excluir o debate futuro, que é salutar e necessário para que esta Comissão chegue a um resultado positivo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há a proposta da Senadora Heloísa Helena e outra também objetiva do Deputado Fernando Gabeira.

A proposta da Senadora Heloísa Helena foi discutida amplamente mas colocarei em votação, se me permitem, a proposta conciliatória do Deputado Fernando Gabeira.

O SR. — Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que o requerimento que fosse colocado em votação tivesse o apoio de seis Deputados e seis Senadores como exige o Regimento Interno. Na verdade, estamos discutindo sobre um requerimento que nem sabemos se tem o apoio.

Seria mais claro que definíssemos essa questão regimental para depois discutirmos a questão da decisão do Plenário.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para contraditar.

Estamos tentando manter a calma e a serenidade necessárias. Primeiro, esse requerimento não foi votado por ninguém. É claro que a maioria da base governista consegue seis assinaturas com facilidade. Agora, não foi votado por ninguém. Não houve reunião da Comissão para votar isso. Estamos entendendo a disponibilidade do Presidente da Comissão Mista, que expôs com muita clareza, que os Ministros se prontificaram a vir aqui para participar do debate. Então, não vamos estabelecer o debate regimental legalista, porque nem acontecerá esta reunião, porque isso não foi aprovado.

Entendemos que é muito importante a participação dos dois. Estamos fazendo um apelo, mas conhecemos o Regimento. E se é para fazer o debate legalista, o fazemos também e com muita propriedade. Acato a posição de V. Ex^a, Senador José Alencar, de colocar em votação a proposição feita pelo Deputado Fernando Gabeira, ao tempo que também questiono V. Ex^a, porque no início fomos informados – se é para ser legalista – de que esta reunião seria após a Ordem do Dia. Aliás, está aqui, após a Ordem do Dia. Então, se é para ser legalista, vamos ser. Está aqui: entendo que deve ser um problema com a agenda dos Ministros e estamos para fazê-lo agora aqui.

Digo que acato a proposta de V. Ex^a de pôr em votação a proposta conciliadora do Deputado Fernando Gabeira, ao tempo que também questiono a V. Ex^a como ficará a nossa participação na Ordem do Dia. Como há operações de crédito a serem votadas, se por acaso ocorrer verificação de quorum, apenas questiono se houve algum acordo com o Presidente da Casa, no sentido de que estejamos aqui e não participando diretamente da votação da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A sugestão para que antecipássemos o horário desta reunião para as 15 horas foi-me passada pelo Dr. Carreiro. Portanto, deve ter sido por ordem do Presidente.

O Presidente, numa hora dessas, só tem uma saída democrática. Então, será colocada em votação a proposta da Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Aceito a proposição de V. Ex^a de colocar a proposta de consenso do Deputado Fernando Gabeira.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Considerando que a convocação para esta audiência pública

prevê duas palestras, uma do Sr. Ministro de Minas e Energia e outra do Sr. Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica e Ministro da Casa Civil, colocarei em votação a proposta da seguinte maneira: aqueles que estiverem de acordo que se obedeça a forma como foi convocada a reunião queiram permanecer sentados, e aqueles que estiverem de acordo com a proposta da Senadora Heloísa Helena queiram se manifestar. (Pausa.)

Está aprovada a manutenção da proposta.

É obrigação minha dizer que os professores foram convidados por mim para virem aqui e eu gostaria que eles permanecessem. Eles têm trazido grande contribuição à Comissão de Infra-Estrutura do Senado. Não tenho dúvidas de que eles poderão trazer ainda alguns esclarecimentos a esta reunião, desde que os conferencistas estejam de acordo que eles possam assessorar companheiros nossos que queiram fazer alguma questão ou que eles próprios queiram se manifestar. Penso que não deve haver, da parte do Governo, nenhuma preocupação em dialogar com professores universitários que conhecem a matéria. Do contrário, fica pairando lá fora que o Governo tem alguma coisa a esconder. E o Governo não tem nada a esconder. O que ele está querendo é trazer informações para que nós todos fiquemos menos apreensivos com o quadro.

Concedo a palavra ao Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE – Srs. Presidentes da Comissão Especial Mista para Apuração das Causas da Crise do Setor Elétrico Brasileiro e da Comissão de Infra-Estrutura, Sr. Ministro Pedro Parente, Sr. Relator, Senador Paulo Souto, Srs. Senadores, Srs. Deputados, membros das duas comissões que estão analisando a crise energética do nosso País, em primeiro lugar, agradeço o convite que me foi feito para estar aqui, nesta tarde, discutindo com os Srs. Senadores e os Srs. Deputados assunto tão polêmico. Em segundo lugar, deixo o meu apoio ao Congresso Nacional, que, em boa hora, criou esta comissão.

É verdade que esse assunto, pela gravidade das suas interferências nos sistemas econômico e social do Brasil, é de tal importância que merece ser tratado por uma comissão especial. Realmente, temos a Comissão de Minas e Energia na Câmara dos Deputados e a Comissão de Infra-estrutura no Senado Federal, mas, de qualquer maneira, a criação desta comissão vai oferecer o fórum apropriado para que todas as pessoas que entendam desse assunto ou que estejam vivendo esse problema possam estar aqui, dando o seu depoimento. Que, ao final dos no-

venta dias de trabalho, se possa ter uma visão política, mas também técnica e econômica daquilo que efetivamente aconteceu e sobre quais as medidas que serão tomadas para corrigir essas distorções.

Por razões semelhantes a essa – talvez pelas mesmas razões por que o Congresso Nacional criou esta comissão mista de Deputados e Senadores –, o Poder Executivo resolveu criar a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, para que esse problema pudesse ser enfrentado em todos os seus aspectos. Na realidade, no início, quando se verificou que havia a necessidade de um corte da ordem de 20%, fui ao Senhor Presidente da República e disse que era necessário que tivéssemos uma visão mais ampla da solução desse problema; que o Ministério das Minas e Energia, por ser setorial, voltado basicamente para a oferta de energia, não teria os meios ou as condições necessárias para que pudesse enfrentar esse problema, com a prioridade e gravidade de que ele tem.

Então, o Senhor Presidente da República houve por bem criar essa Comissão, que é presidida pelo Ministro Pedro Parente. Portanto, o problema deixou de ser setorial, passou a ser um problema de Governo, e assim, está sendo tratado.

Dessa maneira, penso que o Governo está conseguindo enfrentar essa situação, tendo em vista que estamos levando em consideração todos os aspectos dessa questão.

Eu gostaria de, em primeiro lugar, falar da importância desta Comissão. Temos certeza de que, ao final, inclusive, pelas excelentes escolhas do Presidente e do Relator, teremos um relato bastante aproximado da realidade, tendo em vista que podemos aqui ouvir abertamente toda a sociedade, o Governo, os empresários, os trabalhadores, enfim, todos os segmentos sociais ligados ao assunto.

Ao final de todas essas audiências, em 90 dias, a Comissão irá dizer quais foram as causas, quais serão as medidas, e nós estaremos acompanhando dia a dia, para podermos também fazer com que o Ministério leve em conta essa situação. Mas, eu gostaria de, rapidamente, me referir a alguns pontos que considero importantes se remetermos aqui, para que se chegue à conclusão final sobre o que aconteceu, o que está acontecendo e o que irá acontecer.

Em primeiro lugar, todos os números mostram que, na verdade, do início da década de 80 para cá, ou desde meados da década de 80 que o sistema elétrico brasileiro sofreu uma grande falta de investimentos. Na verdade, esses investimentos, neste último quinquênio, após a mudança do modelo, foram recu-

perados em parte, mas não o foram o suficiente para impedir que a demanda alcançasse um valor tão próximo da oferta de energia elétrica instalada.

Tivemos até a década de 80 um modelo baseado em empresas unicamente estatais. Esse modelo funcionou até aquela época, mas, daí em diante, houve uma grande falta de investimentos e nós chegamos a ter, no início dos anos 90, períodos em que se implantaram 1.000 a 1.200 megawatts em média, ao ano, durante cinco anos.

Assim, a falta de investimentos é um fator claro que está sendo recuperado. O novo modelo tem dado resposta, e acredito que pode dar uma resposta melhor, maior ainda nos próximos cinco anos. Na verdade, temos um sistema que, de certa forma, está subdimensionado.

Em segundo lugar, tivemos a questão da mudança do modelo. Ao final da década de 90, esse sistema estatal que tinha funcionado durante duas ou três décadas, com a democratização, entrou em um processo em que tínhamos estatais federais, que geravam energia; estatais estaduais, que distribuíam energia.

Após a redemocratização, houve uma questão tarifária. Em razão da política econômica de fazer com que os preços não interferissem nos índices de inflação, eles não acompanharam o processo inflacionário, e as empresas concessionárias não puderam honrar os compromissos com as geradoras. O sistema entrou em crise.

Tivemos, então, um projeto, em que o Deputado Eliseu Resende – se não me engano, na época, era Presidente da Eletrobrás – trabalhou, e no Congresso Nacional foi feito um acordo de contas da ordem de 26 bilhões de dólares para que o sistema voltasse ao leito comum.

Isso ocorreu entre 1993 e 1994, sendo a etapa final daquele sistema antigo. De lá para cá, montou-se um novo sistema, que tem um grau de complexidade um tanto maior; entraram muitos novos agentes, como a Aneel, o ONS, o MAE agentes privados na distribuição, na geração e na transmissão, agentes na comercialização.

É todo um sistema novo, que iniciou-se praticamente entre 1995 e 1996. É um sistema que está ainda em implantação, ou seja, tem apenas três ou quatro anos de vigência, quando todos nós sabemos que no setor elétrico, os planos são para dez anos, para cinco anos, no mínimo. Qualquer planejamento para o setor elétrico é de dez anos. Esse sistema ainda está em implantação, mas já reagiu no sentido do au-

mento da oferta. Muitas obras que estavam paralisadas foram reiniciadas. Dessa forma, no último quinquênio, implantamos cerca de três mil megawatts novos por ano, enquanto que, no quinquênio anterior, foram implantados pouco mais de um mil megawatts por ano. Então, o número de megawatts implantado foi, praticamente, dobrado. Evidentemente, ainda ficamos longe do aumento que a oferta teve durante todo esse período de 15 anos.

O terceiro ponto importante foi o crescimento da oferta. Houve um crescimento de oferta muito grande. No Nordeste, por exemplo, houve um consumo residencial muito amplo com o Plano Real – no Sudeste isso também ocorreu, tanto em termos industriais quanto em termos residenciais. Dessa maneira, chegamos a essa situação.

O SR. – V. Ex^a falou “oferta”.

O SR. JOSÉ JORGE – Desculpem-me. Falo do crescimento do consumo. Houve um crescimento do consumo. Entenda-se o que eu disse por último como consumo. Houve um crescimento da demanda, do consumo, de tal maneira que se pressionou a oferta.

Em quarto lugar, houve a questão dos regimes hidrológicos dos rios. Tendo em vista as questões que comentei anteriormente, os reservatórios das principais bacias do Sudeste e da única bacia do Nordeste – este tem todo o seu sistema hidrelétrico baseado na hidrologia de um único rio, o rio São Francisco – tiveram um consumo maior de água do que o natural para atender à demanda. O sistema ficou trabalhando com uma quantidade hidrológica menor do que o esperado, do que deveria ser realizado. Com isso, neste ano, houve uma das piores hidrologias dos últimos anos, e ficamos sem água. Estamos caminhando para uma situação de alto risco: a de não termos água suficiente para operar o sistema. Daí, veio a necessidade de se fazer um contingenciamento da demanda.

Por último, nessa primeira etapa, há a questão do meio ambiente, da conservação de energia. Na verdade, temos que anexar a conservação de energia, temos que, cada vez mais, consumir energia de uma forma racional no sentido de, inclusive, gerar a energia necessária. Praticamente, todas as formas de produção de energia têm uma relação muito grande com o meio ambiente. Sempre há alguma forma de agressão ao meio ambiente, quando não são, por exemplo, combustíveis fósseis, cuja quantidade é finita – em algum momento, eles vão acabar e, portanto, têm que ser economizados e utilizados da melhor maneira possível.

Creio que esse momento de restrição da demanda também é um momento para pensarmos na questão da conservação, do meio ambiente. É uma forma de tirar as lições necessárias.

Creio que esses são os cinco pontos mais importantes. Tenho lido muitos artigos e consultado muitas opiniões sobre a questão. Cada pessoa tem a sua opinião. Uns acham mais, outros menos. No entanto, todos têm o direito de opinar e de ser ouvidos. Tenho certeza de que esta Comissão será o foro adequado para organizar as opiniões e chegar a uma conclusão.

Com a criação da Câmara de Gestão da Crise, dividimos o trabalho em três grandes linhas. A linha que será a das ações relacionadas à intenção da demanda ficou sob a responsabilidade do Ministro Pedro Parente e do Presidente de Itaipu, o ex-Deputado Euclides Scalco. As ações relacionadas ao aumento de oferta ficaram sob minha responsabilidade, tendo em vista que são as ações próprias do Ministério de Minas e Energia.

Poderíamos falar um pouco sobre o futuro e as questões referentes às causas. Poderíamos detalhar esse assunto no debate, dependendo da questão abordada por cada Deputado e Senador. Gostaríamos de dizer que, com relação à questão da oferta – o Ministro Pedro Parente falará sobre a questão da demanda –, estamos trabalhando em duas linhas: uma linha de questões gerais que estão associadas à forma de aumentar os investimentos no setor. Como sabemos, os setores são realizados por intermédio de empresas privadas e de empresas públicas. Ainda existe o sistema Eletrobrás. O Governo investe por intermédio do sistema Eletrobrás e participa diretamente ou indiretamente de investimentos privados. E para que pudéssemos incrementar esses investimentos, tanto os investimentos privados quanto os investimentos públicos, estamos estudando uma série de medidas – que vou citar aqui e que posteriormente poderei mandar os documentos necessários ou os técnicos específicos para discutir aqui na Comissão cada uma dessas medidas, que são medidas de natureza técnica, algumas de grande complexidade, mas que poderiam ser discutidas aqui de uma forma mais técnica. Mas, eu gostaria de citar também seis pontos que considero importantes no sentido de incrementar os investimentos, antes de falar dos investimentos propriamente dito.

Em primeiro lugar, a questão do risco cambial. Como todos nós sabemos o Brasil hoje em dia é um importador de energia; é um importador e continuará

sendo, porque na América do Sul a grande demanda de energia elétrica está concentrada no Brasil. E todos os países vizinhos ao Brasil praticamente são exportadores de energia de diversas formas. A Bolívia, por exemplo, é exportadora de gás para o Brasil. É uma exportação importante para a Bolívia. Basta dizer que a aquisição dos 30 milhões de m³/dia que o Brasil adquire da Bolívia representa quase 50% da pauta de exportação boliviana; é uma questão muito importante para a Bolívia. A Venezuela também é grande exportadora de petróleo, produz mais de 3 milhões de barris/dia e consome praticamente 500 mil, o que faz com ela seja uma das maiores exportadoras de petróleo do mundo. O Paraguai é exportador de energia, por meio da hidrelétrica de Itaipu e de outras formas. E a Argentina tem exportado energia e gás para o Brasil. Então, temos inclusive uma situação única de ser um importador de energia de todos esses países vizinhos. E daí vem que como nós não temos uma moeda que seja aceita ainda internacionalmente, então toda esse negociação é feita na base do dólar; quer dizer, são aqui as condições feitas na base do dólar tanto na Argentina, como na Bolívia, como no Paraguai.

Então, uma das primeiras questões que estão associadas a investimentos na área de energia são aquelas relativas ao câmbio, porque muitas vezes não coincide a questão da variação cambial com a questão dos aumentos que são dados ao real. Então, isso aí tem que ser analisado caso a caso. Agora mesmo nós acabamos de analisar a questão do gás boliviano; mas temos a questão de Itaipu, que já foi equacionada há tempos. E temos outras situações que vão surgindo conforme vamos nos transformando em importadores de energia dos países vizinhos. Então, esta é uma questão que está sendo discutida e que deve ser discutida também aqui na Comissão.

A segunda é uma política tarifária. Na realidade, temos duas situações diferenciadas: primeiro, a estrutura tarifária interna que é utilizada no setor elétrico há muito tempo; há 20 ou 30 anos que se utiliza uma estrutura tarifária que subsidia a tarifa industrial e, inclusive, subsidia mais a tarifa industrial dos grandes consumidores, como, por exemplo, dos eletrointensivos que têm contrato de longo prazo e que têm a sua tarifa subsidiada.

Então, essa política tarifária interna tem, também, que ser analisada e debatida no sentido de verificar se interessa ainda para a sociedade brasileira, neste momento, subsidiar tarifas industriais a custos muito altos.

Outra questão importante no sistema agora é a questão dos PPAs. Eles são a garantia da compra da energia elétrica. Para que o sistema funcione e os investimentos tenham garantia é necessário que haja – em alguns casos, ou em sua maioria – um contrato fixo de compra de energia por um prazo relativamente longo, para que faça com que haja uma atratividade para se investir neste setor, tendo em vista que o retorno é de longo prazo.

Em quarto lugar, há a questão das linhas de financiamento.

Praticamente, muitos investimentos, aqui no Brasil, na área de energia elétrica têm sido feitos com investimentos internacionais, mas já temos agora uma linha importante de financiamento do BNDES. Ele está financiando co-geração, PCHs, projetos de energia eólica, linha de transmissão, inclusive termelétricas.

Ficará explicitado na LDO, que será votada no Congresso ainda neste semestre, que a prioridade número um para o BNDES serão os investimentos na área de energia elétrica.

Em quinto lugar, há um aspecto importante: investimentos das empresas estatais. Na verdade, as empresas estatais têm feito investimentos, mas têm discutido a formatação desses investimentos, porque são empresas que têm capacidade de geração alta ainda e que têm experiência em realizar esses investimentos.

Por último, as questões tributárias. Na realidade, criamos, inclusive, uma comissão especial no Comitê de Gestão para tratar das questões tributárias no seguinte sentido: incentivar o uso do equipamento que consuma pouca energia e não incentivar aquele equipamento de uso que consuma muita energia. Isso se refere ao lado da demanda.

Do ponto de vista da oferta, precisa-se diminuir os impostos sobre os investimentos na área de energia para que se possam realizar de forma mais barata. Conseqüentemente, haverá um retorno mais rápido daquilo que se vai realizar.

Essas são as questões de natureza geral. Penso que a própria Comissão e nós – no Ministério e na Câmara – estamos nos debruçando para retirar as amarras que fazem com que não possamos aumentar os investimentos em energia elétrica no Brasil.

Em relação à questão de médio prazo, já iniciamos o trabalho para atualizar o plano decenal que existe no Ministério e que deve ser aprovado pelo CNPE. Todos sabemos que, no setor de investimentos em energia elétrica, dez anos é um prazo curto,

um prazo médio. Então, para sabermos o que vamos fazer no ano que vem, em 2003, 2004, é necessário que tenhamos uma visão de longo prazo da coisa que se pretende realizar.

Uma questão fundamental é atualizar, discutir no Congresso essa questão. Por exemplo, devemos fazer como se fez na área de educação, que é uma área em que a aplicação dos investimentos não demanda prazos tão longos – os resultados sim, a aplicação não. Ela teve o seu plano decenal aprovado, inclusive, aqui no Congresso. Tive oportunidade de relatar essa matéria no final do ano passado. É necessário, também, que o setor de energia elétrica tenha um plano decenal que seja atualizado ano a ano, no sentido de que possa servir de base para todas as discussões e para todas as questões de energia elétrica.

Outra questão é a conservação de energia. Neste momento de dificuldade, a sociedade toda se engajou – o Ministro Pedro Parente irá de talhar isso – nesse processo, mas, na verdade, o processo está sendo feito de maneira emergencial. Teremos que levar em conta a realização de um programa de conservação de energia que seja feito no sentido não de tirar o conforto das pessoas, mas de oferecer o mesmo conforto, com a menor quantidade de gasto de energia. Essa é que é a idéia.

A idéia da conservação não é a de retirar, não é a pessoa desligar o seu ar condicionado ou ventilador ou ainda o seu freezer, mas é no sentido de você manter o seu ar condicionado desligado na hora em que não for necessário o uso. Devemos conservar e gastar menos energia, para que possamos atender ao sistema, com a menor quantidade de investimentos.

Essas duas questões são questões importantes.

Agora eu gostaria de falar um pouco sobre o que se está pensando de geração a curto prazo. O que chamamos de curto prazo no setor elétrico seria um programa emergencial que estamos realizando – estamos concluindo e mandaremos aqui para a Comissão – em que teremos investimentos entre 2001 e 2003. Serão aquelas medidas que já estão em andamento ou que serão realizadas no sentido de aumentar a oferta, o mais rapidamente possível, entre 2001 e 2003.

Nessa questão, temos, em primeiro lugar, um programa de geração hidrelétrica. Esse programa atuará em um conjunto de hidrelétricas, cuja maioria são obras já iniciadas ou que estão para ser iniciadas. Serão 20 hidrelétricas, que serão ampliadas ou construídas, cujo acréscimo de potência total será da or-

dem de sete mil megawatts. Em 2001, esperamos a geração de 1.116 megawatts; em 2002, três mil megawatts, e, em 2003, 2.400 megawatts. Essas são obras já iniciadas e, portanto, que poderão ser realizadas.

Em segundo lugar, temos a questão da geração térmica a gás. Atualmente, temos 41 usinas termoeletricas em funcionamento, que representam 14 mil megawatts e um consumo de gás de 74 milhões de m³/dia. Trata-se de um consumo bastante alto. Dessas usinas, 21 têm participação da Petrobras, como sócia minoritária, e 20 sem a participação da Petrobras. Com obras já iniciadas, temos 15 termoeletricas, que deverão gerar 5.475 megawatts. E, com obras a serem iniciadas, temos o restante, que gerará em torno de oito mil megawatts.

Acreditamos que com esse programa, pela grande quantidade de termoeletricas em andamento, teremos condições de, nesses três anos, colocar o mínimo de dez mil megawatts em funcionamento, embora o programa tenha 14 mil megawatts, porque, na verdade, algumas termoeletricas têm problema com fornecimento de gás, e outras, problemas de fornecimento de turbinas. Por isso, priorizaremos no sentido de que dez mil megawatts possam ser instalados, o que totaliza 17 nesses dois segmentos.

Outro item é a questão da importação de energia. Atualmente, estamos importando 1.050 megawatts da Argentina. Uma via Garabi...

O SR. – Ministro José Jorge, qual é o horizonte dos dez mil megawatts das termoeletricas?

O SR. JOSÉ JORGE – O ano de 2003. Tudo que estou falando é para o horizonte de 2003.

Importamos atualmente 1.050 megawatts. A idéia é que, até o final de 2003, possamos importar 2.700 megawatts. A maior parte da Argentina e uma parte do Uruguai ou do Paraguai. Então, seria um acréscimo de três mil, que somados à produção dez mil megawatts das térmicas, com sete mil das hidrelétricas e a importação perto de três mil, totalizarão cerca de 20 mil megawatts.

Tem também um investimento importante em linhas de transmissão. As linhas de transmissão são importantíssimas no sentido de maximizar o rendimento do sistema, porque temos um País muito grande, praticamente com geração hidrelétrica. Com linhas de transmissão, podemos maximizar o uso dos recursos hídricos, porque podemos transferir energia de uma bacia para outra, como estamos fazendo agora para o Nordeste. Só está sendo possível transferir mais de mil megawatts de Tucuruí para o Nordeste

exatamente porque construímos uma linha de transmissão. Se essa linha de transmissão não existisse, não teríamos como transferir essa energia. Então, temos também um programa específico de linha de transmissão que vai construir cerca de 5.700 quilômetros de linha até 2003. Além disso, temos investimentos menores, individualmente, mas que, somados, podem oferecer um bom acréscimo de investimentos.

Temos as PCHs, que estão sendo financiadas pelo BNDES. Existe um programa específico em que a Eletrobrás fornece o PPA, isto é, adquire a energia, dá um contrato de fornecimento de energia, e o BNDES financia o investimento.

Existe também um programa específico de co-geração, programa esse que já foi implantado, inclusive com diversos tipos de co-geração, utilizando bagaço de cana, casca de arroz, sobras de madeira; são usinas que geram de 5 a 20 megawatts e têm um grande potencial, principalmente no Estado de São Paulo e no Nordeste, pela produção de cana e outros produtos.

E temos a usina eólica. Diversos Estados têm trabalhos muito importantes de energia eólica – eu destacaria o Estado do Ceará, que realizou todo o seu mapa eólico, e há possibilidade de haver um potencial já identificado de 6 mil megawatts de energia eólica. Por enquanto, no Brasil, temos usinas bastante pequenas, de 5 a 10 megawatts, não chegam a 30 megawatts, mas há projetos para usinas 100 a 150 megawatts, principalmente no Nordeste. É uma usina que oferece energia mais cara, mas agride menos o meio ambiente. No Nordeste, especificamente, a época de maiores ventos, quando há um rendimento maior, é exatamente a época em que o rio São Francisco tem menos água. O VN da usina eólica é cerca de R\$0,75 maior do que o VN da usina competitiva hidráulica e a gás. Mas, como será um valor pequeno em relação ao total instalado, ela poderá oferecer um bom serviço, um bom trabalho, principalmente no Nordeste. Também há uma questão de prazo. Muita gente diz que dá para fazer uma usina eólica em seis, sete ou oito meses, mas, na verdade, o prazo de construção de uma usina eólica de tamanho razoável é em torno de um ano e meio. Portanto, a resposta não é de tão curto prazo. Essas são as questões principais em relação à oferta.

Eu gostaria de encaminhar, posteriormente, o detalhamento de todo esse plano para o Relator e para todos os membros da Comissão, com os investimentos, citando cada usina, porque a idéia do Minis-

tério é implantar um sistema de controle da construção dessas usinas, que vai poder ser acessado pela Internet. Toda a sociedade brasileira vai poder acompanhar a realização desse investimento, desde o seu início até o final, até a entrada em operação dessas usinas hidrelétricas, hidráulicas, térmicas, PCH, qualquer que sejam.

Essas seriam as informações adicionais, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Ministro, estão incluídas aí, na geração até 2003, as duas turbinas de Itaipu?

O SR. JOSÉ JORGE – Estão incluídas as duas de Itaipu. Estão incluídas as ampliações, como é o caso de Tucuruí. A idéia é que Tucuruí tenha, já em 2002, uma turbina sendo utilizada e, em 2003, mais duas turbinas. Tucuruí já está incluída.

Vou oferecer um detalhamento, não vou explicar agora, porque são muitas usinas e não daria para discutir neste momento.

São essas, Sr. Presidente, as minhas palavras iniciais, colocando-me à disposição para perguntas posteriormente.

O SR. ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pela ordem, tem V. Ex^a.

O SR. ALBERTO SILVA – Eu perguntaria a V. Ex^a se nos seria permitido fazer algumas perguntas ao nobre Ministro de Minas e Energia ou esperar a exposição.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Vamos ouvir, primeiro, o Ministro Pedro Parente, para, depois, entrarmos na fase dos debates.

A Presidência agradece a apresentação do Ministro José Jorge e passa a palavra ao Ministro Pedro Parente.

O SR. – Sr. Presidente, pediria, se fosse possível, ao Ministro José Jorge, a cessão desses dados que nos trouxe sobre o total da previsão da potência instalada até 2003, especificando por fonte de energia, e também as condições de financiamento desses empreendimentos.

O SR. JOSÉ JORGE – Sr. Presidente, enviarei à Comissão um documento detalhado sobre cada uma dessas formas que falei: as hidrelétricas, as termoe-létricas, e fazendo fechamento. Não só oferecendo nome de cada usina, sua localidade, a forma como está sendo construída, quais são os investimentos, qual o prazo de conclusão, cronograma, ou seja, um

documento bastante detalhado, que está sendo elaborado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Está satisfeito Deputado?

Concedo a palavra ao Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro José Jorge, senhores membros da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, senhores membros da Comissão Mista Especial para tratar da crise de energia, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, demais presentes, queria agradecer a oportunidade de vir aqui e prestar as informações a respeito da questão do programa de racionamento, sem querer repetir as questões já mencionadas pelo Ministro José Jorge.

Lembro que há cerca de três semanas e meia, numa quinta-feira, se não me engano no dia 14 de maio, o Sr. Ministro José Jorge pediu ao Senhor Presidente uma reunião para tratar da questão da crise de energia, onde relatou as suas preocupações com esse tema. Disse que achava que essa era uma questão que, pela sua gravidade, necessitava do envolvimento de várias áreas do Governo. E essa ação deveria acontecer de uma forma muito mais expedita, superando as burocracias tradicionais, vencendo prazos. Por isso, ele entendia que era importante haver um grupo de trabalho no âmbito da Presidência da República para que cuidar dessa questão.

O Senhor Presidente da República acatou a sugestão do Ministro José Jorge, criou essa Câmara de Gestão da Crise de Energia, que tem, fundamentalmente, o objetivo de coordenar ações de Governo.

O Ministro José Jorge já mencionou que temos três linhas de ação.

A primeira linha delas é o programa de racionamento propriamente dito.

A segunda linha de ação é o trabalho liderado pelo Ministro José Jorge, de equacionamento da oferta no médio, longo prazo com vistas a corrigir definitivamente esse problema.

E a terceira linha de ação é aquela em que avaliamos os impactos macro e microeconômicos das medidas necessárias a lidar com essa situação. E, quando é o caso, propomos as medidas para lidar com essas questões de repercussão macro e microeconômica.

Essa comissão foi constituída das pessoas que são do conhecimento de V. Ex^{as}. O ponto de partida é o pedido oficial do operador nacional do sistema de que é necessário neste ano um corte da redução da carga de demanda de energia de 20%, implementada a partir de 1º de junho.

Sobre essa questão, a Comissão começou a trabalhar – e é claro que o Ministério de Minas e Energia já vinha trabalhando nessa questão anteriormente –, avaliando as diversas alternativas realizando reuniões com várias áreas interessadas, distribuidores, enfim, procurando se informar do tema em que basicamente se colocavam as duas possíveis alternativas: ou se faria um programa onde as unidades consumidoras, ou seja, as famílias, indústrias, empresas, instituições de governo administrariam a sua redução de carga; ou se faria um programa onde o governo administraria essa redução de carga por todos, ou seja, o chamado apagão, os cortes gerais ou parciais de energia em bairros, regiões ou cidades. Essas eram as alternativas que estavam colocadas sobre a mesa.

Começamos a avaliar a questão do apagão pelo nível solicitado de redução de carga aparentemente seria o caminho indicado desde o início, mas as avaliações que foram feitas pela comissão, num processo de ampla discussão com todos os seus membros, foi de que não haveria tempo hábil para uma preparação da sociedade, das cidades, dos bairros, dos setores essenciais para se fazer o chamado apagão. Em nenhum processo de racionamento tão extenso como esse se conhece uma forma de fazer sem transtornos – todas as informações que recebíamos era de que haveria um transtorno muito grande. E havia a questão dos setores essenciais. Apenas para dar um número citado pelo Secretário de Energia do Estado de São Paulo, se fôssemos fazer o apagão na cidade de São Paulo, dada a necessidade de manter os setores, as regiões onde há hospitais, delegaciais, presídios, ligados não seria possível desligar, na cidade de São Paulo, mais do que 10% da cidade. Como o corte necessário seria de 20%, nem mantendo esses 10% o tempo todo desligado, nós conseguiríamos atender as metas necessárias de redução de carga.

A conclusão, naquele momento, foi de que deveríamos tentar encontrar uma forma que não fosse o chamado apagão dada as duas questões: a falta de tempo para preparação dos setores essenciais, e o fato de que essa forma de trabalho traria mais transtornos do que um sistema onde tentaríamos a possibilidade de que as próprias unidades consumidoras, as famílias e empresas pudessem administrar a sua própria redução de consumo de energia.

Essa foi a opção feita no início, ou seja, achamos que seria possível tentar um programa dessa natureza, buscando atender alguns princípios nesse programa de racionamento. O princípio inicial era de

que deveríamos contar com a participação de todos os consumidores, diferenciando-os por setores, em função de sua essencialidade, de sua capacidade de poupança, da sua repercussão na sociedade em função de um corte maior ou menor. Adotamos, também, a idéia de evitar ônus desnecessários, ou seja, não faríamos o programa de racionamento nas regiões onde aquilo não fosse necessário e somente se faria onde se fosse necessário e na medida certa; buscamos também o desenho de um programa que tivesse um certo grau de uniformidade, de simplicidade, que permitisse uma compreensão mais rápida, embora um programa como esse, de restrição, sempre tem dificuldades de aceitação e compreensão. Procuramos fazer com que existissem regras, sempre que possível e na maior extensão possível, uniformes para todos os setores – como é o caso de usarmos sempre a mesma base para cálculo da redução, ou seja: maio, junho e julho do ano de 2000.

Procuramos desenhar um programa que, para os consumidores residenciais, tivesse três princípios básicos: em relação aos consumidores de até 100 quilowatts/hora/mês. A esses consumidores não seria pedida nenhuma redução em relação à base. Eles poderiam consumir até 100% da base de maio, junho e julho do ano de 2000. Isso, evidentemente, no reconhecimento de quem consome pouco é muito mais difícil cortar do que quem consome mais.

Para os consumidores acima de 100 quilowatts/hora e até 200 quilowatts/hora, a aplicação de uma meta correspondente a 80% do seu consumo de maio, junho e julho do ano passado. Para os consumidores acima de 200 quilowatts/hora/mês, além dessa meta de 80% dos meses de maio, junho e julho, também o aumento na tarifa correspondente a 50% do valor da tarifa praticada pela concessionária.

Os consumidores acima de 500 quilowatts/hora, além também da meta de redução correspondente a 20%, um adicional de tarifa no valor correspondente a 200% da tarifa praticada pela concessionária.

É importante mencionar a razão do aumento da tarifa, em primeiro lugar, a idéia de que estávamos diante de um insumo, de um bem, de um serviço que estava se tornando escasso, daí o preço precisaria refletir essa escassez. Além disso também como foi mencionado e como é do conhecimento de todos, a idéia de que nós deveríamos, para estimular a redução do consumidor de baixa renda, criar um sistema de bônus. Esse sistema foi criado dando ao consumidor de até 100 quilowatts/hora/mês, um bônus de R\$2,00, para cada real poupado, e para os consumi-

dores acima de 100 quilowatts/hora/mês, um bônus de até R\$1,00 para cada real economizado.

Além dessas questões, ou seja, da questão da meta de consumo, além da questão do aumento da tarifa e da questão do bônus, também havia a idéia de que nós deveríamos, para evitar principalmente do consumidor de alta renda, que ele não tivesse problemas com relação ao pagamento das tarifas, que ele se engajassem também no processo de redução do seu consumo, estabeleceu-se também que aqueles consumidores que não cumprissem a sua meta estariam sujeitos a corte.

É importante mencionar que os consumidores até 200 quilowatts/hora/mês, como mencionei, não pagariam tarifa adicional e esses consumidores representam, nessas regiões sob racionamento, cerca de 70% das famílias. Portanto, estávamos falando de cobrar uma tarifa adicional sobre apenas 30% das famílias brasileiras, deixando fora dessa tarifa adicional, 70% das famílias.

Outra observação importante é que famílias que consumissem até 500 quilowatts/hora/mês, se cumprissem sua meta de redução, também não teriam aumento na sua conta de luz. Essas famílias que consomem até 500 quilowatts/hora/mês, representam cerca de 94% das famílias brasileiras nessas regiões.

Portanto, esse sistema que foi proposto, tinha essa característica, ou seja, de não onerar as famílias de menor renda, não teria nenhum ônus para as famílias com consumo inferior a 200 quilowatts/hora/mês, e para as famílias com até 500 quilowatts/hora/mês, se viessem a cumprir sua meta de redução, também não teriam um desembolso no final do mês maior do que aquele que tinham anteriormente.

Com relação aos consumidores industriais e comerciais, estabeleceu-se uma meta de consumo variável entre 75 e 85% do consumo-base, ou seja, de maio, junho e julho do ano passado. Por que essa meta é variável? Por uma razão muito simples, porque os impactos na economia são diferenciados em função do setor que operam essas empresas industriais e comerciais. Apenas para dar um exemplo, no caso das indústrias eletrointensivas, um corte de 20% tem um impacto muito menor em termos de agregação de produto, em termos de geração de emprego do que uma empresa do tipo da indústria automobilística ou uma empresa que tenha também uma agregação de valor que seja superior a essa. Então, apenas para exemplificar que, no caso das indústrias, o Governo optou por um caminho onde pudesse minimizar os impactos macroeconômicos dessas redu-

ções, estabelecendo, então, a faixa, como eu disse, de 75% a 85%, portanto, cortes de 15% a 25% que foram estabelecidos de forma diferenciada.

Estabelecemos, também, metas para áreas essenciais, que, naturalmente, tiveram as suas metas muito inferiores às demais estabelecidas, exceção apenas dos consumidores residenciais de baixa renda: a área rural e os setores essenciais tiveram uma redução solicitada de 10%. Naturalmente, determinando-se que esta redução não poderia incidir, no caso dos hospitais, por exemplo, sobre a unidade de terapia intensiva, centros cirúrgicos, etc.

Após essas duas últimas observações, nós podemos passar à seção de debates.

Em primeiro lugar, o fato de que nós observamos uma reação da sociedade – isso é notório, é conhecido – bastante favorável na direção de uma redução voluntária do seu consumo. Os números são bastante expressivos, são repetidos diariamente pela imprensa. Mas eu gostaria de trazer aqui o último número oficial que foi apresentado pelo ONS, na semana passada, e dizem respeito à situação do mês de maio de 2001. Quer dizer, em maio de 2001, nós tivemos para todo o mês uma redução média no consumo de 6%. Mas é importante registrar que na última semana de maio a redução do consumo foi de 12% em relação ao valor que é previsto antes de iniciar cada mês pelo ONS. Portanto, um valor bastante significativo.

Isso fez com que nós não tivéssemos uma redução muito elevada, nos reservatórios das Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Na realidade, a previsão era de que teríamos uma energia armazenada da ordem de 29,1% naquelas duas Regiões, enquanto o valor observado foi quase 1% superior, ficando em 29,7% em face do apoio da população neste nível que vimos.

Em relação à Região Nordeste, nós tivemos um problema mais sério em relação às afluições do problema hidrológico. No caso da Região Nordeste, a hidrologia, segundo informa o ONS, é a pior dos últimos 70 anos. Isso fez com que nós tivéssemos, nos reservatórios do Nordeste, uma redução maior do que aquela que foi prevista. Havia uma previsão de uma redução em maio de 1%, quando, na realidade, os reservatórios daquela Região caíram a 5,3% neste mês.

A pergunta que se coloca é: Como ficaremos daqui para a frente em relação ao programa de racionamento? As simulações que foram efetuadas levaram em conta a hipóteses de carga própria de energia para as duas Regiões. No caso do Sudeste e do Centro-Oeste uma carga própria correspondente a 80%

daquela base, ou seja, de maio a junho de 2000. Portanto, uma carga de 20.165 megawatts/médio de carga para o período de junho a novembro. E para o Nordeste, levando em conta a mesma base e o mesmo percentual, de 4.531 megawatts/médios.

Além disso, para os cálculos que foram feitos pelo ONS se levou em conta as seguintes hipóteses de afluição neste período: no Sudeste/Centro-Oeste 75% da média do longo termo no período de junho a novembro. Essa média de longo termo é a média dos últimos 70 anos. E para o Nordeste uma utilização de 56% da média de longo termo que é pior do que o ano da série, exatamente porque esta é a previsão de junho do ONS, que foi estendido até novembro.

Foram utilizadas também hipóteses de intercâmbios de energia, do Norte para o Sudeste e Centro-Oeste de zero, ou seja, nenhuma remessa de energia do Norte para o Sudeste e Centro-Oeste. Do Norte para o Nordeste – e esse é um dado importantíssimo para atenuar a situação do Nordeste –, a manutenção de 1.000 megawatts médios de transferência com uma adaptação de carga na Região Norte. E da Região Sul para a Região Sudeste e Centro-Oeste até 2.100 megawatts médios.

Bom, utilizando, então, essas premissas, a pergunta é o que acontecerá com os nossos reservatórios? Em relação às Regiões Sudeste e Centro-Oeste, as simulações do Operador Nacional do Sistema mostram que chegaríamos em novembro com um reservatório de 12,8%. Lembro que esse número leva em conta a redução de carga, a hipótese de afluição, que depende do que vamos verificar no futuro e dessas transferências de energia.

Esse número de 12,8%, portanto, está acima do nível mínimo de segurança, estabelecido para as Regiões Sudeste e Centro-Oeste, que é de 10%, o que nos faz assumir a hipótese de que, cumprido o programa, ou seja, se conseguirmos essa redução de 20% e ocorrendo a hidrologia mínima, tal como indicado, teríamos condição de administrar essa situação até o fim do período seco, sem necessidade de se fazer o chamado “apagão”.

É muito importante lembrarmos que isso é uma possibilidade. Dado o fato de que depende, primeiro, do sucesso do programa e depois da hidrologia, isso é no momento uma suposição, feita com todo o cuidado naturalmente, mas não podemos dizer que, peremptoriamente, afastamos a possibilidade de ‘apagão’. Os dados que daqui decorrem são dados mais favoráveis, nos fazem admitir que, se essas premissas forem cumpridas, teremos a condição de admi-

nistrar a situação sem o “apagão”, mas insisto que não podemos garantir isso.

Em relação ao Nordeste, levando em conta a redução de 20%, aquela afluência que é a projeção do que aconteceu em junho, o pior caso dos últimos 71 anos, chegaríamos, no final do período seco, com cerca de 4,3% dos reservatórios, que é um número ligeiramente inferior ao mínimo de segurança estabelecido de 5%.

Então, a questão da Região Nordeste está mais em cima da risca. Não achamos que seja o caso de mexer no programa de racionamento neste momento. Achamos que devemos avaliar o andamento deste programa, para poder observar se medidas adicionais seriam necessárias em relação ao Nordeste. Estudariamos antes de chegar à necessidade do “apagão” todas as medidas possíveis. Mas, como disse, a decisão da Câmara foi de manter o programa de racionamento tal como estabelecido e fazer uma reavaliação no final do mês de junho.

Para concluir, Sr. Presidente, a minha apresentação, sei que já é do conhecimento de todos, mas considero importante mencionar algumas mudanças que foram feitas na legislação. Não temos nenhum problema em introduzir aperfeiçoamentos na legislação, porque decorrem, enfim, de manifestações da sociedade, de sugestões que são trazidas ao Governo, decorrem, também, desta reação extremamente favorável da sociedade.

Lembro que, quando esse programa foi estabelecido, não tinha ainda a reação da sociedade, que se mostrou extremamente favorável posteriormente. Portanto, permitiu-se, e o Presidente da República decidiu então, introduzir essas mudanças, que são mudanças que funcionam todas na direção de melhorar o programa para o consumidor. A primeira foi a de estabelecer que os consumidores de até 100 quilowatts/hora/mês não estariam sujeitos a corte, mas se mantém o bônus. A segunda, foi estabelecer que só haveria o pagamento da tarifa adicional se o consumidor não cumprisse a sua meta, ou seja, diferentemente da situação anterior, e, por último, se estabeleceu que na primeira ocorrência de um descumprimento da meta, ao invés de o consumidor já estar sujeito a corte, ele receberá um aviso, uma notificação para que tenha mais uma oportunidade de corrigir o seu consumo e cumprir a sua meta.

Sr. Presidente, eram essas as observações iniciais que eu queria fazer e me coloco à disposição para a fase dos debates.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a apresentação feita pelo Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a está pedindo a palavra pela ordem, Senador?

O SR. PEDRO SIMON – Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON – Eu pediria, se fosse possível, que fosse distribuída para os membros da Comissão a cópia dos dois depoimentos que foram feitos por escrito. Acho que isso seria muito útil para todos nós, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O Senador Pedro Simon pede cópia das exposições que foram feitas. Naturalmente, podemos pedir à Taquigrafia da Casa, tendo em vista que elas foram gravadas, que retire uma cópia para V. Ex^a.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Fernando Ferro, primeiro orador inscrito.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente da Comissão Mista, Deputado Cambraia, senhores palestrantes, é evidente que muitas das informações aqui trazidas já são do nosso conhecimento. Creio que se faz importante estabelecer, permanentemente, um canal de ligação entre esses dados e esta Comissão. Queria, então, fazer uma sugestão e um pedido aos Ministros José Jorge e Pedro Parente, para que fornecessem, semanalmente, a evolução do racionamento de energia praticado pela sociedade.

O Ministro Pedro Parente falou que houve uma redução de 6% no consumo; na última semana de maio, de 12%, e eu gostaria de saber: por classe de consumo, como foi essa economia de energia? Interessaria-me saber quem de fato está contribuindo com esse plano. Se for possível dizer-me isso agora, eu agradeceria, por que suspeito que essa parcela de sacrifício está sendo feita principalmente pelos consumidores residenciais, que a indústria, o comércio e os grandes consumidores ainda não participam disso com a devida urgência.

Os consumidores residenciais representam um pouco mais de 1/4, em média, do consumo nacional e é importante que eles não sejam tão sacrificados quanto o restante dos consumidores, principalmente os energointensivos e os grandes consumidores industriais. Esse é um esforço que tem que ser cobrado

e acho que isso faz parte da justeza do sacrifício que é imposto ao povo brasileiro.

Gostaria de obter, também, esclarecimentos do Ministro José Jorge a respeito de como, efetivamente, ficou a questão do risco cambial: a Petrobras é que vai arcar, ou seja, o Tesouro é que vai arcar com esse risco cambial? Quais são as condições que estão colocadas?

Vou alinhar outras perguntas: quanto ao programa de conservação de energia a que V. Ex^a se referiu, quais são as medidas desse plano? É importante lembrar que está em votação, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei que vai ao encontro dessa preocupação. Se não me engano, está agendada para amanhã a votação de um projeto de lei que traz sugestões interessante a respeito. Espero que ele seja votado amanhã.

Gostaria de perguntar ao Ministro Pedro Parente e ao Ministro José Jorge, a que altura dessa crise V. Ex^{as} foram informados da iminência da necessidade de racionamento e da situação caótica do setor elétrico brasileiro? O Presidente da República nos confidenciou publicamente, há cerca de três semanas, que Sua Excelência também havia sido pego de surpresa. Portanto, quando, efetivamente, a equipe do Governo tomou conhecimento dessa crise?

Gostaria também de alertá-lo para uma situação que considero das mais graves. Refiro-me às microempresas, tendo em vista que elas se constituem em um universo impressionante de sobrevivência, principalmente as existentes na Região Nordeste e na periferia das grandes cidades, às quais funcionam nas próprias residências. Acredito que essas microempresas serão duramente penalizadas com as medidas aplicadas para os consumidores residenciais, aliás, elas serão mais penalizadas do que as grandes empresas, já que essas microempresas são fontes de sobrevivência de muita gente, e, por estarem funcionando em residências, estarão sujeitas a utilizarem somente determinada carga. Penso que isso causará enormes transtornos na vida dessas pessoas. São técnicos, manicuras, enfim, há uma infinidade de microempresas que serão enquadrados como consumidores residenciais e, conseqüentemente serão duramente punidos tendo em vista a política proposta pelo Governo.

Aliás, solicitaria que fosse flexibilizado, por intermédio de algum mecanismo, que esses pequenos empresários fossem reconhecidos como tal, sendo tratados diferentemente dos consumidores residenciais. Caso contrário, eles pagarão um pesado ônus, in-

justo até, já que eles sobrevivem às custas desse tipo de atividade.

No que diz respeito à Região Nordeste – acho que é o quadro mais dramático –, além da economia de energia, soma-se a ela a questão da seca e o seu agravamento na Região. O reservatório equivalente está operando na escala 4,3. Nós nunca operamos nessa escala, portanto, não sabemos as conseqüências de se operar nesses níveis para os geradores e para as turbinas. Gostaria de saber se o Governo já dispõe de uma avaliação técnica sobre as condições de operação da Usina, por exemplo, de Sobradinho, com o reservatório operando nesse nível. Isso pode trazer conseqüências desastrosas para os equipamentos e danos irreversíveis para os equipamentos. Teria o Governo garantia de fabricante ou algum estudo que permita operar nessa condição? Até porque há informações, que já circulam no setor, e sugestões para se inverter o volume morto. Caso isso ocorra, realmente a situação está próxima do caos, o que poderá gerar uma situação extremamente dramática para essas empresas.

Sr. Presidente, eu ficaria por aqui nas perguntas e questionamentos que faço.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra o Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE – Responderei a algumas perguntas apenas.

Na semana passada, em relação à questão do risco cambial do gás boliviano, – deve ter saído no Diário Oficial de ontem –, divulgamos uma Portaria conjunta, do Ministério da Fazenda e do Ministério das Minas e Energia, que equaciona essa questão.

Na verdade, o problema se coloca da seguinte forma: o gás, que é adquirido em dólar – anualmente há um aumento do preço da energia – varia diariamente. Portanto, como o gerador de energia compra gás e vende energia, ocorria o seguinte: comprava-se o gás por um preço, que variava diariamente ou trimestralmente de acordo com o que fosse feito, mas que variava com o dólar, e só depois de um ano é que esse dólar era repassado para o preço do gerador. Então, do ponto de vista da diferença do preço do dólar do ano não havia problema, porque se o dólar fosse dois e passasse para quatro, entrariam os quatro. O problema existia exatamente no financiamento daquela parte do dólar que variou durante o ano.

Essa é uma questão que foi discutida durante muito tempo, terminou se chegando a um acordo, que foi o que a portaria especificou, no qual a Petrobras vai financiar, não vai absorver esse custo, vai financi-

ar a diferença para mais ou para menos do dólar, porque o dólar também pode variar para mais ou para menos – atualmente está variando para mais, mas pode variar para menos. Ela vai financiar essa parcela anual e depois repassar para o preço do ano seguinte para a geradora. E a geradora, então, vai depender do VN que ela tiver com a distribuidora.

O SR. FERNANDO FERRO – Justamente incluir o gás na PPE do petróleo, não é, Ministro?

O SR. JOSÉ JORGE – Não, não é na PPE. É um sistema parecido, mas tem alguma diferença em relação à PPE.

Em relação à conservação de energia, na verdade o Ministério já tem um programa chamado Procel, que, em determinadas épocas, trabalha com muita eficácia e é muito eficiente, tem muito prestígio no Ministério, depois ou tras épocas ele tem menos, agora espero que tenha mais prestígio, uma época que ele realmente possa enfrentar a questão da conservação, exatamente baseado na aprovação desse Projeto, que está na Câmara, já está circulando aqui no Congresso há 11 anos. O Ministério tem trabalhado nesses últimos 90 dias, desde que estou lá, no sentido de aprová-lo, e aparentemente vamos aprová-lo esta semana, que servirá de base para que o Procel possa ser reafirmado como um programa muito importante.

Essa questão atualmente, conjuntural, vai ajudar, mas ajuda em parte, porque na verdade agora ela tira uma parte do conforto, que não é a idéia. A idéia, por trás da conservação de energia, não é diminuir o conforto, pelo contrário, é mantendo o mesmo nível de conforto com um nível de consumo de energia menor.

Essa data da crise posso dar a minha parte. Na verdade, assumi o Ministério no dia 13, mas aconteceu uma série de problemas, inclusive a questão da P-36, no dia 15; encontrei o Deputado Gabeira em Macaé, passamos uns dois dias em Macaé, e somente no dia 20 assumi. Desde aquele dia, quando verifiquei as curvas do reservatório das Regiões Sudeste e Nordeste que vi que havia uma situação de extrema gravidade.

Criamos dois grupos: um para elaborar um plano de racionalização de oferta e de demanda, que lançamos num programa de televisão nacional, na rede nacional, uma semana de pois ou duas semanas depois e, ao mesmo tempo, elaboramos um plano de racionamento para que quando houvesse solicitação nós já tivéssemos um plano elaborado.

No dia 26 de abril, recebemos um ofício da ONS solicitando um racionamento de 15%, que depois foi, se não me engano, no dia 2 de maio foi aumentando para 20%. Convocamos então o CNPE no dia 8 de maio, para que fosse feita a reunião no sentido de aprovar o plano de racionamento. Recebi até uns telefonemas do Deputado Aleluia também, lembro que S. Ex^a ligava para mim sobre essa questão, e convocamos no dia 8 de maio. No dia 10 de maio fizemos uma reunião com o Presidente da República para que criássemos a Câmara de Gestão e tomássemos aquelas medidas. Daí em diante já houve uma economia de energia substancial.

Desde que estive na televisão explicando a situação e solicitando a colaboração, mesmo antes da questão do racionamento propriamente dito, já aí – tenho os dados aqui – houve uma diminuição da demanda durante o mês de maio.

Passaria a palavra ao Presidente.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pois não, Deputado.

O SR. FERNANDO FERRO – Pelo que pude entender, o Ministro tomou conhecimento da situação no mês de março, em vinte de março?

O SR. JOSÉ JORGE – Não, março foi o mês que assumi, no dia 20.

O SR. FERNANDO FERRO – Então... o fato é que esse relatório de ONS já era de conhecimento no final de fevereiro, início de março, esse relatório de 15% do corte.

O SR. JOSÉ JORGE – Não, o relatório pedindo corte é do dia 26 de abril.

O SR. FERNANDO FERRO – Posso dizer-lhe, Ministro, que sabia dessa informação em março. Pode parecer até evidente, mas eu tinha essa informação no setor no mês de março.

O SR. JOSÉ JORGE – V. Ex^a tinha a informação de que os reservatórios estavam em uma situação crítica, como estiveram também no ano passado.

O SR. FERNANDO FERRO – Não era uma situação crítica, mas a de que o corte era de 15%.

O SR. JOSÉ JORGE – O ONS trabalhou até o dia 26 de abril com 3 hipóteses: 5%, 10% e 15%. O Presidente do ONS está aí e pode confirmar que trabalhou com 5%, 10% e 15%.

O SR. FERNANDO FERRO – Tenho as informações.

O SR. JOSÉ JORGE – Não é esse o documento?

O SR. FERNANDO FERRO – Estou querendo dizer que essa situação revela que o Governo, realmente, desconsiderou ou não ouviu os técnicos da área. O alerta já vinha de antes. No final de fevereiro ou no começo de março, já tínhamos essa informação no setor. Infelizmente, não houve qualquer preparação ou precaução em relação ao quadro que se estava anunciando. Diferentemente, em outros momentos de racionamento houve uma antecipação e foram tomadas algumas medidas que um quadro desses exige.

Gostaria de fazer-lhe algumas indagações, Ministro José Jorge. Tenho informações de que o Presidente da ANP, David Zylbersztajn, impediu a adoção da medida sobre risco cambial de gás. Que problema houve com a Agência Nacional de Petróleo? Houve uma divergência para tomar-se a definição? Qual é a ordem de prioridade e qual o problema com a Agência Nacional de Petróleo que tem a capacidade e o poder político de impedir o acordo? O que houve?

O SR. JOSÉ JORGE – Na realidade, a portaria já foi feita; ele não a impediu. Como a Agência Nacional de Petróleo é encarregada também da questão do gás, que está dentro de sua área de distribuição, o Dr. David Zylbersztajn, como qualquer outro diretor de agência na área de energia elétrica, na área da água, foi ouvido sobre a questão do gás. Evidentemente, deu sua opinião, assim como Presidente da Petrobras, os investidores e o Ministério o fizeram. Enfim, todos deram sua opinião e, no fim, foi elaborada uma portaria que leva em conta a opinião de todos, mas não atende todos. Em nenhum momento, S. Ex^a a impediu. A prova maior é a que a portaria já foi publicada, já está no Diário Oficial, e já está sendo executada.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE – Sr. Deputado, sobre a primeira questão, a redução por classe de consumo, não tenho um dado preciso, um dado quantitativo para fornecer-lhe. Posso dizer que, qualitativamente, a nossa avaliação diz respeito a residências e setor público. Quer dizer, no mês de maio, em nossa avaliação – comprometo-me a enviar à Comissão a avaliação detalhada – houve redução do consumo nas residências e no setor público. De fato, a indústria e o comércio só começaram a entrar no racionamento, por obrigação legal, a partir do dia 1º de junho. Então, a avaliação é a de que a redução de consumo, ocorrida no mês de maio, foi basicamente nas residências e no setor público. É claro que houve outras medidas

como, por exemplo, a redução de outdoors. Quanto a isso, infelizmente, houve limitações suspendendo. Mas, enfim, há outras medidas. Atribuímos, basicamente, sem poder precisar-lhe a informação por não dispor dos dados agora – pedirei ao operador do sistema que repasse essas informações –, às residências e ao setor público.

Não entendi, ainda, como as microempresas estariam prejudicadas, Deputado. O limite das empresas comerciais também é de 20%. Agora, com até duzentos quilowatts/hora por mês não pagam qualquer sobretaxa. V. Ex^a estaria falando, eventualmente, em não haver o pedido de corte para quem não atinge os 20%. Se deixássemos de qualificá-las como residências e passássemos a qualificá-las como comércio, também estariam sujeitas ao corte de 20%. Pediria para V. Ex^a, se puder, detalhar o problema: que diga exatamente o que está acontecendo, onde poderão ficar prejudicadas. Comprometemo-nos a analisar. Não entendi, na pergunta, como ficariam prejudicadas sendo classificadas como residência. Então pediria ao senhor que se pudesse...

O SR. FERNANDO FERRO – Os consumidores residenciais estão sendo os mais atingidos pelas medidas de contenção e pelas medidas de punição sugeridas. No caso, muitas dessas residências, na verdade, não são só residências, são residências e empresas. Dever-se-ia fazer algum tipo de flexibilização para que essas pessoas pudessem, evidentemente a partir de um comprovante junto às concessionárias, atestara sua condição não apenas de consumidor residencial, mas também de sobrevivência e de comércio que têm, para que pudessem ser considerados numa situação diferenciada, porque evidentemente há um tratamento diferenciado entre consumidores residenciais e consumidores industriais, empresários. Há um tratamento diferenciado. O que estou sugerindo é que se leve em conta essas pessoas nessa condição para que possam ser ouvidas e tratadas com essa característica que têm de não apenas consumidores, mas também de geradores de emprego e de renda e um segmento importante na economia deste país, na informalidade da economia deste País.

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, vamos então analisar. Depois podemos conversar para o senhor entender melhor onde está o problema específico para podermos dar um tratamento.

Finalmente, sobre a questão das avaliações técnicas sobre o funcionamento, principalmente no Nordeste, a 5%. O que temos é o parecer dos órgãos técnicos do Governo de que isto seria possível, não

que este parecer seja feito sem, digamos, um nível mínimo de preocupação dizendo que é uma operação que não foi feita antes, mas achamos que é possível. É claro que não vamos estar esperando acontecer os problemas para depois eventualmente tomar uma outra providência; vamos estar acompanhando isto permanentemente. Então a informação que temos, e não sou um especialista do setor, é de que é possível, este é o mínimo necessário como mínimo de segurança no caso dos reservatórios do Nordeste. E no caso dos reservatórios do Sul e Sudeste, 10%.

O SR. FERNANDO FERRO – Neste caso que o senhor está citando, é a Eletrobrás que está fornecendo esta informação, é o ONS?

O SR. PEDRO PARENTE – Tenho essa informação, um parecer, não é um parecer escrito, mas a opinião do ONS.

O SR. FERNANDO FERRO – E em relação ao Nordeste, aos projetos de irrigação. Esses 5% de reservatório, o que implicam nos programas de irrigação? Porque as informações que temos é que isso poderá afetar de forma direta esses empreendimentos da área de irrigação, principalmente do semi-árido do São Francisco, na região de Petrolina, naquele região do médio e submédio São Francisco. Quer dizer, 5% de reservatório, o que acarretam aos programas de irrigação da Região Nordeste?

O SR. PEDRO PARENTE – Bom, Deputado. Fico devendo, comprometo-me a trazer a informação por que não sei.

O SR. FERNANDO FERRO – Está bem.

Sr. Presidente, fiz uma pergunta: a partir de quando o Ministro Pedro Parente tomou conhecimento da crise?

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, tinha entendido que o Ministro José Jorge tinha respondido à questão. Até o final do ano passado, a avaliação que tínhamos era de que, em função das chuvas inclusive ocorridas até dezembro, teríamos a possibilidade de ter o ano de 2001, mesmo considerando um aumento de carga melhor do que o ano anterior, o ano 2000.

O que se viu nos meses seguintes foi, a partir de janeiro, a ocorrência de chuvas muito abaixo da previsão. Essas informações eram periodicamente passadas naturalmente pelo órgão técnico, pelo Ministério das Minas e Energia, mas sempre com a observação de que era um quadro que poderia ser revertido nos meses seguintes.

A situação só ficou clara de que poderíamos ter um racionamento e não um processo de racionalização a partir das datas informadas pelo Ministro José

Jorge. Até janeiro ou fevereiro, já havia informações de insuficiência de chuvas, mas até aquele momento as hipóteses que se trabalhavam era: 1 – se necessário, poderia ser resolvido com um processo de racionalização; e 2 – ainda assim era possível – dependendo da fluência de chuvas nos meses seguintes – que essa posição pudesse ser revertida.

Então essa era a informação que tínhamos, e o restante da história o senhor ouviu do Ministro José Jorge.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, tenho em mãos um relatório, de dezembro de 2000, assinado pelo Ministro Pedro Parente que diz que os reservatórios estão se exaurindo sistematicamente e as razões para tanto podem ser atribuídas à carência de investimentos na expansão de novas hidrelétricas e de uma base termelétrica adequada para assegurar o suprimento de energia quando da ocorrência de períodos de hidraulicidade significativamente desfavoráveis que de fato aconteceram. Quer dizer, o relatório do Conselho Nacional de Política Energética já previa isso em dezembro e foi assinado por vários Ministros: Pedro Malan, Pedro Parente, todos eles assinaram.

O SR. PEDRO PARENTE – Não, não está.

O SR. FERNANDO FERRO – Está, o seu nome está aqui.

O SR. PEDRO PARENTE – Não. Leia, por favor, Deputado, o que está escrito em cima.

O SR. FERNANDO FERRO – Composição do Conselho Nacional de Política Energética. Plenário. E o relatório é o relatório do Conselho Nacional de Política Energética. E o senhor é um dos membros desse Conselho.

O SR. PEDRO PARENTE – Esse relatório não foi levado ao Conselho, Deputado. Eu não assinei esse relatório. O senhor, por favor, veja...

O SR. FERNANDO FERRO – Então peça para tirar o nome do senhor, porque isso aqui compromete a sua posição. O senhor, como Ministro, é signatário. Aqui está o seu nome; o senhor está constando como elaborador desse relatório. Então, o que posso fazer? Ou o Governo não lê os relatórios que faz ou põe os nomes dos Ministros, indevidamente, para que eles sejam comprometidos com esse tipo de coisa. É lamentável, Sr. Ministro.

O SR. PEDRO PARENTE – Não, lamentável é o senhor dizer que assinei uma coisa que não assinei.

O SR. FERNANDO FERRO – Está escrito aqui. Sr. Presidente, encaminhei ao Ministério das Minas e Energia um requerimento pedindo o documento so-

bre política energética do Governo. Foi pela Câmara, a Mesa da Câmara encaminhou o meu requerimento e me foi devolvido este relatório aqui, do Ministério das Minas e Energia. Então, este é um documento oficial do Governo, e V. Ex^a consta como membro disto aqui. O que estou dizendo é que essa situação... De fato, sinto que é uma situação constrangedora, mas revela claramente o desencontro, a desinformação e a desatenção de V. Ex^a em relação à política energética.

Trataram muito bem da parte financeira do Governo e esqueceram a política energética. Está aí. É isso que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Eminentíssimo Deputado Fernando Ferro, está muito proveitosa a participação de V. Ex^a. Devo ponderar, todavia, que há vários Deputados e Senadores inscritos. O que fica absolutamente cada vez mais evidente para a sociedade brasileira é que o Brasil é realmente um País que prima pela imprevidência. A imprevidência está até na Previdência. A própria Previdência está sofrendo de imprevidência há muitos anos. Esse é um fato.

Mas, repetindo aquilo que tive oportunidade de colocar no início desses trabalhos, gostaria que aproveitássemos para tentar ajudar o Governo a minimizar as consequências desse problema que está aí e que se avizinha cada vez mais grave, tendo em vista as perspectivas. É claro que além de ser um País imprevidente, o Brasil é também o País dos desperdícios. Espero, então, com o engajamento da sociedade brasileira nesse problema, que comecemos a adotar uma postura menos imprevidente e de menos desperdício também.

É por isso que penso que os trabalhos desta Comissão poderão ser muito úteis para que o Governo consiga encontrar uma solução para amenizar, para minimizar as consequências, as mazelas desse problema que está aí.

Assim, se V. Ex^a me permite, gostaria que fôssemos mais objetivos daqui para a frente, até por que todos desejam participar. Então, como segundo orador inscrito, concedo a palavra ao eminente Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite fazer uma consideração final? Concorde com a preocupação de V. Ex^a. Não há aqui, da nossa parte, nenhum interesse, nenhum oportunismo político nessa crise que se abate sobre a Nação. Temos que discutir de forma conjunta. Agora, o que quero dizer é que não podemos esquecer as responsabilidades, o ônus e o ônus de exercer o poder e temos

que cobrar. É meu papel. Contribuímos, na Comissão de Minas e Energia, com textos e documentos alertando sobre o problema. Não houve só críticas. Nesse sentido, concordo que V. Ex^a tenha essa preocupação, mas a nossa preocupação é também construtiva, o que não impede que sejamos críticos nas nossas análises e observações do trabalho que fazemos.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Deputado Fernando Ferro, tudo bem. Antes de fazer as minhas considerações, coloquei que a participação de V. Ex^a estava sendo altamente proveitosa, só que precisamos realmente ganhar tempo. Então, se me permite, passo a palavra ao eminente Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Relator, evidentemente que todos temos a intenção de contribuir – até com o Governo – mas com uma visão crítica, uma vez que o próprio Sancho Pança contribuía com Dom Quixote quando ele dizia “olha, mestre, olha o que o Sr. está dizendo!” Então, a minha visão crítica, na verdade, será para mostrar ao Governo o que ele fez de errado e como ele poderia encontrar um caminho, na minha opinião. Digo na minha opinião, porque temos que ser modestos, pois essa crise transcende a nossa capacidade.

O problema central do Governo, inclusive a crítica não se dirige ao Ministro Pedro Parente nem ao Ministro José Jorge, quem encontrei no Rio de Janeiro no Congresso Internacional de AIDS, e ainda não sabia que essa situação dramática iria cair nas suas mãos.

Houve um erro básico na condução que deve ser imputado ao Presidente da República: a não-definição de parte do Governo se iria intimidar a população ou atraí-la e se irmanar com ela. Então, houve uma sucessão de promessas de castigo, que, aos poucos, estão sendo levantadas, mas que mostram que a população foi muito mais madura que o Governo, por que ela mostrou, na prática, que o caminho era irmanar com o esforço da população e não intimidá-la. É claro que mesmo do ponto de vista político mais clássico, do ponto de vista maquiavélico, nunca vi um governo que goste de fazer mal aos pouquinhos. A orientação é sempre se fazer o mal de uma só vez. No entanto, o Governo Fernando Henrique se perdeu tanto nesse processo, que escolheu a intimidação e escolheu fazer o mal aos poucos.

A outra crítica que faço se dirige, também, ao Presidente da República. Por incrível que pareça, Sua Excelência resolveu se fechar nesse processo. Criou uma câmara que deveria estar articulada com

outros processos. Por exemplo, criou-se uma câmara em São Paulo, formada pela Fiesp, pelos Sindicatos, mas que não foi atraída pelo Governo, o Governo não a recebeu. Isso foi um erro fundamental. Se examinarmos, dentro do Governo, verificaremos que ele também se isolou. O Governo foi incapaz de trazer para a câmara, o Ministério do Meio Ambiente, que podia contribuir; foi incapaz de trazer o Ministério da Defesa, que tem um papel fundamental do ponto de vista logístico, caso cheguemos ao apagão. Na verdade, a própria câmara do Governo, do ponto de vista do Governo e dos seus recursos, é incompleta.

Portanto, o primeiro aspecto que temos que pedir ao Governo – e temos pedido ao longo do tempo – é que cesse a intimidação. Que ele compreenda que se relacionar de uma maneira adequada com a população trará resultados muito melhores.

O segundo pedido a fazer, que também é importante, é uma crítica, é que ele rompa o seu isolamento, que ele compreenda de uma vez por todas que ele está diante de uma questão que transcende a capacidade de um grupo de pessoas fechadas numa câmara. Ele tem que se abrir para a sociedade. E o Governo não fez isso. O Presidente da República não assumiu essa liderança. Agora, Sua Excelência assumiu a liderança da comunicação, que tinha cometido uma série de erros. Esta era outra coisa que eu não percebia: a comunicação do Governo não estava presente na câmara como deveria estar, senão não teriam sido cometidos esses erros que foram cometidos.

Então, essa sucessão de erros, depois do erro estratégico de nos levar ao racionamento, é quase imperdoável, mas temos um caminho pela frente.

Gostaria de fazer uma série de perguntas que, de uma certa maneira, estruturam a minha crítica. A primeira delas é a seguinte: quando a câmara se reuniu e decidiu que iria criar uma sobretarifa ou iria aumentar as tarifas, que iria dar um bônus às pessoas que economizassem, não houve um cálculo de quanto seria – evidentemente, seria impossível calcular quanto seria o dinheiro arrecadado com a sobretarifa e quanto seria o dinheiro gasto nos bônus... No entanto, para minha perplexidade e por causa das lacunas do próprio Governo, assisto na televisão a um dos diretores da Light dizer o seguinte: “Que bom para nós! Vamos perder de um lado, mas vamos ganhar de outro”. Porque a tarifa foi aumentada, porque o Governo não definiu claramente para a população que qualquer dinheiro extra que sair desse processo tem que voltar para o consumidor e não para as empresas distribuidoras.

Não há sentido nenhum em se criar um processo de transferência de renda da população para as empresas distribuidoras, que não são heroínas nessa história. São tão ou mais culpadas que todos os outros. Mas elas não mereciam, não devem merecer nenhum processo de transferência.

Creio que isso tem que ficar mais claro. Pode ser que tenha havido uma brecha de comunicação; pode ser que a imprensa não tenha esclarecido totalmente, mas é preciso ficar claro que todo o dinheiro excedente do aumento de tarifa, nesse contexto de racionamento, deve voltar para o consumidor, para a melhoria da situação do consumidor, porque ele vai transcender aos bônus. Muito dificilmente, alguém, nesse contexto, hoje, no Brasil, vai economizar energia pensando em mais R\$1 ou R\$2 de bônus, em bo ra isso possa acontecer, mas a previsão é a de que haja mais dinheiro da sobretarifa do que dinheiro para se pagar em bônus.

A segunda pergunta – e é importante que fique definido também: o Governo, no encontro do Palácio do Planalto, depois de muitos protestos, disse que não iria atropelar o Código do Consumidor. O Governo se comprometeu a fazer isso. No entanto, ao reconsiderar a sua medida de fazer cortes, ele continua atropelando o Código do Consumidor, porque os cortes não podem ser feitos nem da maneira branda que foi anunciada agora. Os cortes teriam que passar por um processo de avaliação, por um tipo de julgamento. O consumidor não pode ser lançado ao Código apenas porque ele recebeu um aviso e, no mês seguinte, ele não conseguiu estabelecer a cota que o Governo quer. O Governo prometeu, mas ainda não materializou adequadamente o seu respeito ao Código do Consumidor.

O terceiro ponto que eu queria perguntar é qual será a política clara do Governo em relação às empresas que produzem usando muita energia, especificamente no caso do alumínio. Existem experiências em outros países em que as fábricas de alumínio foram fechadas nesse período. Existem outras experiências em que os cortes são mais intensos para elas. Então, eu me pergunto: essa energia é subvencionada? Tem sentido, hoje, o Brasil pagar subvenção à indústria de alumínio, no momento em que todos nós estamos pagando uma taxa extra pela eletricidade mais consumida? Não tem! Era preciso haver uma política muito mais clara. Uma pequena cooperativa de costureiras, por exemplo, que trabalha o dia inteiro vai ter que economizar às vezes demitindo. É preciso haver uma política para elas e outra para es-

sas empresas que consomem muita energia – alguma dessa energia subvencionada pelo Governo.

Não está claro isso, e o Governo tem que esclarecer qual é a política. Outro ponto que é preciso esclarecer: o Governo está se preparando para o apagão? O Ministro Parente disse: “Existe uma possibilidade. Se as chuvas acontecerem...”

Outra pergunta que quero fazer: como é que o Governo chegou à previsão de 70% nos seus cálculos? Existem oito países que fazem previsões meteorológicas. Nos saídas diplomáticas já contactou todos os oito, já pediu um parecer de todos os outros países especializados sobre qual é a evolução das chuvas que teremos nesse período. Não sei desse passo. Se não tomou, sugiro que tome o passo, porque não podemos dizer se as chuvas serão de 70% na média.

Temos que saber qual é a conjugação das previsões, mesmo admitindo que essas previsões sejam inadequadas para um período tão longo, mas, ainda assim, o Brasil tem que fazer esse esforço. Buscar os sete países do mundo que mais trabalham nesse campo.

Suponhamos que a previsão não dê certo. O Governo está se preparando para o apagão? Tenho dúvidas quanto a essa questão. O Governo fez algum trabalho de importação de geradores, como o Professor Ilido Sauer está propondo? Não fizemos nenhum esforço específico de importação de geradores, que poderiam, no futuro, servir como co-geração, como está colocado aqui. O Governo não o fez. O Governo trabalhou efetivamente. Além de trocar lâmpadas e de reduzir o consumo público, ele trabalhou efetivamente nos pontos de conservação que poderia ter trabalhado? O Professor Sauer propõe trocar 10 milhões de lâmpadas de vapor de mercúrio por lâmpadas de vapor de sódio, o que daria uma redução de 550 quilowatts, que é muita coisa, gastando-se 1 bilhão. Mas esse é um tipo de eletricidade que podemos produzir aqui e agora. Aqui e agora, realizando essas trocas. Quer dizer, existem uma série de sugestões que vão e vem e nós não podemos colocá-las na Câmara, porque a Câmara, até este momento, exceto algumas audiências que o Ministro Pedro Parente concedeu e as entrevistas que ele concedeu, ela continua fechada para o País. Os grandes temas não foram colocados para ela e eu acho que isso é uma hesitação desnecessária. O Governo ficou, no meu entender, um pouco tímido porque ele cometeu um grande erro. E ao cometer um grande erro, ele se fechou. Ele não percebeu que a sociedade estava sinalizando para ele: Olha, cometeu um erro, tudo bem,

mas vamos adiante. Adiante nós vamos ver as responsabilidades. Vamos fazer algum coisa juntos. E o Governo não está disposto. O processo, as campanhas na TV, o Governo jamais convidou todos os diretores de televisão para perguntar qual a contribuição que a televisão brasileira podia dar neste instante. O Governo não convidou os artistas para perguntar. A primeira medida foi, desculpem-me a expressão, uma medida inadequada, porque todos os circos e parques de diversões foram cortados naquele momento. O Governo não compreendeu a dimensão política da questão. Quer dizer, os atores, os circos poderiam ser os maiores aliados no processo de racionamento. Não era esse o caminho. Não era esse o caminho.

Então é necessário, neste momento, se abrir para compreender que não estamos apenas diante de questões técnicas, que, no meu entender, não estão ainda respondidas adequadamente, mas estamos diante de questões políticas das quais o Governo se apequenou. O Governo se encolheu diante da crise, o que pode ainda ser recuperado. Existem caminhos para que ocorra essa recuperação. Até acho que ele está se recuperando nos últimos dias. Quando o Presidente da República disse que não queria uma queda de braço com a sociedade brasileira, ele estava falando algo sério. Mas quando se chega ao ponto de dizer isso é porque a queda-de-braço já está se avizinando no horizonte. Quando, na verdade, ele já podia estar harmonizado com a sociedade brasileira desde o princípio da crise.

Então quero colocar, evidentemente já sei que outros estão inscritos, teremos outras perguntas, essas posições na mesa e propor aqui um pacto nacional. Essa Câmara tem que ser apenas a Câmara dela. Temos que ter um pacto nacional com o Congresso e com a Câmara de São Paulo, criar um organismo maior para essas questões possam ser discutidas, com todo o respeito pela autonomia do Governo. Mas os senhores devem ter a humildade de sair do Palácio do Planalto, do lugar que foi destinado para os senhores, e encontrar num lugar onde a Câmara, feita em São Paulo, e outros setores do Brasil que queiram discutir, mais o Congresso brasileiro, estejamos juntos num grande fórum que faça pelo menos uma reunião de quinze em quinze dias, de mês em mês para avaliarmos a situação e tomarmos decisões conjuntas, respeitada a autonomia do Governo que foi eleito com votos populares incontestáveis e tem a responsabilidade de tomar as decisões.

O SR. – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE () – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. – Sr. Presidente, eu gostaria de saber quantos Parlamentares estão inscritos aí?

O SR. PRESIDENTE () – Treze.

O SR. – Treze. Então, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão pela ordem para que V. Ex^a pudesse estabelecer um tempo, porque acredito que é grande o interesse nos Parlamentares em fazer pelo menos uma pergunta, já que essa oportunidade é rara de estarmos com o Ministro das Minas e Energia e com o Ministro Pedro Parente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Sim, de acordo com o Regimento cada Parlamentar tem cinco minutos. A Presidência tem sido realmente bastante generosa, mas é porque as duas intervenções foram muito ricas e espero que todos compreendo que o aproveitamento foi bom, mas todos terão a oportunidade.

Quero passar a palavra, agora, para o Ministro José Jorge, para começar a resposta às colocações feitas pelo Deputado Fernando Gabeira.

O SR. JOSÉ JORGE – Na realidade, acho que o Deputado Fernando Gabeira colocou algumas idéias muito interessantes. Nós todos sabemos que essa questão...

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, quero apresentar uma proposta. As perguntas serão repetitivas. Muitas delas seguirão mais ou menos a mesma linha. Proponho, então, que todos os Parlamentares falassem e, no final, os Ministros Pedro Parente e José Jorge responderiam as perguntas. A resposta seria em bloco. Considero esse procedimento muito mais racional do que fazer esse ping-pong.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, façamos blocos. Não há sentido também em todos os Parlamentares se pronunciarem em sequência. Sugiro que sejamos divididos em grupos de quatro.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – De fato, há muita procedência nessas observações. Só penso que não há que ser de quatro em quatro, porque os Ministros terão o cuidado de anotar e depois responderão a todos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Seguindo a sugestão de V. Ex^a, Sr. Presidente, deixa de ser um debate, porque a resposta do Ministro pode gerar uma nova pergunta, um novo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Mas como ninguém vai se retirar, o debate poderá acontecer.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Mas temos que suscitar, Sr. Presidente, o debate. Sendo assim, de quatro em quatro seria mais razoável, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há um orador na tribuna.

O SR. FERNANDO GABEIRA – O melhor, Sr. Presidente, seria conceder três minutos a cada Parlamentar, com a possibilidade de uma réplica de um ou dois minutos, por que se não não houverá debate e, em não havendo debate... Não é que o Governo queira a possibilidade... (inaudível, fora do microfone) ...não estamos aqui investigando nada de especial, mas o debatenesse caso é rico, representa a possibilidade de avançarmos. Se o Governo monologar pura e simplesmente, não avançaremos. O Governo já está monologando há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Atenção, por favor.

A proposta do eminente Deputado Inocêncio de Oliveira é muito boa para esta reunião. Os Ministros também de sejam conhecer o que pensa cada um dos Parlamentares aqui presentes. Ainda que possa prejudicar o debate, vamos fazer o possível, e o possível será isso. Penso que todos aprovaram e não é preciso nem colocar em votação.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Protesto.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Então vamos tentar quatro. (Pausa)

Mas como somos 12, vamos fazer grupos de seis, que é o meio-termo. (Pausa)

Pronto, já houve até quem quisesse se inscrever, o Senador Sebastião Rocha.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Só peço, em tão, que a medida não retroaja à minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Então o limite é de cinco minutos. Não posso reduzir, porque isso é regimental.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Mesmo para quem for muito bem, Sr. Presidente? Mesmo para quem tiver um grande desempenho?

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a, por exemplo, talvez tenha o beneplácito da Casa pela...

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Não sei nem quem são os inscritos. Apenas gostaria que...

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE – Também para colaborar com a agilidade e como a pergunta do Deputado Fernando Gabeira envolve basicamente a questão política do Comitê, pediria que o Ministro Pedro Parente, que é o Presidente do Comitê, a respondesse. Após S. Ex^a, se o Deputado ainda quiser, também posso me manifestar.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE – Sr. Presidente, só para esclarecer, eu pediria que constasse que não assinei tal relatório, porque acho que não ficou claro esse ponto. É só uma observação para não haver dúvida com relação a esse tema que me parece muito importante.

O Deputado Fernando Gabeira faz alguns comentários iniciais. S. Ex^a tem uma avaliação de que houve um erro básico atribuído ao Senhor Presidente da República. Essa é uma questão de opinião. Discordo, mas não é o caso, porque é uma questão de opinião. Abordarei em minha resposta os pontos objetivos, até para que possamos avançar nas questões.

Quero dizer, Sr. Deputado, que não recusei nenhuma reunião que tenha sido pedida à Câmara. Realizamos reuniões com as distribuidoras, com os sindicatos, com os representantes dos consumidores – e dessa reunião saiu a sugestão de modificação do Código, que foi acatada –, com uma comissão de Parlamentares da área de saúde, cujas sugestões também foram acatadas. Além dessa última, realizamos também outras reuniões com Parlamentares e com empresários, inclusive das telecomunicações; a imprensa tem divulgado isso.

Então, Sr. Deputado, sinceramente, digo a V. Ex^a: só se eu conseguisse trabalhar 30 horas por dia. Eu não consigo. De fato, temos. Agora, a questão é tão palpitante, tão importante, envolve tantas questões, mexe tanto com a vida das pessoas, que entendo que exista essa angústia. De nossa parte, há todo um desejo de diálogo. Nós não temos o monopólio da verdade, não queremos ter. Queremos agir, nessa situação, trabalhando, dialogando e usando o bom senso, mudando aquilo que tiver que mudar; não tenho nenhuma preocupação em mudar, se for necessário. Digo a V. Ex^a: “Não nos fechamos”. Se é essa a idéia, eu lamento.

Outra questão, Sr. Deputado: o Meio Ambiente está na Câmara, assim como o Secretário de Comuni-

cação Social e o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Talvez tenha havido falta de comunicação, mas essas três áreas do Governo estão na Câmara, dando suas sugestões, sempre que necessário.

E, quanto à outra questão que V. Ex^a também abordou, todas as vezes em que conversei com a imprensa sobre a tarifa adicional, disse que esta tinha três destinações. Isso está na Medida Provisória e foi dito à imprensa reiteradas vezes. O primeiro objetivo é pagar o bônus de quem consumir mais do que o previsto, até 100 quilowatts hora/mês; o segundo, fazer uma provisão de 2% para cobrir o custo administrativo das distribuidoras com as mudanças que elas precisam fazer para adaptação do sistema; o terceiro, pagar o bônus dos consumidores acima de 100 quilowatts hora/mês, se sobraem recursos, quer dizer, mediante um rateio. Ainda assim, se sobraem recursos, esse dinheiro não ficará com a distribuidora. Ele vai para o acerto tarifário seguinte, ou seja, volta para o consumidor sob a forma de redução da sua tarifa. De novo: isso foi dito, está na Medida Provisória e talvez não tenha merecido o destaque necessário dos órgãos de imprensa. Mas essa é a decisão, que vai, exatamente, na linha que V. Ex^a sugeriu.

Quanto ao Código de Defesa do Consumidor, nós já fizemos as modificações sugeridas. É muito importante, Deputado, entender por que esse corte é necessário. Nós não estamos falando só do pequeno consumidor. Esse pequeno consumidor já está livre do corte. Nós estamos falando do médio e, principalmente, do grande consumidor residencial, que não tem sensibilidade ao preço. Esse grande consumidor residencial vai pagar qualquer preço por sua energia elétrica e se, de fato, não houver a possibilidade do corte, não vai cooperar. Assim, considero justa a manter o corte, porque, senão, não conseguiremos fazer prevalecer um programa que tem uma exigência maior, da qual não conseguimos fugir, que é o fato termos de reduzir a nossa carga em 20%. É fundamentalmente necessário o corte dos grandes consumidores, e a orientação que está dada para as distribuidoras é a de fazer o corte na ordem inversa do desvio em relação à meta – desvio absoluto, e não relativo, ou seja, quanto mais um determinado consumidor se desviar da meta, mais ele estará sujeito a corte, começando por aquele que mais se desviar da meta. Parece-me uma regra bastante justa, que tem esse objetivo de fazer com que todos economizem, porque, diferentemente do grande consumidor, os consumidores médios são sensíveis ao preço, e o pe-

queno já reconhecemos que não tem condições de reduzir o consumo.

Com relação aos eletrointensivos, está muito claro. Nós dissemos que é preciso cortar 25% do consumo dos eletrointensivos. Quanto ao resto da indústria, são 15% ou 20%. Neste momento, não podemos impor um corte maior. O corte de 25% em relação à sua meta de maio, junho e julho do ano passado já é bastante substancial. Agora, de fato, é uma energia muito mais barata do que a paga pela indústria, pelo comércio e, fundamentalmente, pelas residências, mas isso não pode ser modificado de uma hora para outra, porque eles têm contratos. No entanto, considero importante uma revisão tarifária, para levar em conta um novo quadro. Essa política foi importante para atrair as indústrias. Naquele momento, era necessário trazê-las, porque senão não teríamos indústrias de alumínio no País.

Hoje, vivemos outra situação em que, num processo de revisão tarifária, que não é trabalho deste grupo, é possível rever a questão da estrutura, uma vez que há subsídios cruzados entre os diversos tipos de consumidores.

No Governo há um grupo nomeado pela Câmara que está trabalhando na preparação de um programa de racionamento do tipo apagão. Estamos nos preparando para isso e nossa intenção é divulgar esse plano previamente, mesmo que ele não venha a ser necessário, para que a sociedade possa avaliar, discutir, propor e poderemos então chegar a uma linha que permita fazer um processo de natureza, se necessário, pois estamos procurando evitar, com algo que seja previamente conhecido porque não julgamos não haver necessidade de surpreender a sociedade com um programa como esse.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, um segundo para cada resposta.

Quanto a tarifa, a informação que eu tinha, talvez o Diretor da Light também não tivesse, o próprio Deputado Aleluia também não tinha, no momento em que defendeu que fosse para o consumidor.

A segunda questão, atinente ao Código do Consumidor. O senhor tem dado quase uma visão de Robin Hood aos cortes, no sentido de cortar os ricos. Mas os cortes, como estão determinados, não há distinção entre rico e pobre, pois quem passar da cota, for avisado e continuar passando da cota vai ser cortado.

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, há uma distinção, sim, porque estamos dizendo, e esta é uma regra esclarecida de que tem que iniciar por quem

tem um desvio maior em termos absolutos em relação à meta. Isso significa dizer que quem vai ser cortado são os grandes. As distribuidoras não têm a condição operacional de cortar todo mundo. Claramente esclarece dizendo: comece por quem mais consome.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Pelo menos está claro que não vai cortar de quem consigo me, digamos, 200 quilowatts, senão vai ficar essa espada sobre o Código do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Eu só gostaria de dizer, Deputado, que sobre essas questões pontuais e de detalhes o Ministro Pedro Parente, assim como o Ministro José Jorge terão imenso prazer em receber V. Ex^a para que V. Ex^a possa levar esses detalhes. Do contrário, não vamos cumprir tudo que ficou aprovado.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Só um minutinho. Sabemos que V. Ex^a tem pressa.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a tem mais um minuto.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Quanto à questão do alumínio é preciso uma definição se o Brasil vai subvencionar ou não indústrias que usam muita energia. É preciso ter uma definição política sobre isso.

Finalmente, no tocante ao apagão, é preciso que os senhores não caiam no mesmo erro anterior. Quando chegar o plano do apagão e começar a discutir com a sociedade, vai haver esse deus-nos-acuda e vão ter que voltar atrás rapidamente. Por que não fazer algo já pactuado desde agora? É muito melhor.

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, é esta exatamente a idéia. Quando disse que vamos divulgar previamente não é estabelecer o plano, pois até esperamos não precisar dele. O que estamos dizendo é que, uma vez tendo esse plano concluído, levá-lo como consulta pública para essa discussão. Temos, portanto, sempre que lembrar que temos por trás de nós uma necessidade de reduzir a carga em 20%. Esta é a questão e não podemos nos furtar a isso. De fato queremos fazer essa discussão em relação a esse plano. Isso foi informado também quando divulgamos a comissão que está preparando esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Temos seis Parlamentares. Concedo a palavra ao eminente Deputado José Carlos Aleluia, por cinco minutos..

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Os Deputados, evidentemente, estão acostumados ao espaço curto do tempo, dada à disputa do grande número de deputados pela cena política na Casa. Os Senadores terão mais dificuldade.

Mas vou começar por ler a finalidade desta comissão: estudar as causas da crise de abastecimento de energia elétrica no País, bem como propor alternativas para o seu equacionamento. Entendo que há equacionamento de curto, de médio e de longo prazo.

Vou começar falando das causas e procurando investigá-las. Muito foi dito sobre elas. Hoje fiquei muito sintonizado com a exposição do Ministro José Jorge. No começo S. Ex^a tentou imputar toda a responsabilidade a São Pedro e alguns disseram até que São Pedro é do PFL. São Pedro não é do PFL e a responsabilidade não é dele e nem do PFL isoladamente, mas do PFL na medida em que participou do Governo. É responsabilidade do Governo, ou dos Governos, porque, no passado, os Governos Estaduais ajudaram muito nos investimentos de energia elétrica. Tanto o Governo Federal quanto os Governos Estaduais, em média, fugiram dos investimentos no Setor de Energia Elétrica.

Quanto às causas, é preciso voltar à década de 80. Nisso, o Ministro José Jorge tem toda a razão. Desde a década de 80, o modelo estava falido. Não foi por outro motivo que só em 1993, na era Collor-Itamar, elaborou-se a Lei Eliseu, que acabou com a tarifa unificada, e o contribuinte pagou, de subsídios para o consumidor, 28 bilhões de dólares. Naquela época, a tarifa era barata porque uma parte era paga pelo consumidor e outra pelo contribuinte.

Quanto à causa, é uma só: não foram feitos os investimentos necessários para fugir do risco. Vivemos parte da década de 80 e toda a década de 90 na mira do risco. Tanto que, em 1987, tivemos um racionamento no Nordeste, e a causa foi exatamente a mesma: falta de investimentos. A usina de Itaparica estava atrasada e não havia transmissão suficiente de Tucuruí para a região Nordeste; portanto, o racionamento teve a mesma causa. Essas causas decorrem da falta de poupança pública ou de orientação diferente para tal poupança.

O Governo tomou uma decisão política e precisa assumi-la. Essa decisão teve riscos e vantagens. Foi graças à opção de incluir os recursos de correntes da poupança pública no ajuste fiscal que o Governo conseguiu trazer a estabilidade econômica. Agora, alertávamos muito: a estabilidade econômica sem investimento em infra-estrutura vai gerar a estagnação decorrente da falta de infra-estrutura. Hoje, deparamo-nos com estrangulamentos na energia elétrica, nas estradas, nos portos. Foi uma opção política. Vivemos, portanto, toda a década de 90 sob a mira do racionamento.

Quando eu era engenheiro, na década de 80, trabalhávamos com riscos de 3%. Em meados da década de 80, passamos os riscos toleráveis para 5% devido à chamada Cestin, que não era nada mais do que o controle das estatais para os investimentos. E começamos a viver com riscos que foram aprofundados, porque, evidentemente, não houve virtudes para viver com riscos. Para viver com riscos é necessário ter mais virtudes do que para enfrentar a má sorte que tivemos agora.

O Governo, evidentemente, tem sua responsabilidade e é preciso combater as causas: falta de investimentos em produção e em transmissão. As causas estão ligadas ao fato de que as transmissoras sentem-se desobrigadas de tudo. A sua obrigação é apenas vender o que recebem e cobrar tarifas razoavelmente boas graças aos contratos feitos pelo BNDES, que asseguram fórmulas de reajustes maravilhosas.

Ministro Pedro Parente, apóio inteiramente o Programa. Disse a V. Ex^a que achava inconveniente o "tarifaço", vejo com bons olhos a revisão, mas não concordo que se indenizem os custos administrativos das distribuidoras, porque a Lei de Concessões, Sr. Ministro, diz que elas exploram o serviço por sua conta e risco. O risco decorre de elas não terem feito bons contratos de compra de energia, o que levou à falta dela. Não dá para o Governo assumir o problema sozinho, Sr. Ministro. As distribuidoras precisam assumir também.

E o cidadão não pode assumir sozinho. Da maneira como a questão está colocada, apenas o cidadão, a indústria, o comércio têm prejuízo. Quem é responsável por atender o cidadão na forma da Lei que eu tive a oportunidade de relatar e fazer o Substitutivo, cujo autor é o Presidente Fernando Henrique Cardoso? A Lei diz, claramente: conta e risco. Não temos de cobrir despesas de correntes de racionamento dentro das empresas distribuidoras de eletricidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, as causas são muito evidentes. Nós as removeremos atraindo investimentos. Não temos poupança privada nacional, ou quase não temos. Dificilmente geraremos poupança pública suficiente para enfrentar as necessidades. Precisamos criar ambiente para investimentos privados internacionais e, quando possível, nacionais.

Penso, Sr. Ministro de Minas e Energia, que a curto prazo precisamos usar a habilidade, a competência, a estrutura das empresas estatais que não foram privatizadas. Elas têm que ter o suficiente para

enfrentar as necessidades. Temos de criar um ambiente para investimentos privados internacionais e, quando possível, nacionais.

Sr. Ministro das Minas e Energia, a curto prazo, temos de usar a habilidade, a competência, a estrutura das empresas estatais que não foram privatizadas. Elas têm de – aliás estou colocando a possibilidade de que se faça isso no meu substitutivo da 2.905 – procurar articular investimentos, incentivar investimentos, fazer joint ventures, promover investimentos não só nas termelétricas – foi um erro do Governo só investir em termelétricas –, mas nas pequenas centrais hidrelétricas.

Meu projeto está há um ano no Governo, e ainda não conseguimos votá-lo porque o Congresso e o Governo não tiveram vontade política para fazê-lo. Há que se investir nas pequenas centrais, na biomassa, nas eólicas.

Sr. Ministro, temos de resolver o problema de Angra 3. Não há mais condições de ignorá-lo. Temos de tratar de Belo Monte. Temos de equacionar investimentos.

Quanto ao curto prazo, não gostei da fórmula feita. Deveriam ter ouvido mais o pessoal do setor elétrico; ouviu-se mais o pessoal do setor de petróleo. Fechar posto de gasolina é apagão de posto de gasolina; desligar circuito elétrico é totalmente diferente. Portanto, o grande erro do Governo no começo foi esse. Quanto às causas, elas estão bem claras. O Governo não deveria fugir, tem de assumir de frente e procurar saídas.

Fico preocupado, Ministro Pedro Parente, e gostaria que me desse um pouco de tranquilidade com relação às indústrias que estão retomando a produção. Muitas indústrias estavam fechadas. No meu Estado, há uma indústria chamada Sibra, que estava fechada, que foi comprada pela Vale e que está retomando. É preciso analisar cada caso. Não pode haver tratamento plano porque, senão, a indústria quebra no meio do trabalho.

Portanto, o Governo tem de melhorar também a comunicação. Estou com problema na minha casa, porque faço o programa de racionamento, e o Governo dá uma bonificação que é sem prelição como maior que a concedida. A família quer voltar a consumir como antigamente. Não quero consumir predatoriamente da mesma forma que o Governo consumiu os reservatórios; e não foi somente neste ano. Os reservatórios foram usados predatoriamente durante anos sucessivos.

Portanto, tem o meu apoio o Governo e a Oposição. A Oposição está criticando. O Governo cresceu hoje ao vir nesta Casa discutir. Estou inteiramente afinado com a posição da Oposição, com a posição do Deputado Gabeira. Vamos mobilizar a sociedade e, se for o caso, vamos cortar. Mas essa é a última saída. Aliás, é nesse sentido que V. Ex^a tem caminhado com muita habilidade, indo e voltando. Cada vez que o Governo volta, há ganho. O Governo volta porque ouviu a rua.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao eminente Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, o nosso Deputado Aleluia disse que, quando S. Ex^a era engenheiro, pensava de uma forma. Depois, continuava engenheiro e pensava de outra forma. Como trabalhamos juntos na Câmara e fizemos muitas coisas juntos, imaginei que S. Ex^a continuava engenheiro. Agora S. Ex^a continua engenheiro aqui.

Apesar da minha idade, eu sempre disse que não sou um político, mas um engenheiro na política. E, como tal, apóio as considerações do meu companheiro Aleluia e as medidas do Governo.

Sei que o Ministro Pedro Parente está fazendo um esforço sobre-humano porque S. Ex^a não era dessa área e, de repente, foi buscado pela experiência, pelo bom senso, pela competência. O Ministro José Jorge foi arrancado da Câmara e designado para a função porque também é um engenheiro.

Estamos nesta Comissão dispostos, meu caro Presidente e grande empresário, a dar uma contribuição. Pretendia fazer algumas perguntas, mas, como a resposta será em bloco, prefiro proceder à consideração posterior.

É possível, sim, evitar o risco que se corre. O Ministro Pedro Parente fez uma ponderação e o Ministro José Jorge começou dizendo: “Estamos caminhando em direção ao fim do ano e faltam quatro meses para novembro, uma data perigosa.” Quanto à redução de consumo pelo programa, que tem sido eficiente, parabéns-os, porque conseguiram algum resultado rapidamente e não é fácil. É difícil realizar algo a que o Brasil não está acostumado. O nosso Presidente disse que o Brasil e até a Previdência são imprevisíveis. No entanto, este País é ágil em encontrar soluções.

Ministro Pedro Parente, proporei aos meus companheiros uma sugestão para evitar o risco que corremos. A redução pode manter-se pelo apoio da sociedade. Quanto a redução representa relativamente à parte da hidrologia? Não sei. V. Ex^a saberá. Se hidrologia significar 70%, a redução efetuada pela

sociedade é 30%? Se assim não for, qual é o número? Para evitar o risco, tenho uma proposta – que farei oportunamente – de acrescentar à geração brasileira algo em torno de 5 mil megawatts antes do fim do ano. Pedirei, noutra oportunidade, uma audiência a V. Ex^{as} para discutir essa proposta.

Além disso, congratulo-me com esta Comissão, que permite que a sociedade, por intermédio do Congresso, se insira no programa e no problema que é de todos nós. Apresento o meu apoio, ressaltando que sou otimista por definição. Sou um engenheiro ativista que não prega o desastre. Temos saída, como sempre tivemos. O Brasil tem solução, assim como o seu Governo. Os Ministros presentes demonstraram isso.

Parabéns e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do Senador Alberto Silva, que foi objetiva e muito proveitosa.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Marcos Cintra pelo prazo de cinco minutos.

O SR. MARCOS CINTRA – Sr. Presidente, tentarei ater-me logicamente ao prazo estipulado, até porque várias perguntas que eu gostaria de fazer já foram formuladas.

Sr. Presidente e Srs. Ministros, é muito importante que possamos entender as causas da crise primeiramente para não repetirmos os erros. Além disso, a compreensão das causas da crise, Ministro Pedro Parente, é muito relevante, para que possamos buscar as soluções.

Desse modo, não quero, absolutamente, fazer um processo de caça às bruxas. Não se trata de tentativa de responsabilizar um ou outro, mas de um entendimento mais claro acerca dos motivos pelos quais a sociedade brasileira está atônita e do que de fato se passou, a fim de evitar esses mesmos erros.

A minha primeira indagação – à qual peço uma resposta absolutamente esclarecedora, para que sociedade brasileira entenda – é a seguinte: por que não foram feitos investimentos adequados para evitar a crise energética? É difícil compreender e ninguém aceita a justificativa de que foram fatores climáticos aleatórios os responsáveis pela crise. A área energética sabidamente envolve, primeiramente, investimentos físicos e previsíveis bem como previsão de riscos de condições meteorológicas adversas.

Há modelos matemáticos que explicam a probabilidade de ocorrência desses fenômenos meteorológicos, o que, tradicionalmente, Ministro Pedro Parente, se incorpora à previsão de capacidade. Capacida-

de de energia hidrelétrica não é só a instalada e em condições de 100% de escoamento de águas, mas também a previsão de risco de que essas águas não tenham a vazão necessária.

Então, a primeira pergunta que faço, com muita clareza – e é importante que a sociedade compreenda para que possa colaborar – é a seguinte: que leitura os Srs. Ministros, a Câmara e o Governo fazem hoje da falta de investimentos? Por que eles não ocorreram? Assim, não cometeremos mais os mesmos erros.

A segunda pergunta que gostaria de fazer, Sr. Presidente, diz respeito também a informações que julgo fundamentais para todos nós. Quanto custará para a sociedade brasileira esta crise? Estamos logicamente tentando minimizar os seus impactos. Este é o objetivo desta Comissão: analisar as causas e propor soluções. Portanto, pergunto: que riscos nós, sociedade brasileira, estaremos enfrentando em termos de perda de PIB, de desemprego, de crise cambial e até da retomada do processo inflacionário?

Ouvimos dizer aqui que a prioridade à política de estabilização acabou gerando certo descaso para com a política de investimentos na infra-estrutura. Esse fato não acabará causando a perda de todo o esforço na busca da estabilidade econômica e que, na realidade, poderia até se justificar por si mesma? Não fomos capazes de encontrar esse equilíbrio? Não é possível compatibilizarmos a estabilidade econômica com os investimentos mínimos essenciais para a manutenção do funcionamento da economia brasileira?

Pergunto se há estimativas no Governo. A Fundação Getúlio Vargas estimou a perda de, no mínimo, 1,5% do PIB neste ano e de 800 mil empregos – aproximadamente US\$1,5 bilhão a mais de déficit comercial. Estão corretos esses números? Que balizamento nós, sociedade brasileira, devemos ter para colaborar com a solução dessa crise?

Uma terceira indagação, Sr^s Ministros, diz respeito à minimização dos efeitos da crise energética. Sem dúvida alguma, isso implicará políticas que prejudicarão vários setores da economia brasileira, mas é obrigação do Governo tentar minimizar esses efeitos, o sofrimento e o impacto em termos de desemprego e de perda de produção. Que medidas aparentemente intuitivas e corretas poderiam acarretar?

Cito, por exemplo, um caso da questão da mídia externa – que, aliás, já tive a oportunidade até de levar especificamente ao Ministro José Jorge. É um setor aparentemente intuitivo, pois representa um con-

sumo supérfluo. O referido setor sofreu um corte de energia elétrica não de 15%, de 20%, de 25%, de 30%, de 50%, de 70% ou de 90%, mas de 100%. V. Ex^{as} decretaram a falência de um setor e o fechamento de uma atividade econômica. V. Ex^{as} estão provocando, por decreto, por uma decisão burocrática – quem sabe –, centenas ou milhares de empregos perdidos. Não se trata mais de um impacto nem do desconforto de um racionamento, mas de perda total em termos de atividade econômica, de emprego e até de expectativa de vida de várias famílias. Pergunto-me: como se podem compatibilizar esses efeitos.

Termino, Sr. Presidente, ligando a essa observação da mídia externa o fato de que, muitas vezes, a intuição nos engana e nos leva a fazer cortes em determinados setores aparentemente corretos. Por exemplo, se, no setor de alumínio, se gasta muita energia, cortam-se 30% ou 40% desse produto. Se noutro setor se gasta muito, corta-se mais. Assim, consegue-se a redução da energia elétrica. Desse modo, pergunto: houve uma avaliação do impacto econômico que o corte mais acelerado nesse determinado setor pode ter no restante da economia? As relações, as matrizes interindustriais, aliás o levantamento feito pelo próprio IBGE mostra que muitas vezes um setor aparentemente inocente, tendo a sua produtividade – ou a sua produção – cortada vamos supor em 20% ou 30% poderá acarretar carências e estrangulamentos no restante da economia muito maiores do que aqueles projetados. Ou seja, há necessidade de não se ir apenas pela intuição, e daí pergunto, ligando a esta observação: qual é a avaliação que o Governo faz da proposta do feriadão? O feriadão me parece uma proposta absolutamente razoável; já foi utilizada em outros países. Por quê? Por que não se introduzem distorções nas relações interindustriais. Um feriadão tem a capacidade de fazer com que o conjunto da economia sofra um escalonamento para baixo, mantidas as proporções nas relações interindustriais e, conseqüentemente, poderia minimizar o efeito distorcido que determinadas medidas intuitivas, porém equivocadas, poderiam ter. Eu indagaria, portanto, se está sendo considerada essa solução. Repito: já foi usada no Japão, já foi usada em outros países com um aparente sucesso e, segundo informações que tenho, os feriados no Brasil significam uma economia de 35% de energia naquele dia. É só fazer uma pequena extrapolação para se calcular o impacto que essa medida poderia ter. Portanto, fica aqui essa indagação também. As observações que fiz, muito pontuais, em termos da avaliação

que os senhores fazem da crise e essa questão do feriadão que, me parece, poderá ser uma alternativa racional – menos intuitiva, porém mais racional do que simplesmente se estabelecerem cortes que estão entre 15% e 25%, não sei por que critérios; esse pode ser o critério global, de busca de economia, mas não necessariamente esse patamar ou esse índice deve ser igualmente distribuído entre todos os setores. Poder-se-ia estar introduzindo distorção muito séria no funcionamento do sistema econômico com essa medida.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do eminente Deputado Marcos Cintra e passa a palavra ao eminente Deputado Clementino Coelho, por cinco minutos.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Ministro Pedro Parente falou no monopólio da verdade. Entendo que nesta crise ficou comprovado realmente que o aço da medida, a radicalização na questão da estabilidade monetária retirou justamente do Governo... Alguns em Brasília já sabiam que o monopólio da verdade não estava na mão da equipe econômica, mas, com esse desdobramento da crise energética, realmente hoje a população tem a certeza de que realmente o Governo não tem mais esse monopólio, não tem mais essa capacidade, e precisa justamente interagir numa solução.

Eu queria chamar a atenção para o seguinte: a gravidade dessa precariedade do planejamento energético brasileiro sacrifica, pela primeira vez, em um século, a região do semi-árido. Em 100 anos tivemos seca, Ministro, e até hoje a sociedade brasileira – Oposição e Governo – não resolveu o problema, também por miopia, por imediatismo, por acreditar que somente as medidas requeitadas, paliativas (cesta básica, carro-pipa, transformando isso na indústria da seca) seriam a solução. Essa é a política que a União tem para o Nordeste, é a humilhação. Mas pela primeira vez em 100 anos essa crise vem acompanhada pela crise energética. E aí me preocupa, Senador Paulo Souto, porque não faltarão aqueles para dizer que isso é o final, isso é o sepultamento da irrigação. É a única alternativa de desenvolvimento sustentável que tem o semi-árido, povoado por 22 milhões de brasileiros – o semi-árido mais populoso do mundo, de maior densidade demográfica –, o semi-árido de maiores recursos hídricos em termos de mananciais, se compararmos com os semi-áridos desenvolvidos que as autoridades do Governo estão acostumadas a visitar: oeste americano, Califórnia, Arizona, Chile, Austrália,

África do Sul e Espanha, que têm me nos água que a gente, menos gente, mão-de-obra, menos horas de sol. E estamos colocando em risco. Ouço ameaças a projetos de irrigação. Se lançarem mão da vazão morta da represa de Sobradinho, aniquilaremos, pois a irrigação atual não é mais a da cultura de rotação, da cultura de ciclo curto. É a irrigação de microgotejamento, da uva, do vinho, da manga, de culturas permanentes. O próprio sistema de irrigação, importado de Israel, em seu princípio, já está incluída a racionalidade da água e da energia. Não dá mais para racionalizar, até porque a planta morre se não houver a demanda adequada. O Ministro José Jorge sabe disso. O setor rural está sendo contingenciado, pois absorve menos de 4% da demanda da matriz da energia e contribui com exportação, contribui com empregos, contribui com “agrobusiness”, contribui com o ordenamento do homem no interior do país. A iluminação pública e os prédios públicos federais consomem mais do que a agricultura como um todo.

Li a revista Veja desta semana. O único segmento que não vai parar de crescer é a agricultura. Produziremos seis milhões de toneladas de grãos. Por que sacrificar o produtor rural? Não entendo, se há os eletrointensivos, contratos com multinacionais, por que levar o ônus ao homem do interior? Faço uma súplica: vamos excepcionalizar a fruticultura irrigada, não pela questão da subjetividade da marginalização do Nordeste, mas porque representa uma aberração científica e tecnológica querer ir contra o princípio do microgotejamento. Na própria Califórnia, Ministro Pedro Parente, que lançou um plano de racionamento de energia, o único setor excepcionalizado foi o da agricultura irrigada. E inclusive recebeu autorização para consumir 20% a mais de potência, se houver necessidade, pois não há mais como racionar.

O Ministro José Jorge tem conhecimento de que o Governador de Pernambuco decretou, na sexta-feira passada, estado de calamidade pública em todo o sertão do Estado em razão da seca. Existe amparo jurídico e constitucional para isso. Pela primeira vez, a seca adentra os perímetros irrigados, justamente pela ameaça na água para irrigar a fruticultura ou na energia que demandam as bombas. Assim, faço um outro apelo: que nos Municípios que se encontram em estado de calamidade – não é área urbana, é área rural – a atividade rural seja excepcionalizada. É o apelo que faço em favor do setor rural. Tenho certeza de que é possível. Se formos transparentes, equitativos e justos, é possível não impor contingenciamento e ne-

nhum desconforto a um setor que, além de consumir pouca energia, pode manter essa ordem.

Outro ponto para o qual gostaria de fazer um apelo é o da indústria do alumínio no Nordeste. O Deputado Fernando Ferro fez perguntou e o senhor disse que se reservava o direito de depois comentar a respeito. Já conversamos com alguns profissionais do setor, engenheiros, consultores da Chesf, do Ilumina. A única maneira, Ministro, de evitarmos interromper a irrigação no sub e no médio São Francisco é o Governo retirar parte dos 1.300 Mw contínuos que o pólo de alumínio consome. Porque, nesse quadrante agora, que vai até novembro, o linhão que nós temos lá tem uma capacidade nominal de mandar de 1.000 a 1.300 megawatts contínuos. Isso cai para 500, 600, 700 megawatts por causa da sazonalidade da hidrologia da bacia do Tucuruí e por causa dos contratos que ele tem com os consumidores locais.

O Pólo de Alumínio consome um terço da energia gerada por Tucuruí. Se nós pedirmos emprestados 600 ou 700 megawatts ao pólo, vamos continuar usando o linhão pleno. E o que sobra desses 600 megawatts contínuos é, basicamente, o mesmo que os 2 bilhões e 900 milhões de metros cúbicos que quem usar da reserva morta para poder gerar energia a fio d'água. Então, é preciso dar essa tranquilidade. São mais ou menos 150 mil hectares irrigados; é um PIB agrícola de R\$800 milhões; são exportações de R\$80 milhões. É a única alternativa auto-sustentável dessa região. Não podemos gerar mais insegurança.

Sr. Presidente, há alguns dizendo que essa energia subsidiada que o Pólo de Alumínio recebe, com contratos transparentes feitos, não pode ser vendida no mercado spot. Como disse o Deputado Delfim Netto, o Governo tem que indenizar pela produção: “Vamos fechar a fábrica aqui. Quanto deixou de exportar? Quanto é isso?” É por tonelada de alumínio, porque eles não podem se aproveitar desta crise, pegar algo subsidiado de US\$18 e vender a US\$300, porque vai ser mais rentável do que a atividade produtiva. O que o Governo, o que a sociedade tem que indenizar é a produção não-exportada. Eu queria também fazer esse apelo.

Na minha última pergunta – eu apenas aproveitei que há um pedido de V. Ex^a de audiência para o pessoal da irrigação, que eu espero poder agendar; há também um pedido de audiência para o Ministro José Jorge, para discutir a questão da matriz eólica no Nordeste – eu queria sugerir que o Ministro pudesse, por meio do Executivo, criar um programa emergencial de energia eólica. O projeto do Deputado José Carlos Aleluia é amplo, muito grande, que mexe

com muitos interesses, e esta Casa sabe que, quando mexemos com muitos interesses, a coisa não anda. Então, é preciso aproveitar a oportunidade. Não estamos querendo dinheiro orçamentário na energia eólica, nós queremos as condições da energia assegurada, como é para PCH*, como é para termelétrica.

Quero pedir algo ao Governo, Ministro Pedro Parente e Ministro José Jorge. Penso que o Presidente já fez um mea-culpa, mas nós queremos saber qual vai ser o nosso modelo energético, por que já tem gente dizendo na revista Veja, já tem ex-Diretor do Banco Central dizendo que essa crise só existe porque a privatização não foi acelerada, não foi concluída. Penso que, se tivesse sido concluída, aí é que seria o apocalipse, estaríamos no pior dos mundos. Só em se anunciar, criou-se essa inércia, essa letargia. Então, precisamos transformar Furnas, Tucuruí, Chesf e Eletrobrás num referencial, como é o BNDES no setor de infraestrutura, de investimento. O setor privado não atenderia o empresariado nacional nem a demanda por infraestrutura se não tivéssemos um BNDES. O mesmo acontece com o Banco do Brasil, um referencial de banco agrícola ou regulador das taxas.

Então, no setor energético brasileiro, é preciso admitir que não cabe nenhum modelo, nem americano, nem inglês. Aqui cabe o nosso modelo, que é assentado nos rios brasileiros, com empresas públicas, com o braço estatal forte, chamando a iniciativa privada para as fontes complementares, para a expansão, para as outras matrizes. Eu penso que se está precisando tranquilizar, dizer qual é o modelo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Deputado Clementino Coelho, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Para concluir, Sr. Presidente, se vamos fazer todo esse esforço para continuar no mesmo modelo, estaremos perdendo uma oportunidade de podermos sair mais bem-estruturados, sobretudo numa infraestrutura que é a mais básica e alavancadora de todas as infra-estruturas existentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência cumprimenta V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento que fez.

Passo a palavra ao eminente Deputado Aníbal Gomes.

O SR. ANÍBAL GOMES – Sr. Presidente, Srs. Ministros, gostaria de chamar a atenção para um fato. Muito se falou a respeito do problema grave que estamos vivendo. Estamos vivendo, praticamente, uma calamidade, um momento de aflição, um momento di-

fícil para o País. Hoje, tive oportunidade de conversar com alguns técnicos da Eletrobrás e de outros setores, como também com alguns empresários, que entendem que o Governo brasileiro ainda está tratando a questão energética como se estivéssemos vivendo um momento normal. Um exemplo é o PPA hoje fornecido pela Eletrobrás.

Os PPAs, hoje, só são fornecidos para as pequenas centrais hidrelétricas. É uma vergonha. Temos turbinas de 30 megawatts, de 100 megawatts para pronta entrega na Rússia, na China, nos Estados Unidos. Os empresários estão doidos para que essas usinas entrem em funcionamento. Sabemos que elas poderiam entrar em funcionamento, tranquilamente, no máximo em dez meses, enquanto as PCHs e outros tipos de energia levariam três anos.

Então, perguntamos: por que a assessoria do Governo está tão lenta dessa maneira?

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Por favor, vamos fazer silêncio. Há um orador na tribuna.

O SR. ANÍBAL GOMES – O BNDES, hoje, trata o momento como se fosse normal. Pega o empresário, mesmo com PPA, com a garantia de compra de energia, e faz um empréstimo normal, hipotecando os bens do empresário, quando poderiam instituir uma garantia evolutiva, com o próprio investimento se garantindo. Pergunto: será que o Governo vai continuar dessa maneira? Por que o Governo não evolui?

Ouvimos propostas de técnicos da Eletrobrás de usinas recondiçionadas que poderiam entrar em funcionamento em quatro meses. Todos sabem que as turbinas são como turbinas de aviões. Turbinas recondiçionadas são turbinas que durariam vinte anos, sem problema. As turbinas não teriam que ser novas. É sobre essa questão que gostaria de ter uma resposta do nosso Ministro, agradecendo-lhe a presença e o entrosamento conosco.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a objetividade do eminente Deputado Aníbal Gomes.

Passo a palavra ao Senador Paulo Hartung. (Pausa)

Passo a palavra ao ilustre Deputado Arthur Virgílio.

Depois da apresentação do Deputado Arthur Virgílio, completaremos os seis nomes e vamos passar a fazer uma avaliação por parte dos Ministros presentes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, na verdade, fico aquém dos 5 minutos que V. Ex^a prodigaliza nesta tarde.

Quero dizer que, na minha cabeça, é preciso que haja um diálogo em sintonia fina com as indústrias eletrointensivas. Disse muito bem o Ministro Delfim Netto: “Nada que leve à quebra de contratos”, mas que leve a um acordo com perdas aceitáveis pelas partes envolvidas no contexto das ideias, entre o Governo e as próprias indústrias, de modo a se poupar substancialmente energia a partir desse acordo, onde se gasta bastante intensivamente esse fator fundamental para a economia.

Outro dado é louvar a maturidade da reunião. Esse tema é tão importante que, imagino, vamos discutir-lo por dez anos seguidos, porque, de repente, acordamos para a importância que este deve ter na agenda do desenvolvimento brasileiro e as questões adjetivas ficaram para trás. Ouvi manifestações serenas de todas as partes. O povo já passou para o Congresso que quer – já dizia alguém nesta Casa que o Congresso sempre acaba fazendo o que o povo quer – que se discuta com maturidade, sem eleitoralismo, que se discuta com uma preocupação muito clara de se fazerem todos os inventários de culpa, de Cabral para cá, mas com a preocupação de se lançar um olhar estratégico sobre as soluções. O Brasil, desta vez, tem que encontrar a melhor formulação estratégica para a questão da energia, o que, de fato, a meu ver, não impedirá o crescimento econômico este ano, não impedirá a meu ver – e faço aqui uma ousada colocação – um crescimento acima do razoável. Ainda assim não otimizaremos o crescimento econômico de um ano excepcionalmente bom, precisamente porque encontramos esse gargalo emergencial da energia.

Discordando de alguns companheiros que merecem todo o meu apreço, o meu carinho, quero dizer que uma das preocupações que tenho é que não se aproveite este momento para desqualificar o exitoso programa brasileiro de desestatizações. Seria o mesmo que cobrar, na mão inversa, o endeusamento ao êxito retumbante do programa de telecomunicações, a democratização do acesso aos telefones celulares e à telefonia fixa para amplas camadas de brasileiros.

Outra falácia que se tem colocado, e sobre essa tenho muito pouco a perguntar em vista das coisas que foram explicadas, é se dizer que a preocupação com a estabilidade fiscal, como se fosse algo supérfluo, como se fosse o brinco da mulher, e não a parte mais essencial da vestimenta, teria sido a vilã do episódio em tela. E digo mais: hoje, na minha convicção, as empresas estatais deveriam trabalhar como catalisadoras de investimentos de parcerias, mas não sei

se o mais correto para o País é investirmos e injetarmos recursos nas empresas estatais, até porque a minha cabeça firmemente é no sentido da privatização dos serviços de geração.

Quando se diz que fracassou a privatização, pergunto: que privatização fracassou? O fracasso se deve ao fato de não se ter feito mais privatizações, porque 80% da geração permanece em mãos estatais; apenas 20% estão em mãos privadas. As distribuidoras têm uma capacidade de geração de energia de até 30% pelo contrato. Na minha cabeça, sem estabilidade fiscal teriaamos todas as crises, não só esta. Na minha cabeça, vamos ter que, mais cedo ou mais tarde, quanto mais cedo melhor, privatizar os serviços sim, para que investimentos fartos venham e possamos dotar a economia brasileira desse fator essencial para que se possa pensar em sustentar a sério o crescimento econômico.

Alguém diz assim: “A opção era privatizar, mas não privatizaram”. Não. A opção era o Estado, que se esgotou enquanto modelo, que faliu, que terminou nos anos 80 mostrando toda a cara da sua falência econômica, social, moral inclusive, e que foi substituído por uma proposta muito clara e consistente que, a meu ver, rendeu frutos imensos em diversos setores da economia. Se não rendeu todos os frutos agora, preocupo-me mais saber que no tempo de governo que resta ao Presidente Fernando Henrique Sua Excelência faça o melhor. No tempo que vai ter de governo quem venha a sucedê-lo que faça o melhor, mas o fato é que maduramente energia está na nossa agenda.

Tive o cuidado de levantar os discursos que se fizeram na Câmara, de 1994 para cá. Foram poucos. Por incrível que pareça, a Câmara foi mais farta na produção de discursos a partir de 2001, precisamente depois da casa estar arruinada.

Em 1999, e por quê em 1999? Por que dava para serem construídas de 1999 para cá todas as termelétricas necessárias para não estarmos discutindo isto aqui, hoje. Nem sei se não é bom estarmos aqui discutindo se olharmos do ponto de vista de futuro a longo prazo do País.

Houve apenas um pronunciamento em 1999, e não foi de alerta a crise alguma, foi um pronunciamento de um deputado do meu Partido, Deputado Domiciano Cabral, da Paraíba, com enorme amor pela sua terra, tratando de assunto de sua terra, portanto não estava para valer na agenda do Brasil.

Só pedidos de impeachment do Presidente por razões fúteis já vi mais de mil. Já vi chegam aqui um milhão de assinaturas pedindo não sei o quê, mas

não era investimento em energia. Estava em segundo plano a idéia de se discutir a fundo, como agora estamos a fazer, a questão energética. Por isso louvo o fato de aqui estarmos com o Governo presente e determos ouvido técnicos de fora, acadêmicos. Estamos aqui a cumprir com aquela que é a exigência mais sensata que se faz aos homens públicos brasileiros, até porque o povo está mostrando toda a sua sentatez ao colaborar com a questão emergencial. Estamos aqui a discutir a projeção para o futuro—fazendo todos os inventários do passado—do que queremos como modelo energético para sustentar o crescimento econômico de um País que tem tudo para crescer muito e brilhantemente, ao longo das próximas décadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO FERRO—Eu gostaria de dizer ao Líder do Governo que uma das funções básicas do Governo é antecipar crise, planejar. S. Ex^a está dizendo que isso só entrou na agenda porque a crise chegou.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar)—Permita-me V. Ex^a agora. Combinamos que ouviríamos seis Parlamentares e passaríamos a palavra aos Ministros.

Passo a palavra ao Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE—Na realidade, responderei a cada Parlamentar, procurarei ser o mais breve possível e deixar uma parte para ser respondida pelo Ministro Pedro Parente, como já combinamos.

Com relação às palavras do Deputado José Carlos Aleluia, eu gostaria de fazer duas observações. Em primeiro lugar, em relação à questão dos investimentos das estatais. Na verdade, as estatais não estão proibidas de investir, apenas têm que solicitar a autorização ao CND—Conselho Nacional de Desestatização e essas orientações serão concedidas. A idéia principal do investimento das estatais é que elas complementem os investimentos privados, de acordo com a formatação do modelo energético, entrem em sociedade com empresas privadas, para alavancar seus recursos. Em algumas questões, quando não há interesse privado ou há uma prioridade maior do que os outros investimentos, ela poderá entrar sozinha e realizar o investimento. Então, ela poderá atuar das três formas: sozinha, realizando investimentos, em sociedade com empresas privadas ou poderá entrar em complementação de uma empresa privada para sair posteriormente.

Em relação à Angra III e à Hidrelétrica de Belo Monte, não falei sobre isso porque são medidas que estarão no Plano Decenal. Angra III já tem diversos

relatórios dos Ministérios. Como todos sabem, uma planta de energia nuclear é uma questão bastante polêmica pela questão ambiental e pelos custos—é uma usina cara—além de diversas outras questões que traremos aqui quando da discussão do Plano Decenal. A usina de Belo Monte também será incluída no Plano Decenal. Para os que não sabem, trata-se de uma imensa usina de 11 mil megawatts de potência instalada, quase do tamanho de Itaipu. Será a maior hidrelétrica brasileira e poderá ser realizada no rio Xingu, com a vantagem de que o novo projeto elaborado para ela tem um lago pequeno, o que faz com seus efeitos ambientais sejam bastante pequenos em relação ao que poderia ser, pelo seu tamanho.

Em relação ao Senador Alberto Silva, na realidade, aguardaremos sua sugestão.

Em relação ao Deputado Marcos Cintra, sobre a questão dos efeitos econômicos da crise, temos uma equipe formada pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, que no dia 30 de junho, após o primeiro mês do racionamento que atingiu os setores empresariais, elaborará um relatório específico para acompanhamento de cada item do ponto de vista do emprego e do crescimento econômico, das exportações, da inflação.

Em relação à questão da mídia externa, como V. Ex^a me falou logo no início do processo, levei ao Dr. Euclides Scalco, eles estão analisando e, inclusive, ontem, por coincidência, cobri dele e cobrei novamente para que possamos criar uma situação diferenciada, para que eles possam continuar funcionando e economizando energia, como aliás eles mesmos propuseram: diminuir o horário de funcionamento e a luminosidade.

Em relação ao feriadão, é uma sugestão de que o Ministro Pedro Parente falará, que está sendo analisada. O feriadão pode entrar como uma complementação, porque se ele entrasse sozinho, não seria um feriadão, seria um “semanão”, pois o nível de corte é muito alto para que se fosse feito somente com o feriadão. Em alguns casos ele poderá ser utilizado. Seria bem melhor do que o chamado apagão, disso não tenho dúvida.

Na verdade, houve uma idéia de priorizar o setor rural, por isso tem o menor corte, e tanto eu quanto o Ministro Pedro Parente estamos sabendo sobre a questão do rio São Francisco, principalmente na área de gotejamento, e evidentemente estamos dispostos a verificar porque, sem dúvida, é um consumo pequeno em relação ao total. Há também a idéia de que todos participem. Vamos verificar uma forma que resol-

va os problemas, quem sabe, aumentando o residencial, ou coisas assim. O uso do linhão de Tucuruí, a idéia é para que este ano use os 1000Mw o período inteiro, mesmo que tenha que cortar no Norte.

A questão da energia eólica, na verdade, estamos analisando. Existe a questão do projeto de aleluia, eu também tenho um projeto, você tem outro e a idéia é que no caso específico do Nordeste pelo fato de termos praticamente utilizado todo o recurso hídrico disponível, toda a hidroeletricidade, temos pouco gás por enquanto, porque não há grandes descobertas de gás para gerar energia. O gás na geração de energia é muito dispendioso, não é como o uso normal. Em Pernambuco, usam-se atualmente 700 milhões de m³ por dia de gás. Se construirmos uma termoeletrica que está sendo projetada, a Termopernambuco, só para essa termoeletrica de 500Mw vai-se com seu 2 milhões de m³ de gás por dia. Quer dizer, são ordens de grandeza diferentes; o uso industrial, o uso comercial e o uso para gerar energia.

Quanto à questão do modelo energético, no plano decenal que se está elaborando vai-se discutir o modelo energético. Agora, esse modelo energético é de tal importância que terá uma discussão política que será realizado na eleição, no novo Governo.

Em relação ao Deputado Anibal Gomes, na realidade há três aspectos: a relação de fornecimento de PPAs. Atualmente a Eletrobrás fornece PPAs através de um programa exatamente para as PCHs, porque são PPAs de valor menor. Um PPA é um contrato de compra de fornecimento de energia por 15 a 20 anos. É uma questão que tem de ser olhada com muito cuidado, porque vai comprometer o futuro muito longínquo. Então, vamos definir uma política específica para fornecimento de PPAs pelas estatais que leve em conta a necessidade da implantação, mas também um cuidado para comprometer o futuro da empresa.

Em relação à questão das garantias do BNDES, estamos equacionando esse problema, porque há duas questões: a garantia depois da obra construída, pode ser pela energia elétrica, mas durante a construção da obra terá alguma garantia adicional. Só para exemplificar, posso receber o dinheiro e não fazer a obra. Então, a energia não garante nada. Estamos tentando uma fórmula que durante esse período possa se garantir, sem que isso fique muito burocratizado, principalmente para as PCHs.

Essa questão de usinas reconcondicionadas também é uma questão um pouco polêmica e tem-se que examinar caso a caso, porque os prazos de implanta-

ção das usinas não são tão curtos como parecem. Em Manaus, durante muito tempo, tentou-se implantar usinas. Diziam que demoraria quatro meses para a implantação, e quando vemos demora um ano ou dois, e por isto temos que examinar caso a caso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece os esclarecimentos dos ilustre Ministro José Jorge.

O SR. – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. – Dei entrada ao requerimento de convite para o Governador Olívio Dutra, Jaime Lerner e Itamar Franco, que são três Governadores que estão com uma situação particular em relação ao racionamento. O Governador Itamar Franco anunciou que não iria respeitar o programa de racionamento do Governo. Não sei se isso é verdade, ou qual a outra alternativa. O Governador do Rio Grande do Sul teve uma série de iniciativas nessa área, assim como o Governador Jaime Lerner. Parece que houve um pacto dos Governadores do sul do País para tratar diferentemente.

Encaminho esse requerimento e eu gostaria de pedir apoio para ouvirmos essas autoridades.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a pode entrar com o requerimento que será levado à pauta da próxima reunião.

Concedo a palavra ao eminente Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE – O Ministro José Jorge já abordou vários dos pontos mencionados. Há um ponto que considero importante comentar e que foi abordado algumas vezes – depois eu verificaria se restou alguma questão dos Srs. Parlamentares a que o Ministro José Jorge não tenha respondido –, que é a explicação de por que razão chegamos onde chegamos.

O Senhor Presidente considera essa uma questão que merece ser aprofundada. Essa análise é necessária, porque certamente as conclusões não podem advir de uma única causa, de uma causa simples. São causas que se somaram, são causas complexas.

Ouvi alguns comentários aqui, por exemplo, mencionando os investimentos de empresas estatais. O Ministro José Jorge já mencionou essa questão; o Deputado Arthur Virgílio falou do modelo. Todas seriam conclusões precipitadas que precisam, de fato, de uma análise mais aprofundada. O Senhor Presidente

nomeou uma comissão, presidida pelo Dr. Jerson Kelman, o Diretor-Geral da Agência Nacional de Águas, que tem representantes de fora do Governo, para fazer essa avaliação. Tenho certeza de que os resultados, uma vez concluídos, serão trazidos a esta comissão para esclarecimento.

Por que digo que essa questão é extremamente complexa e merece essa análise aprofundada? Hoje mesmo, o Dr. Kelman me passou uma análise dos volumes das águas dos afluentes de Sobradinho que é extremamente interessante. Ela não considera só o ano, ela considera um período de quatro anos. Portanto, não é uma análise anual, é uma análise multianual.

Esse gráfico mostra que, em relação à média, a linha azul, tomando o pior quadriênio anterior ao atual, a linha verde, e tomando o atual quadriênio, 1998 a 2001, mesmo quando se considera, no caso de Sobradinho, uma afluência de quatro anos, o que estamos vendo é a pior afluência que se observa em toda a série.

Essa não é uma questão da qual pode decorrer uma conclusão simples e imediata. Precisa-se de uma discussão aprofundada. Penso que essa comissão vai ter a condição de aprofundar essa discussão, assim como o Presidente da República, por meio daquela comissão, também terá condições de oferecer essas informações.

Um outro detalhe: a diferença entre essas duas curvas, ou seja, a pior curva anterior e a atual, segundo me disse o Dr. Kelman, corresponde ao volume do lago de Sobradinho. Isso é só para dar a idéia de que há uma questão muito importante que precisa ser analisada.

Daí não se poder concluir que é um problema, que ou é o problema do modelo ou é o problema do investimento das empresas estatais. Penso que todas essas questões têm de ser analisadas. O importante é que os investimentos não aconteceram. Explicar por que não aconteceram, como disse o Deputado José Carlos Aleluia, é importante para que possamos evitar esse problema no futuro.

Há uma outra informação também com relação aos investimentos das empresas estatais. Quando se compara a demanda das empresas estatais nos anos de 1998, 1999, 2000 e 2001 com aquilo que foi aprovado pela área econômica, não se notam diferenças relevantes, assim como também foi esclarecido pelo Ministro José Jorge, que não é impedimento. Elas podem solicitar investimento ao CND.

Então, considero essa discussão extremamente importante porque não poderíamos tirar como conclusão imediata e direta: primeiro, que é o problema do plano econômico, que trouxe inúmeros outros benefícios; segundo, que é o modelo que está errado, porque ele não foi implementado totalmente. Não se pode, portanto, dizer que o modelo está errado porque não houve a implementação total; e a privatização, porque, como já foi mencionado, há outros setores em que ela trouxe enormes resultados para a população, entre os quais o setor de telecomunicações.

Esse foi um ponto levantado por alguns Parlamentares, Deputado José Carlos Aleluia, Deputado Marcos Cintra, confirmando o tema que o Ministro José Jorge disse, que vamos estar permanentemente avaliando os impactos do corte na economia, para, se for o caso, adotar medidas compensatórias.

Quanto à questão da irrigação, o Ministro José Jorge já a havia levado e vamos analisar. Longe de nós qualquer idéia de sepultar a irrigação. Sabemos que na área, é a única atividade econômica possível e empresarial rentável. Não há, portanto, de nossa parte nenhum interesse nesse sentido. Pelo contrário, dentro da linha de minimizar os impactos vamos trabalhar essa questão também.

A sugestão de que os municípios que estão em calamidade sejam isentados vamos analisar.

Quanto à sugestão de que as áreas rurais dos municípios pudessem não estar sujeitas ao corte, vamos analisar.

Outro tema colocado, o Deputado Arthur Virgílio colocou, e o Sr. Clementino Coelho mencionou, quanto aos eletrointensivos, a indústria de alumínio, preservando inteiramente os contratos, quero dizer que nós estamos conversando com a indústria. O problema básico é que se fizermos isso, o objetivo não é fazer essa energia retornar, digamos, sob forma de consumo, e sim preservar essa energia sob a forma de água nos reservatórios. Isso significa que o Governo tem de comprar, tem de haver recursos. Mas essa é uma alternativa que entendemos que deve ser considerada e vamos fazê-lo, ou seja, uma negociação com o setor, respeitando os contratos, mas com o objetivo de reduzir o consumo desse setor nesse período como forma de aumentar as nossas chances de passar por esse período do sem o apagão.

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a apresentação do Ministro Pedro Parente.

Vamos começar a última série. Temos como primeiro orador inscrito o Deputado Juquinha.

O SR. JUQUINHA – Sr. Presidente, eu começaria falando de um jogador de futebol do Goiânia Esporte Clube, de Goiás, que consta do nosso folclore que, certa vez, chegando ao aeroporto, tomou um táxi e ao chegar a sua residência o táxi metro acusava R\$40,00 e ele só tinha R\$20,00. Ele, então, disse, que o motorista tinha de fazer uma marcha à ré de R\$20,00, para que pudessem resolver a situação, porque ele só tinha aquele valor.

É isso o que estamos passando no momento, em nosso País. Na verdade, temos de fazer um corte de 20%, que está bem conduzido pelo Ministro Pedro Parente. Eu nunca vi a população entender dessa forma – a mídia também foi muito importante. Há uma compreensão geral nesse sentido, os consumidores residenciais fizeram o “dever de casa”, de modo que seria possível evitar cortes industriais e mesmo comerciais. Acredito que até o final do ano, deveremos vencer essas dificuldades.

Do outro lado, o Ministro José Jorge disse que precisamos, do lado da oferta, de mais 20 mil megawatts em um curto espaço de tempo. Assim, precisamos cortar 20% e acrescentar 20 mil megawatts.

Rapidamente, eu gostaria de acrescentar sugestões que estão ocorrendo no momento. Eu pedi um levantamento da Aneel com relação às licitações ocorridas nos últimos anos, e constatei que existem quase 5 mil megawatts já licitados através deleilão. E deles, pouca coisa saiu do papel. Creio que está sendo feita somente a usina de Cana Brava; mais nenhuma usina está sendo feita. Dos cinco mil megawatts, é preciso sair do papel e passar para a realidade.

A Lei nº 8.666 tem brechas para que algumas empresas participem da licitação da Aneel. Essas empresas têm demonstrado que não possuem recursos para dar em garantia ao BNDES ou a outras fontes para executar o empreendimento.

É importante que acompanhem o que está acontecendo no momento. São cerca de cinco mil megawatts, entre os vinte que foram delimitados pelo Ministro. Uns alegam a questão do meio ambiente – por sinal, hoje é o Dia do Meio Ambiente –; outros, a questão de licença ambiental. Isso também deve ser analisado com muito carinho. Acredito que, na questão ambiental, as próprias estatais, que até hoje comandaram o sistema – 80% ainda são das estatais –, têm que ter mais cuidado com as nascentes dos rios. Nunca tivemos preocupação com as nascentes dos

rios e nem com seus leitos. Essa seria uma observação com relação ao Dia do Meio Ambiente.

Quanto relação ao Ministro Pedro Parente, gostaria de pedir a S. Ex^a que acompanhasse as perdas na distribuição do setor elétrico, que, hoje, estão na ordem de 14% a 15%. As perdas técnicas, que são permitidas, ficam na ordem dos 7%. Haveria uma forma de trabalhar a questão das perdas sem onerar os consumidores.

Há as perdas técnicas, por efeito joule, ou nos equipamentos da distribuição ou até mesmo da transmissão. Nas outras, é possível fazer muita correção ao longo do tempo.

No caso da iluminação pública, existe o Reluz. É um programa do Governo ao qual deve ser dada continuidade. Na verdade, muita coisa pode ser feita, inclusive com recursos das prefeituras.

Todos sabem que hoje a tarifa residencial é muito alta. O setor residencial está pagando por tudo. É preciso haver um equilíbrio entre o setor residencial, o industrial e o comercial. É preciso estudar muito bem o assunto e, depois, trazê-lo para o Congresso aprovar.

Dentro do que é de nossa responsabilidade, Sr. Ministro, existe o Projeto nº 2.905, que o Governo mandou e cujo Relator é o Deputado Aleluia. Na verdade, esse projeto dá alguns poderes à Eletrobrás e é de muita importância para o momento. Naturalmente, é preciso haver a compreensão dos Deputados e Senadores, no sentido de aprovar esse projeto o mais rápido possível.

Existem outros projetos em andamento. Há um projeto que passa o PCH de 30 para 50 megawatts. Isso daria uma maior velocidade nas contratações da Aneel. Até 30 megawatts, faz-se sem licitação. Na Europa e nos Estados Unidos, o limite é de 50 megawatts. Não estaríamos inventando. Deixaríamos o tamanho do lago, que hoje é da ordem de 3 km² ou 5 km², para ser definido de forma ambiental e financeira. Deixaremos que o próprio projeto defina o tamanho do lago, naturalmente com discussões que envolvam toda a população.

Existe também o projeto da iluminação pública. Falo da PEC nº 222, que está em andamento. É necessário que haja atenção do Governo para aprová-la o mais rápido possível, pois essa proposta vai resolver a questão da inadimplência do setor elétrico, tendo em vista que as prefeituras municipais, hoje, têm a obrigação de cuidar da iluminação pública, mas não têm fonte de recursos.

Existem inúmeros outros projetos por meio dos quais poderemos colaborar com o Governo durante este momento difícil por que está passando, fazendo com que a operacionalização possa ocorrer de uma forma mais rápida.

Tenho dito na Comissão de Minas e Energia, da qual faço parte, que de mos um cho que mui to grande no setor elétrico. Na verdade, as ações, Ministro, estão muito devagar, mesmo no momento. A ação da Câmara de Gestão foi rápida, mas as providências que o Governo precisa tomar para construir esse 20 mil mega estão muito morosa. Existe muita burocracia, existem muitas providências a serem tomadas.

Eram essas as minhas considerações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece ao Deputado Juquinha e passa a palavra ao nobre Deputado Salatiel Carvalho.

O SR. SALATIEL CARVALHO – Sr. Presidente, rapidamente eu gostaria de colocar algumas perguntas, mas não poderia deixar de fazer só uma reparação ao Líder do Governo, que falou sobre os alertas que foram levantados na Casa.

Quero lembrar-lhe que em 1999, quando houve aquele famoso apagão que foi originado, segundo as autoridades do Ministério das Minas e Energia, por um acidente na subestação de Baur e houve um efeito cascata que se propagou por todo o Sudeste.

Então, naquela época já era uma sinalização de que o sistema operava realmente em um regime de alto risco. E nós fizemos aqui um grande seminário com a participação de cinco comissões permanentes da Casa, com a presença do Ministro Tourinho, do Operador Nacional do Sistema, da Aneel, enfim, e houve realmente alertas significativos já naquela audiência pública da Câmara em abril de 1999.

No ano passado, quando presidia Comissão de Defesa do Consumidor e o Deputado Fleury Filho presidiu a Comissão de Minas e Energia, fizemos um seminário intitulado “O Colapso Energético”, há mais de um ano.

Agora, rapidamente, só fazendo três colocações do seminário, diz o Professor Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro: “O risco de déficit aumenta. Notamos que os reservatórios estão vazios e que o causou isso? A falta de investimento”. O Professor diz ainda: “Temos que investir o máximo que pudermos no setor elétrico para que este País não entre em uma situação crítica de falta de energia elétrica, prejudicando o desenvolvimento e setores sociais.” Isso dito há mais de um ano.

Não quero defender o Governo, mas vejam o que disse o representante do Operador Nacional do Sistema presente neste seminário, um dos diretores do ONS: “Abordando o tema desse seminário “O Colapso Energético”, podemos dizer que não há colapso energético no Brasil, particularmente no setor elétrico. Não enxergamos colapso de energia no setor elétrico.” Isso dito pelo Dr. Carlos Ribeiro, Diretor de Operador Nacional do Sistema, no mesmo seminário.

Portanto, enquanto os representantes do meio acadêmico e científico já tinham pleno conhecimento de que essa crise se avizinhava, o Operador Nacional dá realmente uma versão que não é a verdade, e nós estamos agora comprovando que não é a verdade dos fatos.

Sr. Presidente, preocupa-me bastante a curva que foi mostrada da evolução da crise dos reservatórios do Nordeste, de que, por volta de novembro, estaremos apenas com 4,3%, o que é realmente um margem extremamente perigosa, e temo inclusive pelo apagão descontrolado, porque entraremos numa fase muito mais complexa, que é o apagão absolutamente descontrolado e regiões inteiras saírem completamente fora do ar.

Eu acho que temos que ter ações rápidas. O Ministro Pedro Parente já disse aqui que o Governo está se preparando para o apagão. Acho que ele é inevitável no Nordeste. E quero deixar a primeira pergunta para o Ministro Pedro Parente sobre a viabilidade de se manter ou aumentar o índice de racionamento no Nordeste, os 20%. Com a apresentação desta curva não seria muito seguro se manter hoje o nível de 20% para a Região Nordeste.

Agora, Ministro, estamos dentro da crise e temos que procurar a saída mais rápida. Não vejo a saída mais rápida do que incentivar de forma intensa. Além do racionamento, temos que aumentar rapidamente a oferta de energia e não vejo outra solução que não o incentivo maciço, absolutamente prioritário ao programa de co-geração. Na Holanda em outros países da Europa, nos últimos anos, quase que 20% a 30% da demanda foi suprida somente com a co-geração. E nós podemos utilizar o bagaço de cana no Nordeste, o próprio gás natural.

Deixo também uma pergunta: a questão cambial do gás vai valer para a co-geração? Sei que foi resolvido – parece-me que saiu a portaria ontem para as usinas termelétricas –, mas quero saber se a Petrobras também vai manter a tarifa congelada por um ano para o gás que foi usado na co-geração? E ela tem uma importância muito grande, porque serve tan-

to para indústria como para os serviços, shopping centers, hospitais e por aí afora.

Faço um apelo dentro da margem de flexibilidade com que a Câmara está operando: temos, no Rio Grande do Norte, a reservada Guamaré, que é a reserva de gás que atende a todo o Nordeste e vai até a Bahia, através do gasoduto Nordesteão. Então, pelo menos em princípio, enquanto a Petrobras não tiver condições de ter uma co-geração ou geração própria para manter a reservada Guamaré em funcionamento, os compressores em funcionamento, não pode haver redução de energia, porque vamos ter uma outra crise violentíssima.

Tivemos, recentemente, uma reunião com empresários de Pernambuco que estão interessadíssimos na disseminação da co-geração. Mas se não tiver o gás natural vindo de Guamaré, teremos uma crise muito maior. Então, poder-se-ia tomar uma medida, enquanto não houver co-geração e geração própria em Guamaré, para que não haja corte no fornecimento de energia para a reserva de Guamaré no Rio Grande do Norte.

Outra pergunta que quero fazer, inclusive ainda dentro da co-geração: a Eletrobrás comprometer-se-ia a ter o PPA para o excedente da co-geração no caso de usinas térmicas movidas a gás, já que é permitido para pequenas centrais hidrelétricas?

Outro aspecto, Ministro, acho que o Deputado Juquinha, que é o homem do setor, tem absoluta razão quando fala na questão emergencial. Vou dar um exemplo, que é o caso do Nordeste e do Nordeste também. Em Recife e em Salvador, temos que fazer, urgentemente, a repotencialização de uma usina térmica e temos que providenciar rapidamente uma usina para Maceió também. Em Furnas, há a repotencialização de São Gonçalo, de Campos, de Santa Cruz, e isso vai representar um incremento significativo de megawatts no sistema.

Já se conhece a seriedade do setor elétrico ao qual pertencemos, a tradição de seriedade do setor elétrico. E, nós, o Congresso, quando abrimos o mercado de petróleo, concedemos um processo mais simplificado de licitação a Petrobras. Ora, nessa crise, que eu acho que é a crise mais grave que estamos tendo desde a II Guerra Mundial, tem que haver, de imediato, uma simplificação no processo licitatório de Furnas, de Chesf, de Eletronorte, da Eletrobrás, da Anel, porque se formos nos submeter a licitações que demorarão sessenta, noventa dias, no caso as internacionais até mais do que isso, neste caso, que rolar o exemplo daquele gerador que veio da Ucrânia, que

é um dos males, das consequências graves da lei de licitação, e, infelizmente, agora, estamos perdendo quase mil megawatts...

Creio que é uma hora de guerra em que se deve, realmente, fazer prevalecer esse sentido de emergência, essas repotencializações. Por exemplo, a linha de transmissão que liga Serra da Mesa a Salvador é uma obra da maior urgência, razão pela qual deve ser feita nesse critério de emergência. Penso que é absolutamente prioritário disponibilizarmos rapidamente a oferta de energia.

Com relação à questão de segurança pública, à questão de iluminação, o que está se fazendo hoje é simplesmente arrancar as lâmpadas de dois ou três postes, seqüenciando a iluminação. E as cidades ficando na penumbra. Mas temos a solução do vapor de sódio mais o redutor que mantém o mesmo nível de iluminação. Portanto garante-se a segurança do cidadão, que é um problema seriíssimo. Utilizando conjuntamente a lâmpada do vapor de sódio mais o redutor, temos 80% a 85% de energia, sem precisar deixar as cidades na penumbra.

Basicamente eram essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Temos agora, em seguida, a Senadora Heloísa Helena, depois o Senador Carlos Patrocínio, o Senador Paulo Hartung, o Senador Sebastião Rocha.

Com a palavra, a eminente Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e convidados, primeiro, temos a obrigação de deixar registrado, até em função, especialmente, da fala do Líder do Governo, Deputado Artur Virgílio, que não aceitamos essa socialização de responsabilidade, essa conversa que de Cabral para cá todo mundo tem responsabilidade. Essa falácia não cabe na Oposição e para muitos Parlamentares. Mesmo Parlamentares pertencentes a Partidos da base de sustentação do Governo já vinham alertando para o risco. Essa afirmação também não cabe para a sociedade como ente abstrato. Portanto, temendose certo. Não é o ET de Varjinha, nem nenhum disco voador. A responsabilidade pela irresponsabilidade que estamos vivenciando é do Governo Federal.

Inclusive, o Partido dos Trabalhadores entregará ao Senador Paulo Souto, como Relator, e ao Presidente da Comissão, algumas propostas a curto, médio e longo prazos para enfrentar a crise energética. Deixamos registrada a necessidade de modificação dos marcos legais para o setor. Muitos dos proble-

mas, inclusive das agências reguladoras, são de responsabilidade do Governo. Desde 1999, brigamos na Casa sobre a questão da verdadeira promiscuidade montada entre o público e o privado na definição dos recursos humanos das agências reguladoras. Por isso, temos de discutir os marcos legais em relação ao setor, que é de responsabilidade do Governo.

Quero fazer três perguntas extremamente objetivas. Como estamos discutindo a LDO, e vamos discutir o Orçamento também, que ro saber quanto o Governo está disponibilizando para as chamadas obras de expansão da capacidade de geração de energia. Essa conversa é muito antiga. Essa conversa de investimento em outros componentes de matriz energética – energia eólica, biomassa, termelétrica – é muito velha e vários Parlamentares daqui já vêm discutindo isso há muito tempo, e o Governo Federal não fez nada em relação ao investimento em outros componentes de matriz energética.

Então, quero saber, objetivamente e agora, quanto o Governo Federal, com ou sem acordo com o FMI, vai disponibilizar na LDO para as obras de expansão da capacidade de geração de energia. Agora, enquanto sobra o tempo de Governo do Presidente Fernando Henrique, o que será disponibilizado objetivamente?

Outro assunto que vários Parlamentares comentaram a partir da fala do Deputado Fernando Gabeira. Quero saber se é medida provisória, se é pacto, se é acordo e qual é o prazo para discussão com o setor de eletrointensivos. Quando isso será efetivamente viabilizado, até porque ninguém precisa explicar aqui quanto se exporta de energia em barras e qual é o preço. Há muito mais facilidades do que a lavadeira do interior do Estado, que paga, no mínimo, US\$90 por megawatt, enquanto eles pagam apenas US\$12 megawatt/hora. Isso tem que ser discutido agora, porque, já que se está penalizando a sociedade, se vai penalizar a lavadeira que passará a ferro no interior de Alagoas, quero saber agora qual é o prazo que os senhores estão estabelecendo para enfrentar esse problema grave da queles que pagam pouco e dinamizam pouco a economia local. Quero saber o que o Governo fará para preservar os postos de trabalho. Se há caos, crise, se a responsabilidade é do Governo, a resposta tem de ser muito objetiva para a pergunta de qual é a cota de sacrifício que esse setor vai dar.

Enquanto nordestino, considero que os nordestinos não têm de aceitar cota de sacrifício nenhuma. O Nordeste, especialmente, vem discutindo ao longo dos anos a questão do uso múltiplo e conflitante das

águas. Sei que esse não é um problema só do Nordeste, mas essa região tem uma situação muito mais especial, extremamente especial. Há quanto tempo estamos discutindo a necessidade de investimento em outros componentes de matriz energética? Os senhores é que não fizeram absolutamente nada. Inclusive, sempre tivemos problemas do ponto de vista tributário, em que o Nordeste sempre foi penalizado. Em relação aos tributos, não ficava nada para o Nordeste do ICMS em função da geração de energia. Então, o Nordeste não pode ser penalizado, não tem condição nenhuma de ser penalizado. Então, o que vai ser feito em relação à proteção de parques produtivos do Nordeste, em relação àquilo que dinamiza a economia local, gera emprego e renda e produz alimento? É um problema do Governo. O Nordeste não pode ser penalizado mais do que já foi. O que o Governo vai disponibilizar agora de linhas de crédito subsidiadas em relação aos geradores? O que vai ser feito? Quando vai sair a medida provisória em relação a alíquotas de importação? Vai haver um tabelamento em relação aos geradores, que certamente estão sendo presos para inflacionar o preço? Por que existem setores essenciais, como a educação e a saúde, que não podem esperar. Não existe seletividade em relação a um tronco de diminuição de demanda de energia nas áreas de saúde e de educação. O mínimo para o setor saúde, o mínimo, o básico, o simplório, o medíocre do setor saúde, na porta de entrada do sistema, que é um postinho de saúde, é a vacinação. Vacinação não existe sem refrigeração. No Brasil, um País de dimensões continentais, não existe possibilidade de organizar um serviço de saúde sem estabelecer gerador para a casa maternal, para a unidade mista, para a unidade intermediária. Então, quando vai sair a disponibilização de linhas de crédito subsidiadas? Na área de educação, do mesmo jeito, não tem como compatibilizar. À noite, o trabalhador precisa ir para a escola. Não tem sala de aula, não têm recursos humanos disponíveis. Efetivamente, o que vai ser disponibilizado em relação a linhas de crédito subsidiadas para aquisição de geradores nas áreas de educação e saúde e em alguns setores produtivos, alguns parques produtivos que vão precisar disso e não podem – não é só a fruticultura, é a bacia leiteira. Nenhum setor produtivo pode dar mais quota de sacrifício do que já foi dado.

São três perguntas extremamente objetivas. Quanto o Governo vai disponibilizar para obras de expansão da capacidade da geração de energia? Qual é o prazo do Governo. Se é medida provisória, o que

vai ser feito em relação ao setor eletrointensivo? E, diretamente relacionada às linhas de crédito, a questão dos geradores e da operacionalidade em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece à participação da Senadora Heloísa Helena e passa a palavra ao eminente Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Parlamentares, já que se trata de uma reunião conjunta com a Comissão de Infra-estrutura do Senado Federal, gostaria de pedir a V. Ex^a, Sr. Presidente, caso não haja manifestação em contrário, que sobrestasse um requerimento que fiz de convite semanal ao Ministro José Jorge para que comparecesse à Comissão de Infra-estrutura para prestar esclarecimentos. Como está em curso esta Comissão Especial Mista, torna-se desnecessário tal convite.

Sr. Presidente, das crises também se pode tirar algum proveito, e tenho certeza absoluta e convicção inabalável de que esta crise, até certo ponto, será benéfica para o Brasil. Acredito que vão ser incorporados alguns megawatts a mais e que ninguém nunca pensou sobre, o Governo nunca pensou, o Ministro José Jorge nunca pensou. O povo brasileiro vai começar a devolver para o Governo aquela energia que lhe era destinada. Isso agora, evidentemente durante a vigência da crise, e, posteriormente, o Brasil vai se acostumar com isso.

Lembro-me, Sr. Presidente, quando era criança ainda e, posteriormente, jovem, de que minha mãe e meu pai andavam atrás de mim, dizendo: “Apaga essa luz, menino; você não está usando”. Sou oriundo de uma família de doze filhos. Posteriormente, fui estudar em Belo Horizonte e morei algum tempo na casa da minha tia – ela tinha treze filhos –, e a gente ouvia sempre essa mesma cantoria. Tem que apagar a luz, tem que apagar os aparelhos quando não estão utilizando. Não tenho visto isso nas casas de hoje em dia; parece que relaxamos um pouco, e todo mundo está consumindo em excesso. Portanto, gostaria de frisar que acredito que vamos tirar proveito desta crise, nós vamos tirar proveito dessa crise. O pessoal vai economizar energia mais do que o Governo espera e, posteriormente, quem sabe, durante uma geração, haveremos de estar sempre economizando energia cada vez mais, porque sabemos que isso é necessário – e todos sabemos que o Brasil é o País do desperdício.

Não tenho mais perguntas a fazer, porque elas já foram esgotadas. Gostaria só de entender uma

questão. Alguns defensores do Governo dizem que foi investido muito recurso na geração de energia, no setor energético nacional, tanto é que existe, hoje, instalada uma capacidade de oferta de 75 mil megawatts. No momento de pico, do pico máximo de gasto de energia do Brasil, não se gasta mais de cerca de 55 mil megawatts. Então, querem provar que não se trata de falta de investimento, porque há, quem sabe, energia de sobra. Não entendi essa matemática.

Gostaria de perguntar qual que será a relação ideal de megawatts para que a pessoa possa consumir “x” megawatts. Isso foi parte de um discurso que fiz no plenário e também parte do pronunciamento do eminente Senador Geraldo Melo.

O pessoal do Governo diz que muito foi investido nesse setor e que hoje a oferta é de 75 mil megawatts de energia para o povo brasileiro – e no pico máximo de consumo não se gasta mais do que 55 mil megawatts.

Sinceramente, gostaria de entender essa matemática.

Somos do PFL e somos favoráveis à privatização.

Sr. Presidente, há tramitando, no âmbito do Congresso Nacional, alguns projetos de lei. Tenho conhecimento de um, do Senador Roberto Freire, que retira o setor energético do Programa Nacional de Privatização. Não seria tão radical, mas, na minha opinião, não deveríamos privatizar as hidroelétricas feitas e acabadas. No máximo, devíamos abrir concessão para que o capital nacional ou internacional investisse na geração de energia. Isso é o que penso.

O Congresso Nacional tem que se debruçar sobre essas questões, porque é muito fácil receber uma hidroelétrica já pronta, faltando apenas um pouco numa linha de transmissão. Dessa forma estamos facilitando demais.

Essa foi uma das causas da crise energética no nosso País.

Eram os comentários que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do eminente Senador Carlos Patrocínio.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, Sr. Presidente da Comissão Mista, Sr. Relator, Srs. Ministros, Sr^{as} e Srs. Senadores e Srs. Deputados, neste momento está havendo duas reuniões importantes sobre

o mesmo tema: esta reunião, na qual tive a oportunidade de ouvir as exposições iniciais, e uma audiência pública que está ocorrendo na Comissão de Assuntos Econômicos, tratando justamente desse projeto de autoria do Senador Roberto Freire.

Lá estão presentes o empresário Antônio Ermírio de Moraes e também o Secretário do Ministério, Dr. Afonso Henriques, numa excelente discussão da qual tive oportunidade de participar, que está tratando justamente de uma questão que vai fazer parte da minha pergunta.

O Senador Roberto Freire não está, com esse projeto, proibindo a presença do capital privado no setor elétrico, seja ele nacional ou estrangeiro; nada disso, como alguns divulgaram. S. Ex^a está retirando do Plano Nacional de Desestatização, as geradoras existentes construídas com recursos públicos, e a rede de transmissão que me parece até o governo tem hoje uma avaliação de que não deve ser privatizada. Então, é um debate importante e em cima dele quero fazer a minha única pergunta para não ser repetitivo.

Temos uma crise hoje no mercado atacadista de energia, que me parece ter começado com o episódio de Angra II e se aprofundou agora, quando a demanda está superior à oferta. Gostaria de perguntar aos dois ministros o que o Governo está pensando em fazer com o mercado atacadista de energia, emergencialmente, nesse momento de crise aguda que estamos vivendo? E o que o Governo está pensando em fazer em termos de modelagem do setor?

Quando ouvi as duas exposições achei que faltou um elo do processo. O nosso colega Ministro José Jorge tratou da emergência no que tange à geração e transmissão, mas não nos deu muitos detalhes embora tenha prometido mandar o plano detalhado; e o Ministro Pedro Parente tratou especificamente da emergência do consumo residencial, industrial e assim por diante. Dois planos emergenciais evidentemente precisam ser aperfeiçoados. Os ministros demonstraram consciência, o próprio Governo já recuou de muita coisa que propôs, mas acredito que falta um elo, que acredito seja o futuro. O que o Governo está pensando? Quer dizer, o Governo montou um modelo que deu errado, na minha opinião. Nós vamos criar uma nova modelagem para o setor, rediscutindo-o, repensando em termos de futuro ou vamos tratar só da urgência, da emergência e da conjuntura presente?

Não sei se o Governo delegou essa tarefa para um outro ministro, para um outro membro da equipe que está tratando do assunto... mas gostaria de colocar que a Aneel saiu muito fragilizada desse proces-

so, e não enxergar isso é tentar tapar o sol com a peneira – o que não é o caso –, porque precisamos resolver o problema. E toda a estrutura montada e pensada pelo Governo em termos de regulação do setor tem sido muito discutida, até a questão do mercado atacadista que coloquei. Então, como se pensa essa questão para um ponto futuro para não vivermos esse mesmo problema em 2002? E parece-me que vamos vivê-lo parcialmente em 2002, mas que o cidadão, nós e o setor produtivo nacional não tenhamos esse mesmo constrangimento em 2003, em 2004, em 2005, no futuro.

Basicamente, Sr. Presidente, é essa a indagação que ofereço aos dois ministros.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do Senador Paulo Hartung e passa a palavra ao nobre Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, tenho a mesma convicção daqueles que entendem que o modelo de privatização do setor elétrico está sendo equivocada. Primeiramente provocou uma estagnação nos investimentos do setor público e não ampliou os investimentos no setor privado, porque ao promover a privatização as empresas, que assumiram 20% do setor, se preocuparam primeiro em colocar em funcionamento, em adequar o setor adquirido e não fazer novos investimentos.

A pergunta que faço objetivamente é se o Governo mantém a sua programação de privatizações? Isso do ponto de vista estrutural, porque uma coisa é discutir a situação conjuntural... então, quais as medidas adotadas? E nesse âmbito, entendendo que o Ministro Pedro Parente, provavelmente por esquecimento, deixou de responder uma das perguntas do Deputado Fernando Ferro quanto à importação de geradores nesse episódio da crise, enquanto medida conjuntural.

Do ponto de vista conjuntural, o Governo está fazendo o que pode e tem novas sugestões como as apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores e muitas outras. Acredito que o Governo deva fazer todo o possível no sentido de realizar novos investimentos no setor e acelerar a construção de novas hidrelétricas. Já foi citada aqui Belomonte, tem a questão do Linhação de Guri, na Região Amazônica.

Se o Governo pretende manter a mesma política prevista de privatização do setor, sobretudo quanto a hidrelétricas. Tenho uma posição muito firme contra a privatização das hidrelétricas, tendo em vista que a maioria dos países desenvolvidos não optaram

por privatizar suas hidrelétricas, sobretudo as existentes.

la re petir a pergunta da Senadora Heloísa Helena, mas como ele colocou do ponto de vista orçamentário, eu diria que se pensarmos do ponto de vista orçamentário – o que o Governo vai fazer em termos de investimentos – começará em 2002.

Queria que os Ministros pudessem definir quais são, de fato, as metas do Governo, do ponto de vista a curto prazo mas que vão resultar, se não numa solução imediata mas pelo menos numa prevenção da crise para o ano que vem.

Gostaria também de sugerir a inclusão do nome do Governador Almir Gabriel, do Pará no requerimento que me parece já foi apresentado pelo Deputado Fernando Ferro. A Amazônia não deve ir ao freressa crise, participar dela; o Norte do Brasil é auto-suficiente em produção de energia. Nós já pagamos acima do que devíamos, em função de que a margem esquerda do Rio Amazonas, por exemplo, não possui energia elétrica de boa qualidade e de nível estável. A Amazônia já está sendo penalizada porque possui um grande potencial que está sendo desenvolvido a partir sobretudo de Tucuruí. No entanto, grande parte da população da Amazônia, uma parte significativa da população da Amazônia, não está sendo beneficiada pela energia de Tucuruí. Ainda a Amazônia corre o risco de sofrer parte dessa crise.

O meu Estado não está envolvido nisso, o Amapá não está interligado ao sistema Sul, Sudeste e Nordeste, não está vivendo este momento, passamos por essa crise. Como foi possível solucionar a crise no Amapá, claro que com investimentos muito menores, mas até num prazo razoável? Medidas emergenciais foram adotadas, aquisição de geradores até utilizados em outros Estados, como Camaçari, por exemplo, a Bahia, nos cedeu, temporariamente, e estão lá até hoje alguns geradores de Camaçari.

O Brasil precisa tomar providências imediatas, não sou da base governista, Ministro Pedro Parente, principalmente mas, se fosse, estaria preocupado com o ano de 2002. A pergunta que deixo é se o Governo vai se submeter ao apagão eleitoral também porque, mantido o apagão energético no ano que vem, não há dúvida nenhuma de que o apagão eleitoral também é inevitável.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do Senador Sebastião Rocha.

É Relator da Comissão Mista Especial, o eminente Senador Paulo Souto. Temos apenas 3 Sena-

dores inscritos para terminar a reunião ou antes, naturalmente, passando a palavra aos conferencistas, ilustres Ministros. São o Relator, Senador Paulo Souto, o eminente Deputado Luciano Zica e o eminente Deputado João Caldas.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, propositadamente, deixei que os membros da Comissão ocupassem o tempo, fizessem as perguntas porque sei, como Relator, vou ter muito tempo e vou ter muito trabalho durante esta Comissão, e gostaria de ter uma visão bastante ampla da opinião de todos os membros da Comissão.

Hoje vou ser extremamente rápido só para algumas coisas que me parecem que são importantes neste momento.

Primeiro, quero dizer que fiquei muito alegre por essa providência acabando aquela sobretaxa. Creio que ia ser terrível, mesmo para uma pequena parte da população, ter consciência de que fez economia, consumiu menos e que, no fim do mês, ia pagar mais pela energia elétrica. Então, por mais boa intenção que houvesse nessa medida – e o Ministro Pedro Parente falou aqui qual era essa intenção de que os que consomem mais e possam pagar não tivessem a grandeza de fazer essa economia – mas, de qualquer sorte, isso iria causar um certo desconforto para o programa.

Eu acho que nós não podemos, entretanto, agora, dizer: abrir a guarda. Eu acho que, neste momento, mais do que nunca, quando houve essa demonstração de inteligência, de boa vontade, de bom senso do Governo, mais do que nunca, nós temos que nos dirigir a esses que consomem mais, dizendo que essa atitude foi tomada, mas é preciso que eles continuem, principalmente os maiores consumidores residenciais, que eles sintam que há necessidade de continuar fazendo economia.

Mas eu tinha uma dúvida quanto a isso, que é a seguinte: aquele que não cumprir a quota, o valor da sobretaxa e apenas sobre quota que não cumpriu, ou vai continuar valendo aquela escadinha de 200 a 500, de 500 ou mais e 1.000. Essa é a dúvida que eu fiquei de como isso, efetivamente, vai ser feito inclusive para que as pessoas fiquem absolutamente conscientes do que é que vai acontecer.

Eu fiquei surpreso, por exemplo, numa reunião de condomínio com todas as pessoas, razoavelmente, muito bem informadas, e ainda havia muito dúvida antes dessas medidas de como seria realmente a questão da sobretaxa. De qualquer sorte, eu acho

que as medidas são boas para evitar aquilo que eu falei: o sujeito faz o sacrifício e, no fim do mês, ele consome menos quilowatt e vai pagar mais real, o que evidentemente não seria uma medida de racionamento, seria uma medida de aumento de tarifa.

A outra pergunta, também, é na linha de uma certa preocupação que eu fiquei aqui. E, agora, basicamente, com a questão da chamada aumento de oferta no período de energia. Nós estamos numa fase de transição, sabemos o que é isso, não é fácil. Não quero discutir mérito, embora tenha posição firmada sobre isso. Um País sofrer esse nível de transformação, por exemplo, com relação à telefonia, à produção de energia elétrica, etc. Quer dizer, muda-se completamente o modelo. Eu acho, por exemplo, que é muito interessante uma fase de transição.

Mas, basicamente, o que eu queria saber é o seguinte: nesse programa de emergência, estão efetivamente, mais ou menos, dentro da linha que foi feita os investimentos que couberem às empresas estatais estão definitivamente garantidos? E, ainda mais do que isso, se falharem os outros investimentos, aqueles que se espera do setor privado, o que é que o Governo pretende fazer?

Porque eu acho que, neste momento, Ministro, mesmo que isso, eventualmente, venha a contrariar um certo modelo que o Governo está estabelecendo, nós não podemos, dentro dessa fase de emergência, ficar sujeitos a uma nova eventualidade do que nós estamos sofrendo neste momento. Então, isso não significa que o Governo vai mudar sua posição. Significa apenas que o Governo vai agir de tal forma que nós não estejamos, daqui a um ano, dois anos, o tempo que for, eventualmente, sujeitos à contingência que estamos sujeitos hoje.

Eu acho que eram basicamente essas duas perguntas.

E eu tenho certeza de que nós vamos ter muito tempo, daqui para a frente, para cuidar dessas questões que são extremamente importantes. Por isso, eu preferi – hoje, ouvi bastante – ter uma visão bastante ampla do pensamento de todos os membros que fazem parte desta reunião, que foi extremamente proveitosa.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Muito obrigado, Senador Paulo Souto.

Concedo a palavra, agora, ao nobre Deputado Luciano Zica.

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores e Deputados, Srs. Ministro, eu espe-

rei até agora com o firme propósito de apresentar algumas propostas com vistas à solução do problema.

Mas não quero deixar de fazer algumas considerações sobre falas que aqui ouvi. Entre elas – e a primeira – do Deputado Arthur Virgílio, Líder do Governo, que diz ter desconhecimento, ter lido os pronunciamentos feitos na Câmara dos Deputados, nós últimos seis anos, e não ter encontrado referências a esse problema. Eu vou enviar a S. Ex^a uma série desses pronunciamentos, inclusive, alguns feitos por ocasião da aprovação atropelada da Lei que criou a Agência Nacional de Energia Elétrica, que foi debatida por exatos quinze minutos no plenário da Câmara dos Deputados, sem ter passado por Comissões e criou algumas distorções inaceitáveis. Nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, apresentamos um substitutivo, resultado de três meses de trabalho em torno da questão, que sequer foi considerado. No nosso substitutivo encontra-se uma solução a diversos dos problemas aqui gerados por falha da Agência Nacional de Energia Elétrica.

O segundo ponto da fala do Deputado Arthur Virgílio, que eu quero ressaltar, é a questão doutrinária que S. Ex^a aqui trouxe, ao defender insistentemente a privatização da geração.

Considero que o exemplo dessa crise nos acende, nos ilumina para a necessidade de termos um setor público de geração de energia, principalmente hidráulica, indispensável, e demonstra a importância desse setor, o que não quer dizer, por exemplo, que não devamos receber investimentos para a geração de energia nova. É uma outra questão.

Penso que o Governo tem que ter a grandeza de fazer essa reflexão, compreender e fazer uma inflexão no seu projeto de privatização e de desmonte do controle público desse setor.

Com relação à fala do Deputado Juquinha, meu colega de Comissão de Minas e Energia, de que a população está entendendo e aceitando, queria dizer que a população está tendo o comportamento de um cidadão que anda pela rua e recebe um seqüestrador, pensando que se trata de um seqüestro relâmpago, mas sem saber que o seqüestro é de longo prazo, de pelo menos três anos, e com um revólver na sua cabeça lhe entrega o cartão de crédito, a senha e segura a família seqüestrada em sua casa, no escuro, à espera que ele volte e lhe devolva a situação.

O comportamento da população é este, de compreensão, porque não tem alternativa.

Quero dizer também que a parcela de consumidores abaixo de 200 quilowatts/hora/mês não têm

como cortar os 20%. Tem uma televisão, um rádio-relógio despertador, para levantar para trabalhar, um chuveiro e meia dúzia de lâmpadas. Não tem como economizar. Acho cruel esse tratamento.

Quanto às medidas adotadas pelo Ministério, tenho me pronunciado em abundância na Câmara dos Deputados acerca desses problemas na Comissão, frente ao Ministro José Jorge, e queria elencar aqui algumas questões que me preocupam. Primeiro, a tolerância, revelada pelo Ministro Pedro Parente, em relação aos eletrointensivos. Vai dialogar com eles e buscar uma redução.

Penso que seria perfeitamente possível....exatamente, a manutenção do contrato. Os únicos que cumpriram o contrato nessa história foi a população, que está sendo punida por excesso de pagamento, como diz o José Simão. Os que romperam o contrato foram o Governo e as concessionárias, que estão sendo premiadas com sobretaxas, com aumento de tarifas extraordinário e com taxa de religação, inclusive, da conta de luz cortada, enquanto vai se conversar com o setor dos eletrointensivos, que poderia perfeitamente, de acordo com propostas que apresentamos, adiar a exportação de energia nas barras de alumínio. Estamos exportando energia: 80% da produção do alumínio, por exemplo, é para exportação a US\$12,50, enquanto o consumidor paga US\$100 na ponta da linha.

Então, temos que ter capacidade de chamar esse setor e dizer: vocês vão adiar a produção, vamos negociar com o Governo, que vai fazer uma série de propostas e vamos tabelar a energia, acabar com o mercado atacadista. Vamos tabelar, para evitar a especulação. Essa energia não é deles, embora possa ter sido constituída eventualmente com investimentos deles, é uma energia que pertence ao País. Portanto, não deve ter um prêmio de comprar energia subsidiada e vender no atacado, no preço do mercado, na contingência em que estamos. Essa é uma questão.

Agora, preocupa-me, além das medidas de curto prazo – a Senadora Heloisa Helena, minha Líder apresentou à Comissão um conjunto de documentos, uma proposta elaborada por nós, do Partido dos Trabalhadores.

(Fora do microfone)

Apresentamos um conjunto de propostas. Mas além delas queria acrescentar algumas questões, com a preocupação em relação ao médio prazo. Vejo a crise como uma crise que, infelizmente, durará mui-

to tempo e que demandará de todos nós que militamos no setor uma ação responsável, sincera, o que acho o Governo não está sendo se aspec to com a população, no sentido de buscar soluções. A curto prazo, acho que o Governo demorou a tomar medidas, tomou medidas inseguras, ineficientes, vacilantes e gera na população, hoje, muita desconfiança e muita insatisfação.

Eu tenho um exemplo: a questão das lâmpadas incandescentes. O Governo permitiu um acordo, em 1996, com os fabricantes de lâmpadas, reduzindo de 127 para 120 volts as lâmpadas, com uma rede de 127. Isso deu um prejuízo de energia de dois anos que poderia ter melhorado o nosso sofrimento. Eu fui autor de um projeto de lei que provocou o restabelecimento dos 127 volts, embora a vida útil das lâmpadas tenha continuado menor em 25%, em razão do acordo feito pelo Governo.

Com relação às medidas de longo prazo, para mim elas passam, necessariamente, pela retomada dos investimentos das empresas públicas, pela ruptura do compromisso assumido com o FMI, que esta belece a crueldade do lucro, ou seja, as empresas entram com receita da União e de pois, na hora do investimento, entram como despesa e está proibido. É preciso que tenhamos capacidade de investimento nesse setor e que haja revisão dessa política.

Segundo, precisamos de um programa estratégico para aproveitar o potencial já mapeado de energia hidrelétrica. Nós temos 100 mil megawatts, já devidamente mapeados e disponíveis e precisamos retomar os investimentos nesse sentido, a longo prazo.

A médio prazo, eu queria fazer um alerta que já fiz ao Ministro José Jorge. Participei, ontem, em Piracicaba, de uma audiência pública para a instalação da Usina Termelétrica de Carioba II. Nós temos, além do custo dos componentes, além do custo do gás, que a sociedade vai pagar por intermédio da Petrobras – eu estou defendendo, na PEC 277, a rediscussão disso, a criação de uma conta que distribua para toda a sociedade, para os consumidores de energia e de combustíveis em geral essa conta, incluindo o gás – uma outra preocupação fundamental. Os investidores que hoje se programam para construir as usinas termelétricas – majoritariamente, são propostas da Petrobras cerca de doze delas, pelo que sei, e ou tras duas com abundantes recursos do BNDES – insistem em construí-las nas regiões metropolitanas, onde não há disponibilidade de água. Provavelmente, essa condição – e ouvi isso ontem, na audiência de Americana – vai retardar substancialmente o processo, em função do

abastecimento nos grandes centros, inclusive São Paulo, que pega água da bacia do Piracicaba, do sistema Cantareira. Assim, o Governo teria que tomar uma decisão política.

Eu já sugeri ao Ministro José Jorge, e S. Ex^a manifestou-se favoravelmente a ela na Comissão de Minas e Energia da Câmara, to mar a de ci são de de termin ar aos investidores um redirecionamento desse investimento, sob pena de ele não acontecer e não termos uma solução de médio prazo.

Qual seria essa solução, Ministro José Jorge e Ministro Pedro Parente? Primeiro, a questão da água. A Usina Carioba II – eu participei do debate, ontem, em Americana – enfrenta, hoje, profunda rejeição da sociedade da região, porque a bacia do rio Piracicaba passou do momento crítico de disponibilidade de água. Nós, hoje, estamos com previsão de falta de água potável na região, inclusive na Grande São Paulo, brevemente. Ela demanda uma vazão de água de 1430 m³ por hora, não disponíveis no rio Piracicaba. As outras que se pretende construir nessas regiões enfrentam o mesmo problema. O empreendedor está fazendo propaganda, dizendo que vai pegar o esgoto tratado de Americana e não conta como água da bacia. Isso é uma hipocrisia extraordinária, pois o Governo está comprando o esgoto tratado para reinjetá-lo nas bacias. O rio Piracicaba é um rio de esgoto. O que o empreendedor está fazendo é pegar a melhor parte da água do rio Piracicaba, que é o esgoto tratado de Americana, e evaporá-lo na geração de energia. – 80% evaporam.

Quero apresentar uma proposta concreta ao Governo, para que ele tome amanhã uma medida que solucione esse problema: determinar, de pronto, a construção dessas usinas termelétricas no eixo do gasoduto Bolívia/Brasil, na região noroeste do Estado de São Paulo, onde temos um sistema hídrico extraordinário dos rios Tietê, Paraná, Feio, Douro e diversos rios com uma abundância hídrica extraordinária. Temos o gás do gasoduto que passa na que la re gi o e temos redes de transmissão suficientes. Não temos a outra ponta, o berro do boi, onde os frigoríficos costumam querer ganhar e que os empreendedores querem, que é o mercado para o vapor, mas que  também um ponto positivo. Na medida em que se instalar na que la re gi o esse pão ge ra dor de en er gi a ter meltrica estaremos atraindo investidores industriais para descentralizar o desenvolvimento, ajudar a resolver os problemas urbanos dos grandes centros metropolitanos e, além de tudo, com um outro componente importante ao le va re sse in ve sti men to para aque la re

gio, que é o fato de termos, l, condições de resolver o problema atmosférico, através do reflorestamento ou mesmo da utilização dos canais para a absoro dos gases emanados da queima. Então, é uma solução fácil, ágil, que não vai enfrentar os problemas, pelo contrário, vai ser bem recebida pela sociedade e não vai causar os problemas que ela está ameaçando causar naquela região de Campinas, São Paulo. Não cabe geração termelétrica na bacia do rio Piracicaba, a não ser pe qu en as solues. Solução para 1.200 megawatts  inaceitável naquela bacia. O comitê de bacia não aceita. Todos os estudos científicos demonstram que não há disponibilidade hídrica naquela região.

Para concluir, Presidente José de Alencar, não podia deixar de manifestar minha contribuição, que  séria, e o Governo, infelizmente, te i ma em não ouvir.

Espero que o Governo acolha essa, como as outras sugestões que apresentamos via Senadora Helsa Helena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece ao Deputado Luciano Zica.

Passo a palavra, para não perder tempo, ao eminente Deputado João Caldas.

O SR. JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, eu gostaria de começar citando o ilustre mineiro Celso Brandt, que sonhava com a mobilização nacional. Fui Deputado Estadual pelo PMN e Deputado Federal pelo PMN, em Alagoas, com 70.000 votos, e o Dr. Celso sonhava com esse povo-cido. E vemos, hoje, nessa crise, esse povo-cido, que está se mobilizando, dando exemplos de cidadania e fazendo o povo pensar em tudo. Essa, talvez, seja a saída do Brasil em outros aspectos. Mas, como ele citava como exemplo o Betinho, que fez a grande mobilização nacional de combate à fome e  miséria, criando aqueles comits no Brasil inteiro, onde ele conseguiu mobilizar a sociedade, que hoje tem internet, que evoluiu, que tem TV abertas, TV Câmara, TV Senado, fax, celular e outros recursos, esse povo está se mobilizando e vamos, com certeza, não a médio prazo, mas a longo prazo, porque as pessoas falam em termelétrica como se tivesse na prateleira, no shopping center pronto da ser usada. Para se ter um exemplo, para fazer duas ou três turbinas precisamos de 1 ano, dependendo da capacidade delas. Ministro Pedro Parente, há um ano e meio, fiz parte do Conselho do Ciman como representante da Câmara dos Deputados juntamente com o Senador Jonas Pinheiro. A Lei não 9.478, de 1997, dispõe sobre a política energética e

existe um conselho. Procurei, na época, o Ministro Tourinho, procurei o Ministro Pratini. Os Ministros, parece-me, são nove a fazerem parte desse conselho e o Presidente da ANP, o David Zilbersztajn, mas esse conselho, que discute a política energética do País se reuniu três vezes apenas. Fiz vários pronunciamentos, enviei faxes, inclusive ao Ministro Pedro Parente, inclusive tinha um trabalho na Comissão de Indústria e Comércio, onde fizemos uma subcomissão especial de combustíveis renováveis a partir da biomassa, preocupados com a crise no Oriente, com a alta do dólar, com a falta de petróleo, energia de fósseis, achando uma saída, e sugerimos, Sr. Ministro, a criação de uma Agência Nacional de Combustíveis Renováveis.

Temos um grande potencial: da cana-de-açúcar, do milho, da beterraba, do babaçu, para fazer motores estacionários, a partir das oleaginosas que temos, a exemplo da carrapateira, da mamona. Tentei de todas as formas, mesmo que alguém queira avisar alguma coisa a esse Governo não consegue. Pode berrar na Câmara o dia todo. É mais fácil encontrar o Pedro Simon no céu e resolver com ele o problema da chuva do que chegar ao Governo – é muito complicado.

Não quero delongar, vamos ficar nesta Comissão, vamos colaborar com o Governo para pegar as idéias brilhantes desses Deputados, fazê-las exequíveis, sem sectarismo, sem demagogia, só com o propósito de resolver, minimizar o sofrimento do povo.

Queria fazer uma pergunta aos Ministros Pedro Parente e José Jorge. Como fica o Programa Luz no Campo? Queria que depois o Ministro respondesse. Programa importante, vital para a região rural, principalmente no Nordeste, onde há mais densidade rural do País, como fica esse programa?

A idéia de um feriado nacional na segunda-feira ou na sexta-feira – só não pode ser feito na quarta-feira porque não haverá ninguém em Brasília. Esse feriado podemos vê-lo com outro enfoque, como uma oportunidade para o turismo rural, para o turismo ecológico, para a interiorização do turismo, para gerar empregos, gerar renda e fazer o turismo interno, dentro de uma proposta, lógico, de turismo, com uma subcomissão do turismo na Câmara, com a Comissão de Indústria e Comércio. Essa será uma saída. Se tivermos que fazer esse feriado é preciso haver uma saída, para equilibrar a balança, PIB, porque tínhamos outras fontes. Que na crise encontremos um caminho, até que o brasileiro consiga conhecer o próprio Brasil.

Esse o adendo que eu gostaria de fazer. Gostaria de falar da termelétrica, que o nosso companheiro

Salatiel se referiu. Temos a maior planta de gás ou a segunda. Alguém diz que é a primeira, outros dizem que é a segunda em Alagoas. Temos um gasoduto que leva o gás para Sergipe e o outro Marco Maciel levou para Pernambuco, lá para o Pólo de Suape, lá para a terra de Salatiel.

Queremos gerar energia, a partir do gás, da termelétrica, e aproveitar o nosso gás, mas fica a preocupação do preço do gás, conta, paridade com dólar, coisas que vamos discutir nesta Comissão.

Eu sugeriria ao Ministro que as multas, os investimentos, que o Governo fizesse uma espécie de kit, para atender às comunidades pobres, às pessoas pobres. O pobre não pode mais trocar uma lâmpada, porque aumentou o preço para 27,28,29 reais. Se ele trocar três bicos de luz, fica sem o salário mínimo dele. Então, esse kit atenderia as associações comunitárias, as vilas, os povoados, as maternidades desses locais, os postos de saúde, as escolas comunitárias, com o quê? Com um kit de gerador, para trabalhar com a ajuda de subsidiar, por exemplo, o diesel, o gás, fazer alguma coisa no sentido de o Governo olhar que temos milhões de pessoas na linha de pobreza e, com certeza, não vão poder se proteger do apagão, se houver, porque os ricos vão tomar suas providências, vão comprar seus geradores, vão ter todos os recursos possíveis e imaginários.

Não quero prolongar mais, Sr. Ministro, até porque já ouvi tantos pronunciamentos e eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Agradeço ao Deputado João Caldas, último orador inscrito. Quero cumprimentá-lo pela citação do nosso Professor Celso Brandt, que realmente é uma figura admirável.

Passo a palavra ao eminente Senador Inácio Arruda, aliás, Deputado.

O SR. INÁCIO ARRUDA – Na próxima eleição, vou me arvorar a disputar essa posição no Estado do Ceará. Por enquanto, Sr. Presidente, ainda estou na qualidade de Deputado Federal.

Cumprimento V. Ex^a, o Deputado Antônio Cambraia, o Senador Paulo Souto, Srs. Ministros. Não quero mais entrar na discussão doutrinária e ideológica posta aqui pelo Deputado Arthur Virgílio, porque, desse ponto de vista, podemos usar a assertiva dos que planejaram a economia dos últimos anos de que o que valem são os resultados. E, do ponto de vista concreto, temos um fracasso dos resultados. Não há mais o que discutir, pelo menos do ponto de vista energético do nosso País.

Levanto duas preocupações para o Governo. Uma é o problema dos trabalhadores. Estamos assistindo a isso e pode mostrar duas conotações. A primeira é que vai haver desemprego em função da contenção mesmo das empresas; quer dizer, estou contido no meu investimento e não posso continuar com esse conjunto de trabalhadores, tendo, então, que demitir. E outra, a oportunidade de demitir frente à necessidade da economia de energia. Então, levanto a idéia, para que o Governo a analise, de nós examinarmos, durante esse período de racionamento, o problema da estabilidade dos trabalhadores no emprego; se vamos ter um desemprego em massa, além da escuridão, das trevas, vamos ter também um caos no setor ligado aos trabalhadores, um desespero ainda maior. Então, é uma questão a ser examinada.

O segundo, levantado pelo Senador Paulo Hartung, é que fizemos uma pequena emenda, que temos apresentado sucessivamente às medidas provisórias. Como elas têm-se sucedido, temos tido que também fazer a mesma coisa com a nossa emenda, considerando que não há por que manter as atividades do MAE durante o racionamento; teríamos de suspender suas atividades, porque o MAE, em última instância, pode transformar-se num mercado especulativo brutal, inadmissível, inaceitável; teríamos de suspender, assim, a sua atuação nesse período. Quer dizer, o MAE já existe, uma lei instituiu o Mercado Atacadista de Energia, mas estamos numa situação efetivamente de emergência; portanto, não cabe especular com um insumo que está faltando. Teríamos de suspender essa atividade; é algo que temos proposto sucessivamente à medida provisória e, evidente, que seria alvissareiro se o próprio Governo concordasse quanto a questão. Desse modo, não teríamos grandes dificuldades de o Relator acatar e votar isso imediatamente, resolvendo o problema.

Um terceiro aspecto está ligado ao que levantou a Senadora Heloísa Helena: o problema dos investimentos. Estamos falando aqui em termelétrica, parque energético no seu conjunto, em que se incluem a geração hidrelétrica, termelétrica, eólica, o babaçu, a carrapateira e outras alternativas. Essas alternativas são letivas se não constam da LDO, do Orçamento da União e se não houver suplementação orçamentária agora. Para outras questões, quando há interesse concreto e emergencial do Governo, suplementa-se. Então, o Governo teria, a rigor, que mandar uma suplementação para o Ministério das Minas e Energia para garantir tudo isso que estamos falando aqui e muito mais coisas que o Governo tem falado –

aqui também se fala muita coisa, a lista está grande, com certeza, nas mãos de V. Ex^a. Para garantir que as básicas sejam atendidas, o Governo precisa suplementar o Orçamento deste Ministério; do contrário, não há como tratar de absolutamente de nenhuma atividade de geração no médio, por que, na emergência, é isto mesmo, sem outra alternativa: vamos racionar o máximo que pudermos. Ainda mais nós do Nordeste, que vamos nos submeter a um racionamento que pode superar os 20%, quer dizer, uma situação muito mais difícil a nossa, que exige, portanto, o chamado para a suplementação e também a garantia de que mesmo com esses problemas todos que levantou o Deputado Zica, em relação ao suprimento de água para a geração nas termos, que é um problema concreto nosso, no Nordeste tivemos a possibilidade também, está lá o gás, agora para ter as termelétricas precisaríamos ter água. Ao final, quem sabe, precisaríamos de um outro Ministério na Mesa para propormos já de imediato também a transposição do Tocantins para o São Francisco, para resolvermos esse problema de água na geração de energia lá no Nordeste e conseguirmos realizar essas termos. Mas fico justamente aqui, porque não quero prolongar o debate doutrinário ideológico, porque os resultados são práticos, concretos e objetivos.

Então são questões que gostaria de levantar para examinarmos em relação ao problema da crise de energia que estamos vivendo em nosso país.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Muito bem, a Presidência agradece ao Deputado Inácio Arruda. Agora passo a palavra, para concluir, ao Senador, perdão, ao Ministro José Jorge e ao Ministro Pedro Parente.

O SR. – Como a renovação é de 2/3, o Senador José Alencar está considerando que vai ser ampla mesmo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O Senado ganharia dois grandes nomes. Antes, porém, quero perguntar ao eminente Presidente Antonio Cambraia, da Comissão Mista, se deseja fazer as suas considerações para os Ministros.

O SR. ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, apenas agradeço a presença do Ministro José Jorge, das Minas e Energia, e do Ministro Pedro Parente, Coordenador da Câmara de Gestão, agradecer aos Deputados e Senadores da Comissão Especial Mista, e informar que, na quinta-feira, às 9h30min, teremos uma reunião administrativa para análise de requerimentos que já chegaram à Comissão e também para

estabelecemos uma agenda de trabalhos para a nossa Comissão. Era só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra, então, o Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE – Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou, como das outras vezes, examinar as perguntas, responder algumas e deixarei outras para o Ministro Pedro Parente.

Em relação às perguntas do Deputado Juquinha, como é do setor, existem algumas perguntas, de certa maneira, técnicas aqui. A primeira, em relação a 5.000 megawatts que já foram licitados e ainda não foram realizados em termos de hidrelétricas. Estamos levantando esta questão e será abordada na atualização do Plano Decenal que estamos realizando. Não abordamos essas hidroelétricas no Plano Conjuntural, esse atual de que falei hoje, porque normalmente o prazo de construção dessas hidroelétricas não daria para entrar nesse prazo, são três, quatro, cinco anos no mínimo. E essas realmente ocorrem muitas vezes por falta de investimento ou por questão de meio ambiente, ou de garantias. São essas basicamente as três razões. Muitas vezes, como S. Ex^a disse, um grupo ganha, mas não tem os recursos; outras vezes não tem as garantias, e em terceiro, muitas vezes, naquele local, não consegue, como o Deputado Zica falou... Para a termo aconteça também para a hidro. A questão das perdas é também uma questão técnica que vamos mandar examinar.

A questão do Reluz, que é um programa importante na área da racionalização da demanda, vai ter continuidade. Existem alguns problemas em relação a distribuidoras que vamos procurar resolver para que possa caminhar mais rápido.

Em relação à Lei nº 20.905, estamos com esperança de que o Congresso aprove o mais rápido possível. Se não me engano, esta semana os líderes já deram prioridade. Não sei se o Deputado confirma. Mas a nossa idéia é que seja aprovada o mais rápido possível.

O aumento da PCH de 30 para 50 megawatts é uma questão técnica a discutir, porque, na verdade, vem a questão do PPA e das garantias do financiamento. No momento em que se aumenta o valor, aumentam-se também as condições de garantia, as dificuldades do PPA. Então tem que haver um equilíbrio entre, vamos supor, a facilidade e o valor do investimento, não se pode também... (Fora do microfone) Atualmente é até 30, S. Ex^a quer aumentar até 50. Essa é que é a idéia dele.

O SR. JUQUINHA – Sr. Ministro, posso falar um pouquinho? É que tem investidor sobrando para esse intervalo, entre o 30 e o 50. Esse modelo é usado pelos Estados Unidos, pela Europa inteira.

O SR. JOSÉ JORGE – Mas não está impedindo que ninguém faça uma hidrelétrica de 40, de 50. Ele apenas não é uma PCH e tem algumas dificuldades adicionais.

O SR. JUQUINHA – Pois é, mas aí vai dar uma mobilidade muito grande.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Perdão, Sr. Ministro, entendi a colocação posta pelo Deputado Juquinha, é que a PCH tem zero de outorga onerosa e a transmissão também é sem ônus até 30 megawatts. Então, se elevarmos até 50, isso ajuda na viabilização de usinas desse porte.

O SR. JOSÉ JORGE – Sem dúvida. Concorro que ajuda na viabilização. Mas a autorização da Aneel para um usina de 30 é mais simples, o meio ambiente é mais simples, o transporte do recurso é mais simples, o financiamento também é mais simples, a Eletrobrás fornece o PPA.

No momento em que eu elevar isso para 50, vai facilitar. Em compensação, é uma responsabilidade maior em relação ao tamanho, pois já é bem maior o de 50, mas vai ser analisado. E vamos levar em conta os seus argumentos.

O SR. JUQUINHA – Ministro, além disso, é entrar no lixo do ONS, no mercado atacadista de energia. Mudando o PCH de 30 para 50, já teríamos um potencial muito grande. Na verdade, estou querendo ajudar.

O SR. JOSÉ JORGE – Agilizar. A questão do Deputado Salatiel, na realidade, subdivide-se em três: em primeiro lugar, a questão do PPA para as térmicas. Na realidade, estamos preparando uma filosofia geral para o fornecimento de PPA pelas estatais, porque é a mesma coisa: tem o lado positivo e o lado negativo. O lado positivo é que você agiliza a construção pelo setor privado; o lado negativo é que você compromete o futuro quando concede um PPA por 15 anos, que é o prazo normal que se dá a um PPA. Então, tem que ter uma política de fornecimento desses PPAs.

A usina do Bongi já está em processo de restauração, e vai ser realocada. A questão da licitação é uma questão de muita responsabilidade para quem trabalha no Governo. E a licitação, na realidade, foi a melhor maneira encontrada para que o Governo possa comprar as coisas. A medida provisória confere poder ao comitê para, em alguns casos, dispensar li-

citação. Mas a nossa idéia é que isso seja feito com o maior comedimento possível, para evitar que possamos ter problemas no futuro. E isso também para linha de transmissão, para geração, etc.

Em relação à questão da Senadora Heloísa Helena e a LDO... Na questão do orçamento, eu talvez pudesse dar três informações: em primeiro lugar, a partir de reuniões que tivemos com a Relatora, Deputada Lúcia Vânia, vamos incluir algumas afirmações na LDO em relação à prioridade para o setor de energia, tanto no Orçamento quanto no BNDES. Os recursos propriamente ditos vêm no Orçamento. Mas também vamos pedir uma suplementação em relação ao Orçamento deste ano, para garantir esses investimentos que serão feitos pelas estatais, e vamos apresentar um orçamento específico para o ano que vem. Essas são as três coisas que serão feitas. Com relação aos valores, vou fornecê-los posteriormente, já que ainda não os fechamos.

Na verdade, há uma coisa que talvez fosse importante esclarecer: desses 20 mil megawatts que falei, boa parte dele está sendo feita através de empresas privadas. As termelétricas, mesmo as hidrelétricas, das 20 hidrelétricas que estão em construção, somente uma é puramente estatal, que é Tucuruí, que está sendo ampliada; com relação às demais, algumas têm participação estatal, mas muitas são de iniciativa privada. E as termelétricas também, a maioria tem participação da Petrobrás com a iniciativa privada. A maioria das termoeletricas tem participação da Petrobras com a iniciativa privada. Mas a idéia é que essas participações da Eletrobrás ou de outra estatal sejam ampliadas e apareçam nos orçamentos.

Em relação ao que disse o Senador Carlos Patrocínio, a diferença de ter o pique e não ter energia, comparativamente, é como ter um automóvel e não ter a gasolina. Na realidade, no nosso caso, temos máquinas que poderiam gerar mais energia, como estão gerando hoje, porém, como não temos água, não temos combustível, não podemos gerá-la. Portanto, não adianta nada, por exemplo, ter um Mercedes-Benz e não ter gasolina para andar nele. É melhor ter um fusquinha com gasolina.

Esta é a diferença: estamos girando com 60 mil megawatts, no Brasil todo – porque tem uma parte que está fora do sistema, tem máquina em manutenção –, e estamos com um consumo no pico de 51 mil megawatts. Quer dizer, há uma folga de 9 mil megawatts, o que é confortável, pois não há o risco de o sistema cair na hora do pico. Li, ontem, uma matéria que dizia que, em Nova Iorque, o problema de energia é

no pico. Eles têm 35 mil megawatts de giro e já têm um consumo de 33 mil megawatts, e o verão está chegando. Na realidade, o nosso problema é outro.

Peço desculpas pela questão do convite. Eu deveria ter vindo aqui há duas semanas, mas a data coincidiu com a reunião de que participei com o Presidente e não pude vir. Depois foi feita essa reunião conjunta, e eu agradeço a oportunidade de estar aqui.

Quanto à pergunta do Senador Paulo Hartung em relação ao MAE, há pouco tempo, a Aneel, que fiscaliza o MAE, fez uma intervenção no órgão. Ele está sendo reestudado, para que se verifique qual o seu papel. Em relação a esse modelo, o que acontece é que o sistema só tem três anos de funcionamento, portanto, praticamente, não foi implantado. Temos que ter um pouco de cuidado na análise do sistema, para verificarmos, a médio e a longo prazos, quais serão as mudanças que deverão ser feitas neles, sem que seja a nossa primeira opinião. Todo mundo tem uma opinião e, geralmente, a opinião de cada um é certa, mas, normalmente, a melhor opinião é a do conjunto das pessoas que discutem.

Acho que esta Comissão e outras que estão sendo criadas em nível técnico, certamente, opinarão, e nós, do Governo, ouviremos o que for mais importante, para fazermos as modificações que devem ser feitas.

Em relação à questão do Senador Sebastião Rocha, foram feitos alguns investimentos numa boa parcela do Norte, que tinha uma situação bem mais difícil. Hoje, o Norte tem uma situação melhor do que a restante do País, e isso é ótimo.

A pergunta do Senador Paulo Souto sobre o problema de emergência, eu deixo para o Ministro.

Na realidade, com relação ao problema de emergência, como eu disse, boa parte dos investimentos são do setor privado. Inclusive, na parte de hidrelétricas, só incluímos hidrelétricas já em construção; que são 20, porque as outras não alcançam o prazo de 2003. Em algumas delas, a Eletrobrás participa e poderá participar de outras para agilizar.

Em relação à questão do Deputado Luciano, nós já conversamos sobre isso quando estive na Câmara. Inclusive, já repassei essa informação para a Petrobras e vou passá-la novamente e vou cobrar sua resposta. Realmente, temos muita dificuldade com relação ao meio ambiente na localização dessas usinas em São Paulo. Uma delas, inclusive, vai ceder as turbinas para colocar na Usina de Santa Cruz. Lá se conseguiu autorização ambiental, mas o Ministério Público entrou na Justiça e cancelou a autorização.

Foi na de Cubatão. O Ministério Público cancelou , então, vai se fazer no Rio de Janeiro.

O SR. – Em Caioba, se for concedido, eu vou entrar na Justiça para embargar por conta da questão da água.

O SR. JOSÉ JORGE – Então, é melhor fazer em outro lugar.

O Deputado João Caldas, em relação ao Programa Luz no Campo, apesar de ser um programa de aumento de demanda, mas é um programa que consome muito pouca energia, voltado para a população rural, não demandará nenhuma solução de continuidade, continuará.

Em relação ao Deputado Inácio Arruda, sobre a questão da suplementação, enviaremos a suplementação e o orçamento do ano que vem, dentro desse plano emergencial que será feito, e a idéia do Governo, como o Ministro Pedro Parente poderá falar, é a de que todos esses recursos sejam disponibilizados.

Como foi minha última resposta, agradeço a atenção de todos, e peço desculpas aos Senadores que chamei de Deputado e aos Deputados que chamei de Senador, e ao Ministro, que chamei de Deputado.

O SR. PRESIDENTE (José de Alencar) – Agradecemos a participação do eminente Senador José Jorge, ilustre Ministro de Minas e Energia, e passamos agora a palavra ao eminente Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE – Obrigado, Sr. Presidente.

Indo também às questões, anotei aqui um item do Deputado Juquinha, que o Ministro José Jorge não respondeu. S. Ex.^a fez um comentário em relação ao fato de que as ações estão muito devagar, que a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica teria andado muito rápido, mas que isso não está chegando – digamos – aos escalões inferiores da estrutura.

Quero dizer que, nesse trabalho que o Ministro José Jorge está coordenando, identificaremos a ação, e acompanharemos todas, exatamente para evitar esse problema, e a medida provisória dá poderes para que a gente entre e inste a andar mais rápido, a superar obstáculos.

Há também a questão das concorrências que o Ministro José Jorge mencionou, quer dizer, a Câmara tem o poder de definir caráter de urgência a determinadas obras, mas, como S. Ex.^a mencionou, temos que fazer isso com muito cuidado.

Então, é um problema essa questão das ações, mas atuaremos objetivamente, olhando caso a caso para que possamos ter uma ação não de uma ordem geral, que às vezes não funciona, mas olhar o ponto específico, onde está segurando, para que possamos avançar nessa linha.

O Deputado Salatiel Carvalho mencionou a questão do apagão descontrolado. Acho que essa é a nossa obrigação, evitar esse apagão descontrolado de qualquer forma. Quero dizer que, com relação ao Nordeste, não esperamos chegar aos 4,7, quer dizer, como dissemos, vamos estar acompanhando para que possamos adotar outras medidas, se a tendência se manifestar. O que esperamos é que essa tendência não se manifeste nessa direção para que possamos continuar como o programa de racionamento, tal como definido.

Também quero dizer que, em relação ao Nordeste – vi outras preocupações –, nossa primeira opção não será aumentar o percentual do racionamento. Então, quero deixar claro isso, que tentaremos buscar outras alternativas antes de discutir essa possibilidade, mas vamos fazer, de qualquer forma, em discussão com os Governadores do Nordeste.

Quanto aos demais itens, já falamos da simplificação dos processos...

O SR. SALATIEL CARVALHO – Ministro Pedro Parente, creio que a parte mais importante da minha intervenção foi exatamente a co-geração, e V. Ex.^a não falou nada sobre co-geração.

O SR. PEDRO PARENTE – Mas, quanto à co-geração, eu poderia ao Ministro José Jorge que pudesse falar, porque a idéia é de que haverá um apoio maciço para o programa de co-geração – só para mencionar, porque S. Ex.^a deu uma saída –, dentro desse programa que S. Ex.^a vai encaminhar para esta Comissão. Ali S. Ex.^a tem um programa que é detalhado por hidrelétricas, termelétricas, transmissão, terá também co-geração, terá SPC a gás, energia alternativa, então, haverá uma lista de programas para cada um desses e um reforço maciço para o programa de co-geração. Como é uma parte do programa, uma atribuição que está sob a responsabilidade do Ministro José Jorge, não comentei. Mas está dentro do programa, achamos que é fundamental, muito pode ser feito realmente em termos de co-geração, principalmente em termos de velocidade, quer dizer, é uma área onde muito rapidamente podemos ter retorno, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Co-geração e geração própria.

O SR. PEDRO PARENTE – É isso mesmo.

O SR. PEDRO PARENTE – Quanto à iluminação pública, continua o programa com estímulo. Creio que o Ministro José Jorge mencionou que não estamos modificando o programa de incentivo à iluminação pública, na realidade ele continua, e faz parte a idéia de que estimularemos a substituição das lâmpadas, e inclusive estamos discutindo, porque, como a regra saiu, diz para reduzir em 35% o consumo, o que permite que se faça a substituição das lâmpadas e mantenha o mesmo grau de luminosidade. Isso também estamos vendo.

À Senadora Heloísa Helena, uma questão da LDO, o Ministro José Jorge já respondeu. Fez a pergunta sobre a questão do prazo, discussão com os setores eletrointensivos. Há uma questão fundamental que é a definição de como é que fica a Região Norte. Tão logo seja concluído, que isso será feito muito rapidamente, também queremos concluir a discussão com os eletrointensivos rapidamente.

A questão do uso múltiplo de água, lembrar que foi criada Agência, Agência Nacional de Águas. Quer dizer, não é que não tenha sido feito nada. Essa Agência está cuidando dessa questão e eu não teria mais informações para dar neste momento, porque não conheço o tema.

Na parte de saúde e educação, geradores para saúde e educação, também foi criado um grupo cujo objetivo é olhar para esses setores essenciais, entre os quais se incluem hospitais e escolas. É um grupo coordenado pelo General Cardoso e o objetivo é exatamente que a gente tenha condição de preparar essas áreas para uma eventualidade que queremos evitar de apagões. Ainda em relação à saúde, lembrar que o Ministro José Serra recentemente lançou um programa para a instalação de geradores em todos os hospitais acima de um determinado número de leitos, que não me recordo aqui, agora, mas isso também já foi trabalhado. Apenas dizer que o Governo está olhando essa questão com o General Cardoso para que a gente possa atender essas áreas prioritárias.

O Senador Paulo Hartung mencionou a questão da falta de um elo para o futuro. O Ministro José Jorge já mencionou a questão do modelo. Acho que é uma discussão necessária saber se é um problema do modelo ou se é um problema de implantação do modelo. Na parte do Governo Federal, do Poder Executivo, nós estamos fazendo aquela Comissão que está analisando essas questões, que é exatamente para a gente poder ter uma convicção com relação ao que

fazer. Essa Comissão conclui os seus trabalhos em 60 dias a partir da data da sua implementação.

O Senador Sebastião Rocha mencionou a questão da importação dos geradores. Nós estamos olhando essas questões também. Temos uma preocupação que nos foi trazida, inclusive pela área sindical, de não permitir a importação de geradores que são fabricados no Brasil. Quer dizer, a idéia de não atrapalhar o consumo, quer dizer, a produção interna. Mas os geradores que não são fabricados no Brasil nós vamos estimular, inclusive mediante uma política tarifária.

Então o senhor fez um comentário sobre a questão do apagão eleitoral. Apenas dizer para o senhor que, com sinceridade, não faz parte das nossas preocupações. O nosso objetivo hoje é resolver esse problema, administrar essa situação que não é muito simples.

Senador Paulo Souto, ficou uma dúvida aqui, a questão da tarifa adicional. O que Governo fez foi de apenas dizer: quem cumprir meta não paga a tarifa. Portanto, as tarifas permanecem naquelas faixas: de duzentos a quinhentos e de quinhentos até o valor do consumo da conta. Se cumprir, não paga a tarifa adicional, mas se não cumprir a tarifa se aplica nessas faixas, conforme o estabelecido. Quer dizer, é um artigo simples na Medida Provisória dizendo: cumpriu a meta, não pagou a tarifa adicional.

O Deputado Luciano Zica, a questão dos eletrointensivos. Já mencionei que nós vamos aguardar a definição da situação na Região Norte. Eu não concordo que foram medidas inseguras e vacilantes. Penso que se a gente tivesse escutado e não tivesse alterado, nós estaríamos agora sendo criticados porque fomos insensíveis. É uma forma de ver. Acho que é muito melhor que a gente possa escutar. Alterar aquilo que a gente concordar, parece-me melhor do que sustentar uma posição apenas pelo orgulho de dizer que estava certo no início, não vou mudar, ainda que a gente seja tachado como inseguro e vacilante.

O SR. – Espero que isso valha para revisar o modelo também.

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, com certeza. Apenas não podemos esperar que a gente tenha opiniões de consenso ou convergentes, mas sem dúvida nenhuma acho muito importante que no modelo para um setor tão importante a gente possa ter um debate muito amplo, porque não queremos repetir o problema. Ninguém quer. O Poder Executivo não quer. O Senhor Presidente não quer.

Quanto à retomada de investimentos das estatais, o Senador José Jorge já falou, espero que ele não se incomode de eu chamá-lo de Senador ou Ministro. Não houve, quer dizer, a questão dos investimentos estatais quero mencionar que é muito pequena a diferença entre a demanda solicitada pelas estatais e o que foi autorizado nos orçamentos de investimento. Houve problema de realização. Todas essas questões devem ser discutidas, mas é fundamental...

O SR. – O problema da realização é em torno de 25%

O SR. PEDRO PARENTE – Sim, Deputado, mas o problema da realização não se refere à falta de autorização nem ao corte prévio. Há outras questões que precisam ser analisadas. Às vezes é problema de projeto, em fim há uma série de questões, mas não podemos – e esse é um ponto de vista do Governo – de deixar de realizar os investimentos necessários. Isso nos parece fundamental. Temos um ponto de vista, e sei que alguns discordam, de que é melhor oferecer primeiro para o setor privado. Aqueles que não forem contemplados pelo setor privado, são fundamentais, devem ser feitos pelo Governo, ou seja, não há como ficarmos sem investimentos em setores como esse. Nesse ponto há uma concordância. Não podemos, sem dúvida alguma, ficar sem os investimentos que engargalam o País.

Com relação às termoeletricas, aprendi aqui com V. Ex^a ao comentar esse problema da água. É uma questão do Ministro José Jorge. Vou apenas anotar para conhecimento futuro, mas, realmente, como disse, é da área do Ministro José Jorge.

Deputado João Caldas, estamos de fato analisando o feriado nacional, mas colocando-o como uma medida complementar. Não é algo a ser adotado no programa de racionamento administrado.

O SR. JOÃO CALDAS – Ministro, apenas para uma contribuição. Do meu ponto de vista, se o feriado for nacional, perde a eficácia. Teria que ser regionalizado, ou seja, a cada dia da semana seria feriado em uma região. Dessa forma faria sentido na economia média de energia. Do contrário, não vamos reservar energia suficiente de um dia para o outro apenas com um feriado nacional. É uma preocupação que gostaria de expressar. Tenho ficado apreensivo com essa manifestação do feriado nacional, pois, do meu ponto de vista, não resolve e nem fica bem para um país que precisa se preocupar com a produção.

O SR. PEDRO PARENTE – Muito obrigado, Sr. Deputado. Sempre dizemos que quando recebemos uma sugestão, temos que analisá-la sob dois pontos

de vista: primeiro, se atende ao objetivo de reduzir o consumo; segundo, suas repercussões na economia.

Anotamos também a questão do kit para os pobres, para ver como poderíamos viabilizar. Confesso que não tenho nada a dizer agora.

Para concluir, o Deputado Inácio Arruda referiu-se à questão dos trabalhadores. Já realizamos um encontro com a área sindical e vamos fazer um outro encontro. O Ministro Francisco Dornelles está agendando, mas é possível que seja na quinta-feira. Ainda não posso confirmar essa data. Tal encontro será exatamente para analisar problemas levantados pelas fábricas de lâmpadas. Estaremos, então, nos debruçando sobre essa questão na quinta-feira.

A questão dos investimentos, também levantada pelo Deputado Inácio Arruda, já foi abordada pelo Ministro José Jorge. Também falei há pouco sobre ela.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Ministro, faltou...

O SR. – Em relação a nossa sugestão, com quem o Governo poderia ver a possível criação de uma agência nacional de combustíveis renováveis? Quem seria o interlocutor que estabelecesse tecnologia, alguém com quem pudéssemos ao menos discutir ao menos a proposição?

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, sugiro em primeiro lugar, se V. Ex^a já tiver alguma documentação pronta, que a encaminhe. Creio que a melhor autoridade para conversar sobre combustíveis é o Ministério de Minas e Energia. Agora, essa é uma opinião apressada. Podemos analisá-la melhor. Se V. Ex^a quiser me encaminhar, garanto que analisaremos a proposta.

O SR. – Com certeza, Ministro. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Faltou um comentário de V. Ex^a sobre a pergunta do Deputado Inácio Arruda. Qual a posição do Governo sobre o mercado atacadista de energia? Hoje o preço do megawatts no Spot foi R\$684, o que significa que grandes fortunas vão se formar nesse processo. Pode vir a ser um processo de transferência de renda de grandes dimensões se o Governo não tiver a perspectiva adequada. O que o Governo está pensando efetivamente sobre isso? Mesmo que esteja funcionando há pouco tempo, mas é uma situação concreta de emergência.

O SR. PEDRO PARENTE – O mercado atacadista de energia, alguém mencionou, mas não lembro quem, começou a enfrentar problemas a partir da questão da energia de Angra II. É um tema que está

sendo analisado. Não posso dizer, neste momento, “vamos suspender as atividades e aceitar essa proposta”, mas é um tema que tem que ser considerado e avaliado pelo Governo, em função, inclusive, desse novo sistema de racionamento. Apesar de ser um tema de consideração e preocupação do Governo, não podemos, neste momento, anunciar nenhuma medida, sem nos debruçarmos sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Srs. Senadores e Srs. Deputados, cabe-me encerrar esta reunião ultraproveitosa. Antes, porém, gostaria de pedir a atenção de V. Ex^{as}, para dizer que há um paradoxo altamente positivo. Normalmente, apaga-se a luz para dormir, mas o chamado “apagão” está servindo para despertar o Brasil, especialmente o Governo.

Nós acabamos de ouvir do Sr. Ministro Pedro Parente que o Estado estará presente nos investimentos essenciais que não forem de interesse do setor privado. Isso já é um passo altamente positivo. Outra coisa que ouvimos, aqui, de ambos os Ministros – ou de um deles –, é que aquela preocupação com a administração absolutamente correta por meio da estabilidade monetária passa a ser um meio. A luta pela estabilidade monetária e também aquela concepção do próprio superávit primário passam a ser um meio, a fim de que haja recurso a ser aplicado em energia e em infra-estrutura, porque, do contrário, estaremos cuidando do caixa, sem nos preocuparmos com a administração do Brasil. Este, para mim, é o grande resultado positivo desta crise em que o Brasil entra.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h45min.)

Ata da 3ª Reunião Realizada em 7-6-01.

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e um, às dez horas e dez minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia, reúnem-se os Senhores Parlamentares, membros da Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento”. A presente reunião de caráter administrativo teve como propósito a discussão do plano, de trabalho, escolha dos dias para suas reuniões e apresentação de requerimentos que discutidos foram aprovados por unanimidade, a saber: nº 01, de autoria do Deputado Clementino Coelho, solicitando sejam convidados para audiência pública os Senhores Ministro das Minas e Energia, o

Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEFASF, o Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, o Presidente da Associação dos Produtores Exportadores de Hortigrangeiros e Derivados do Vale do São Francisco – VALEXPORT e o Gerente do Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho; nº 02, de autoria do Senador Paulo Souto, requerendo sejam convidados para prestarem esclarecimentos a esta Comissão, os Senhores Mozart Siqueira, Presidente da CHESF, Airson Bezerra Lócio, Presidente da CODEVASF e Jerson Kelmann, Presidente da ANA; nº 03, de autoria da Senadora Heloísa Helena e outros, requerendo que sejam convidados para audiência pública os professores Ildo Luis Sauer, da Universidade de São Paulo, Luiz Pinguelli e Maurício Tolmasquim, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Pesquisador Bautista Vidal; nº 04, de autoria do Deputado João Caldas, requerendo seja solicitado ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, disponibilizar os consultores legislativos da área de Minas e Energia daquela Casa, a fim de prestarem assessoramento técnico e especializado a esta Comissão; nº 05, de autoria do Deputado Fernando Gabeira, requerendo a realização de audiência pública com o Sr. Jayme Buarque de Holanda, Diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética; nº 06, de autoria do Deputado Clementino Coelho, requerendo o envio de indicação ao Senhor Ministro Chefe da Casa Civil e Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, em que sugere tratamento diferenciado às áreas rurais dos municípios do Nordeste que estejam em situação de calamidade pública, em virtude da seca; nº 07, de autoria do Deputado Marcos Cintra, requerendo sejam convidados a comparecer em Audiência Pública os Senhores Fernando Garcia, Professor do Departamento de Planejamento e Análise Econômica da Fundação Getúlio Vargas/SP; Antônio Ermírio de Moraes, Presidente da Votorantim; Daniel Feffer, Vice-Presidente da Companhia Suzano de Papel e Celulose; Luis Carlos Santos, Presidente de FURNAS; Euclides Gerolano Scalco, Diretor Geral Itaipu Binacional e membro da Câmara Gestora da Crise Energética; Ministro Alcides Lopes Tápias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior; Ministro Martus Antônio R. Tavares, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministro Pedro Sampaio Malan, Ministro de Estado da Fazenda; José Rosenblatt, Consultor Independente – Mercados de Energia/RJ; Marcos Severine, Analista de Investimento Sênior – Banco Sudameris; nº 08, de autoria do Deputado Fer-

nando Ferro, requerendo seja convidado o Presidente de FURNAS Centrais Elétricas S.A.; nº 09, de autoria do Deputado Juquinha, requerendo a realização de audiência pública com os Concessionários vencedores de leilão de geração e de transmissão da ANEEL, para esclarecimentos e debates; nº 10, de autoria do Deputado Clementino Coelho, solicitando sejam convidados para audiência pública a Senhora Ivonice Campos, Coordenadora de Ações de Desenvolvimento Energético do Ministério da Ciência e Tecnologia e dos Senhores Armando Abreu, Diretor da Brasil Energias Solare Eólica Ltda – BRASELCO, Pedro Vial, Diretor Superintendente Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda, Carlos Nascimento, Diretor da SIIS Energ do Brasil Ltda, Prof. Everaldo Feitosa, Coordenador do Centro Brasileiro de Energia Eólica – CBEE; nº 11, de autoria do Deputado Luciano Zica, requerendo seja convidado o Senhor Presidente da Petrobrás, Henry Philippe Reichstul; nº 12, de autoria do Deputado Clementino Coelho, solicitando sejam convidados para audiência pública os senhores Luiz Carlos Bresser Pereira, Luís Carlos Mendonça de Barros, ex-Ministro das Comunicações, Antônio Ermínio de Moraes, Grupo Votorantin, Ildo Sauer – Prof. USP, Luiz Pingueli Rosa – COPPE/UFRJ; nº 13, de autoria do Deputado Fernando Ferro, solicitando informações ao Senhor Ministro das Minas e Energia a respeito das medidas adotadas para a implementação do Plano de Racionamento de energia elétrica; nº 14, de autoria do Senador Sebastião Rocha, requerendo seja convidado o Governador do Estado do Pará, Dr. Almir Gabriel; nº 15, de autoria do Deputado Fernando Ferro, requerendo sejam convidados os Governadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Dr. Olívio Dutra, de Minas Gerais, Dr. Itamar Franco e do Estado do Paraná, Dr. Jaime Lerner. Participaram dos debates os seguintes Parlamentares, Senador Paulo Souto e Alberto Silva, os Deputados Clementino, Fernando Ferro, Luciano Zica, José Carlos Aleluia, Marcos Cintra Juquinha. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Deputado Antônio Cambraia, encerra os trabalhos e para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Há número regimental.

Declaro aberta a 3ª reunião da Comissão Mista Especial, criada através do Requerimento nº 73, de

2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

Informo que a presente reunião com caráter administrativo para votação de requerimentos já apresentados e a apresentação de sugestões para o calendário a ser elaborado para os trabalhos da Comissão.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da ata da reunião de instalação realizada no dia 5 do corrente mês ou se podemos considerá-la como lida.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de solicitar a dispensa de leitura, uma vez que as atas já foram distribuídas a tempo para todos os Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Dispensada a leitura da ata.

Coloco em votação.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada a ata da reunião anterior.

O Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Fernando Gabeira, encaminhou ofício à Comissão justificando a sua ausência a esta reunião, em vista de compromissos assumidos anteriormente no Rio de Janeiro.

Indago à Secretaria se existem expedientes a serem lidos.

Estare reunião, além da votação dos requerimentos, tem também a finalidade, como eu disse anteriormente, de procurarmos estabelecer uma agenda para as nossas reuniões, para os trabalhos da Comissão. Neste sentido, proponho aos Srs. Parlamentares que tenhamos duas reuniões como ordinária, na terça-feira e na quinta-feira. Na terça-feira há uma sugestão de que seja após a Ordem do Dia do Senado. Há um choque quando termina a do Senado começa a da Câmara, mas há como conciliar. A sugestão é que as nossas reuniões sejam nas terças-feiras às 16h30min, e nas quintas-feiras às 9h30min como hoje.

O SR. MARCOS CINTRA – Eu queria fazer uma sugestão. Conversávamos com o Senador Paulo Souto antes do início da reunião e acho que é fundamental que tenhamos duas reuniões ordinárias por semana como proposto pela Presidência. A data de terça-feira após o término da Ordem do Dia do Senado nos parece adequada. Agora a quinta-feira pela manhã é problemática, dependendo da agenda de discussões na Câmara principalmente muitas vezes

encontraremos dificuldades para obter quorum. Eu proporia à consideração de V. Ex^a senão poderíamos fazer na quarta-feira no mesmo horário, que teria as mesmas características em termos de distribuição que na terça-feira. Como o Senador Paulo Souto bem lembrou que às vezes pode ser interessante fazer quinta-feira e como sugerido pelo Deputado Clementino Coelho poderíamos alternar. Uma semana seria sempre nas terças-feiras depois da Ordem do Dia e uma semana na quarta-feira e eventualmente outra semana na quinta-feira pela manhã, para evitar que Deputados que muitas vezes são obrigados a sair na quinta-feira cedo não possam participar das reuniões. Sendo pelo menos uma semana sim e uma não na quarta-feira também após a Ordem do Dia do Senado, poderíamos compatibilizar essas duas posições.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Aquela conciliação que falei com relação à Ordem do Dia da Câmara é que normalmente na terça-feira entram projetos de leis que dificilmente são submetidos à votação nominal. Entretanto, na quarta-feira, com certeza, na Câmara, há votação nominal de projetos de lei complementar e de PEC. Para conciliar, na quarta-feira, o nosso horário da Comissão com a Ordem do Dia da Câmara fica mais complicado.

O SR. MARCOS CINTRA – Apenas chamo a atenção, Sr. Presidente, porque muitas vezes é possível. Nós saímos, voltamos e votamos, como já tem sido feito. É provável que haja também, às vezes, votações nas terças-feiras. É um desafio para nós, porque o grande número de comissões e de comissões especiais que ocorrem nas duas Casas realmente nos limita um pouco a possibilidade de encontrarmos tempo disponível para todos.

Portanto, fica essa sugestão. Sei que será difícil, mas, se pudéssemos alternar, na quarta-feira à tarde e na quinta-feira pela manhã, acredito que atenderia às nossas necessidades.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Está colocada a sugestão. Concedo a palavra ao Deputado Clementino Coelho e, em seguida, ao Deputado Fernando Ferro.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, creio até que nós Deputados poderíamos cobrar do Presidente Aécio Neves alguns pontos da campanha dele – que foi justamente assegurar maior assiduidade por nossa parte, os Parlamentares, durante a semana.

Acredito que esse tema é de suma importância, refere-se a política pública e a impacto social e econômico. Considero essa a questão mais importante

que se trava hoje no Brasil, independentemente da posição tomada pelo Governo ou pela Oposição. É uma questão da sociedade. No entanto, poderíamos pedir ao Presidente da Câmara dos Deputados que o painel na quinta-feira só fosse aberto às duas horas da tarde. Pela manhã, faríamos as nossas reuniões aqui com quorum. Quem quisesse viajar poderia fazê-lo a partir das duas horas da tarde. Mas, na quinta-feira, pela manhã, seria produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – O problema não é o painel. É até bom que o painel abra de manhã, porque concede presença.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Não. O painel tem de abrir à tarde, porque, se for de manhã, o Parlamentar marca presença e vai embora. É preciso que seja aberto à tarde, às duas horas, para que o Parlamentar não viaje antes desse horário e possa estar aqui.

O SR. PAULO SOUTO – Vamos tentar marcar as reuniões...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Para terça-feira e quinta-feira, com a opção de quarta-feira.

Não está descartada também a reunião numa segunda-feira ou sexta-feira, no sábado ou domingo, porque esta Comissão terá de apresentar trabalho e resultado. Em princípio, reuniões ordinárias ficariam marcadas para a terça-feira e para a quinta-feira, com essa variante para a quarta-feira, com conhecimento antecipado evidentemente.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ferro pela ordem.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, concordo com a sugestão de V. Ex^a, até porque, se marcarmos reuniões, mesmo compreendendo as ponderações do Deputado Marco Cintra, às terças-feiras e às quartas-feiras, em razão da proximidade entre elas, muitas vezes assuntos debatidos na terça-feira não teriam novidades para emplacar uma reunião em seguida. Esse intervalo de um dia possibilita o empreendimento de nossas outras atividades, permitindo, ainda, processar melhor, na quinta-feira, as informações debatidas na terça-feira.

Por outro lado, haverá um calendário aqui, mas, provavelmente, teremos de fazer visitas em outros locais. Faço inclusive uma sugestão de visitar algumas áreas afetadas pelo racionamento, empresas e regiões afetadas a fim de discutirmos com esses seg-

mentos. Quanto aos outros setores, devemos estabelecer uma agenda que ouça a sociedade, que é uma das funções desta Comissão. Precisamos debater com vários segmentos da indústria, do comércio e da agricultura sobre os impactos do racionamento nas atividades desses segmentos.

Portanto, sugiro que já discutamos um programa de trabalho, que deve ser o objetivo desta reunião a fim de articularmos o desencadeamento do trabalho da Comissão.

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra ao Dr. Luciano Zica.

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, primeiramente, acredito que é perfeitamente possível a realização das reuniões nos horários propostos, mas uma alternativa a ser considerada – já que a Câmara tem encerrado as suas atividades às dezenove horas e o Senado não tem essa mesma linha de comportamento –, em situações especiais, como disse o Deputado Marco Sintra, seria a das dezoito horas da quarta-feira, quando já teria terminado a Ordem do Dia do Senado, estando a Câmara prestes a terminar. Seríamos avisados para não correr o risco da reunião passada de precisar sair correndo para pegar nossos pertences nos gabinetes na Câmara, uma vez que estão, de fato, apagando as luzes.

Podemos pensar na hipótese de agendar reuniões na quarta-feira à noite. Há esse problema citado pelo Deputado Fernando Ferro de curto interstício entre uma reunião e outra. Mas pode ser, talvez, mais eficaz do que se reunir na quinta-feira com reduzido número de Parlamentares.

Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – O desenvolvimento do trabalho indicará modificações e situações.

Passo à leitura dos vários requerimentos já apresentados à Comissão, que apreciaremos e votaremos hoje. O primeiro deles tem como Relator o Senador Paulo Souto e requer sejam convidados para prestar esclarecimentos a esta Comissão os Srs. Mouzart Siqueira, Presidente da Chesf, Airson Bezerra Lócio Presidente da Codevasf e Jerson Kelman, Presidente da Ana. O requerimento do Deputado Clementino Coelho é praticamente no mesmo sentido, acrescentando a essas autoridades que constam no requerimento do Relator, Senador Paulo Souto, também a Vale Export.??

O SR. PAULO SOUTO – Trata-se da entidade que congrega os produtores.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – E o gerente de um distrito de irrigação.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, desculpe-me interrompê-lo, mas, talvez vindo o Presidente da Codevasf, não há a necessidade de chamar os gerentes de cada projeto de irrigação. Acredito que a referida autoridade poderá dar-nos uma idéia geral de todos os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Aprovar-se-ia primeiramente o requerimento.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, farei uma sugestão. Estamos trazendo representantes dos empresários que sofrerão os impactos dessa crise. Proponho a inclusão do Presidente da Contag – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, que poderia oferecer uma contribuição do lado dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Haverá essa oportunidade. Há muitos requerimentos de convites para audiência pública – talvez não com esse grupo, mas com outros grupos. Há requerimento do Deputado Fernando Gabeira, que requer uma audiência pública.

O SR. MARCOS CINTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Marcos Cintra.

O SR. MARCOS CINTRA – Apenas para entender como V. Ex^a organizará os trabalhos, votaremos um a um os requerimentos ou V. Ex^a lerá todos e depois votaremos em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Farei a leitura de todos e, depois, algum autor pode manifestar-se, encaminhando a votação.

O SR. PAULO SOUTO – Se alguém tem algo contra os requerimentos, é favor manifestar-se.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Podendo encaminhar a votação do seu requerimento, se for o caso, ou de algum a que seja contrário até para agilizarmos e objetivarmos os trabalhos.

O SR. MARCOS CINTRA – Perfeito. Mas a idéia é votar em bloco. Aprovaríamos o conjunto mencionado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Em bloco.

O SR. MARCOS CINTRA – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Há o requerimento do Deputado Fernando Gabeira, que solicita seja realizada audiência pública com o Sr. Jaime Buarque de Holanda, Diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética, para informar sobre os desperdícios e as alternativas de aproveitamento de energia. Há, ainda, requerimento do Deputado João Caldas, que pede seja encaminhado ofício ao Presidente da Casa solicitando assessoria à comissão dos consultores legislativos da área de Minas e Energia da Câmara. Eles já têm vindo naturalmente.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, a propósito dessa sugestão, já tive inclusive uma conversa com o Presidente da Câmara, uma vez que esta Casa Legislativa precisa contratar assessoria na área de energia. Há especialistas na área de petróleo e em outros setores. No entanto, nessa área de energia elétrica, não há pessoas que dominem esse assunto. Tenho experiência pessoal de solicitação de trabalho à assessoria legislativa, com cujo diretor mantive contato, tendo-me sido dito da carência de pessoal nessa área.

Poderíamos pensar numa possibilidade de consultar universidades. O Ilumina dispôs-se a dar uma contribuição e assessorar-nos para que consultemos se esses segmentos da universidade podem participar também formalmente dessa assessoria. Creio que isso é possível. Posteriormente, poderíamos discutir essa alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – No âmbito inclusive da Comissão de Minas e Energia, que é permanente.

Há o requerimento do Deputado Clementino Coelho, que solicita ao Sr. Ministro da Casa Civil e Coordenador da Câmara de Gestão sejam eximidas do racionamento de energia elétrica as áreas de Municípios do Nordeste em situação de calamidade pública em virtude da seca. Trata-se de áreas rurais embora não esteja dito. Ontem, já foi inclusive apresentado em Plenário do trabalho da Comissão esse pedido.

Há requerimento de audiência pública do Deputado Fernando Ferro, convidando o presidente de Furnas Centrais Elétricas para comparecer a esta Comissão, com o fim de trazer subsídios sobre as providências adotadas com vistas ao enfrentamento da crise energética.

Do Deputado Juquinha, solicitando realização de audiência pública com as concessionárias vencedoras de leilões de geração, de transmissão da Aneel.

O SR. PAULO SOUTO – Eu podia só... Conversei com o autor do requerimento, talvez ele pudes-

se... acho que talvez valesse a pena uma explicação, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Ao final da leitura dos requerimentos, cada Deputado, se desejar encaminhar a votação de seu requerimento, usará da palavra.

Requerimento do Deputado Clementino Coelho: solicita sejam convidados para audiência pública a Sr.^a Ivonice Campos, coordenadora de ações do desenvolvimento energético no Ministério da Ciência e Tecnologia, os Srs. Armando Abreu, Diretor da Brasil Energia Solar e Eólica Ltda., Braseco, e Pedro Vial, Diretor Superintendente Volgue and Power Indústria e Comércio Ltda(?), Carlos Nascimento, Diretor da Syns?? Energética do Brasil Ltda., professor Everaldo Feitosa, coordenador do Centro Brasileiro de Energia Eólica. Também em audiência pública nesta Comissão.

Requerimento da Senadora Heloísa Helena e outros, que quer seja convocada audiência pública, a realizar-se na próxima reunião para debater o processo de racionamento do uso de energia elétrica e atual crise nacional de energia, devendo a Comissão Especial estudar a crise e convidar como palestrantes os professores que estiveram aqui na última reunião e que não fizeram sua exposição, até porque não estava previsto: Ildo Sauer, Luiz Pinguelli Rosa e Maurício Tolmasquim, além do pesquisador Bautista Vital. Os quatro que estiveram aqui.

Requerimento do Deputado Marcos Cintra: solicita em audiência pública sejam convidados a comparecer a esta Comissão o professor Fernando Garcia, Antônio Ermírio de Moraes, Daniel Fefer??, Luiz Carlos Santos, presidente de Furnas, Euclides Scalco, Ministro Alcides Tápias, Ministro Martus Tavares, Ministro Pedro Malan, Sr. Roosevelt Rosemblat, consultor independente, Marcos Severino, analista de investimentos sênior.

Requerimento do Deputado Fernando Ferro: requer seja convidado o Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, o excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Itamar Franco, o excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Jaime Lener, para comparecerem à Comissão, com o fim de trazer subsídios sobre as providências adotadas com vistas ao enfrentamento da crise.

Requerimento do Senador Sebastião Rocha, da mesma forma convidando o Governador Almir Gabriel, do Pará, para comparecer a esta Comissão para oferecer subsídios e prestar informações sobre a escassez de investimentos no setor de geração elétrica.

Lidos os requerimentos, como ficou acertado, os autores que desejem encaminhar a votação podem usar a palavra, iniciando pelo Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, eu gostaria de acrescentar mais um requerimento verbal, está chegando já formatado, que seria justamente para convidar o ex-Ministro Luís Carlos Bresser Pereira, o ex-Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, o empresário Antonio Ermírio de Moraes e o professor Ildo Sauer e José Luiz Pinquelli Rosa, para discutir a suspensão das privatizações de Furnas, Chesf e Tucuruí e o novo modelo de produção e gestão de energia. Eu queria que pudesse entrar nas considerações, e esse requerimento estaria apresentando dentro de cinco minutos, está chegando formalizado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Pode apresentar, que procederemos à leitura.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – O requerimento não foi apresentado, mas desejo levantar uma questão de ordem. Temos uma pauta, uma ementa, um título. Temos um objetivo e devemos perseguir-lo. É evidente que, durante o curso, poderão surgir questões relativas à privatização. Deve-se discutir o assunto quando este surgir aqui. Não vamos transformar esta Comissão em uma Comissão antiprivatização e nem numa Comissão pró-privatização. A Comissão deve tratar do modelo, dos caminhos...

O SR. CLEMENTINO COELHO – Das causas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – No mínimo, o requerimento deve ser modificado, a fim de que eu possa votar a favor. Devemos convocar pessoas para discutir as crises, as causas, como está aí. Mas com discussão em torno de privatização não posso concordar.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, gostaria de dizer que a causa principal é o modelo introduzido, que é a privatização das hidrelétricas. Há dois ex-Ministros e Conselheiros do Governo pedindo a suspensão nos jornais. O empresário Antônio Ermírio de Moraes esteve aqui, na semana passada, pedindo a suspensão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – O Sr. Antônio Ermírio de Moraes, evidentemente, tem interesse em não privatizar. É diferente do meu interesse.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Que é privatizar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não.

O SR. CLEMENTINO COELHO – O seu interesse é privatizar; o dele é não privatizar. O debate seria salutar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Eu não produzo alumínio.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Discutir a suspensão da privatização, até porque as autoridades convidadas, cientistas, não têm poder de decisão, se vão suspender ou não.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Que decisão! É emitir uma opinião qualificada sobre essa questão!

O SR. FERNANDO FERRO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, pediria que V. Ex^a encaminhasse os requerimentos que estão sobre a Mesa, para que fossem apreciados. E os outros requerimentos que, por acaso, chegarem aqui, nós os discutiremos no devido momento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Apresente por escrito.

Concedo a palavra ao Deputado Marcos Cintra.

O SR. MARCOS CINTRA – Sr. Presidente, gostaria apenas de encaminhar os requerimentos que apresentei à Mesa. São nomes de especialistas, professores e alguns Ministros diretamente ligados à área econômica. V. Ex^a pode observar, pelos nomes que apresentei, que se trata, sobretudo, de uma avaliação econômica do fenômeno que estamos vivendo.

Portanto, gostaria apenas de justificar isso perante os membros da Comissão, pedindo o apoio de todos, uma vez que devemos discutir a parte técnica, sem dúvida alguma, mas também os impactos econômicos da crise e as formas de minimizá-los.

É essa a justificativa pelos nomes que apresentei à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Airton Dipp.

O SR. AIRTON DIPP – Sr. Presidente, gostaria apenas de sugerir, em função do que disse o Deputado Marcos Cintra – sou favorável à aprovação de to-

dos os requerimentos –, que se colocassem em ordem os palestrantes com relação às causas, conservação e expansão do setor elétrico; outros falarão sobre as consequências econômicas e sociais. Estarão presentes empresários e trabalhadores. Poderíamos colocá-los numa certa ordem, a fim de que otimizássemos as nossas reuniões.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, o que pretendo, justamente, é, de posse dos requerimentos, tentar fazer os agrupamentos e apresentá-los à Comissão. É claro que, no primeiro, como temos de dar andamento aos trabalhos, pedirei um pouco de crédito. Mas pretendo agir desta maneira: agrupar os requerimentos por assunto e discuti-los aqui.

Devemos perder um pouco a ansiedade de apresentar hoje todos os requerimentos possíveis. Haverá tempo para isso. Não haverá tempo suficiente agora, nesse primeiro período, para se fazer tudo isso. Talvez, possamos examinar alguma prioridade, algum aspecto relacionado à questão emergencial, o que pode acarretar sugestões.

Gostaria também de dizer que não precisamos marcar reuniões apenas para ouvir pessoas. Precisamos marcar reuniões também para discutir entre nós. Vejo que há aqui algumas pessoas do setor que têm capacidade de dar sugestões. Devemos aproveitar idéias nesta fase inicial de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – A sugestão do Deputado Airton Dipp foi muito oportuna. O Relator já havia, inclusive, pensado nisso.

Concedo a palavra ao Deputado Juquinha.

O SR. JUQUINHA – Sr. Presidente, gostaria de comentar a respeito do meu requerimento e de fazer uma sugestão. Enquanto debatemos, alguém tem que estar trabalhando, tem que estar construindo; a verdade dos fatos é essa. Então, eu discuti muito com o nosso Relator, Senador Paulo Souto, e eu penso que é hora de nós mostrarmos também a nossa experiência, de colocarmos para fora tudo que conhecemos. Nesse intuito, eu fiz um requerimento convocando os empresários vencedores de leilão na Aneel. Eu fiz uma solicitação à Aneel, e ela me passou a relação. Aproximadamente 4.780mw já estão licitados; poucos deles saíram do papel. Nós temos que saber como as coisas estão andando, porque um dos nossos objetivos é fiscalizar, é fazer o acompanhamento. Então, nesse sentido, eu entrei com esse requeri-

mento. Eu discuti com o nosso Relator, e a idéia dele é boa: fazer um agrupamento. Primeiro, fazer solicitação aos empresários, para eles dizerem como está o andamento de cada uma daquelas obras, e, em seguida, fazer uma pré-seleção e convocar, realmente, aqueles que não estão cumprindo as suas metas, ganhadas em licitação pública. É importante dizer isso, não é verdade? Então, o meu requerimento foi nesse sentido.

Eu concordo com o que o nosso Relator sugeriu e penso que tem que haver debates internos. Trazer esse pelotão de gente não vai adiantar nada. O que está faltando e o que provocou isso tudo, até o presente momento, na minha ótica, foi falta de ação; eu tenho falado disso todas as vezes. E, enquanto nós estamos conversando aqui, não tem ninguém agindo ainda do lado da oferta. O Governo está agindo muito bem do lado do racionamento. Nós vemos que a população colaborou e muito, mas, do lado da oferta, não vejo ação nenhuma ainda no presente momento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Pelo menos, nós não temos conhecimento.

O SR. JUQUINHA – Nós temos que ter um pé com o estatal. Não adianta, o modelo está privado. O Aleluia já colocou bem: as leis foram montadas desta forma; nós vamos ter que mexer um pouco na regulamentação. A verdade dos fatos é essa. Tem que haver um pé com as estatais, usar um pouquinho de força delas e correr atrás do tempo. Nós estamos 20% atrasados; isso é muito importante. Além de o Governo estar falido, Aleluia, mas recursos para a energia tem que ter sempre.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – O modelo que estava falido era o anterior, que era pior do que esse.

O SR. JUQUINHA – Outros governos. Esse problema não vem de agora, vem de longo tempo; é falta de investimento ao longo do tempo, mas falta de ação, também. Pode verificar isso aí.

Então, nesse sentido, Relator, eu concordo com o que V. Ex^a colocou e penso que temos que partir para a ação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito bem.

O SR. PAULO SOUTO – Eu queria fazer um comentário rápido. O que ele fez foi o seguinte, que eu considere procedente. Há uma série de concessionários que tiveram as concessões do Governo e que, eventualmente, não estão cumprindo. Como são muitos, a idéia foi solicitar uma informação por escrito do estágio deles, rapidamente, onde vão dizer qual é a

situação agora e as dificuldades. De posse dessa informação que vamos conhecer, o Deputado autor do requerimento, junto com o plenário, faz uma seleção, para que ouçamos aqui alguns deles que tenham problemas maiores, para conhecermos exatamente por que não se está cumprindo, por exemplo, o contrato de concessões, etc., porque são muitos. Se nós fôssemos chamar todos eles, inicialmente, seria difícil.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Eu penso que, com relação a esse problema do Juquinha, além de pedir essas explicações, devemos fazer um levantamento de quanto essas empresas recentemente privatizadas de distribuição já transferiram de dividendos para o exterior. Não estão cumprindo, mas estão mandando o dinheiro para fora.

O SR. PAULO SOUTO – Mas não são. Pelo que entendi, não são empresas de distribuição.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Pensei que fossem distribuidoras.

O SR. PAULO SOUTO – Não, está tratando de concessionárias de obras de transmissão e geração, que é o problema agora.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Os requerimentos não foram ainda colocados em votação, e foi apresentado mais um requerimento do Deputado Luciano Zica, que requer seja convidado o Presidente da Petrobras para prestar esclarecimentos à Comissão acerca da implantação da termelétrica a gás. Eu o incorporo ao rol dos requerimentos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, eu consultei os companheiros ao lado e fiquei impressionado pelo fato de estarmos fazendo tantos requerimentos e não convidarmos o porteiro, que é o Presidente da Aneel.

O SR. PAULO SOUTO – Mas esse já se esgotou.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não, não esgotou. Ele é o responsável pela regulação. Nós não podemos deixar de ouvi-lo. Não sei se no começo ou se mais adiante.

O SR. PAULO SOUTO – Ele falou aqui na reunião passada.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não.

O SR. PAULO SOUTO – Foi uma reunião conjunta.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Ele virá, com certeza, em algum momento e poderia apresentar o requerimento, inclusive, do ONS também.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, eu queria fundamentar os dois requerimentos de minha autoria: um, diz respeito à questão da Petrobrás; o outro, versa sobre o assunto da energia eólica.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra a V.Ex^a

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, eu acho que o primeiro requerimento poderia ser fundido com o de iniciativa do Sr. Relator Paulo Souto, porque trata do mesmo assunto, que é a questão da irrigação do rio São Francisco, a conveniência ou não do racionamento do setor rural brasileiro e o problema da seca, que é uma das agravante, gerando, inclusive, áreas de calamidade pública.

Mas o outro requerimento que eu gostaria de pedir o apoio e a atenção da Mesa, principalmente nas pessoas do Sr. Presidente e do Sr. Relator, diz respeito à energia eólica. Porque a informação que eu tenho é que o Governo estaria estudando a implantação de um programa emergencial de energia eólica para o Nordeste, através de medida provisória, no sentido de atrair capitais privados, mas está encontrando alguma resistência, alguma letargia justamente por parte da burocracia da Eletrobrás. Como o modelo não está definido, então, eles não estão querendo criar nada emergencial. Acho que o Nordeste não pode perder essa oportunidade, inclusive, porque há empresários estrangeiros desse setor. Porque se o programa for montado – nós estamos solicitando 5 mil megawatts, mas pode ser montados de 1 mil, de 2 mil, de 3 mil – eles virão instalar suas fábricas em território nordestino para fazer a montagem, a construção das turbinas, etc. Então, esse assunto é importante. Sr. Presidente, com relação às alternativas que existem e que podem dar retorno mais barato em termos de ampliar a geração e, ao mesmo tempo, diversificar a fonte limpa, que é a energia eólica. Implanta-se uma usina eólica em menos tempo do que uma termelétrica, uma hidrelétrica, uma PCH. E com uma vantagem: hoje, existe oferta de turbinas para energia eólica em disponibilidade, o que não ocorre com as termelétricas, como é o caso do programa americano que foi lançado para 1300 termos.

Eu queria solicitar ao Governo Federal que viabilize o mais rápido possível o lançamento desse programa de energia eólica porque nós já poderíamos estar produzindo 500 megawatts instalados em doze

meses, com recursos da iniciativa privada, não envolvendo recursos orçamentários, nas costas cearenses, bahianas, rio-grandense-do-norte, pernambucanas, com a garantia de que a Chesf ou a Eletrobrás comprariam a energia assegurada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Está encerrada a discussão.

Votação em bloco dos requerimentos com a observação do Sr. Relator no sentido de ganharmos maior objetividade na condução dos trabalhos.

Os Srs. Senadores Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados.

Com a palavra o Deputado Luciano Zica.

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, ao apresentar esse requerimento, propondo o convite ao Sr. Henri Phillipe Reichstul, eu tenho por objetivo em trar na linha que o Deputado Juquinha mencionou de que nós temos que, além de discutir as razões do problema, evitar que a crise gere privilégios para alguns especuladores, como a questão do MAE, hoje, que virou a possibilidade de ganho com a energia já produzida, amortizada e comprada barata para ser vendida em valores exorbitantes. Nós temos que buscar atender às demandas de curto e médio prazo, principalmente.

E, nesse sentido, de acordo com as informações de que dispomos, nós temos, hoje, em processo de implantação projeto mais avançado e acelerado de 14 termelétricas a gás, sendo que 12 delas são de iniciativa da Petrobrás. Então, nós não temos informações concretas do estágio em que se encontram. Então, seria importante que o Presidente da Petrobrás viesse, aqui, a esta Casa, expor suas razões e nós colocarmos para S.S.^a a nossa preocupação que, infelizmente, na lógica e no ritmo normal das coisas, os investidores – e, aí, incluo a Petrobrás – não tinham a preocupação suficientemente profunda, que é a questão da localização. É aquele debate que eu coloquei, na reunião anterior, que é sobre o problema da água disponível para a geração termelétrica. Então, proponho que o Presidente da Petrobras seja ouvido e que possamos fazer-lhe sugestões até mesmo para ganhar tempo no licenciamento dessas usinas, instalando-as em locais apropriados. O convite ao Presidente da Petrobras se prende a essa proposta. Já que é a Petrobras o principal empreendedor da energia de médio prazo e que pode nos tirar da crise daqui a dois ou três anos – infelizmente é o horizonte mais otimista que vemos –, eu gostaria então de enfatizar a importância, talvez até mesmo a urgência, na

escala de prioridades de convocação, porque talvez tenhamos que acelerar o processo, ou seja, é tentar com os que podem fazer, depois o resto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra o Deputado Airtton Dipp.

O SR. AIRTON DIPP – Sr. Presidente, Sr. Relator, dentro do aspecto da organização dos nossos trabalhos acredito que haja um ponto importante para ser examinado pela Mesa. Teremos as nossas reuniões ordinárias, para discussão interna e encaminhamento das questões, as audiências públicas e as visitas in loco em pontos críticos do País. E existe um ponto que precisamos examinar, por meio da Mesa, que é a questão do mês de julho.

Esta é uma Comissão Especial Mista, estamos passando por um momento de crise no País no setor energético, o que afeta toda a população brasileira, haverá receso na Câmara, e do meu ponto de vista não podemos suspender os trabalhos desta Comissão em função da situação emergencial por que passa o país.

Então submeto o assunto à Mesa para ser examinado nos próximos dias e também para que programemos uma linha de ação para o mês de julho, para não seja necessário suspender os trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Após a aprovação dos requerimentos outros foram apresentados. Há tempo útil para aprovação; não teremos apenas esta reunião.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, veja bem, já que foram apresentados mais dois...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – O seu requerimento foi apresentado verbalmente com o compromisso de, em seguida, ser apresentado por escrito.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Então está aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sim, o requerimento de V. Ex.^a já está aprovado.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, penso que devemos buscar um dinamismo e uma visibilidade à Comissão, dada a importância do assunto. Conversei com o Presidente da Eletronorte, que é um engenheiro extremamente competente, o engenheiro José Antonio, que, parece-me, está sen-

do convocado também, e penso que o ideal seria ouvi-lo numa viagem – que o Presidente se dispõe a organizar –, da Comissão ao sítio da maior usina que o Brasil tem para construir, levaríamos algumas pessoas da imprensa para apresentar o local e o Projeto de Belo Monte.

O SR. PAULO SOUTO – Isso para julho seria ótimo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Até junho mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Para não atrapalhar os trabalhos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Pode ser até julho.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Há o pensamento de fazermos uma agenda de visitas também.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Essas visitas sugeridas pelo Relator, poderíamos fazer em julho, devemos acertar a data com o Presidente. Podemos incluir Tucuruí, e até mesmo fazer um tour mais completo, já que é uma semana toda, passaríamos talvez pelas instalações da Chesf, que é caminho, ou irmos a Tucuruí, e depois ao sítio de Belo Monte.

O SR. PAULO SOUTO – Podia talvez sugerir uma programação a esse respeito.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Na semana que vem ele trará a programação para o Presidente e para o Relator, para mostrar como é importante que esse projeto seja apresentado ao Brasil. A Chi na considera a Três Gargantas como um projeto nacional. O Brasil não tem projetos nacionais desde Tucuruí. E esse não é um projeto para ser feito só pelo Brasil, ele justifica uma joint ventures das empresas estatais com o setor privado, provavelmente nacional. O setor do alumínio, por exemplo, se quer permanecer no País vai ter que investir em energia elétrica, não é possível continuar comprando energia a 11 milésimo de dólar por quilowatt/hora, sem investimento.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, sei que é indispensável a presença de alguns administradores do setor, etc. Mas, só para conhecimento da Comissão, alguns já vieram aqui ou na Câmara. Por exemplo, aqui no Senado, deixaram trabalhos de excelente qualidade que podem nivelar nossos conhecimentos. Não estou dizendo que, com isso, prescindimos da presença deles, mas, por exemplo, os relatórios deixados aqui pela NOS e pela Aneel, principalmente, nivelam o conhecimento. Eu, por exemplo, não tive oportunidade de lê-los completamente, mas sei que dão um ótimo nível de conhecimento à Comis-

são. Sei que, com isso, não prescindimos da presença deles, mas creio que as informações neles contidas são essenciais para que não venhamos a repetir o que já é perfeitamente conhecido.

Particularmente, fiquei impressionado com o gráfico que mostra a queda do nível de pico dos reservatórios nos últimos cinco anos. É uma coisa impressionante. Sempre tomando o pico dos reservatórios, o gráfico demonstra como caíram os picos nos últimos quatro ou cinco anos, o que era um sinal assustador.

Teço essas considerações porque os relatórios podem nivelar nossos conhecimentos para que não repitam o que já disseram, provavelmente, na Câmara e já disseram uma vez aqui. De posse desses resultados, eu diria que podemos ser mais analíticos na presença deles quando vierem a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Foi sugerido que faríamos reuniões informais e esta reunião serviu até de exemplo. Apesar de ter sido informal, foi uma discussão aberta e ampla, de forma que assim chegaremos a resultados melhores.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e os convido para a próxima reunião a realizar-se na próxima terça-feira, às 16:30 horas.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 10h48min.)

Ata da 4ª Reunião Realizada em 12-6-01.

Às dezesseis horas e quarenta minutos do dia doze do mês de junho do ano de dois mil e um, na sala de reuniões nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Alberto Silva, José Fogaça, Nabor Júnior, Heloísa Helena, Paulo Hart hug, Sebastião Rocha e os Senhores Deputados Iris Simões, Juquinha, Marcos Cintra, Fernando Ferro, Airton Dipp, Fernando Gabeira, Rose de Freitas, Salatiel Carvalho, José Carlos Aleluia, Virgílio Guimarães, Sérgio Novais, Clementino Coelho, membros da Comissão Especial Mista criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de ““Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento”. Registrando ainda a presença do Deputado Jorge Khoury, Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passe-se à apreciação da pauta presente reunião de caráter ordinário

destina-se a ouvir as – Exposições dos convidadas: Dr. Airson Bezerra Lócio – Presidente da CODEVASF, Dr. Mozart de Siqueira Campos Araújo – Presidente da CHESF, Dr. Fernando Brendaglia de Almeida – Superintendente da VAEXPORT é registrada a presença do Prefeito de Petrolina – PE, o Senhor Fernando Bezerra, representando os prefeitos da região. Foram ouvidos os expositores que foram questionados, em bloco, pelos Senhores Parlamentares presentes. A seguir o Presidente passa a palavra ao Deputado Fernando Gabeira, que apresentou proposta sobre o funcionamento da Comissão no período do recesso parlamentar, que foi apoiado por outros parlamentares. Foram apresentados requerimentos que deverão ser votados na reunião administrativa, convocada para tal na próxima semana. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às vinte horas e quarenta minutos, eu Francisco Naufres Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Havendo número regimental, declaro aberta a quarta reunião da Comissão Especial Mista, criada por meio do Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas para o seu equacionamento.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir exposições do Dr. Airson Bezerra Lócio, Presidente da Codevasf, do Dr. Mozart Siqueira Campos de Araújo, Presidente da Chesf, e do Dr. Fernando Bendaga de Almeida, Superintendente da Valeexport.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se é necessário a leitura da ata das reuniões anteriores.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Dispensada a leitura da ata.

Em votação a ata.

As Sras e os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a ata das reuniões anteriores.

Há dois ofícios a serem lidos. O primeiro deles é do Sr. Presidente da Aneel, Sr. José Mário Miranda Abdo, colocando à disposição desta Comissão os servidores José Eduardo Pinheiro Santos Tanure e

Antônio Marra de Lima para assessorar o Senador Paulo Souto nos trabalhos da Comissão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE () – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, sugiro a V. Ex^a que determine à Secretaria da Comissão para entrar em contato com o Presidente do Aneel, porque é conveniente que os assessores estejam presentes à reunião. Se já estiverem, removo a minha sugestão, mas penso que eles deveriam acompanhar todo o processo, para poder melhor ajudar, porque são funcionários com conhecimento extremamente competente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Muito bem lembrado. Essa, realmente, é a finalidade do pedido: acompanhar permanentemente os trabalhos.

O segundo ofício é do Presidente do Valeexport, Dr. Aristeu Chaves, comunicando a sua ausência por motivo superior – ele está em viagem ao exterior – e apresentando o seu representante, nesta audiência pública, o Dr. Fernando de Almeida, que é Superintendente daquela entidade.

Solicito à Secretaria que faça adentrar os expositores.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes de se começarem as exposições.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, na reunião anterior, que foi também a reunião inicial, apresentei à Presidência uma proposta, mas não a formalizei por escrito. Essa proposta depende de uma discussão nesta Comissão. Propus que esta Comissão fosse aproveitada como a Comissão Representativa da Câmara dos Deputados no período do recesso, porque, regimentalmente, não poderemos trabalhar no período do recesso. Entretanto, a crise vai se acentuar nesse período e precisamos de alguma saída regimental para que tenhamos condições de nos reunirmos e trabalharmos. Se esta Comissão fosse aproveitada em peso como a Comissão Representativa da Câmara dos Deputados e do Senado no período do recesso, teríamos condições de trabalhar normalmente.

Não sei qual é a situação dos outros membros da Comissão, mas eu estaria disposto a continuar o trabalho em julho, porque considero necessário. Agora, temos de fazer uma avaliação para ver se há ou

não condições de fazer essa proposta como Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Informo ao Deputado Fernando Gabeira e aos demais membros da Comissão que foram mantidos contatos com a Presidência do Congresso e a informação que temos é a de que, durante o mês de julho, irá se fechar o Congresso Nacional, até por causa do racionamento. Essa informação não foi ainda discutida nem negociada, mas é a primeira que temos.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, não me conformo muito em se fechar o Congresso Nacional em julho, apesar de ter sido o autor da proposta de racionamento de energia aqui. Não precisamos manter todo o Congresso Nacional aberto, mas um mínimo necessário para que funcione a Comissão que intervirá na questão do racionamento é fundamental, senão vamos utilizar a lógica do Governo, que decretou feriado na sexta-feira. Sem energia, vamos todos descansar e, quando chover novamente, nós voltamos.

O caminho não é esse. Vamos ter de tomar soluções aqui, discutir com o Governo, estar presentes. Eu estaria disposto a isso neste momento. É uma questão decisiva para o País. Não tenho o hábito de ser grandiloquente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concordo. Deve ser bastante discutida essa questão de fechar o Congresso no recesso.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Mas é uma questão vital. O Congresso não pode fechar totalmente em julho. Tem de haver um espaço, alguns quilowatts para discutirmos a questão da energia e tentarmos articularmos com o Governo, na busca de uma saída.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, antes de entrar no assunto que me levou a pedir a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, quero concordar com o Deputado Fernando Gabeira.

Até compreendo a intenção do Governo de fechar o Congresso no mês de julho. Na verdade, é uma questão política, não há outra explicação, e, evidentemente, se tirarmos essas férias, será extremamente conveniente a ausência do debate nesta Casa. Por trás disso, está essa questão mencionada: é o racionamento do debate, e não de energia.

Eu gostaria, entrando no assunto, de fazer um apelo a esta Comissão. Estamos no período de discussão dos trabalhadores do setor elétrico. Eles es-

tão em campanha salarial, e a data base é 1º de maio. Aproveito a oportunidade para, diante desse quadro tendo em vista, há mais de cinco anos, a dificuldade de negociar, a impossibilidade, a recusa sistemática de negociação com a categoria que tem acontecido. Refiro-me ao grupo Eletrobrás, Chesf, Eletronorte, Eletrosul, Cepel, Eletronuclear, parte da Eletrosul. Esse contingente de trabalhadores está em um estado de tensão – além da preocupação com o racionamento que já envolve a categoria –, devido a uma negociação não realizada.

Gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a a fim de que possamos solicitar aos Ministros da área para receber esta comissão da Federação Nacional dos Urbanitários, para que possamos estabelecer algum nível de diálogo e de negociação, a fim de que se tenha um desfecho.

Estamos assistindo ao crescimento de uma certa tensão na base dessa categoria. Já se anuncia um estado de greve, e posso assegurar, pelo clima que começo a sentir, que a disposição é de endurecimento. Há muita revolta. A população começa a se manifestar, angustia-se, e a se revoltar nessa situação.

Gostaria, então, de sugerir que V. Ex^a possa, como Presidente desta Comissão, intermediar um encontro da liderança da Federação Nacional dos Urbanitários com o Ministro das Minas e Energia ou com alguém que negocie essa situação para ver se é possível encontrar uma solução negociada ou a abertura de um canal de negociação.

Poderíamos assinar juntamente com V. Ex^a, oficiando uma solicitação de audiência – inclusive, colo-me à disposição para participar –, para que se possa estabelecer um canal de negociação em relação aos interesses dessa categoria que é tão importante e essencial para o funcionamento desse serviço e que, neste momento, está em um estado de tensão permanente.

Creio que uma forma de contribuímos em relação a este problema, para haver uma distensão, é abrir um canal de negociação que permita, pelo menos, aliviar o clima que está se formando entre os eletricitários e urbanitários de todo o País.

Esse é o meu apelo para que V. Ex^a, como democrata, ajude a estabelecer esses canais de negociação que contribuirão para um clima menos tenso, além do que temos em função dos acontecimentos mais recentes no setor.

Essa é a minha proposta.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Apoio a proposta do Deputado Fernando Ferro.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, gostaria de justamente me solidarizar com a proposta do Vice-Presidente, Deputado Fernando Gabeira, e do Deputado Fernando Ferro.

O Governo tem até a prerrogativa de não convocar todo o Congresso para estar aqui, excepcionalmente, em julho. Creio que cabe a nós tomar essa decisão, juntamente com a Comissão Representativa que vai funcionar.

As informações que temos são a de que nas outras Regiões o racionamento vai equacionar o problema. No Nordeste, se não ficarmos vigilantes 24 horas, vamos ter apagão, vamos dizimar a irrigação. Precisamos ficar atentos porque o Governo está tratando com relação à questão do racionamento do pólo de alumínio do Norte. Precisamos que o racionamento do alumínio, que está em 25%, seja aumentado para 50%. Só assim haverá garantia de que a reserva morta de Sobradinho é intocável para poder assegurar, ao menos, os projetos de irrigação e o abastecimento de água das cidades ribeirinhas. Não podemos protelar e empurrar com a barriga essa decisão. Está em jogo o contrato social que a União tem para com os filhos do Nordeste e um contrato de exportação que pode, muito bem, ser indenizado. Não podemos aceitar essa letargia, essa inércia de intervenção. Os relatórios da Chesf, dos técnicos que entendem do assunto, é no sentido de que a situação do Nordeste é a mais grave possível. Um racionamento de 25% no pólo de alumínio não vai equacionar o nosso problema. O poder econômico está falando do mais alto do que a questão social do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Vamos discutir essa questão hoje.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Estou falando de ficarmos de plantão em julho.

O SR. SALATIEL CARVALHO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra Deputado Sr. Salatiel Carvalho.

O SR. SALATIEL CARVALHO – Gostaria de manifestar total solidariedade às colocações dos Deputados Fernando Gabeira e Clementino Coelho. Creio que julho é um dos meses em que a crise vai avançar. Entendo ser de fundamental importância, até para colaborar com o Governo, com a sociedade, que a Comissão – não digo na sua totalidade – mantenha-se

em funcionamento. A intenção das duas Casas, tanto do Presidente Aécio Neves quanto do Presidente Jader Barbalho é a de que esta Comissão sirva de elo entre a sociedade e o Governo para que possamos, em um processo de vigilância, procurar ajudar no que for possível para minimizar os efeitos da crise sobre a sociedade. Creio que não podemos parar em julho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Registro a presença no plenário do Prefeito de Petrolina, Sr. Fernando Bezerra, que representa aqui os prefeitos daquela região.

Passo, de imediato, a palavra aos senhores expositores. Informo que cada um terá o tempo suficiente para sua exposição.

Início concedendo a palavra ao Sr. Mozart Siqueira Campos Araújo, Presidente da Chesf.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, a Presidência não respeitou à questão do Deputado Fernando Ferro: se a Comissão se dispõe, também, a contribuir na intermediação da problemática dos eletricitários com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Ficou registrada a solicitação do Deputado Fernando Ferro. Uma representação da Federação dos Eletricitários esteve, agora à tarde, na Comissão de Minas e Energia. Lá, nos comprometemos a fazer essa intermediação em busca de uma audiência com o Sr. Ministro.

Concedo a palavra ao Dr. Mozart, Presidente da Chesf.

O SR. MOZART SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Deputado, pedirei uma tolerância de 5 minutos. Como na pauta que recebi, a Codevasf estava colocada em primeiro lugar, instalaram o computador, mas nós não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Não há problema. Passo a palavra ao Dr. Airson Bezerra Lócio, Presidente da Codevasf, para fazer sua exposição.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Prefeito da região do Vale do São Francisco.

Estava muito satisfeito que o Presidente da Chesf falasse em primeiro lugar porque S. S^a entende, realmente, de energia. A Codevasf, hoje, é usuária de energia e de água. Qualquer projeto que a Codevasf vá realizar leva um tempo grande para conseguir a outorga das águas.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, a nossa intenção realmente era de que a Codevasf comparecesse aqui na qualidade de usuário, quer dizer, que reflexos tem, etc. Claro, que do ponto de vista do problema da energia em si, diria que o responsável é a Chesf. A nossa idéia era ouvir a Codevasf sobre qual é o significado que isso pode ter sobre os projetos de irrigação que de alguma forma ela administra, etc. Se isso não ficou explícito, este seria o objetivo principal da presença de V. S^a aqui, nesta Comissão.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Ficou bem. Gostaria apenas de, inicialmente, ter ouvido a Chesf, porque naturalmente ela tem maiores informações e dados do que a própria Codevasf.

Temos usuários com grandes e graves dificuldades e com a previsão de que isso se agrave a cada ano.

Inicialmente, vou-me referir apenas à Bacia do São Francisco. Quero mostrar a produção que existe numa região em que foi desenvolvida uma irrigação que é uma das atividades primordiais para o desenvolvimento sustentável da região do semi-árido. Tendo a irrigação essa prioridade em termos de geração de emprego, de renda e de desenvolvimento de uma região em que vez por outra estamos com problemas de seca, e agora também já estamos com essa dificuldade, então soma-se o problema da seca, o problema de água e o problema de energia.

Então o problema dos perímetros de irrigação do Vale do São Francisco não é apenas de energia; elétrica, de redução ou de diminuição dos gastos de energia, mas da água. Esse é o que mais nos preocupa.

Como os senhores podem ver neste quadro, essa produção representa um valor muito grande, porque gera milhares de empregos e desenvolvimento para a região. As principais culturas do Vale do São Francisco são: banana, uva, goiaba, pinha, mamão e outros produtos. Alguns perímetros têm mais de 53 variedades de fruticultura, estas são as principais. Hoje temos uma área 99 mil hectares no Vale do São Francisco, com a produção de 1 milhão e 787 mil toneladas de produtos. Isso envolve fruticultura e em algumas áreas também há culturas de ciclos curtos, o que chamamos de culturas anuais. O valor bruto da produção de é cerca de R\$745 milhões.

Então é uma atividade econômica muito importante, e estamos sabendo que na parte da Califórnia, os Estados Unidos tiveram problema energético, mas a parte de irrigação foi totalmente preservada. Temos condições de fazer a redução do consumo energético

e estamos fazendo, juntamente com os peritos de irrigação, através dos distritos.

Há que se esclarecer aqui que esse consumo já é o mínimo com que o irrigante trabalha; hoje o irrigante trabalha usando o mínimo de energia, o mínimo de água, justamente para dar uma lucratividade muito baixa, através de gotejo, microaspersão, tudo para gastar pouca água e pouca energia. Quer dizer, fica muito difícil reduzir mais do que 10%.

Temos um acordo com a Chesf em termos de uso de água e energia, principalmente de água, para que não prejudique a geração de energia e que também não venha a prejudicar a irrigação projetada para o Vale do São Francisco, que é da ordem de 800 mil hectares. Hoje estamos numa faixa de 330 mil hectares irrigados, tanto em perímetros públicos como privados. Então, nos so acordo com a Chesf é de chegar até 800 mil hectares sem que se tenha grandes problemas em termos de geração de energia no Vale do São Francisco.

O SR. – O senhor me permite um esclarecimento?

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Pois não.

O SR. – O senhor, no quadro anterior, falou em 99 mil hectares, e agora colocou 330 mil hectares. O que são esses hectares?

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Da Codevasf são 99 mil...

O SR. – E os 330?

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – ... e o restante de iniciativa privada.

O SR. – Do geral. Está bem.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Aí tem irrigação, pequena irrigação, irrigação comunitária, alguns projetos privados, o que dá cerca de 330 mil. Desses 99 mil, hoje, quase 80% são de fruticultura.

O SR. – Esses 800 mil a que V. S^a fez referência são o projeto?

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Essa é a capacidade hídrica, ao longo da história do Vale do São Francisco, de chuva, que, sem prejudicar a geração de energia, poderia ser irrigada no Vale do São Francisco. O levantamento da Codevasf dá 32 milhões de hectares irrigáveis em todo o vale, 8 milhões a uma distância de 60km, em uma altura de, no máximo, 120; mas com a capacidade hídrica só temos condições de irrigar até 800 mil sem que venha a ter prejuízo na energia elétrica, a não ser em anos excepcionais em que precisa haver uma complementação – isso está previsto – com a energia termelétrica,

compensando cerca de 5% das perdas em alguns anos; atualmente é muitas vezes maior do que 5%.

Fizemos as simulações junto com a Chesf. Hoje temos pessoas em cada projeto, fazendo a medição, e, nos fins de semana, de acordo com a Chesf, fazemos algumas simulações de liberação de água em Sobradinho. Domingo agora foram liberados 1.100 m³/s, e com isso faltou água na cidade de Juazeiro. Quer dizer, se soltar pouca água, a água baixa e os motores e as bombas, em alguns projetos, não alcançam mais água. Então temos que ter um equilíbrio muito grande na liberação e na geração para que não haja o problema da falta de água, que me parece ser o mais sério.

Com a falta de água num projeto de irrigação – ou até mesmo de energia –, o prejuízo é algo astronômico. Hoje, gasta-se entre R\$30 mil a R\$35 mil para plantar 1 hectare de uva. Quer dizer, o cidadão que perder 10 hectares de uva está, realmente, liquidado em termos econômicos.

E mais: se uma indústria paralisar, quando voltar a ter energia, ela retoma seu instrumento de produção, com seu estoque que está guardado. E, no caso da irrigação, ele levará dois, três, até quatro anos para voltar a ter aquela produtividade anterior. Então é um problema, realmente, que tem que ser visto com muito equilíbrio, tem que haver um controle, principalmente de Chesf e Codevasf, nessa distribuição de água, na liberação desses recursos hídricos e até mesmo em um programa de liberar, por exemplo, numa cheia, ou na quele pico, com o controle para que esses projetos captem água naquele momento em que está entrando aquela onda de água. Para fazermos esse controle, temos que contar muito com a Chesf.

Nessas demonstrações aqui, que fizemos em 28 de maio, liberando 1.200 e até 1.300 m³/s, não deu, houve dificuldades em alguns projetos. Apenas no Brígida, que é um projeto inclusive da Chesf, daquele programa de Itaparica, zerou a quantidade de água. Quer dizer, se baixar mais do que isso, ele fica desativado. Outros estão normais, nesses níveis de até 1.200 m³. Portanto não podemos baixar desse nível a liberação de água em Sobradinho, a não ser que se faça essa programação com a Chesf para liberar, em determinado período, uma leva de água para captar também naquele momento, quer dizer, haver um controle entre os projetos de irrigação e a liberação de recursos.

Aí vemos os níveis, a cota mínima operacional de cada rio na sua captação. O último, de Torão, já

tem uma estação que está fora, pois foi feita um pouco alta.

Os projetos anteriores à Barragem de Sobradinho tinham uma captação bem mais baixa, que correspondia à captação normal do rio em épocas de seca, de forma que esses não têm tido dificuldades.

Quanto às vazões naturais e às médias anuais do Sobradinho, quero dizer que, ao longo do tempo, a média de chuvas no São Francisco gerou uma vazão de 2.800 metros por segundo. Naturalmente, num período menor, é menor, mas a média tem sido essa. A média regular de Sobradinho é de 2.060 metros por segundo, dos 2.800 de média do São Francisco.

De acordo com esse gráfico, o período em que houve a maior crise no Vale do São Francisco foi de 1951 a 1954, quando choveu menos. V. Ex^{as} podem observar essa faixa no gráfico, correspondente a esse período crítico: está mais largo o período de poucas chuvas. No restante, tem-se comportado normalmente, inclusive no ano passado.

Não há informação de que não houve chuvas. Foram um pouco abaixo da média. Nestes últimos anos, não houve o período que chamamos de cheias, aquele período maior que encha as barragens. Nos últimos três ou quatro anos, não houve um período de cheia capaz de encher todos os reservatórios. Mas as chuvas no Vale do São Francisco, em geral, estão na média. Não se pode dizer que não choveu neste último ano, de acordo com as informações e os dados que tenho. Mas nos últimos dois ou três anos, não houve chuva torrencial que viesse realmente a abastecer esses reservatórios que, ao longo dos anos, foram utilizados não sei se bem ou mal.

Os anos de 1953, 1954, 1955, 1956 foram críticos, conformaram V. Ex^{as} no gráfico anterior. O ano de 1998 também foi um período muito ruim, parecido com 1953 e 1954. A vazão foi de 1.927. O período de 1999 também foi abaixo da média, mais ou menos 1.780, mas, no ano de 2000, chegou a 2.492 metros, apenas os reservatórios foram encontrados com baixo nível, então não deu para compensar os anos anteriores. O que faltou realmente foram as cheias que são frequentes em Minas Gerais.

Impacto de retirada de água para uso de irrigação em terras a montante de Sobradinho. Acima de Sobradinho, vários projetos colhem água não só na calha principal do Rio São Francisco, mas nos seus tributários. Esse cenário que se apresenta agora é a montante de Sobradinho, sem considerar a Barragem, só a água normal que vem de Três Marias e dos rios tributários. Atualmente há um déficit de 70 metros

cúbicos, em função das águas tiradas acima de Sobradinho. Esse déficit faz com que a Chesf reduza ou perca capacidade, gerando um déficit de 289 megawatts. Na hipótese, e aí a sugestão da Codevasf — são estudos feitos com a Eletrobrás, de simulação de reserva de água, com dez reservatórios nos afluentes —: reduziríamos, em Sobradinho, o déficit de 70 para 24. A perda de geração de energia seria apenas de 174 megawatts. Se se fizerem dez reservatórios nos afluentes e seis na calha principal, vamos zerar, porque menos um considera-se zero, aumentar a geração de energia da Chesf de 1.002 e a variação de descarga de Sobradinho, embora seja reduzido de 148, o déficit da Chesf é de apenas 417.

Vamos separar os 330 mil, que arredondei para 300, e, no outro quadro, 800 mil. Mesmo que chegue a 800 mil, a variação de descarga de Sobradinho reduziria em 148 e o déficit da Chesf não haveria se se fizessem as barragens na calha de São Francisco e em dez reservatórios principais. Então há necessidade, há muitos anos, o que está previsto nos estudos da capacidade de geração do Rio São Francisco, que é de 22 mil megawatts e, hoje, não chega a 11 mil. A capacidade hídrica do São Francisco é de 22 mil megawatts.

O Brasil tem que optar pela geração de energia hidroelétrica, que ainda é a mais barata, e pensar nas energias caras, queimando óleo e gás, quando não houver mais disponibilidade hídrica alguma. O Vale do São Francisco, nos seus tributários e na sua calha... Aqui são apenas dez reservatórios. O estudo da Codevasf são de 29 reservatórios gerando energia, que têm as seguintes vantagens: primeiro, evita cheia em Minas Gerais — vez por outra, há cheia, cuja calamidade, às vezes, é maior que a da seca, porque deruba tudo e mata gente; a seca é mais prolongada e ainda dá para chegar com os carros-pipa —, aumenta a capacidade hídrica do Rio São Francisco para que não ocorra o esvaziamento da barragem de Sobradinho e garante algo chamado navegação do Rio São Francisco, que é navegável, mas não é uma via navegável porque não tem segurança hídrica. Não adianta dizer que vai fazer balizamento e dragar em tal lugar. Tem que aumentar a capacidade hídrica do rio para se ter uma navegação permanente. A hidrovia interligada com ferrovias é instrumento de desenvolvimento de uma região. Tem que aumentar a capacidade hídrica com essas barragens, que vão evitar cheia, gerar energia, principalmente, aumentar a capacidade hídrica do rio para fazer navegação e levar água para outros Estados, o que é possível desde que se recu-

pere o Rio São Francisco na parte de capacidade hídrica.

Vamos defendendo isso com um plano que já tem quatro, cinco anos e até já foi apresentado no Congresso Nacional, no próprio Senado. Trata-se de um plano de desenvolvimento do semi-árido e do Vale do São Francisco que não teve repercussão alguma. Trabalhamos com isso desde que o Presidente da Sudene, de 1995, veio com o compromisso de revitalização do Rio São Francisco, assinado com nove Governadores.

Outro dia, a Codevasf estava estudando essa forma de honrar a promessa do Presidente da República e continuamos com essa proposta. As ligações que temos com a Eletrobrás e com a Chesf é que, feitas essas barragens, a parte de geração de energia da Chesf ia melhorar em 100%. Esses são os depoimentos que sempre ouvimos da Eletrobrás. Não vamos para uma solução que, parece-me, pedem aqui. A solução que vejo é a revitalização do Rio São Francisco em todos os seus segmentos, desde a parte ambiental, onde há uma série de atuações que têm de ser feitas, mas não pode ser apenas com mata ciliar, porque essas matas ciliares ficaram na boca de todo mundo, mas ninguém foi so bre vo ar os rios da região para ver que as matas estão lá. Há algumas degradações que precisam ser corrigidas, mas a mata ciliar não pode ser a solução do Vale do São Francisco. Qual é a solução? Mata ciliar? Meu amigo, a solução é um conjunto de ações ambientais e de revitalização do rio em termos de capacidade hídrica. Hoje, Três Marias está liberando apenas 300m³/s, quando o mínimo que poderia liberar seria 500m³/s.

A infra-estrutura de obras hidráulicas concebida para alcançar o equilíbrio entre a demanda e a disponibilidade hídrica da Bacia do São Francisco aumenta a disponibilidade de água para a irrigação. É aquilo que eu disse: se se aumenta a capacidade para navegação, vai haver água para irrigação e até para se levar a outros Estados. Não há solução no semi-árido do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Bahia, Alagoas, Sergipe, onde não há alternativa de água subterrânea, e é o que predomina. Sem a participação do Rio São Francisco não há essa solução. Podem inventar o que quiserem, carro-pipa ou outras coisas, mas é preciso levar água do São Francisco para complementar as águas locais e dar sustentabilidade econômica à região. Já vi muitos debates aqui nos quais se diz que se deve furar poços, mas o problema não é de poço de água de beber. O problema é de fome, é de pobreza, é de produção.

Quando se diz hoje que a região está em estado de emergência, é porque está mesmo, já que lá não se produziu nem milho, nem feijão, cultura de subsistência dos pequenos produtores, todos minifundiários. O problema é de água na planta, não é de água para beber. Há problemas de água de beber? Em algumas regiões mais distantes, é preciso usar o carro-pipa, porque acostumamos o sertanejo a beber água de pipa. O Governo trouxe o carro-pipa e o sertanejo vendeu o jumento, a ancoretta, a lata d'água. Por isso o Governo tem de chegar é com os carros-pipas mesmo, não há outra saída. Furam-se poços mais próximos quando o carro-pipa está distante e se houver essa possibilidade.

Há alternativas pontuais que se podem fazer, mas o plano deve ser de desenvolvimento econômico. Não se trata de um problema social, mas de pobreza mesmo. Se tiver condições econômicas, o cidadão compra até água mineral. Então o problema é de pobreza, não de água. Toda vez que se fala em emergência, sugere-se furar poços. Primeiro que não há sequer máquinas para furá-los. Pensa-se no cata-vento, então, mas não existem para comprar. Lá em Campina Grande, o sujeito faz 30 cata-ventos por ano e que rem que faça 3 mil dentro de 1 ano, mas não há estrutura para isso. Então, há essas questões para se resolver o problema emergencial.

Temos o problema e é preciso fazer alguma coisa, seja o básico ou carro-pipa, mão-de-obra que é necessária, mas é preciso fazer algo. A Codevasf fez proposta para o Ministro Raul Jungmann do que acredita deve ser feito, porque há muitos erros cometidos anteriormente que precisam ser corrigidos.

Com o aumento da infra-estrutura de obras hidráulicas, temos de ter o controle total da oferta d'água. É preciso haver um gerenciamento perfeito desse problema de água. Mas é necessário que haja praticidade, não se pode ficar só em seminários, workshops. Só se fala nisso, só se faz isso e as ações verdadeiras não acontecem. Nunca vi tantos workshops, tantos seminários, tantas coisas para falar de água sem se sair do lugar.

Acréscimo na geração de energia hidrelétrica, a melhoria das condições de vida navegáveis, de que já falei, controle de ocorrência de inundações, um problema que, vez por outra, ocorre naquela região, quando vêm as chuvas torrenciais. Este ano, as pessoas estão falando em seca verde. Houve, na média, chuvas quase normais. Foram chuvas torrenciais. Alguns açudes, barreiros. O que chamamos chuva louca chegou a encher os barreiros, mas não influiu

em nada na produção. Quem plantou perdeu, pois não choveu mais.

Eu estive em uma região do sertão e um camarada me disse: "A última vez que São José esteve por aqui foi no dia dezenove. Depois ele viajou. Já procuramos e não o encontramos nem pelo telefone celular". Realmente parou. Não choveu mais e tudo morreu. Não tem milho, feijão, enfim, não se colheu nada.

O gerenciamento de recursos hídricos na região semi-árida do Nordeste. Se não houver realmente um gerenciamento... Darei um exemplo. Há algum projeto de que se vai perenizar o rio tal. Tira-se uma água caríssima, ela é bombeada e colocada para sair rio abaixo. Não há quem gerencie ou controle a água dentro de um rio, evaporando, infiltrando, e todo mundo retira sem nenhum controle. Tem de haver canais, que são caros. Tem de haver o gerenciamento das águas, sob pena de, no futuro, não ser...

Nesse plano que a Codevasf emprega desde esse período, estabelecemos um sistema de suprimento, regulação das vazões principais dos afluentes e até mesmo de águas de bacias vizinhas. Aí, sim, aumentará muito mais a capacidade de geração de energia e a capacidade hídrica do rio. Há disponibilidade de bacias vizinhas no Paraná. Daí se diz: "Mas Furnas também está seca", mas é um perío do excepcional. Hoje, os estudos que a Codevasf tem são de que em um período, em Rio Grande, em Furnas, de três a quatro meses, há a disponibilidade de água perdida que irá embora. Lá é apenas um dique. Se se retirar o dique e colocar comporta para, naquele período, a água passar para o Rio São Francisco, precisará aumentar, em muito, a capacidade hídrica dele.

Há necessidade dos tributários na calha do Rio São Francisco e, também, de, no futuro, trazer água das bacias vizinhas, inclusive de Tocantins. Aí sim, seria uma das águas mais caras que poderiam chegar ao Rio São Francisco, em razão da distância das águas. Embora tenha muito água, é distante da calha que irá passar pelo Rio São Francisco.

Outro subsistema é o de distribuição e captação, porque tem de se levar a água para as regiões mais secas, através de canais em que se vão desenvolver projetos de irrigação.

Um dos grandes problemas de projetos de irrigação concentrados em grandes áreas é a atração pelo emprego. Cito Petrolina e Juazeiro, que, em função do seu desenvolvimento, dos resultados econômicos que têm feito com que essas regiões se desenvolvam muito, há também uma atração gigantesca das pessoas que vão atrás de emprego. Do Piauí, da

Paraíba, do Ceará, todas se dirigindo para Juazeiro e para Petrolina e, se não fosse a atuação política da região – há uma disputa entre Juazeiro e Petrolina para ver quem leva mais pessoas –, seria, hoje, uma Serra Pelada, porque lá existe problema de habitação, de saneamento, de saúde, de segurança, pela atração. Então há que se fazer perímetros irrigados em outras regiões para descentralizar esse desenvolvimento. É isso que a Codevasf tem procurado fazer: reduzir alguns projetos estudados, há algum tempo, que são muito grandes. Reduzi-los para que se possa fazer também em outras regiões. Descentralizar e ter o melhor consumo de água e o melhor resultado.

Esse subsistema de distribuição prevê levar água além dos perímetros irrigados já projetados na calha do Rio São Francisco para regiões mais pobres e mais secas desse semi-árido.

Nesses empreendimentos dos afluentes que a Codevasf tem estudos, juntamente com a Eletrobrás – temos um convênio com a Eletrobrás –, há vinte e nove aproveitamentos inventariados nos afluentes do Rio São Francisco que acarretam um aumento substancial. Aqui estão os dados: 91m³ por segundo na Bahia e 492m³ em Minas Gerais. Mas em termos de Barragem de Sobradinho, ele aumenta na ordem de 52 metros cúbicos por segundo. Essa água fica nessas reservatórios.

Se o volume armazenado em Sobradinho tivesse sido alocado em Minas Gerais... Esse é um dos problemas, porque a água que passa para gerar energia tem que passar para gerar energia. Se ela gerasse energia acima, em Minas, estaria disponível para todos os usos. Então, haveria uma disponibilidade de água astronômica. Cerca de 2.000 m³. No entanto, a geração de energia é na área do médio São Francisco, quase que no baixo São Francisco. Então, temos que deixar passar essa água para não prejudicar a geração de energia.

Acredito que o Dr. Mozart falará também das necessidades, ainda, de 4 ou 5 geradores de energia no Moxotó I, Itaparica II, Itaparica III. Tudo isso por que se aproveita a água de uma que vai passando para a outra.

É preciso gerar mais energia, fazer mais investimento nessa área da Chesf, sem esquecer que tem de ser feita uma geração de energia em Minas Gerais, pelos motivos que aqui já expus.

Porém a implantação desses aproveitamentos, além de aumentar a vazão mínima nos períodos de estiagem dos afluentes, aumenta a garantia de fornecimento de água para diversas demandas, inclusive

nos perímetros de irrigação atual e futuro, porque atualmente só temos 330 e nós queremos chegar a 800 mil. Com isso, acrescenta-se uma potência de 1.375 megawatts no sistema de geração de energia.

Aproveitamentos inventariados dos afluentes do São Francisco. Aqui está a denominação das barragens: o rio da Velha, Jequitaí, Urucunha, Paracatu, etc.

Algumas barragens que foram previstas em anos passados, estudadas, não podem ser mais feitas no mesmo local, porque não há condição de se conseguir, do Meio Ambiente, essas licenças, já que hoje existem populações, cidades. É preciso construir as barragens mais em cima. Em vez de uma grande, serão duas ou três.

Então tudo isso que se deixou de fazer à época precisa ser feito no momento, com modificações de estudos localizados.

Aqui temos a potência, em megawatts, gerada, 627 e cada uma, individualmente. E o aproveitamento na calha do São Francisco. Quase todas em Minas. Só há uma da Bahia, em Paratinga, com 440 megawatts de potência.

Para quem quiser falar, estou aqui à disposição. Em linhas gerais, essa seria a situação.

Em termos de projetos de irrigação, há uma preocupação muito grande da Codevasf. Encaminhamos correspondência ao Dr. Pedro Parente, sugerindo que saíssem normas para irrigação no semi-árido, estabelecendo alguns princípios que achamos importantes, que deveriam ser discutidos, naturalmente, com os interessados: os irrigantes, os conselheiros dos projetos de irrigação, dos distritos de irrigação. Mas a proposta seria: proibir o início de plantio de novas culturas, tanto as perenes como as anuais, até que passe a crise; proibir a incorporação de novas áreas irrigáveis até que se chegue lá; estabelecer prioridades para a irrigação de culturas perenes em relação às anuais – se vai perder manga, que se perca melancia, tomate, o que for, contanto que a fruticultura seja preservada; fixar o limite máximo de 15% na redução de consumo de energia, na hipótese de o limite atual de 10% ter de ser aumentado. Não queremos que saia de 10% de jeito nenhum, mas se houver uma hipótese de Governo, uma necessidade, no máximo 15%; daí para a frente, podemos encerrar os projetos porque não vão funcionar.

Estabelecer que os períodos diários de irrigação tenham seus horários negociados entre os irrigantes e as concessionárias de energia elétrica – os horários e o tempo de uso de energia –; determinar que as

eventuais parcelas de dívidas vincendas dos irrigantes que tenham suas atividades paralisadas em termos dos itens 1 e 2, que é aquela de expansão ou novos projetos de irrigação, sejam negociadas junto às instituições credoras para o pagamento após o período que perdurar a crise, ou seja, que aqueles que tenham tomado empréstimo para implantar ou para expandir tenham também prorrogado o seu prazo de pagamento.

Essas foram as sugestões feitas à Câmara de Gestão da Crise Energética. Não saiu ainda nenhum instrumento regularizando essa parte. Com isso, que fossem chamados outros organismos para sabermos se teriam outras idéias.

Muito obrigado pela atenção.

Estou aqui à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr. Airson.

Passo a palavra ao Dr. Mozart de Siqueira Campos Araújo, Presidente da Chesf, que fará a sua exposição.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Sr. Deputado Antônio Cambraia, Presidente da Comissão Especial, Sr. Senador Paulo Souto, senhores palestrantes, Srs. Deputados, recebemos o convite da Comissão Especial para falar sobre a situação energética, particularmente as questões voltadas para as causas e algumas propostas de soluções.

Ontem, tivemos a oportunidade de sermos abordados pelo Deputado Clementino Coelho, que nos pediu também para tratar da questão relativa aos impactos sobre os usos, sobretudo referentes à irrigação, no perímetro do Rio São Francisco. Além da questão da irrigação, é importante observar que temos também a questão da navegação e do consumo humano, todas ligadas à vazão do Rio São Francisco.

A partir da Barragem de Sobradinho, temos o controle da vazão do Rio São Francisco, a jusante de Sobradinho, a jusante de Paulo Afonso e a jusante de Xingó. Em todos esses trechos, temos obviamente que conviver com a produção de energia elétrica associada a um turbinamento, ou seja, há um volume de água que passa pelas turbinas, e esse volume de água, por sua vez, está associado à vazão do rio, que define determinadas alturas nos trechos do rio.

O Dr. Lócio teve a oportunidade de falar.

Dentro da nossa exposição, que se vai voltar para a questão energética, até porque somos oriundos de uma empresa energética, não vamos deixar de tratar a questão relativa ao controle da água.

Vamos aproveitar para colocar que a Chesf é uma mera executora dessa política de controle das vazões. Antes de 1995 e antes da criação do ONS, a Chesf era quem determinava. Hoje, executamos essa política e nos relacionamos com o Operador Nacional do Sistema para definirmos o que é melhor não somente para controle das vazões, mas também para a produção de energia elétrica na Região Nordeste.

Vou passar rapidamente, até porque os Srs. Deputados devem saber, para que vejamos algumas questões que fundamentalmente afetam a modificação que ocorreu recentemente, quando da reestruturação do setor elétrico.

É importante observar que a partir de 1995, com a mudança da Constituição no seu artigo 175, duas leis foram aprovadas e diria que essas duas leis regulamentam esse artigo da Constituição, mas representam um marco regulatório importante: são as leis relativas ao regime de concessão e outras que definem, por exemplo, a criação de produtor independente. Essas duas leis, após a sanção e a aprovação pelo Congresso brasileiro, tiraram do grupo Eletrobrás, ou seja, das empresas estatais a responsabilidade pela energia nova, adicional – chamamos isso de energia nova, de geração.

Antes desse modelo, havia uma responsabilidade intrínseca das empresas estatais de garantir esse abastecimento. Com essa mudança, com essa reestruturação que ocorreu a partir de 1995, passou a ser um mercado e novos organismos foram criados para que esse atendimento viesse a ser feito pelas empresas do Brasil.

Alguns pontos importantes da Lei 8.987. É uma lei, obviamente, muito grande, mas ela passou a definir regras de licitação. O que isso significa? Antigamente uma empresa concessionária de geração podia receber diretamente a outorga para fazer um projeto. Essa lei começou a definir um outro tipo de proposta, definir um inventário e então a outorga é licitada e qualquer empresa do País, inclusive uma empresa estatal, é que vai se habilitar a disputar a concorrência desse empreendimento.

A questão da política tarifária que impactou, sobretudo, as questões da transmissão. Hoje, cada trecho de linha é licitado e tem uma política tarifária, e outras regras importantes com relação aos contratos de concessão do serviço público e às obrigações do poder consente.

Com relação à Lei nº 9.074, ela criou produtor independente de energia elétrica, que é um modo diferente de produzir energia elétrica. O produtor inde-

pendente tem preços livres, pode negociar diferentemente de uma concessionária de geração, que tem uma tarifa para vender energia elétrica.

Criou o consumidor livre. A maioria dos consumidores eram cativos, só podiam comprar a sua energia ou de uma empresa distribuidora ou de uma empresa geradora de sua área de atuação. Estou listando isso aqui, mas depois vou distribuir essa apresentação para mostrar, inicialmente, que o setor elétrico, a partir de 1995, sofreu uma reestruturação muito importante com relação a sua atuação.

A partir dessas leis, o Governo contratou a Coopers, com um conjunto de 160 técnicos do setor elétrico brasileiro, para regulamentar essas leis, com a coordenação da Secretaria de Energia, e foram desenvolvidos estudos nos anos de 1996 e 1997 e passou-se, então, à regulamentação e implementação desses estudos, inclusive algumas leis foram também editadas e aprovadas aqui no Congresso fruto desse estudo que foi feito pela Secretaria Nacional de Energia Elétrica.

Um dos objetivos da reestruturação era permitir ao Governo se concentrar mais na definição de políticas e na regulamentação e fiscalização do setor e propiciar a transferência de responsabilidade da operação e dos investimentos para o setor privado.

É importante dizer que hoje as empresas iniciaram um processo de desverticalização. Atualmente, a Chesf ainda é uma empresa de transmissão e geração, mas deverá ser dividida em duas empresas: uma de geração e outra de transmissão. A distribuição e a transmissão continuariam como monopólios naturais por área de concessão e se estabeleceria uma competição na geração e comercialização de energia.

É importante observar a estrutura anterior, num quadro simplista, que era de monopólio na geração e comercialização e passou a ser uma estrutura de competição. As empresas antes eram integradas não somente na geração, mas na geração e transmissão e distribuição. O exemplo disso é a Cemig. As empresas terão que ser desverticalizadas. As tarifas anteriores eram definidas pelo custo, agora são tarifas e preços de mercado. Os consumidores cativos, alguns em baixa tensão, continuam cativos e outros são livres, poderão comprar energia de várias empresas. A predominância anterior era estatal, e, hoje, sobretudo na distribuição, há uma predominância privada, e o acesso que era limitado, na transmissão e distribuição, hoje tem acesso livre.

Com esse arcabouço, foram criado através de lei o Agente Nacional de Energia Elétrica, o Operador

Nacional do Sistema, o Mercado Atacadista de Energia e existe um órgão que é planejamento e está até hoje ligado ao Ministério de Minas e Energia, que é o Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão, que substitui um órgão importante dentro da Eletrobrás, que era o GCPS, e as empresas passaram a ter esses seguimentos bastante distintos de atividade: atividade de produção, que é a geração; atividades de serviços, que é a transmissão e distribuição, e atividade de comercialização, que são os comercializadores que estão atuando hoje no Brasil.

A conclusão dessa regulamentação foi feita basicamente através de leis aprovadas no Congresso. O arcabouço legal foi concluído no ano passado com a Lei nº 9.984, que instituiu a Agência Nacional de Águas. Anteriormente, essa regulamentação dos organismos que já citei foi feita pela Lei nº 9.427, que criou a Aneel, até a Lei nº 9.648, que considero uma das leis mais importantes dentre as outras que também são importantes no que diz respeito à montagem do arcabouço legal e institucional do setor elétrico brasileiro.

Então falei da Lei nº 9.648 porque ela autorizou a desverticalização das empresas federais, criou o gerador do serviço público para o produtor independente, separou a questão do acesso, estabeleceu os contratos iniciais, instituiu o Mercado Atacadista de Energia e o Operador Nacional do Sistema.

Fiz esse preâmbulo para mostrar que uma mudança importante ocorreu nos últimos seis anos, de 1995 até o ano passado, no setor elétrico brasileiro, que modificou substancialmente o papel das empresas de energia elétrica no País.

A Chesf, como os senhores sabem, é uma empresa que atua em oito Estados do Nordeste, à exceção do Maranhão, que é da área de atuação da Eletronorte, com uma área de quarenta e um milhões de pessoas e um consumo médio, sem racionamento, da ordem de cinquenta e dois mil gigawatts/hora.

Dentro dessa área a empresa é a maior rede de transmissão de energia elétrica do País, pois são dezoito mil quilômetros de linha de extra e alta tensão, entre 230.000 e 500.000 volts, que hoje está ligada ao Sul através dessa linha que vem até a Usina de Serra da Mesa e se liga, a partir daí, com o Sudeste. O Nordeste, até 1999, era apenas ligado ao Norte, à Usina de Tucuruí, mas a partir de 1999, com a construção da linha Norte/Sul, o Nordeste ficou integrado ao Sudeste, ao Centro-Oeste e ao Sul do País.

O mercado do Nordeste por estado é o que está aí: a Bahia com cerca de 35% do mercado do Nordeste.

te; Pernambuco com cerca de 20%; Ceará com 14% e o restante dos estados com percentuais um pouco inferiores a 10% complementam todo mercado da Região Nordeste, exceto o Maranhão. As classes de consumo são importantes: o parque industrial representa 41% no consumo de energia elétrica no Nordeste; cerca de 28% residencial; 15% comercial e 17% outros, incluídos iluminação pública, serviços públicos, eletrificação rural, etc.

Nos últimos anos, mesmo com as dificuldades decorrentes da dívida que a empresa contraiu, sobretudo com a construção da Hidrelétrica de Xingó, conseguimos fazer um investimento médio no Nordeste da ordem de R\$500 milhões. Esse investimento se focou fundamentalmente na rede de transmissão do Nordeste, principalmente pela necessidade de escoar a energia de Xingó, que foi concluída em 1997, e aumentar a capacidade de importação do Norte do País, uma vez que os grandes empreendimentos hidráulicos já tinham sido realizados no Rio São Francisco, e a alternativa de energia basicamente delineada a partir de 2001/2002 é a termelétrica e a importação de energia do Norte, mas sobretudo do Rio Tocantins, que é hoje um grande canteiro de obras no que diz respeito à construção de hidrelétricas.

Sempre mostramos esse gráfico e, do ponto de vista estrutural, dentro da energia disponível, há previsão de que haveria necessidade de energia nova no Nordeste nos meados de 2002. Tínhamos cerca de 5.700 megawatts médios disponíveis de energia estrutural, agregados a cerca de mais uns 400 megawatts que adquirimos da Eletro norte. Somente a partir de 2002 é que, em termos de energia estrutural, precisaria de energia nova no Nordeste. Essa energia nova seria oriunda seja de mais importação de hidrelétricas do Norte, seja da inclusão de novas termelétricas que, a partir de 1999, começaram a ser delineadas para serem colocadas nas diversas capitais do Nordeste.

Esses degraus referem-se à liberação dos volumes de energia para um mercado livre, de acordo com a lei atual. No Projeto de Lei nº 2.905, já existe uma nova alternativa para essa liberação de energia que acabamos de ver, mas haveria uma liberação paulatina dessa energia baseada no modelo de mercado. E, conseqüentemente, como a energia que hoje é vendida pela Chesf não somente é a mais barata do País, mas do mundo, hoje a energia no Nordeste representa cerca de 18 dólares o megawatt/hora, é o preço que vendemos de geração mais transmissão... Sabemos que quando se libera o preço da energia, se

ele for para preço de mercado, vai atingir custo marginal de expansão e pode chegar a cerca de 39 dólares. Estou falando em dólares porque os valores em reais variam em função da inflação.

Vamos falar da questão do Rio São Francisco, porque é importantíssimo colocar as questões que hoje estamos administrando. Esse quadrilátero cinzento que estamos colocando é onde nascem quatro bacias importantes: a Bacia do Tocantins, o Alto Tocantins nasce em Goiás, dentro desse quadrilátero, na parte superior desse quadrilátero, perto de Belo Horizonte, nas cabeças também o Rio das Velhas, que é um dos afluentes importantes do Rio São Francisco, e, no quadrilátero inferior, já próximo à região de São Paulo, temos os rios Grande e Paranaíba, que se juntam para formar o Rio Paraná.

A situação dos reservatórios é muito dependente das chuvas que caem nesse quadrilátero. Quando as chuvas não caem adequadamente nesse quadrilátero, muitas vezes caem na parte inferior, gerando uma situação confortável no Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Outras vezes, caem na parte superior, e não na inferior, havendo uma situação confortável no Nordeste e no Alto Tocantins.

Entretanto, o ano de 2000 está se mostrando o pior ano hidrológico dos últimos 72 anos. Isso vale particularmente para esses quatro rios. E nós vamos ter oportunidade de mostrar adiante.

Com relação ao Rio São Francisco, que, fundamentalmente, era usado, até dez anos atrás, somente para produção de energia elétrica, cada vez mais outros usos estão se fazendo presentes, demandando sempre a utilização da água. A Chesf, como empresa de energia, usa água, mas não a consome. A navegação usa a água e não a consome. Já a fruticultura e o abastecimento humano consomem água, ou seja, além do seu uso, há o consumo dela. Com esses consumos cada vez maiores, a tendência natural, no futuro, é termos uma menor produção de energia elétrica, fruto da necessidade de se deslocar mais água para esse consumo. Essa é uma das coisas com que trabalhamos: a diminuição da produção de energia elétrica na medida em que se intensifique a utilização para irrigação, consumo humano sobretudo; e isso nós começamos a observar.

Para V. Ex^a ter uma idéia, hoje existem, na Secretaria de Recursos Hídricos, solicitações de outorga de uso da água, sobretudo para irrigação, que chegam a 700m³ por segundo de vazão. Isso é uma coisa que tem que ser bem administrada, porque sabemos que esse uso não existe, mas em termos de outorga

há essa demanda que vai ter que ser bem administrada. Daí a importância da Agência Nacional de Águas, recentemente criada.

Para as pessoas e os Deputados que não conhecem o São Francisco, em termos de produção de energia elétrica, a sua primeira barragem que contribui com cerca de 33% da vazão regularizada, Três Marias, é operada pela Cemig. As barragens subsequentes, todas elas são de propriedades da Chesf e operadas por ela, sendo que a principal delas é a de Sobradinho, que, quando cheia, armazena 34 bilhões de m³. Desses 34 bilhões de m³, cerca de 5,8 bilhões não são utilizados para a geração de energia elétrica. É o que nós chamamos de volume morto. E essa camada d'água inferior é utilizada para poder se obter a altura de queda.

Para que V. Ex^{as} saibam, embora Sobradinho seja uma barragem de 34 bilhões de m³, a queda d'água para produção de energia elétrica é de 20m. Daí as grandes dificuldades de se gerar energia na parte superior do rio, pois demandaria inundação de muitas áreas irrigáveis. Essa é uma questão que conhecemos na Chesf. Toda vez que se irrigam principalmente áreas em que há uma intensificação do uso da agricultura irrigada há essa situação, fora a questão do equilíbrio ambiental, que é absolutamente necessário.

Então a maior parte da geração está no médio e baixo São Francisco porque é exatamente nesses locais que estão os acidentes geográficos, as quedas. Onde havia a famosa cachoeira de Itaparica, foi construída a Usina de Itaparica, que tem uma queda de 60m. Aqui, na região de Paulo Afonso, temos queda de 80 e 112m. E, finalmente, Xingó, onde há a maior queda, que chega a 140m. Nessa região aqui, do alto São Francisco, não temos quedas muito importantes.

A particularidade de Xingó é que, diferentemente de Itaparica e de Sobradinho, não inundou muitas terras, porque o reservatório ficou encaixotado dentro do Vale do São Francisco. Tem-se aqui um reservatório que é muito pequeno e, conseqüentemente, uma superfície muito baixa e uma produção de energia muito elevada.

Há algumas coisas que gostaríamos de dar como informação para V. Ex^{as}. A área da Bacia do São Francisco representa cerca de 645 mil km², tem uma extensão de 2.700km, a vazão média de longo período é de 2.850m³ por segundo. Sempre alertamos que não se deve fazer a conta com esses 2.850 m³, porque quando se armazena água, como é o caso das barragens de Três Marias, Sobradinho e Itaparica,

evapora-se muita água. Para se armazenar água, evapora-se a água. Essa evaporação chega a 300m³/s. Nessa vazão média, pelo menos pelo uso, você tem que reduzir esses 300m³/s.

Para os senhores terem uma idéia, nesse momento, como a umidade está muito baixa no alto do São Francisco, os nossos cálculos estão mostrando uma evaporação de cerca de 300m³/s, devido à temperatura e à umidade que está muito baixa, não pela seca nas cabeceiras, mas pela seca até no próprio Nordeste. Então, temos uma evaporação muito grande.

Sempre que vamos fazer a conta do São Francisco, é fundamental reduzirmos desses 2.850 ou 2.800 cerca de 300m³/s. E qualquer barragem que se fizer adicionalmente tem sempre que lembrar de descontar o efeito da evaporação.

Um dado importante é que recentemente fomos procurados pelo Governo de Pernambuco para estudar a questão de uma barragem importante lá dentro do Estado, de Poço da Cruz, e mostramos que encher a barragem não era negócio, porque se enchêssemos a barragem ela ia evaporar 5m³/s, ou seja, seria preciso que ficássemos bombeando 5m³/s para que a barragem ficasse cheia sem que a usássemos.

É preciso ter muito cuidado no Nordeste com relação a essas contas relativas à evaporação e cada vez mais termos cuidado com a utilização múltipla dos recursos hídricos.

Bom, é importante observar que o São Francisco é um rio que, a depender das épocas e vamos retornar a esse assunto, pode ter vazões muito elevadas. O principal pico foi no dia 10 de março de 1979, quando chegamos a ter uma vazão no São Francisco de 18.000m³/s.

Por outro lado, como o Dr. Lócio já colocou, em 1955, quando ainda existia a barragem de Sobradinho, a vazão natural chegou a 595m³/s. Isso é uma das coisas que provavelmente vai se repetir esse ano, fruto dessa estiagem que está ocorrendo na barragem do São Francisco.

Vejam que a barragem de Três Marias proporciona 500m³ de regularização; a de Paulo Afonso, cerca de 1.200m³ e conseguimos dizer que a barragem é 2.060, porque o restante é a própria vazão natural do rio. Se somarmos aqui esses 1.200 com 500, mais a vazão mínima, vamos obter valores que 2.060, mas esses 2.060, vejam que sempre colocamos aqui, é o valor com a evaporação já descontada.

O que ocorreu este ano? Não me refiro a 2000, estou me referindo a 2001, até porque 2000 foi um ano bom. Quando digo um ano bom, estou querendo

di zer que é um ano que se aproximou da média histórica, mas não chegou a ela. Mas 2001 será, sem dúvida, o pior ano hidrológico da Bacia do São Francisco.

Os senhores viram que a média histórica é de 2.800m³/s. Esse ano deveremos ter 1.500m³/s.

Ocorreu que, em 2000, choveu bem em novembro e em dezembro e parou de chover de janeiro em diante e não choveu mais. Ou seja, de janeiro até agora praticamente não choveu mais sobre Minas Gerais, o que tem feito com que a média histórica se situe em torno entre 35% e 40%. Esse desempenho do rio nunca ocorreu em sua história.

Estamos falando aqui do período um, do 2000/2001, porque o período um começa em novembro do ano anterior, então inclui novembro e dezembro de 2000. Este será o quarto pior na história.

Mas o período seco será o pior e o ano de 2001 também será o pior do histórico.

Para mostrar de uma forma diferente, o Dr. Lócio já teve oportunidade de dizer, o Rio São Francisco apresenta ciclos hidrológicos muito elevados, ciclos hidrológicos baixos e ciclos hidrológicos médios.

Os senhores observem aqui que no período do que começa em 1944, indo até 1950, se pegarmos a média das vazões aqui, será superior a 3.500m³. Se observarmos também o período do que vai de 1979 a 1984, pegará médias superiores a 3.500 metros cúbicos. Entretanto, há períodos intermediários em que a vazão do rio realmente ou é muito baixa... Aqui está o período que o Dr. Lócio falou, 1952, 1953, 1954. Temos também aqui 1971, que foi um ano muito baixo do ponto de vista hidrológico. Finalmente, temos o ano de 2001, que deverá apresentar uma vazão de pouco superior à metade da vazão histórica do São Francisco. Quando dissemos que 2000 foi um ano bom, mesmo assim nesse ano não choveu a média histórica; choveu 2.500 metros cúbicos.

Observamos que estamos num período em que as vazões do São Francisco estão abaixo da média histórica. Há períodos muito bons, repetidos, períodos razoáveis e períodos em que há uma baixa vazão média histórica. Isso é o que está fazendo com que tenhamos hoje dificuldades, com que não possamos atender o mercado de energia elétrica.

O que ocorreria se não houvesse racionamento? Primeiro, eu gostaria de mostrar aos senhores o que ocorreu no ano 2000. No ano 2000, em janeiro, estávamos com 38% do reservatório equivalente do Nordeste. Choveu, como os senhores viram, razoavelmente. Atingimos aqui cerca de 70%. Depois houve uma queda. Em novembro e dezembro choveu

bem. Resultado: começamos janeiro de 2001 numa situação melhor do que a situação de janeiro de 2000. Infelizmente, parou de chover e o reservatório, ao invés de acumular água, começou a se esvaziar.

Isto aqui é uma simulação de uma situação sem racionamento: os reservatórios chegariam próximo de zero em setembro, zero de volume útil. Todas as nossas simulações sempre estão relacionadas com a não-utilização do volume morto. Essa é uma posição da Chesf. Houve intenção de alguns órgãos em utilizar o volume morto. Mas entendemos que a utilização do volume morto poderia trazer prejuízo para 2002, 2003, para o futuro. Estamos defendendo a não-utilização do volume morto. Mesmo que haja dificuldades com relação ao racionamento, é melhor aprofundá-lo ou encontrarmos outras formas de gerar energia do que a utilização do volume morto, pois geraria riscos para os anos subsequentes.

Com a premissa colocada aqui de intercâmbio de 950 megawatts, de fluência em Três Marias de 420 metros cúbicos, chegaríamos a 5%. A projeção recente do ONS, fruto do que ocorreu no mês de maio, é que ao invés de 5% chegaríamos a 4,3%. O que estamos fazendo? É absolutamente necessário que essa premissa de 20% seja atingida. Temos conseguido superar no que diz respeito a trazer energia do Norte. A simulação foi feita com 950 megawatts. Acredito que no mês de junho vamos atingir um valor médio entre 1.100 e 1.150 megawatts.

Por outro lado, a defluência de Três Marias não está atingindo os valores previstos, ou seja, há uma situação também muito difícil no reservatório de Três Marias. Hoje, por exemplo, Três Marias está de fluindo apenas 300 metros cúbicos. Assim, há alguns ganhos e algumas perdas no que diz respeito a essa simulação e ela deverá ser atualizada no final de junho.

Para que os senhores observem que essa situação é dentro daquele quadrilátero, vou permitir-me dar algumas informações relativas não somente ao Rio São Francisco, mas também aos rios Paranaíba e Grande, que estão no Sudeste, colocando algumas datas. Por exemplo: no dia 17 de maio de 2000, comparando com 2001, na mesma data. Como os senhores podem ver, os reservatórios fruto de um período hidrológico muito baixo, todos eles não retomaram ou reencheram, e a situação, comparativa a 2000, é bem inferior. Em função disso, o racionamento não está restrito somente ao Nordeste, mas também ao Sudeste e ao Centro-Oeste.

O que estamos fazendo para administrar essa situação? Estamos comprando energia de alguns

auto-produtores existentes no Nordeste, estamos negociando com alguns consumidores industriais a posteriorização do uso dos contratos que eles têm para o próximo ano e vamos ter mais tempo de administrar novas fontes de energia.

Com relação ao intercâmbio com a Eletronorte, estamos chegando a uma situação de cobertor curto. Qual é a situação? À medida que o racionamento se aprofunda, precisamos, para trazer mais energia do Norte, produzir menos energia no Nordeste. Ao produzir menos energia no Nordeste, como vamos chegar aos níveis mínimos de vazão no São Francisco que afetam sobretudo as captações de água. Não sei se V. Ex^a está me entendendo. Vou explicar, Senador. Vou dar um exemplo de um domingo de madrugada, em que a carga chega a 3.700 megawatts, hoje, com o racionamento. Como estamos conseguindo trazer, num dia de fim de semana, 1.300 megawatts de Tucuruí, sobram, para produzir no Nordeste, para fechar os 3.700 da carga, 2.400. Para produzir 2.400 megawatts no Nordeste, tenho que reduzir a vazão de Sobradinho, de Paulo Afonso e de Xingó abaixo de 1.100. Por quê? Porque estou precisando produzir menos energia para trazer mais energia do Norte. Produzindo menos energia, guardo mais energia no reservatório, mas, para guardar mais energia no reservatório, violo a vazão mínima das captações. Essa situação já atingimos e começamos agora a fazer o seguinte: como temos interesse em produzir menos energia e trazer mais do Norte para poupar o nosso reservatório, estamos fazendo um teste. Por exemplo: o Dr. Lócio deu-nos uma informação correta. No dia 30 de maio, fizemos uma experiência, reduzindo a vazão em 1.100 e tivemos problema lá em Juazeiro. Quero dizer que resolvemos o problema da seguinte forma: vamos lá na captação, resolvemos, se precisa desassorear, fazemos o trabalho, testamos normalmente hoje e conseguimos passar com 1.100 sem problema. Ou seja, estamos na situação de ter, por exemplo, o abastecimento de Aracaju no baixo São Francisco. Se lá em Xingó eu reduzo muito a geração de energia, baixo também o nível da altura da captação. Tivemos problemas lá com a captação de água para Aracaju. Fomos lá e fizemos a limpeza da captação. Muitas vezes está limpo. Então buscamos uma solução técnica. Há três alternativas para deixarmos a captação livre e reduzirmos mais a vazão, fazemos o teste e temos conseguido. Com isso, talvez cheguemos a valores de 1.000 metros cúbicos por segundo, sem trazer problemas para todas as captações do rio, porque na hora em que trago mais energia do Norte

preciso gerar menos. Para gerar menos e poupar água, tenho que diminuir a vazão do rio. Por isso é que digo que é um cobertor curto, porque tenho que ter um compromisso com a vazão do rio de um lado, tenho que limitar num determinado valor mínimo e, por outro lado, tenho interesse de trazer o máximo de energia do Norte, porque quanto mais eu trazer, a vazão diminuirá mais. Essa situação estamos vivendo. Esse é um grande esforço que estamos fazendo e em toda a bacia vamos ter oportunidade de demonstrar.

Além dessa questão do intercâmbio, que está trazendo um problema operacional muito sério, tanto do ponto de vista elétrico quanto do ponto de vista hídrico, estamos também operando uma termica antiga nossa a diesel, lá em Camaçari, produzindo 32 megawatts. A situação do Parnaíba é mais confortável do que a situação do São Francisco. Eventualmente, estamos até produzindo mais energia na Usina de Boa Esperança, em função da disponibilidade de água superior no Parnaíba.

Quanto à priorização hoje, para podermos aumentar a produtividade lá em Paulo Afonso – o Deputado Aleluia que já foi Presidente da Chesf conhece bem, sabe que a Usina de Paulo Afonso IV é mais moderna –, com a mesma quantidade de água, produz mais energia. Hoje paramos o complexo Paulo Afonso I, II e III e Moxotó e estamos produzindo energia somente para o PA-4. Com isso, com a mesma quantidade de água, conseguimos aumentar em 130 megawatts a produtividade da cascata. Ou seja, estamos buscando soluções que não são simples. Isso tem rebatimento na transmissão de pois que a energia é produzida, mas conseguimos lá, através dos nossos técnicos, encontrar uma solução na distribuição após a usina e estamos produzindo mais energia em Paulo Afonso IV com a mesma quantidade de água. Para isso, obviamente as unidades têm que operar no ponto máximo de rendimento.

Finalmente, no nosso caso específico, estamos procurando dar exemplo e reduzindo fortemente nos prédios administrativos da empresa, de tal forma que possamos dar exemplo à própria sociedade em termos de economia de energia.

Estão em andamento dois processos, já encaminhamos para a Câmara de Gestão da Crise Energética, para que nos sejam autorizadas dotações suplementares do orçamento. Devemos assinar, nesse mês de junho, o contrato para recuperação e modernização da Usina Hidrelétrica de Camaçari, que hoje é a diesel, não tem condições de produzir energia.

Deverá ser feito um contrato para transformá-la a gás, produzir 350 megawatts, num primeiro momento em ciclo aberto, e depois, em si, combinado, elevarmos a 500 megawatts.

Se concluirmos esse processo hoje com o fabricante, que está na fase final, a primeira máquina de 50 megawatts entra em junho do próximo ano. Essa é a meta que estamos perseguindo. Dependerá, obviamente, do acordo com o fabricante. Estamos pedindo prioridade e ele está se esforçando para nos dar essa prioridade, porque vai depender de algumas tratativas dele com o sócio suíço. As máquinas lá são Brown Boveri, são máquinas antigas.

No caso de Bongüi, recentemente tivemos um encontro com o Presidente da Siemens, é uma térmica que hoje está em Recife. É uma térmica que está desativada, tem problemas sérios do ponto de vista de terreno. Além disso foi uma térmica feita para funcionar somente em horário de ponto; ela não é adequada para funcionar em períodos de 24h. Tivemos o contato com a Siemens, que comproveu a Westing House, e está nos prometendo também que no mês de julho fechemos um contrato para que a partir de julho de 2002 ela seja colocada à disposição do sistema. 150 megawatts fica aberta e depois mais 60, 210 em 2003, em ciclo combinado.

Estamos atuando, também conjuntamente com os órgãos do Governo, o NOS, que é um órgão privado, e a Agência, participando de estudos e apresentando alternativa de oferta de energia. Na nossa opinião, não podemos pensar somente no ano de 2001, que já é um ano muito grave. Agora estamos partindo para eventualmente trazer soluções externas.

Está-se avaliando no Ministério a possibilidade de trazer soluções externas de energia, seja barcaça flutuante, porque temos que ter um cuidado muito grande. As experiências que o Brasil teve recentemente em Manaus não foram muito boas, quer dizer, tem que se inspecionar bem, porque essas térmicas muitas vezes são bastante especulativas, fora as questões de ofertas em menores blocos, mas que ajudarão o racionamento.

A longo prazo, no caso do Nordeste, principalmente com a duplicação de Tucuruí, encaminhamos e o ME acatou a colocação do terceiro circuito P-Dutra Teresina, de forma que possamos trazer mais energia do Norte. Quando falo em energia do Norte, estou pensando em Lajeado, em Serra da Mesa e Tucuruí II. Ou seja, precisamos ampliar cada vez mais as interligações do Nordeste com Tocantins, porque lá será, sem dúvida, uma região onde se produzirá

muita energia hidrelétrica. E as outras alternativas estão no plano estratégico do próprio governo, que são as termelétricas que estarão entrando durante este ano e o próximo em algumas capitais do Nordeste.

Com relação à água – quis dar essa atenção sobretudo, pedi ao pessoal para colocar em função de uma solicitação do Deputado Clementino, porque estive com ele ontem à noite –, temos uma interação muito forte com a Codevasf que tem dado bons resultados. Estamos fazendo reuniões com as prefeituras, com representantes dos projetos de irrigação, para minimizar a operação das vazões dos rios em valores baixos, principalmente de madrugada e nos fins de semana. Estamos efetuando os levantamentos topobatimétricos de todas as captações de água, porque quanto mais energia pudermos trazer do Norte estaremos afastando-nos da possibilidade de corte de energia, ou seja, com esse sistema estaríamos contribuindo. Quanto à questão da dragagem, existe o Projeto Pedra Branca, de reassentamento da Chesf pelo lado da Bahia, em que tivemos problema e recuperamos.

No que diz respeito ao lago de Sobradinho, o Projeto Nilo Coelho sabemos que está operando sem problema, porque o seu nível mínimo, que representa a cota operacional, está em 380,5, dois metros acima do nível zero do reservatório. Então no Projeto Nilo Coelho o importante é começarmos a olhar se não há um assoreamento do canal de entrada d'água. Temos que verificar isso juntamente com o próprio responsável pelo projeto, porque é preciso, eventualmente, se houver algum assoreamento, que seja dada a manutenção e feita a dragagem.

Em Sobradinho e Itaparica, estamos acompanhando todos os projetos, mas tomamos a liberdade de citar alguns deles, que são os grandes, em que estamos fazendo inclusive esses testes, como que fizemos hoje, e conseguimos passar com sucesso, da redução da vazão para 1.100 metros cúbicos. No próprio lago de Itaparica não temos problema, porque hoje ainda está com 57%, embora seja um lago que não armazena muita água. A sua cota mínima é da ordem de 299 metros de altura.

No baixo São Francisco, estamos com os projetos de Itiúba, Propiá e Cotinguiba e ainda observando as adutoras da Companhia de Água Deso, Companhia de Sergipe que capta algumas águas para consumo humano, e a Casal de Alagoas, e temos também feito testes para que nos fins de semana, sobretudo, não tenhamos problema.

Temos feito algumas reuniões, inclusive uma delas até com o Senador Waldeck Ornêlas. No que

diz respeito às reuniões do lago de Sobradinho, há uma preocupação muito grande das cidades que estão em torno do lago, mas a situação está sob controle porque o lago de Sobradinho varia o seu nível. Na realidade, a nossa preocupação não está agora com essas pessoas. Estamos prevenindo. Ele vai chegar a níveis em que nunca chegou próximo de outubro e novembro. Em 1999, o lago Sobradinho chegou a cerca de 11%, hoje ainda estamos com 23%.

As preocupações nossas são com relação ao futuro e estamos nos reunindo com os prefeitos e com a própria Codevasf.

Quanto à questão da hidrovia, temos feito reuniões com a Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia, que trabalha ligada à hidrovia, para que reduzimos a eclusagem de Sobradinho. Sobradinho é uma barragem que, além de ser geradora e acumuladora de água, também tem um papel de eclusagem. E estamos reduzindo isso porque na eclusagem temos um volume de água importante que não é passado pelas turbinas. Todas essas medidas estão sendo tomadas para minimizar os efeitos da vazão. Ações, acredito de curto e médio prazo.

Como os senhores sabem isso aqui é o nosso Brasil, que tem hoje uma capacidade de 62 gigawatt/hora ou 62.000 megawatts/hora instalado de potência hidráulica. Temos um potencial de 260 mil. Obviamente que esse potencial não pode ser todo explorado, devido às questões ambientais, questões de terras férteis, então ainda vamos ser durante muitos anos um Brasil fortemente produtor de energia elétrica de origem hidráulica. Temos aí um parque de transmissão que chega a quase 160 mil quilômetros. Isso incluindo tudo. Então, como os senhores podem ver, hoje o grande potencial hidrelétrico está aqui no Sudeste, mas o que falta explorar está praticamente na Região Amazônica. Já chegamos ao Rio Tocantins e agora estamos indo para o Xingu, com a usina de Belo Monte, que é uma usina importante, de 11 mil megawatts. A Eletronorte fez um trabalho extraordinário para reduzir os impactos ambientais e precisamos investir nessa usina no sentido de viabilizá-la não somente do ponto de vista de geração de energia. Acredito que a Eletronorte terá a oportunidade de mostrar esse trabalho que foi feito para reduzir os impactos ambientais. Vejam que só essa usina é maior que os 6,4 – 11 gigawatt, só essa usina de Belo Monte.

Hoje a situação de interligação entre as Regiões Nordeste e Norte, Sudeste e Centro-Oeste em regime normal é essa. Vejam que, em regime normal, a situa-

ção de fluxo entre o Norte e o Nordeste chega a 900 megawatts. Como estamos numa situação extraordinária, estamos conseguindo trazer 1.300 megawatts de madrugada ou em fim de semana. E normalmente estamos definindo um mínimo de 1.000, mas essa é uma situação extraordinária. Então o importante é que cada vez mais aumentemos essas interligações regionais, de tal forma que essa sinergia existente do ponto de vista hídrico entre essas regiões possa ser melhor explorada, e as linhas de transmissão são fundamentais.

O SR. – (Fora do microfone) Ainda está faltando a ligação entre o Sudeste e o Nordeste.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Isso aí é a partir de 2003. Veja que estou fazendo um gráfico aqui do ano 2005, porque algumas interligações não conseguirão ser feitas até 2005. Mas tem a Sudeste/Nordeste, prevista para entrar em 2003, que poderá jogar também para o Nordeste 1.000 megawatts.

Uma das nossas solicitações, para fazer em 15 meses, a P-Dutra-Teresina, é para deixar uma situação de fluxo normal de 1.300 megawatts.

O SR. PAULO SOUTO – Isso seria obra da Chesf?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Estamos pleiteando para ser obra nossa. Estamos pleiteando uma autorização emergencial para fazer. Esta linha já está licitada, é a iniciativa privada que vai fazer, mas essa que aumenta o fluxo normal de 900 para 1.300 estamos pleiteando para fazer e fazer rápido, quinze meses.

O SR. – Presidente, a Chesf está pleiteando realizar essas obras há quanto tempo?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Só recentemente nós pleiteamos, porque num regime normal essas obras a Aneel identifica e coloca para licitação. Essa é a regra do jogo hoje. Como estamos num regime emergencial, inclusive estamos pleiteando uma autorização, que é uma forma excepcional de fazermos essa linha. Hoje mesmo, para que seja feito isso, é preciso uma autorização excepcional.

O SR. PAULO SOUTO – Qual o investimento de uma linha dessa?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Uma linha dessa é R\$150 milhões.

O SR. PAULO SOUTO – A Chesf tem recurso próprio para fazer essa linha?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Eu diria que tem capacidade para fazer

essa linha sem problema porque temos crédito no mercado, entendeu?

O SR. PAULO SOUTO – E precisa só de autorização no Conselho?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Porque essa forma para fazermos essa linha não é a forma legal. Mas a Aneel está sensível. Quero dizer aos senhores que nessa transição fizemos cinco mil quilômetros de linha nos últimos três anos e, a maior parte dela, mesmo após a aprovação desses instrumentos, como havia realmente necessidades de serem feitas essas linhas, a Aneel tem feito autorizações excepcionais para a Chesf.

O SR. – A cisão da Chesf iria inviabilizar isso?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, não obrigatoriamente. Estamos tendo uma oportunidade única nesta Comissão. É importante que façamos um realinhamento de preço. Para termos capacidade de investimento de recursos próprios, não podemos continuar praticando essas tarifas nos termos em que estamos praticando porque não são tarifas condizentes nem com o ativo amortizado. Acho que é preciso uma empresa no mínimo ter um retorno de 6% ao ano no seu ativo amortizado. Hoje estamos com retornos na faixa de 2% a 3%. A empresa não está com problemas financeiros, está com o seu fluxo de caixa normal, mas ela tem um dívida a pagar de R\$5 bilhões. Então essas questões têm que ser colocadas de forma bastante clara. Se perguntarmos: essa empresa tem condições de pagar essa dívida? Claro que tem, mas não podemos continuar praticando as tarifas que estamos praticando hoje, porque elas estão muito baixas.

O SR. PAULO SOUTO – Por exemplo: se ela fosse uma empresa que tivesse necessidade de continuar investindo, essas tarifas não permitiriam esse investimento?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – É verdade. Elas não permitiriam a necessidade que o sistema precisa.

O SR. – Mas a tarifa não é para pagar investimento.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, a tarifa tem que remunerar os investimentos feitos.

O SR. – Sr. Presidente, só uma sugestão, para que o Presidente da Chesf concluísse sem intervenção dos colegas, para que em seguida pudéssemos começar.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Estou falando remunerar os investimentos feitos, não é o que vamos fazer.

Existem hoje, identificados, dentro dos projetos termelétricos prioritários, 17 mil megawatts. Claro que esses projetos não poderão ser feitos do dia para a noite nem de um ano para outro. É preciso administrar a entrada desses megawatts. E também vamos ter que administrar algumas questões regulatórias.

Gostaria de dizer aos senhores que se no próximo ano chover 100% da média histórica, paramos todas as térmicas do Brasil, porque o sistema hidrelétrico é capaz de atender ao Brasil se no próximo ano chover 100% da média histórica. Então essas questões têm que ser resolvidas porque elas criam para o investidor privado uma insegurança muito grande. Ele pode fazer uma térmica e a manhã está com ela parada porque sem as hidrelétricas...

Fora a questão relativa aos investimentos, há questões de riscos que terão que ser administradas, ou seja, riscos relativos ao próprio mercado de energia elétrica. Por exemplo: se você pega um grupo de anos bons, como aqueles que eventualmente São Francisco tem, essas termelétricas vão ficar sem funcionar, ou elas funcionam e a jogamos água no mar. São essas duas alternativas, entendeu? Então, é preciso ter, obviamente, um processo de...

O SR. – E a terceira que é viver a situação que estamos vivendo agora.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Sim, e tem a terceira, que é a situação... Aí é não ter termelétrica também.

O programa emergencial que impacta mais a Região Nordeste, que é uma região onde temos atuação, está colocado hoje dessa forma, ou seja, temos aí as diversas datas relativas às termelétricas nos diversos Estados do Nordeste e as hidrelétricas que também nos interessam, em função das linhas de transmissão que temos, que certamente serão fonte de aumento da oferta do Nordeste nos próximos dois anos, posso até dizer três anos. Esses são os empreendimentos que deverão entrar em operação.

Alternativas para o abastecimento de energia no País: acelerar a implantação de novas usinas geradoras, o que só se faz com realinhamento de preço e também com garantias para o investidor privado; fontes alternativas. Sabemos que há fontes alternativas importantes, mas é preciso que tenhamos claro de que elas têm custos bem maiores do que os das térmicas e das hidrelétricas. Ampliação das interligações regionais. Já estamos fazendo isso, mas preci-

samos acelerar. Combater o desperdício de energia. Esse exemplo do racionamento mostra que as pessoas cada vez mais sabem o quanto podem consumir de energia. Revisar as regras do MAE para incentivar a expansão da oferta. Precisamos adequar o mercado atacadista. Definir a participação e o futuro das empresas geradoras estatais. Pedimos ao Deputado Aleluia que, no seu Projeto nº 05, permita, e S. Ex^a já nos deu sinal verde. Hoje, as empresas federais não são autorizadas a participar como sócias minoritárias ou parceiras. Entendemos que esta é uma alternativa importante, com a qual o Deputado concordou, porque vamos ter volumes de energia liberados a partir de 2003, isso está contemplado nesse projeto de lei, e precisamos saber como os preços desses volumes serão tratados para que possamos vislumbrar investimentos. O investimento é feito com a capacidade que se tem de remuneração do negócio anterior. E, finalmente, o realinhamento desses preços na geração e transmissão.

Em termos institucionais e até legais, é importante que haja autorizações legais para subsidiárias da Eletrobrás pedirem o sistema. Achemos que caso ainda permaneçamos durante algum tempo como empresas estatais é importante termos um contrato de gestão. É fundamental, porque define metas, desempenho, qualidade, tudo.

Um regime especial de aplicação da Lei nº 8.666. A Petrobras conseguiu ter seu regulamento aprovado, porque, num momento como este, é natural precisarmos agir mais rápido. Para tanto, precisamos de regulamentação especial.

Terceiro, que os investimentos não sejam considerados como déficit público. Hoje os investimentos das estatais são considerados despesas, e investimento tem que ser remunerado.

Finalmente, não menos importante, o investimento na revitalização e na conservação da Bacia do São Francisco. Ele é primordial. Essa questão foi levantada pelo Dr. Lócio e deixamos como última, mas vamos precisar, se quisermos continuar a produzir energia menos sujeita a alguns problemas. No que diz respeito à revitalização e conservação do rio, é muito importante que nos dediquemos a isso. Acho que poderíamos propor projetos específicos de revitalização do rio não somente na área relativa às matas, mas também quanto à pesca. Existe a questão dos esgotos que são jogados no rio, com o qual precisamos ter cuidado, porque a água do rio é muito importante para o futuro da região.

Sr. Presidente, muito obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado ao senhor, Dr. Mozart, pela sua exposição.

Passo a palavra ao Dr. Fernando Almeida, para fazer sua exposição.

O SR. FERNANDO ALMEIDA – Sr. Presidente, Deputado Antônio Cambraia, Sr. Relator, Senador Paulo Souto, Sr^s e Srs. Senadores e Deputados presentes, quero ser o mais possível objetivo e pragmático em relação ao impacto do racionamento no setor da agricultura e da fruticultura irrigada como um todo.

Houve uma pequena falha.

Em primeiro lugar, gostaria de, em nome do Presidente da Valexport, apresentar as desculpas por S. Sa não estar presente, e essa desculpa é justificável já pelo racionamento. O nosso Presidente da Associação viajou ao exterior para evitar que sejam cancelados contratos de importação de frutas.

Como os senhores sabem, os contratos de exportação de frutas se dão com seis meses de antecedência, porque estabelecem suprimento de frutas semanais para diversas redes de supermercados, com metragem de gôndolas já previamente definidas. Mas, em virtude da situação atual de nosso País, está havendo uma preocupação dos importadores de que qualquer contrato assinado hoje possa não ser finalizado, ou seja, possam não ser cumprido, de forma que já há imediatamente uma disposição dos importadores de frutas nordestinas de esperar para saber se haverá ou não impacto do racionamento na fruticultura como um todo.

Queria falar um pouco também da região do Vale do São Francisco.

O Vale do São Francisco hoje é uma região que apresenta uma importância ím par no contexto da produção da agricultura irrigada e que vem respondendo, até o presente momento, pelo volume total.

Estamos com problema de energia. Vou, então, pedir uma gentileza aos senhores enquanto é restabelecida. Todos receberam um encarte e gostaria que acompanhassem por ele essa apresentação.

Queria que os senhores entendessem primeiro. A Valexport é uma associação de produtores e exportadores. É uma iniciativa privada que gera, na Região Nordeste, empregos, renda e divisas para o País. A área de atuação da associação é no sub-médio São Francisco. Por isso, os senhores observarão que alguns dados não são exatamente os apresentados pela Codevasf, porque referem-se à área de abrangência da Valexport.

Chamo a atenção dos senhores, em primeiro lugar, para as vantagens comparativas do Vale do São

Francisco. O Vale do São Francisco é a única região semi-árida tropical do mundo onde está sendo explorada a agricultura. Essa é uma condição única, e não estou me referindo ao Brasil ou à América, mas ao mundo, que nos dá capacidade de sermos altamente competitivos. Então descobrimos no Vale um tesouro. Estou falando isso para citar uma máxima dos irmãos Marx. Um deles olhou pela janela e falou que havia um tesouro na casa ao lado. O outro respondeu que não havia uma casa ao lado. O primeiro falou "então construiremos uma". Isso aqui é um tesouro, e estamos construindo a casa ao lado – é a fruticultura irrigada –, para que possamos colher esse tesouro.

Esse mapa nos fornece uma idéia de que temos o melhor hardware para produzir frutas do mundo. Estamos construindo o software, que é a geração de pesquisa e tecnologia para tirar o máximo de proveito. Mas o hardware foi Deus quem deu. Está aí: é o único semi-árido tropical do mundo. O que faz isso produzir ininterruptamente? É o único lugar em que se pode colher frutas todos os dias do ano. Isso não existe em nenhuma outra região. Mais de duas safras/ano na mesma planta, baixa incidência de doenças, proximidade de mercados, abundância de mão-de-obra. Ou seja, há um conjunto de fatores que colocam o Vale como um local privilegiado para competir no mundo com fruticultura irrigada, com agricultura irrigada.

Os principais cultivos de fruticultura irrigada na área de abrangência da Vale export dão conta de que estamos com 41.500 hectares. A manga e a uva são as principais frutas para exportação.

Vamos falar um pouco sobre o impacto que essa fruticultura gera na nossa região. Primeiro, a geração de empregos. Um dado comparativo: 5.000 hectares de soja geram cem empregos; 5 mil hectares de uva geram vinte e cinco mil empregos. E olha que estamos ali com 7.000 hectares de uva. Vejam a importância. São empregos diretos. Pessoas trabalhando embaixo da produção, dentro da propriedade.

Aqui uma idéia da relação pessoas por hectare em cada um dos cultivos. Apresentei o dado da uva, que é alto, mas na média consideramos duas pessoas por hectare na produção de frutas como emprego direto e mais duas como emprego indireto.

Um outro dado importante da fruticultura irrigada não é só o emprego que ela traz. Com pequeno investimento gera-se esse emprego. Ou seja, com 6.000 dólares aplicados na fruticultura gera-se um emprego. Para conseguir a mesma coisa em outros setores, você tem que fazer um investimento muito

maior. E por isso a opção do Nordeste nesse instante é a fruticultura.

Não só a geração de emprego, a geração de renda. Vejam que há uma receita anual também alta no ramo da fruticultura irrigada. Essa renda é distribuída. Uma vez que tenho uma alta empregabilidade, uma porcentagem do custo de produção alta é mão-de-obra, a renda gerada na fruticultura paga os trabalhadores. Então há uma distribuição de renda. Ela tem um efeito social forte. Ela fortalece a renda familiar. Por quê? Porque a fruticultura irrigada, emprega a mão-de-obra masculina e a feminina mais ou menos na mesma relação um para um. Via de regra, o que se vê num projeto de fruticultura irrigada é o marido e a esposa trabalhando na atividade. Então a renda familiar é aumentada. Também ela paga acima da média, porque necessita de trabalhos especializados. De forma que ao especializar remunera-se melhor e, pagando os dois, consegue-se, com essa remuneração maior, formar uma classe média rural no Nordeste. Talvez a fruticultura seja uma das únicas ferramentas capazes de formar realmente uma classe média rural no Nordeste brasileiro, possibilitando uma interiorização do desenvolvimento em bases sustentáveis. O Nordeste vem buscando uma alternativa capaz de dar maior dignidade a sua população e, sem dúvida, a única possibilidade hoje utilizada fortemente no Nordeste é a fruticultura irrigada.

Mas não é só isso. Ela gera divisas. O Vale hoje é o maior exportador de frutas do País. Para os senhores tem uma idéia, 85% do total da manga brasileira exportada é do Vale do São Francisco, 95% de toda a uva brasileira exportada é do Vale do São Francisco. Então essa fruticultura irrigada do Vale do São Francisco representa um grande volume da exportação, transformando o Vale no maior exportador de frutas do País. E isso nós temos que possa ser jogado fora.

Fiz um pouco da exposição para apresentar o que significa a fruticultura e a geração de empregos, renda e distribuição de renda e a formação da classe média.

Quero apresentar agora a transformação que ocorre do ponto de vista técnico. Esse é o semi-árido e, aqui, vamos falar um pouco a irrigação localizada. A fruticultura irrigada no Vale do São Francisco utiliza irrigação localizada. São dois sistemas: gotejamento, que joga gota a gota em cada planta, de forma que só se repõe a água na área de alcance das raízes, sem espalhar água para todo o lado, e a área de microaspersão, onde se joga um volume um pouco maior

para as culturas que exigam um volume maior de água também na área de absorção.

O que queremos mostrar com isto é que só se joga água na área de absorção da planta, ou seja, esta é a maneira mais eficaz e mais eficiente de se utilizar a energia. Nós usamos a energia somente para fornecer água para a planta e somente a quantidade mínima necessária, a gota. Não há como raciocinar 10% de uma gota. Esta é a primeira colocação que quero fazer e quero que isto seja entendido. O nosso problema não é hidráulico; o nosso problema é de climatologia e fisiologia. É isto que quero explicar aqui. A primeira coisa que tem que ser entendida é que o equipamento utilizado hoje já é o mais eficaz existente para se produzir. É o que se usa no deserto de Israel, é alta tecnologia.

Sem querer entrar na fisiologia propriamente dita, queria apresentar para os senhores o que é a nossa fábrica. A nossa fábrica é um conjunto de fábricas biológicas verdes, em paralelo, que produzem frutas e elas se abastecem de minerais e água através das raízes e toda a sua energia gerada não vem das hidrelétricas. Toda a energia gerada nas nossas fábricas biológicas vem do sol. A única energia que usamos – na quantidade de mínima e eficaz – é para colocar água nessa parte da raiz, de forma que, ao evaporar, os nutrientes subam para as plantas e, através da fotossíntese, transformem em matéria. Nós, então, materializamos a energia do sol. É isto que nós fazemos. A água tem sido e é somente um veículo. O que nós jogamos de água no solo é somente o que a natureza ou o clima fez evaporar, o que acontece também no lago, ou seja, se não irrigar e segurar no lago, evapora do mesmo jeito. Toda a superfície irrigada do Vale para a produção vegetal evapora somente um terço do que o lago de Sobradinho evapora por estar parado ali.

Quais são as vantagens desse sistema utilizado? Alta produtividade e qualidade. A planta é conduzida da maneira que se quiser, sem nenhum excesso; eficiência de irrigação de 94% a 98%, ou seja, não há nenhum desperdício; controle total da umidade do solo e ainda jogamos os nossos fertilizantes via esses gotejamentos. Este é um sistema muito eficaz.

Eu dizia aos senhores que apenas repomos a evaporação e a transpiração da planta. A evaporação se mede por um tanque classe A; é função da temperatura, da umidade relativa e dos ventos. Basicamente é o que influi sobre a evaporação.

O que fazemos hoje no Vale é, através de estações meteorológicas, de sensores de solo, medir a

evaporação e a transpiração diária das plantas e repor com as gotas a evaporação e essa transpiração. É somente isto que se faz como com o sumo de energia: repor o que se evapora.

Não quero entrar em detalhes sobre o cálculo, mas quero dizer que o que pesa nesse caso é a evaporação, temperatura, ventos, que só repomos a água evaporada e consiste no único consumo de energia.

Para se ter uma idéia do quanto se consome nas diferentes culturas, podemos ver que uva consome 25 quilowatts por hectare/dia e vê-se uma lista do nosso consumo em quilowatts por hectare/dia para apenas repor a água à planta. Toda energia da fabricação da matéria-prima é do sol.

Queríamos mostrar, para ficar mais claro que, se pegarmos um hectare de uvas, que emprega cinco pessoas de forma direta, considerando o segundo semestre, o período de maior evapotranspiração histórico e uma fruta que tem sua principal safra no segundo semestre, o nosso consumo total é de 4.590 quilowatts/hora por hectare. Com o custo de 0,09 quilowatts, temos 413,10 quilowatts como custo de energia para produzir um hectare. O nosso custo de mão-de-obra é de R\$7,6 mil, de novo reforçando a alta empregabilidade da fruticultura. Ou seja, com 918 quilowatts/hora geramos e mantemos um emprego e com um quilowatt/hora de consumo, aparecem do nada, através de nossa fábrica biológica, cinco quilos de fruta.

Esta é a prova cabal de que o que faz a nossa produção não é o consumo de energia elétrica, mas sim da energia fotossintética que estamos querendo vender ao MAE a preço de mercado (ri sos).

Um outro dado comparativo é a energia para gerar um emprego. Na média da fruticultura irrigada – o dado anterior era da uva – com 1,2 mil quilowatts/hora por semestre gera-se um emprego. A indústria de cimento, para gerar o mesmo emprego, gasta 619 mil quilowatts/hora nos mesmos seis meses. Isso são 512 vezes mais para gerar um emprego. Não são duas vezes, 100%, não são dez vezes e não são cem vezes, mas 512 vezes. Este é o quadro.

O SR. – O consumo na indústria de alumínio é ainda maior.

O SR. FERNANDO ALMEIDA – Já não estou nem falando do alumínio porque está muito em foco.

Um dado da própria Chesf mostra que 42% de seu consumo são da indústria, 27% residencial, 13% comercial, 4% rural e 14% outros, sendo mais a área pública.

O setor rural, no caso da Chesf para Pernambuco, consome somente 4% da energia. Um terço disso é referente à agricultura irrigada. Ou seja, toda a agricultura irrigada, com mais de 300 mil empregos diretos gerados no sub-médio, consome 1,2%. Queremos que se reduza 10% do consumo e vai dar uma contribuição final ao sistema de 0,1%, menor do que o desvio padrão de qualquer um dos outros consumos, o que representa praticamente nada, reduzindo 10%, COM a possibilidade de diminuir 100% a exportação por perdas de qualidade da fruta.

Como mostrei para V. Ex^{as}, só reponho o mínimo. Se eu tirar o mínimo, ela definha, imediatamente. E a planta, fisiologicamente, no momento em que definha, pára de emitir brotos reprodutivos que darão frutas, para emitir brotos vegetativos, folhas, para tentar sobreviver. Então é muito importante porque, diminuindo 10%, podem-se jogar fora 100% da exportação, pelo menos 50% da produção, que só se recuperaria, como o Dr. Lócio falou, em três a quatro anos, e gerar uma massa de desemprego e um endividamento violento que pode afetar, inclusive, a governabilidade em toda a região do submédio, por um racionamento de 0,1%.

Dessa forma, no nosso entender, a fruticultura irrigada, pelo impacto social que ela gera, deve ser encarada como excepcionalidade. Não é que não queiramos contribuir. Todos os esforços empresariais serão feitos no sentido de diminuir, mas ela não pode ter uma cota definida. Isso seria impraticável.

Ao mesmo tempo, é importante lembrar que não há como criar um parâmetro referente a anos anteriores, porque a situação que se vive, de reposição de água, é do clima daquele dia. Ora, se não conseguimos prever o clima, não há como prever um racionamento baseado em anos anteriores. Não há parâmetro possível. As cotas que os produtores receberam, já pela Celpe, na região de Pernambuco, dão conta de que, na verdade, os 10% aplicados estão significando de 50% a 60% da cota que ele deveria estar repondo pela evaporação, hoje, o que, aí, sim, aniquilaria de vez toda a produção.

Então, a tese é que é impossível, não há base, não há parâmetro. E outra: não vejo como qualquer engenheiro possa admitir aplicar um processo com custo-benefício tão danoso. O efeito seria cascata – como eu disse – e os contratos de exportação encerrados – já estamos sendo ameaçados de termos os nossos contratos encerrados.

E quero trazer à luz da discussão o que vem acontecendo na Califórnia. Como V. Ex^{as} sabem, a

Califórnia, sozinha, como está, já é o oitavo PIB do planeta. Ela tem uma importância econômica única, com indústrias fortíssimas: uma indústria de entretenimento forte – Las Vegas, Hollywood, Disney –, uma indústria de tecnologia de ponta – Vale do Silício, etc. O que vem acontecendo na Califórnia? O único setor que ficou fora do racionamento foi a agricultura irrigada, ou seja, não há medida de racionamento. Inclusive, pode-se consumir mais, porque se sabe que o consumo está ligado ao clima diário. Não há uma tabela periódica possível de ser aplicada.

Há um compromisso dos produtores e do Governo, sim, em tentar melhorar a eficiência do sistema. Ou seja, está-se fazendo um plano – que nós também acreditamos que seja necessário para o Vale ou para toda a área irrigada do País – de reconversão tecnológica, para que se coloquem cada vez mais equipamentos, com maior eficiência; que se revisem as bombas de capacitação que não tiverem com eficiência de 50%; que sejam repostas, imediatamente, bombas com eficiência de 70, 80%, bombas novas, etc.. Ou seja, medidas para aumentar a eficiência. Não há cota estabelecida de racionamento, na Califórnia, para a agricultura.

E mais: o que foi feito com relação ao alumínio – para não deixar de falar do alumínio – na Califórnia? O Governo deu férias coletivas para os produtores, para os funcionários, está pagando lucros cessantes para as indústrias, porque isso é muito mais barato do que desempregar milhares de pessoas e causar colapso em outros mercados.

Para finalizar, quero deixar, em nome da Associação dos Produtores e Exportadores, da forma mais digna possível, um apelo. Na verdade, suplicar aos Srs. Deputados e Senadores desta Comissão para que a fruticultura irrigada seja excepcionalizada por uma questão técnica e por de custo/benefício justa. E também pedir que seja, na medida do possível, criado um programa de reconversão tecnológica dos equipamentos para que haja aumento de eficiência e eficácia. Queremos colaborar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Fernando, pela sua exposição.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, muito obrigado. Eu queria focalizar um pouco com relação à Chesf. Os trabalhos do INS indicam que, ao final de novembro, com uma fluência de 56% da média de longo prazo, o reservatório chegaria a 4,3%. Isso con-

siderando o racionamento de 20% e importação de energia do Norte de 950 megawatts.

Então, a primeira pergunta é a seguinte: mantidas essas condições, mesmo numa situação de grande risco ao final de novembro, eventualmente não teríamos um problema mais grave que o que estamos vivendo? Depois de novembro, quais são as simulações que podem ser feitas caso não haja um retorno do período de precipitações de forma razoável?

Do ponto de vista da Chesf, vi uma ênfase grande para a necessidade de se fazer esse outro circuito entre Presidente Dutra e Teresina. Isso estamos falando para além de 2002. Quer dizer, se a empresa não tivesse limitações com relação à própria filosofia do governo, o que V. S^a consideraria prioritário para evitar que além desse período tivéssemos algum problema? Ainda que não fosse assim, se não fosse diretamente investido pela Chesf, que ações poderiam ser prioritárias para que não tivéssemos esse constrangimento, eu diria, no médio prazo?

Uma outra pergunta é uma coisa tópica, sei que o efeito é pequeno. Está ou não está nos planos da Chesf motorizar a Pedra do Cavalo? É uma usina que está lá, próxima a Salvador. Sabemos que não é uma usina brilhante do ponto de vista de produção de energia, mas, de qualquer sorte, faltaria apenas a motorização.

Com essas perspectivas, claro que ninguém aqui vai pensar na catástrofe, mas que medidas de segurança adicional teríamos realmente para enfrentar esse período até novembro ou depois de novembro?

Parece que V. S^a falou na possibilidade de flutuações antes que seriam vindas de outros países. Teria mais alguma coisa em relação a isso em termos de sugestões para que fosse feito, para que não pudéssemos realmente ser surpreendidos com uma nova frustração do período chuvoso que trouxesse consequências ainda mais complicadas que a que estamos vivendo?

Para garantir essa energia importada do Norte, realmente é preciso que o Norte venha a pelo menos reduzir um pouco ou talvez fazer algum tipo de racionamento, etc. Isso é realmente necessário? Eu colocaria isso.

Depois, aquela questão um pouco filosófica, com a qual fiquei realmente preocupado, mas que achamos importante, dizia, para essa nova feição que o mercado está tomando.

Você diz que isso assusta um pouco e até entendendo que você, como uma empresa geradora de

energia hidrelétrica, tenha abordado isso, como quem dissesse: “Olha, não tem garantia para o sujeito que investe em térmicas vender energia”. O que precisamos é ter essa garantia. É aquela história de dizer: temos essa alternativa, uma segunda ou uma terceira se não tiver isso.

Então qual é o conceito desse novo sistema que permite realmente que saíamos do risco que, eventualmente, pode existir no sistema essencialmente hidrelétrico para um sistema em que, mesmo acontecendo o predomínio do sistema hidrelétrico, garanta que investidores adicionais no sistema térmico, por exemplo, não venham ter a possibilidade de não ter a sua energia vendida? Se for assim, efetivamente, ninguém produzirá adicionalmente.

Por fim, lembrei-me agora da que o projeto de biomassa que estava previsto no extremo sul; se isso realmente foi abandonado e por que motivo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambráia) – Com a palavra, o Dr. Mozart.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – O Senador Paulo Souto fez uma série de perguntas, espero que tenha anotado todas, porque S. Ex^a falou muito rápido, por isso vou ver se respondo rápido.

Depois de novembro, não há dúvida de que esse racionamento terá que perdurar – neste caso é a opinião técnica de quem trabalha na base da segurança –, no meu entender, a não ser que haja um período chuvoso excepcional, mesmo que ocorra um período chuvoso normal, até março. Alguns acham que ele pode ficar em fevereiro, mas acho que vai até março por segurança.

Obviamente, num momento em que estamos racionando isso até março, estamos poupando e recuperando os reservatórios e, se houver um ano hidrológico, a probabilidade de um ano hidrológico ocorrer igual a este é muito baixa porque ele é o pior. Nunca, de pois de um pior, houve um pior do que ele. A probabilidade é baixa, mas existe. Sempre se diz que a pior seca e a pior cheia ainda estão por vir, mas admitamos que o que esperamos é que seja avaliada a retomada do ano hidrológico. Sempre chove, quer dizer, chova pouco ou muito, mas sempre chove, nunca parou de chover, e em função da ocorrência do período hidrológico e da entrada de novas unidades de geração, por exemplo, estamos sabendo que, provavelmente, em setembro entra a primeira macro de Lajeado em operação. Existe a possibilidade, num próximo ano, de entrar a Termo Bahia no início do ano. No meio do ano, entrarão algumas térmicas nossas.

Essas térmicas estamos repotenciando. Então há uma probabilidade. Estou falando do Nordeste. No Sudeste há outras alternativas e mais de um rio, que é uma grande vantagem, diferentemente do nosso.

Quando V. Ex^a se reporta a ações no futuro, creio que a grande ação vai passar pelo aspecto regulatório e algumas políticas que ficam muito claras, a meu ver, do sistema predominantemente hidrológico.

Ora, algumas térmicas vão ser feitas. Quais serão? As térmicas para autoprodução e térmicas vinculadas à concessionária de distribuição.

Térmicas para produtor independente poucas serão feitas, porque são térmicas de risco. O que vai acontecer, a meu ver, é que provavelmente, do ponto de vista ainda governamental, num período próximo, vai mostrar que construir. Ou nós construímos ou se dá o que chamamos de contratar capacidade, ou seja, contratar só a máquina, e vamos entrar numa seara que não gostaria de abordar aqui porque será preciso regulamentar, que é a questão do gás.

Imagine que se define na que se pode vender capacidade. O que é capacidade? É uma máquina parar lá, mas tem a questão do take OP, ou seja, o contrato de gás, que também é preciso regulamentar. Cada vez mais essa questão precisa ser aperfeiçoada no setor elétrico brasileiro. Não tenho dúvidas de que essa é outra questão fundamental.

Nós, que estamos construindo essas térmicas e repotenciando-as, sentimos a questão do gás, que será fundamental. Diferentemente das hidroelétricas, em que o insumo depende dos rios, as termelétricas dependem do gás, uma commodity que tem preços mundiais e outros problemas. Particularmente no Nordeste, temos problemas de disponibilidade e não de uso. Na Bahia, se não me engano, em Camamu, uma jazida foi descoberta, mas não sei como está sua situação. Os volumes de gás para termelétricas são muito elevados e, quando olhamos para o futuro, penso que teremos de aperfeiçoar ainda mais essa questão.

É o risco do consumidor hidráulico. Muitas vezes um consumidor térmico quer que a hidráulica dê-lhe o que chamamos de garantia. Por outro lado, estamos vendo que, com os riscos hidrológicos existentes, o consumidor hidráulico não pode ficar sem uma garantia térmica nos períodos de baixa hidraulicidade. Creio que essa questão tem de começar a ser discutida não apenas pelo Governo, mas também pelo Congresso Nacional, com vistas à regulamentação da utilização de concessionário público de geração termelétrica ou concessionário privado de gera-

ção termelétrica de capacidade e não de energia. Esse assunto merece regulamentação.

Motorização de Pedra do Cavalo. Isso se passou rapidamente. A usina Pedra do Cavalo não é mais de propriedade da Chesf, mas da Eletrobrás. Nesse processo de reestruturação do setor elétrico, de todas as obras que não estavam em construção, foi retirada a concessão da Chesf e, no caso de Pedra do Cavalo, em que somos proprietários da barragem, a Eletrobrás adquiriu a barragem da Chesf. Hoje, a barragem é de propriedade da Eletrobrás e não mais da Chesf. Quanto ao projeto, provavelmente, será feita uma licitação.

V. Ex^a perguntou sobre as alternativas de que falei. As alternativas são várias em curto prazo. Entretanto, todas as alternativas, dentro do modelo institucional estabelecido, dependerão fortemente de ações do Governo e também do próprio mercado. De acordo com o atual modelo institucional, não posso comprar energia. Posso fazer isso, se estiver disponível, mas, como estatal, tenho de fazer, no mínimo, uma consulta pública de preços, para avaliar e comprar.

Embora sejamos uma empresa estatal e até haja a possibilidade de se comprar energia, é preciso sempre apresentar uma possibilidade de mercado. A curtíssimo prazo, temos algumas alternativas, hoje estudadas pelo Ministério, de importação de térmicas pequenas que podem ser transportadas em caminhões e conectadas rapidamente na rede de 69 mil volts. Todas essas ações estão centralizadas no ONS, na Aneel e no próprio Ministério de Minas e Energia. As empresas serão chamadas, seja para adquirir energia e revender, seja para ajudar na operação dessa energia. Temos apresentado as sugestões.

Hoje, na Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, existe um grupo, conduzido pelo Ministro José Jorge de Vasconcelos, responsável pela oferta, no qual existem alguns subgrupos, entre os quais o que estamos chamando de Subgrupo de Ações Superemergenciais, que está avaliando a possibilidade de trazer energia de curtíssimo prazo para situações eventuais de agravamento da crise energética nas regiões Sudeste e Nordeste.

No Nordeste, na primeira semana, a situação está indo relativamente bem. Há uma colaboração muito grande da população, mas acredito que a questão mais crítica ocorrerá em outubro e em novembro, quando passa a haver no Nordeste temperaturas mais quentes. Nesse caso, não é simples. Quem mora no Nordeste sabe que os meses de junho, julho

e até agosto apresentam um clima relativamente ameno e é possível não usar ar-condicionado. Há uma série de cargas que podem ser não-utilizadas. Em outubro e em novembro, isso nos preocupará. Temos de verificar como está a situação dos reservatórios. Avaliaremos diária e mensalmente essas questões relativas à oferta.

Anotei dois itens muito rápidos – o último diz respeito ao conceito de energia elétrica.

O SR. – Isso sempre ocorreu.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Sr. Deputado, não chove até novembro. Quando afirmo isso, que ro dizer que as chuvas ocorridas nesse período não têm relevância na Bacia do São Francisco.

Com relação ao projeto de biomassa, iniciado com Eletrobrás, Chesf e Shell, esta retirou-se do projeto por questões empresariais, fez uma reestruturação mundial e reduziu muito a sua atuação. Entre tanto, neste momento, fizemos um acordo com a Eletrobrás e assumimos sozinhos o projeto. Estamos expondo, então, o assunto referente ao Banco Mundial, que tem recursos da ordem de US\$30 milhões do GEF – Globe Environment Facility, um fundo ambiental importante.

Caso o BIRD concorde que o projeto seja assumido pela Chesf, como estamos delineando agora – a área para a instalação da floresta energética já foi comprada –, iniciaremos o processo final de construção de uma planta piloto de 30 megawatts no sul da Bahia. Já existe a área. Agora, falta simplesmente essa contrapartida, porque não temos condições de desenvolver o projeto nos moldes em que está proposto sem o apoio do Banco Mundial.

Estivemos recentemente na Secretaria de Assuntos Internacionais, que está nas tratativas – espero. Recentemente, inclusive, cobramos da referida Secretaria um posicionamento com relação à definição desses recursos oriundos do Banco Mundial.

Anotei dois pontos, Senador. Mas, como V. Ex^a foi rápido, não lembro exatamente o que foi. Trata-se de energia elétrica e conceito.

O SR. PAULO SOUTO – Quanto a esse problema a que V. S^a já se referiu sobre térmica e hidrelétricas, o mercado está um pouco confuso.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr. Mozart.

Concedo a palavra aos Parlamentares inscritos. Em vista do avançado da hora, o nosso Presidente,

Deputado Fernando Gabeira, ainda não propôs que as perguntas fossem feitas em grupo, mas sugiro que as participações dos Srs. Deputados e Srs. Senadores sejam em grupo para economizarmos tempo.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Peço a palavra como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Iniciará por V. Ex^a o primeiro grupo de quatro. Nas vezes anteriores, funcionou bem e conduziremos dessa forma.

Concedo, de imediato, a palavra ao Deputado Clementino Coelho, solicitando que seja objetivo como foi o nosso Senador Paulo Souto, relator desta Comissão.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. expositores, agradeço a todos. Procurarei concentrar-me no tema da irrigação, deixando justamente essa questão energética para o Deputado José Carlos Aleluia e os outros companheiros presentes.

Apenas chamo a atenção não só dos colegas, mas também da mídia. O Senador Waldeck Ornêlas fez um pronunciamento muito bom na semana passada acerca dessa questão da crise energética no Nordeste, mais precisamente do semi-árido brasileiro. A mídia, os Parlamentares e as pessoas, de modo geral, precisam entender o que é semi-árido.

O semi-árido brasileiro significa aproximadamente 800 mil Km² e 22 milhões de brasileiros. Trata-se do maior bolsão de miséria e pobreza, apesar de ter toda essa potencialidade do que representa Petrolina, em Juazeiro, como um show room de demonstração de que é viável transformar as adversidades justamente em parceiras do desenvolvimento.

Essa crise é simultânea no Nordeste. Todas as regiões do País estão vivendo apenas uma crise energética. Nós estamos vivenciando a crise energética e, pela primeira vez, a crise nos projetos de irrigação. Desse modo, a irrigação, o único processo viabilizado em todo o mundo e que está sendo testado no Brasil, embora com tamanha morosidade, está sendo ameaçada caso os critérios de racionamento e de intervenção não forem selativos – não apenas pelo lado social ou econômico, mas até do ponto de vista científico e fisiológico.

Se pudermos verificar o que significou o racionamento decretado na Califórnia há menos de um mês, concluiremos que não se estão impondo cortes à agricultura irrigada, porque não se podem fazer mais cortes. Entretanto, estão-se elaborando propo-

sições de conversão tecnológica e de monitoramento da eficácia das bombas.

Precisamos, no Brasil, acreditar que resolveremos os problemas por meio de decreto. Se houver decreto, a questão estará resolvida. Tenho uma preocupação, Presidente Mozart Siqueira, no sentido de que o Nordeste não alcançará 20%, porque o seu consumo per capita é o menor do Brasil. Não há gordura para economizar. No Sudeste, apesar de possuir três televisões, computador e mil e um acessórios elétricos, que permitem a possibilidade de corte. Todavia, no Nordeste, o perfil já é de um consumidor mínimo de energia, quer racionalizar a renda per capita. Então, se esses 4,3% estão condicionados aos 20%, estaremos em péssima situação. Se também estiverem condicionados aos 950 mil megawatts contínuos, o Governo precisa deixar de ser inerte com a questão do alumínio, pois, em virtude da hidrologia e da sazonalidade no segundo semestre – peço até que V. S^a responda isso –, se não se aumentar o corte do alumínio, não haverá os mil quilowatts contínuos. Para isso, ou seja, para garantir a reserva morta e intocável do lado de Sobradinho, o racionamento, na questão de alumínio, precisa ser próximo dos 50%. A informação que temos é a de que os 25% não resolvem.

Aproveito a oportunidade para avisar que, amanhã, ocorrerá uma audiência entre representantes do setor de irrigação e o Sr. Ministro Pedro Parente* para expor, mais uma vez, essa questão. Não queremos deixar de contribuir. O setor pretende colaborar e tem propostas nesse sentido. Inclusive, Senador Paulo Souto, existe, naquela região, uma série de colonos e de microempresários que ainda não estão usando o sistema de microgotejamento. Usam-se outros sistemas, como o de aspersão e o de pivô central, que consomem mais energia e mais água. Poderia haver um programa emergencial de conversão tecnológica específico para isso, que possibilitará que esse pequeno colono ou a cooperativa possam utilizar energia de madrugada numa tarifa até mais barata. Assim, haverá racionamento.

Esses são procedimentos muito mais democráticos nos quais se inclui uma responsabilidade social. Esse submédio São Francisco representa aquilo que queremos para todo o semi-árido nordestino. É uma gota d'água em meio às soluções que poderão advir. No entanto, precisamos entender, Presidente Cambraia, que esse modelo que é a solução do desenvolvimento sustentado já está cercado por Municípios em estado de calamidade pública – apenas na Bahia,

são 105; em Pernambuco, são 65 –, decretado pelos respectivos governadores em razão do quadro da seca.

Se aproveitamos a irrigação, que dá o sustento e o emprego, o semi-árido terá esperança, porque as pessoas visitarão a região irrigada ou lerão o assunto, por exemplo, na revista Veja, na qual foi publicada matéria referente à questão dos pólos agroindustriais: Petrolina, Juazeiro e Barreiras. O que está acarretando aquilo é justamente a agricultura.

Se penalizarmos isso, tiraremos justamente a esperança, fazendo um desmantelamento, como disse o Presidente da Codevasf. O apagão pode durar três ou seis meses, mas, depois, todos voltam a ter a mesma comodidade e a mesma conveniência. Mas, na fruticultura, se procederem de modo irracional no sentido de racionar a gota d'água do microgotejamento, a pessoa talvez perca toda aquela poupança de investimento – e o Governo, a única medida que está dando certo nos sertões do Brasil, que é a agricultura e a irrigação.

Solicito a esta Comissão que se posicione ou até que se crie uma comissão que possa acompanhar os produtores dos irrigantes, que estão aqui representados pela Valexport, para estas colocações junto ao Ministro Pedro Parente, para que possam obter a certeza. Estou até mais tranquilo, porque o Ministro colocou aqui que vai encontrar uma forma, sabe da importância da irrigação.

Fico também tranquilo quando o senhor colocou aquele mapa, dizendo que justamente ali, a montante de Sobradinho no lago, se não se tocar na reserva morta, podemos ficar um pouco mais sossegados quanto à questão da captação. Mas precisamos de garantias, porque continua havendo alguns iluminados da Aneel que estão querendo pegar 10% da vazão do lago, que vai dar 2,9 bilhões de litros, que é quase a metade da reserva morta – um pouco mais –, para liberar, o que deixa tudo a perder. Então, precisamos ter essa garantia de governabilidade. Isso é pânico numa microrregião de mais de 60 municípios que é modelo de alavancagem. Temos que ter essa inserção, até porque desenvolvimento regional só se faz agora se for com essa inserção localizada, não pode ser genericamente.

Para concluir, vamos racionalizar. Queria também que o Presidente Mozart de Siqueira Campos Araújo pudesse comentar sobre a questão da complementaridade da eólica na Bacia do São Francisco, discordando de uma colocação sua quando fala da questão da termo, ou, melhor colocando que as ener-

gias alternativas na Bacia do São Francisco no Nordeste têm uma prioridade diferente das energias alternativas nas outras regiões do Brasil.

Como V. S^a colocou, temos um único rio, um único manancial hídrico, onde se tem, com seca ou sem seca, com má gestão dos reservatórios ou não, o eterno conflito do uso da água – navegação, irrigação, dessedentação e energia. Então lá é preciso ter, para poder assegurar – não é nem energia – que os outros usos de água possam ser utilizados democraticamente, em termos de lazer. Estamos vendo aí, Senador Paulo Souto, o Governo preocupado com a hidrovia que ia até o Paraná. Estão pensando até em secar o lago de Furnas para manter a navegabilidade, agora no mês de julho e agosto, para transportar a produção de soja. Mas ninguém fala da navegação do Rio São Francisco, que já está parada, que vai parar, que já chegou a transportar 250 mil toneladas, que já tem fábricas lá no pólo do oeste e também em Juazeiro e Petrolina. Existe até um contrato. O Presidente da Codevasf pode confirmar. Quando Três Marias foi feita, a Codevasf era parte no contrato, e era obrigatório, por contrato, que a vazão fosse de 500m³ por segundo, para permitir a navegação intermitente durante o ano todo. Esse contrato foi para a cucuia, porque a vazão lá ninguém respeita. Então, no Nordeste, é preciso se ter a complementação alternativa para não se prejudicarem as outras demandas de uso da água no contexto econômico e social. A navegação é importante, a piscicultura é importante, a irrigação é mais do que importante.

São essas as colocações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Os expositores responderão em grupo, quatro falarão.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Salatiel Carvalho, por cinco minutos.

O SR. SALATIEL CARVALHO – Sr. Presidente, vou racionar totalmente, nem os cinco minutos vou usar porque quero fazer diretamente as perguntas. A crise realmente é grave, não adianta, devemos aproveitar o momento não para fazer discurso, mas para ir diretamente às perguntas.

Primeiro, para a Codevasf: qual o percentual dos projetos, o que representa, no planejamento da Codevasf, o que foi cancelado de novos projetos, porque, no caso da irrigação há duas questões colocadas: a energia e a vazão. Então, o que isso representa em termos de redução de novos projetos no planejamento da Codevasf?

Em segundo lugar, à Chesf: Dr. Mozart, qual o percentual da capacidade de transmissão Norte/Nordeste já em utilização no momento?

Outra pergunta para a Chesf: há possibilidade de transmissão do Sul para o Nordeste?

Outra pergunta para a Chesf: é verdade que existe o projeto, ou a idéia, de se ligar Serra da Mesa ao Nordeste, através de uma linha de transmissão Serra da Mesa – Salvador? E que importância teria no fluxo, já que estão entrando algumas usinas no Centro-Oeste, além do potencial importante do Tocantins?

A terceira pergunta não vou fazer porque já foi feita, se a redução de 20% é capaz de evitar o apagão.

Uma outra pergunta, para o Dr. Mozart, a respeito dos prazos de conclusão das repotenciações de novas térmicas, principalmente nas capitais. Se chegará antes de março.

A última pergunta, para o Dr. Mozart: no Nordeste, pelo que vimos, não há potencial, não há capacidade de geração hidrelétrica. Acredito que muito pouco. Talvez o Nordeste seja a região com menor capacidade de geração de energia hidráulica, já que há praticamente um manancial, que é o Rio São Francisco. As alternativas seriam reforço em linha de transmissão e a própria incrementação da geração térmica?

Ainda uma pergunta: se as obras emergenciais, principalmente as repotenciações, já foram autorizadas pelo Ministério das Minas e Energia, num processo licitatório mais simplificado.

Sr. Presidente, ao concluir, gostaria de fazer uma proposta baseada na exposição do Dr. Fernando. A Comissão, e me dirijo também ao nobre Relator, Senador Paulo Souto, não pode apenas promover palestras e aguardar que, ao final dos trabalhos, haja um relatório, pois tem por título propor alternativas. Por exemplo: pelo que coloca o representante da fruticultura, não há a menor condição de se estabelecer meta e quota para a irrigação. Mesmo a redução de 10% inviabiliza, pois 100% da exportação desaparecem e compromete 50% da produção. Assim, se os números são verdadeiros, não há como aceitar para a irrigação. E verificamos que o impacto é muito pequeno, além do consumo rural de apenas 4%, um terço é destinado à irrigação.

Portanto, gostaria de propor ao Relator e a V. Ex^a, como Presidente da Comissão, que já fizéssemos a proposta à Câmara de Gestão a fim de que suspenda imediatamente a redução de 10% para o

setor de irrigação, como medida, pois é necessário dar mais dinamismo ao funcionamento desta que é uma Comissão Especial do Congresso Nacional e que representa a sociedade. Se estamos respaldados nos dados aqui apresentados, corroborados também pela Codevasf, que cuida do setor, considero altamente apropriado que V. Ex^a, imediatamente, redija um ofício, juntamente com o Relator, que seja dirigido amanhã ao Presidente da Câmara de Gestão suspendendo qualquer tipo de redução, pois os prejuízos são totalmente desproporcionais em relação à eventual poupança de energia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – V. Ex^a sugere que propostas definidas e aprovadas pela Comissão sejam antecipadamente encaminhadas à Câmara de Gestão. É evidente que teria de ser votada cada proposta para a tomada de providências.

O SR. SALATIEL CARVALHO – Nesse caso, já encaminharei à Mesa a proposta a fim de que na próxima reunião ordinária, com quorum maior, seja aprovada, para que haja maior dinamismo. Creio que teremos realmente que propor algumas soluções de emergência.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Haverá reuniões administrativas para analisar a questão.

Passo a palavra ao Deputado Fernando Ferro, por cinco minutos.

O SR. FERNANDO FERRO – Acabo de ser informado de que já estão apagando nossos gabinetes, por medida de contenção. Portanto, utilizarei menos de cinco minutos, pois irei embora. Do contrário, terei de subir quatro andares de escada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Alguns expositores terão de viajar também e amanhã não haverá mais voo.

O SR. FERNANDO FERRO – Dr. Lócio, V. S^a insinuou, em alguns momentos, a possibilidade de transposição das águas do Rio São Francisco. Penso que ninguém acreditaria mais na transposição a essa altura do campeonato. Que transposição de bacia é essa que V. S^a citou? É a que está proposta? É a que o ex-Ministro Fernando Bezerra citava? Isso não existe. Pode ser que em outra geração, em outra década, possamos discutir o assunto. Mas na atual situação é difícil tocar o projeto.

Outra pergunta: qual é o consumo médio por hectare dos projetos da Codevasf?

Para o Dr. Mozart, primeiro acho interessante sempre discutirmos esse quadro de legislação que montamos, mas isso, na verdade, vai ter que ser re-

discutido. Esse programa que foi debatido, esse processo de reestruturação nem na Inglaterra está dando certo. Lá o MAE não está funcionando. Consegue, quando muito, fechar 20% dos negócios. Quer dizer, não funciona, então vamos ter que sentar e discutir isso.

Uma das consequências dessa crise é discutir essa legislação. Esse corpo de leis em relação à energia elétrica tem que ser rediscutido, porque os parâmetros legais estão profundamente discutíveis, inclusive há um componente dessa crise associado a essa estrutura de leis que votamos aqui. Desverticalizar, criar essas alternativas de concorrência, de competição, diferentemente do que falaram, foi feito em alguns países mantendo-se as empresas estatais. A Noruega fez isso: desverticalizou, introduziu concorrência na geração e uma série de outras alternativas ditas necessárias. Esse discurso neoliberal que vingou há até pouco tempo agora não dá mais. Vemos a Chesf tendo que voltar. Quer dizer, estão tendo que engolir todo o discurso neoliberal para a Chesf novamente voltar a investir, porque não há dinheiro privado para fazê-lo. Então não podemos ser dogmáticos. É até bom o resultado da crise, porque alguns donos da verdade vão ter que rediscutir isso.

Queria fazer algumas perguntas em relação à Chesf. Dr. Mozart, qual é a avaliação que vocês têm, se é que já têm, dos fabricantes, em operar Sobradinho com 4,3% acima do volume útil? Qual é a repercussão disso sobre os equipamentos? Existe alguma análise sobre os equipamentos? Com a possibilidade de redução disso, que impactos podem acontecer. Pelo meu conhecimento, isso nunca foi operado.

No caso de não serem atingidas certas metas de racionamento, vai-se entrar num plano de emergência. Qual seria o esboço de um plano de emergência para, inclusive, verter volume morto? Pode-se chegar a uma situação dessa. Qual seria a alternativa de um plano de emergência? Qual é o perfil do racionamento hoje? Já é possível a Chesf dizer quem está economizando em termos de consumo residencial, industrial ou outros? Quem está economizando, quem está atendendo hoje? Intuitivamente, sei que deve ser 70% de consumo residencial, o resto ainda está para chegar. De quanto a Chesf dispõe para investir hoje nessas linhas de transmissão? Se a Chesf for autorizada a investir, do que ela dispõe hoje em termos de recursos, de caixa, para socorrer imediatamente?

O planejamento da Chesf, que era feito historicamente, com as empresas privatizadas sofreu algum processo de continuidade? Há troca de informa-

ção? O sistema permite que se faça uma montagem de mercado para se fazer, inclusive, previsões seguras de que estamos trabalhando com dados efetivos, ou há uma perda de coordenação no planejamento do mercado para definir a expansão?

Por último, falamos em 20% de racionamento, mas esse percentual foi montado com base nos meses de abril, maio e junho do ano passado, quando a curva de carga é a menor, está lá no vale. Quando chega setembro, outubro e novembro, isso está lá em cima, então não é mais 20%. Além do mais, temos 6% que o mercado cresceu nesse período, então não vamos racionalizar 20%, mas algo acima de 25%. Isso significa que estamos falando para a população em 20% e vamos exigir dela mais do que isso. Qual é a perspectiva que V. S^a vislumbra para o atendimento disso?

Tenho impressão de que para o Nordeste, particularmente, com essa situação de 24% do reservatório de Sobradinho, com o deplecionamento desse reservatório nessa base, a situação de lá vai ficar muito mais grave. Creio que seria importante, inclusive, alertar o País. Penso que é uma responsabilidade nossa agora, porque a situação da seca e da gravidade do Nordeste é muito mais complicada. Então, é uma questão de responsabilidade política alertar para essa situação, senão poderemos nos defrontar com uma situação muito crítica, com um pré-colapso na Região Nordeste, com condições com as quais, muitas vezes, estamos querendo até pintar um outro quadro. Era muito melhor ser mais realista e alertar o País, as autoridades, sobre a situação particular do Nordeste, que, no meu sentimento, exigirá um tratamento diferenciado e particular nessa crise que estamos enfrentando.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Deputado Fernando Ferro.

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia e solicito ao Vice-Presidente, Deputado Fernando Gabeira, que assuma a direção dos trabalhos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiramente, eu quero registrar com satisfação o fato de ver que ainda existem pessoas do setor elétrico do Governo que entendem do assunto. Uma constatação que faço, pelo desfile das informações prestadas pelos agentes do Governo, é de que a virtude do saber não tem sido valorizada, a engenharia brasileira não tem sido valorizada. Eu sei que V. Ex^a fala não só da sua competência, mas da competência de uma instituição que tem engenheiros do melhor quilate, o que significa que o Brasil tem je-

to, só é necessário que volte a ouvir as pessoas que sabem.

A segunda constatação que faço é de que V. Ex^a deixou muito claro que houve um erro de time; o Governo errou ao esconder da sociedade. Eu queria que V. Ex^a me confirmasse se houve ou não o atraso e que dia deveria ser o tempo correto. V. Ex^a está prestando depoimento no Congresso. Quando o Governo tinha certeza de que haveria o racionamento? V. Ex^a sabe. Embora V. Ex^a tenha as suas relações com o Governo, faço essa pergunta porque quero claramente esclarecido qual era o dia em que estava límpido, não mais probabilístico. A probabilidade esteve presente durante muito tempo, mas, em determinado momento, já não era mais probabilidade, era certeza do racionamento. Em que data ficou muito claro e não foi trazido para a população?

Quero fazer uma pergunta ao Presidente da Codevasf. Gostaria que S. S^a falasse um pouco mais sobre o programa de barragens que a Codevasf defende. Evidentemente, se o saldo hídrico for positivo, deveremos trabalhar nesse projeto, tanto as barragens dos afluentes quanto as barragens do leito. E gostaria que o Presidente da Chesf me respondesse por que não trabalhamos nas barragens do leito, sobretudo na escada existente entre Sobradinho e Itaparica. Na verdade, – quando Presidente da Chesf, trabalhávamos nisso – que os projetos iniciais tinham grande impacto social, mas existem projetos com baixo impacto social, e o Brasil precisa começar a pensar projetos grandes.

A BR116 atravessa o São Francisco nas imediações de Ibó, mais ou menos onde seria construída uma barragem. Por que não fazer uma barragem substituindo a ponte, para instalar usinas de baixa queda e tirar 100mw ou 200mw a mais no rio? Por que não fazemos isso? Por que a Chesf não faz? Quem está amarrando a Chesf? É importante dizer quem está amarrando a Chesf, por que isso está acontecendo.

Sr. Presidente, quero também dizer da importância de termos grandes projetos no Brasil. Há uma crise de cidadãos brasileiros que possam ser ouvidos para gerar grandes projetos nacionais. Os militares foram mais eficientes nisso: geraram Itaipu, Tucuruí, Xingó, e, antes dos militares, gerou-se Paulo Afonso. Ainda no Governo Sarney, falou-se na ferrovia Norte-Sul, e hoje nós não falamos nada. O Brasil não tem grandes projetos. V. Ex^a traz aqui Belo Monte, que é a Três Gargantas do Brasil, usando a experiência chinesa. Por que não imediatamente buscar a conjuga-

ção de competência e capacidade da engenharia das empresas da Eletrobrás? Todos têm interesse, pelo menos Furnas, Chesf e Eletronorte, em juntar as empresas brasileiras privadas e fazer esse empreendimento logo.

Inclusive, sugiro que votemos depois uma exposição específica sobre Belo Monte para sabermos o que é esse projeto. Esse projeto é da maior importância. Inclusive sugiro marcarmos em julho, acatando sugestão do Deputado Fernando Gabeira, um ciclo de visitas, em que seria incluído o sítio de Belo Monte, de Tucuruí, para vermos o andamento das obras, iríamos a Sobradinho. Pediria ao Presidente da Codevasf que propiciasse a organização dessa nossa visita ao sítio de Sobradinho. Posteriormente, iríamos a Itaparica e Xingó, para conhecermos e conversarmos com a comunidade, para observarmos o reflexo disso na região.

Sr. Presidente, o Governo tem falhado sempre, porque vem tarde. Quando o Governo atrasou nas minhas contas – e que ro que V. Ex^a confirme se é verdade ou não –, quando atrasou em três meses o racionamento, obrigou que ele tivesse que ser 30% maior, porque não fez economia nos meses em que deveria fazer, portanto vai ter que fazê-lo agora mais do que devia. O racionamento teria que ser de 15% e agora vai ser de mais de 20%, pelo atraso. Confirme isso, Sr. Presidente, ou desminta.

Quanto ao transporte de energia do Norte para o Nordeste, V. S^a sabe que há um trecho comum do Maranhão para o Nordeste. Por que o Governo não incluiu o Maranhão ainda? Tecnicamente não está errado? Se o Maranhão entrasse, não aumentaria o fluxo para o Nordeste? Por que isso? Por que o Governo não toma essa decisão logo? Acho que é fundamental que a sociedade saiba se é ou não, ganha ou não, aumenta ou não a disponibilidade de fluxo para o Nordeste se diminuirmos o fluxo para o Maranhão? Não quero onerar apenas a sociedade do Maranhão, mas sobretudo as indústrias do Maranhão têm que pagar.

Desde 1997, quando houve racionamento no Nordeste, as eletrointensivas falam em fazer aproveitamentos, e não fizeram muita coisa. Portanto temos que rever essa relação do povo brasileiro com as eletrointensivas. Não sou contra as eletrointensivas, mas temos que rever a relação do preço da energia, dos contratos de energia, dos ganhos e das perdas do mercado internacional para que se possa reduzir o problema tarifário.

V. S^a deixou muito claro na sua exposição que há um erro grande no Brasil quanto à distribuição dos

recursos do consumidor. O consumidor está mandando recursos para as distribuidoras, que nada fizeram para evitar a crise. A empresa do meu Estado está fazendo Itabebi, portanto está fazendo algum esforço, mas a maioria não fez absolutamente nada.

V. S^a deixou claro que há uma tarifa muito grande do consumidor e a produção recebe pouco, por isso vai faltar energia, porque o distribuidor, no meio, está tendo uma margem muito grande. Isso não é culpa só do distribuidor, mas do BNDES, que conduziu mal a privatização e maximizou os ativos e o mercado. Foi vendendo muito mais o mercado do que o ativo, o que fez com que as empresas tivessem uma valorização alta, por isso agora tivessem fórmulas de correção que já vão perto de 100% no período do Plano Real. O consumidor já não aguenta mais pagar tarifas elevadas como vêm sendo cobradas.

Querias sugerir a V. S^a que, na sua exposição, no momento em que fala em sugestões, desse mais ênfase à co-geração. A sua palestra tem apenas esse ponto a reparar: co-geração e conservação, porque é fundamental que se invista nisso.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Fazer um combate ao desperdício.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – É, mas é mais do que isso, é mais do que o desperdício, que é apenas comportamental. A conservação é tecnológica. Nas cidades do Nordeste, acima de um determinado nível, as prefeituras têm que exigir que os prédios sejam construídos com aquecedor solar. Não podemos abrir mão disso. É importante que o Relator acrescente no relatório: temos que exigir isso dos hotéis, dos prédios de habitações de uso coletivo e dos prédios de apartamentos – Dr. Félix Mendonça, engenheiro, sabe a importância disso e já deve estar introduzindo em seus projetos esse aspecto.

Quanto à irrigação, concordo, ficou muito claro e é importante que na próxima reunião votemos a recomendação para que a irrigação seja no máximo estimulada através de bônus, nunca estabelecendo uma penalidade para o cumprimento.

Com relação ao 905, V. Ex^a disse, e, realmente, estou apresentando substitutivo, que vem com a sugestão de que a Eletrobrás e as suas subsidiárias possam negociar consórcios com empresas privadas para ir à frente.

Por fim, pergunto a V. Ex^a: Pedra do Cavalo, vale a pena fazer? Se voltar para a Chesf, ela faz? Os estudos econômicos mostram que ela é viável economicamente? Por que não foi feita até hoje? A barragem, que foi o maior investimento, já está lá.

São estas as minhas sugestões.

Fico preocupado com a questão do gás, porque a legislação do gás está emperrada por um dos erros da Constituição de 1988, que a entregou aos Estados, ficando essa legislação complicada. Ontem, os jornais mostraram que o ICMS será um obstáculo para a solução do gás, na medida em que os Estados vão em cima do ICMS, PIS, Cofins. Além de tudo, há uma série de coisas que não estão bem resolvidas, mas não vejo como o Congresso Nacional ajudar neste momento.

Parabenizo, mais uma vez, o Presidente da Chesf pela palestra e o Presidente da Codevasf pela simplicidade com que a Codevasf trata as coisas do sertão. Se os tivessem ouvido, não se teria gasto tanto tempo com a loucura de uma transposição irresponsável que teve uma previsão de R\$300 milhões no orçamento da União deste ano. O Senador Paulo Souto fez uma emenda para retirar, mas não teve sucesso. O Deputado Jorge Khoury conseguiu tirar R\$150 milhões. Afinal, nada seria feito, pois ninguém faz nada contra a gravidade. Um projeto para elevar a água a trezentos metros de altura para fazer irrigação é loucura. Vamos ajudar a Paraíba que precisa de água, mas não com essa loucura de transposição. Pelo menos, a natureza colocou o Governo de volta à sensatez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Completado o primeiro grupo dos quatro, passo a palavra aos expositores: pela ordem, Dr. Mozart, Dr. Lócio e Dr. Fernando.

O SR. MOZART SIQUEIRA CAMPOS DE ARAÚJO – Embora o Deputado Clementino Coelho não esteja aqui, quero dizer-lhe que não me coloquei contra a energia eólica. Aliás, sou um entusiasta dessa energia. O que temos de dizer claramente é que ainda é uma energia cujos preços são mais caros. Obviamente, se se fizer um mix tarifário, pode-se incluí-la no mix do Nordeste e se fazer grandes investimentos em energia eólica, resolvendo grande parte, até porque existe uma complementariedade, ou seja, quando se tem mais vento no Nordeste é quando se tem menos água.

Então, essa é uma questão que eu gostaria de deixar registrada, porque eu não sou adversário, ao contrário sou entusiasta, do uso da energia eólica. Onde a energia eólica tem sido utilizada, ela tem sido utilizada com subsídios. Isso tem ocorrido na Europa e nos Estados Unidos.

Atendendo ao Deputado Salatiel Carvalho, hoje, o limite de transmissão extraordinário entre o Norte e o Nordeste é 1300 megawatts. Hoje, Tucuruí não tem mais disponibilidade do que isso. Em determinados horários, eventualmente, conseguimos carga leve: de madrugada ou nos fins de semana. Durante o dia, fica variando em volta de 1200 megawatts.

É possível trazer energia do Sudeste para o Nordeste? É possível. Eu gostaria de mencionar um ponto sobre o qual tenho falado aos Governadores do Nordeste e sobre o qual quero falar agora a esta comissão que representa o Congresso Nacional. Temos de defender o princípio da equidade. O que significa isso? Em determinado momento, no início deste ano, a situação do Nordeste era melhor que a do Sudeste e foi mais energia do Norte para o Sudeste do que veio para o Nordeste. Infelizmente, a situação do rio São Francisco se agravou tanto, no seu período hidrológico, que houve uma inversão em termos de agravamento. Eventualmente, no segundo semestre, com o princípio da equidade que rege o setor elétrico, pois os reservatórios são unificados pela NOS, pelo que a Chesf paga – quando digo paga, é que há termas no Sudeste em que 14% da geração são pagas pela Chesf –, se houver necessidade, se o Norte não tiver disponibilidade e se a situação do Nordeste estiver mais grave mais do que a do Sudeste, obrigatoriamente, com esse princípio mantido, virá energia do Sudeste para o Nordeste. Estou falando isso, porque é algo importante.

O SR. PAULO SOUTO – Tem transmissão que garanta isso?

O SR. MOZART SIQUEIRA CAMPOS DE ARAÚJO – Podem vir 600 megawatts do Sudeste.

Então, estou dizendo essas questões, porque elas são legais e institucionais. Eventualmente, estamos sentindo essas questões.

Serra da Mesa/Salvador. Existe uma linha licitada, vencida pela iniciativa privada, que deve entrar em operação em 2003.

Repotenciação. Devemos colocar, caso fechemos o contrato neste mês – não tenho dúvida de que no caso de Camaçari o contrato está mais adiantado. Se não fecharmos até o final deste mês, o faremos em julho –, em julho do próximo ano estará em operação a primeira máquina.

No caso de Mogi, devido a uma questão mercadológica, o fato de os mercados estarem aquecidos e a máquina de Mogi ser Westinghouse, sendo a fabricante nos Estados Unidos, estamos fazendo um esforço muito grande com a Siemens, que comprou a Westinghouse.

se, para que ela também garanta os prazos. Mas temos uma questão mercadológica neste momento. Tivemos, na semana passada, contato com o presidente da Siemens no Brasil, para que seja dada uma prioridade e também os períodos de no máximo doze meses a partir do contrato sejam cumpridos.

O Deputado Fernando Ferro apresentou-me uma questão sobre o plano de emergência. Deputado Fernando Ferro, com a mudança da estrutura do setor elétrico, no que toca a todos os planos de emergência, de racionamento – somos hoje alguns técnicos a Chesf emprestados seja eventualmente para o Ministério ou para o ONS –, a responsabilidade quanto a esses planos não mais da Chesf. Esses planos estão hoje sendo elaborados seja pelos grupos no Ministério em contato com a ONS.

Sabemos que independentemente do racionamento deveremos ter sempre planos de racionamento e emergência. Essa é uma obrigação de qualquer setor elétrico nacional, e hoje, com a interligação, esses planos deverão estar prontos e avaliando as especificidades de cada região. Creio que dentro deles deverão ser priorizadas classes produtoras, dentro das classes industriais e também a parte referente à classe comercial. Acredito, não tenho dúvida, de que esses planos estão em fase de análise neste momento para, na eventualidade de serem necessários, serem utilizados pelo operador nacional, desde que autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica, isso do ponto de vista institucional.

O senhor nos fez também nos perguntou, em sendo a Chesf autorizada a fazer a linha, se teria ela condições para tanto. Quero dizer que a Chesf, hoje, se encontra, apesar da crise, em uma situação, do ponto de vista creditício, nunca vista no mercado.

Se o senhor indagar se temos caixa, a questão do fluxo financeiro não é um problema, mas se precisarmos de nos financiarmos no mercado nacional ou internacional, quero dizer que os Bancos nos procuram até para nos oferecer empréstimos. Alguns empresas de fomento internacional têm nos procurado. O aspecto financeiro não é o fundamental, e sim que para nos endividarmos precisamos de autorização, funções orçamentárias, e a isso todas as empresas estatais estão sendo submetidas.

Quanto à questão do planejamento, é importante dizer que no momento da transição, da mesma forma em que o GCOI foi extinto e criado o ONS, o CGPS também foi extinto e foi criado o CCPE. Por outro lado, algumas obras que entravam no chamávamos planejamento determinativo, quando se dizia

para a estatal fazer determinada obra, com um novo arcabouço legal, algumas dessas obras deixaram de ser do planejamento determinativo e passaram para o planejamento indicativo. Isso significa que se identifica qual obra é necessária (Pausa.). É feita a licitação, são dados os prazos.

Houve, quanto a essas questões, uma mudança institucional importante. Como estamos em uma situação de emergência, através do Ministro José Jorge, estando solicitando que algumas obras emergenciais que identificamos passem a ser, no planejamento determinativo, autorizadas. Temos condições e créditos.

Anotei aqui uma pergunta. Anotei a palavra “crítica”, foi muito rápido.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sobre se já há o perfil de quem está racionando.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não temos o perfil exato. Não temos o perfil detalhado do distribuidor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Do industrial vocês têm?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Alguns consumidores industriais estão adotando, inclusive, uma prerrogativa – alguns neste momento – que está contribuindo para que cheguemos rapidamente aos 20%. Vou até dar-lhe uma informação diferente. Como alguns consumidores industriais sabem que têm que racionar 25% estão racionando mais, ou seja, pararam literalmente, estão aproveitando para fazer manutenção preventiva. A idéia é racionar 25% em um mês e trabalhar mais de 30 dias para, na média, dar os 25%. Neste momento, inclusive, no Caso do Nordeste, a contribuição maior, ao menos dos consumidores da Chesf, está vindo por parte dos consumidores industriais. Alguns Estados, dos quais temos informações preliminares, não estão nos surpreendendo. Por exemplo, Estados como a Bahia, Pernambuco, estão muito próximos dos 20%. A classe consumidora de Estados de menor perfil, sob o ponto de vista do poder aquisitivo, como o Piauí, Pernambuco, é diferente. Tive acesso aos dados da Celpe divulgados recentemente. Por exemplo, a Celpe tem 1,700 mil consumidores. Um milhão consomem menos de 100 quilowatts/hora.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Oi tenta e três por cento consomem menos de 200 quilowatts/hora.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Creio que em um Estado como o Piauí, esse número é menor ainda. Os Estados menores terão mais dificuldades. Em contrapartida, os Estados maiores do Nordeste vão ultrapassar os 20%, ao me-

nos é a tendência que observamos nos últimos dias. Percentualmente os Estados menores, como Pernambuco e Bahia, vão ultrapassar. Em compensação há dificuldades em Estados menores do Nordeste em função do perfil do consumidor, que já consome pouca energia. Há mais dificuldades. São, inclusive, protegidos pelas resoluções.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – A questão de operar com 4,3% e a repercussão disso sobre os equipamentos.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não sou especialista em turbinas, mas conheço um pouco. Sou um curioso. Na verdade, sou um especialista em máquinas elétricas. Sobradinho tem uma turbina que trabalha praticamente sem queda, é a chamada turbina Capla. Esta não traz problemas para pequenas quedas. Uma queda que tenha 20m vai cair para 12m ou 13m. A turbina Capla não tem problemas para trabalhar com quedas menores. Posso até chamar um especialista para que dê esse depoimento. Se for Capla sei que dá problema de vibração. Há dois tipos de turbinas utilizáveis. A Capla é, praticamente, uma hélice.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Hoje, Sobradinho já está produzindo pouco. Não é isso?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Hoje, a produtividade da usina, com a queda do lago, é menor. As máquinas, com a abertura total das válvulas distribuidoras, não dão a mesma potencial, o que estava previsto nas simulações. Não tenho qualquer indicativo dos engenheiros que trabalham na área mecânica de que teremos qualquer problema para operar até o final. Se houver alguma dificuldade de creio que é a hora de colocar. Já trabalhamos com 10% e não tivermos qualquer problema. Não há porque temer problemas. O esforço que a turbina vai sofrer com o peso da água é menor, tendo em vista que a coluna de água é menor. Em princípio, não teremos qualquer problema para trabalhar.

Devo até dar um depoimento sobre a turbina. Trabalhamos com as melhores máquinas, em termos de robustez, da Chesf, são as máquinas russas. Temos uma turbina importada...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – O senhor está falando de qual usina?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Sobradinho.

Todas máquinas são extremamente sólidas. Já tive oportunidade de trabalhar na época em que o Deputado José Carlos Aleluia era Presidente, eu era engenheiro de operação e vivia dentro das casas de má-

quinas, e posso dizer que não temos problema com essa usina. É extremamente robusta. A usina de Sobradinho talvez seja a mais robusta que temos no País.

Primeiro gostaria de agradecer as palavras de S. Ex^a. Entendo que se dirige à Chesf, que conta com a certeza, sem dúvida alguma, sendo... estamos investindo sempre em treinamento e informação. Por isso, temos conseguido nos superar. Um dos melhores desempenhos hoje em qualidade de energia são da Chesf. Gostaria de aproveitar esse momento e dizer que a Chesf está muito bem na área de abastecimento.

Com relação à barragem do leito, Deputado José Carlos Aleluia, pretendemos solicitar autorização da câmara para fazer o estudo do degrau, pois existe a possibilidade de fazermos pequenos aproveitamentos entre a taparica e Sobradinho. Solicitamos, e acredito que não teremos problema, o estudo e, eventualmente, com parcerias ou não, definido o quantitativo... Há estudos preliminares que mostram a possibilidade de construirmos pequenas barragens...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Quem o senhor falou que concederia a autorização?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – A autorização é pedida ao Ministério, porque preciso de rubrica orçamentária. É o Ministério que encaminha à Câmara da Crise, para que façamos...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Mas normalmente seria solicitada a quem? A câmara de crise está atuando somente agora.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Ao Ministério.

Não vamos ter problemas para isso, porque já conversamos. Vamos aproveitar esse momento e fazer um estudo para identificarmos os melhores sítios, porque não podemos mais inundar grandes áreas na região do submédio São Francisco, pois os impactos ambientais e sociais não podem mais ocorrer. Provavelmente, mesmo assim, poderíamos construir duas hidrelétricas pequenas, com que das de 9 metros de altura, que podem gerar 200 megawatts cada uma. Uma dessas hidrelétricas, conforme colocado pelo Deputado José Carlos Aleluia, pode ser usada para construir uma ponte interligando Pernambuco à Bahia, criando um outro corredor de transporte entre os Estados muito barato.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – ... do Ministério dos Transportes.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Com relação à questão de Belo Monte, gostaria de dizer aos Srs. Deputados que, como Presidente da Chesf, fomos à Associação Brasileira de Geradores e nos dispomos, juntamente com Eletrobrás, Chesf, Furnas e Eletronorte, que é quem capitania esse projeto, e temos condições de fazer isso juntamente com a iniciativa privada, a antecipar esse projeto de Belo Monte, que, sem dúvida alguma, nos dará maior tranquilidade para pelo menos cinco ou seis anos. É um projeto de 11 mil megawatts. É importante que o Presidente da Eletronorte venha aqui demonstrar a essa Comissão a qualidade atingida pelo projeto e a possibilidade de fazermos... e esse projeto de lei do Deputado José Carlos Aleluia se torna importante nesse momento, pois define a participação minoritária das subsidiárias, o que hoje não nos é permitido. Precisamos dessa autorização legislativa para que possamos participar minoritariamente. Solicito inclusive o apoio dessa Comissão para agilizar essa autorização minoritária das empresas estatais.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Mas isso depende de lei?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Depende de lei. Se os Deputados acharem por bem, poderão inclusive solicitar antes, inclusive na Medida Provisória do racionamento, e vemos isso de bom grado.

Com relação à visita à Sobradinho, é importante que a Comissão venha conhecer in loco o que está ocorrendo e o que estamos fazendo. Quero dizer ao Deputado que não focalizamos a questão da co-geração, mas entendemos que sobretudo alguns produtores de cloro e soda, que estamos conversando, produtores que precisam de vapor, como a própria Copene, no sul da Bahia, e outros produtores que usam vapor de modo intensivo, o que sem dúvida alguma é uma alternativa que o Brasil não tem utilizado, mas que esbarra, mais uma vez, nas autorizações que vamos precisar para entrar no mercado de termelétricas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – V. S^a falou na Copene deve ser aquela empresa de celulose no sul da Bahia.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, é porque a Copene é uma grande fornecedora...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – O resto já faz.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – ... mas, lá, existem alguns outros pólos que têm mercado para que forneçamos... Por exem-

plo, o projeto que a própria Petrobras está fazendo na Termobahia é uma térmica de 160MW mas, na realidade, é de 240MW que vai utilizar 80MW de gás para abastecer vapor da própria Refinaria Landulpho Alves, que hoje gasta gás simplesmente para aquecer caldeira, e não gera energia elétrica. Então, a quantidade de aproveitamento – e o Deputado lembrou bem – no que diz respeito à co-geração é realmente fantástica no Brasil, e sem aumento do custo de gasto com gás, o que é mais importante. No pólo álcool-químico de Recife, como a antiga Cooperb, que hoje é a Petroflex, a Álcool Química, em Sergipe, é a mesma coisa, está-se construindo, ou seja, usa-se ainda muito no Brasil gás simplesmente para gerar vapor e aquecer caldeira, sem gerar energia elétrica. Isso, no mundo, não ocorre mais.

O SR. – É um crime termodinâmico.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Exatamente. Então, acho que foi bem lembrado, não coloquei porque, talvez, vamos precisar de autorizações legislativas para tudo. As estatais estão muito engessadas nesse momento, há, realmente, um engessamento dos dois lados. Primeiro, por falta de autorização legislativa para participar como minoritário. Um projeto de co-geração é perfeito para que uma empresa de energia elétrica entre de forma minoritária, como a Chesf, porque, normalmente, há interesse dos, quer dizer, tem que se ter um parceiro que vá comprar o vapor, e, eventualmente, tem-se até o produtor da máquina, que pode entrar, e fazer uma parceria de três. Isso viabilizaria muitos projetos no Brasil, sem aumento dos custos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Ainda não entendi bem. Apenas para explicar: já não existem instalações industriais onde você...

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Muito poucas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Então, tem que ser projeto novo?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, na realidade não é projeto novo. Darei um exemplo: a Petroflex, em Pernambuco, procura-nos, e o que ela quer? Ela gas ta 500.000m³ de gás para aquecer caldeira. Posso muito bem colocar uma termelétrica lá de 100MW, gerar energia elétrica e utilizar 1 milhão de metros cúbicos de gás. Os 500 dela vão me gerar, pelo menos, uma rentabilidade de 50% a mais, com o mesmo gás que ele aquece, ele gera energia elétrica, com rentabilidade muito elevada.

Há projetos como esse que está sendo desenvolvido na Bahia em que a rentabilidade é de 27% e vai para 82%.

O SR. PAULO SOUTO – Que projeto é esse?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO É um projeto dentro da própria refinaria da Termobahia.

O SR. PAULO SOUTO – A Fafen também.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Exato, a Fafen também está fazendo um projeto dentro dessa linha. Então, é essa a alternativa. Finalmente, eu gostaria de falar da questão de Pedra do Cavalo, que é um projeto que merece ser estudado pelos seus múltiplos usos: é uma barragem que controla a cheia, que fornece água e que pode gerar energia.

O SR. PAULO SOUTO – Os outros dois já estão funcionando.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Sim, os outros já estão funcionando, o problema é quando gerar energia elétrica, vai ter que se definir bem para não haver conflito desses usos. Tem, às vezes, que ter volume de espera para poder controlar a cheia, tem que soltar água para poder gerar, e não pode soltar demais, senão o lago seca.

Então, é um projeto complexo, mas, como disse V. Ex^a – talvez o Deputado José Carlos Aleluia – estivesse fora, essa barragem não é mais nossa, essa barragem agora é da Eletrobrás. É a mesma coisa, se nos for dada a opção de construir a usina, gostaríamos de estudar o projeto, não tem problema, a Eletrobrás continua com a barragem, como a Cemig, lá, opera Três Marias, a barragem é da União e ela é dona das máquinas. Para nós, é mais uma alternativa, e, eventualmente, depende novamente de autorizações orçamentárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Mozart de Siqueira Campos de Araújo...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Ficou uma pergunta sem resposta.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – A pergunta é chata, por isso o Presidente, convenientemente, esqueceu.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Quando ficou claro que o racionamento não era mais probabilístico e sim determinístico? Segundo: o fato de ter atrasado três meses a decisão, nas minhas contas – março, abril e maio – aumentou em 30% o racionamento mesmo? São duas informações importantes para a sociedade.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Claro.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Porque o Governo tem que aprender a decidir ligeiro. Fiz um discurso patético, dizendo que era escaivo do que sabia, e um ou dois dias depois saiu o ministério do racionamento. Agora, quer saber isso mesmo, é verdade o que estou pensando ou estou realmente errado só descobriram que haveria racionamento em maio?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Talvez seja uma pergunta mais delicada. Costumo ser muito franco ao responder perguntas delicadas por ser pessoa do setor elétrico.

O SR. PAULO SOUTO – Quero apenas saber disso, para que o senhor não fique constrangido, porque foi dito que o primeiro ofício que tratava do assunto foi recebido no dia 12 de março.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – É verdade. Direi exatamente o que ocorreu.

A situação no dia 03 de janeiro não era confortável, mas mais do que confortável. No caso da Chesf, estávamos com o reservatório com 43%. Havia chovido 96% da média de longo termo em novembro e 112% em dezembro. Precisávamos chegar a apenas 50% do reservatório. Então o que ocorreu? Pararam as chuvas em janeiro.

É importante dizer que, apesar de não termos mais essa atribuição, por uma questão pessoal de formação e de responsabilidade, acompanhamos a questão diuturnamente. Então, no final de janeiro, a representação dos geradores no ONS, órgão responsável por esse assunto, por meio de nossos representantes do Conselho de Administração, sugeriu fosse contratado um estudo. No ano passado, o mesmo ocorreu. No mês de janeiro as chuvas não pararam, mas, eventualmente, em fevereiro não choveu. No entanto, choveu em março e não tivemos problemas.

É natural e normal haver, durante o período úmido, o que denominamos verão: uns quinze ou vinte dias em que pára de chover. O problema é que parou de chover durante trinta dias. Por isso o ONS contra-

tou um órgão nacional de meteorologia para que fizesse um estudo com as previsões.

Fui informado que, de acordo com as previsões recebidas pelo órgão, o período do chuvas seria um período normal.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Fizeram estudos?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, porque houve uma parada. Choveu 96% da média de longo termo em novembro – estou falando do São Francisco, pode ser que, em todo o Brasil os números sejam diferentes – e 112% em dezembro. Por isso, na média de longo termo de janeiro aparece ainda 71%, porque é fruto inclusive de algumas chuvas que caíram no final de dezembro de 2000.

Ficamos preocupados. Então, foi feita uma primeira avaliação e a informação que recebemos dos nossos Conselheiros da Geração no ONS foi que se tratava de um veranico. Mas a queda continuou. Embora aquela média que apresentamos fosse de 71%, no final de janeiro, já estava em 49% da MLT, ou seja, era de 71% porque vínhamos com uma média muito elevada no início de janeiro.

No final de fevereiro, para nós acendeu a luz amarela. Mais uma vez o Conselho de Administração do ONS se reuniu e elaboraram uma carta datada. Veio então o Carnaval, lembro-me bem disso, e, na semana posterior, o ONS informou que, para não haver racionamento, precisavam de chuvas que superassem em 100% a média de longo termo.

A situação não mudou. Conseqüentemente, durante o mês de março, iniciou-se um estudo para definir regras para o racionamento. Como geradores, tínhamos uma opinião muito clara sobre a necessidade de se fazer um racionamento. Entretanto havia opiniões divergentes de técnicos, o que é natural. Para definir o percentual, ainda faltava o mês de abril – o mês de março não havia se encerrado. Pela própria característica que temos como geradores, agimos antecipadamente. Obviamente o ONS é um órgão que tem conselheiro da geração, da distribuição, da transmissão. Mesmo assim, no dia 12 de março, nessa data – essa carta do dia 12 de março, recebeu dia 19 de março no meu e-mail, a partir daí, diversas discussões ocorreram no setor elétrico. Nossa opinião chegou a tal ponto que... Na primeira quinzena de abril, quando a situação hidrológica não havia mudado, a agência nacional partiu para um plano de racionalização. Obviamente não cabe aqui questionar. Com relação a essa visão, apresentamos nossa opinião de

empresa e de agência. Infelizmente, o período consolidou-se e não choveu mais. O racionamento só começou no dia 1º de junho. Essa é a verdade dos fatos.

Nós, como agentes, perante o ONS, posicionamo-nos ainda em abril. O ONS, juntamente com a Aneel, preparou as avaliações e sugeriu o racionamento durante o mês de abril. Primeiro, foi adotado um plano de racionalização e, apenas em junho, partiu-se para o plano de racionamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – V. Ex^a não respondeu à pergunta com relação à necessidade de inclusão do Pará e Maranhão. Por que demorar tanto?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Com relação a isso, não há necessidade de incluir o Pará ainda este mês de junho. Por quê? Por uma medida operativa, nós... Quando falo nós é o setor hidrelétrico, o ONS, a Eletronorte... Na verdade, a Eletronorte fez uma indução no reservatório de Tucuruí, que foi elevar até a quota de 108%. Como ele está com essa cota, durante este mês, deve haver equilíbrio entre a água que chega e a que sai. Não deixa de haver vertimento este mês. Ainda há uma folga de 8%, que deve ser usada até o dia 15 de julho. O ONS está fazendo uma proposta, novamente, para que se faça racionamento no Norte, até porque não há água suficiente em Serra da Mesa, ou seja, a barragem principal do Rio Tocantins, que regulariza 54% do rio, está apenas com 30% do seu volume, porque a seca do São Francisco é igual no Alto Tocantins. A sugestão estudada é o racionamento a partir de 15 de julho, também de 20%.

O SR. PAULO SOUTO – Para manter o quê, esse fluxo?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não. Esse racionamento... A barragem do Tucuruí é pequena. As pessoas pensam que ela é grande, mas é pequena. Então, a velocidade com que a água esvazia é enorme, tanto que, em outubro, nos períodos de 18 e 30 horas, que chamamos de período de pico, o Nordeste e o Sudeste deverão socorrer o Norte, porque, anualmente, ocorre dessa forma, ou seja...

O SR. PAULO SOUTO – Que período?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Outubro e novembro. Devemos socorrer durante essas horas, porque há uma queda rápida, pois o reservatório é pequeno e as máquinas não têm potência. Então, realmente, é necessário racionar o Norte para que a queda seja em menor velocidade e a troca de energia, que, naturalmente, ocorre anual-

mente, seja feita sem maiores problemas no final do período de seca.

O SR. PAULO SOUTO – Só para esclarecer, é desse racionamento que depende a manutenção dos níveis de energia que estão sendo transportados para o Nordeste?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Com certeza, porque é o seguinte: a partir de um determinado momento, as máquinas do Tucuruí vão perdendo potência porque a altura vai caindo. Por exemplo, hoje trazemos 1.300 megawatts, mas, daqui a 60 dias, não traremos. Se não houver racionamento, não haverá potência lá disponível para isso.

O que significa o princípio da equidade? Em 1996, 1997, quando se precisou encher Serra da Mesa, o Nordeste exportou 300 megawatts para socorrer o Norte durante quase todo o ano. Estou dizendo isso porque, na época, havia a questão, do ponto de vista financeiro envolvido, que, mesmo mandando energia, tínhamos que pagar porque, embora houvesse mais água lá, precisou-se encher Serra da Mesa. Não chegava água em Tucuruí e tínhamos que mandar energia, ou seja, o sistema é solidário. Quando falo em equidade, às vezes, obviamente, é difícil quem está no Norte, com o lago cheio, querer fazer racionamento, mas há solidariedade...

O SR. PAULO SOUTO – ... federativo, que é um negócio tão difícil.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – É verdade. Senador, desculpe-me, mas não somos muito uma Federação. Nos Estados, a autonomia é pequena.

Atendi ao esperado, Deputado, ou haveria algum outro esclarecimento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Continuo achando que essa indução de veria ser preservada. O racionamento deveria ter começado antes.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Aí eu devo dizer o seguinte: como sai da bacia do São Francisco, tenho de confiar nos estudos da ONS que estão dizendo que se precisa de 20%.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Mas antes...

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Ele está dizendo que é em julho. Ele disse que dá, sem problema. Essa é a proposta da ONS.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Está perdendo potência, o senhor acabou de dizer que está perdendo potência e se poderia estar, no mínimo, fazendo uma coisa voluntária no Norte...

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – O que ocorre é que, se eles racionarem lá neste momento, não podemos trazer mais do que 1300 megawatts.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não podemos trazer, mas mantemos a sobrelevação no reservatório.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Ah, sim, com certeza. Isso é verdade.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Mantemos o rendimento da...

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Podemos trazer depois, não é?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Claro. Não estou querendo agora, mas, depois, evidentemente... Mais uma vez, o Governo está parecendo aquelas meninas que ficam grávidas e só dizem ao pai quando a barriga cresce.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Câmara) – Obrigado, Dr. Mozart. Com a palavra o Dr. Lócio.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Sr. Presidente, Sr. Relator, parece-me que o problema do Vale do São Francisco, e aqui de fendo a Co de vas fe os irrigantes, não é apenas de energia. Aliás, a energia entra numa pequena escala, porque a participação da energia em irrigação é insignificante em termos de consumo geral da região – conforme os senhores viram na exposição, em torno de 1% do consumo do Nordeste para áreas irrigadas, áreas de uma importância muito grande.

Vejo aqui também um segmento voltado quase que exclusivamente para a geração de energia, como se isso fosse o único problema. O Vale do São Francisco não pode pensar só em energia. Não adianta pensar que se fará só a eólica, algo tão pequeno que não altera nada. Se passar para termelétrica, aí virão preço de gás, ICM não sei de quê, um custo elevadíssimo, quando um país como este tem toda a probabilidade de continuar fazendo geração de energia hidráulica.

Estive vendo uma reportagem sobre a Suíça, em que se aproveita todas as quedas d'água, mínimas que sejam, em geração de energia, que se completa com a energia comprada da França. Vamos, em toda essa região, um ca u dal por meio de que pode-se fazer energia, tanto no Vale do São Francisco, como em todos os seus afluentes, e pensa-se apenas em gastar milhões em geração de energia termelétrica, abandonando-se totalmente o problema econômico que defendemos para uma região: aumentar a capacidade hídrica do rio, fazer transporte. A energia pas-

sa a ser até um subproduto por que todas essas barragens geram energia e estão sendo transportados aí 600, 1300, e, com essas barragens só na cara do rio, vai-se aumentar para 1870, quando se está importando, no máximo, do Norte, 1300. Nos tributários, apenas o inventariado dá 627 mil megawatts.

Vamos continuar só pensando em energia? E o problema da água? E o problema do transporte? Hoje nosso problema é água. Se for feita uma economia de energia muito grande em Sobradinho para não gerar energia, ou não gastar, ou não chegar no “morto” deles, vai faltar água nos perímetros irrigados. Então, há um problema que é muito sério, chamado água. Podemos até ultrapassar o consumo de energia e brigar com o Governo para não cortá-la, mas a água não tem jeito.

Tenho de aumentar a capacidade hídrica do rio São Francisco. Que rio inte-gração é esse, sem água? Por que não fazer as barragens associadas à iniciativa privada? O Governo faz o corpo da barragem e, depois de uma licitação, a iniciativa privada fará as máquinas geradoras, fará tudo, injetará essa energia e a venderá do outro lado. Temos, por exemplo, a energia de biomassa, de bagaço de cana, com todas essas usinas. São atividades empresariais de peso, fortes. Até ontem, ninguém queria sequer saber qual era a energia que estava sendo produzida. Ninguém queria comprar nem por dez pães. Hoje, é importante. Está-se precisando da energia. Essa visão única de ser somente o problema de energia é hoje, mas o problema geral é para a vida toda. É isso que a Codevasf tem defendido. Revitalizar o Rio São Francisco, aumentar a sua capacidade hídrica e acabar com as cheias que matam muitas pessoas. Irá gerar energia e dará transporte.

Há algumas perguntas difíceis. O consumo varia de acordo com o projeto. Dependerá dos equipamentos, se há ou não gravidade. Dependerá muito desse consumo. Não sei se o consumo é de energia ou de dinheiro. Depende do tipo de cultura. Se for de manga, será um tipo; se for de uva, será outro. Agora, se é em custo, posso dizer que para a cultura de uva, a energia entra com 2%, 3%, no máximo. É o custo financeiro no custo geral. A mão-de-obra participa com quase 30%, os produtos, etc. Para a cultura de milho, o custo vai para 30%, 35% – é esse o custo da energia para a cultura de milho. Recomenda-se, então, não plantar milho.

Em uma crise como essa, de falta de energia, se tiver de economizar, continuo defendendo que sejam sacrificadas as culturas de ciclo curto: as de milho, de

feijão, de melancia e de melão. Que se preserve a fruticultura, porque, para essa ser recuperada, é difícil. O País perderá milhões e milhões em renda, em emprego, em miséria. Será preciso levar os carros-pipa e as cestas básicas aos projetos de irrigação, o que seria muito triste.

Não posso pensar aqui nessa linha de gerar energia. Só pensamos em gerar energia. Quando se vai pensar em termelétrica, serão necessários dois, três anos. As barragens daqui, talvez, levem mais tempo, mas elas têm por objetivo o desenvolvimento, o crescimento e a sustentabilidade de uma região, e não somente essa parte de geração de energia.

Estou com dois problemas: a energia e a água, mas o caso da água me parece ser mais grave. Temos as águas das sub-bacias. Há estudos no sentido de que é possível desfazer. Sobre as águas do Rio Paranaíba – acredito que seja o Paranaíba mesmo, ali, próximo a Paracatu, em cinco quedas, com mais de 200 metros de altura, durante o pico, em cascata, durante a noite, na hora do pico – gera energia suficiente para manter. Lembro-me do Senador Waldeck Ornêlas, que defende essa navegação. O Estado da Bahia, juntamente com a Codevasf, está fazendo estudos, porque é importantíssima a navegação. É o desenvolvimento do Oeste da Bahia. É a interligação com o Piauí, a partir de ferrovia. Há, então, uma possibilidade de desenvolvimento.

Nessa crise é assim mesmo. É como ocorre com o problema da seca. Estamos em uma emergência. Não adianta pensar em outras saídas. É carro-pipa, é cesta básica, etc.

O posicionamento da Codevasf é duplicar a merenda escolar, suspender férias durante o período e sustentar a meninada para que não tenham problemas de retardamento por falta de alimento. Isso é o principal. Daí, já podem até escapar, chupando imbu verde e tal. Mas a população infantil, que frequenta a escola, tem de ser preservada para o futuro desse trabalho que vamos fazer, que são as barragens para a geração de energia e para o aumento da produção de água.

Não sei se respondi às perguntas, porque me foram feitas de uma forma geral. Sobre Três Marias, ela foi feita pela Codevasf. Paulo Afonso foi iniciada pela Codevasf. Na época, por uma comissão. Depois, realmente, foi criada a Companhia. Mas a barragem de Três Marias continua sendo a de Três Marias, continua da Codevasf. Há um acordo para se pagar transporte. Até outro dia, a Codevasf pagava as balsas para atravessar os que foram isolados.

Hoje, a Cemig, pelo menos, paga isso.

Termoelétrica, não acredito. A não ser como complementação, principalmente em um País que tem muita água.

Transposição, que foi a pergunta, dentro do plano da Codevasf, se pode levar água para outros estados e não tem outra solução em termos de semi-árido, onde o subsolo é cristalino, e ele tem que ficar consciente disso, senão vai ficar o carro-pipa a vida toda sem levar essa água do São Francisco.

Primeiro, aumenta a capacidade hídrica do São Francisco. São 29 aproveitamentos inventariados pela Eletrobrás.

Principais, na calha – se guido o que foi perguntado: Pompeu, Formoso, São Romão, Januária, Bananeira e Paratinga, na Bahia. O resto tudo... E vai gerar energia de 1.870. Os tributários, render muito mais.

Não sei se deixei de responder a alguém que queira fazer alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Doutor.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Então, pode fazer a transposição desde que haja água.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Canmbraia) – Muito obrigado, Dr. Lócio. Vou pedir licença ao Dr. Fernando para conduzir, aqui, de uma forma prática, porque dentro de 10 minutos o Dr. Mozart precisa ir para o aeroporto. Ele tem compromisso amanhã de manhã, em Recife, e em seguida, na Bahia.

Então, há três Deputados inscritos: Deputado Fernando Gabeira, Deputado Jorge Khoury e Deputado Sérgio Novais.

Solicito que façam as perguntas que serão dirigidas ao Dr. Mozart, diretamente a pergunta, e depois retornará a palavra a estes Deputados para prosseguirem nos seus questionamentos com os demais expositores.

Passo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira para uma pergunta direta ao Dr. Mozart.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Bem, quero ser rápido. Não desejo fazer com que o senhor perca o seu avião. Vou ser rápido. O mais rápido possível.

Eu tinha três perguntas, mas quando o senhor fez as observações sobre a chuva, ocorreu-me também fazer uma observação sobre essa resposta.

Não é contraditório um País que dependa basicamente de uma matriz hidráulica, da hidroelétrica, não ter um bom sistema de previsão de chuva?

O professor Aziz Saiber fez essa declaração. O Brasil não é um dos oito países do mundo mais capacitados a prever chuva, e o Governo jamais se interessou por esse assunto. Inclui-se, não se interessa em ouvir os especialistas que existem na universidade, segundo o professor. Então, há uma contradição grande. Nós dependemos da energia dos rios e não fazemos uma previsão adequada de chuvas.

Em janeiro, se tivéssemos uma boa previsão, talvez pudéssemos ver que aquilo era uma aparência e que essencialmente iria faltar água.

Essa questão precisamos desenvolver, no Brasil. Se nós dependemos da energia hidráulica, temos que desenvolver uma grande capacidade de visão meteorológica dentro dos limites humanos possíveis, é claro! Mas precisamos desenvolver.

As três perguntas que eu queria fazer são de ordem nacional, mas envolvem a sua área.

A primeira delas é sobre a questão que está em jogo aqui: o alumínio, as indústrias eletrointensivas. Qual é a diferença da tarifa que um produtor de alumínio paga da que nós pagamos, se fossemos consumidores no Nordeste?

Se guido: na sua área, qual a parte da produção de alumínio que é destinada à exportação? Porque tive uma informação, pelos jornais, de que 90 mil toneladas são exportadas e 30 mil são consumidas internamente. Quer dizer que se está produzindo, na sua área, por acaso, com tarifas mais baixas para a exportação? Qual a dimensão desse problema, para podermos avaliar e tomar uma posição mais clara sobre esse tema?

A segunda questão, também geral, mas que pode atingir a sua área: as empresas distribuidoras, amparadas no anexo V do contrato que têm com as geradoras, estão reivindicando uma indenização de 4 bilhões e 600 milhões. Pode ser até 5 bilhões. Pergunto: isso vai atingir a sua geradora, a sua empresa, a empresa que o senhor preside? O senhor acha correto que haja esse guarda-chuva para as distribuidoras que confrontam o Governo como consumidoras nesse caso, que não haja nenhum guarda-chuva para os milhões e milhões de consumidores que confrontam as distribuidoras, aí já como fornecedoras. Quer dizer, que história é essa? Tenho alguns requerimentos tentando avançar nesse tema, mas a questão dos eletrointensivos e a questão do Anexo V desse contrato interessam, especialmente nesse momento de crise.

A terceira questão que quero colocar para o senhor, é que divergimos – quero divergir democraticamente – sobre o caminho que o Governo está tomando nesse back up das hidrelétricas. Em primeiro lugar, acho o seguinte: a geração com a biomassa, segundo alguns cálculos, nos próximos dez anos, poderia nos dar 16 mil megawatts. É uma matriz solar, porque, quando falamos biomassa, estamos falando de uma das modalidades de energia solar. A co-geração com gás natural poderia nos dar, segundo esses cálculos também, 10 mil megawatts. E a co-geração hoje – acho que a ausência da sua menção à co-geração pode ser entendida também de uma maneira. Quer dizer, a co-geração vai transformar as grandes produtoras apenas em grandes produtoras, mas vai apresentar para o Brasil a possibilidade de muita gente produzir energia cada vez mais; e esse é o caminho do futuro.

O Brasil, para ser competitivo no futuro, não pode se escorar numa grande produtora de energia; ele vai ter milhares e milhares de produtores de energia, inclusive o sujeito que compra o aparelho solar para substituir o chuveiro. Essa geração distribuída é o futuro, no meu entender, para o Brasil se tornar competitivo.

Os senhores estão falando de barragens, mas sabem que a ONU tem uma comissão especial para estudar as barragens. O relatório que ela publicou nesse final de ano foi devastador sobre as barragens. A maioria das barragens do mundo não atingiu os objetivos que as pessoas propuseram; as barragens produzem milhões e milhões de refugiados. Até no Brasil já temos um movimento de pessoas atingidas pelas barragens.

Quero dizer o seguinte: a aposta no gás que o Governo decidiu e que já vi que está tudo encaminhado para isso, pode ser mais um erro nesse processo, porque vamos pagar o gás em dólar, os equipamentos são difíceis, os americanos encomendaram, se não me engano, 1.300, e isso vai demorar. Além disso, vi agora os dois casos em que trabalhei com gás. A usina de gás Carioba II vai retirar 33 m³ do Rio Piracicaba, que já tem menos água do que a ONU recomenda para a região. E, além disso, está abastecendo São Paulo. São Paulo ainda rouba 23 m³ por segundo do Rio Piracicaba, a cidade de São Paulo. Então ali é impossível fazer Carioba II. Em Santa Branca, no Vale do Paraíba, você faz uma fogueira, e a fumaça fica parada no ar. Então, os alemães querem construir, mas a população está contra.

Vai acontecer no Brasil com algum master metélicas, nas áreas mais esclarecidas, o fenômeno ameri-

cano com as nucleares, que chamamos de NIMBY, not in my back yard, quer dizer, no meu quintal, não. A aposta que o Governo está fazendo, como a aposta Belmonte, já fizemos uma manifestação mundial, chamava Cararaô, não chamava Belmonte, à época. Quer dizer, são apostas problemáticas não só do ponto de vista ambiental.

A eólica, que foi mencionada aqui, está produzindo 12% da energia da Dinamarca, 16% do norte da Alemanha; ela cresce a 25% por ano contra qualquer outra; o óleo cresce 1,5% ao ano. Apostar na eólica é apostar no Bill Gates contra a IBM, é a mesma coisa. A IBM era uma empresa grande, poderosa, pesada; o Bill Gates foi lá e, hoje, é muito superior. A IBM quase morreu nesse processo.

Então fico preocupado com a competitividade do Brasil no futuro, sobretudo agora que os americanos, que são os nossos rivais em competitividade, estão entrando no caminho errado; seria bom se entrássemos no caminho certo, como os europeus estão entrando. Essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra o Deputado Jorge Khoury.

O SR. JORGE KHOURY – Vou milimetrar uma questão de tudo que foi dito aqui. Acho que ficou claro que as alternativas para a energia são várias, o potencial do País é muito grande, agora fico na condição do Dr. Lócio, de que na verdade é a única alternativa para manter a fruticultura da região é a água.

Então, Presidente Mozart, o que queria deixar rapidamente aqui é que as exposições feitas pelo Dr. Fernando, da Valexport, e pelo Dr. Lócio, da Codevasf, são uma demonstração inequívoca de que os projetos de irrigação mudaram a face do semi-árido nordestino na Região do São Francisco.

É uma alternativa econômica viável não em nível teórico, mas em nível real. Isso se constata e a sugestão do Deputado de Aléluia de se visitar a região é para não ter dúvida do que estou colocando aqui. O volume produzido e o valor desta produção já foram expostos.

O apelo que faço a V. Ex^a é que procure, informando-se cada vez mais desse aspecto, buscar as alternativas possíveis para evitar que haja, com todo o controle que se faça com relação a questão da água para energia, um prejuízo para região sem tamanho, por que se isso que estamos dizendo é possível hoje, é um trabalho de mais de 30 anos. Não é uma coisa que se plantou ontem e que está se colhendo hoje. Então a própria credibilidade do setor perante o mercado nacional e o mercado estrangeiro pode total-

mente ser liquidada caso uma catástrofe dessa venha a acontecer na região, além do problema de energia que, já não temos mais dúvidas que já existe. Acontece isso com relação a irrigação, não temos dúvidas de que vamos prestar um desserviço maior ainda.

Um Ministro paulista chegou a dizer que o Nordeste não precisava de nada, a não ser irrigação no interior e turismo no litoral.

Com isso, nem mais a irrigação no interior, e olhe lá o turismo no litoral, porque sem energia vai haver problema sério lá.

Então esse apelo veemente que faço a V. S^a. Espero também que o nosso Relator Paulo Souto, essa sugestão do Deputado Salatiel de ir já antecipando determinadas posições, Sr. Presidente Cambraia, desta Comissão, a exemplo que V. Ex^a fez na CPI do Judiciário, inclusive não esperou o relatório final, já com uma série de ações foram tomadas em tempo hábil, e só assim creio que podemos reverter essa expectativa negativa, até porque se visitar a região, nesse momento, já podemos sentir o pânico que está criado lá. Muitos dos comerciantes da região estão tendo dúvida se devem fazer a sua compra para o segundo semestre ou não; se o produtor vai ter condição de pagar os compromissos ou não vai. Os bancos, os financiamentos feitos, quer dizer, durante o período, as parcelas que vencem naquele período, como vão ser administradas? Então realmente é um problema seriíssimo. E gostaríamos de saber da sua...

O Deputado Aleluia colocou com muita propriedade a sua sensibilidade, a sua competência no trato das coisas da Chesf na região, e não temos dúvidas que tanto a Valeexport, como a Codevasf têm todos os dados necessários para informá-lo, para instruí-lo e que V. S^a possa, junto a área competente do Governo, demonstrar que é impossível solicitar qualquer redução de água que venha prejudicar as tomadas d'água dessas áreas, da cultura permanente que a é a fruticultura da região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Com a palavra o Deputado Sérgio Novaes.

O SR. SÉRGIO NOVAES – Queríamos ver o comportamento do Nordeste, porque quinhentos milhões em três anos me parecem muito aquém do que esperávamos.

Outro ponto é que na fala de V. S^a é constante a afirmação de que esse modelo está completamente equivocado e que precisaríamos – e não tenho dúvida de que esta Comissão deveria dar uma grande

contribuição para o Brasil, porque o Executivo não fará isso e continuará errando e insistindo no erro pelo menos até o final do Governo, porque não deve dar o braço a torcer neste momento, vai querer defender a continuidade disso daqui para frente – fazer uma revisão no modelo, porque esse dado de V. S^a de que está havendo problema em liberar 1.100 metros cúbicos por segundo em função da captação nas outras barragens é gravíssimo. Temos energia na região Norte, mas não podemos usar porque não podemos reduzir a nossa vazão. Toda a problemática aponta que deveríamos reverter isso, inclusive a tarifa. Reajustar tarifa com o varejo nesse patamar é uma loucura insustentável. Os níveis de inadimplência no Ceará são completamente inaceitáveis, as pessoas desconectando da rede por não ter capacidade de conectar, de ter mais... .

Se estão admitindo 4,3% em novembro, é sinal de que temos que obrigatoriamente receber a energia do Sul. O princípio da reciprocidade tem que ser trabalhado por todos nós, porque não adianta e nessa discussão devemos trabalhar um pouco essa situação de alguns setores da Bahia e de Pernambuco. Se pensarmos desta forma, está correto o Senador Jader Barbalho quando diz que não tem sentido liberar a energia do Pará, porque Tucuruí está com uma situação positiva; não tem sentido o Maranhão deixar passar a linha para o Ceará, que hoje está consumindo toda a energia do Ceará, que já é de Tucuruí, para livrar a Bahia e Pernambuco de uma situação mais difícil.

Portanto, temos que trabalhar bem essa questão, porque se chove no Sul e temos capacidade de reduzir o Sudeste para 15%, podemos deixar o Nordeste com 25% ou 30%, e não recebermos o que é possível receber na transmissão.

Acredito, pelos baixos níveis de consumo, que deveríamos ter esse tratamento diferenciado, e o governo não pode ter um tratamento equânime para situações tão diferenciadas.

Por fim, a transposição do São Francisco. Vejo que foi uma promessa eleitoral. Quando o candidato de oposição dizia que iria estudar a transposição do São Francisco caiu um mundo no Nordeste. Estavam contra a transposição que iria livrar o cearense, o paraibano da seca, e Fernando Henrique Cardoso foi claro e enfático, juntamente com o Vice-Presidente Marco Maciel, de que a transposição estaria garantida. É por isso que estamos vivendo uma situação de tanto descrédito.

Ontem, no momento eleitoral, houve o silêncio ou a concordância com a transposição e num momento pós-eleitoral precisaríamos ter cuidado com essa questão.

Ora, se a Bahia e Pernambuco se arvoram de ser donos da água do São Francisco é como se alguém se arvorasse nesse momento em ser dono da energia no Brasil. Então o princípio da solidariedade de um país tão diferenciado precisa estar acima de nossas diferenças regionais e políticas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Antes de passar a palavra para os nossos expositores para as respostas e considerações finais, há uma questão que gostaria de submeter aos Srs. Parlamentares. Existem alguns requerimentos que serão votados na próxima reunião, mas há um requerimento do Senador Paulo Souto, nosso Relator, que convida o Dr. Afonso Henriques Moreira Santos para vir a esta Comissão já na próxima semana, juntamente com o Presidente da Petrobras e o Presidente da ANA. E também convida o Dr. Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para estar aqui na próxima semana, juntamente com os Professores que estiveram aqui na nossa primeira audiência, e não puderam falar, até porque não estava prevista a fala deles.

Submeto aos Srs. Parlamentares a aprovação desse requerimento especificamente para que operacionalizemos uma só audiência.

O SR. FERNANDO GABEIRA – São quantas audiências públicas?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – São duas audiências.

Há concordância dos Srs. Parlamentares?

O SR. – Entendi que não haveria votação. A Deputada Rose de Freitas, que é vice-Líder do Governo, me pediu que discutisse qualquer convocação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Antes da saída, conversei com ela sobre esta questão, que seria apenas um requerimento que convidaria o Dr. Afonso Henriques...

O SR. – Se V. Ex^a concordou com ela, sinto-me aliviado porque tinha dito a ela que...

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, tenho dois requerimentos que considero urgentes para na próxima reunião, um chamando para falar da questão dos eletrointensivos e outro do Anexo V.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Vi aqui, inclusive, um como Deputado Salatiel Carvalho, que subscreveu juntamente com...

O SR. FERNANDO GABEIRA – Esse é o terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – É o terceiro, digo um deles.

Aprovado o requerimento.

Vamos ouvir os nossos expositores para repostas e considerações finais.

Vou iniciar desta vez pelo Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO ALMEIDA – Na verdade, não houve nenhuma pergunta específica direcionada à questão da fruticultura irrigada, então vou só fazer uma consideração final.

A principal é dizer que em anos anteriores, neste momento, os empresários estariam reunidos com alguns bancos, como o BNDES e outros, fazendo um plano de antecipação de investimentos para absorver mão-de-obra da seca. Tem sido assim toda vez que a seca aflige a região, ou seja, a agricultura irrigada sempre se flexibiliza, antecipa investimentos para segurar essa mão-de-obra da seca.

Não tenho dúvidas de que a energia para manter um hectare irrigado é menor do que a energia para criar uma cesta básica. De forma que é melhor manter a agricultura irrigada do que aumentar a área de seca com todos os prejuízos que ela pode trazer.

Quer fazer jus ao Deputado Clementino Coelho porque não ouvi uma pergunta dele respondida, que foi a questão de Tucuruí, endereçada ao Presidente da Chesf, a questão do alumínio, ou seja, se deveria se reduzir já o consumo de alumínio a 50% para manter o reservatório de Tucuruí e o de Sobradinho, já que a questão vital para os irrigantes é não só energia, mas volume de água.

Seria essa a consideração final. Mais uma vez, queria agradecer ao Deputado Salatiel Carvalho pela proposição, pelo requerimento encaminhado, oxalá pudesse ser votado hoje. Acreditamos que semana que vem já seria satisfatório.

Mais uma vez, agradeço a convocação que foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr. Fernando.

Concedo a palavra ao Dr. Lócio para suas repostas e considerações finais.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓSCIO – Antes de agradecer, apenas fazer umas ressalvas. Quando se fala nas energias alternativas, não é que sejamos contra a energia solar porque sempre vem fazendo e nesse semi-árido não se consegue energia dentro das casas e dos pequenos agricultores, aqueles que

vivem no querosene, queimando candeeiro. Chegamos lá com as placas e produzimos alguma energia. A energia eólica tudo bem, mas não podemos desprezar um plano de desenvolvimento regional que implica dar emprego, gerar renda e resolver um problema econômico de forma sustentável, com todos aqueles cuidados que se tem com o meio ambiente, porque isso aí é uma parte que a Codevasf tem prezado muito.

De forma que não temos muito a acrescentar. É pena que a Comissão seja de energia e apenas para reduzir esses encargos do problema energético. Gostaria que fosse mais ampla, porque o problema ainda é do homem, ainda é do desenvolvimento regional.

Estou de acordo com o Deputado Clementino, que não está presente, que falou que é muito difícil reduzir uma população que não tem coisa alguma. O que vemos hoje é que a televisão estampa apenas a questão de São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, quer dizer, não enfoca a situação de uma população pobre. Às vezes, diz: "Não, desligue o chuveiro elétrico!" Quem é, naquele interior, naquele sertão, que tem chuveiro elétrico? Nunca nem viu esse negócio; não sabe nem o que é. De forma que é muito difícil fazer uma redução de 20% quando o cidadão tem dois pontinhos de luz. Realmente, é uma situação muito difícil a posição, como sempre, do Nordeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Lócio.

Com a palavra Dr. Mozart, para suas respostas e considerações finais.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Deputado Fernando Gabeira, com relação às questões de alumínio que V. Ex^a colocou, na realidade, temos 14% do nosso mercado direto que chamamos de consumidores eletrointensivos. Quero dizer até que estamos em discussão com eles, neste momento, até para ver se conseguimos, num primeiro momento, ver qual é o efeito na produção final desses produtores de alumínio, principalmente um de origem canadense e que também produz alumínio não sei se para o mercado interno, qual é o percentual de produção. Mas, na realidade, esses produtores, de uma maneira geral, têm tarifas não diferentes do resto.

O problema é o seguinte: a tarifa que a Chesf comercializa energia é tão barata que é generalizada. Nós não temos tarifa diferenciada para distribuidor. Realmente, é a tarifa mais barata do mundo. Hoje,

ven de mos ener gia a US\$18. Não há isso em lu gar nenhum do mundo.

O SR. PAULO SOUTO – Só um minuto. Uma diferença que não há para os produtores de alumínio do Nordeste, aquelas tarifas especiais...

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, não, não. Tarifa nossa...

O SR. PAULO SOUTO – Há a tarifa industrial, que ainda estão dizendo que é barata, mas não...

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, a tarifa que nós vendemos para um distribuidor é a mesma que vendemos para um consumidor de alumínio.

No caso nosso – e eu aproveito a oportunidade para responder também ao Deputado Sérgio Novaes –, a tarifa que estamos praticando tem que ser realinhada porque não remunera – não estou falando na tarifa residencial, na tarifa final – os nossos ativos, adequadamente. Precisa haver um realinhamento dessas tarifas, como bem salientou o Deputado José Carlos Aleluia nas suas colocações. O que precisamos é de uma reestruturação tarifária, ou seja, pegar os segmentos de distribuição, de transmissão e de geração e remunerá-los adequadamente. Essa reestruturação tarifária talvez seja uma das questões mais importante a serem tratadas no nosso País neste momento.

Ao se começar a privatização das distribuidoras pela distribuição, criaram-se contratos de longo prazo associados a essas tarifas. Essas tarifas, inclusive, não estão compatíveis com algumas estruturas tarifárias no mundo inteiro. A pirâmide aqui está um pouco invertida. Ou seja, no mundo, de uma maneira geral, a maior parcela da tarifa total é para produção. Aqui está invertida, está na distribuição. Então esse é um problema sério. De qualquer forma, a que isto está levando? Na hora em que se faz esse inversão, não se remunera bem na produção. Então há dificuldade de alavancar investimentos de produção.

Com relação ao Anexo V, vou me atrever aqui dizer o seguinte: quem entende mais de anexo, no Brasil, se chama Chesf. O problema do Anexo V foi levantado pela Chesf. E como eu fazia parte do Coex, que era o Comitê de Mercado Atacadista, existe, aprovado na Assembléia Geral do MAE, um acordo de mercado que protege as geradoras em um acordo com as distribuidoras. Esse acordo foi aprovado na Assembléia Geral do MAE, por unanimidade, tendo força legal. Não sei se V. Ex^{as} sabem disso.

Levamos isso no dia 10 de maio ao conhecimento da Aneel. No dia 11 de maio fizemos uma ex-

posição para a Aneel, que concordou conosco. Esperamos que esses quatro bilhões de que o senhor está falando, e é verdade, não seja, porque não vamos nos conformar com relação a isso. É uma questão, Deputado, do Anexo V.

Os contratos iniciais são contratos padrões e têm um furo. Em função desse furo, no mercado atacadista, as geradoras e as distribuidoras fizeram um acordo. As distribuidoras hoje estão querendo esquecer esse acordo. Esse acordo, além de ter sido feito, foi submetido à Assembléia Geral do MAE e aprovado por unanimidade. Já colocamos formalmente isso para a Câmara de Gestão da Crise, porque é impossível que, com 6%, possamos estar transferindo uma média de um bilhão de reais por mês para as distribuidoras. Isso é um absurdo.

Estou dizendo isso de forma veemente, colocando-me à disposição para, de forma detalhada, explicar a V. Ex^{as}, porque, graças a Deus, conheço isso profundamente não só como membro do mercado, mas porque na Chesf fomos nós quem levantamos isso e levamos à Associação Brasileira de Geradores, que hoje tem tido tratativas, mas acredito que isso será resolvido, porque há uma conscientização muito grande do Dr. Mauro Asse, a Aneel tem profundo conhecimento disso, porque fizemos uma exposição para ela no dia 11 de maio, e sabemos que o acordo que foi feito é válido e nos protege. Esse acordo diz que quando tivermos sobra de energia, contratual, não física, essas sobras ficarão como créditos em energia. E se, por algum motivo, não forem utilizadas até o dia 31/12/2002, indenizaremos os distribuidores em quatro reais. Foi feito esse acordo que foi aceito pelos distribuidores.

Muitas vezes temos ouvido representantes de distribuidores falarem isso publicamente, dizerem que são a favor de regras, esquecendo-se de que há um acordo aprovado por unanimidade no MAE que protege isso.

Essa foi a condição para que os geradores aprovassem as regras do mercado. Estou dizendo isso porque fiz parte, diria até que liderei esse processo de acordo dentro do Mercado Atacadista de Energia.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Há um requerimento meu chamando alguém da Câmara para falar sobre isso. Tenho visto que as distribuidoras estão ameaçando quebrar se não receberem isso.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, elas não quebram, quem quebra somos nós, elas não têm problema nenhum.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Também acho isso.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – As distribuidoras vão perder 20% da redução, nós também vamos perder 20% da redução do nosso contrato. Agora, eles querem perder 20% e receber 100% de indenização.

O SR. – Sr. Presidente, eu queria só dizer que as distribuidoras, se perdem, não é responsabilidade nossa.

V. S^a começou a exposição falando da Lei de Concessões. Fui Relator e autor do Substitutivo da Lei de Concessões. A lei diz claramente que os profissionais assumem os serviços por conta e risco e não se pode atribuir a outras pessoas que não eles.

O Código de Defesa do Consumidor também é claro. As empresas distribuidoras são responsáveis perante os consumidores. Portanto, não podemos agora querer cobrir prejuízo de ninguém.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Deputado, o problema é o seguinte: queria colocar a V. Ex^a com a clareza que acho que tem. Houve uma falha nos contratos iniciais que todos assinaram. Essa falha foi observada no mercado atacadista. Foi feito um acordo para corrigir essa falha. O contrato inicial é um contrato padrão...

O SR. FERNANDO GABEIRA – O acordo tem peso legal? É isso que eu pergunto, porque eles estão amparados em uma base legal. O acordo do MAE tem peso legal?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Claro, a adesão ao MAE, a lei que criou o MAE diz que as empresas que aderem ao MAE se submetem às decisões da assembléia geral. É claro, o mercado atacadista foi criado por uma lei. Então, na hora em que a Assembléia Geral do MAE toma, por unanimidade, uma posição isso vale como regra. Agora, há esquecimento em relação a isso, porque há jogo de ... Agora, isso não pode ser admitido. Não posso admitir que uma empresa estatal transfira, como no caso da Chesf, 200 milhões de reais por mês para as empresas privadas. Isso vale para todos os geradores hidrelétricos. Nós fizemos um acordo. Estou tranquilo porque sei que a Aneel tem conhecimento disso. Nós registramos isso via carta. Essa situação de crise gera esses problemas. Na realidade a Advocacia-Geral da União está avaliando isso. Espero que tenhamos uma solução compatível, porque todos estão perdendo com esse raciocínio. Nós estamos perdendo muito. O prejuízo previsto para uma empresa como a Chesf poderá chegar a R\$500 mi-

lhões neste ano. Assim, nós estamos perdendo, todos estão perdendo. Quem trabalha no sistema hidrelétrico sabe desse risco das hidrelétricas.

Esse assunto do Anexo V me deixa um pouco nervoso. É a única coisa que me deixa preocupado, porque eu não aceitaria, de forma nenhuma, esse prejuízo. O senhor falou de co-geração. O problema é que precisamos de instrumentos legislativos, porque somos uma empresa estatal, para investirmos não somente em co-geração. Quero dizer ao Dr. Lócio que temos um potencial, no Nordeste, de energia eólica de mais de 6000 megawatts. Isso tem que ser desenvolvido com política de governo. Empresa privada não vai investir em energia eólica, a não ser que haja subsídios como há na Europa...

O SR. – Mas a 2509 tem lá a viabilidade para a privada e para o governo investir. O meu substitutivo da 2509 está viabilizando investidores pequenos, médios e grandes da energia eólica, com a equalização do valor de geração. É o mesmo sistema da comunidade européia.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Se for utilizado o sistema da comunidade européia, a iniciativa privada vai investir, porque ela vai ter uma parte do investimento subsidiado pelo Governo. Por outro lado, há uma consciência muito forte na Alemanha. Eu conheço muito bem isso. Por exemplo: hoje na Alemanha, se você for comprar energia térmica, nuclear ou eólica, verificará que os preços da eólica são mais caros. Mas a população com a eólica, que é mais cara.

Mas acho que essa é uma questão que ...

O SR. PAULO SOUTO – É um país que tem uma renda melhor.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Eu sei disso porque estive lá recentemente. Nós realmente temos aqui um potencial eólico estimado em cerca de 20 mil megawatts, dos quais 6000 mil estão na costa do Nordeste.

Com relação aos projetos de irrigação, quero deixar o Dr. Lócio tranqüilo. Sabemos que vamos produzir menos energia hidráulica no São Francisco em favor da irrigação. Segundo, vou aproveitar para responder às duas perguntas do Deputado Sérgio Novais. Para recebermos hoje mais energia do Norte, do jeito que estamos hoje, temos que baixar muito a vazão. Quer o garanto a todos que estão aqui – o Dr. Lócio sabe disso, porque estamos juntos nisso – que não traremos problemas para o irrigantes. Para os eventuais problemas que possam surgir, daremos soluções técnicas rápidas junto com a Codevasf. Ou

seja, se precisamos reduzir de 1.100 para 1.000, se testamos e aparecerem duas ou três captações que dão problemas, vou com 1.000, resolvo os problemas das captações, passo a operar com 1.000, recebo mais energia do Norte para poupar mais água no Nordeste. Água não tem faltado.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Presidente, permita-me interromper para dizer que Chesf e Codevasf sempre trabalharam juntos, mas ele informou que agora não tem mais nada com a água, que o problema agora é da ONS. Como esse organismo não tem nada com a Codevasf, nunca teve nenhum contato com esse órgão, eu estou preocupado. Quando a Chesf diz que não tem mais o controle da água. Isso foi dito por escrito pelo Presidente da Chesf. Isso realmente me preocupou.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – O que ele está colocando é verdade. O que eu estou dizendo é a verdade do ponto de vista legal. Até hoje o ONS não se indispôs conosco. Quando nós dissemos estamos fazendo teste para ajudar o próprio ONS... Quem define, hoje, a vazão e o despacho é o ONS. Se o ONS disser que é preciso botar 1.100 ou 1.200, tenho que botar. Posso até me insubordinar, eventualmente, mas teria algumas penalidades. Se eu não quiser me insubordinar, esse é o modelo que aí está.

Quero encerrar, agradecendo ao Dr. Cambraia, Presidente, pelo convite que recebi, em nome de todos, e dizer o seguinte: estamos fazendo o possível e nos desdobrando no que é possível para minimizar os impactos do racionamento no Nordeste. Não está sendo fácil para uma empresa como a Chesf, que sempre foi acostumada a vender e a dizer que tinha energia farta. Estamos passando por um momento muito difícil, os empregados, a questão da auto-estima é importante, porque somos acostumados a dar notícia boa, trabalhamos para isso. Se vocês pegarem o último relatório da Chesf, o do ano passado, vão ver que a Chesf bateu recordes em qualidade de atendimento, recorde histórico em seus 52 anos. Infelizmente, não vamos poder dizer isso este ano. Estamos fazendo um esforço muito grande.

Quando falo em tarifa, quero dizer aos Srs. Deputados o seguinte: temos que remunerar adequadamente os ativos da empresa, porque senão não teremos condições de equacionar as questões relativas ao fornecimento da energia elétrica. O Deputado falou muito bem dos investimentos. Os investimentos da Chesf, no final da década de 90, foram maiores. Agora, é em função desses investimentos e da baixa

tarifa que fizemos investimentos menores, porque contraímos uma dívida de 5 bilhões para terminar Xingó e temos que pagar de juros anuais em média 15%, que representam 750 milhões. Então, sem tarifa e tendo que pagar 750 milhões? Foi graças à Eletrobrás, esses 500 milhões anuais que os senhores viram aí, que negociamos com nossos credores para não pagar o principal, pagando apenas os juros para a dívida não aumentar e investindo 500 milhões no Nordeste. Precisamos, essa é uma condição natural, não se conseguirá... E digo mais: se privatizarmos a empresa, e podemos privatizá-la, o produtor independente vende rá no outro dia, sem problema, a 80 reais. Estou dizendo isso. Agora, podemos fazer um mix, se a sociedade desejar, para investir em energia eólica, uma equalização tarifária mínima. A Chesf vendia energia em 74 a 35 dólares, hoje está vendendo a 18, e esses números não remuneraram a empresa. Estou colocando isso porque é preciso investir, mas pagamos os nossos investimentos, que não são a fundo perdido pelo governo, anualmente, e este ano, chegaremos a um equilíbrio de fazer investimento sem precisar deixar de pagar.

Então, concluo agradecendo a todos os Deputados presentes, ao Deputado Cambraia, mais uma vez, ao Senador Paulo Souto, Relator, pela compreensão, e acho que valeu à pena eu ter perdido o avião.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Agradecendo a presença de todos, especialmente, dos senhores expositores, e nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 21h21min)

Ata da 5ª Reunião Realizada em 19-6-01.

Às dezesseis horas e quarenta minutos do dia dezoito do mês de junho do ano de dois mil e um, na sala de reuniões nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Paulo Souto, Teotônio Vilela, Heloísa Helena, Paulo Harthug e Roberto Saturnino e os Senhores Deputados Juquinha, Marcos Cintra, Fernando Ferro, Jandira Feghali, Aiton Dipp, Fernando Gabeira, João Caldas, Rose de Freitas, José Carlos Aleluia, Salatiel Carvalho, Virgílio Guimarães, Clementino Coelho e Luciano Zica membros da Comissão Especial Mista criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor

alternativas ao seu equacionamento”. e ainda as presenças dos Deputados Haroldo Lima, Vivaldo Barbosa, Ivanio Guerra e Eliseu Rezende Havendonúmero regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Informando que presente reunião destinava-se a ouvir as – exposições dos senhores Dr. Henri Philippe Reichstul – Presidente da PETROBRAS, Dr. Afonso Henrique Moreira dos Santos – Secretário de Energia do MME, Dr. Jerson Kelman – Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, bem como foi aprovado o Requerimento nº 16, de autoria do Senador Paulo Souto requerendo as oitivas dos Senhores Afonso Henrique Moreira dos Santos do MME e Adilson de Oliveira, da UFRJ. Os expositores apresentaram transparências sobre cada assunto relacionado com sua área de atuação. Foram questionados, em bloco, pelos Senhores Parlamentares presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às vinte horas e quarenta minutos, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Especial Mista, criada por meio do Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas para o seu equacionamento.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir exposições dos Senhores: Dr. Henri Reichstul, presidente da Petrobras; Dr. Afonso Henriques Moreira dos Santos, Secretário de Energia do Ministério das Minas e Energia e membro da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica; e o Dr. Jerson Kelman, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 12 do corrente mês ou se podemos considerá-la aprovada.

O SR. (parlamentar não identificado na gravação) – Peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Solícitada a dispensa da leitura da ata anterior.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Indago à Secretaria se existem expedientes recebidos para serem lidos?

Não há expediente a ser lido.

Solicito à Secretaria que faça tomar parte à Mesa o Dr. Jerson Kelman, Presidente da ANA.

Informo aos Srs. Membros da Comissão que o Dr. Henri Reichstul, presidente da Petrobras, chegará logo mais, conforme informação do mesmo, que está com compromisso em outra Comissão da Câmara dos Deputados.

Desta forma, iniciaremos a exposição pelo Dr. Kelman, ao qual concedo a palavra por vinte minutos, prorrogáveis pelo tempo que se fizer necessário, para a sua exposição.

Com a palavra, o Dr. Jerson Kelman.

O SR. JERSON KELMAN – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Paulo Souto, Srs. Parlamentares, gostaria de fazer uso das transparências.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambráia) – Pois não, Dr. Kelman.

Antes que o Dr. Kelman inicie a sua exposição, informo, principalmente aos Srs. Deputados, que está em processo de votação nominal uma proposição na Câmara dos Deputados, e vamos ficar nos revezando e indo votar para cumprirmos o preceito regimental.

Solicito ao Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Fernando Gabeira, para assumir a Presidência dos trabalhos.

O SR. JERSON KELMAN – Srs. Parlamentares, vou aproveitar essa oportunidade que me dá essa Comissão, para tratar de alguns temas sobre a interface entre o uso da água e produção de energia elétrica, que tem sido um tema muito tratado na imprensa nos últimos dias e imagino que tenha sido essa a principal motivação para a minha convocação para essa Comissão, dado que sou o Presidente da Agência Nacional de Águas.

Começo, com esse desenho esquemático, tentando mostrar aos senhores que os reservatórios operam entre o nível máximo operativo e o nível mínimo operativo.

Quando, no jargão técnico, se fala em esvaziar os reservatórios, na realidade, está se falando em depressá-los, quer dizer, baixar o nível até o mínimo operativo. Quando isso acontecer, o mínimo operati-

vo é aquele que permite ainda entrar água pela tomada de água que leva água para as turbinas. Mas quando ele chegar ao mínimo operativo, nesse exemplo aqui, ainda existirá um grande volume no reservatório, varia de caso a caso, mas que iria primeiro esclarecer um tema que tem sido posto na imprensa de que os grandes reservatórios do setor elétrico estariam secando. Na realidade, estão se aproximando dos níveis mínimos operativos. Para termos uma idéia do que é isso, no caso de Sobradinho, o principal reservatório do Nordeste, se ele atingisse o nível mínimo operativo – não queremos que isso aconteça –, na pior hipótese, restaria ainda um volume remanescente de 5,5 bilhões de metros cúbicos. Para traduzirmos este volume de 5,5 bilhões de metros cúbicos em alguma coisa mais palatável, isso seria o suficiente para abastecer todas as residências dos brasileiros por um semestre.

Esse é o primeiro item que vale a pena esclarecer porque começou a haver certo pânico de que todos os reservatórios iriam subitamente ficar secos. Não é bem isso.

O segundo tema que acho interessante trazer à apreciação dos Srs. Parlamentares é este gráfico, que mostra os volumes afluentes ao reservatório de Sobradinho. Estou me referindo a Sobradinho porque é o caso mais dramático. Depois podemos tratar de outros. Para termos uma idéia do que são esses reservatórios é bom que se diga que este é um dos maiores reservatórios artificiais do mundo. Ele tem, quando completamente cheio, uma área exposta de 4 mil quilômetros quadrados, um espelho d'água gigantesco que se vê nos mapas.

Este gráfico mostra, ano após ano, desde o início do registro, em 1931, qual foi a variação dos volumes afluentes. Verificamos que houve anos de vacas cortas, como, por exemplo, a década de 40, e anos secos, como é conhecida a década de 50, anos secos. O ano de 71 também foi um ano seco. Agora no último quinquênio, com exceção, de 1997, também houve anos secos.

Em termos de números, o mínimo que foi registrado em um único ano foi o de 1971, quando o volume afluente foi de 53 bilhões de metros cúbicos. O que é isso? Uma maneira de tornar isso dimensional é dividir pelo volume útil de Sobradinho. O volume útil é aquele que fica entre o nível mínimo operativo e o máximo operativo. É o que flutua. Assim, se dividirmos o pior ano da história, 1971, pelo volume útil de Sobradinho, isso daria 1,9. O que quer dizer isso? Mesmo no pior ano, seria possível encher o reserva-

tório de Sobradinho quase duas vezes. Isso é para nós termos a idéia de que esse gigantesco reservatório de Sobradinho é na realidade pequeno frente ao volume total que a ele aflui por conta do rio São Francisco. Está claro?

Damesma maneira, se pegarmos o volume médio, todos os anos, é 86 bilhões de metros cúbicos, e o máximo, em 1945, foi 150 bilhões de metros cúbicos.

Outro dado interessante é que a flutuação, entre máximo e mínimo, é de 3.

O SR. HAROLDO LIMA – V. S^a está-se referindo ao volume médio que aflui em todos os afluentes do São Francisco desde a Serra da Canastra?

O SR. JERSON KELMAN – O rio São Francisco, entrando em Sobradinho, tendo a contribuição de todos os afluentes, de toda a bacia do São Francisco a montante do reservatório de Sobradinho. O volume útil, com eu disse, é 28 bilhões de metros cúbicos. Portanto, este número 1,9 é 53 dividido por 29. Este outro é 86 dividido por 28 e 151 dividido por 28.

Se nós quiséssemos usar a água do São Francisco de uma maneira garantida todos os anos, se não existisse reservatório nenhum e se nós fôssemos contar apenas com o que há no registro histórico, qual seria o volume que poderíamos contar com firmeza, todos os anos, no local onde há a baragem de Sobradinho? Se não existisse reservatório nenhum, eu teria que olhar o pior ano do histórico, 1971, e diria que não poderíamos contar com mais do que 53 bilhões de metros cúbicos, porque isso foi o pior aconteceu no histórico 1971. Eu diria: não conte com mais de 53 bilhões de metros cúbicos, porque isso foi o que pior aconteceu no histórico, se formos contar com o que aconteceu no histórico. Como existe o reservatório, podemos contar com mais do que isso. O reservatório nos ajuda a suprir uma vazão, um volume anual, uma demanda hipotética de água maior do que essa, e seria então uma demanda da ordem de R\$65 bilhões. Isso seria o que estamos chamando de “volume afluente”, firme. Então, hipoteticamente, eu poderia garantir que todo ano, em Sobradinho, por conta da flutuação do reservatório, em vez de garantir o mínimo, que é de 53, eu garantiria esse firme, que é de 65. A diferença entre 53 e 65 é o ganho trazido pelo reservatório. É isso o que o reservatório nos traz, apesar de ter 28 bilhões de capacidade.

Esse outro gráfico serve apenas para nos mostrar como é a variabilidade das afluições a Sobradinho. A escala, em vez de ser em bilhões de metros cúbicos, está em metros cúbicos por segundo, o que

é a mesma coisa. Para transformar em bilhões de metros cúbicos seria multiplicar esses números pelo número de segundos ao longo de um ano. Então, esse gráfico mostra todos os anos do histórico. Cada linha colorida é um diferente ano do histórico. Para que estou mostrando esse gráfico? Apenas para exemplificar que, no verão, há uma grande variabilidade, temos verões com muita água, verões com pouca água, mas que, na estiagem, não só a vazão é baixa como há pouca variabilidade. Estamos no mês seis e, portanto, daqui para frente, não há muita expectativa de variabilidade. Daqui para frente, o que vai acontecer é alguma coisa com esse comportamento.

Nesta mesma Comissão, já foi muito discutido se São Pedro é o ou não o responsável pela seca, pela situação de racionamento, etc.. Essa é uma questão muito difícil porque a evolução do estoque de água de Sobradinho depende de duas coisas: quanto de água entra, e nisso efetivamente depende-se de São Pedro, não propriamente da chuva, mas da vazão do rio, que é o resultado da chuva, já traduz a chuva. E também de quanta água está saindo, de quanta água é retirada do reservatório, e essa quantidade de água que é retirada do reservatório...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Gabeira) – Vou interrompê-lo um pouco, porque vai entrar o Presidente da Petrobras. Esperemos que ele entre, e depois você continua, senão vai tirar a atenção do que você está dizendo.

O SR. JERSON KELMAN – Dizia eu que a evolução do estoque de água em Sobradinho traduz dois fenômenos de natureza distintos. Um de natureza puramente natural, que é se tem mais água ou menos água no São Francisco, e o outro, que é a entrada. É como se fosse uma caixa d'água cuja torneira quem alimenta é o rio São Francisco, e isso é um fenômeno natural. O outro é a saída, que depende de estarmos produzindo mais energia, se a água está sendo usada mais ou menos, dependendo da demanda por água. É difícil separar esses dois efeitos. Para focar apenas a parte de São Pedro, digamos assim, que é a parte hidrológica, esse gráfico traduz o que seria, é uma evolução hipotética do estoque de água de Sobradinho, não é real, é hipotético. O que seria a evolução de água em Sobradinho na hipótese de que procurássemos tirar de Sobradinho a máxima vazão possível, que se chamava firme. Isto é, a máxima vazão que se pode retirar desse reservatório. Falei anteriormente que era de sessenta e tantos bilhões de metros cúbicos. Traduzindo em vazão, seria o seguinte: se calculássemos, esse gráfico traduz, no eixo ver-

tical, o estoque de água em Sobradinho. Então, em milhões de metros cúbicos. O estoque máximo de Sobradinho é 28 mil milhões de metros cúbicos ou, se quiserem, 28 bilhões de metros cúbicos. Esse é o volume útil. Quando estiver aqui embaixo, está vazio.

Ao longo do eixo horizontal, temos os meses. Isso está dizendo o quê? Imaginando que ele começa se cheio e que todo mês ele solta se, pelo menos, 2.018 metros cúbicos por segundo, que é a vazão firme, ele teria essa evolução de estoque. Ele fica quase sempre cheio, vendo — é quando essa linha está em cima —, e de vez em quando ele deprime, ele esvazia. Aqui esvaziou bastante, mas não até o final, não até zero.

Aqui está outra seca, uma seca terrível, em 1971. Mostro outras secas. Agora, as piores de todas ocorreram em 1996 e 2001. O que estou aqui mostrando? Não há nenhuma análise de natureza de demanda de energia hidrelétrica, é puramente hidrológico. O que estou afirmando é que essa seca, no São Francisco, é pior do que qualquer uma que tivesse sido observada antes de 1995.

Então, se tivéssemos observado o São Francisco só até 1995, a vazão garantida ou firme, com que nós poderíamos contar, ou seja, a quantidade de água que o São Francisco nos poderia proporcionar em Sobradinho seria de 2.018 metros cúbicos por segundo. Levando em consideração mais esses cinco anos, essa vazão garantida cai para 1.988.

De outra maneira, se tivéssemos operando Sobradinho — não é assim que é operado, isso é hipotético — se estivéssemos operando Sobradinho com a filosofia de estarmos preparados para enfrentar a pior seca que ocorreu no passado — e a pior seca que tinha ocorrido no passado foi em 1971 — nesse caso, haveria um déficit de 1.713 milhões de metros cúbicos, 6% do volume útil. Se impuséssemos um racionamento para atingir 3% do volume útil ao longo de seis meses, haveria um decréscimo de atendimento da vazão firme de 7,5%, não de 20%, mas de 7,5%.

Portanto, concluindo esse ponto, em Sobradinho, não há dúvida nenhuma, essa seca é a pior que já se observou no histórico e, se fosse adotado o critério internacional de estar preparado para a pior seca que se tem no histórico, teríamos um racionamento este ano, não na profundidade que se está verificando. É isso que estou falando. Isso é válido para o Brasil inteiro? Não, não é válido para o Brasil inteiro.

Se formos ver o caso de Furnas, o mesmo tipo de raciocínio feito para Furnas, que tem um volume útil de pouco menos de 18 bilhões de metros cúbicos,

verificaríamos que não. Embora estejamos vivenciando uma seca muito grave, já ocorreram outras secas, pelo menos outras duas secas, tão graves quanto essa e uma bem pior, que foi na década de 50.

Sob o ponto de vista hidrológico, na bacia do Rio Grande, em Furnas, essa seca não tem a característica de ser a pior do histórico. Então, não é apenas por razões hidrológicas que estaríamos vivenciando isso.

Para terminar, a Agência Nacional de Águas tem a obrigação legal de zelar pelo uso múltiplo dos recursos hídricos, de vários setores usuários de recursos hídricos. O setor de navegação, de abastecimento urbano, o setor industrial, de irrigação, etc., todos utilizam a água dos rios. Então, é natural que haja uma disputa pela água dos rios entre esses vários setores. A atribuição legal da ANA é procurar conciliar o uso múltiplo de recursos hídricos. No caso, vou dar um exemplo de um problema que estamos tentando resolver. Dada a ausência de recursos hídricos, zelar pelo uso múltiplo de recursos hídricos significa, na prática, administrar a escassez, administrar conflitos. Esse é um exemplo típico, que está nas páginas dos jornais.

Existe uma produção agrícola, principalmente de grãos, que escoam pelo rio Paraná, entrando aqui no lago de Ilha Solteira, produção de Minas, de Goiás e Mato Grosso do Sul, que, através de um canal artificial chamado Pereira Barreto, entram no rio Tietê, sobre o mesmo rio, atravessando várias eclusas, sendo um transporte importante de grãos. Esse transporte de grãos será afetado pela hipótese de esvaziamento. O esvaziamento significa deprimimento do nível do reservatório até o nível mínimo de Ilha Solteira — uma deprimimento de cerca de 11 metros —, para utilizar essa água para produzir energia elétrica na situação de carência em que estamos. Esse estoque de água traduzido em energia elétrica, quando turbinado ao longo das várias usinas que temos no rio Paraná, implica energia da ordem de 4.700 megawatts/mês. De forma que é um estoque de energia significativo, algo como 3% do volume armazenado em todo o Sudeste ou 25% da demanda de um mês.

Então, trata-se de uma água que pode gerar energia e não pode ser desperdiçada, não pode deixar de gerar energia nessa situação de crise em que estamos. Por outro lado, há um conflito em potencial, porque esse escoamento de grãos seria interrompido. Não há solução que agrade a todos. Estou dando um exemplo, apenas, de conflito pelo uso de recursos hídricos. Não há solução sem custos. O que se pode fazer é procurar solução de um mínimo custo, não de

falta de custo. E, nesse caso, aparentemente, estamos em negociações tanto com o INS como o setor transportador, e, possivelmente, a solução será adiar esse esvaziamento para agosto, quando o pico do transporte da safra de grãos já terá ocorrido – ocorre em junho e julho. É esse tipo de problema que estamos tentando resolver em todas as esferas.

A Agência Nacional de Águas tem apenas cinco meses, mas está tentando cumprir o seu mandato de ser, como disse, responsável por zelar pelo uso múltiplo de recursos hídricos.

Srs. Parlamentares, era isso que teria a dizer em termos de uso múltiplo de recursos hídricos e questões de hidrologia relacionadas à crise energética. Naturalmente, estou à disposição para quaisquer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Kelman.

Passo a palavra ao segundo expositor, Dr. Henri Reichstul.

A pedido do Dr. Henri Reichstul, passo a palavra ao Dr. Afonso Henriques, para fazer a sua exposição por vinte minutos, prorrogáveis se for necessário.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Sr. Presidente da Mesa, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ontem perguntava ao Senador Paulo Souto exatamente qual deveria ser o enfoque desta exposição, tendo em vista que vários já passaram por esta Comissão, ajudando a esclarecer os pontos que nos levaram a esta situação bastante difícil. Fiquei pensando, e o Senador achou conveniente – em falar um pouco sobre planejamento, que é uma atividade que cabe ao Ministério, à Secretaria Nacional de Energia. Temos escutado – e com alguma razão – que faltou planejamento. Faltou ou não faltou planejamento? Essa questão é a que gostaria de tratar durante quinze a vinte minutos.

A verdade é que a história do setor elétrico brasileiro caracteriza-se e destaca-se, no setor energético mundial, com uma competência muito boa na área do planejamento do setor elétrico. Primeiro, a própria herança dos ingleses, quando vieram para cá com a Light, a Anforp e outras e, depois, a Canambra, na década de 60, que fez um grande inventário, o que criou uma base, uma inteligência local que evoluiu muito, tendo um grande destaque na década de 70 e, principalmente, 80, com modelos matemáticos sofisticados, etc.

Essa competência ainda existe no País. E dizer que não houve planejamento é, de fato, não ser correto, não ler corretamente o que se passou. Planejamento existiu e existe. A questão é a mudança de enfoque, de ferramenta, de comportamento, de procedi-

mento mesmo, para se realizar este... O pessoal da filmagem está dizendo que tenho que afastar um pouco, já falo alto naturalmente, é vício de professor.

O problema é exatamente a dificuldade de que tivemos e continuamos a ter em desenhar o novo planejamento. Planeja-se, mas não se tem todas as condições de realizá-lo. O art. 174 da Constituição Federal define dois tipos de planejamento – o indicativo para as atividades privadas e o determinativo ou mandatório para as atividades públicas.

Fica em tão a questão: o que é o serviço de eletricidade? Não deveria, portanto, ser o planejamento determinativo, mandatório, porque é um serviço público?

O modelo que se construiu nesta Casa, pela Lei nº 8.987 e pela Lei nº 9.074 e outras, tinha as seguintes características: competição no nível da geração, planejamento determinativo no âmbito da transmissão e na distribuição, como antes, o planejamento fica no nível da distribuidoras.

Quais dificuldades encontramos?

Ao definir um plano de obras de expansão do parque gerador, como se fazia antigamente, não temos condições de fixar a sequência e localização dessas obras. Temos condições de definir cenários: há um plano de expansão de termoeletricidade, quem se interessa em fazer?

Foi o caso do PPT – Plano Prioritário de Termoeletricidade. Várias termoeletricas apareceram – quarenta e nove. Temos aqui as termoeletricas que se previam para o país...

O SR. FERNANDO GABEIRA – Vou aproveitar esta pausa. Sr. Presidente, começou a segunda votação nominal, para fazermos novamente as saídas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Gostaria de informar aos Srs. Deputados que a segunda votação nominal iniciou-se agora e vamos fazer da mesma forma: um rodízio, um revezamento.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Havia 49 termoeletricas definidas, assinadas em protocolos, mas várias delas, a maioria não está acontecendo. Por quê? Fundamentalmente são dois os fatores. Um é a própria decisão empresarial. Há a decisão e um empresário que tinha interesse e para quem se consegue autorização desiste. Esse acho que é um dos pontos problemáticos que temos a resolver no nosso modelo.

Como funciona o sistema de autorização no caso da ANEEL? Quando conseguimos a autorização de uma termoeletrica ou de uma pequena central hidrelétrica, existe lá um cronograma de implantação.

Se não for respeitado, ou se eu, da minha parte, empresário, desistir, não há de fato nenhuma penalidade, nenhuma perda para o empresário. Mas há perda para o planejamento. Como planejar em cima de um compromisso ténue como é esta autorização? Esse é um mecanismo que temos que evoluir para poder ter mais segurança no planejamento.

É diferente, por exemplo, no caso de hidroeletricidade. As hidrelétricas acima de 30 megawatts são licitadas. Há obviamente um grande investimento do empresário para participar da licitação e há mesmo uma caução que se deposita garantindo, portanto, que a obra vá acontecer ou pelo menos que existirá perda significativa para o agente.

Mas o planejamento fica, principalmente no caso de termoeletricidade, submetido a uma incerteza enorme. Não é apenas a questão da posição do agente que, por algum motivo, desiste do empreendimento. Há, na verdade, um problema mais forte que este. Há uma grande incerteza ambiental, que leva, por exemplo, boa parte das termoeletricas que eram planejadas para São Paulo a buscar outros Estados, como Mato Grosso do Sul ou Rio de Janeiro, onde a questão ambiental está melhor equacionada ou as exigências são menores. Encontramos uma outra lógica, que não é a lógica natural do planejamento da geração baseada em termoeletricidade. A geração baseada em termoeletricidade normalmente indica que se deve colocar a térmica junto ao centro de carga; entretanto, quando incorporamos outros interesses, interestaduais, como é o caso do meio ambiente, vamos analisar que uma térmica em São Paulo pode ter uma complexidade ambiental, uma aceitação pela sociedade muito difícil, o que faz essa térmica se colocar em outro lugar.

Quando estou falando dessas dificuldades para o planejamento, isso não é desculpa para o planejamento ter dado errado. Gostaria de dar um passo atrás. Se formos analisar o que aconteceu no planejamento elétrico no Brasil e no mundo, vamos ver que raramente o que se planejou foi o que aconteceu, raramente o realizado chegava próximo do planejado. O planejamento era quase que uma carta de intenção. Evidentemente havia, entretanto, uma certa sequência de obras, uma certa priorização que de toda a forma era respeitada. Isso, hoje, já não existe. Não existe no âmbito das termoeletricas, porque ficamos extremamente dependentes da ação do empresário, que pode, como eu disse, pedir uma autorização e, tempo depois, desistir dessa autorização, sem uma maior penalização.

Ora, acho que o planejamento deve mudar absolutamente a maneira de ser. A nossa cultura é muito baseada no modelo matemático, no modelo de otimização, no modelo que prioriza, no modelo baseado em custos. Primeiramente, por causa dos próprios custos.

Qual é o custo do aproveitamento de uma central elétrica?

Por exemplo, o custo de Canoas I e Canoas II, construídas pelo Grupo Votorantim e eram da CESP, ficou 50% abaixo do orçado. Portanto, quando vemos a diferença, a distância entre o custo orçado e o custo realizado de várias obras (como Machadinho, Itá e outras), vamos observar que aquele planejamento matemático, aquela ordenação que se fazia começa a mostrar seu lado frágil. Além disso, entram outros interesses da sociedade. Os modelos matemáticos não eram capazes de absorver esses outros interesses, dentre eles o interesse ambiental de cada Estado – o interesse ambiental difere de maneira em cada Estado. Isso é um grande diferencial na localização de uma central termoeletrica ou mesmo de uma hidrelétrica. É necessário, para o bom planejamento, ter, antes de tudo, uma avaliação estratégica ambiental. A avaliação estratégica ambiental deve incorporar, entre outras coisas, a disponibilidade hídrica. Uma das termoeletricas prevista no nosso plano que mais problema está vivendo hoje é a de Carioba, em Americana, exatamente por questão de disponibilidade hídrica. A Bacia do Piracicaba é uma bacia com uma tradição de gestão e há uma oposição da sociedade local muito forte em relação a essa central termoeletrica de ciclo combinado.

Ora, o que então nós da Secretaria de Energia estamos propondo para que o nosso planejamento seja mais aderente à realidade?

Primeiramente, temos que envolver outros setores do Governo de maneira mais intensa. Não dá para o setor elétrico planejar-se a si próprio. É necessário um enfoque energético. Quando se fala de gás, por exemplo, o gás tanto pode ser usado na termoeletricidade como numa indústria, e essa indústria pode gerar com co-geração; quer dizer, o enfoque tem que ser mais amplo. Então, temos que ter um planejamento energético, mas esse planejamento energético tem que estar baseado no que está baseado no planejamento do próprio país.

Como é, por exemplo, que o PPA – o Plano Plurianual, vai afetar o planejamento do setor elétrico? E, em função disso, a capacidade orçamentária, a disposição do próprio Governo em investir diretamente,

que é uma questão que se coloca muito. Isso tem que estar evidentemente vinculado com o planejamento do País. Então, a linha que estamos trabalhando para evoluir o planejamento nesse novo modelo é colocar o planejamento, não apenas no setor elétrico, mas no planejamento energético “linkado”, conectado com as áreas de planejamento, de desenvolvimento e do meio ambiente. O meio ambiente é, sem dúvida, o fato mais relevante. A avaliação estratégica ambiental é que, de fato, diminuirá as incertezas das obras planejadas, sejam elas de geração ou de transmissão..

Além disso, há de se evoluir num outro sentido: não basta o planejamento ser tratado apenas em nível de Governo. Precisamos ter um planejamento transparente, porém participativo. E o Plano Decenal, que ora está em andamento na Secretaria de Energia, no Ministério das Minas e Energia, o qual já desencadeou uma série de seminários – inclusive pretendemos fazer aqui no Congresso uma apresentação, um debate para que outros interesses e pontos de vista da sociedade seja colocados e incorporados nesse planejamento – é nesse sentido.

Realizado esse planejamento, é essencial uma análise, uma visão de mercado daquelas obras previstas, e não apenas a fiscalização das obras, das outorgas. Uma termoeletrica que era extremamente atrativa há três anos, quando o combustível era US\$10 o barril, perdeu muito do seu interesse quando o petróleo chega a US\$27, US\$28 o barril. Portanto, temos que ter uma visão, um acompanhamento do planejamento sempre com a visão do mercado. O mercado, em certo momento, se interessa por uma opção e, em outro momento, se desinteresse. Isso reflete diretamente na capacidade de financiar aquele projeto, porque ele passa a ter taxas de riscos mais elevadas. Essa postura, essa posição de acompanhamento dos aproveitamentos definidos se difere da fiscalização da Aneel, porque que se prende ao cumprimento da autorização, e não da avaliação estratégica. Ela se complementa à fiscalização da Aneel, mas é mais ampla, tem uma visão mais de mercado, incluindo aspectos financeiros ambientais e outros.

Portanto, o que de fato estamos procurando na Secretaria de Energia é modificar o planejamento do setor elétrico, tornando-o mais efetivo dentro de um ambiente de mercado. Para concluir, é importante repetir que houve planejamento. O próprio PPT – Programa Prioritário de Termoeletricidade é um fato concreto do planejamento. Enquanto definimos as entradas das hidrelétricas e a Aneel licita, às termoeletri-

cas apenas foi feito um chamamento e os agentes apresentaram seus interesses.

Ora, o que estamos fazendo, portanto, é, dentro de toda essa incerteza, conseguirmos ter metodologias que nos indique exatamente as fragilidades da expansão – e, nesse sentido, é importantíssimo termos um tipo de sinalizador não só da operação, como o Dr. Jerson Kelman vem pensando sobre isso: Olhem está começando a ficar crítico o armazenamento, vamos tomar alguma atitude, mas um sinalizador da expansão, ou seja, se a expansão começar a ficar em uma condição mais crítica, vamos tomar alguma atitude. E aí, talvez, que o Governo deva agir diretamente de forma mais acentuada.

Não vamos esquecer que quando se fala que o Governo Federal não está investindo diretamente é um equívoco. O Governo está investindo. Senão, vejamos: Tucuruí, Norte-Sul, 3º Circuito de Itaipu, Interligação Curitiba-São Paulo, que faz a melhor interligação do Sistema Sul com o Sistema Sudeste.

O SR. FERNANDO FERRO – Não tem crise?

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Não. Sr. Deputado, eu estou colocando a situação de que há um investimento. Se perguntarmos se o investimento foi suficiente, a resposta é: claro que não. Eu não estou defendendo o Governo. Estou dizendo

O SR. FERNANDO FERRO – Se ria um absurdo não investir nada, seria “o fim da picada”.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Mas houve investimento, investimento este que gira em torno de 30% ou 40% do investimento total. Os investimentos não foram suficientes. Algumas barreiras ocorreram, principalmente na termoeletricidade. Na termoeletricidade, houve o problema do preço do gás, a questão ambiental, o modelo em si, que não incentivava as distribuidoras ou geradoras a contratarem nova energia no longo prazo. São problemas do modelo que devem ser revistos. O preço do nosso mercado é teórico; não é composição de lances de oferta e de demanda. É um preço teórico. Existe um questionamento muito grande sobre isso. Existe, então, uma série de fragilidades no nosso modelo que implicam incertezas e dificultam a expansão.

Agora, houve, sim, planejamento, planejamento este que não conseguiu lograr bons resultados. Ele é frágil em função de algumas dessas questões: a questão ambiental, a questão de uma avaliação de risco financeiro.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, viemos discutir aqui a crise que existe, e não para saber se o investimento foi adequado ou não.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sr. Deputado, o expositor é livre para fazer a sua exposição.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Mas o assunto deve relacionar-se com o enfoque e não se referir ao fato de o investimento ter sido adequado, se foi pouco ou muito. Devemos discutir a crise atual.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sr. Deputado, no momento da sua fala, V. Ex^a levanta essa questão, mas o expositor pode falar sobre o que desejar.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Não. Não pode falar sobre o que desejar. Ele deve falar sobre o tema para o qual foi convocado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Pode sim. Ele não pode falar sobre o que V. Ex^a quer que ele fale. Ele vai falar o que achar que deve falar.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Não, quero que ele fale sobre a crise.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sr. Deputado, por obséquio, peço a colaboração de V. Ex^a para que o expositor continue.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Eu, realmente, poderia não reconhecer a crise, mas seria uma inconseqüência da minha parte. Nós estamos com 20%...

O SR. CLEMENTINO COELHO – O senhor não a está reconhecendo.

O SR. AFONSO HENRIQUES SANTOS – V. Ex^a está enganado. Estou dizendo que houve planejamento, apenas a forma de se planejar ainda não está adequada a esse novo modelo. Essa é uma das razões da nossa crise. Planejar segundo ferramentas e óticas não adequadas a esse modelo é um dos motivos de termos chegado a essa crise. O planejamento tem de evoluir, tem de ser capaz de detectar antecipadamente as dificuldades, os óbices, para se materializar aquele plano.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Deputado Clementino Coelho, peço a compreensão de V. Ex^a para não interromper o expositor, por favor.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Sem dúvida, o programa prioritário de termoeletricidade é exatamente um fato concreto de planejamento. Foram previstas 49 térmicas, inclusive com protocolos assinados etc., mas não se conseguiu resolver uma série de outros problemas para se

materializar pelo menos uma parte significativa dessas termoeletricas.

O SR. AIRTON DIPP – Dr. Afonso, o senhor diz que foram previstas 49 termoeletricas, que entretanto não se efetivaram. O senhor poderia explicitar melhor por que não se efetivaram?

O SR. (parlamentar não identificado, sem nome declinado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. (parlamentar não identificado, sem nome declinado) – Sugiro que os palestrantes concluam as suas observações e que as intervenções fiquem para depois. Os Parlamentares podem inscrever-se.

O SR. CLEMENTINO COELHO – A exposição dele é muito frustrante.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Peço aos Srs. Deputados que aguardemos o momento da inscrição de cada um para fazer as suas indicações, os questionamentos. O expositor tem de ficar à vontade para fazer as suas observações.

O SR. AFONSO HENRIQUES SANTOS – Lamento por ser frustrante, mas é o que posso trazer a este plenário.

Se V. Ex^a perguntar por que não materializamos esse plano, esse planejamento, estou lhe dizendo: dificuldades no preço do gás, na cascata tributária, fortes dificuldades ambientais, dificuldades do modelo que não induziam a contratação de longo prazo, os chamados PPAs. Essas razões e a própria fragilidade da autorização, que não é um instrumento forte, que é um compromisso forte do agente com o Governo para realizar aquela obra, enfim, esse conjunto levou-nos, sem dúvida, a essa situação de pouca expansão.

Quando tratamos da hidrelétrica, temos instrumentos mais fortes. Mesmo assim, muitas das hidrelétricas estão andando, antecipando seus cronogramas. Temos hidroelétricas acontecendo em três anos, três anos e meio aí, enquanto demoravam-seis, sete anos para acontecer. Porém, muitas estão com dificuldade ambiental.

Temos que enxergar isso de maneira maior. Eu posso lhes dizer que eu também me frustro quando olho os nossos erros. Não conseguimos concretizar um modelo que fosse capaz não só de sinalizar, mas de induzir de maneira mais forte essa expansão. É exatamente nesse sentido que nós estamos buscando alterar o planejamento, de maneira que tenhamos uma avaliação, não mudarmos a situação de mercado, continuarmos uma expansão baseada em merca-

do, mas que tenha controles, induções muito mais fortes do que as que nós tínhamos antes e, principalmente, que tenha sinalizações mais claras para a sociedade. Acho que faltou esse procedimento. Esse é um preço que nós pagamos dessa transição, de um modelo de planejamento centralizado, onde o Estado era investidor direto, para um modelo de planejamento de mercado. Nós não temos essa cultura e isso, sem dúvida, me frustra também.

Talvez seja melhor concluir a apresentação e responder aos questionamentos dos Deputados. Faz mais sentido, concordam?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Afonso Henriques.

Passo a palavra ao Dr. Henri Reichstul para fazer a sua exposição.

O SR. HENRI REICHSTUL – Exmº Sr. Presidente da Comissão Mista Especial, Exmºs Srs. Deputados presentes aqui à Mesa, eu queria primeiro agradecer ao gentil convite que a Petrobras recebeu de vir aqui para falar não necessariamente sobre as causas da crise de abastecimento de energia no País, mas muito mais propor alternativas ao seu equacionamento.

Trouxe algumas transparências para apresentar aos senhores e senhoras aqui presentes e Parlamentares o que a Petrobras tem feito para tentar resolver a questão da crise energética que estamos vivendo hoje no Brasil.

Vou falar um pouco da proposta da Petrobras de aumento da oferta de energia, o impacto que essa proposta de oferta de energia tem sobre a demanda de gás natural, os esforços de logística necessários para aumentar a produção e trazer essa produção de gás adicional nos pontos adequados. Falarei um pouco sobre o volume de investimentos que essa aceleração representa e, finalmente, o balanço do que essa contribuição poderia ser por parte da Petrobras.

O primeiro quadro que nós estamos apresentando aqui mostra, em rosa, o aumento de capacidade de oferta de energia planejada em relação às térmicas, onde a Petrobras tem participação. Praticamente 90% é de participação minoritária, sempre com sócios operadores com experiência no setor, multinacionais ou algumas empresas nacionais. Essa linha rósea mostra a evolução da capacidade planejada com as térmicas, com participação da Petrobras.

Esse programa, lançado há mais de um ano, visa no seu planejamento original uma oferta adicional de energia de 6.450 megawatts até 2004. Em fun-

ção do agravamento da crise energética e desse esforço, esse mutirão que o Governo e a sociedade estão fazendo, nós passamos praticamente três semanas tentando ver como poderíamos aumentar a capacidade de oferta de gás e de oferta de energia elétrica em função do agravamento dessa crise. Nós conseguimos planejar uma oferta adicional de energia – que representa aliinha em azul – que aumentaria de 6.450 para 8.340 megawatts em 2004 – até antes de 2005 –, aumentando a nossa contribuição, já, a partir de 2002.

O que seriam essas térmicas? Este, aqui, é o nosso planejamento original, que estava em curso normal – até 2002, nós temos 10 térmicas com participação societária da Petrobras e mais 4 térmicas sem a participação da Petrobras mas onde nós estamos fornecendo gás em condições favoráveis e temos essas 14 térmicas que, desde já, estão em construção – 10 da Petrobras e 4 que não são da Petrobras – que irão entrar em produção a partir do segundo semestre deste ano até o primeiro trimestre de 2002. São 14, das quais temos participação em 10. Então, além desse programa que, por assim dizer, vinha de um planejamento – das 49 térmicas que foram lançadas que fazia parte do que o Sr. Ministro Rodolpho Tourinho chamou de “Programa Emergencial de Termoeletrica” – que eram essas 14. Essas 14 estão com as máquinas compradas e com terraplanagem já feita em alguns sites – estão com algum problema de licença ambiental em outros mas a nossa estimativa é que elas entrarão em produção até no primeiro trimestre de 2002. Além desse esforço emergencial – que já havíamos iniciado no ano passado e que está descrito neste quadro –, esses 6.450 têm uma previsão e aporte original, neste ano ainda, de 640 megawatts, de 2.200 megawatts em 2002, 4.000 em 2003 e 6.000 a partir de 2004. São 17 projetos, dos quais são 16 a gás e 1 a rasf. Depois dessas três semanas, tentando ver de que jeito, de uma forma ultraemergencial, nós poderíamos aumentar a oferta, nós chegamos à possibilidade de trabalhar em três linhas. Infelizmente, pouco para 2001, mas aumentando, cada vez mais, gradativamente, essa oferta, a partir de 2002 e 2003 através de antecipação de alguns projetos, da criação de três novos projetos que dispõem de máquinas que foram desviadas de projetos cancelados e que representam uma realidade física, quer dizer, a possibilidade de turbinas e gás e, também, da expansão de projetos originais. Portanto, em relação à programação original em 2001, nós passamos a não aumentar em nada a nossa oferta e, em 2002, aumentar

em 910 megawatts a nossa oferta de energia elétrica, chegando a 3.110 megawatts no final de 2002 e um pouco menos de 2.000 megawatts – 1.960 megawatts em 2003, chegando, portanto, a adicionar aos 4.120 dos originais os 6.600 megawatts e chegando em 2004 a um total de 8.340 megawatts, representando 18 a 19 projetos onde a Petrobras tem participação minoritária. Nos 10% dos casos onde ela foi obrigada a tomar uma participação de 100%, ela está procurando repassar essa participação a sócios privados e fundos de pensão. Termoelétrica é uma renda fixa e, portanto, é um instrumento ideal para quem procura rendas fixas a longo prazo, como os fundos de pensão. Nós, inclusive, já assinamos com a Petrus um protocolo de intenções em cinco projetos de térmicas em que a Petrus tem o interesse de participar com cerca de 20% do investimento.

Muito bem, o que isso representa do ponto de vista de demanda adicional de gás natural e quais são os problemas que nós vamos enfrentar para agregar essa capacidade emergencial, ultra-emergencial? Nós tínhamos planejado ter o ano de 2.005 com uma demanda, no Brasil, de 70 milhões de metros cúbicos. Esses projetos adicionais, essa aceleração, antecipação e duplicação em alguns casos, nos levam a 90 milhões de metros cúbicos em 2.005, com necessidade já existente em 2.002, 2.003 e 2.004. Onde é que nós estamos imaginando conseguir esses 20 milhões de metros cúbicos de gás adicional? E, agora, nós estamos tratando da verdadeira restrição.

Nós não temos hoje, nos projetos em que estamos envolvidos, restrições muito sérias de máquinas nem de investidores, principalmente depois da portaria que terminou regulando o preço do gás. Nós vamos ter problemas de oferta adicional de gás. Esse é o problema.

Nós estamos imaginando trazer esses 20 milhões das seguintes origens: nós vamos estar acelerando a produção de gás no Nordeste, no Sudeste, que são a primeira e a terceira linha deste quadro, por meio de mecanismos de aceleração de produção de gás, que não são otimizados do ponto de vista de escala mas que, frente à situação, podem ser. Eles têm rendimentos decrescentes, custos adicionais, mas, dado o preço de energia, compensa fazer isso. Nós vamos antecipar a instalação de uma planta de regaseificação de gás natural líquido no Nordeste, em Suape, que ia começar em 2.007, mas estamos antecipando para 2.005, com 4 milhões de metros cúbicos de gás natural líquido feito importado que vai ser

regaseificado. O balanço de gás do Nordeste exige, para garantir contrato de 20 anos de fornecimento, o aporte de gás importado via GNL. Nós vamos estar acelerando, também, a chegada do gás boliviano, por intermédio de investimentos adicionais, aumentando a capacidade de 30 para 40 milhões de metros cúbicos desse gasoduto, de uma forma emergencial, para trazer 10 milhões de metros cúbicos adicionais até 2.004, com muita dificuldade também. E se tudo correr bem, vamos também antecipar a chegada do gás argentino, via gasoduto Uruguiana-Porto Alegre, chamado TSB, trazendo 4 milhões de metros cúbicos de gás a partir de 2.004. Esse é o esforço máximo, físico, que dá para fazer se a gente começar as obras de todos esses projetos no dia 1º de julho.

Quais são as questões físicas de logística que isso implica? Nós precisamos antecipar a capacidade de transporte no gasoduto Brasil-Bolívia, que estava planejado para 17 e 24 milhões de metros cúbicos, para 30 milhões de metros cúbicos no primeiro trimestre de 2.003.

Só para V. Ex^{as} terem uma idéia, a capacidade total desse gasoduto é de 30 milhões, mas ele tem uma curva de aceleração, com entrada em operação de compressores, que tem todo um cronograma em função da demanda original do gás. Tudo isso precisa ser mudado e novos compressores precisam ser rapidamente instalados. Isso depende da oferta de compressores, pois precisamos alugar compressores para garantir esses 30 milhões de metros cúbicos a partir de 2.003. Precisa, também, haver um volume de investimento pesado do lado boliviano para trazer esse gás na boca do gasoduto. Nós temos que iniciar rapidamente e antecipar a capacidade do gasoduto Uruguiana-Porto Alegre, para chegar ao final de 2003 com esse gás argentino; e precisamos fazer investimentos pesados de reforço de malha, tanto no Sudeste quanto no Nordeste, para chegar com esse gás nos pontos das térmicas.

Foi mencionada pelo Secretário Afonso Henriques uma realidade no sentido de que o ideal seria que as térmicas fossem localizadas ao longo do gasoduto e perto do centro maior de consumo, que seria São Paulo. As restrições ambientais das plantas das termoelétricas de São Paulo fazem com que sejamos obrigados a construir gasodutos que levarão esse gás boliviano ao Rio de Janeiro. Há mais de seis, sete projetos de termoelétricas já aprovados, com licença ambiental, no Rio de Janeiro, o que vai fazer com que sejamos obrigados a adicionar gasodutos para trazer esse gás e viabilizar esses projetos.

O mapa próximo aqui dá uma idéia a V. Ex^{as} de, primeiro, na malha sudeste, o que é necessário fazer. Vamos ter que reforçar o gasoduto Bolívia-Brasil – Bolívia-Campinas, basicamente. Depois, vamos estar construindo um ramal para Minas, para chegar a Regábia, aqui, no norte do mapa, Belo Horizonte. Vamos estar reforçando, fazendo um gasoduto paralelo ao existente Replan-Guararema, pegando Campinas-Taubaté, e fazendo loopings para chegar até o Rio. Vamos estar reforçando também, por meio de um novo gasoduto Campinas-Cubatão, para trazer gás também para a Baixada Santista.

São investimentos consideráveis – V. Ex^{as} vão ver os valores –, que precisam ser feitos a toque de caixa, para garantir o gás nos lugares de onde as térmicas vão sair.

No caso do Nordeste, que representa também um conjunto de investimentos pesados, vamos ter que fazer loopings e reforçar toda a malha do “nordestão”, praticamente até Recife – um pouquinho acima de Recife –, gerando compressão adicional e gasodutos adicionais também.

O que isso representa em termos de investimentos adicionais? Estamos falando em um volume de investimentos de US\$1 bilhão a mais, concentrado em 2002 e 2003, o que vai fazer com que o volume de investimentos programado no nosso desenvolvimento estratégico, de 2001 a 2005 – os famosos US\$30 bilhões, que já estavam com projetos definidos, com funding em 80 a 90% também já garantido –, esse volume de investimentos saia de US\$30 bilhões e vá para US\$31 bilhões.

Para que áreas vão esses investimentos? Como é que eles se comportam anualmente? Vamos ter que investir, adicionalmente, US\$360 milhões este ano, dos quais US\$81 milhões na área de exploração e produção – para acelerar a produção de gás –, US\$173 milhões na área de térmica e gasoduto, e US\$104 milhões, o grosso, na Bolívia. No ano que vem, estamos falando em US\$651 milhões: US\$329 milhões na área de exploração e produção; US\$386 milhões na área de dutos e térmicas – e, aqui, reduzimos o investimento na Bolívia, porque antecipamos isso para 2001.

Chegamos, ao final de 2005, a um total de US\$1 bilhão, dos quais pouco mais de US\$400 milhões na área de exploração e produção de gás, e US\$513 milhões na área de dutos e térmicas, assumindo que, em todas essas térmicas, teremos participação minoritária, e que essas térmicas serão financiadas, que elas são financiáveis, vamos dizer, com a proporção

de capital, com dívida em torno de 35, 65%, e em que a Petrobras participaria com 25%, em média, desses 35% de capital. Então, estamos falando em torno de 8, 9, 10% do valor total do investimento em térmicas.

Isso representa, se olharmos por segmento, um aumento de investimento da Petrobras, até 2005, de 3%, alocados, como eu já disse, nas várias áreas.

O que isso representa de aumento de ampliação de oferta de energia? Portanto, estamos falando de uma oferta em 2002 original de 2.220 megawatts. Se tudo isso acontecer, se nós tivermos as licenças ambientais, os dutos, as autorizações da ANP, o equacionamento financeiro dos investimentos e a questão da tarifa de transporte adequada, compatível com a moeda de funding desses investimentos, e se tivermos sorte, nós conseguiremos chegar a 3.110 megawatt de capacidade adicional, no final de 2002; no final de 2004, 8.340 megawatt.

Esse é, em resumo muito breve, o trabalho que a gente tem feito frente ao agravamento da crise e a contribuição que a Petrobras pode dar à situação existente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Henri.

Passo a palavra para o Sr. Relator, Senador Paulo Souto, para os seus questionamentos.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o objetivo principal, a vinda do Presidente da Petrobras, no meu entendimento, dá uma idéia exata, porque têm aparecido muitas controvérsias a respeito do papel que a empresa tinha justamente na parte de usinas térmicas e a perspectiva real da entrada em operação dessas usinas. Mesmo porque surgiram, no final de semana, algumas notícias de problemas com fabricantes, de recondicionamento, que poderiam atrasar etc., mas em ten di que essa situação, que inclusive já foi colocada, já considera essas contingências que existiram.

Penso que, no meu entendimento, a presença do Presidente da Petrobras atendeu perfeitamente, pelo menos, a minha expectativa de ter uma radiografia bastante exata do que a Petrobras exatamente vai fazer, qual o seu papel nessa emergência que estamos passando de suprimento de energia elétrica no Brasil.

O que eu gostaria de saber é – tal vez, na sua exposição, o assunto tenha sido tratado quando eu saí, não sei –, exatamente qual o papel da Petrobras, que talvez tenha sido atribuído pelo Governo, do ponto de vista de viabilização das outras usinas térmicas, onde

ela não participa acionariamente naquela questão, sobretudo a que se refere às variações cambiais do gás? Quer dizer, para que nós saibamos exatamente qual o papel da Petrobras.

É a pergunta que eu tinha com relação ao Presidente da Petrobras.

Com referência à exposição que foi feita aqui pelo Dr. Jerson Kelman, da Agência Nacional de Águas, em que nos foi colocada a situação dos reservatórios – e aí é mais uma coisa que eu vi em exposições anteriores, e uma delas aqui já foi colocada: a preocupação da Agência com relação à localização dessas térmicas, porque vi que algumas delas podem eventualmente estar colocadas em situação onde há dificuldade de suprimento de água, e se a Agência está acompanhando bastante bem essa questão, para que uma solução não possa realmente se transformar numa dificuldade na frente.

Essa é uma questão que eu queria colocar.

A outra questão: nós ficamos, pelo menos no Nordeste, relativamente tranquilos – pois confesso que não via isso anteriormente –, com a preocupação demonstrada pelo Presidente da Chesf com relação a participação ativa de problemas paralelos que podiam surgir, ou que estão surgindo, com as dificuldades do Lago de Sobradinho. Por exemplo, com relação ao encontro de meios para que não haja problemas relacionados às tomadas d'água dos projetos de irrigação. Também com os sistemas de abastecimento de água.

A exposição do Presidente da Chesf pareceu-me que a sua empresa estava bastante preocupada com esses problemas paralelos e que estavam tomando providências, soluções, para esses problemas que estavam surgindo. Mas, de qualquer sorte, como me parece que esses conflitos ou essas dificuldades de uso d'água são também da Agência Nacional de Águas, desejo saber se a ANA está acompanhando isso e de que forma está interferindo nessas questões, para que elas tenham realmente uma boa solução.

Um outro problema, que me parece também importante ainda com relação à questão da ANA, é que, nos novos potenciais hidrelétricos que estão inventariados, se essa questão do uso múltiplo, que é complexa, está sendo tratada antecipadamente, porque, hoje, já temos problemas, por exemplo, com certos reservatórios que criaram uma tradição de utilização mais intensiva. Por exemplo, com toda dificuldade que temos de água no Nordeste, o rio São Francisco foi, durante muito tempo, visto essencialmente como

água destinada à geração de energia. A pergunta é: para os futuros aproveitamentos essa preocupação do uso múltiplo, eu diria que a antecipação desse problema, já está sendo devidamente vista pela Agência Nacional de Águas, porque isso parece uma questão importante?

Um outro ponto. Não quero entrar, absolutamente, no mérito, porque, se for mostrar disso, não iremos terminar hoje essa reunião e não seria esse o objetivo principal, a questão da privatização das hidrelétricas, mas a pergunta básica é a seguinte: uma das coisas que se falam da dificuldade da privatização das geradoras é justamente o equacionamento do uso múltiplo. A pergunta que faço é: que diferença teria, do ponto de vista da ANA, tratar desse problema entra uma empresa estatal que gera água, uma empresa que utiliza água e gera energia, e uma empresa privada que vai fazer a mesma coisa? Que grande diferença, do ponto de vista dele, na questão da racionalização do uso da água entre uma geradora estatal e, eventualmente, uma geradora privada, que vai também utilizar água para produção de energia?

A questão com referência ao Secretário de Energia do Meio Ambiente, que tratou basicamente do planejamento, que me parece uma questão interessante. Neste momento gostaria de ter um esclarecimento melhor. Por exemplo, algo essencial para que esse planejamento seja bem sucedido é que se tenha um bom inventário. Ou seja, quem é agora o responsável pelos inventários? Não sei qual a estrutura que é, hoje, responsável por esses inventários de recursos hídricos que permitam esse planejamento? Existem recursos para isso? Quem é o responsável por isso? Ou, não temos problema nenhum, se já está tudo inventariado e se já é possível fazer planejamento no nível do inventário que já temos hoje?

Por fim, algo que gostaria de saber, talvez não tenha muita aproximação com o assunto, mas, nesse planejamento do setor de geração, entendo que funciona através de licitações que são feitas pela Aneel. A pergunta é a seguinte: se os setores que foram chamados não responderem a essas necessidades do planejamento por algum motivo, que instrumentos temos, se isso não acontecer, para sairmos dessa dificuldade de uma falta de resposta? Não é o problema de assumir o compromisso e, de alguma forma, não cumprir, porque isso foi focalizado. Mas, por exemplo, o planejamento indicativo mostra que temos necessidade de tantas hidrelétricas nos próximos anos, etc. Se isso for licitado e se não houver, por exemplo, uma adesão daqueles setores que se espera, que provi-

dências o Governo tem para que possamos sair dessa dificuldade?

O SR. (parlamentar não identificado, nome não declinado) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de propor à Mesa, para ganharmos tempo, se possível, tomar pela providência das cópias dos expositores, particularmente, os dados colocados pela Petrobras, que são muito importantes e definitivos, para que possamos ter acesso a essas cópias.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Pergunto aos expositores se há condições de fornecer o documento ou cópia?

Passo a palavra aos expositores para resposta ao Sr. Relator, iniciando pelo Dr. Afonso Henriques.

O SR. (parlamentar não identificado, nome não declinado) – Como o Senador Paulo Souto teve que se ausentar, poderiam falar mais uma ou duas pessoas para aguardá-lo para responder?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Aceita a sugestão, início a lista de oradores inscritos pela Deputada Jandira Feghali, a quem concedo a palavra.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Sr. Presidente, é muito assunto para pouco tempo. Então, tentarei ser o mais objetiva possível. Antes de fazer perguntas, quero levantar uma questão, para a qual proponho a análise da Comissão. Trata-se da realização do leilão do mercado atacadista de energia no próximo dia 26.

Penso que é acintoso à população, enquanto tem que deslizar a geladeira, o freezer, o ventilador e apagar a luz, ver funcionar no País a chamada especulação no mercado atacadista de energia.

Creio que esta Comissão, pela ética que tem ao povo brasileiro, deveria encaminhar um entendimento claro de suspensão do leilão a ser realizado no dia 26. É um absurdo que este Congresso não se manifeste diante de um movimento especulativo de um mercado criado a partir da regulamentação da Aneel. Em um momento de crise, de racionamento, não podemos permitir esse acinte ao povo brasileiro, que tem que economizar energia no mínimo detalhe da sua vida cotidiana, enquanto o setor privado vai especular energia, que passará de R\$40,00 para R\$684,00 o megawatt. Inclusive, esse será o parâmetro de reposição do Estado e das empresas estatais geradoras para distribuidora, segundo o contrato firmado à época da concessão. Penso que essa deveria ser a posição política desta Comissão Mista em relação à realização do leilão do próximo dia 26. Faço essa proposta concreta a esta Comissão a fim de que se posicione no momento oportuno.

Em relação às questões levantadas, no pronunciamento feito pelo representante da Agência Nacional de Águas fomos informados de uma coisa muito importante, quando disse que realmente o problema não foi hidrológico. Esse dado é muito importante e, embora sobejamente conhecido, faz parte dos argumentos oficiais do Governo até hoje.

Julguei importante quando o Sr. Afonso Henriques, Secretário de Energia do Ministério, mencionou que houve realmente um problema de planejamento. Aliás, Dr. Afonso, questionável. Inclusive, o problema deu-se na atitude de mudança da matriz energética conforme a proposta; mas, pior do que isso, só reafirma que ficamos na incerteza diante da decisão empresarial.

Para mim, essa questão tem que chamar atenção do Parlamento brasileiro, ou seja, o Estado brasileiro, as estatísticas nacionais e o povo, por conseguinte, ficarão reféns das decisões do mercado e do setor privado sem tomar nenhuma atitude e sem ter qualquer instrumento que obrigue o setor privado a investir em um setor fundamental como é o de energia.

Então, além de ter estabelecido um modelo que submeteu à lógica mercadológica uma questão fundamental como a de energia, agora, mesmo na crise, não pode estabelecer instrumentos de pressão sobre esse setor. Pior, a perspectiva de continuidade ainda não está clara. Não se sabe se vão parar com o programa de privatização das geradoras. Pelo informe do Presidente da Petrobras, a geração de termelétricas será, prioritariamente, privada, com participação minoritária da estatal brasileira. Essa questão chama atenção. Qual é o controle público, quais são os instrumentos de geração de energia não só na crise, mas para o planejamento futuro?

Essa pergunta me remete a perguntas principalmente ao senhor e ao Presidente da Petrobras. O art. 7º da última medida provisória estabelece que “diante da emergência, poderão ser contratadas as obras sem licitação.” Pergunto-me: Qual é a perspectiva? Diante da emergência, na minha opinião, construída porque não foi tratada de forma adequada, que tem conteúdo de inépcia mais criminoso por parte do Governo, pergunto se é isso que vai acontecer. Vamos fazer todas essas obras sem licitação, em nome da emergência? Essa questão precisa ficar clara para o Parlamento e para a sociedade brasileira.

Inclusive, não foi abordado o programa das pequenas hidrelétricas, chamadas de PCHs, se não me engano. Pergunto se serão feitos e, em caso positivo, se serão feitos também sem licitação. Qual será o cri-

tério? As contrações serão feitas ao bel-prazer das decisões de Governo e dos critérios adotados internamente nas empresas? Como será isso? Faremos um grande mercado, sem licitação, para a realização das obras? Se as hidrelétricas realmente forem executadas, com que dinheiro e com quais investimentos se realizarão essas obras? Essa é uma questão.

Gostaria de dirigir ao Presidente da Petrobras, particularmente, algumas perguntas que para mim são importantes.

Um dos aspectos que temos abordado, Presidente Henri Philippe Reichstul, é o problema do ajuste fiscal, ou seja, as estatais participando da chamada composição do superávit primário. Sabemos que, em 1998, não havia nenhum título da dívida pública em carteira nas estatais e que, no ano de 2000, já havia 25,1 bilhões de títulos da dívida pública na carteira das estatais.

Primeiramente, pergunto: qual é a participação da Petrobras nisso já que inclusive as estatais contribuíram com 10 bilhões para o superávit primário? Essa é uma questão.

Lamentavelmente, a nova Lei de Diretrizes Orçamentárias, que está para ser votada, mantém a lógica de que as estatais devem compor o superávit primário dos acordos do ajuste fiscal.

A segunda questão diz respeito ao gasoduto Brasil-Bolívia. Qual é a sua opinião sobre o contrato feito – sei que isso não ocorreu durante a sua gestão, mas na gestão do Presidente Joel Mendes Rennó. Trata-se de algo preocupante, porque ele foi prejudicial ao Brasil, na medida em que estabeleceu uma referência no preço do dólar, gerou um gasoduto que tem ociosidade até hoje e, ao que parece, as decisões ou as incertezas empresariais têm relação com o risco cambial. A Petrobras assume aquilo que o setor privado não vai querer assumir.

Sendo assim, quero saber – ouvi na imprensa que estava havendo gestões para mudança do contrato – quais as preocupações da Petrobras, hoje, em relação à mudança de contrato, visto que a referência é o dólar, particularmente, e a inflação americana.

Do ponto de vista da nova geração e das utilizações novas de gás, a Petrobras continua assumindo risco cambial da sua parte ou haverá compensação do Tesouro Nacional para isso? Essa é uma preocupação de quem se aflige com a situação da estatal Petrobras.

Para finalizar, não consigo entender ainda qual será o papel do gás da Bacia de Campos. Não ficou claro para mim, na sua exposição, por que até hoje o

gás não foi usado adequadamente, por que precisamos recorrer a gasodutos da Bolívia. Foi para servir, na minha opinião, na época, a interesses de grandes multinacionais bolivianas. Portanto, como fica a utilização do gás da Bacia de Campos nesse planejamento?

Na transparência, projetada com certa rapidez, notei que já existe um duto importante. Mas também soube pela imprensa e, por isso, pergunto-lhe, para confirmação, qual será a preocupação em aumentar a utilização de gás existente no Brasil, o gás da Bacia de Campos, nesse planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Deputada Jandira Feghali.

Passo a palavra aos expositores para as respostas aos questionamentos do Relator, Senador Paulo Souto, e da Deputada Jandira Feghali, iniciando pelo Sr. Henri Philippe Reichstul.

O SR. HENRI REICHSTUL – Tenta ser o mais breve possível, porque o número de inscritos e de componentes da Mesa é grande.

Quanto à indagação do Senador Paulo Souto sobre o preço do gás e a oferta de gás para as usinas termelétricas, ficou acertado, na última portaria, que a Petrobras ou outras empresas disponibilizariam 40 milhões de metros cúbicos/dia de gás para a termelétrica, na proporção de 80% de gás boliviano e 20% de gás nacional, para se chegar a uma composição de preço do gás termelétrico compatível com a tarifa de energia termelétrica, chamado VN, que a Aneel havia proposto. Esse gás tem uma formação de preço, como disse, de 80% boliviano e 20% nacional, atingindo uma média de preço – o antigo 2,475, que, hoje, por causa da inflação americana, se converteu em US\$2,58 por milhão de BTUs – que será corrigida em 80% pelo dólar e 20% pelo IGPM. Esse gás será ofertado para os projetos térmicos a um preço nominal fixo em real durante 12 meses. A diferença entre o que a Petrobras está pagando em termos de ajustes cambiais pelo gás boliviano em razão da desvalorização cambial e esse preço fixo por 12 meses será coberta pela própria Petrobras numa conta especial na qual se aplica uma taxa de juros Selic, que é a taxa de mercado – a mesma que a referida entidade recebe pelo uso do seu dinheiro, pelo caixa que ela não utiliza e aplica no mercado financeiro.

Passados 12 meses, o VN – preço da tarifa de energia elétrica da termelétrica – é reajustado automaticamente em virtude do aumento do preço do gás termelétrico, que terá dois componentes. O primeiro refere-se ao procedimento de rever quanto aqueles

US\$2,58 dólares por milhão de BTUs valem ao preço do novo câmbio no fim de 12 meses, adicionados de uma parcela relativa à amortização da conta que a Petrobras adiantou financeiramente, recebendo juros sobre aquilo ou pagando juros se houver valorização cambial – na mesma proporção e pela taxa Selic, a serem amortizados nos próximos 12 meses.

Portanto, para a Petrobras, esse instrumento é neutro do ponto de vista econômico. Trata-se de financiamento que a Petrobras faz ao longo de 12 meses para o qual se remunera como o faz o mercado financeiro. É uma equação adequada para a mencionada entidade, não envolvendo nenhum subsídio e atendendo ao interesses da Petrobras e a uma das principais preocupações dos investidores em termoeletricas: assegurar que o VN, a tarifa de energia elétrica, será reajustado automaticamente, tendo em vista o aumento do preço do gás. Essa era uma grande inquietação dos investidores.

O SR. PAULO SOUTO – A garantia disso nos contratos de suprimento fica assegurada?

O SR. HENRI REICHSTUL – A garantia de preço ou de quantidade?

O SR. PAULO SOUTO – Desse tipo de reajuste.

O SR. HENRI REICHSTUL – É uma portaria da Aneel dando o VN automático. Ela já foi expedida?

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Perguntaram-me isso hoje, mas não tenho certeza. O pessoal da Aneel que está presente talvez possa responder. Marra...

O SR. MARRA (sobrenome não declinado) – Não saiu ainda a portaria.

O SR. HENRI REICHSTUL – Mas vai sair, não é isso?

O SR. (sobrenome não declinado) – Sim.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Desculpe-me, Sr. Presidente, apenas para entender, os investidores têm a garantia do preço da tarifa de acordo com a mudança cambial, ou seja, o consumidor, na ponta, é quem paga?

O SR. PAULO SOUTO – A distribuidora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Então, é o consumidor.

O SR. HENRI REICHSTUL – É. Se é um produto importado, apesar de estar fora de ordem, SRA. Deputada – a exemplo do petróleo, da energia de Itaipu e do tênis Nike, que deverão ser pagos em dólar correspondente caso não seja feito aqui.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Tênis não é energia, Presidente. Não é possível comparar o supérfluo com o fundamental.

O SR. HENRI REICHSTUL – Desculpe-me, o exemplo não foi pertinente.

Essa é a forma pela qual foi acertada a portaria. A oferta está limitada a 40 milhões de metros cúbicos.

Sra. Deputada, estou respondendo a uma parte de sua pergunta acerca do gás de Campos. Por que essa oferta é limitada a 40 milhões de metros cúbicos? Porque existe uma oferta restrita de gás nacional no País. O Brasil não é um grande produtor de gás natural, mas há uma oferta abundante do referido produto ao longo dos Andes, Bolívia e Argentina. O nosso gás é principalmente associado. Então, na equação e na medida em que existe já um compromisso de venda de gás nacional mais barato para indústria e comércio, existe uma disponibilidade relativamente pequena de gás nacional para projeto térmico, então se a gente quiser aumentar essa oferta além dos 40 milhões de metros cúbicos para a termoeletrica, a origem vai ser boliviana, e aí a equação de preços de um gás mais barato, que é o mix nacional com o boliviano, não pode ser aplicada. Está claro?

Essa é a questão do papel da Petrobras.

Em relação às perguntas colocadas pela Deputada Jandira Feghali, primeiro em relação à forma rápida com que essas transparências foram passadas, isso não implica que nós não queríamos que a atenção da Deputada fosse dedicada às transparências, e sim por causa do adiantamento da hora e da necessidade de três expositores se apresentarem. Mas, se quiser, passo aqui cinco horas, transparência por transparência, não há nada a esconder, não há falta de transparência.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Pela ordem, Presidente. Não foi esse sentido, Sr. Henri. Acho que V. Ex^a está na defensiva. Não sei por quê. Eu não disse isso. Eu disse que eu não consegui perceber – e por isso fiz a pergunta – pela rapidez, mas nós teremos seus documentos xerocados na mão, isso não é problema.

Não foi essa a questão. V. Ex^a está na defensiva não sei por quê. Até para comparar tênis com energia mostro que V. Ex^a está com um pé atrás hoje.

O SR. HENRI REICHSTUL – Em relação à questão do ajuste fiscal, a Petrobras faz parte, na medida em que tem o sócio majoritário Tesouro Nacional, das contas públicas. Portanto, tanto o déficit primário da Petrobras quanto o superávit primário fazem

parte do conjunto do déficit ou superávit primário do setor público brasileiro. É uma questão de definição.

A Petrobras, nos últimos dois anos, não ficou de forma nenhuma restrita, nos seus investimentos, em função dessas metas. Já apresentei isso, acho que já estive neste Congresso mais de dez vezes, prestando esclarecimentos, atendendo a necessidades de explicações e já expliquei várias vezes aqui, na Câmara dos Deputados, em várias Comissões, que a estrutura de financiamento dos investimentos da Petrobras por intermédio de sociedades com propósitos específicos faz com que a Petrobras possa ter um programa de investimento independentemente de suas metas de primário. Isso é em relação a sua primeira pergunta.

Em relação à questão do gasoduto Brasil-Bolívia, a respeito dessa construção, a minha opinião se alterou profundamente frente ao agravamento da crise energética. Eu acho que se nós não tivéssemos esse gasoduto aqui, a gente não conseguisse agregar pelo menos 8 mil megas de capacidade, um sistema que hoje tem 70 mil, ou seja, estamos falando quase de 12%, 15% de demanda de capacidade adicional num prazo de três, quatro anos, nós estaríamos realmente numa situação muito mais grave do que a que estamos vivendo. As críticas que se ouvem em relação a esse gasoduto é de que ele foi construído com pouca clareza em relação à demanda de gás no Brasil, o mercado não existia, mas, como é um produto que não existia também, essa é uma crítica que eu acho que é facilmente contestável, no sentido de que é possível, você tem que criar esse mercado, daí é você gerar, é você construir um gasoduto com capacidade ociosa, natural, programada, que você não vai ficar construindo dez gasodutos, você constrói um gasoduto com a capacidade ociosa planejada e à medida que você vai criando seu mercado ele vai ocupando. Isso acontece em vários setores de bens de capital pesado, em petroquímica e papel celulose, você não sai com a planta completa na capacidade, você não tem um mercado. Você antecipa a capacidade. Portanto, o problema não era tanto o mercado, era mais a oferta de gás, as reservas provadas na Bolívia eram relativamente baixas.

A Bolívia, nos últimos três anos, acho que decuplicou o volume de reservas certificadas, estava cinco TCFs, que são unidades de reserva de gás, e hoje está em 40 TCFs o certificado. Só para V. Ex^{as} terem uma idéia, o gasoduto Brasil-Bolívia, a 30 milhões de metros cúbicos por dia, durante vinte anos, gastaria 7 TCFs e meio. Ou seja, atualmente, a Bolívia possui reservas de gás provadas para quase seis gasodutos

iguais ao de 30 milhões de metros cúbicos que têm ainda capacidade ociosa. Estamos transportando 11 milhões de metros cúbicos de gás nesse gasoduto.

Com relação ao risco cambial, creio que já expliquei, é a mesma pergunta do Senador Paulo Souto. Sobre novas utilizações de gás, não entendi bem a pergunta da Deputada.

Vou direto à questão do gás da bacia de Campos. Como disse, o gás na bacia de Campos é um gás associado que está sendo produzido em 40 plataformas – há 40 plataformas na bacia de Campos –, ele é espalhado, e há um projeto de queima zero desse gás, muito mais por razões ambientais do que por razões econômicas. Não se justificaria montar um sistema de gasodutos nas 40 plataformas, mesmo aquelas que produzem pouco gás, isto é, em escala economicamente inviável, e trazer esse gás por um sistema de gasodutos da bacia de Campos. Isso não é possível. Daí a origem da queima do gás. E, a partir daí, por razões de aquecimento e de ambiente, estamos no programa de queima zero. Tiramos o máximo de gás possível da bacia de Campos, do ponto de vista econômico. É o nosso produto. Somos vendedores de gás. E preferimos vender nosso gás a vender o gás importado da Bolívia. É mais compensador, apesar de sermos produtores na Bolívia também.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – As licitações.

O SR. HENRI REICHSTUL – Com relação às licitações?

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Todas as obras projetadas em nome da emergência, segundo o art. 7º da medida provisória, podem dispensar licitações.

O SR. HENRI REICHSTUL – A Petrobras, desde a nova lei do petróleo, está dispensada da utilização dos mecanismos da Lei nº 8.666. Ela tem um comportamento em relação às suas obras muito parecido com uma grande corporação. Portanto, creio que a questão não se aplica especificamente à Petrobras. Pode ser que se aplique a outras empresas públicas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Passo a palavra ao Dr. Jerson Kelman para suas respostas.

O SR. JERSON KELMAN – O Senador Paulo Souto me dirigiu quatro questões. A primeira referente a se a ANA estava atuando em outorgas pela utilização da água para termoelétricas. A resposta é sim. Inclusive a não disponibilidade hídrica é, às vezes, fator determinante para a não instalação de termoelétricas, como é o caso da bacia de Piracicaba, por exemplo, muito estressada hidricamente.

Na segunda questão foi feita uma referência a louvável e elogiável atuação da Chesf em relação ao encolhimento do lago de Sobradinho, que faz com que algumas tomadas d'água fiquem expostas, fiquem no vazio, e é necessário algum tipo de apoio a essas comunidades no sentido de encompridar as tomadas d'água. São obras civis.

E o Senador indagou qual a atuação da ANA. A ANA está envolvida. Na semana passada, realizamos na sede da ANA uma reunião com a participação da Chesf, Codevasf, Cemig, alguns representantes do setor de saneamento e também do Ministério dos Transportes, no sentido de encontrar soluções para um cobertor curto. Ou seja, quando se disse que o lago encolhe, setores que utilizam a água ficam com problemas. E não apenas isso. Quando a vazão de Sobradinho é fluente e começa a ficar pequena, o nível d'água a jusante começa a baixar e algumas tomadas d'água também ficam expostas. Essa reunião revelou que ainda existem soluções de simples implementação. No caso, por exemplo, do transporte fluvial, um acordo feito foi que as eclusas funcionariam apenas uma vez por semana. Foi, digamos, uma reunião de conciliação de interesses bem-sucedida.

Com relação a novos potenciais, quase todos localizados na Amazônia, o Senador indagou se a ANA está – repito que a ANA tem apenas cinco meses de idade – mas se ela está cumprindo o seu mandato de tratar de encaixar a seleção de novas usinas dentro de uma visão de uso múltiplo. Nós ainda não temos resultados; estamos iniciando as contratações e planos de bacias hidrográficas que tenham como um dos componentes o setor elétrico, mas não o único. O setor elétrico, no passado, foi muito competente ao olhar os rios como um recurso natural próprio para a utilização em aproveitamento de energia elétrica. Portanto, fazia a divisão de quedas, que é chamada de inventário, com muita correção, com muita propriedade técnica. A ANA propõe o entendimento de que essa visão setorial é uma das vertentes que temos de observar quando se faz um plano de bacia hidrográfica. Outras vertentes são o abastecimento urbano, como prioritário, a irrigação e os transportes. E os planos de bacia hidrográfica levarão isso em consideração.

Começaríamos pela Bacia do Xingu, porque lá se localizam importantes potenciais hidrelétricos que necessitam dessa abordagem mais sistêmica.

A quarta pergunta do Senador refere-se ao uso múltiplo das águas na hipótese de privatização das usinas geradoras. É aquela diferença de usinas priva-

das e públicas no que diz respeito à água. Essa pergunta me dá a oportunidade de fazer um esclarecimento importante, porque, com frequência, eu percebo na imprensa o não entendimento de um fato que é fundamental. É a isto que eu chamo de operação: abrir comportas; passar água pelas turbinas ou pelos vertedores. Essa decisão, que é crucial, não é hoje, não foi no passado e não será no futuro algo que o dono da usina possa decidir. Por quê? Porque o nosso sistema é hidráulicamente conectado. A água que uma usina solta é insumo para a usina que está rio abaixo. Então, se cada dono de usina usasse a água como bem entendesse, nós estaríamos subutilizando o recurso natural. Por isso, sempre, desde que o setor elétrico se organizou, na década de 50, o antigo GCOI, Grupo de Coordenação de Operação Interligada, opera essas usinas todas, decide quanto vai ser gerado de energia em cada usina na escala nacional, olhando aquilo que minimiza o custo operativo na escala Brasil, sem olhar quem é dono de cada usina. Isso é essencial sob a ótica do setor elétrico. Então, qual é a vantagem de ser dono de uma usina hidrelétrica? Na prática, é como se fosses sócio de uma empresa hipotética, que nós poderíamos chamar de “Hidreletricidade do Brasil”. O que cada usina hidrelétrica tem é a capacidade de vender energia, que é uma parcela do que esse conjunto de usinas do Brasil produz, mas não é a energia, necessariamente, gerada na sua turbina. Não é como uma fábrica de sapatos; é outra coisa.

Até agora, a minha análise foi puramente de natureza do setor hidrelétrico; não entrou nenhum outro setor. Sob a ótica do setor hidrelétrico, a operação das usinas é centralizada. No passado, isso foi feito pelo GCOI; hoje é feito pelo ONS, que diz quanto cada usina gerará de energia a cada intervalo de tempo. Eu repito que esse despacho é feito em escala nacional: Brasil.

Com a utilização dos rios para outros usos que não só a produção de energia elétrica, nomeadamente abastecimento urbano, uso industrial, irrigação, transporte, recreação e outros, já não é possível que a operação dessas usinas, que, no final das contas, determinam quanta água estará correndo pelos rios, seja apenas feita por um setor, que é o elétrico. Foi por isso que a lei de criação da ANA atribuiu a ela, como entidade gestora de recursos hídricos, a responsabilidade de olhar se essa operação também satisfaz aos outros setores. Então, como eu disse, a operação dos reservatórios sempre será feita olhando dois aspectos: a produção de energia elétrica mini-

mizando custos na escala Brasil e o uso dos setores outros, que não hidreletricidade, na escala da bacia hidrográfica. Essa segunda responsabilidade cabe à ANA. E a lei que a cria determina que a ANA, olhando os usos múltiplos na escala da bacia, e a ONS, olhando o interesse de maximização de produção de energia na escala nacional, têm que se articular para que a operação dessas usinas obedeça a estas duas óticas: a ótica local da bacia e a ótica nacional do grid elétrico.

Então, respondendo agora de forma objetiva, não faz diferença a natureza do dono da usina.

O SR. (debatedor não identificado, nome não declinado, falando fora do microfone) – Desde que a regulação seja boa.

O SR. JERSON KELMAN – A lei já determina isso. Para dar um exemplo concreto disso, na minha exposição, Senador, citei o caso da utilização do estoque de água na Ilha Solteira, que, sob o ponto de vista do setor elétrico, é de absoluto interesse utilizar logo, e sob o ponto de vista do setor de navegação, não, há o interesse de postergar esse uso da água para produção de energia elétrica.

De acordo com a lei, a ANA e ONS já se reuniram mais de seis vezes, chamando, naturalmente, seus interessados, o setor de navegação, o setor agrícola e o setor elétrico, para achar a solução, que não será de custo zero, pois isso não existe, mas a solução de mínimo custo.

A Deputada Jandira Feghali entendeu, pela minha apresentação, que eu tinha afirmado que o problema que estamos vencendo não tem origem hidrológica.

Deputada, que me peço desculpas por não ter sido claro na minha exposição, mas, na realidade, minha mensagem foi oposta. Temos um problema hidrológico, sim. Mostrei, na minha apresentação, que a seca que estamos vivendo hoje no São Francisco, o principal fornecedor de energia para o Nordeste, é a pior do histórico. No jargão do setor elétrico, temos um novo período crítico, no caso do São Francisco. E no caso do Rio Grande, que foi o único exemplo que dei no caso de Furnas, o que afirmei foi que não é a pior seca do histórico, mas isso não quer dizer que não estejamos vivendo um sério período de seca; é o quarto pior do histórico.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Sr. Presidente, não entendi o esclarecimento de S. S^a.

Na sua apresentação inicial, o senhor mostrou o gráfico, rapidamente, mas deu para ver, porque ele tinha, inclusive, o símbolo da chuva, de cima para bai-

xo – simbolicamente, ele é assim –, o senhor disse, e preste muita atenção, foi que essa não é a pior seca histórica, e, portanto, não é o argumento da seca que justifica a crise. Entendi o senhor dizer isso. Se não é isso, é um confronto científico das opiniões que temos ouvido. Entendi isso.

O SR. JERSON KELMAN – Vou esclarecer. Não há dúvida nenhuma de que a seca que se vive no São Francisco é a pior do histórico, o que também não quer dizer que seja a única razão para a crise que vivemos. Não estou afirmando que a única razão da crise que vivemos seja de origem hidrológica, não estou afirmando isso. Estou afirmando é que, no São Francisco, esta é a pior seca que vivemos no registro histórico.

No caso de Furnas, é a quarta pior seca. Isso quer dizer que, se a razão hidrológica fosse a única, não teria havido racionamento. Há outras razões, no caso do Sudeste, para o racionamento, que não é só a hidrologia. Disso sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Dr. Afonso Henriques, para suas respostas.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – O Senador Paulo Souto colocou uma pergunta sobre o inventário, como está sendo desenvolvido o inventário. Na verdade, existe previsão na legislação da aplicação do recurso da compensação financeira e da Reserva Global de Reversão para os estudos hidrológicos. A Aneel, no ano de 2000, contratou uma série de estudos exatamente visando a complementar, atualizar os estudos que já havia. O setor era bastante estudado, mas precisava-se dar um novo enfoque.

Da parte do Ministério, existe uma dotação orçamentária própria. Inclusive, existe a intenção de se fazer esses estudos de inventário com a Agência Nacional de Águas, tendo em vista que o inventário hoje, como já colocado pelo Dr. Jerson Kelman, tem que ser tratado de uma forma muito mais abrangente que apenas uma visão elétrica. A lei já prevê que a disponibilidade hídrica para a geração de energia elétrica será definida pela Agência Nacional de Águas. Portanto, o enfoque é multiobjetivo, de múltiplos usos da água.

Com relação a uma outra do Senador Paulo Souto, sobre a falta de interessados, nas várias vezes em que faltaram interessados nas licitações de linha de transmissão, como no caso das linhas Norte—Sul e Curitiba—São Paulo, o Governo autorizou as estações Furnas e Eletronorte a entrar e realizar aquela obra. Portanto – e esse não é o único caso –, a obra

não deixou de ser feita. E tem sido essa a política quanto às linhas de transmissão.

Quanto à geração de energia, no caso de usinas hidrelétricas para as quais não apareceram candidatos, a posição da Aneel foi a de reapresentar aquela usina noutro momento e avaliar por que não apareceram interessados. Foi o que ocorreu, se não me engano, com Itumirim, uma usina com complexidade ambiental, com custo mais elevado. A política governamental é que, se for uma usina fundamental, a iniciativa estatal estará presente, compensando a não-presença da iniciativa privada. Isso é o que tem ocorrido no que se refere a linhas de transmissão.

Temos ainda o caso de Belo Monte, usina do porte de Tucuruí, que levaremos ao Conselho Nacional de Política Energética agora em julho. Evidentemente, no caso dela a presença estatal é essencial. É claro que deverá ser um arranjo estatal privado.

Com relação às questões da Deputada Jandira Feghali, esse novo planejamento, como mencionei, ficou muito submetido à incerteza das decisões empresariais. Então, temos que encontrar instrumentos de Governo que induzam de maneira mais forte a realização das obras pretendidas. Como exemplo, temos o caso da Petrobras em termoelétrica. A Petrobras, empresa do Governo, está realizando uma série de obras por interesse próprio, evidentemente empresarial, mas também por decisão governamental. O próprio preço da Petrobras para o gás termoeletrico é estabelecido de maneira tal que atenda aos interesses da política energética do Governo brasileiro por intermédio do Ministério de Minas e Energia. Apesar disso, em nenhum caso a Petrobras é prejudicada financeiramente, nem com a conta de compensação que se fez para reduzir o risco cambial. Como disse o Presidente Henri Philippe Reichstul, a conta de compensação é remunerada pela taxa Selic, que é uma taxa de mercado. Então, embora a Petrobras seja um agente de Governo, neste caso não está submetida a perdas. Tem o seu interesse empresarial devidamente preservado.

Além da Petrobras, temos o caso do BNDES, que, pelos financiamentos que concede, é forte indutor das obras de interesse do Governo; e a própria Eletrobrás, que atualmente está com um programa de compra de energia de pequenas centrais hidrelétricas, o que permitirá o financiamento, por meio do BNDES, dessas hidrelétricas. Temos hoje cerca de 1500 megawatts autorizados em pequenas centrais hidrelétricas. É um grande programa de PCHs. E

essa ação conjunta da Eletrobrás e do BNDES permitirá a materialização desse plano.

Com relação às obras sem licitação, já disse bem o Presidente Reichstul que a Petrobras tem um caso especial. Eu queria lembrar que, na medida provisória, são previstas aquisições, em casos emergenciais, de obras sem licitação. Mas eu gostaria de acrescentar que, além dessa exceção da Petrobras, já prevista em lei, há também o caso de aquisição de energia sem licitação. Aquisição de energia elétrica por um ente estatal não precisa passar por um processo licitatório. Isso já está previsto na Lei nº 9.074, se não me engano, ou na Lei nº 9.427. Trata-se de energia elétrica, e não de obra.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Estou falando de obra.

O SR. AFONSO HENRIQUE MOREIRA DOS SANTOS – No caso de obras, essa medida provisória vem complementar a matéria, caso seja necessário. Mas não é essa a política que está sendo desenvolvida pela Câmara de Gestão da Crise. Não é intenção dela que ocorram procedimentos dessa natureza, de compra sem processo licitatório, sem processo competitivo. Contudo, podem existir casos em que sejam necessárias aquisições de equipamentos ou de compras sem licitação. Não tem sido essa, até agora, a linha decisória da Câmara.

Eram esses os comentários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Coimbra) – Muito obrigado, Dr. Afonso Henriques.

Existe um grande número de Parlamentares inscritos. Nas vezes anteriores, dividimos os Parlamentares em grupos de quatro, e foram muito proveitosas as audiências públicas. Então, vamos proceder da mesma maneira, até para aproveitarmos o tempo, pelo adiantado da hora, a fim de que haja um maior aproveitamento desta audiência pública.

O próximo inscrito, Deputado Airton Dipp, afastou-se há poucos instantes, não está presente. O orador seguinte, Deputado Fernando Gabeira, também não está presente. O próximo inscrito é o Deputado Marcos Cintra, a quem concedo a palavra.

O SR. MARCOS CINTRA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, ouvi com muita atenção as explicações hidrológicas que nos foram oferecidas pelo Dr. Jerson Kelman. Apesar de essas informações terem sido altamente instrutivas, penso que a crise energética que vivemos hoje tem muito pouco a ver com a questão efetivamente hidrológica. A questão das águas, evidentemente, é um

dos fatores de riscos que envolvem a oferta de energia elétrica, mas seria uma grosseira simplificação se atribuir a crise que estamos vivendo exclusivamente a esse fenômeno, como, de resto, ouve-se muito falar.

Desse modo, eu gostaria de passar a comentar a exposição do Dr. Afonso Henriques, porque me parece que lá, realmente, está a questão fundamental, crucial, de tudo isso que estamos querendo discutir aqui. Repito: não se trata de uma questão de águas. Penso que é uma questão de planejamento, de visão, de instrumental, de modelo.

Acredito que a exposição do Dr. Afonso Henriques, quando se referia à questão de planejamento, acabou se transformando numa munção vasta e generosa para aqueles que são contrários ao modelo de privatização do setor, ao modelo energético baseado na participação intensa do setor privado. Eu não me incluo nessa categoria, pelo contrário. Apesar de o modelo privado na geração de energia elétrica ser novo no mundo inteiro – poucos países no mundo privatizaram com intensidade o setor energético –, o Brasil mergulhou de cabeça dentro de um modelo.

Então, parece-me que a sua fala realmente é a essência do problema que precisamos discutir aqui. Houve ou não planejamento? Quais foram as falhas de planejamento que eventualmente podem ser responsáveis por tudo que isso que está acontecendo?

Não acredito que possamos atribuir isso meramente a fatores hidrológicos, por uma razão muito simples: existe uma probabilidade, evidentemente, de haver secas. O Dr. Jerson Kelman mostrou aqui que, em 50 anos, foram três anos em que a seca foi tão intensa que praticamente esvaziou as represas ou as fez chegar ao seu ponto crítico. Isso nos daria uma probabilidade de três em cinquenta de haver a falência da geração de energia elétrica. Esse é um risco inaceitável. Eu não entraria num avião, por exemplo, se soubesse que existe probabilidade de três em cinquenta de ele cair. Da mesma forma, não acredito que se possa conceber um modelo de geração de energia elétrica em que a probabilidade de um insucesso, de uma total derrocada, seja tão elevada.

Essa é realmente uma questão de planejamento. Essa é a questão fundamental. É sobre isto que esta Comissão precisa discutir: qual é o modelo que vamos adotar aqui para frente?

Então, fica a minha pergunta, porque penso que ela se sobrepõe a todas as demais. Há várias outras que eu gostaria de fazer tanto ao Presidente da Petrobras como ao Diretor-Presidente da Agência Nacional

das Águas, mas esta é a fundamental: qual é a perspectiva de planejamento econômico e de investimentos que a Eletrobrás e o Ministério estão antevendo para o futuro? Senão, não vamos jamais resolver o problema fundamental.

O senhor mesmo declara aqui que o modelo hoje é inseguro e incerto e que o Governo não tem os instrumentos, por meio de um processo de planejamento determinativo, para estabelecer os investimentos necessários. Se não for isso, desculpe-me, mas penso que temos de reverter esse modelo imediatamente. Eu seria uma das últimas pessoas a serem acusadas eventualmente de ser adversário de um modelo privatizante.

Essa é a grande questão que precisamos discutir e a pergunta que faço ao Sr. Afonso Henriques é: qual é a perspectiva de avançarmos em um modelo pelo qual o Governo optou, ou o que é preciso para alterá-lo para evitar que essas coisas continuem acontecendo?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Coimbra) – Obrigado, Deputado Marcos Cintra, até pelo uso do tempo, em que foi parcimonioso.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, na verdade, apesar de não ter sido essa a intenção, os três depoimentos se entrelaçam e acabam formando uma visão bem clara. Não é que não exista planejamento no Brasil, mas o planejamento é um pouco desequilibrado mesmo.

O ponto central que eu gostaria de destacar na intervenção do Dr. Kelman – e que me parece muito importante – é que ele apresentou um quadro das chuvas e da seca, mostrando que há anos em que chove mais e há anos em que chove menos. Isso, não intencionalmente, nos dá a impressão de que estamos diante de fatos da natureza que se sucedem como as quatro estações do ano, como quando, depois do inverno, temos a primavera – claro que não com essa regularidade.

Quando examinamos o quadro, o que podemos observar, na verdade, é que a água está ficando mais escassa por um processo de destruição aqui embaixo, entre nós. O rio São Francisco sofre um processo de agressão permanente.

O primeiro ponto que se ressalta é ainda a ausência de uma política de proteção pelo Governo desses grandes recursos hídricos, de nascentes e matas ciliares.

Espero que, com essa situação de agora, a ANA esteja legitimada a pelo menos estimular esse processo. Do contrário, teremos a impressão de que há anos em chove e outros em que não chove, o que é verdade, nos roubando completamente a visão da atividade humana e o processo de decadência real que os rios estão vivendo.

Quanto à questão do gás, tenho algumas dúvidas em relação a essa proposta. A visão de planejamento que tive mos aqui foi parcial. O Governo diz que tem um planejamento, e a Petrobras, em seguida, diz que está com determinadas termoeletricas. A Petrobras faz o papel do Governo nesse campo específico da termoeletrica.

Mas evidentemente, do ponto de vista do planejamento foi caótico. Não é possível planejar Carioba II, retirando 33 m³ do rio Piracicaba, porque ele, segundo a ONU já tem menos água do que o necessário para a população, e ainda é vampirizado por São Paulo, cujo sistema vai entrar em crise – Cantareira vai entrar em crise.

Temos de ver a questão no conjunto. Estamos diante de uma crise ecológica de profundas dimensões, e a resposta que temos é a de que, a julgar pela única intervenção de planejamento aqui, vamos aprofundar a crise ecológica porque vamos partir para um recurso não renovável, que é o gás, cujos preços serão bastante altos. Aliás, vi uma entrevista do James Schlesingham, quando ele tratava da questão do gás, quando ele dizia: “O inferno, para mim, é discutir o preço do gás.” Todos eles acham que o inferno é fixar o preço do gás.

Vamos, então, ter um gás cobrado em dólar, com equipamentos indexados ao dólar, com as centrais termoeletricas mal planejadas. E não é só o caso de Carioba; em Santa Branca, por exemplo, uma cidade pequena, 4.500 pessoas fizeram um abaixo-assinado pedindo que os alemães saíssem dali.

Estamos, portanto, vivendo uma situação com as termoeletricas muito semelhante com o que se vive nos Estados Unidos com o nimby – not in my back yard, “no meu quintal, não”.

Então, teremos de rever um pouco esse processo.

O que o Secretário falou basicamente é que precisamos realmente planejar juntos, porque senão vai-se planejar a energia, atrapalhando a ANA. Temo que mudar o conceito de planejamento, creio que temos que mudar até o conceito de governo. Com a profunda crise ecológica que temos, devemos mudar

essa concepção. O planejamento brasileiro teria que ter outra dimensão.

Creio que é também interessante falarmos da questão do planejamento. Não foi mencionada a questão do vento. O próprio Secretário já visitou a fábrica de Sorocaba, que é uma das melhores do mundo. Estamos produzindo tecnologia e a exportando para o mundo. A Dinamarca já está com 12% e o norte da Alemanha com 16%, enfim, todo o mundo está entrando pesado na questão da energia gerada pelos ventos. Mas nós, aqui, estamos querendo colocar todos os ovos em uma cesta só.

Sob o ponto de vista de uma visão renovável, quanto tempo vai durar o gás? Quem me garante que o preço do gás, na medida que vai ficando escasso, poderá ser planejado como é hoje? Não há uma garantia. São questões fundamentais para as quais não estou vendo saída.

Creio que o Governo deveria repensar a questão das termoeletricas para saber quais são viáveis e tentar a biomassa. Não estamos aproveitando nosso potencial de biomassa. Não estamos aproveitando a cana-de-açúcar, o bagaço de laranja e a casca de arroz como deveríamos. Nosso potencial é de 16 mil megawatts em 10 anos, segundo os cálculos feitos por alguns especialistas. Por que não entramos? Entramos exatamente onde vamos gastar mais dinheiro, onde vamos criar mais problemas ambientais. Não é que eu seja contra o uso do gás. Mas uma escolha errada vai arruinar a competitividade do Brasil no século XXI. Os Estados Unidos também entraram em um caminho errado. Temos condições muito mais competitivas do que os Estados Unidos ao entrarem nesse caminho. Os Estados Unidos estão entrando no Alasca, vão buscar petróleo, vão criar um outro poço onde não é possível. Ou seja, vão perder a competitividade em relação aos europeus, que estão desenvolvendo cada vez mais técnicas no setor ambientalmente corretas. Era essa a questão que gostaria de colocar a respeito do planejamento.

Também tenho uma questão imediata que necessita definição por parte do Governo. É a questão dos 4,6 bilhões que as distribuidoras querem receber por meio de uma leiatura do Anexo V dos contratos. Consegui o Anexo V, mas não consegui entender a fórmula, é quase impossível entendê-la. Creio que o Brasil e nós, os consumidores, não podemos pagar quase 5 bilhões por uma energia que não consumimos. Estaremos pagando, como o Governo, uma indenização por uma energia que não recebemos, que

não nos repassaram. No entanto, nós é que vamos pagar.

Gostaria de fazer meu protesto diante de toda essa situação. Dou toda a força aos setores do Governo que não querem pagar a indenização que o Anexo V prevê.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Aírton Dipp.

O SR. AIRTON DIPP – Sr. Presidente, Srs. expositores, Srs. e Srs. Congressistas, na realidade, as causas que levaram a essa crise anunciada no setor energético brasileiro já foram debatidas. Hoje, todos entendem, não só no Congresso Nacional, não somente os técnicos do setor, que a falta de investimentos, tanto na geração quanto na expansão, é, na realidade, a causa verdadeira da crise no abastecimento de energia. O que me preocupa – e gostaria de levar duas questões ao Secretário de Energia, expositor neste noite – é que, na realidade, quando foram criadas as agências reguladoras, a Aneel e a ANA, foi desestruturado o planejamento que havia sido feito por grupos de trabalho, na Eletrobrás. E foi repassado às agências, especialmente à Aneel, que tem por objetivo, na própria regulamentação, somente a regulamentação e fiscalização do setor. Creio que o Ministério de Minas e Energia também contou muito com uma espécie de planejamento à expansão do sistema. Creio que esse ponto é crucial nessa questão das criações de agências reguladoras no País, porque perdemos o potencial que tínhamos no planejamento do setor energético brasileiro com a retirada da própria Eletrobrás e o repasse que teria que ser feito ao próprio Ministério de Minas e Energia, perdendo nessa questão.

Isso me preocupa porque, na própria exposição do Secretário Nacional de Energia, falou-se muito que não houve decisão empresarial para que se pudesse cumprir o planejamento existente por parte do próprio Ministério, mas o ponto crucial desse não-cumprimento, sem dúvida alguma, está na rentabilidade e no retorno dos investimentos das empresas privadas.

Nesse modelo energético que contestamos – mas não vamos agora discutir essa questão –, são as tarifas que são pagas pelos consumidores que, na realidade, dão a garantia. E eu queria saber como fica essa questão tarifária mesmo, no pertencer da Aneel (Agência Nacional da Energia Elétrica), porque temos, na nossa produção de energia, os ativos das usinas hidrelétricas perfeitamente amortizados ao longo desses anos, e agora, com a expansão, possi-

velmente em torno de 20%, até 2006, das usinas termoeletricas, teremos dificuldades em relação a essas tarifas, pois elas utilizam energéticos não-renováveis, e, por conseguinte, o preço da tarifa será muito maior do que as atuais tarifas, hoje, do sistema hídrico.

Por último, a questão da produção da energia termoeletrica. Muito se fala em relação ao gás natural, que é um energético importado, pagamos em dólar, temos dificuldades em relação às tarifas dos consumidores, e teremos também remessa de divisas para o exterior com utilização desse energético. E, na Região Sul, que é uma região rica em carvão mineral e que tem uma reserva para ser utilizada por 60 anos, pouco se fala, ou nada se fala, em termos de geração térmica com a utilização do carvão mineral nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que têm 98% das reservas minerais.

Esse carvão, na realidade, é brasileiro, é pago em real, não teríamos que fazer essa compensação que está sendo feita pela própria Petrobras; mesmo que se afirme que será paga, que será remunerada, tenho absoluta certeza de que a Petrobras, como empresa estatal, estará assumindo mais ônus nessa questão. Aliás, entendo que essa assunção, por parte da Petrobras, na produção de energia termoeletrica, deve-se muito mais à desestruturação da Eletrobrás do que à iniciativa da própria Petrobras nesse campo, porque o próprio Presidente disse que vai participar com 25%, e deixará a operação para aqueles que entendem do ramo.

Então essas questões são destinadas especialmente ao Secretário Nacional de Energia, e talvez possa haver um comentário da própria Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Deputado Aírton Dipp. Com a palavra o Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, eu queria fazer alguns comentários, não destinados ao Presidente da Petrobras, que veio justamente explicitar qual o papel dessa empresa nesse esforço, nessa cruzada cívica – só tem um ponto que pedirei uma explicação, que é a questão da indexação do gás boliviano –, mas aos demais representantes de Governo, os Senhores Jerson Kelman e Afonso Henriques Moreira.

Eu queria cotar aqui as palavras do Professor Garcia de Souza, da USP (Universidade de São Paulo), no sentido de que, como não se sentem responsáveis os representantes do Governo, então não têm obrigação de se explicar para a sociedade nem justificar a falta de planejamento estratégico, por que não

deu certo, se é novo ou velho, por que o enfoque na mudança de modelo foi excessivamente em cima do capital privado.

Acho que temos que virar essa página, acho que o Governo tem que assumir a responsabilidade de que errou, não existe planejamento novo nem velho. Existe o planejamento que dá certo. O planejamento feito e não implementado é intenção. E intenção não resolve os nossos problemas.

Acho que o Dr. Jerson Kelman deve falar claramente que a questão da hidrologia é crítica, mas não é o determinante da crise que aí está – como bem acrescentou o Deputado Fernando Gabeira. Há outros fatores, de responsabilidade de políticas públicas, como a questão da mata ciliar, das nascentes dos rios e do saneamento, que também contribuem para reduzir as vazões.

De acordo com o mapa hidrológico mostrado, ainda que tivesse se desenvolvido a gestão de Sobradinho, para administrar aquele período crítico, haveria déficit. Aquela mapa deveria ter sido visto muito antes.

No Nordeste, a política dos reservatórios foi um instrumento que contribuiu para amenizar e tentar vencer as seqüelas e mazelas da seca, por que foi deles, com administração inteligente, que surgiram os programas de irrigação. A prova de que o planejamento falhou, dos últimos seis a oito anos para cá, é que, pela primeira vez, a seca está afetando os perímetros irrigados do Nordeste. E isso está sendo questionado.

Não devemos mais ficar discutindo planejamento e hidrologia. O Governo deve assumir a responsabilidade, até mesmo para não transformar a negligência e a irresponsabilidade em cruzada cívica. Juntos teremos de equacionar o problema.

Se vocês pudessem resolver sozinhos, nem estariam debatendo conosco. Mas o problema é tão grande que precisa justamente da combinação da sociedade.

Farei ainda três perguntas. O Dr. Kelman respondeu ao Senador Paulo Souto ser indiferente se a usina era propriedade pública ou privada. Então pergunto: como estaria hoje o rio São Francisco, onde a geração de energia já se dá próximo ao mar, ao delta do rio, se tivesse sido privatizado com cláusula de vazão assegurada para quem comprasse as turbinas? Teríamos engessado 80% da vazão do rio apenas para gerar energia. E não dá para bombar a água de volta, porque os perímetros irrigados ficaram no baixo de Irecê, no submédio São Francisco e nos sertões.

Dessa forma, o capital privado, que pagou, para abrir mão da vazão ia que rer, do mesmo jeito que está fazendo com o MAE agora, receber indenização. Só que o caso do MAE é mais gritante, pois teremos de indenizá-lo pelo que não recebeu: 5% em volumes físicos – preço do mercado de traficante; isso é um mercado de tráfico –, que é igual a 100% do valor dos 20% ao preço contratado. Não tem risco.

Querias saber como ficaria a Chesf hoje, privatizada, na mão de um chileno ou de um americano, com a vazão assegurada.

Discutimos muito esse assunto na Ana e uma das cláusulas que não conseguimos mudar foi justamente a da outorga para as empresas de energia, porque o Governo exigia que a vazão fosse assegurada, sob o argumento de que, de outra sorte, nenhum gringo, nenhum ianque com praxia os rios brasileiros ou as turbinas.

No caso do São Francisco, a geração de 11000 megawatts no delta já deixou as terras do semi-árido para trás. A água não volta. É a primeira pergunta.

Dirijo a segunda pergunta ao Dr. Afonso Henriques. A Aneel sugeriu a suspensão do MAE – está na imprensa, está até sob intervenção –, propôs o cancelamento dos contratos e que fossem refeitos. Qual é a força oculta que consegue isso? A Aneel é quem deveria regulamentar, quem deveria dar a última palavra, mas deve ter alguém acima da Aneel, porque ninguém a está ouvindo e o mercado voltará a funcionar dias 25 e 26 nessas condições precárias. O mercado não foi criado para operar nessas condições, mas dentro da normalidade.

Quem definiu normalidade de mercado energético não fui eu, foi o Governador da Califórnia. O mercado só funciona se a oferta for maior que a demanda, senão vira tráfico. O Governo pediu que acreditassemos que as agências reguladoras defenderiam o interesse nacional. Se a Aneel manda refazer os contratos, quem está passando por cima da orientação dela?

Sr. Presidente, a penúltima pergunta seria justamente a questão do gás.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Seja bem objetivo, Deputado, porque o tempo já está longo.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Estou aqui desde o começo. Dr. Henri Philippe, já perguntei isso em outras audiências e queria entender. Não sou economista, mas a Bolívia, que merece respeito, é um país pequeno do ponto de vista econômico, de representatividade internacional nas relações com o

Brasil. Pelo que sei, o Brasil construiu gasoduto e, se não comprarmos o gás da Bolívia, ele se perde. Não há outro comprador. Não é como do tênis. Quando vou comprar um tênis, há várias marcas. Quanto ao gás, só tem um comprador. Se não comprar, perdeu, valor zero. O Brasil é um país de plataforma continental. Os neoliberais dizem que, para onde ele se pender, pende a América do Sul. A Argentina está encontrando uma forma de criar uma cesta de moeda com euro. Nós, a um custo social altíssimo, conseguimos estabilizar a moeda brasileira. E nem a Bolívia dá credibilidade, num contrato em real, in de xado? Não consigo entender como não temos condições de fazer a Bolívia mudar esse contrato. Quer uma explicação.

Sr. Presidente, para finalizar, a outra pergunta é com relação... O Dr. Kelman disse o seguinte: vai voltar a chover. É lógico. E as Regiões Sul, Sudeste e Norte vão estar normalizadas. V. S^a disse, com propriedade, que a região mais crítica e aguda é o Nordeste, onde, com ou sem chuva, vai continuar havendo a relação conflituosa da água. Há décadas, o São Francisco está apenas servindo à questão da energia. Temos que aproveitar este momento para pensar em uma política energética alternativa, não digo nem para o Nordeste, mas para o semi-árido, com 22 milhões de brasileiros, uma Argentina, são 600 mil km² e o Governo está hesitando, Senador Paulo Souto, em aumentar o racionamento da Alumar, que é a salvação de Sobradinho e dos irrigantes de lá, para garantir a geração, de julho em diante, de 1.000 ou 1.300 megawatts contínuos. Tem que se racionalizar em cima do alumínio. Ele não fez isso. Veja como o Governo tem coisas interessantes: hoje mesmo ele está aqui. Ele baixou a TEC – a tarifa externa comum do Mercosul – para os bens de Informática, que só era para 2006; ele revogou para ajudar 22 milhões de argentinos, prejudicando toda a indústria nacional. Agora, para ajudar 22 milhões de nordestinos do semi-árido, ele é incapaz de tocar nos contratos, em dólar da Suralco, da Billinton ou da Nippon.

O senhor falou da navegação Tietê-Paraná. A navegação do São Francisco está paralisada. Por quê? O percurso que era feito em quatro dias de Ibotirama para Juazeiro, Petrolina, transportando a soja do oeste, aumentou para doze dias. Por quê? Por que o rio está encalhando. Só tem uma draga funcionando, a qual de sen calha. Ontem, faltou peça na draga, e não há peças de reposição. Tem que mandar comprar. O tal do deslocamento dos pedrais notrechoque vai de Pirapora a Carinhanha e de Sobradinho a Juazeiro, que já foi prometido pelo Vice-Presidente da

República, estão tirando de mão, artesanalmente, porque a máquina de desloca pedrais é importada e até hoje não foi importada. É uma draga específica. É uma hidrovia de 1.300 km. Então, eu solicitaria que os Srs. Jerson Kelman e Afonso Henriques pudessem, dentro dessa crise, explicitar o assunto, porque a normalidade chegará às outras regiões, mas, na nossa, continuaremos tendo essa dificuldade. Queremos água para irrigação. O Nordeste pode ter 3 milhões de hectares irrigados, como o têm a Califórnia e a Espanha, mas precisamos encontrar uma maneira de gerar energia, porque o rio tem de ser para água. É neste momento de crise que temos de viabilizar, até porque a Lei de Recursos Hídricos determina que o uso de energia não pode preceder à satisfação dos outros usos, que são a dessedentação humana e animal, navegação e irrigação.

Estou preocupado com isso. Precisamos discutir um plano desses. Queremos estudar um gasoduto, como o que o Dr. Riva, da Cesp, projetou para a Bahia, ao longo do rio São Francisco. E para que um gasoduto? A fim de poder liberar a vazão do São Francisco para o ser humano e para a agricultura sustentada, que é a irrigação. Toda a malha de investimentos do Nordeste está concentrada no litoral; no interior, não há nada. Entraremos nessa crise e sairemos do mesmo jeito: com o rio engessado, sem alternativas, sem poder desenvolver a fronteira do semi-árido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concluído o primeiro grupo de quatro parlamentares, vamos às respostas dos senhores expositores.

Tem a palavra o Dr. Henri Philippe Reichstul.

O SR. HENRI REICHSTUL* – As questões relativas à Petrobras são relacionadas ao gás e às térmicas. Uma é do Deputado Aírton Dipp sobre as térmicas a gás e a outra, do Deputado Clementino Coelho, sobre a questão da Bolívia.

O senhor se lembra, Deputado, porque era um comentário lateral de V. Ex^a sobre a Petrobras?

O SR. AIRTON DIPP – Só comentei que, no meu modo de entender, a Petrobras assumiu a geração termoelétrica a gás pela desestruturação que houve com a própria Eletrobrás, e que não era o objetivo principal da Petrobras essa decisão. O senhor chegou a argumentar que estava investindo 25%, por que não colocava a questão da geração e estava repassando para a iniciativa privada.

O SR. HENRI REICHSTUL* – O movimento de transformação das empresas de petróleo e gás em empresas de energia passa justamente pela tentativa

de valorizar toda a cadeia do gás, chegando à energia elétrica, que é muito mais líquida do que o gás. A estratégia da Petrobras de se transformar numa empresa de energia era induzir o consumo de gás. A indução do consumo de gás, criando um mercado de gás, passa, necessariamente, pelo termo elétrico, mas não que queiramos ser uma empresa de energia elétrica propriamente dita. A forma de induzir e criar um mercado é participar de uma forma indutora e, portanto, minoritária nesse mercado. Em todos os projetos da Petrobras, há diversas multinacionais participando, em alguns deles correndo muito mais riscos do que nós. Elas estão nos acompanhando e somos sempre minoritários, exceto em alguns projetos.

Do ponto de vista empresarial, é um bom negócio para a companhia. É claro que poderíamos estar participando de menos térmicas a gás; entretanto, contanto que vendamos o nosso gás, estamos satisfeitos.

Em relação à questão levantada pelo Deputado Clementino Coelho, de formação precisa e veemente, quanto à negociação da Bolívia, quero dizer duas coisas: a primeira é que há o conceito que volta e meia aparece de que o gás é caro. Mas é caro em relação a quê? Em relação ao preço do gás nos Estados Unidos, no Canadá e no México, ou na Europa, onde é bem mais barato. Hoje, estamos vendendo gás, na Petrobras América Produtora de Gás – pouco, infelizmente –, a US\$9 o milhão de BTU. Tivemos a confirmação da segunda maior empresa americana de gás e energia de que se pode fechar um contrato de fornecimento de gás nos Estados Unidos, por 20 anos, a US\$5 o milhão de BTU. Nosso gás termoeletrico é de 2,58 na composição do preço do gás da Bolívia. Estamos pagando, hoje, o preço do lado boliviano – com o barril de petróleo a US\$30 dólares – um dólar e oitenta custam milhão de BTUs, adicionando US\$ 1,50 de transporte. Quando o barril de petróleo estava a dez dólares o barril, chegamos a pagar noventa centavos.

O grosso do custo do gás é o custo do transporte. Esse gasoduto custou US\$2 bilhões. Ele foi totalmente feito com financiamento estrangeiro e tem a tarifa dolarizada em função disso. O conceito é de que o gás é caro e disputável, ou seja, ele precisa ser caro em relação a quê? Essa é uma questão. O gás boliviano é mais caro que o nacional, porque a formação de preço nacional atendeu a uma outra lógica. Poderia equalizar o importado também, que é uma commodity. O contrato com a Bolívia é antigo, eu não participei da sua negociação. Existe a possibilidade de ampliar a demanda de gás, de se importar mais gás da

Bolívia e de, nesse movimento, os preços serem revistos. Esses preços estão altos, mas já foram muito baixos. Temos, então, de abrir. Se formos negociar preços mais estáveis e mais baixos em relação a hoje, não vão chegar a ser tão baixos quanto foram no passado. É uma opção, uma escolha que se tem. Mas, estamos falando em vinte anos.

Os modelos cíclicos que temos do preço do petróleo indicam que estamos no pico, que já chegamos a pagar 0,80, 0,90 dólares/BTU do lado boliviano. Essa questão é mais complexa. Dado o adiantado da hora, ficará para uma digressão mais longa. Lamento que, mesmo depois de ter vindo dez vezes aqui, não tenha conseguido esclarecer a questão para o Deputado Clementino Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, o Dr. Kelman, para as suas respostas.

O SR. JERSON KELMAN – O Deputado Fernando Gabeira fez a correta afirmativa de que, parte dos problemas que vivemos tem a ver com o descuido com as bacias hidrográficas. Com toda certeza. É sabido que o mal uso do solo, deixá-lo nu, faz com que haja erosão. Esse solo é carregado pelas chuvas e acaba assoreando os fundos dos rios. Tudo isso agrava a situação em que vivemos, além de aumentar os comentários superficiais e diminuir a infiltração e, portanto, os comentários dos rios durante as estiagens.

Acredito que a Nação brasileira possa ser otimista, porque, ao contrário de diversos outros países que estão passando por processo de degradação parecida, tivemos a capacidade de, como Nação, nos articular. Fizemos uma lei que trata da questão de se criar uma agência cujo mandato é tentar reverter esse quadro. A Agência Nacional de Águas tem cinco meses de existência. Já iniciou algumas atividades relativamente a esse tema. Não irei alcançá-los, mas, apenas para citar, temos convênios com a Embrapa para conservação de solo. Na China, existe o Ministério de Produção de Energia Elétrica, Água e Conservação de Solo. Esses temas são interligados.

O Governo lançou um programa de revitalização do rio São Francisco, com recursos razoáveis. Parte deles serão empregados pela ANA, tanto na parte de conservação do solo quanto na de tratamento de esgotos. Desejo ser muito franco, Deputado. Estamos com cinco meses de estrada nesse processo, e ele requer pelo menos vinte anos, para que realmente possamos dizer que alcançamos resultados significativos. Como ocorreu em outros países, o processo de recuperação é lento. Temos de ter paciência e perseverança. Gostaria também de afirmar que se-

ria ilusório achar que todo o problema de seca ou de enchente, que são os flagelos que mais custos causam à humanidade, tanto em termos econômicos quanto em termos de vida, sejam inteiramente veiculados a intervenções humanas. Sabemos que não é assim. Outro dia, na televisão, fazia referência ao episódio bíblico de José e Faraó, quando aquele desvendou os dois sonhos deste: 7 anos de fartura e 7 anos de estiagem, que, no Egito, significam Nilo transbordando ou Nilo não transbordando. São fenômenos naturais. Então, eu engato com a questão que o Deputado Clementino Coelho levantou, que me dá a oportunidade de esclarecer algo.

Eu fiz a minha apresentação, aqui, sobre o tema “água” por que esse é o tema da Agência Nacional de Águas. Também o Deputado Marcos Cintra fez uma referência ao fato de que se a hidrologia seria fundamental, ou não.

Quero deixar bem claro que não vim a esta Comissão – não tenho a intenção – para afirmar que a seca, o problema da hidrologia – foi a única causa do que estamos vivendo. Não estou afirmando isso e não acredito nisso.

Também acho que, por outro lado, é uma simplificação não justificada ignorar que, no caso do São Francisco, essa seca suplanta a pior que havia sido observada até então. Isso quer dizer que segundo critérios adotados tradicionalmente no uso de recursos hídricos – não só no Brasil, mas internacionalmente –, quando se tem um registro longo como no nosso caso, de 70 anos, não 50, mas 70 anos –, admite-se como razoável que se esteja preparado para enfrentar a pior seca ocorrida no passado. Isso não quer dizer que não vá ocorrer algo pior no futuro. Esse é apenas um critério aceito tradicionalmente em vários países, como por exemplo nos Estados Unidos.

O que eu estou dizendo é: se tal critério tivesse sido adotado no Brasil, aquela curva que eu mostrei não era de evolução do reservatório real, era um estudo puramente hidrológico, nós teríamos enfrentado o racionamento, agora em 2001, não necessariamente com a profundidade, com a intensidade que estamos experimentando no São Francisco.

Eu disse que no caso do Rio Grande, não é essa a situação. Por tanto, existe uma seca grave, sim, não a pior da história. O efeito dessa seca, no Rio Grande, é mais circunstancial, conjuntural, e não de natureza estrutural.

Isso posto – eu acho que foi a questão levantada pelo Deputado Clementino Coelho, repetindo um pouco a indagação da Deputada Jandira Feghali –, eu

respondo a última pergunta do Deputado Clementino Coelho respeito do uso útil dos recursos hídricos.

Como eu dizia antes, nós temos, hoje, um aparato legal, uma lei que diz como devemos, enquanto sociedade, utilizar as águas, entre os diversos setores, de uma forma organizada e civilizada. É bom registrar que dia 5 de junho foi criado o Comitê da Bacia do Rio São Francisco. Caberá a esse colegiado que tem participantes dos setores usuários, isto é, navegação, produção de energia elétrica, fruticultura, abastecimento urbano e outros, na Bacia do São Francisco, sentarem juntos e, em um ambiente sereno, discutirem quais são os custos e os benefícios associados ao uso da água, que já não é disponível para todos hoje.

Precisamos ter mecanismos de utilização racional da água que incentivem, por exemplo, aqueles que utilizam a água em lavouras predatórias à utilização da água, que fazem irrigação por inundação, a mudarem de cultura, porque o recurso é escasso. Esse é um processo longo que estamos começando, e a Agência Nacional de Águas tem o orgulho de estar iniciando esse processo.

Muito obrigado.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, com relação à Chesf,....(intervenção fora do microfone.)

O SR. JERSON KELMAN – Perdão. O Deputado tem razão. Esqueci-me.

Qualquer usina de geração de energia elétrica necessita, além da concessão para a utilização de potencial hidráulico, que é dado pela Aneel, de uma outorga dos direitos de utilização de água. Essa outorga é uma autorização administrativa e não uma concessão. Por que é uma autorização administrativa? Porque está sujeita a revisões periódicas por conta da dinâmica da ocupação da bacia, dos vários usos da bacia.

Se no passado não havia fruticultura, por exemplo, outro tema que lhe preocupa bastante, é possível que, ao longo dos anos, das décadas, esse se torne a disputar com o setor de energia elétrica e será necessário realocar o direito de utilização da água. Mas é bom que se registre o seguinte: nessa hipótese, porque é uma autorização que se revê, digamos, por um setor de produção de energia elétrica, uma concessionária de energia elétrica poderia ter a sua autorização de utilização de água revista. Nessa hipótese, aquela participação que eu disse que a usina tem numa hipotética empresa chamada “hidreletrificada do Brasil”, que é o que dá o seu faturamento, te-

ria que diminuir, porque o que faz a empresa de energia elétrica faturar é quanto ela acrescenta à energia garantida do País. Se a empresa tiver menos água para produzir energia elétrica, a contribuição dela decresce, assim como, de igual maneira, se ela não puder esvaziar ou depressionar os reservatórios por outras restrições de natureza turístico-ambiental, também será necessário revisar as energias e garantias.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Gostaria de um esclarecimento: se tivesse sido privatizada no modelo que foi anunciado, com vazão assegurada, hoje estaríamos indenizando, não é?

O SR. JERSON KELMAN – Estou insistindo no seguinte aspecto: essa energia assegurada é uma autorização administrativa. Portanto, sempre – não importa se a empresa é pública ou privada – está sujeita a revisões.

É também do interesse das próprias empresas terem essa energia assegurada, se não a otimização da água do rio vira uma selva na qual quem tem direito é quem está rio acima. Não pode ser assim. Aquele que investiu, seja em fruticultura, seja numa usina hidrelétrica, tem que saber que seu investimento é preservado por uma administração do rio. Por isso, foi criada a Agência Nacional de Águas – ANA.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Dr. Afonso Henriques.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Vou iniciar pelo Deputado Marcos Cintra.

Deputado, na verdade, a minha apresentação propunha se prender um pouco ao tema que trabalho na Secretaria, que é o planejamento – que penso ter sido uma das causas do racionamento em que vivemos hoje. Gostaria de propor, como está aqui no título, alternativas ao equacionamento.

É evidente que o planejamento, com esse novo ambiente de mercado, é bastante complexo. Mas não é também menos evidente dizer que o planejamento num ambiente de governo investidor, ou seja, num ambiente estatal, funcionava. Não. Eu disse na minha apresentação que tínhamos excelentes mecanismos matemáticos, mas que sempre houve grandes desvios entre o planejado e o realizado.

Em 1989, o Banco Mundial fez um estudo em vários países e detectou fatos interessantes, como, por exemplo, que 35% dos empreendimentos hidrelétricos ultrapassavam em mais de 20% o tempo de construção das hidrelétricas. Esse é um fato interessante. Você colocava no papel um determinado custo, um determinado horizonte de construção, e, na verdade, isso não se materializava. Portanto, o plane-

jamento perdia completamente a aderência com a realidade.

De fato, temos que construir novos conceitos, e aí é muito importante a observação do Deputado Gabeira. Estamos num ambiente todo novo. Não é só a questão do mercado em si, mas a própria consciência da população em relação aos interesses difusos, como é o caso do meio ambiente. Até o direito da água – que não posso dizer que é um direito difuso, mas sim um direito objetivo – é um novo tema, sobre o qual precisamos ter um novo equacionamento do planejamento.

Hoje, quando vou definir um potencial hidrelétrico ótimo, a ANA tem que me dizer qual é a minha disponibilidade energética. Isso aí implica uma negociação na bacia que vislumbra todos os outros usos, inclusive podendo ser revisto, pois é uma autorização, uma outorga administrativa.

Portanto, o que é difícil hoje é exatamente o planejamento. Levar em consideração essas diferentes vertentes, o meio ambiente é o mais óbvio, é o mais evidente, mas não é o único, não é? E como poderíamos ter mecanismos indutores? Essa é a maior dificuldade para o governo. Não quero dizer que o planejamento foi o culpado pelo racionamento. No passado, na década de 80, o planejamento pode ter sido, olhando com uma visão errada, histórica, mas olhando com uma visão para o passado, o planejamento induziu a um excesso de obras hidrelétricas no país e ficamos com capacidades ociosas, obras inacabadas, como o caso de Porto Madeira, o que custou enormemente à sociedade. Hoje, tivemos o problema contrário, tivemos o problema da falta de capacidade, além do problema ideológico tivemos o problema da falta de capacidade. E porque, dentre outros fatores, a questão ambiental não está bem equacionada. Eu estava apresentando, não pude concluir, que das usinas postergadas e canceladas do plano prioritário, são 14, temos 12 que têm ligação direta com a questão ambiental, a questão ambiental lato sensu, ou seja, questão ambiental e de água, incluindo-se aí a questão da água. Portanto, o que se coloca é construir esse novo planejamento. E eu, de fato, temos lá, na secretaria, trabalhado intensamente, tentando abrir o processo, mas acho que a participação desta Casa é o lugar mais profícuo, mais adequado, tendo em vista os diferentes vieses que têm aqui. É isso que o planejamento tem que captar. São diferentes vieses da sociedade. E aí não é o governo, é a sociedade, acho que é o Executivo, é o Legislativo e outros mecanismos de movimento da sociedade.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Permita-me um aparte breve, Dr. Afonso.

O Conselho Nacional de Política Energética foi criado para fazer exatamente esse planejamento de longo prazo, que seria submetido ao Congresso. Quer dizer, isso, até agora, que eu saiba, nada foi feito.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Não, muito bem colocado, Senador. O Conselho Nacional de Política Energética, vamos dizer, é o primeiro nível de definições. Então, teríamos as políticas, as definições, quer dizer, vamos ter nuclear ou não, uma provocação, mas, em fim, é no Conselho Nacional de Política Energética. Claro que tem o lado legislativo também, a aprovação. Vamos ter importação de gás ou de energia elétrica, enfim. Essas visões vão depois se materializar num planejamento, e o planejamento terá que ter mecanismos de incentivos para que aquilo se materialize.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Essa primeira visão geral ainda não foi...

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – De fato, o Conselho Nacional de Política Energética, houve três reuniões, sendo que a terceira foi exatamente a da crise energética. Está prevista para julho, segunda quinzena de julho, vamos dizer assim, a volta à normalidade, onde será discutido Angra III, onde será discutido importação de energia, seja a gás ou energia elétrica, a construção de fontes alternativas. As fontes alternativas, na verdade, vou até reconhecer, deputado, que estamos sendo atropelados pelo Legislativo, atropelados no bom sentido. O projeto do senhor, o Projeto 2905, que está aqui, dá grande incentivo às fontes alternativas de energia, grande incentivo, inclusive estabelecendo metas que podem representar 10% do nosso mercado de energia elétrica em fontes alternativas. A co-geração, que é um processo, eu diria, extremamente inteligente, sob o ponto de vista ambiental e sob o ponto de vista empresarial, agora também está sendo incluído no Projeto 2905. Então, acho que esse tipo de atropelo do Legislativo é extremamente profícuo para a política nacional energética.

Mas, enfim, a energia eólica, que o senhor bem falou, temos uma fábrica, em Sorocaba, que é absolutamente fantástica. Fui visitar, a duas semanas atrás, voltei apaixonado, pás de 30 metros em fibra de vidro sendo exportadas para o mundo inteiro. Temos no Ceará, no Maranhão e no Rio Grande do Norte, potencial enorme. E não é só. Temos, mesmo no Paraná e em alguns municípios de Minas Gerais, um potencial enorme. Então, esse Projeto 2.905 pode mu-

dar a matriz energética. Até espero que tenha a aprovação desse projeto aqui nesta Casa, antes até do CNPE, porque acho que ele pesará tremendamente na decisão da matriz energética. Se estamos falando em 10% de fontes alternativas num prazo de dez anos, isso muda totalmente a visão energética que se vai ter para um período de dez a vinte anos.

Agora, de fato, baseado na política, realizando-se o planejamento, como que materializo isso? Esse é o grande desafio. Acho que a Petrobras tem sido, como eu já disse, um instrumento de realização desse planejamento, principalmente quando se tornou a discutir isso no prazo. O Ministro anterior ao definir as térmicas emergenciais chamou a Petrobras e deixou sob sua responsabilidade a realização delas. A Petrobras, entretanto, agiu de maneira também empresarial, porque ser uma empresa de energia é uma estratégia de muitas empresas de óleo e gás no mundo e a própria El Paso, que está presente aqui, tem uma atuação neste sentido. Mas, sem dúvida, a Petrobras foi, na que le momento, um instrumento de política mas temos que evoluir nesse mecanismo.

Não basta ter apenas a ação das estatais, sejam como controladoras ou como participantes minoritárias, temos que ter outros instrumentos. Financiamento do BNDES é um deles, garantia de contrato de longo prazo, como é o caso da Eletrobrás, mas temos que buscar outros mecanismos de ação do Governo para que consiga planejar obra por obra mas, pelo menos, ter objetivos estabelecidos no planejamento, que é mais importante do que o detalhamento de obra.

Quanto à questão que os Deputados Gabeira e Clementino colocaram, do Anexo V, prefiro não me pronunciar, porque é uma questão que está em discussão. Como está sendo discutido isso no âmbito na Câmara de Gestão de Energia, o Deputado Clementino colocou que a Aneel foi atropelada. Eu, sinceramente, não tenho conhecimento. Acredito que a questão está em discussão no âmbito da Câmara de Gestão da Crise Energética, e a Aneel está estudando internamente, assim como nós da secretaria também, mas não estou sabendo de nenhum atropelo na decisão da Aneel e não posso dar uma resposta clara à questão de V. Ex^a. É um assunto que está sendo tratado na Câmara de Gestão da Crise Energética.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Dr. Afonso, qual o nível de transparência que será dada a essa discussão? Porque, até o momento, tenho ouvido que estão estudando, mas não sabemos para que lado.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – De fato, o que se tentou colocar? Gerado-

res e distribuidores juntos para discutirem um ponto de equilíbrio, ou seja, uma mediação. Claro que essa mediação teria que também atender aos interesses do Governo mas que até agora não logrou resultado positivo.

Portanto, agora temos que preservar o interesse nacional, do próprio Governo mas temos que respeitar os contratos, temos que ter em mente sempre que, caso tenhamos uma posição que desagrade o outro lado ele recorrerá à Justiça.

O SR. CLEMENTINO COELHO – É verdade que a Aneel realmente recomendou o cancelamento dos contratos? É o que está na imprensa.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Não tenho conhecimento. Talvez, se, novamente, o nosso amigo Marra estiver presente, eu possa responder. Marra, há alguma decisão oficial da Aneel? O Marra é assessor da diretoria da Aneel e coloca aqui que não conhece essa decisão. Então, acredito que possa ser uma notícia especulativa.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Ele não conhece, e o senhor diz que estão estudando.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – A decisão que eu disse, Deputado.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sim, ele diz que não conhece, e o senhor diz que estão estudando. Estão estudando o quê? Se estão estudando é porque existe um contraditório. Alguém no Governo está querendo cancelar os contratos, porque não cabe dentro desta conjuntura, e uma outra parte do Governo advoga que se cumpra fielmente o contrato.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – O que quero dizer é que não há decisão da Aneel, pelo menos que eu conheça e o assessor da diretoria confirme isso. Agora, a Aneel tem assento no grupo que está discutindo esse assunto e evidentemente tem a obrigação de estudar e levar algum ponto de vista. Acho que é neste sentido que se está estudando isso, não é isso Dr. Marra?

A questão está sendo discutida no sentido de contribuir com a Câmara de Gestão da Crise Energética.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Está com o Advogado-Geral da União também.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Vamos às perguntas do Deputado Dipp. Realmente, ao se criar as agências, muita gente pensou que as agências iriam realizar o planejamento. No caso da Ana, até tem um pouco o papel de planejador ao executar os planos de base mas no caso da Aneel não. Não cabe à Aneel realizar o planejamento

do setor elétrico mas concordo que a transição do GCPS – Grupo de Planejamento do Setor para o Ministério dificultou de certa forma, não que o planejamento tenha sido interrompido. Agora, era uma exigência de todos, por que a Eletrobrás passa a ser um agente. Ela é uma comercializadora, ela tem interesse direto. Furnas, sua controlada, e outras atuam no mercado, têm interesse. Portanto, o planejamento tem que ser algo mais independente. O planejamento energético, o planejamento elétrico não pode pertencer à Eletrobrás ou à Petrobras. Tem que ser alguma coisa de Governo. É nesse sentido que estamos construindo esse ambiente – o CCPE, Comitê de Planejamento do Setor Elétrico, foi construído assim. O Projeto de Lei nº 2905 dispõe, aborda um pouco os conceitos do planejamento energético. Acho isso extremamente importante.

Tem o trabalho juntos na questão do carvão. O Ministro José Jorge esteve lá até 3 semanas. Sabemos da importância do carvão. Inclusive, o carvão apresenta toda uma dificuldade ambiental. Sabemos que o próprio órgão ambiental coloca uma série de restrições no aproveitamentos do carvão no Sul.

Por outro lado, temos na política energética nacional que o uso de combustíveis nacionais é uma das prioridades. Portanto, o fato de o carvão nacional ser utilizado, o fato de se dar algum incentivo a ele faz parte da política nacional energética que não precisa nem ser aprovada pelo CNPE. Já é algo que consta na lei do petróleo.

Em que nível devemos dar esse incentivo? O Projeto de Lei nº 2.905, novamente, coloca alguns incentivos para o carvão. Acho que esta Casa pode contribuir enormemente na definição dessa política para o carvão. No Ministério, temos um plano de carvão que deverá ser concluído e levado ao CNPE.

A questão do planejamento, além de mecanismo como financiamento do BNDES, ação de Petrobras, Eletrobrás, e outras estatais, devemos analisar que temos que dar a atratividade correta aos aproveitamentos. Se para uma linha de transmissão não apareceu nenhum candidato, pode ser que as incertezas sejam de tal ordem altas que o preço máximo estabelecido pela Aneel não seja suficiente, principalmente por que boa parte dessas linhas não têm um detalhamento ambiental, o que é uma grande fonte de incertezas.

Portanto, temos que analisar se o nível de atratividade está correto para atrair os investidores privados. Concordo com V. Ex^a nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Vamos ao último bloco de parlamentares inscritos, iniciando pelo Deputado Fernando Ferro, a quem concedo a palavra.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Srs. debatedores, já fui contemplado com uma série de observações, mas gostaria de deixar aqui algumas colocações frente ao que se fala, da parte dos representantes do Governo, em relação ao momento em que vivemos.

A partir de 97, quando foi criado o Recebe, o programa para reformar o setor elétrico brasileiro, foi dito com uma postura quase dogmática que iríamos estabelecer competição na geração. Foi dito ainda e qual era o objetivo da reforma: estabelecer competição na geração, dar o livre acesso à rede de transmissão e distribuição, desverticalizar o setor, estabelecer os mecanismos de mercado, introduzir os produtores independentes no processo e afastar o Estado do papel de investidor, porque isso não é papel do estado. Era esse o discurso.

Hoje estamos assistindo à negação disse. Está aí a Petrobras segurando a barra para não aprofundar a crise. Está aí a Eletrobrás sendo rechamada para investir no setor.

Esses argumentos levantados, brandidos com a virulência ideológica própria daqueles tempos, estão mostrando que vamos ter que passar por outra discussão. É até bom dizer isso aqui, porque, em 2002, haverá eleição para Presidente neste país. Espero. Isso terá que ser discutido, até para acalmar os investidores neste país. Essa estrutura que está aí não serve, ela se mostrou ineficaz e não responde. Então, nós vamos ter que discutir tudo isso, sim, o papel do Estado nesse processo. Porque se fala em planejamento indicativo e, ao mesmo tempo, se diz não que o Estado tem que planejar e nós temos que fazer um acoplamento do planejamento indicativo com o planejamento do Estado para a área energética.

Ora, nós criamos, aqui. Está aqui a estrutura do Conselho Nacional de Política Energética, que fez, me parece, duas reuniões, ou três, até agora. Duas reuniões, não é?

O SR. (convidado não identificado, nome não declinado) – Três.

O SR. FERNANDO FERRO – Três reuniões. Ele se convoca, se não me engano, a cada seis meses ou por convocação ordinariamente. E eu acho que esse Conselho deveria estar permanentemente convocado. A cúpula do Governo, todos os Ministros, deveriam estar debruçados sobre essa situação; deveriam

estar em assembleia permanente numa situação dessas. E está aí operando de quê o Conselho? Está como se fosse uma coisa informal. Quer dizer, isso é o retrato da falta de planejamento. Nós temos uma série de estruturas, uma série de equipamentos burocráticos para discutir essas questões, no entanto não sabemos quem pode responder. No Conselho de Política Energética está a ANA, a Aneel, a Petrobras, como ouvinte, Eletrobrás; os Ministros do Governo, Pedro Malan, Parente, Martus Tavares. Todos eles. Então, essa é uma operação de guerra que o Governo devia estar fazendo.

No entanto, estamos vendo que o que se está fazendo é exatamente um grande improviso, e tem que fazer. Evidente que a crise pôs a nu esse discurso. Ele disse claramente que nós temos realmente que partir para a guerra com o material que temos inclusive. Então, de certa maneira, é até importante esse debate para que sejamos um pouco mais tranquilos, mais humildes, mais serenos, e realmente compreendamos que essa situação não é fácil. E compreender, também, que nesse debate sobre o Estado brasileiro, algumas verdades, que foram brandidas muito tempo, precisam ser realmente repensadas. Alguns que falavam com tanta segurança, há um tempo, já não podem falar do mesmo jeito. Então, pelo menos, espero que essa situação tenda a diminuir a arrogância de certas estruturas desse Governo, para compreender que o problema é muito sério, que nós estamos numa situação que vai apertar as metas de crescimento do País.

E não é brincadeira o que está acontecendo agora para o futuro deste País! Se vivêssemos num país que tratasse dessas questões para valer, algumas pessoas não estariam mais nos seus cargos por conta dessa crise, porque sabem que são responsáveis por isso. Infelizmente, nós não estamos...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sr. Deputado, queira formular sua pergunta, por favor.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, vou formular as perguntas.

Esta é uma digressão sobre uma questão política da qual não podemos fugir, porque esse é um debate essencial. Nós estamos discutindo, aqui, nesta Comissão, não apenas a crise atual. Nós vamos discutir o que faremos, os desdobramentos disso. Esta Casa, o Congresso Nacional têm que debater essa questão. Em outro momento, nós quase não discutimos.

A Aneel, por exemplo, quase não foi discutida nesta Casa, foi aprovada, assim, em trinta minutos.

Estão esquecidos disso?! Foi aprovada, nesse esquema: em cima da canela, para não dizer que foi um pouco acima. E, aí, nós temos a oportunidade de debater.

Outra coisa. Quando se fala, aqui, em recursos hídricos: “não, porque é possível estabelecer uma boa regulação...” Eu sou aqui um estranho. Por exemplo, um país, como a Noruega, criou o processo, desverticalizou, introduziu competição, estabeleceu mecanismos de concorrência, de livre acesso com empresa estatal. Os Estados Unidos mantém toda a sua estrutura hidrelétrica no Estado, o Canadá idem. Por que é que nós tivemos que macaquear o modelo inglês e achar que isso é a grande solução para o sistema hidrelétrico brasileiro? Essa pergunta que eu não consigo entender, Dr. Afonso. O senhor pode me ajudar. Por que macaqueamos o modelo inglês, com MAE, com essas coisas todas, que inclusive está sendo revisto lá, agora. E, agora, nós ficamos nessa situação. Então, acho que essa crise tem a ver com esse caminho.

Não é uma crise que, eu diria, de falta de planejamento, não. Eu diria que foi uma crise de opção política. O Governo optou por um caminho. Tinha uma visão de caminho, de mercado, de introdução de competição, de inserção internacional nessa ótica e que brou a cara, não deu certo, não conseguiu criar os mecanismos para fazer esse tipo de coisa. Então, essa é uma dívida política que vocês têm e é uma explicação que vocês têm que dar e têm que nos ouvir dizer isso.

Só para finalizar, deixarei uma pergunta, primeiro para a Petrobras: as térmicas que estão efetivamente licitadas e em processo de construção, que são garantidas hoje, são quantas, oito, dez, doze? Porque a Petrobras pode dizer: olha, o nosso horizonte é esse aqui. As informações que temos é a de que há uma escassez de fornecimento de térmicas no mundo. Se os Estados Unidos colocarem para valer aquele programa de instalação de 1.500 térmicas, parece-me que eles estão se dispondo a fazer, já viu como será essa concorrência, em escala internacional, para se conseguir térmicas, não é?

O que podemos efetivamente dizer hoje para o Brasil? O PPT consta de tantas térmicas... Pode-se assegurar que é esse valor? Quais são? Quantas são? Porque não sei qual o número. Estamos trabalhando em cima de hipóteses, se, se, se... Não temos os dados concretos da instalação desse novo parque de geração.

Em relação à Aneel e à ANA, o inventário da Aneel de 200 mil megawatts, aproximadamente, disponíveis, já inventariados 100 mil de potencial, mas sem estar inventariado, esse inventário é aceito pela ANA? Ainda não ouvi comentários sobre isso.

Outra coisa, há um ano, um ano e meio, o que ouvimos aqui dizer foi que o uso do gás não é o mais nobre não é o de gerar energia. Era isso que se dizia aqui, que podemos lateralmente utilizar o gás para gerar energia, mas não é o uso mais nobre. E de fato não o é. Agora, estamos fazendo toda a nossa política de uso do gás em cima de geração de energia, por conta desse momento que estamos vivendo, com todas as consequências da dependência e do processo. Quer dizer, vamos comprometer toda essa política do gás com a geração de energia.

Como o presidente da Petrobras avalia esse rumo que estamos tomando?

É evidente que estamos vivendo uma crise, mas será esse o destino que nos era previsto?

Por último, porque o nosso Deputado Clementino Coelho, defensor do semi-árido não quis comentar, mas vou dizer uma coisa, se nós não tratarmos a questão do semi-árido com atenção, o resultado dessa crise lá vai ser o crescimento, para felicidade de alguns e tristeza de outros, da produção de cannabis sativa como alternativa na área, porque quando a agricultura lá fracassa as opções que surgem são essas, e não é brincadeira. As pessoas pensam que é brincadeira. A agricultura tradicional do cultivo de cebola e outro, gradativamente foi sendo substituída por esses desencontros na política agrícola. Não tenho dúvida, se houver uma desatenção com o programa de irrigação, essa crise vai explodir para outras áreas. E essa é uma das alternativas para a qual sabemos que a região potencialmente tem capacidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Agência de Águas, Sr. Presidente da Petrobras, fiquei um pouco preocupado quando vi as exposições. Acredito que houve talvez um enquadramento incorreto do que eu esperava, talvez o que a Comissão esperasse fosse coisa diferente. Penso que o competente Secretário de Energia, meu amigo, ficou devendo uma exposição ou o Ministério ficou devendo a exposição sobre o planejamento, não sobre o conceito de como planejar, se é um planejamento determinativo, mas sobre o planejamento.

Evidentemente, pessoas que estão vindo da linha esta nossa reunião ficaram assustadas, algumas não assistiram a tudo, assistiram só à exposição, tal o detalhe da exposição do Presidente da Petrobras mostra real e concretamente que há um plano em marcha, há números e projetos e total ausência do outro lado. Acho que o Ministério de Minas e Energia continua devendo. Acredito que isso pode ser feito, Secretário, com a participação da Eletrobrás que tradicionalmente construiu o planejamento do setor.

Concordo como Deputado Ferro. Não podemos construir o setor em cima do gás. O gás é só uma opção. O Secretário tem acompanhando muito bem o esforço do Congresso, particularmente da Câmara, no sentido de introduzir uma mudança na matriz energética. O Governo esqueceu-se de que deveria diversificar a matriz energética. O grande erro que nos conduziu a essa crise, além da questão de não haver dado prioridade para os investimentos das estatais e o fato de não se ter produzido um ambiente que não atraísse os investimentos privados, foi a mono-opção; ou seja, o Governo fez uma opção única pelo gás e praticamente desprezou as outras alternativas.

O Deputado Gabeira, que não apoia integralmente as idéias agressivas do Presidente Bush em relação ao meio ambiente, deve estar achando que ele deve estar tendo grande influência no programa energético brasileiro. Porque tudo foi esquecido. E a Petrobras, com muita competência, está fazendo a sua parte; ou seja, nós vamos resolver o problema do Brasil com o gás.

Fico muito satisfeito, Presidente, porque há realmente algo concreto na sua apresentação. Mas acho que devemos discutir nesta Comissão a questão dos caminhos novos. O Brasil tem caminhos novos. Não veto nenhuma fonte. Estou defendendo Angra III, na frente de todos. Angra IV não. Penso que Angra III fecha o ciclo. Nós vamos ter a viabilidade do ciclo que o Senador Paulo Souto tanto defende, que é o do urânio, lá de Caetité, região de Haroldo Lima. Fecha-se o ciclo. Os opositores de Angra dizem que o problema é o lixo. Conheço o lixo nuclear atômico, pois entrei em uma lá na Alemanha. O lixo de Angra I, Angra II e Angra III pode ser colocado no mesmo lugar. Não vai ser ampliada a lixeira por se ter um lixo a mais. Agora, não vamos fazer um programa nuclear nos moldes do que se fez no passado desastrosamente.

Da mesma forma que defendo a energia nuclear, acho que o carvão é uma proposta de desenvolvimento do sul do Brasil. Não se trata apenas de geração de energia elétrica, des de que se use a chama da

clean cold technology. Acho que é uma opção que o Brasil tem que fazer também.

Antes de esta Comissão encerrar os trabalhos, é fundamental ler; ou seja, que essas térmicas vão estar, vão estar as hidrelétricas, nós vamos defender Belo Monte, nós vamos fazer um programa de eólicas sério, nós vamos estimular a biomassa, nós vamos viabilizar a co-geração. Fiquei muito satisfeito ao ver a sugestão, por inspiração do Secretário de Energia Afonso Henriques, para se introduzir em meu substitutivo a questão dos benefícios para a co-geração. Sei que muitos dos aproveitamentos da Petrobras estão na base de co-geração. Provavelmente não toda qualificada, no conceito do Antônio Fernandes. Uma co-geração excessiva; ou seja, está gerando muito mais do que precisa em termos do aproveitamento do vapor. Mas de qualquer jeito é uma instalação associada e há ganhos de toda qualidade.

Portanto, deixo aqui este registro para que o Secretário e o Ministro procurem, através da articulação do setor, trazer a esta Comissão um plano. Nós precisamos de um plano. Trabalhei nesse setor quando havia planos. Hoje eu vi aqui um plano de térmicas. Este é o nosso pedido; ou seja, nós precisamos de um plano, um plano que diversifique a matriz. O gás tem um defeito grande, é o tal do take or pay. Esse é um péssimo defeito. Se não fosse isso seria maravilhoso. Mas há quatro ou cinco anos, nós estávamos vertendo, jogando ao mar, passando pelos vertedores – e não pelas turbinas – 10 mil megawatts. Imaginem se tivéssemos queimando gás em paralelo? Então, é uma desvantagem muito grande.

A diversificação traz a vantagem do ganho de produtividade. Os ventos se completam no Nordeste. Por exemplo, os ventos vêm exatamente na estiagem. Então, você tem uma forma de complementar. O carvão está mostrando agora a flexibilidade de que tem em produzir e não produzir. É importante que levemos em conta isso. Sei que competência não falta à Eletrobrás, à Petrobras, ao Ministério, ao Secretário Fernandes para trazer isso aqui. Precisamos disso. Esse é o meu pedido.

Quanto à questão da Agência Nacional de Águas, eu queria apenas dizer que não é muito simples a operação comandada, independentemente do dono da água. A verdade – eu já disse aqui –, é que o contrato que o BNDES fez para a venda das hidroelétricas brasileiras vendia a placa, vendia o fluxo, e quem vende o fluxo, no fluxo de caixa descontado, exige que o novo usuário pague o fluxo de caixa descontado. E eu constatei isso quando comecei a discu-

tir o uso de 4 m³, por segundo, em Paulo Afonso, para criar peixe. A proposta da Chesf, uma estatal – aliás, o presidente fez uma bela exposição aqui, na semana passada –, foi de que os usuários que quisessem criar peixes pagassem à Chesf pela energia não produzida. E observe que peixe é diferente de irrigação. A água só usa a escada, ela volta para o rio quase que 100%. E, se fizer um bom tratamento, volta com a mesma qualidade que entrou, muitas vezes até com qualidade melhor do que entrou, porque há uma possibilidade de se entregar a água em boa qualidade, qualidade para qualquer outro uso.

Portanto, Sr. Presidente, não é fácil. Sei que V. S^a está fazendo um trabalho muito importante, fui um dos defensores da Agência, mas não é fácil, por que a nossa lei é de concessões, não é direito imperial, direito espanhol, mas é de concessões. E o dono da concessão, que comprou do Governo ou que vier a comprar do Governo, pode reivindicar direitos que não são dele. É preciso ficar muito claro isso.

Portanto, não de se jome estender mais, quer dizer que a Petrobras está de parabéns por tudo que está fazendo. Estou introduzindo no meu substitutivo, que devo relatar nesta semana ou na próxima semana, aberturas para que a Eletrobrás também possa se associar com agentes privados para resolver problemas de motivação de investimentos, como a Petrobras. A Petrobras está sendo mais do que um investidor. E eu, que defendi a privatização da Petrobras, penso que ela, como aparelho estatal, está dando uma contribuição expressiva para o Brasil enfrentar as dificuldades – tenho que admitir isso –; e a Eletrobrás também poderá dar uma contribuição expressiva.

Sr. Presidente, quero deixar apenas este registro e dizer que nós, desta Comissão, temos duas missões: uma delas é identificar as causas, porém a mais importante é apresentar – e tenho certeza de que o Relator, Senador Paulo Souto, fará isso com muita propriedade – sugestões para que não venhamos a ter, pelo menos a médio prazo, uns dez anos, e o meu médio prazo é um pouco maior do que os outros, problemas dessa natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra o Deputado Luciano Zica.

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, Presidentes da Petrobras e da ANA e representante do Ministério das Minas e Energia, é importante este debate, e eu queria assinar embaixo da fala do Deputado Fernando Ferro e em grande parte da fala do Deputado José Carlos

Aleluia. Embora tenha tido a oportunidade de participar do debate da criação da Lei da Aneel, e acho que foi um debate insuficiente, o Deputado José Carlos Aleluia teve a tarefa de relatar também aquele projeto, e tivemos a oportunidade de discutir alguns dos pontos dele, muito em cima da hora, sem que a sociedade participasse de alguma forma daquilo. É lamentável, porque poderíamos ter evitado algumas das questões que estão acontecendo agora, debatendo melhor as tarefas da Agência Nacional de Energia Elétrica e a regulamentação do setor.

Quero também dizer que saio daqui com algumas preocupações hoje, primeiro com o exemplo do Conselho Nacional de Política Energética que não se reúne ou se reúne esporadicamente. Temo que esta Comissão, com a chegada do recesso de julho, também entre num buraco negro. Acho que deveríamos pensar numa solução que garantisse a continuidade desse debate fundamental neste momento.

Preocupa-me o recesso. Creio que a Presidência da Comissão, junto à Presidência da Câmara dos Deputados e do Senado, tem que resolver como ficará esta questão. Acho que aqui está se passando um debate extremamente importante e necessário.

Mas me preocupa bastante, eu não vou repetir o que os outros já falaram, mas me agrega aqui algumas preocupações que ainda não tinha me dado conta delas. Primeiro, a questão da geração termoeletrica a gás. Quero aqui dar um testemunho de que a Associação da Petrobras com outras empresas não se prende ao fato de a Petrobras não ter experiência. A Petrobras tem uma larga experiência na geração termoeletrica. As grandes refinarias da Petrobras são sustentadas com energia termoeletrica gerada pela própria Petrobras com muita competência, aproveitando inclusive os combustíveis colocados pela própria cadeia produtiva de sistema.

Mas me preocupa muito a falta de planejamento geral do Governo na medida em que não podemos – e eu temo que isso acabe acontecendo – aceitar a substituição da termoeletricidade, aliás, a substituição do modelo da nossa matriz energética com as alternativas que temos de diversas fontes, seja eólica, seja biomassa, seja aproveitamento de energia solar para aquecimento de água para substituição de chuveiros elétricos, um crime um país como o Brasil ainda usar energia elétrica para esquentar água para o banho. Isso é um absurdo. Inaceitável. Um investimento muito baixo poderia ter resolvido, mas é a preocupação da introdução do componente de termoeletricidade na matriz energética como uma coisa definitiva.

O Ministro José Jorge, até com muito boa-fé e propriedade, afirmou na Comissão de Minas e Energia e Defesa do Consumidor na Câmara dos Deputados que ele via a termoelectricidade como um porto seguro aos momentos de falta de energia hidroelétrica, de falta de água. Levantei a questão de que duvidava que algum empresário privado invista numa usina para ficar na reserva.

É preciso que se pense a questão do gás como a gente fala hoje, os usos múltiplos da água. Teríamos que criar usos múltiplos para o gás para possibilitar a suspensão do funcionamento das termoeletricas no momento em que tivermos naquela condição a que o José Carlos Aleluia se referia, de água vertendo fora das turbinas. Não é admissível que queimemos gás para gerar energia elétrica com o dobro do preço para energia hidrelétrica, jogando hidrelétrica fora.

Nós precisamos planejar a nossa capacidade de geração hidrelétrica de modo a dar conta de resolver um problema, inclusive do gás, que constato aqui na demonstração do Presidente Henri Philippe Reichstul, que é a questão da longevidade das reservas de gás do Cone Sul. Está aqui a previsão apresentada pelo Henri Philippe Reichstul – Presidente da Petrobras – de 25 anos de disponibilidade de gás com atual padrão, que nós temos hoje de reserva e de consumo programado. Ou seja, é o tempo de maturação de um projeto razoável de hidroeletricidade para aproveitarmos as potencialidades que temos para não permitir o esgotamento dessas reservas de gás. E principalmente, temos usos mais nobres para esse gás e temos que pensar nos usos múltiplos desse gás. Então é uma preocupação que queria deixar colocada.

O financiamento de fontes alternativas, é urgente que haja esse programa, essa programação, por isso o Projeto de Lei que atende em parte a essa demanda. A Petrobras, como empresa energética, que considero e conheço, trabalhei 24 anos na Petrobras e continuo petroleiro até hoje por convicção e por acreditar no papel estratégico que a empresa tem para o País, tem que cumprir um papel de empresa energética. Mas me preocupa a questão do gás, e eu queria deixar essa colocação como uma preocupação importante.

Há uma preocupação que me deixa muito mais triste e preocupado. Vejo aqui no mapa apresentado de usinas postergadas, são seis aqui por conta de licenciamento ambiental, vejo aqui incluído Carioba, Santa Branca e Capuava; são três empreendimentos que têm uma natureza muito parecida, a proximidade dos centros consumidores. Eu entendo isso e acho

que, em uma realidade de centro consumidor, como a Grande São Paulo, o Vale do Paraíba ou a região de Campinas, isso teria uma lógica, em uma outra circunstância. Aqui temos que pensar numa questão: não troco o abastecimento de água pelo de energia elétrica. E temos um problema gravíssimo. A imprensa está noticiando, felizmente, em larga escala, a dramaticidade do abastecimento de água na região metropolitana de São Paulo e nas demais regiões metropolitanas.

Penso que nesses empreendimentos têm que ser levado em conta o problema de 80% da água captada, e é 1,4 metro cúbico por megawatt gerado, vai para a atmosfera e não retorna. Não podemos abrir mão dessa água no abastecimento, mesmo que se argumente que ainda há água disponível. Temos que pensar mais do que neste ano, no ano que vem, nos próximos anos. Temos que pensar nos 25, 30 anos que temos problemas iminentes sem uma alternativa ainda da energia fotovoltaica, que não vai precisar de água ou outras formas de geração, porque vai resolver, acredito nela no futuro, tenho muita esperança.

Mas tínhamos que orientar os investidores para que não ocorra a guerra que está acontecendo em Americana, Piracicaba hoje por conta do debate irresponsável que o empreendedor tenta fazer sobre a questão da implantação de Carioba. O governo tem que chamar o empreendedor e orientar dizendo que temos regiões onde, com pouca perda, será possível implantar uma termoeletrica. Por exemplo, a região noroeste de São Paulo, onde temos água em abundância dos rios Tietê, Paraíba, Feio, Douro. Temos as redes de transmissão e o gasoduto. Não temos mercado consumidor para o vapor e temos perdas de transmissão, é verdade. Mas penso que a conjuntura nos impõe um dado de responsabilidade e realidade que é não perder tempo com o debate estéril sobre a implantação nessas regiões.

Para concluir, Sr. Presidente, procurarei ser objetivo e fui tolerante, inclusive otimizando o tempo. Tive que chegar atrasado em função de uma audiência pública que tivemos em Paulínia, discutindo hoje uma contaminação promovida pela Shell Química, na região. Cheguei tarde por esse motivo e estou intervindo só nesta hora. Queria colocar essa reflexão de que estamos perdendo no Brasil com a introdução de modelos usados nos Estados Unidos de geração de energia termoeletrica, as vantagens comparativas que o Brasil tem com a grande disponibilidade de geração hidrelétrica. E digo, Sr. Presidente da Petrobras, que o gás é caro em relação a nossa energia hi-

drelétrica e por isso não é interessante como gerador de energia.

Quero também lembrar sobre a preocupação com a continuidade dos trabalhos desta Comissão, Sr. presidente. Temos uma responsabilidade adicional. Temos agora no mês de julho a constituição de uma Comissão de Representação do Congresso, que talvez seja o caso de buscar construir uma composição que assegure que essa comissão não siga o exemplo do CNPE, mal constituído na lei e que não tem funcionado a contento. Que tenhamos capacidade de buscar, construir essas alternativas de funcionamento. E garantir o debate em torno das fontes alternativas que, para mim, é a solução de médio e longo prazo. No curto prazo são as termoeletricas e acredito que ninguém mais além da Petrobras vai cumprir esse papel, até por que os empresários não vão se submeter ao horizonte que se desenha para o mercado de energia, sob pena de o fazendo nós consumidores pagarmos um preço muito alto ao final da história.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, o Deputado Vilvado Barbosa. Em seguida, o Deputado Haroldo Lima.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Relator, Srs. expositores, gostaria de me dirigir ao Presidente da Petrobras, Henri Reichstul, e ao Secretário Afonso Henriques.

É evidente que nessa altura dos acontecimentos do debate apenas resta tentar elucidar algumas questões que não estão esclarecidas, pelo menos na minha compreensão. É o que diria, na profissão, o Deputado Fernando Gabeira, matéria requeitada. Aliás, o Presidente do Senado Federal vive dizendo que a matéria é sempre requeitada. Mas queria ouvir o Presidente Reichstul. Desculpe-me, mas vou trocar de cadeira, não estou conseguindo ficar dialogando diretamente com o Presidente.

Queria que o Presidente voltasse à questão do risco cambial que, segundo a imprensa, a Petrobras resistiu muito e depois foi levada a bancar o risco cambial na questão do gás, das termoeletricas e do gasoduto. Queria compreender a posição sobre o que a Petrobras fez ou terá que fazer e está fazendo por opção empresarial ou para atender políticas superiores. E também queria que o Presidente nos desse informações sobre a cessão do gasoduto Brasil-Bolívia para a British Gas e para a Emro Gas. O que foi feito a esse respeito, o que terá que ser feito a esse respeito. É um bom negócio para a Petrobras? Por quê? Se é

que as notícias se comprovam de que o preço que a Petrobras pôde cobrar é a meta do preço que seria correto e por que esse favor à British e à Emro. Queria ainda voltar a uma questão já levantada por que o Presidente Reichstul disse que era um crítico do gasoduto, mas, devido à situação atual, essa crítica tem que desaparecer porque a situação atual já compensa o gasoduto. Não estou compreendendo toda essa notícia que sempre temos, toda a Petrobras era contra, mais a torcida do Vasco e do Flamengo, todo mundo era contra o gasoduto por não ater compreensão mercadológica, mas o gasoduto foi feito sem haver razão mercadológica para o gasoduto, se é que compreendi bem a história e a posição do Presidente Reichstul. Foi feito de pois que o gás boliviano passou a ser possuído por uma empresa multinacional, a Emro. Enquanto o gás foi tão somente do Estado boliviano não havia força suficiente para fazer o Brasil construir e fazer a Petrobras construir esse gasoduto. De pois que o gasoduto é feito, há crise de energia, e a crise de energia justifica o gasoduto, justifica o uso de termoeletrica. Queria realmente ver essa mudança de posição do Presidente Reichstul é por essa razão. Porque eu, ao contrário do Deputado Fernando Ferro, creio que houve um planejamento para a crise, não foi ausência de planejamento, porque essa crise podia, devia ser evitada, não havia razão para acontecer. Aliás, vou pedir esclarecimento ao Secretário Afonso Henrique, mas por que o Presidente da República, logo que toma posse, em sequência à sua posse, cancela uma quantidade enorme de usinas hidrelétricas planejadas, já com orçamento, já com tudo acertado. Por que foram canceladas essas usinas hidrelétricas? Uma quantidade enorme pelas notícias e pelo mapeamento que se vê. Se cancelou é por que quis diminuir a oferta de energia. A crise então é que fez com que o gasoduto ficasse bom, e para que o gasoduto ficasse bom era necessário a crise? Aí, eu me dirijo ao Dr. Afonso Henriques Moreira Santos, porque gostaria que ele pudesse explicar por que, efetivamente, no início do mandato do Chefe do atual Governo da República, foi feito esse cancelamento de tantas hidrelétricas já planejadas ainda em 1995, e que o Secretário explicasse para nós o que é esse Anexo V, dos contratos de fornecimento de energia, porque a fórmula desse contrato que nos chega às mãos é ininteligível, e acho que, por um trabalho de grande categoria dos jornalistas do Valor Econômico e da IstoÉ, traduziram, neste último fim de semana, a compreensão dessa fórmula. É evidente que uma fórmula como essa, em que as coisas não são escritas para serem lidas, é evidente que elas são escritas para encobrir

aqui o que não se devia ler. Mas, graças ao trabalho dos jornalistas do Valor Econômico e da IstoÉ, estamos com a compreensão do que é esse Anexo V. Eu queria ouvir do Secretário se há outra compreensão ou é essa compreensão publicada pelo Valor Econômico e pela IstoÉ, se há outra compreensão, ou se nós chegamos a esse quadro. Porque o Anexo V foi assinado, me parece, em 1995. Em 1996, é isso?

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Em 1998.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Mas foi com a privatização da Light, já estava!

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – O Anexo V foi na privatização da Gerasul. Da Light, Marra? Não estou lembrado.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Na privatização da Light e da Eletropaulo já está assegurado isso.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Em 1998. Os contratos iniciais são de 1998, a partir de agosto. Foi signatária a Aneel, mas foi proposto pela Aneel.

O SR. VIVALDO BARBOSA – No contrato que tenho aqui, quem assinou, tão-somente, foram a Gerasul e a Eletrosul, como compradora.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Exato, mas é um contrato praticamente imposto pela Aneel a partir de julho, para viabilizar a privatização da Gerasul, Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Eu estava com a notícia de que era para, também, estimular a privatização desde Light, Excelsa e outras distribuidoras.

Mas, como desde 1998, não é feito investimento adequado, correto, mínimo, será, também, que a crise gerada – porque no contrato prevê o racionamento... Eu gostaria, realmente, de, também, se o Secretário pudesse explicar, saber por que foram escolhidos 20% para o racionamento agora, os mesmos 20% que, em 1998, foram previstos no contrato. Esse percentual foi previsto. Se houver, no Brasil, esse acontecimento extraordinário, excepcional e não desejável do racionamento, serão devidos – o Deputado Gabeira informou aqui – 5 bilhões. Será que a crise foi para gerar os 20%? Por que se escolheu – se é que foram escolhidos 20, porque poderia ter sido outro percentual – os 20% contratados? Acho que precisamos de esclarecimentos. Estou levantando a interpretação que os jornalistas do Valor Econômico e da IstoÉ deram a essa página de difícil compreensão que é o Anexo V desse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, o Deputado Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA – Sr. Presidente, Srs. Expositores, Srs. Deputados, vou tentar ser o mais breve possível no encerramento desta reunião, muito útil para os participantes desta Comissão e, sem dúvida nenhuma, para os telespectadores brasileiros, que estão atentos – pelo que estamos informados –, com grande audiência para este tipo de debate.

O Dr. Jerson foi o primeiro que se pronunciou. Na realidade, ele apresentou umas transparências tentando explicar a questão dos níveis dos reservatórios, que, no caso dos reservatórios das nossas grandes hidrelétricas, caíram. Ele próprio, digamos, apresentou uma explicação básica, chamando a atenção de que o nível dos reservatórios dependiam, em primeiro lugar, das chuvas e, em segundo lugar, dos gastos. Mas, na sua explicação, V.S.^a chegou a dizer: “abstraindo os gastos, vamos então nos ater às chuvas”. E aí deu-nos uma certa impressão de que é por causa das chuvas que os reservatórios estão vazios. E chegou, na minha opinião, até a insistir de maneira na maior seca que está chegando no Nordeste. E nós, nordestinos, não compartilhamos dessa opinião. Lá houve secas piores no passado. Esta é uma seca grande, que começou agora, ainda estamos no mês de junho. A seca mesmo aparecerá, em toda a sua dimensão, social e econômica, pelo mês de setembro, outubro. Então, fiquei com uma certa impressão de que havia, digamos, uma força de barra no sentido de explicar o esvaziamento dos reservatórios por conta da debilidade da chuva e das secas.

Penso que esse é o aspecto secundário. E nos remonta à questão central, que, em minha opinião, não foi bem posta nas discussões havidas aqui. Os reservatórios estão vazios em decorrência não da ausência de chuvas, mas da presença de uma determinada política. Foi a política posta em prática pelo Governo, de forma clara, eficiente e competente, que levou a esse desastre que está aí. Não discutiria essa ideia de que o Governo não fez planejamento. Acho que fez planejamento, alguém falou aqui, mas fez o planejamento errado. Planejou em função de condições impostas de fora para dentro do Brasil, o que nos levou a estar agora atolados. É preciso que o Governo se dê conta disso, ou pelo menos fale isso de forma mais clara.

O Secretário do Ministério das Minas e Energia, nesse particular – vou tecer os comentários sobre o assunto daqui a pouco –, não percebe essa questão. Na realidade, não faltou planejamento, houve planejamento. Houve um planejamento que partiu do pres-

suposto de que o objetivo básico do planejamento era chegar a um equilíbrio fiscal determinado; e, para isso, todo e qualquer investimento em hidrelétrica, em área energética, em transmissão de energia era considerado gasto, e deveria ser evitado, para poder haver equilíbrio fiscal. Por essa razão, de forma destacada, é que os reservatórios começaram a ficar vazios. Não foi por outra razão.

Lembro aos senhores expositores que sou nordestino e, por acaso, também engenheiro elétrico e já trabalhei em uma grande empresa estatal, a Coelba – de certa maneira, fundamos a Coelba – e, naquele período e em períodos anteriores, quando existia pouca chuva no Nordeste, os reservatórios enchiam. Em 1986, houve uma seca grande, e os reservatórios encheram. Em 1997, 1998, 1999, houve aproximadamente 12% acima das águas normais, e os reservatórios não encheram. E não encheram por quê? Por que o problema não era a chuva, o problema é que estava existindo um consumo demasiado. E não se fazia investimento em usinas. E não se fazia investimento em usinas porque o FMI não deixava. Essa é a questão central que temos que abordar. Isso não foi comentado aqui.

Se não se quebrar o núcleo da programação estratégica existente no País, vamos ficar o tempo todo pegando a única grande empresa que resta na nossa mão, que é a Petrobras, e mandando-a fazer termoelétrica rapidamente, comprando da Shell e da Esso, para poder quebrar o galho. Não é assim que se resolve. O problema é que estamos com a concepção estratégica programada gravemente equivocada. E esse problema não está posto. A mim parece surpreendente, Sr. Presidente, que esta Comissão, presidida por V. Ex^a, não esteja colocando com ênfase, com nitidez que, para enfrentarmos o problema energético, é preciso mudarmos a concepção da programação brasileira. Para isso, é preciso investir! Na década de 80, investimos, aproximadamente, em energia elétrica no Brasil, cerca de R\$13 bilhões; na de 90, a metade: R\$6,8 bilhões. Por quê? O crescimento do consumo foi aproximadamente o dobro do crescimento da oferta, ou seja, da produção de energia elétrica. Eis aí a razão central pela qual os reservatórios estão vazios. Não há outra. Estão vazios agora, mas estiveram vazios, quando, em 1997, choveu acima da média 12%, e os reservatórios não encheram. No ano seguinte choveu 12% além da média e os reservatórios mais vazios ficaram. Os reservatórios estão se esvaziando paulatinamente. E agora querem dizer que eles estão vazios porque não choveu no ano de

2000!? É tentar driblar o problema! É não enfrentar a questão de frente.

Mais a frente o Dr. Afonso fala na questão do planejamento como questão central, e que não foi e não é abordada. O problema do planejamento está na sua concepção. Não é que falte planejamento, nem que são as pessoas incompetentes. Mas o planejamento não está errado! O problema é qual a postura que se coloca diante do problema. Não é um planejamento feito em função dos interesses do povo brasileiro, que precisa de investimento e não precisa que o seu objetivo máximo seja o equilíbrio fiscal. Se não se investe nisso – e se está colocando como objetivo máximo o equilíbrio fiscal – é porque o FMI obrigou. E, em decorrência disso, não se faz investimento! E, por causa disso está-se arrebitando o mais seguro e o mais eficiente sistema de produção de energia elétrica do mundo, que é o nosso – talvez só perdêssemos para a Noruega. E está-se criando um novo tabu de que é preciso, então, mudar a matriz hidrelétrica. Nós temos a melhor matriz do planeta. Nós precisamos, sim, fazer uma diversificação. Isso é verdade. Mas sem perder de vista as nossas ótimas condições – talvez, repito, perdêssemos apenas para a Noruega e o Canadá – que é produção baseada na chuva e na gravidade. Isso nos dá excelentes condições. E isso não está sendo bem aproveitado.

Sr. Presidente, precisaríamos fazer um novo planejamento – V. S^a mencionou fazer um novo planejamento. É verdade. Mas, não é ajeitar esse planejamento com falsas premissas, premissas não brasileiras. Esse é o planejamento do FMI. Lia, outro dia, que a Austrália só se desenvolveu quando os economistas australianos foram embora. Quando os economistas formados pelas universidades americanas desistiram de lá para manter e foram para o exterior, oportunidade em que eles deram folga para os economistas tupiniquins programarem o desenvolvimento da Austrália. Esse é o nosso caso: estamos com tanta gente formada em Harvard, que executam muito bem a programação, mas que não é a nossa! Precisamos olhar um pouco mais para o nosso problema.

Presidente Henri Reichstul, parabéns-o por que achar que a Petrobras é a única que está fazendo o que pode nesse processo de crise, ou seja, que dentro de suas condições, tentar pôr em prática um plano emergencial, que deve ser visto como tal, como um plano circunstancial. A Petrobras não é obrigada a fazer isso. Ela o faz porque é brasileira. Não fosse a Petrobras uma estatal, nós estaríamos em péssimos lençóis, porque, diferentemente do que esse pessoal

está pensando que devemos vender a Petrobras, se fosse uma Shell, aí eu queria ver se a Shell estaria obrigada a construir 14 termoeletricas no Brasil para resolver o problema do nosso povo!

Aliás, Jerson, eu lhe aprecio, vejo seu trabalho importante na ANA, mas eu acho que V. S^a disse uma coisa que precisava repensar. Fiquei extasiado em ouvir V. S^a dizer que pouco importa quem é o dono da usina para poder gerenciar as águas do rio.

Sr. Jerson, não existe experiência internacional de usinas com grandes reservatórios privatizados. Não existe. Se existir, cite, dê-me um exemplo. Não há nos Estados Unidos, na Noruega, no Canadá, na China ou na Índia. Não há em lugar algum.

Nos Estados Unidos, Senador Paulo Souto, as grandes estatais do Tennessee são guardadas pelo Exército. Lá, não entra ninguém. Não há esta conversa: "Vamos discutir". Não. É o Exército. Aqui é que pegam a Chesf.

Aliás, está aqui o ex-Presidente da Chesf, o Sr. José Carlos Aleluia Costa, que, há algum tempo, concedeu uma boa entrevista ao jornal Tribuna da Bahia. S. S^a disse: "Quero dizer que, como Presidente Chesf, sei que quem manda no São Francisco é a Chesf".

Portanto, se a Chesf não for brasileira, estatal, quem manda no São Francisco são os espanhóis; quem manda no São Francisco são os americanos, os portugueses, e V. S^a vem dizer que não tem nenhuma importância?

Fiquei perplexo! Admiro V. S^a. Tenho boas referências sobre o seu trabalho, mas esse é um ponto de vista tão deslocado de um eixo brasileiro que ficamos perplexos.

No Chile, Dr. Jerson, no meio de alguns rios, já existe polícia montada para impedir o povo de tirar água, porque os donos das usinas têm direito à água e dizem: "Ninguém retira a água daqui para molhar batata, porque a água é para rodar turbina, para vender energia. Comprei para isso e não para outra coisa".

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sr. Deputado, peço que V. Ex^a conclua o seu pronunciamento.

O SR. HAROLDO LIMA – Concluo, citando mais uma vez o Sr. José Carlos Aleluia Costa, Sr. Presidente.

Ele chegou a dizer aqui – para não concordar inteiramente com ele: "Bom, se a pessoa que compra a usina compra também o fluxo de água, essa pessoa, depois, pode reivindicar o direito à água".

Não pode reivindicar, Deputado Aleluia. Se não reivindicar, é louco! Se não reivindicar, não é capitalista. Tem que reivindicar necessariamente e, como é feito no Chile, colocar polícia para ninguém "meter a mão" naquela água.

Por isso, Sr. Jerson, quero dizer a V. S^a, que está presidindo a Agência Nacional de Água, que a água é nossa, pelo amor de Deus!

Aliás, sou marxista, mas é preciso que tenhamos cuidado com essa história de que pouco importa quem é o dono da água, porque o Brasil estará, digamos, bem servido. Não é verdade. Se o dono da água não for o Estado brasileiro, entraremos em uma situação pior, mais dramática e caótica da que hoje existe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao primeiro dos nossos expositores, Dr. Henri, que, após as suas respostas e considerações finais, precisará se retirar, porque tem ainda hoje um compromisso no Rio de Janeiro.

O SR. HENRI REICHSTUL – Tentarei ser o mais breve possível, conjugando algumas perguntas comuns.

Uma questão mencionada pelos Deputados Ferro, Aleluia e Zica se refere ao uso do gás para termoeletrica, para termoeletricidade. Obviamente, em uma situação de crise, é a solução mais rápida e representa um seguro para o sistema. Montar 10 mil megas de termoeletricidade em um sistema que, em 2004 ou 2005, estará com 100 mil megas – esperamos! – representa 10% da capacidade do sistema como um todo, o que me parece ser um número razoável no sentido de se ter uma diversificação. É um seguro que se está comprando.

A questão do take or pay é fruto da necessidade de se bancar o gasoduto e o transporte desse gás. Pode-se comprar sem take or pay na Bolívia, mas como fazer para amortizar o transporte? No take or pay é apenas 70%. Reduzimos de 100% para 70%, oferecendo uma certa flexibilidade para as térmicas.

Idealmente, em relação às térmicas, poderíamos motorizar normalmente o hidrelétrico e, no pico, usar a termoeletrica, em vez de sobremotorizar o hidro, que é o que acontece muito no sistema brasileiro. Então, na margem, no futuro, não precisaria sobremotorizar as novas hidrelétricas.

Outra questão é a do preço. As futuras ofertas importantes de energia entendo que estão no norte. Há, claro, um aproveitamento no Xingu, que tem energia barata; há também as PC a gás no centro-sul, mas uma grande quantidade de oferta adicional só virá do norte com custos ambientais elevadíssimos, inundações de áreas enormes e custos de transmissão elevados. E, quanto a uma térmica em ciclo combinado, que pode chegar a US\$38 mil dólares, tenho visto estimativa de custo de grandes quantidades de energia no futuro, vindas do norte, trazidas para o centro-sul, na base de US\$42 a US\$45 dólares por megawatt. Não sei se isso confirma ou não, mas haveria, portanto, um espaço entre o estoque de eletricidade antiga, que está US\$20 ou US\$25, e a nova hidroeletricidade lá na frente, que é ecologicamente a mais correta, a mais eficiente. Nós temos tecnologia, tradição, tudo isso. Existe um espaço entre essas duas para alguma capacitação de termoeletrica. A nossa avaliação é empresarial, senão não estaríamos fazendo essas termoeletricas, apesar do nosso entusiasmo e da nossa brasilidade. Mas, como empresa, estamos fazendo os investimentos, achando que vamos obter retorno. E estamos trazendo sócios privados, que acho que também terão retorno, senão não estariam colocando dinheiro. Nenhum desses sócios está rasgando nota de mil, nem a Petrobras. Então, essa é a nossa visão.

É claro que essas termoeletricas têm uma oportunidade, durante dois ou três anos, de energia a preço mais barato do que a energia velha. Esse é o jeito de amortizar o custo dessas termoeletricas. Isso, como um todo.

Em relação à pergunta do Deputado Ferro, os projetos estão alinhados. Quanto à Termo Bahia, são 450 megawatts, na fase final. Turbina Auston GT-24: a obra civil já começou; começaremos no primeiro trimestre de 2002. Pode haver atraso de um ou dois meses, mas já está certo. A Fafen, na Bahia, também: a turbina é Rolls-Royce, já está comprada; está em fase de montagem e instalação. Provavelmente, vai ser a primeira térmica a ser inaugurada: em outubro ou novembro. Não é isso, Delcídio?

O SR. DELCÍDIO (sobrenome não declinado) – Agosto.

O SR. HENRI REICHSTUL – Em agosto, vamos fazer uma cerimônia na Bahia, para inaugurar a primeira térmica. Então, Fafen, Camaçari.

Em Recife, há uma proposta para ser fechada, com duas turbinas GE da Lyent. Acho que vai ter uma solução rápida. Termo açu é um pouquinho mais tar-

de. Quer dizer, Puerto Soares já tem uma GLM 6.000 já comprada, está com a licença ambiental prévia. Esses são projetos são muito bem definidos, com turbinas já encomendadas ou reservadas, com obras já iniciadas em alguns casos e outras dependendo de uma licença ambiental provisória. Nós estimamos que vamos conseguir colocar, com essas 14 térmicas emergenciais, dez nossas e quatro privadas, com quem temos alguma relação. Até final de março de 2002, estaremos colocando 2.800 megawatts adicionais no sistema. Em relação ao que temos hoje, 2.800 megawatts de capacidade instalada. Agora, isso precisa rodar 12 meses para gerar energia equivalente aos números anuais que estamos falando. Isso já vai poder dar algum conforto ao pessoal que administra água. Sabendo que a térmica vai entrar em funcionamento, poderão soltar um pouquinho mais de água, por que vai ser por pouco tempo.

Esta é a informação: 14 térmicas até o primeiro trimestre de 2002, com dois ou três projetos que possam ter utilização de três meses, e não mais.

Agora, das quatorze, dez têm participação da Petrobras.

No projeto que apresentamos aqui, há dezoito. São as dez que vêm até o começo de 2002 e mais oito em expansão, as quais vão gerar aqueles 8.000 megawatts, se tudo correr bem, no início de 2004. Vamos, então, estar adicionando mais 10% de capacidade. O sistema, hoje, tem mais ou menos 75 mil. Essa é a nossa intenção. São térmicas que foram iniciadas há um ano e meio, dentro de uma avaliação de que havia uma necessidade de adicionar, rapidamente, capacidade térmica para garantir um mínimo de confiabilidade no sistema elétrico brasileiro.

Essas são as da Petrobras, onde ela tem participação. Existem outros projetos privados que também estão em curso.

Finalmente, a questão do risco cambial. Deputado Vivaldo Barbosa, vou repetir: a Petrobras está oferecendo uma mistura de gás nacional e boliviano – 80% boliviano e 20% nacional – a US\$2,58 por milhão de BTU e vai oferecer o preço em reais equivalente ao primeiro dia do contrato, mantendo esse valor em real por 12 meses, para termoeletrica. Enquanto isso, vai acumulando uma diferença do que cobra em preço real fixo nesses 12 meses e o preço pago à Bolívia, em dólares, reajustado pelo dólar.

Se essa diferença for positiva, ela aplica, diariamente, a uma taxa de juros Selic, que é a taxa de mercado. Se essa diferença for negativa, por uma apreciação do real, o que não é impossível nos próximos

seis meses, a Petrobras também paga a Selic por esse preço que ela está recebendo, acima do que está pagando ao boliviano. Ou seja, são dos dois lados. E passados os 12 meses, existe uma correção automática do preço da energia elétrica, VN, a tarifa de energia elétrica da térmica, que tem dois componentes: um componente é o reajuste do preço do gás em US\$2,58 ao câmbio do dia, que, a partir de então, é um reajustecambial, mais um segundo componente, que é o ressarcimento dessa massa que teria sido financiada pela Petrobras, acrescida de juros Selic, a ser amortizada nos próximos 12 meses, não tendo nada a ver com a diagonal cambial. Estou sendo o mais preciso possível.

Economicamente, esse mecanismo é neutro para a Petrobras. A Petrobras adianta isso durante 12 meses, cobrando juros de mercado, e recebe isso de volta, também cobrando juros de mercado. E a Petrobras também vai receber juros de mercado no ressarcimento, na medida em que ele não é imediato, é feito em 12 meses, e o ponto médio seria em seis meses.

O SR. (não identificado, nome não declinado) – Por que a Petrobras teve que financiar?

O SR. HENRI REICHSTUL – Teve que financiar para vender o gás, Deputado.

A questão da cessão do duto é uma de arbitragem de uma agência reguladora que está definindo um direito de passagem. São nossos interesses comerciais, da British Gas e da Emro, ou seja, são interesses comerciais diferentes que foram amplamente discutidos na imprensa e terminamos aceitando a arbitragem da ANP e, frente a esse overbooking* de demanda de gás que irá haver, essa questão será novamente reportada, para a arbitragem da ANP até o final do ano.

Em relação ao gasoduto...

O SR. VIVALDO BARBOSA – Desculpe-me, Dr. Henri, talvez eu tenha perdido todo o conteúdo da discussão anterior a isso na imprensa. V. S^a poderia repetir? Qual é a divergência e qual é o arbitramento que a ANP fez? Divergência dos interesses de um lado...

O SR. HENRI REICHSTUL – Existe um conceito de desregulamentação de mercado tanto para a energia elétrica como para a energia em gás – e a origem vem do setor de energia elétrica – que diz que a transmissão tem que ser socializada. E havendo capacidade ociosa em transmissão de energia ou em transporte de gás, essa capacidade ociosa teria que ser ofertada no mercado. E quem regula e arbitra essas questões é a Agência Reguladora de Petróleo e Gás.

No caso do Brasil, é a ANP. Existe capacidade ociosa programada no gasoduto que vai ser preenchida pela demanda de térmicas. A transportadora fechou contratos de transporte com a Petrobras no montante da capacidade de transporte do gasoduto – são uns 30 milhões. E a Petrobras estimava que, em função dos projetos termoeletrônicos, iria exercer essa capacidade de transporte contratada. A ANP entendeu que haveria um espaço de 2 milhões de metros cúbicos que não seriam utilizados, e que haveria essa capacidade ociosa, que resolveu arbitrar – o que a Petrobras não reconheceu naquele momento, mas aceitou a arbitragem – para a British Gas, alertando que vai haver um problema de overbooking. É como vender espaço num avião para Nova Iorque, vendendo um pouco mais de assentos, imaginando que vai haver reservas que não vão ser confirmadas. De fato, há pessoas, no mundo do gás, que não necessariamente se comprometem com 100% do take or pay. Em alguns casos, tem-se 70% do take or pay. Então, pode haver alguma sobra de gás. Nós achamos que não vai ter; a ANP achou que vai ter. Nós aceitamos a arbitragem, porque vai haver outras arbitragens, vamos ter outras situações, isso faz parte do nosso mercado, é uma prática comum nos outros mercados também. Nós aceitamos a arbitragem, mas, em outros momentos, vamos querer outras coisas e esperamos que a ANP arbitre a nosso favor. Com o agravamento da crise energética e com a aceleração das térmicas, o overbooking é patente, e a ANP vai ter que arbitrar, lá na frente... Se a TBG honra ou não o seu contrato de transporte com a Petrobras e vai honrar a favor da British Gas. Vai ser um problema difícil de arbitrar. Na correspondência que tivemos com a British Gas e com a ANP, colocamos que esse problema poderia surgir e que, em função disso, vamos pedir uma arbitragem.

O SR. VIVALDO BARBOSA – A concepção de socialização – aliás, estou gostando de ouvir essa palavra nesses círculos – é para o uso, para a construção, porque a construção foi bancada pela Petrobras como propriedade sua...

O SR. HENRI REICHSTUL – Mas aqui há uma diferença entre a Petrobras e a transportadora. A transportadora vai receber a mesma tarifa, que receberia da Petrobras, da British Gas, caso haja esse transporte. Então, do ponto de vista da empresa TBG, que construiu o gasoduto e que está vendendo o transporte, está igual na conta dela, ela recebe a mesma tarifa da British Gas e da Petrobras. É complexo.

O SR. VIVALDO BARBOSA – – Baixa uma, baixa outra. Como é tudo Petrobras, a tarifa da Petrobras paga, não há maior diferença.

O SR. HENRI REICHSTUL – Não. Ela está fixada. Ela não tem baixa. Ela está calculada.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Desculpe-me, quanto a TBG pediu por esse arbitramento? Qual foi o conflito do valor? Quanto ela pediu pelo transporte?

O SR. HENRI REICHSTUL – Não é questão de preço, é só de quantidade. É um conflito de quantidade. O preço é dado. A TBG cobra um preço único, mas ela vendeu a passagem para a Petrobras, e a ANP estava olhando e falou: “Você vendeu a passagem para a Petrobras mas acho que a Petrobras não vai voar nesse dia.” Então, você é obrigado, também, a oferecer para o outro, para garantir uma co-competição na oferta de gás e para beneficiar o consumidor industrial brasileiro que, com isso, vai conseguir melhores preços e tarifas, no futuro. Com essa possibilidade de concorrência, com todos pagando o mesmo preço de transporte, quem sabe a British Gas não compra gás da Bolívia mais barato e traz mais barato para o consumidor brasileiro? O propósito, então, é bom e nobre nesse sentido. Existe uma disputa comercial. E questão tem a ver com o conceito de overbooking. Dado este programa aqui e com esta crise, já está patente. Portanto, a ANP terá que arbitrar.

O SR. VIVALDO BARBOSA – O conflito, então, não foi em torno de preço. Foi apenas em torno da...

O SR. HENRI REICHSTUL – Só quantidade.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Da disponibilidade.

O SR. HENRI REICHSTUL – Mas nós demos o PPA do transporte do gás, quando o gasoduto foi construído. Aquela empresa TBG chegou ao Banco Mundial e disse: “Quem vai transportar gás para bancar o custo desse financiamento e ter retorno, e eu poder receber o meu dinheiro em dólares?” A Petrobras, então, disse: “Olhe, eu dou o PPA, eu dou o contrato de compra”. Aliás, não é PPA; chama-se GSA no mundo do gás. Eu, então, fui lá e dei um “Firme” – eu tenho crédito, a Petrobras é uma empresa que tem crédito. Ela deu um “Firme” de um contrato de transporte de 30 milhões de metros cúbicos. A GTB foi lá no Banco Mundial e nos outros bancos e falou: “Já está fechado o meu negócio aqui. Posso construir o gasoduto e tenho quem vai transportar o gás. Em uma curva ascendente, que é conhecida. E está feito.” Então, comercialmente, é como se ocorresse o seguinte: a Eletrobrás dá um PPA para uma térmica qualquer, a US\$50 o megawatt. Ocorre uma crise de

energia e o preço vai para US\$200 no MAE. Então, a térmica fala: “PPA, vamos...” Não é bem exatamente assim, porque tem capacidade ociosa, mas “quero vender no MAE, e não queiro vender no PPA”. Não sei se a analogia é exatamente essa, mas é um pouquinho disso. Então, é complexo, porque há uma arbitragem a ser feita. Se não houvesse arbitragem a ser feita seria um impasse que podia terminar no Judiciário. Entendemos que havia uma arbitragem a ser feita.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite fazer uma observação sobre isso? Recordo-me que discuti, quando da constituição do gasoduto. É evidente que o conflito era natural, no instante em que a legislação brasileira permitiu que um player do tamanho da Petrobras construísse o gasoduto. Sou um defensor ferrenho do livre acesso – que é o que estamos discutindo aqui –, e, felizmente, no setor elétrico, estamos avançando a passos largos no livre acesso. Por isso, é fundamental a desverticalização. No setor elétrico, também avançamos muito na desverticalização. Então, Sr. Presidente, isso configura uma lacuna na legislação do gás, na medida em que não se pensou no que é natural, que seria a separação – embora V. S^a tenha dito que existe uma outra empresa, mas essa empresa é tão ligada à Petrobras, que é controlada pela Petrobras e recebeu o PPA da Petrobras. Ela é quase a Petrobras.

Então, a pergunta do Deputado faz sentido, na medida em que não conseguimos separar. E, certamente, não o fizemos por falta de investidores. Isso é natural da presença significativa da Petrobras no setor de gás. Creio que essa discussão é importante, porque permite que todos entendam a analogia do setor elétrico – V. S^a usou, algumas vezes, inclusive, o conceito PPA. No setor elétrico, estamos avançando bem no que se refere ao transporte. Acredito que o que houve foi um atraso da Aneel em fazer as licitações, porque os concorrentes estão aparecendo, a competição existe, e é diferente da produção, porque, lá, se faz com um conteúdo nacional muito grande. E o BNDES tem tido uma participação expressiva. Creio que, até hoje, o BNDES não se encontrou em produção de energia elétrica; tem uma aversão. Em que pese o desajuste do Presidente Gross, o BNDES não viabilizou nada de produção praticamente.

Era só essa observação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ HENRI REICHSTUL – Só para fazer um comentário. Também sou um defensor do livre acesso, só que, no caso do gás, é uma indústria infante, só há um gasoduto e só há um investidor – 49%

dos sócios da TBG são privados, mas não de ram PPA quando foram chamados a dar. Essa é a questão. Então, daqui para a frente, sim. Quer dizer, um sistema de livre acesso montado já em um sistema maduro, como o elétrico, que já tem transmissão, já está constituído, e as fontes são diferentes – nos Estados Unidos ou na Europa –, é possível. Agora, uma indústria infante, que está sendo criada... Quem vai investir um tostão em um primeiro gasoduto se não tiver certeza de que vai poder carregar 100%? Esse programa de gasoduto que está aí estamos com a definição de começar no dia 1º de julho. Esses de US\$1 bilhão têm uns US\$300, US\$400 milhões de gasodutos para compensar. Agora, dentro da regra de livre acesso, não vamos fazer, não podemos fazer, com limitações de participação. Vou entrar com 100% e vou só vou ter acesso a 40% do transporte? Tem que chamar: cadê o privado?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Mas temos que transformar o gasoduto em um negócio separado. É isso que, talvez, não estejamos conseguido. Na medida em que a tarifa do gasoduto ou dos gasodutos remunerarem dignamente o gasoduto, é de se esperar que surjam investidores; ou, então, não está sendo remunerado. Admitir que a Petrobras comprará todo o tráfego do gasoduto é o mesmo que admitir que não haverá competição nunca. E V. Sª está no pleno direito de Presidente competente de uma empresa que se habitua à competição. Isso é bom e demonstra que estamos, de alguma forma, com dificuldades e iniciando a competição num setor monopolista por lei, portanto, muito mais difícil de se estabelecer a competição que no setor elétrico.

O SR. HENRI REICHSTUL – Creio que atendi às expectativas. Se não, prometo fazê-lo quando da próxima vinda aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Agradecemos a presença do Dr. Henri Reichstul, que terá de se retirar, pois viajará para o Rio de Janeiro, onde tem compromisso nesta noite ainda.

Concedo a palavra ao Dr. Jerson Kelman para suas respostas e considerações finais.

O SR. JERSON KELMAN – Deputado Haroldo Lima, se eu tivesse afirmado, como V. Exª entendeu, que pouco importa quem é o dono da água, a sua veemência e a sua irritação teriam sido até pe que nas. O fato é que eu não disse que pouco importa quem é o dono da água. Isso está expresso na Constituição Federal. A água é domínio público. Portanto, cabe ao Governo administrar o uso da água dos rios. Ao contrário do Chile, que foi o exemplo de V. Exª. No Chile,

a água é um bem privado, como nos Estados Unidos. Aí sim, é possível, legalmente, ao indivíduo que tiver a propriedade da água defendê-la como se fosse sua terra, seu terreno. Entre nós, V. Exª conhece bem a Constituição Federal, não é assim. A Lei nº 9.433, a Lei de Recursos Hídricos, deixa muito claro que a água é um bem público, finito e deve ser utilizada em benefício da sociedade.

Por essa razão, a usinas hidrelétricas têm não um direito absoluto da água, mas uma outorga do direito de utilizar a água, uma autorização. Eu já havia dito que se tratam de coisas distintas; uma é a concessão pelo potencial hidráulico, concedida pela Aneel; e outra é a autorização para o uso do recurso hídrico. Até por ser dinâmica a ocupação da bacia hidrográfica, é razoável que, em algum momento, a sociedade opte por produzir mais alimentos pelo uso da água na irrigação que na produção de energia elétrica, já que há outras alternativas para a produção de energia elétrica. É razoável que seja feita essa opção. Por conta disso, a tal da energia de placa – a que corretamente o Deputado José Carlos Aleluia fez referência – é revisável a cada cinco anos.

E o que é energia de placa? É algo que, tecnicamente, recebe o nome de energia assegurada. Tal energia é como se fossem as cotas que aquela usina possui numa fictícia empresa chamada “hidroeletricidade do Brasil”. O que uma usina hidrelétrica fatura não se relaciona com quantos megawatts/hora aquela turbina produz. O que importa é quanto essa usina acrescenta de energia garantida ao sistema brasileiro. É claro que a energia garantida depende de dois fatores: de quanto a água pode ser disponível – por exemplo, se mais água montante for sendo utilizada para irrigação, diminui-se a energia garantida, e, por isso, há as revisões periódicas; em das restrições operativas dos reservatórios.

Com a crise que vivemos, muitas populações que habitam as vizinhanças dos lagos das hidrelétricas estão, com razão, inconformadas com o encolhimento dos lagos, porque é uma situação nova. Quer dizer, tem alguns reservatórios que nunca estiveram tão vazios na história, com tão pouca água.

Por isso, o perímetro molhado ficou distante, e isso causa uma série de problemas. Só que não há violação ao que tinha sido combinado antes. O que tinha sido combinado antes é que os reservatórios poderiam operar entre o máximo operativo e o mínimo operativo, e esse mínimo operativo não foi atingido ainda.

É razoável que a sociedade queira, por exemplo, dizer que não vai permitir que o lago X, o lago Y ou o lago Z diminuam tanto de nível, porque os prejuízos para a sociedade local são muito intensos. É razoável, mas, neste caso, será reavaliada a energia de placa; aquela energia assegurada, que dá o sinal do faturamento da usina.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Quero dizer da importância deste debate. O Deputado Haroldo Lima foi muito feliz ao abordar este assunto.

Da maneira como V. S^a apresenta, e com muito propriedade, defendendo o interesse público, deixaria a mim, como analista de investimento de um possível comprador da Chesf, numa situação de impossibilidade de cálculo, o que me levaria a oferecer um preço diferente do que vale. Não sei se V. Ex^a está me entendendo. Isso leva os meus amigos da Oposição a fortalecerem e muito a tese da inviabilidade da privatização. Você vai privatizar o quê?

Na medida em que você não privatiza o fluxo de água, diferentemente da proposta do BNDES e da Eletrobrás... O Dr. Firmino chegou a me dizer que iria assegurar por um período do mais longo. V. S^a está colocando na defesa do interesse público, que não pode ser diferente, uma impossibilidade de cálculo para a minha proposta de compra.

Se eu for contratado como engenheiro que fui para fazer análise de cálculo do valor presente da receita futura a ser paga pela Chesf pela concessão de vinte anos, porque não vou ser proprietário da Chesf, eu vou ter o direito de operar as instalações da Chesf por vinte anos ou por trinta anos.

O depoimento de V. S^a, que é muito preciso – parece-me correto –, coloca qualquer analista diante da impossibilidade de cálculo. E diante da impossibilidade de cálculo, o analista, para não perder o emprego, coloca um preço irrisório, o que mostra a inviabilidade de privatizar, sobretudo, um rio que passa no semi-árido e que tem crescentes usos múltiplos.

Gostei muito dessa colocação e foi por isso que fiquei no ponto do Deputado Haroldo Lima, que é um socialista e eu não sou marxista, contra a privatização, porque é inviável a privatização. V. S^a acabou de confirmar a inviabilidade.

O SR. JERSON KELMAN – Apenas queri dizer que o fato de que a energia assegurada da usina possa ser revisada de tempos em tempos não significa que nós todos, como sociedade, devemos, de uma maneira pouco estudada, decidir se a água deve ser alocada para outro uso ou não.

É claro que o que estamos dizendo é que, ao contrário do Chile, a empresa que comprar uma usina hidrelétrica não tem o direito assegurado definitivo por aquela água, porque a sociedade pode decidir que essa água tem melhor uso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não é um bem de raiz, mas é um bem temporário, é um direito temporário. Eu compro o direito temporário da água. Então, se compro o direito temporário do fluxo assegurado, quem for tirar o meu fluxo vai ter que me pagar, e, se eu quiser, como analista, calcular o preço da empresa, na melhor das hipóteses, chegamos a examinar isso junto a USP, como é que seria a escada decrescente do fluxo assegurado, para que alguém calculasse fluxo descontado e chegasse ao valor da empresa, a quanto vale o valor da empresa?

O SR. JERSON KELMAN – Permite-me responder a questão?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Câmara) – Pois não.

O SR. JERSON KELMAN – Gostaria de explicar o seguinte: essa situação de que o uso da água é sempre o direito de usar a água não é a propriedade da água, o que a nossa legislação assegura é que o usuário – e usuário pode ser uma usina hidrelétrica ou pode ser uma irrigação de frutos irrigados, tanto faz –, nos dois casos, que são investimentos palpáveis, a legislação assegura o direito de usar a água, e não a posse da água. V. Ex^a tem razão quando diz que isso traz alguma insegurança, porque o direito de usar água pode ser revisado periodicamente, tendo-se que fazer uma simulação de fluxo de caixa para chegar ao valor presente. Essa insegurança aplica-se a todas as atividades que dependam da água para produção, como fruticultura, indústria, navegação, assim como para o abastecimento urbano; todos estão na mesma condição. O setor elétrico não é privilegiado; não tem nem mais nem menos direitos, mas os mesmos direitos que os outros setores.

O que nós, como sociedade organizada, vamos procurar fazer? Não vamos procurar desestimular investimentos. Assim como queremos que quem fizer investimento em fruticultura irrigada tenha garantia de água, de igual maneira, quem fez o investimento em uma usina hidrelétrica tenha garantia de água para produzir energia. Para isso, a Agência Nacional de Águas está estabelecendo um sistema de outorga pelo uso do direito à água. Isto é, não é porque a água é um bem público que qualquer cidadão pode ir à beira do rio, colocar uma bomba e retirá-la. É preciso uma autorização, uma outorga; caso

contrário, aquele que investiu, seja em uma usina hidrelétrica ou em um fruticultura, pode ver seu investimento perdido porque alguém, rio acima, instalou uma bomba potente e secou o rio, citando um exemplo didático.

É uma faca de dois gumes. Se, de um lado, o investidor não tem o direito absoluto, por outro, está protegido, pela administração do rio, de que aventureiros rio acima não vão secar o rio, sem discussão com a sociedade, sem decisão governamental, apenas porque instalaram uma bomba. Isso não vai acontecer, porque há uma administração do rio montada pelo País. Temos os prós e os contras.

Não terminei a resposta ao Deputado Haroldo Lima e não sei se poderia prosseguir.

O Deputado Haroldo Lima também fez referência ao fato de que, na década de 90, o crescimento do consumo foi o dobro do crescimento da demanda. Deputado, de acordo com os dados da Aneel, não é assim. Valeria a pena V. Ex^a refinar esses cálculos, porque, no nosso entender, não estão corretos.

O SR. HAROLD LIMA – É quase o dobro. São 5% e, o outro, 3%.

O SR. JERSON KELMAN – São 44% e 33%.

Deputado, deixe-me dizer da minha grande frustração na sua intervenção. Sou professor de pós-graduação em Engenharia há quase 30 anos. Como V. Ex^a é engenheiro elétrico, vai compreender o que direi a seguir. A sua argumentação é absolutamente correta quando diz que um reservatório é como uma caixa-d'água, que tem uma entrada – vamos imaginar uma torneira – que depende da natureza, ou seja, a quantidade de água depende da quantidade de chuvas. Mas a saída da água depende do quanto fechamos ou abrimos uma torneira no fundo dessa caixa-d'água que esvaziava. Então, não dá para examinarmos a evolução do nível dessa caixa-d'água – o reservatório de Sobradinho de que falei na minha apresentação –, sem entender direito se estamos abrindo a torneira demais.

V. Ex^a tem toda razão e, por isso não apresentei isso aqui. Não apresentei a evolução do estoque de água do reservatório de Sobradinho, o que se verificou. Estou um pouco frustrado com minha capacidade didática, por que apresentei uma versão do diagrama de Ripel, que V. Ex^a, como engenheiro, há de conhecer, elaborada em 1883; trata-se de um estudo puramente hidrológico, que não nada a ver com a demanda. Ou seja, o que abre essa torneira fictícia no fundo da caixa-d'água é alguma coisa que maximiza a vazão garantida desse reservatório. Então, é um

estudo que não tem nada a ver se a demanda foi grande ou pequena.

Por que apresentei esse estudo? Para tentar, de alguma forma, trazer luz à discussão de qual é o aspecto hidrológico envolvido nessa questão. Analisei o ponto de vista hidrológico, no caso de Sobradinho. Repito que sou PhD em Hidrologia e coloco meu diploma em jogo. A seca por que está passando o rio São Francisco, do ponto de vista do registro histórico de vazões desse rio – e não estou dizendo que essa é a pior seca do Nordeste –, ou seja, da série histórica de 70 anos do rio, significa um novo período crítico. V. Ex^a, como engenheiro elétrico conhece que o período crítico é aquele em que se dão as condições de estresse do sistema. Temos um novo período crítico, isto é, temos um recorde histórico.

Esta seca, sob o ponto de vista de produção de energia elétrica, no caso do rio São Francisco, é pior do que qualquer outra já registrada. Não estou falando isso sob o ponto de vista de irrigação ou de ocorrência ou não de chuva, mas sob o ponto de vista fluvial. Não posso fazer a mesma afirmativa quanto ao exemplo que dei do Rio Grande. Não é a pior do histórico. Trouxe apenas um pouco de luz, com um exemplo puramente hidrológico, que desconsidera se foram realizados ou não investimentos. Foi apenas uma informação – digamos – de livro-texto de engenharia. Perdoem-me um pouco a ênfase no que eu quis dizer.

Peço permissão para terminar a minha intervenção, pois houve muitos questionamentos. Já que estou com a palavra, aproveito a oportunidade para falar um pouco sobre matriz energética.

Primeiramente, o Brasil sempre foi hidrotérmico, mas uma característica se tornou forma: quando os reservatórios estão cheios ou vertendo, não há sentido gastar combustível, se podemos gerar energia com água. Não há lógica. No entanto, quando os reservatórios começam a esvaziar, chegando a um certo nível crítico, ligam-se as térmicas para economizar água. Essa foi a lógica de operação dos nossos sistemas durante muitas décadas, e o senhor sabe disso muito bem.

Como o Deputado José Carlos Aleluia disse – creio que foi o Deputado Aleluia – essas novas térmicas, que são take or pay, ou seja, que devem ser utilizadas continuamente, criam uma restrição operativa complicada para essa noção. Num País em que há muita energia renovável e hídrica, é complexo entendermos e aceitarmos isso, porque, sem nenhum questionamento, há a urgência de uma opção térmica

a curto prazo – seria loucura imaginar algo diferente. Entretanto, a médio e longo prazo, quando nos debruçarmos sobre matriz energética, sobre as opções energéticas, perceberemos que ainda há – estou extravasando um pouco e dando uma opinião de engenheiro – muitas opções hidráulicas, que é uma energia renovável, cujo empreendimento dura cem anos, ao passo que uma térmica dura menos tempo. Quando se compara o valor real por megawatts/hora, há muita influência com a taxa-desconto. Ao olharmos um horizonte de 100 anos, essa taxa-desconto poderá causar um efeito absolutamente devastador para um lado ou para o outro.

A minha observação final é a de que o setor elétrico brasileiro, que sempre demonstrou competência, atuará, mais uma vez, dessa maneira, para examinar a alternativa hidráulica à luz dessas considerações, que se referem a obras realizadas no Brasil, principalmente obras civis, com duração de 100 anos, utilizando uma energia renovável, que, portanto, não é nociva ao efeito estufa, apesar de, naturalmente, causar efeitos ambientais locais. Trata-se de uma questão complexa que não mereceria um descarte apenas porque estamos enfrentando essa crise.

Termino as minhas considerações, dizendo que, se o Brasil fosse um País do tamanho do Estado do Rio de Janeiro – citando o meu Estado –, seguramente a opção puramente ou quase inteiramente hidrelétrica seria impossível, porque, quando a seca atinge e esvazia os reservatórios, todos os reservatórios daquela região se esvaziam. No entanto, como o Brasil tem uma dimensão continental, é possível tomarmos partido da diversidade hidrológica, desde que, naturalmente, haja linhas de transmissão que consigam escoar as energias de diferentes regiões por conta dessa diversidade.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr. Kelman.

Tenho uma opinião acerca desse assunto que foi abordado. É evidente que se trata da opinião de um leigo no setor, mas conhecedor de outra área. Uma forma de se resolver o impasse surgido aqui seria remunerar o investidor pela capacidade instalada e não pela água que ele usaria ou pela energia que produziria, como é o caso das termoeletricas. Quem for investir em termoeletricas, vai querer ser remunerado, até porque, quando houver água – conforme V. S^a falou há poucos instantes –, optará pela geração de energia por meio das hidrelétricas, e as termoeletricas ficarão, evidentemente, paradas. Portanto, o investidor em termoeletrica também vai querer ser re-

munerado em virtude da capacidade instalada e não daquilo que ele produz de energia ou do que usa do gás. Essa é uma opinião de quem estava apenas escutando. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Dr. Afonso Henriques.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Deputado José Carlos Aleluia, começarei respondendo às suas indagações, porque o Deputado Fernando Ferro não está presente. No entanto, seguirei a sugestão do Deputado Fernando Ferro, que disse que devemos ser mais humildes. Começarei sendo humilde.

Fui um péssimo professor na minha explanação, porque programei equivocadamente, talvez tenha definido o alvo errado e não concluí a minha exposição, o que acabou acarretando prejuízo.

Apresentar o plano empresarial, como a Petrobras está fazendo, é bem diferente de demonstrar o planejamento. Ative-me muito – já disse isso – ao título da reunião de hoje: “Estudar as causas da crise de abastecimento de energia elétrica no País bem como propor alternativas ao seu equacionamento”. Essa era uma visão conceitual, com a qual venho trabalhando – com alguma contribuição ao seu projeto – com relação ao planejamento.

O planejamento decenal, a principal atribuição da Secretaria de Energia, deve incorporar novos paradigmas e ter outros procedimentos – transparência, participação, envolvimento de áreas dispostas ao lado como questão ambiental, a exemplo do caso da água. Caminhei muito nessa linha, partindo de uma consideração: pelo fato de esses conceitos não terem sido suficientemente incorporados, encontramos sérias dificuldades para materializar o programa prioritário da termoeletrica. Tivemos problema com Carioba e com as demais, fazendo com que elas saíssem de São Paulo e fossem para o Rio de Janeiro, onde a aceitação ambiental é muito maior.

Não teria números para apresentar a V. Ex^{as} sobre o planejamento – que chamamos, no âmbito da crise, de ação ultraemergencial, referente a este período até dezembro; ou de curto prazo, que vai até o fim do próximo ano – nem mesmo o plano decenal, que me cabe na qualidade de Secretário de Energia. As ações ultraemergencial e de curto prazo estão sendo coordenadas pela Câmara de Gestão da Crise Energética e ainda não estão prontas. Amanhã mesmo, haverá reunião que durará o dia inteiro para tratar da questão ultraemergencial.

V. Ex^a tem razão. A Câmara deve apresentar, quando estiver materializado o plano ultraemergencial

e o de curto prazo, ou seja, aquele que se refere até o fim do próximo ano. Quanto ao plano decenal, que me cabe e que é estrutural e não conjuntural, será, em grande parte, consequência do Projeto de Lei nº 2.905, que emanará desta Casa e das decisões do Conselho Nacional de Política Energética. A esse fiquei prendendo-me mais, porque diz respeito ao futuro.

Precisamos reconhecer que térmica a ciclo aberto destina-se, infelizmente, a essa crise. É lógico. Mesmo a térmica a ciclo combinado é uma opção interessante, mas não é o uso mais nobre para o gás – o mais nobre é relativo ao processo industrial e ao GNV, o gás natural veicular. Numa visão estrutural para este País, é preciso pensar desse modo, levando em consideração o que chamei de Planejamento Estratégico Ambiental ou Avaliação Estratégica Ambiental. Prendi-me muito nesse posicionamento de 10 anos para frente. Então, penitencio-me. Não soube conduzir adequadamente a discussão.

O Deputado Fernando Ferro afirmou que o CNPE deveria estar permanentemente reunido. Na verdade, a Câmara de Gestão da Crise Energética foi oriunda da última reunião do CNPE, na qual se detectou que a questão era absolutamente séria e o referido encontro não tinha o objetivo de tratar de política, mas deveria ser executivo. Desse modo, constituiu-se a mencionada Câmara, com poderes executivos bastante fortes e da qual faz parte grande número dos membros do CNPE. A Câmara de Gestão da Crise Energética é consequência do CNPE.

Portanto, ficou resolvido o racionamento. Haverá reunião em julho para deliberar sobre temas estruturais – Angra III, importação, Usina de Belo Monte e o resultado ou o impacto do Projeto de Lei nº 2.905 sobre a nossa matriz energética. Esses assuntos serão tratados no CNPE numa visão de médio para longo prazo.

Fala-se muito na ação da Petrobras, que tem tido um papel essencial na crise. Como bem disse o Presidente Henri Philippe Reichstul, ela não rasga nota de R\$1mil – está fazendo isso como negócio e em parceria com vários agentes da iniciativa privada. Não falou disposição a investir no setor. Penso que tivemos uma série de problemas que geraram incertezas. O problema do gás, não pelo gás em si, mas porque estava atrelado ao petróleo, e o petróleo está em um mercado absolutamente incerto: sai de 10, vai a 35; desce a 20, vai a 27, isso gera incerteza. A própria questão da nossa moeda gera incerteza. E as outras que já colocamos, como a questão ambiental. Então, há, sim, muitos agentes interessados em investir e in-

vestindo, Emro, El Paso Energia Amazonas, Gerasul, junto com a Petrobras ou sozinho. Isso precisa ser bem colocado.

O Deputado Vivaldo Barbosa falou das obras paralisadas, das obras de que o Governo Fernando Henrique cassou a concessão. Na verdade, Deputado, as obras estavam paralisadas sem equacionamento financeiro, não havia esse equacionamento. Saiu, então, em função das Leis nº 8.987 e 9.074, em seguida o Decreto nº 1.717, que colocou um prazo para que aqueles que detinham a concessão apresentassem um plano de conclusão e com o envolvimento da iniciativa privada, porque elas eram estatais sem condição de captação na época. Foi assim feito, e dessas 22 obras, 15 já estão funcionando. Colocamos Machadinho, colocamos Funil, que está em andamento, colocamos Serra da Mesa, Itá, Dona Francisca, etc., em tão temos que das 22, 15 ou 16 já estão funcionando, algumas não têm nem viabilidade mais ambiental e outras eram absolutamente obras pequenas, como Pai Joaquim, que é uma obrzinha de 20 ou 30 megawatts da Cemig, que inclusive está sendo modificada de concessão de serviço público para produção independente. Na verdade, equacionou-se e resolveu-se o problema dessas 22 obras, e não como o senhor colocou, que elas foram absolutamente canceladas. Não, foram equacionadas e resolvidas.

Com relação ao anexo V, confesso ao senhor que é de difícil compreensão, por vários motivos: têm que se interpretar não só anexos, mas tem que se ler todo o contrato, e eu preferia não me pronunciar sobre essa questão, por que ela está sendo analisada no âmbito da Câmara, e temos a participação nessa análise. Assim, qualquer ponto de vista que eu expusesse aqui poderia comprometer essa conclusão final.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Desculpe, é analisada no âmbito da Câmara de Energia?

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – É, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Desculpe, é que a Câmara nós estamos aqui...

O SR. VIVALDO BARBOSA – Não, perfeito, da Câmara da Crise.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Certo? Bom, mas está sendo discutido. Como eu já disse, buscou-se uma mediação entre as partes, não tendo sido conseguido, então isso aí vai... deve ter alguma arbitragem.

Agora, Deputado Vivaldo Barbosa, com relação aos 20%, por que 20%? É bom analisar o seguinte: se eu disser aqui que foi coincidência, parece estranho,

mas na verdade os 20% não são 20%. Os 20% de que estamos falando querem dizer que as pessoas têm que reduzir o seu consumo a 80% do consumo do ano passado. Oitenta por cento do consumo do ano passado é uma redução de carga hoje bem maior do que 20%, talvez 24 ou 25%.

Portanto, o número, na verdade, não é 20%, e quem propôs esse número é o Operador Nacional do Sistema. Euto meiposse na secretaria faz dois meses e meio ou três. E quando começamos a discutir a questão do racionamento, o número girava de 10% a 15%, porque a hidrologia poderia reverter, ela estava ruim, mas poderia reverter. À medida que a hidrologia foi se mostrando pior ainda do que estava, esse número foi crescendo: de 10% virou 15%, de 15% virou 17%, de 17% virou 20%, foi crescendo esse número. Porque realmente houve uma reversão na curva da hidrologia fantástica. Quem propôs, portanto, quem tem o dever, inclusive, de pedir esse corte, esse contingenciamento de carga, é o Operador Nacional do Sistema.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Foi o ONS que fez a proposta?

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Exatamente, ele é que estabeleceu qual é a meta de corte.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Agora, o contrato, como V. S^a disse antes, foi ditado pela Aneel.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Exatamente. Os 20% que estão no contrato foram fixados pela Aneel. Agora, os números são próximos, poderiam até ser interpretados como coincidentes. Mas digo para V. Ex^a que não é, porque estamos tomando como base o ano passado, até o próprio crescimento do mercado é maior, mas esse número foi casualidade mesmo. E vou dizer-lhe mais: o anexo V foi ter um maior enfoque há dois meses atrás, praticamente. Eu próprio, que era da Aneel durante três anos, como diretor, fui me prender a sua leitura, a sua interpretação há exatamente um mês e meio ou dois, quando estive em uma reunião no Rio de Janeiro com o Dr. Mário Vieira.

Inclusive, foi a primeira vez que me foi colocada a percepção da coincidência. Até me espantei. Fiquei surpreso, pois não é uma coincidência boa para nós.

Deputado Haroldo Lima, concordo com V. Ex^a. O problema não é a técnica, não são os técnicos competentes, mas os princípios errados. Não acredito que o princípio errado esteja em equilíbrio fiscal. E defendo isso. Discordamos um pouco nesse ponto. Princípios errados é não considerar certas eficiências

que posso ganhar com a privatização, portanto, os custos reduzem, o planejamento, que fiz fica contável, é não colocar externalidades ambientais que, cada dia menos, são externalidades e cada dia mais devem ser embutidas na concepção do projeto. Não digo isso para agradar o Deputado Fernando Gabeira. S. Ex^a sabe disso. É uma convicção que tenho. E penso que o Governo tem dado demonstrações a respeito.

O setor elétrico sempre teve domínio sobre a água porque detinha o capital. E se detinha o capital, então tinha o domínio sobre a água. Quando se arrisca, quando o Governo propõe a criação de uma Agência Nacional de Água e a separa do setor elétrico, é difícil para o setor elétrico. Foi duro e muito forte para o setor elétrico. E foi uma grande conquista para a sociedade, resultante, evidentemente, de princípios da Constituição Federal. Mas, ao fazer isso, conquistamos, evoluímos no sentido de participação, no sentido de envolvimento dos vários vieses, dos vários interesses da sociedade. No entanto, cada dia torna-se mais difícil planejar em função disso. Não se iluda. Era fácil para o regime militar planejar. Muito fácil. Planejava e executava no cacete. Não é o que eu quero. Minha visão é absolutamente de negociação. Planejamento deve refletir os interesses da sociedade e, evidentemente, os objetivos do Governo, que foi eleito com voto direto e legítimo.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, em determinado momento cheguei a me arrepender da pergunta que fiz ao Kelman, mas depois fiquei satisfeito, porque a discussão com relação à racionalização da água foi salutar. Creio que toda essa dúvida desapareceu no momento em que surgiu a possibilidade de privatização das geradoras. Nesse ponto – claro – surgiu o problema de dizer que alguém que vá comprar quer ter água suficiente que justifique a sua capacidade instalada. Ninguém comprará se não houver isso. A partir daí – na minha opinião – é que surgiu o problema. Mas o que quero dizer é que os problemas de uso múltiplo vão surgir até com as empresas de geração estatais. Em algum momento, não sei qual será, as empresas estatais serão obrigadas a reduzir a sua capacidade de gerar porque será de cidi do que o mais importante é produzir alimentos, é navegar, etc.

Portanto, desse ponto de vista, Deputado – não quero entrar na parte filosófica ou ideológica de que a geração deve ficar ou não com o Estado –, os problemas serão semelhantes. Quando o Ministro Fernando Bezerra nos levou aos Estados Unidos a fim de observar o sistema de transposição, pude verificar que a

transposição começou – e já foi um caso diferente – com 70% destinado à agricultura. Atualmente, 70% já é destinado para o abastecimento humano, pois as populações vão crescendo. Dessa forma, não é esse perfil que vai determinar ou não a modificação no uso. E para representar a vontade da sociedade naquele momento, qual utilização mais importante, devemos estar baseados no nosso órgão regulador. É um ponto que considero fundamental.

Não ficaria satisfeito se não dissesse – e tenho muitos amigos na Chesf, considero a empresa eficiente, com ótimos engenheiros – que dificilmente alguém poderia ser tão autoritário com relação à água do rio São Francisco como a Chesf, como empresa estatal. Todos sabemos, até a Coelba sabe disso, quanto tempo lutamos a fim de que não fosse a maior distribuidora de energia elétrica da Bahia. Aquela empresa não abria mão de ser a maior distribuidora de energia elétrica da Bahia. Possuía dez consumidores e 40% da energia. E nós, coitados, que tínhamos, naquela época, mais de um milhão de consumidores, tínhamos 50%, aproximadamente, porque 10% eram da Copene. Então, eu quero dizer que uma empresa estatal também foi muito autoritária. Graças a Deus, essa cultura está mudando, não sei se por influência do que está acontecendo no País, mas está mudando.

De modo que eu não quero entrar nessa discussão do problema mais de natureza filosófica da distribuidora etc. O que eu quero dizer é que os problemas de uso múltiplo da água surgem e precisam ser resolvidos, independentemente de que tipo de empresa. Agora, é evidente que, na hora de se vender uma empresa, aí sim, eu estou perfeitamente de acordo com esse tipo de preocupação. Se formos vender uma empresa, é preciso que ela saia exatamente que tipo de liberdade ela terá para utilizar a água; senão ficaremos na obrigação de, num determinado momento, querermos mudar o uso da água para uma determinada finalidade e não poderemos, porque fizemos um contrato malfeito.

O SR. FERNANDO GABEIRA – É o que está acontecendo com o alumínio agora. Nós temos condições de reduzir, mas os contratos estão lá e não se quebram os contratos.

O SR. HAROLDO LIMA – Sr. Presidente, eu gostaria de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, o Deputado Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA – Senador Paulo Souto, a opinião que eu tenho não sob o ângulo filosófico ou ideológico, mas do ponto de vista eficaz, do ponto de

vista efetivo, é de que há essa possibilidade de negociar com uma empresa os múltiplos usos da água desde que a empresa seja estatal. É possível negociar, por exemplo, a diminuição do fluxo da água que turбина a sua usina. Se não for estatal, é difícil. Por isso que em nenhum lugar do mundo se faz privatização de grandes hidrelétricas; isso não existe.

O SR. PAULO SOUTO – Mas a estatal também terá um prejuízo se nós determinarmos que ela deve reduzir a geração.

O SR. HAROLDO LIMA – Ela terá também. Mas, por exemplo, 70% ou mais da água da Chesf é para gerar energia elétrica... é possível, porque a Chesf é estatal, quebrando seu autoritarismo, e pode reduzir de 70% para 60%, para 55% etc. Isso é possível em perspectiva, para dar outros usos à água. Se a Chesf for de propriedade espanhola, eu quero ver reduzir hoje de 70% para 60% o uso da água.

O SR. PAULO SOUTO – Se o contrato não estabelecer. Nós temos que ter cuidado. Se houver isso, temos que estabelecer claramente um nível de utilização da água.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Não havendo mais nada a tratar, vou encerrar a presente reunião, agradecendo a presença de todos, especialmente dos nossos expositores.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h45min.)

6ª Reunião Realizada em 20-6-01.

Às dezoito horas e quarenta e nove minutos do dia vinte do mês de junho do ano de dois mil e um, na sala de reuniões nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Paulo Souto, Heloísa Helena, Paulo Harthug, Alberto Silva, José Fogaça, Nabor Júnior, José Agripino, Carlos Patrocínio e Sebastião Rocha e Senhores Deputados Fernando Ferro, Airtton Dipp, João Caldas, Rose de Freitas, Salatiel Carvalho e Clementino Coelho membros, reúne-se a Comissão Especial Mista criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, informando que presente reunião era de caráter administrativo, sendo que iriam apenas apreciar o item 1 da pauta. A Presidência indica como Relator Ad-hoc o Deputado do Sala-

tiel Carvalho, que assumiu o cargo. A seguir foram colocados em discussão e votação os seguintes requerimentos que foram aprovados, a saber: nº 17 de autoria dos Deputados Fernando Ferro e Luciano Zica, requerendo que sejam convidados a debater nesta Comissão as representações da CONTAG, CUT e FORÇA SINDICAL; nº 18 de autoria dos Deputados Salatiel Carvalho e Fernando Gabeira, requerendo que seja convidado o senhor Luis Octávio Koblitis, da Escola Politécnica de Engenharia de Pernambuco; nº 19, de autoria do Deputado Salatiel Carvalho, requerendo sejam convidados o Dr. Gilmar Ferreira Mendes, advogado Geral da União, o Dr. Everardo de Almeida Maciel, Secretário da Receita Federal, o Dr. Cláudio Avila da Silva, Presidente da ELETROBRAS e Dr. José Mário Miranda Abdo, Diretor da ANEEL; nº 20 de autoria do Deputado Clementino Coelho, requerendo que sejam convidados o Dr. Raymundo José Santos Garrido, Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e Dr. Jerson Kelman, da ANA; nº 21 de autoria do Deputado Fernando Gabeira, requerendo seja convidado o Dr. José Guilherme Almeida dos Reis, membro da Câmara de Gestão da Crise de Energia; nº 22 de autoria do Deputado Fernando Gabeira, requerendo seja convidado um representante da Câmara de Gestão da Crise de Energia para explicar o anexo cinco dos contratos de venda de energia elétrica entre as empresas geradoras e as distribuidoras; nº 23 de autoria do Deputado Fernando Ferro, requerendo sejam convidados os Presidentes da ANEEL, da ELETROPAULO e da Comissão Estadual de Serviços Públicos do Estado de São Paulo para comparecerem a esta Comissão com o fim de esclarecer as causas da pane que ocasionou por mais de uma vez a suspensão dos serviços de energia na cidade de São Paulo, no dia 10 de junho de 2001, bem como as providências tomadas de forma a evitarem interrupções não programadas; nº 24 de autoria do Deputado Clementino Coelho, requerendo sejam convidados os Senhores Fernando Arronte Villegas, Presidente da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, Michel Gaillard – Presidente da Light, José Ignácio Lázaro – Diretor-Presidente da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, Pedro Nereu da Peres – Presidente da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN e Fernando Noronha Leal – Presidente da Espírito Santo Centrais Elétricas S/A – ESCELSA, a fim de prestarem esclarecimentos sobre quais foram os investimentos que as Distribuidoras fizeram para geração de energia elétrica e de quanto foram os valores, dos lucros e dividendos, remetidos ao exterior;

nº 25 de autoria de Deputado Clementino Coelho, requerendo sejam convidados os Senhores Roberto Pereira d'Araújo – Diretor da ILUMINA, José Mário Miranda Abdo – Diretor-Geral da ANEEL e Eduardo José Bernini – Presidente do Comitê Executivo do MAE, a fim de discutir a conveniência do MAE em operar dentro desta anormalidade de oferta e demanda de energia elétrica no País; nº 26 de autoria do Deputado Vivaldo Barbosa e outros, requerendo a requisição dos contratos e todos os seus anexos celebrados entre o Governo Brasileiro, através da ANEEL e da ELETROBRÁS – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ITAIPU – Binacional S/A, ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A e as Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica envolvendo concessões e vendas de energia elétrica e outras disposições; nº 27 de autoria do Deputado Fernando Ferro, requerendo a realização de Audiência Pública, convidando a prestar esclarecimentos a esta Comissão, representantes do INPE e do Instituto Nacional de Meteorologia, para apresentar elementos sobre as regiões climáticas, regimes de chuvas nas diversas regiões do País e sobre o racionamento e o nº 28 de autoria do Deputado Salatiel Carvalho, requerendo seja indicado à Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica a adoção da seguinte providência, como ato de Gestão, na área de concessão de Furnas Centrais Elétricas: o início imediato das obras de repotencialização das Usinas Térmicas de Campos, São Gonçalo e Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às vinte horas e quarenta minutos, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambráia) – Havendo número legal declarado aberta a 6ª reunião da Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, e nomeio Relator ad hoc o Deputado Salatiel Carvalho. Esclareço que a presente reunião é de caráter administrativo e destina-se à apreciação e votação de requerimentos.

Conforme a pauta distribuída, haverá também uma discussão a respeito da programação de visitas que serão realizadas em julho, mas esse assunto tem que ser discutido, há um número pequeno de Parlamentares

res em plenário, então deixaremos para a próxima reunião, provavelmente amanhã.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, realizada no dia 19 do corrente mês.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, solicito a dispensa, pelo prévio conhecimento da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Por solicitação do Deputado Fernando Ferro, está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Em votação a Ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Está aprovada a Ata da reunião anterior.

Indago à Secretaria se existem expedientes recebidos a serem lidos. (Pausa)

Não existem, salvo os requerimentos apresentados à Comissão.

Há vários requerimentos, cuja maioria, quase a totalidade, se refere ao convite de autoridades, de estudiosos, do Governo, para o comparecimento a esta Comissão em audiência pública.

Vou colocar em votação os requerimentos em bloco.

A algum Parlamentar que queira encaminhar a votação, principalmente o autor, será concedida a palavra. Após a leitura de algum requerimento, se algum Deputado quiser propor sua votação em separado, e não em bloco, também poderemos discutir.

O primeiro requerimento é de autoria dos Deputados Fernando Ferro e Luciano Zica, requerendo que sejam convidadas a debater nesta Comissão as representações da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, da Força Sindical e da CUT, para refletir sobre os impactos do racionamento, sobre o emprego e as condições de trabalho no País.

Vou ler todos os requerimentos e depois farei a indagação aos Srs. Deputados.

Outro requerimento é dos Deputados Salatiel Carvalho e Fernando Gabeira, que solicitam seja ouvido o Sr. Luiz Otávio Coblitz, Professor da Escola Politécnica de Engenharia de Pernambuco acerca da crise de energia que assola o País.

O terceiro requerimento é do Deputado Salatiel Carvalho, que solicita sejam convocados o Sr. Gilmar Ferreira Mendes, Advogado Geral da União, o Sr. Everardo de Almeida Maciel, Secretário da Receita Federal, o Sr. Cláudio Ávila da Silva, Presidente da Eletrobrás, e o Sr. José Mário Miranda Abdo, Diretor

Geral da Aneel, para comparecerem a esta Comissão a fim de prestarem esclarecimentos, no âmbito das respectivas Pastas, sobre a crise de energia elétrica. Convocação para serem ouvidos em audiência pública.

Requerimento do Deputado Clementino Coelho, que solicita sejam convidados para audiência pública os Srs. Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, com a finalidade de discutir as causas da crise de abastecimento de energia no País, propor alternativas ao seu equacionamento, bem como debater o multuso das águas e gestão dos recursos hídricos da Bacia do Rio São Francisco no contexto do semi-árido nordestino.

Requerimento do Deputado Fernando Gabeira, requerendo realização de audiência pública com o Sr. José Guilherme Almeida dos Reis, Economista, chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Membro da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Requerimento do Deputado Fernando Gabeira. Requer a realização de audiência pública com representante da Câmara de Gestão da Crise de Energia para explicar o Anexo V dos contratos de venda de energia elétrica entre as empresas geradoras e as distribuidoras.

Requerimento do Deputado Fernando Ferro. Requer sejam convidados os Srs. Presidentes da Aneel, da Eletropaulo e da Câmara Estadual do Serviço Público do Estado de São Paulo para comparecer a esta Comissão com fim de esclarecer as causas da pane que ocasionou por mais de uma vez a suspensão do serviço de energia na cidade de São Paulo, no dia 10 de junho de 2001, bem como as providências tomadas de forma a evitar interrupções não programadas.

Requerimento do Deputado Clementino Coelho. Solicita que sejam convidados os Srs. Fernando Arronte Vignegas, Presidente da Companhia Energética de Pernambuco, Michel Gaillard, Presidente da Light, José Ignácio Lázaro, Diretor-Presidente da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, Pedro Nebreda Peres, Presidente da Companhia Energética do Rio Grande do Norte, e Fernando Noronha Leal, Presidente da Espírito Santo Centrais Elétricas, a fim de prestarem esclarecimentos, em audiência pública nesta Comissão, sobre quais foram os investimentos feitos pelas distribuidoras para energia elétrica e de quanto foram os valores dos lucros e dividendos emitidos para o exterior.

Requerimento do Deputado Clementino Coelho. Solicita sejam convidados os Srs. Roberto Pereira de Araújo, Diretor do Ilumina, José Mário Miranda Abdo, Diretor da Aneel, e Eduardo José Bernine, Presidente do Comitê Executivo do MAE, a fim de discutir a conveniência do MAE em operar dentro dessa anormalidade de oferta de demanda de energia elétrica no País.

Requerimento encabeçado pelo Deputado Valdo Barbosa. Requer que sejam requisitados para os trabalhos desta Comissão os contratos e todos os seus anexos celebrados entre o Governo brasileiro, através da Aneel, da Eletrobrás, Furnas, Chesf, Itaipu e Eletronorte, e as empresas distribuidoras de energia elétrica, envolvendo concessões e venda de energia elétrica e outras disposições.

Requerimento dos Deputados Salatiel Carvalho e Fernando Gabeira. Requerem, nos termos regimentais, seja indicada à Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica a adoção da seguinte providência como ato de gestão na área de concessão das Centrais Elétricas de Furnas. É a formalização da proposta apresentada pelo Deputado Salatiel Carvalho na última reunião desta Comissão. A providência: o início imediato das obras de repotencialização das usinas térmicas de Campos, São Gonçalo e Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro.

Esses são os requerimentos que submeteremos à votação da Comissão.

Indago aos autores dos requerimentos se desejam encaminhar a votação das suas proposições.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, não seria propriamente um encaminhamento de votação, mas, pela proximidade do recesso, por comodidade e pelo grande número de pessoas convidadas, em diversos requerimentos e por assuntos diversos, por vários motivos ou motivos diferenciados, a participação dessas audiências, sugiro que, quando da convocação das pessoas cujos requerimentos foram aprovados, tais convidados viessem já para tratar dos assuntos pelos quais estão sendo convocados. Caso contrário, estaremos realizando várias audiências com as mesmas pessoas.

Creio que se poderia, talvez, fazer uma audiência que contemplasse... Por exemplo: José Mário Abdo está sendo convocado, salvo engano, para duas ou três iniciativas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – O Presidente da ANA está sendo reconvocado.

Em uma de nossas reuniões ficou acertado que o Relator faria essa consolidação, para evitar repetição das convocações.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Com a palavra o Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – O Presidente da ANA está sendo reconvocado porque o requerimento que apresentamos convocando o Sr. Djelson Kelner foi apresentado há mais de duas semanas. É que estamos votando somente agora. Naquele momento em que apresentamos, não havia qualquer requerimento convocando-o para dar explicações.

Penso que ele já deu as explicações, mas tenho impressão de que a questão da crise energética no Nordeste está se agravando. O Presidente ontem reuniu os governadores para dizer que no Nordeste a questão é mais do que crítica, é de guerra, e deu várias explicações. Sua Excelência está pedindo mais mil megawatts, e não entendi se são os megawatts que Sua Excelência não pode tirar, no segundo semestre, do alumínio por que não quer e temos que fabricar mil, ou se são mil megawatts adicionais a esses que precisam vir da Região Norte. Para poderem vir de lá, é preciso cortar mais do que 25% nas eletrointensivas de alumínio do Norte.

Assim sendo, penso que a questão da energia está mais grave no Nordeste do que no Sudeste, muito mais graves as seqüelas, as consequências, então precisamos enfocar um pouco a questão da gestão. Nesse sentido, penso importante, mesmo o Presidente da ANA ter vindo aqui, o Dr. Garrido, Secretário-Geral de Recursos Hídricos, estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Está no requerimento.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Será feita essa convocação.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Penso que a sugestão do Deputado Fernando Ferro é muito oportuna e acho até que a relatoria, ouvindo alguns Deputados, poderia priorizar.

Entendo que a questão do MAE hoje é uma das mais importantes. O cidadão de uma favela do Recife vai economizar energia que vai ser vendida pela hiberdólar a R\$700. Isso significa dizer que a população vai estar economizando energia, fazendo um grande sacrifício numa vida já sofrida para o espanhol vender a economia que ela fez por R\$700.

A Aneel fez uma intervenção, recomendou o cancelamento do contrato. E há alguns puristas, uns fundamentalistas de mercado defendendo que o contrato é sagrado. Mas esse contrato pode ter um vício de origem. Está nos jornais de hoje que toda essa parafernália, todo esse desastre energético tem como fundamento a contratação – disso o Deputado Fernando Ferro já falava há muito tempo – de uma empresa inglesa que de recursos hídricos não entende nada. Toda a experiência dela é em térmicas, carvão e similares. Quiseram inventar um modelo sem qualquer conhecimento de causa.

Outro ponto importante – já que a Câmara não toma posição, precisamos fazê-lo – é que existem mais de trinta projetos no Senado e na Câmara Federal, tramitando há mais de dois ou três anos, solicitando a suspensão da privatização das hidrelétricas brasileiras Chesf, Furnas e Tucuruí. Está comprovado que não dá para privatizar essas geradoras e temos que ter coragem para suspender o processo de privatização. O modelo adotado é errado, as premissas são erradas e temos que suspender essas privatizações, até para dar um sentido de que se assumiu a responsabilidade, de que se está construindo um novo modelo que vai nos livrar desse desastre.

Por essa razão avalio ser importante fazermos essa conciliação, mas vamos priorizar o que é importante. A privatização das energéticas tem que ser suspensa imediatamente, até para sinalizar ao mercado que queremos o capital privado na termelétrica, na eólica, na complementaridade do sistema, na expansão. Acabou isso aqui.

Começam a ser fabricadas reportagens de jornal dizendo que estão indo embora. Estão indo embora por quê? Queriam comprar de graça, queriam receber um patrimônio que era indevido. Não podemos concordar com isso.

Então, a posição seria: tem que suspender. Têm que ser suspensas Tucuruí, Chesf e Furnas. Não se fala mais nisso. Vamos definir. A empresa está falando que é dia 25 ou 26 que volta a operar. Quer dizer, na medida em que estamos conclamando toda a população para economizar, a economia vai ser traficada em um mercado de traficantes de energia.

E a questão no Nordeste é grave. É grave e está faltando decisão de Governo. O Governo tem que dizer, esclarecer: esses mil adicionais são os mil que o Governo está receoso de solicitar ao COA, à Billiton – e quer que inventemos uma maneira de produzir mil –, ou são mil adicionais a esses que ele já vai nos assegurar?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Um registro que faço é que alguns requerimentos se referem a “convocação”. Todos os requerimentos são de convite, até por que não há nenhuma respeito da presença de Ministro de Estado na Comissão. Então, em todos, onde está “convocado”, leia-se “convidado”.

O SR. SALATIEL CARVALHO – Sr. Presidente, eu queria falar, mais como autor do requerimento, endossando as palavras e também refletindo, meditando um pouco sobre o que colocou o Deputado Clementino. E foi o que eu propus, Deputado Clementino, em uma das nossas últimas reuniões: que tivéssemos uma dinâmica maior aqui na comissão, porque esta comissão não foi criada apenas para que houvesse um desfile de palestras e de exposições para que, daqui a dois, três meses, venhamos a fazer algumas sugestões.

Ora, estamos no olho do furacão da crise. Então o requerimento que apresento, inclusive hoje, é já uma indicação desta Comissão, que considero da mais alta importância, acima, inclusive, da Câmara de Gestão, porque a Câmara de Gestão é uma comissão de execução do Poder Executivo, e nós representamos a sociedade brasileira. Então, considero que esta Comissão está acima da Câmara de Gestão. Ou a Câmara de Gestão acata o que esta Comissão determinar ou ela vai ter que provar para esta Comissão por que não acata.

Então, por exemplo, estou apresentando o requerimento solicitando a imediata realização da repotencialização de três térmicas na área de Furnas: Campos, São Gonçalo e Santa Cruz. Por quê? Ora, a repotencialização dessas três usinas térmicas e o suprimento a gás representam uma injeção, na rede do Sudeste, de aproximadamente 1.000 megawatts. E se começa a querer ressuscitar Angra III, que, além de todos os problemas ambientais que pode causar, vai produzir mais ou menos isso, gastando muito mais – o dobro – do que a repotencialização. E me parece que há um certo interesse em não se agilizar essa repotencialização feita com gás, para que se tenha discurso de retomar Angra III, que é uma obra, inclusive, já licitada e com empreiteiro definido.

Então o meu requerimento e as colocações que V. Ex^a fez sugiro que se formalizem, também, por escrito, para que possamos propor coisas imediatas, porque, se a Câmara de Gestão rejeitar esse meu argumento, vou pedir ao Tribunal de Contas que faça uma análise: o que é mais interessante para o Brasil? Retomar Angra III ou repotencializar essas três usinas? Vão ter que nos provar.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Deputado, acredito que a formalização tem que ser feita até pela Comissão Mista, porque ela vai ter muito mais força do que um...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Pode partir de uma proposição de um membro, um Deputado, um Senador.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, sei que pode partir, mas estamos aqui discutindo em conjunto. Acredito que a Comissão é para isso. Uma coisa é chegar lá um requerimento de um Deputado de Oposição – e sabemos como esse pessoal trata a Oposição – que vai receber aquela consideração que já conhecemos; outra coisa é chegar um documento formal da Comissão, assinado por todos os Parlamentares, pelo Presidente e pelo Relator. Tem muito mais peso. Inclusive, ela foi constituída para isso.

O SR. SALATIEL CARVALHO – Deputado Clementino, inclusive, a minha esperança é que o meu requerimento não seja um instrumento individual. Estou propondo à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – No momento em que o requerimento de indicação é aprovado pela Comissão, passa a ser um documento da Comissão.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, concordo. Creio que essa discussão nossa a Presidência, a relatoria pode propor, dizendo: “Estamos encaminhando aqui um requerimento baseado nas discussões”.

V. Ex^a colocou o seguinte: convite ou convocação. Tenho a impressão de que todo esse pessoal que falei, das distribuições, eles têm que estar convocados. Por quê? Porque eles assumiram um ativo que era público.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Mas, regimentalmente, não podemos convocar.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sim, mas temos que ver. Eles assumiram um ativo que era público, assumiram um compromisso, e muitos não cumpriram nada de universalização de serviço, disso ou daquilo, e esse aí é o mais importante, para saber quanto investiram e quanto mandaram lá para fora. Vamos ficar surpresos na hora em que vemos esse balanço do que foi investido aqui nesse curto espaço de tempo e quanto foi em borra de lueros, dividendo e remessa de juros por conta dessas operações.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Como o requerimento do Deputado Salatiel Carvalho e do Deputado Fernando Gabeira se trata de uma

proposição, solicito ao Deputado Salatiel Carvalho que faça por escrito a justificativa para fundamentar a proposta de V. Ex^a.

Com a palavra, o Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO – Essa informação que o requerimento solicita, do envio de recursos dessas empresas privatizadas, tenho a impressão de que deveria, talvez, ser dirigido ao Banco Central – não sei se é o canal – ou ao Ministério que tem controle disso inclusive, porque se se solicitar essa informação à empresa não sei qual é ...

O SR. CLEMENTINO COELHO – Creio até que podemos cruzar de pois a informação que vier do Banco Central.

O SR. FERNANDO FERRO – Porque essa informação oficial é a informação do Banco Central. Gostaria de só alertar para esse problema.

Sr. Presidente, há uma outra questão, que não é um requerimento, mas queria solicitar que V. Ex^a oficiasse à Companhia Hidrelétrica de São Francisco um pedido de informação constante do seguinte teor: qual é o impacto na população ribeirinha, à jusante de Sobradinho, da redução da vazão a partir de meia noite de hoje para novecentos metros cúbicos por segundo?

Soube que a Chesf começou a fazer uma experiência e significa, praticamente, uma restrição de carga crescente, novecentos metros cúbicos por segundo a partir de Sobradinho, dadas as restrições, que é uma maneira de saber até quando o paciente aguenta o tratamento, e é uma experimentação.

Isso terá impacto nos projetos de irrigação e no abastecimento d'água de algumas cidades naquele trecho. A partir de Paulo Afonso, a vazão está em mil metros cúbicos por segundo.

Eles estão fazendo isso sob forma de experiência. É uma experimentação que está sendo feita uniformizadamente, e uma experimentação dessa pode ter, realmente, consequências sérias para a população.

Assim, devemos pedir o relatório deles sobre essa experimentação, porque senão vão ficar fazendo laboratório em cima da população. Tenho que reconhecer que é um procedimento técnico de alguém que está estudando o agravamento da situação, mas é evidente que não se pode ficar ministrando certo tipo de medicamento para combater a doença, porque o paciente pode morrer ou pode agravar-lhe a situação.

É uma preocupação no sentido de que a Comissão acompanhe essas experimentações. Não quero aqui colocar dúvidas sobre a operação que a Chesf está fazendo, mas, de alguma maneira, que a população saiba que essas medidas estão sendo tomadas. Isso cai para novecentos, pode cair para oitocentos. Até onde vai isso? Terá consequências para a população em geral.

Poderia ser um ofício solicitando, para não ter necessidade de fazer um requerimento. O Presidente da Comissão encaminharia um ofício pedindo o relatório dessa experimentação que a Chesf faz a partir de meia noite de hoje. Isso é uma ação, como disse, que visa estudar os impactos da gradativa redução da vazão sobre a geração de energia e sobre as atividades dependentes das águas do Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Sobre captação.

O SR. FERNANDO FERRO – Sobre captação, sedimentação e projetos de irrigação que serão fatalmente afetados por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Não havendo mais nenhuma manifestação ou encaminhamento de votação, em votação os requerimentos em grupo.

As Sras e os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovados os requerimentos.

Chega à Mesa mais um requerimento do Deputado Fernando Ferro, que requer a realização de audiência pública, convidando a prestar esclarecimentos a esta Comissão representantes do INPE e do Instituto Nacional de Meteorologia, para apresentar elementos sobre as regiões climáticas, regimes de chuva nas diversas regiões do País e informações a respeito do racionamento de energia elétrica.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Algum parlamentar deseja fazer uso da palavra? (Pausa)

Assim, cumprimos a pauta. Votamos os requerimentos, a proposição apresentada, e a discussão quanto à programação de visitas de membros da Comissão ficará para a próxima reunião.

Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, obviamente V. Ex^a está, como todos nós, acompanhando uma tramitação extremamente importante

para o País, para o Congresso Nacional e para o Governo em si que acontece nesta Casa. Em função disso, todos nossos parlamentares estão envolvidos com as discussões que estão ocorrendo no plenário desta Casa.

Apresentarei dois requerimentos a esta Comissão: o primeiro é para que reuniões de uma Comissão tão importante como esta não aconteçam no mesmo horário das sessões de quarta-feira, porque sabemos que pauta compromete a atividade de todos os parlamentares.

Segundo, gostaria de registrar que V. Ex^a, que pertence ao meu Partido, sendo um Presidente que admiro, ontem, ao retomar a chamada dos inscritos, não me concedeu a palavra, embora eu estivesse inscrita logo após o Deputado Haroldo Lima. Na condição de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, quero observar que esta Comissão tem de prestar serviços relevantes no tocante à discussão desta crise pela qual passa o País, assim como têm contribuído os demais parlamentares aqui presentes.

Os requerimentos encaminhados à Presidência desses trabalhos estão obedecendo a uma característica que me preocupa. Todos requerimentos merecem atenção no momento da votação e, como é de praxe, não será diferente aqui. Mas colocar em votação requerimentos tão importantes para o andamento dos trabalhos com plenário tão vazio, avalio que atrapalha os nossos trabalhos. Desculpe-me a sinceridade, mas sou Parlamentar, como todos o são, e corro daqui e dali para atender os trabalhos que esta Casa exige, para dar a devida atenção por que prima o exercício da função. A votação em bloco, inclusive de requerimentos de pessoas para participarem de debates nesta Comissão na verdade não contribui efetivamente para o bom andamento dos trabalhos. Faço essa observação e solicito a mudança dos horários das reuniões.

Ontem, tivemos a experiência de audiências em que estiveram presentes pessoas extremamente importantes para o debate, as quais deram contribuições efetivas aos nossos trabalhos e à política da crise energética, no entanto, tivemos de fazer rodízio para votação, o que é impraticável pela importância que esta Comissão tem.

Não sei se V. Ex^a colocou em votação em bloco todos os requerimentos que estão sobre a mesa. Se o fez, quero pedir verificação de quorum desta reunião, por que isso não é possível

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Quanto à verificação de quorum, os requerimentos já foram aprovados.

V. Ex^a tem razão quando diz que a coincidência da reunião da Comissão com a Ordem do Dia do Senado Federal ou a Câmara dos Deputados prejudica os trabalhos da Comissão. Fizemos reunião administrativa para tentar elaborar um calendário de reuniões para esta Comissão, mas todos os horários da terça-feira e da quarta-feira são comprometidos. Na quinta-feira pela manhã, às vezes, há sessão com Ordem do Dia na Câmara dos Deputados, assim, ficam sem opção.

A SRA. ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, V. Ex^a sabe o horário em que a sessão da Câmara começa efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – V. Ex^a sugere que as reuniões da Comissão aconteçam em que horário e em que dia?

A SRA. ROSE DE FREITAS – Sugiro que estas reuniões aconteçam na terça-feira, no período da tarde, porque todos os parlamentares estão na Casa. Ou, efetivamente, na terça-feira, pela manhã, quando muitos parlamentares desta Comissão estarão na Casa, ou então na quarta-feira mais cedo. Não pode ser nesse horário, porque estaremos em plena Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Segundo o calendário que ficou estabelecido, haverá duas reuniões na semana: uma na terça-feira, às dezesseis horas e trinta minutos, quando estará terminando a Ordem do Dia do Senado, começando, no entanto, a da Câmara dos Deputados. Já há um choque que deve ser administrado. A outra reunião será realizada na quinta-feira pela manhã. A reunião da quarta-feira será extraordinária. Já foi marcada uma reunião à noite para que ocorra depois da Ordem do Dia das Casas legislativas.

A SRA. ROSE DE FREITAS – Somente no Senado. Estaremos em plena votação na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Existe uma resolução da Câmara estabelecendo que a Ordem do Dia termina às dezoito horas – seria por prorrogação. V. Ex^a tem toda a razão, mas estamos tentando encontrar brechas nos horários para que a Comissão funcione, senão ela não funcionará.

Com relação aos requerimentos, eles foram colocados em bloco porque se trata de convites a pessoas, autoridades e estudiosos. Não há maiores implicações, pelo menos a critério desta Presidência.

Evidentemente, se houvesse um requerimento com uma complicação que eu julgasse maior, seria votado separadamente.

Há ainda outro aspecto. Disse que colocaria os requerimentos em bloco, e os Srs. Deputados que desejassem votação em separado de requerimentos poderiam solicitar que seriam atendidos. Então houve essa ressalva da votação em separado de requerimentos que os Deputados julgassem por bem propor.

A SRA. ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, não tenho conhecimento de todos os requerimentos. V. Ex^a sabe que a Casa, hoje, passa por uma discussão importante do projeto das medidas provisórias e todos os Líderes estavam envolvidos nesse acordo. Gostaria de conhecer os citados requerimentos e de pedir votação em separado de todos, porque quero convocar racionalmente o projeto desta Comissão. Não quero ser mais realista. Já concluirei o meu pensamento e não quero atrapalhar.

Tenho vindo para esta Comissão, sempre me inscrevo para falar e, racionalmente, tenho tirado a inscrição no sentido de ajudar o bom andamento do trabalho, passando o meu direito a outro Parlamentar que, porventura, já tenha respondido a minha pergunta. Tenho contribuído com tudo. No entanto, ressalto que convites repetidos, conflito e confronto de depoimentos não contribuem para o trabalho desta Comissão. Não quero proteger ninguém. Não conheço os requerimentos, mas, agora, estou tomando conhecimento de que o Presidente será novamente convocado. Ficaremos nessa roda e há uma crise neste País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Em resposta a V. Ex^a, informo que o Plenário da Comissão concedeu autoridade ao Presidente e ao Relator para fazerem uma triagem dos requerimentos, um estudo, uma consolidação para que não haja essa repetição de convocação, mas uma racionalização em termos da efetivação do convite às autoridades cujos requerimentos se refiram à presença delas nesta Comissão.

Não há, na verdade, nada que venha a comprometer, pelo contrário. O convite a essas pessoas vem enriquecer os trabalhos da Comissão, que precisa ouvir, discutir e debater com o Governo, com quem seja contra o Governo, com as autoridades do setor, enfim, esse é o trabalho da Comissão.

Agradeço a colaboração de V. Ex^a, que, ontem, abriu mão da sua inscrição para que outros Parlamentares se manifestassem, tanto é que, quando do seu regresso, não lhe concedi a palavra. Peço-lhe desculpas neste momento.

A SRA. ROSE DE FREITAS – Agradeço-lhe o esclarecimento e considero-me satisfeita.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, darei uma explicação. Primeiramente, as considerações que, aparentemente, poderiam ser procedentes não apresentam amparo regimental, porque há quorum nas assinaturas. Os requerimentos já foram votados. Foram todos discutidos um a um e deliberou-se votar em bloco. A nobre Deputada chegou atrasada. Na próxima vez, S. Ex^a deverá chegar mais cedo para poder pedir verificação de quorum e tentar obstruir a votação em bloco. Essa questão está superada.

É preciso explicar isso. Todos nós sabemos como funcionam as Comissões na Casa.

A SRA. ROSE DE FREITAS – Peço licença ao Deputado para retirar-me porque tenho que voltar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Então, se quisermos funcionar de uma maneira mais realista do que a realidade, faremos o apagão da Comissão. Nesse caso, não contribuiremos em nada, porque ocorrerá audiência aqui quando houver possibilidade de contraditório e o confronto entre as pessoas para esclarecermos por que se errou e quem errou, assumindo a responsabilidade, e não sair pela tangente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado. Concedo a palavra ao Deputado João Caldas.

O SR. JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, a OCB – Organização das Cooperativas do Brasil – está encaminhando sugestões. Já houve até contato com V. Ex^a, nosso querido Deputado e Presidente dessa Organização, e as referidas propostas serão avaliadas por esta Comissão e pelo nosso Relator, Deputado Salatiel Carvalho. Trata-se de contribuição valiosa que dá a OCB para o País, principalmente neste momento em que essa Organização está muito bem representada e desenvolvida, demonstrando preocupações com o setor produtivo, que discute as questões com muita responsabilidade. Com certeza, avaliaremos e estudaremos juntos essa colaboração.

Solicito ao Sr. Presidente que receba essa proposta oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Deputado João Caldas, encaminhe-a à Mesa.

Informo aos membros da Comissão que, na próxima terça-feira, às dezesseis horas e trinta minutos, haverá audiência pública nesta Comissão com os Srs. Governadores Jaime Lerner, do Paraná, Itamar Franco, de Minas Gerais, Almir Gabriel, do Pará, e Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul, com o requerimento aprovado nesta Comissão.

O SR. – Sr. Presidente, eu estava na Câmara dos Deputados, participando de uma votação.

Quanto ao nosso requerimento sobre co-geração, o engenheiro João Evangelista da Costa Tenório, Presidente da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Alcool de Alagoas, um profissional muito competente no ramo, vem falar sobre esse assunto e a geração da biomassa. Pergunto ao Presidente se já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Foi aprovado.

O SR. – Já foi decidida a data?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Não se estabeleceu ainda uma data, mas estamos fazendo essa racionalização para juntar materiais isolados sobre o mesmo assunto, mesmo que não seja um só requerimento. Pode tratar-se de requerimento de dois Deputados. Estamos reunindo a indicação dos convidados.

O SR. – Será de grande valia essa convocação, porque ele tem uma grande experiência, vive no ramo, já faz energia e co-geração. Então, falará de quanto completo é esse tema e da sua relevância, principalmente para nós do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, informo que amanhã, às nove horas e trinta minutos, haverá reunião com audiência pública, dela participando os seguintes cientistas: Dr. Luís Pinguelli Rosa, Ildo Luís Sauer, Mauricio Tiomno Tolmasquim, José Walter Bautista Vidal e o Professor Adilson de Oliveira.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h28min.)

7ª Reunião Realizada em 21-6-01.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e um do mês de junho do ano de dois mil e um, na sala de reuniões nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Paulo, Nabor Júnior, Francelino Pereira, Souto, Heloísa Helena,

Paulo Harthug, Eduardo Suplicy, Sebastião Rocha e Senhores Deputados Fernando Ferro, Jandira Feghali Airtton Dipp, Fernando Gabeira, João Caldas, José Carlos Aleluia, Salatiel Carvalho, Virgílio Guimarães Clementino Coelho e Luciano Zica membros, reúne-se a Comissão Especial Mista criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Informando que presente reunião destinava-se a ouvir as exposições dos senhores Professores Luiz Pinguelli Rosa da – UFRJ, Ildo Sauer – USP, Mauricio Tolmasquim – USP, Bautista Vidal – Pesquisador, Adilson de Oliveira – Instituto de Economia da UFRJ, os expositores apresentaram transparências sobre cada assunto relacionado com sua área de atuação e foram questionados em bloco, pelos Senhores Parlamentares Jandira Feghali, Virgílio Guimarães, Luciano Zica, Clementino Coelho, Salatiel Carvalho, José Carlos Aleluia e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e dez minutos, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Especial Mista criada pelo Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

A presente reunião destina-se a ouvir exposições dos Srs. Dr. Luís Pinguelli Rosa, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; professor Ildo Sauer, da USP; professor Maurício Tolmasquim, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Bautista Vidal, pesquisador, e Dr. Adilson de Oliveira, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior realizada no dia 20 do corrente.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, já que a Ata foi distribuída, pedimos a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Por sugestão do Deputado Clementino Coelho, está dispensada a leitura da Ata.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Aprovada a Ata da reunião anterior.

Indago à Secretaria se existem expedientes recebidos ou expedientes a serem lidos.

Há Ofício do Consultor-Geral Legislativo, Dr. Lício Teixeira de Matos(?) ao Sr. Senador Paulo Souto, Relator desta Comissão. Em resposta ao Ofício anterior, informa haver designado os Consultores Legislativos Márcia Fortuna Beato e Omar Alves Abud para assessorar os trabalhos e a elaboração do relatório da Comissão Especial Mista destinada a estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento, sem caráter de exclusividade.

Solicito à Secretaria que faça adentrar os senhores expositores para tomarem assento à Mesa. (Pausa)

Antes de passar a palavra aos expositores, passo a palavra pela ordem ao Relator, Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, longe de mim fazer qualquer tipo de restrição ou qualquer coisa que valha em relação as exposições. Apenas, como Relator, vou dizer uma coisa que me preocupa e que eu gostaria que tanto quanto fosse possível nós pudéssemos explorar isso dessa forma. Nós temos aqui hoje a presença de acadêmicos, alguns dos quais já estiveram presentes em outras Comissões. Eu, por exemplo tenho aqui tudo que foi dito na Comissão de Infra-estrutura por três acadêmicos que estão aqui e que deixaram a sua função muito clara. O que eu penso que seria uma hipótese sem, se forma alguma, ser restritivo é, por exemplo, se nós pudéssemos – e eu sei que isto pode ser polêmico – nos envolver mais. Quanto à discussão de responsabilidade, eu, por exemplo, que sou uma pessoa tida como da base do Governo, não tenho mais nenhuma dúvida sobre isso. Se nós continuarmos a insistir muito nesse ponto, não vejo muito o que temos a ganhar com isso, por que, para mim, essas coisas já estão suficientemente esclarecidas com relação às responsabilidades.

Então, se fosse possível nós nos orientarmos mais nas coisas de natureza estrutural como, por exemplo, os aspectos positivos e negativos do modelo setorial estabelecido, melhorias e aperfeiçoamentos necessários em relação ao Projeto de Lei nº 2.905, como contraponto a essa crise ou para evitar problemas futuros, ou, de outro lado, ações de curto ou médio prazo que poderiam ser implementadas. Por exemplo: participação do segmento industrial na redução do consumo – isto é uma coisa que, neste momento, muito nos interessa; medidas de compensação ou mitigação dos impactos sociais; ajustes do quadro legal e regulamentar do modelo para viabilizar medidas de impacto no aumento da oferta ou na redução de crise; mecanismos de incentivos ou recursos para a viabilização de alternativas de soluções para a crise. Enfim, seria uma coisa de natureza que sem deixar de, absolutamente, – como eu falei, inclusive analisando aspectos estruturais – entrar nisto, possamos, eventualmente, sermos um pouco mais positivos de tal forma que se dê a esta Comissão condições de, rapidamente, – e antes do seu Relatório final como foi o objetivo proposto aqui – mandar sugestões para a Câmara setorial.

Sobre isso, quero dizer que é apenas uma sugestão que faço e ninguém está absolutamente – é evidente – obrigado, mas, como Relator, acho que, talvez, seja importante, para que possamos, antes do Relatório final, se for possível, discutirmos no âmbito desta Comissão proposições já à Câmara de Gestão.

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Luciano Zica

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, primeiramente, eu quero dizer que as preocupações do Sr. Relator, o nobre Paulo Souto, têm procedência no sentido de que devemos buscar concluir aproveitando o conhecimento dos nossos acadêmicos para produzirmos concretas propostas de solução de como sairmos da crise. No entanto, eu quero desfazer uma dúvida que fica para mim da fala do nobre Senador Paulo Souto no que diz respeito ao debate que pode parecer ideológico, pode, muitas vezes, parecer a repetição de argumentos: o meu sentimento é de que, para que possamos apresentar propostas concretas, muitas vezes, mesmo que não gostemos de ouvir, é necessário entender determinadas ações tomadas pelo Governo que deram origem a esta situação.

Pode parecer cansativo repeti-las, mas creio que a contribuição que os Srs. Expositores têm a oferecer é muito importante e, muitas vezes, para serem bem compreendidas, é necessário que estejam ligadas à razão e à origem. Não basta apresentar uma solução teórica ou uma proposta desvinculada de um ato que pode ter sido positivo ou negativo. Nem quero afirmar que todos os atos tenham sido negativos, mas, muitas vezes, é necessário se pegar a raiz do problema e desenvolvê-la para que possamos tirar uma conclusão. Por isso, eu não gostaria que a Comissão – e sei que não é o espírito da colocação do nobre Senador Paulo Souto – cerceasse a exposição dos nossos acadêmicos.

Então, é importante a contribuição no sentido de destacar a preocupação com as conclusões que devem tirar dessa série de debates que, tenho certeza, irá ainda muito longe.

Esta Comissão tem muito trabalho pela frente e eu, inclusive, quero enfatizar ao nosso Presidente a preocupação que tenho com o recesso parlamentar. Não gostaria que a nossa Comissão tivesse o tratamento que tem tido o Conselho Nacional de Política Energética, que não tem se reunido – aliás, se reuniu, até agora, três vezes – no auge da crise, quando ele deveria estar em assembléia permanente. Que nós, talvez, revêssemos a possibilidade de trabalharmos durante o recesso, estabelecer uma rotina de trabalho para esta Comissão para que nós não perdêssemos o pé desse debate fundamental.

Então, é nesse sentido que eu quero enfatizar – entendi o espírito da colocação do Senador Paulo Souto – a importância da liberdade plena de manifestação dos nossos expositores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Obrigado, Sr. Presidente. Sigo um pouco na linha do companheiro Zica. Inclusive, já assisti a diversas exposições de especialistas nessa área e não teria dificuldade de ir direto para uma parte mais conclusiva, de sugestões; uma parte, digamos, mais prospectiva. No entanto, queria colocar uma outra questão que tem surgido com muita intensidade. Caso se caminha para essa linha de abordagem de tópicos que seriam relevantes para a produção de um relatório, que se pudesse abordar esse problema da multa de que haveria uma pretensa dívida, a chamada Cláusula do Anexo 5, que me pareceu esta. Quer dizer, a partir do racionamento de 20% isso

seria gerado, e o Governo estabeleceu um racionamento de 20%. Por que não, de 19,9% etc.?

E não me parece que estejamos abordando a questão da medida provisória; a medida provisória existe, e se o Congresso quisesse efetivamente influenciar, deveria instalar a Comissão da Medida Provisória, fazer emendas, votar a medida provisória, inclusive, com essa mudança, se coubesse. Então, eu adendaria, quer dizer, sem prejuízo da colocação do Zica, que acho importante, até porque essa reunião é transmitida pela TV Senado. E quem a assiste precisa conhecer, também, o ponto de vista geral dos expositores. Talvez, eles pudessem colocá-lo, mesmo que resumidamente, para não perder espírito que o Deputado Luciano Zica colocou. Mas, se a idéia se encaixar com maior rapidez para uma parte mais objetiva de proposições, então, eu colocaria quais seriam as proposições que caberiam, já, nessa medida provisória, como emenda, como modificação.

Quem sabe, se esta Comissão, aqui, não pudesse gerar como subproduto, também, a imediata instalação da Comissão Mista que, pelo que me consta, ainda não foi feita, para que pudesse analisar e decidir sobre um projeto de conversão dessa medida provisória, incorporando sugestões práticas, objetivas dos expositores e desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Deputado Virgílio Guimarães.

Passo a palavra, de imediato, ao Professor Luís Pinguelli Rosa, para que faça a sua exposição por um prazo de 20 minutos.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Vou tentar fazer uma exposição muito ampla sobre a questão de energia elétrica e não apenas da crise. O Brasil tem que expandi-la e não há como escapar. Esses são números expressivos que dão 96/2006. Estamos no meio do caminho, não há opção de não expandir. Existem possibilidades que estão apontadas, aqui. De modo geral, a questão da interligação tem que ser reforçada, bem como a necessidade de utilizar além de hidroeleticidade, outras formas de energia. Aqui é uma questão importante, para entender o funcionamento do uso de energia elétrica. Quando se usa hidroeleticidade na geração, temos sempre a possibilidade de usar, no presente, mais ou menos a água, e se a usamos exageradamente e no futuro não ocorrerem chuvas intensas, as chuvas são escassas, temos déficit; se guardamos a água, nos preparamos para a seca, mas, se guardamos água demais, e há muita chuva, há um desperdício. O equilíbrio entre essas duas situações – guardar e usar a água – é o objeto

do planejamento. Então, a hidreletricidade exige esse cuidado. Caímos nesta “perna” aqui: usamos a água, houve o período do seco, e entramos em déficit. Esse foi um erro, claro. Devemos pensar em evitar isso, e isso não é trivial.

Aqui mostra um assunto...

O SR. (debatedor não identificado, nome não declinado) – Caímos em dois erros. Em 1997, jogou-se água fora.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Não, não caímos nesse erro em 1997, não. Só o fizemos agora.

O SR. (debatedor não identificado, nome não declinado) – E jogar água fora.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Jogar água fora, existe sempre a possibilidade. Quando você se prepara para a seca, se não vem a seca, você tem água. Mas há modos inteligentes de se resolver isso, com o uso do gás natural, fazendo complementação térmica.

Esta é uma curva do Ildo, a que está aqui referida. Isso mostra a evolução dos reservatórios, e podemos constatar que caímos, realmente, no problema de diminuição do volume do reservatório, chegando a níveis muito baixos. Esse é o problema em que estamos.

Então, a disponibilidade de energia guardada foi diminuindo, e não conseguimos fazer aquilo que apontei na primeira transparência, que é usar a água. Esta aqui é a vazão do Rio Grande ao longo do tempo. A técnica correta é guardar a água, quando ela é abundante, para o período de escassez. Em vários momentos, houve escassez, ao longo do tempo, e sempre se procurou fazer o bom uso da água, guardando-a para o futuro.

Mostra essa figura que, se for bem feito o planejamento do sistema hidrelétrico, enfrentamos a seca. Esse é um problema fundamental para o futuro; com os reservatórios muito vazios, temos um tempo muito grande para recompô-los.

Outra questão é restabelecer o nível do investimento, que caiu bastante. Esse gráfico mostra, ao longo da década de 90, a variação do investimento do setor elétrico, o que demonstra que os patamares ficaram cada vez mais baixos, recuperando-se um pouco já no final da década. Mas foram muito menores do que o que era necessário.

O resultado disso foi o afastamento entre a demanda e a oferta: uma crescendo muito mais do que a outra. Essa curva mostra isto: a curva do consumo crescendo muito mais e divergindo em relação à disponibilidade de energia elétrica, ao longo da década

de 90, já tendo origem na década de 80 esse crescimento maior do consumo em relação à oferta. Esse é um problema que deve ser equacionado para acompanhar uma à outra.

Entendemos – aí vem já a questão que creio ser substantiva – que a causa da falta de investimento foi o modelo de privatização. Isso está em discussão, e entendemos que esse modelo tem que ser corrigido. Já estávamos preocupados com essa questão há muito tempo. Logo após a eleição do Governo atual, no primeiro mandato, com o próprio Vice-Presidente da República, entregamos um relatório que alertava para a necessidade de que, na privatização, o capital privado – estrangeiro ou nacional – fosse atraído para a construção de usinas novas e não para a venda de ativos existentes. Era essa a nossa idéia, e creio que ela permanece válida.

O nosso problema, hoje, no Brasil, é como atrair o investimento para a expansão do setor. Existem várias questões. Uma questão fundamental, que já está equacionada, pelo que entendemos, é permitir o investimento das estatais elétricas. Elas têm uma capacidade de investimento. O Presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio, ao transmitir o cargo, fez exatamente a crítica de não ter sido autorizado a investir recursos substanciais, de alguns bilhões de dólares possíveis.

Outra coisa fundamental é a responsabilidade das companhias distribuidoras de energia elétrica; elas são co-responsáveis. Aí vem o problema da medida provisória, Sr. Senadores e Srs. Deputados, porque a medida provisória está colocando nos itens 14, 15 e 28, especificamente, a possibilidade de parte da receita adicional oriunda do aumento de tarifa para parcela dos consumidores que não atingirem as metas serem destinadas às companhias elétricas distribuidoras concessionárias.

Achamos que no momento em que toda a sociedade paga o preço da crise não é correto ressarcir empresas concessionárias, porque têm uma geração muito abaixo do limite delas. E aqueles dados que mostramos evidenciam que há cinco, quatro anos, essa crise se anunciava, seja pelo esvaziamento dos reservatórios, seja pelo afastamento entre consumo e oferta. E achamos que as companhias elétricas que vendem energia são co-responsáveis pelo cumprimento de contrato de concessão, ainda que não sejam geradoras.

Então, elas podem argumentar a sua geração própria. Ainda que os contratos de concessão não tenham sido feitos de modo a obrigá-las, elas poderiam

articular criação de geradores independentes que mitigassem a situação em que ficamos. Essa questão da responsabilização das concessionárias de distribuição aconteceu na Califórnia. Não podemos esquecer o contrato de concessão, porque ele cria a obrigação de a companhia fornecer a energia garantida e não interruptível. O termo é “energia garantida por tempo indeterminado”, ou seja, por todo o tempo da concessão, o consumidor tem o direito à energia. Ele não paga só pela energia presente, paga pela energia presente e futura. Não tem sentido pagar um preço tão alto como pagamos pela energia se não fosse também para garantir a sua continuidade. Então, perante o consumidor, seja industrial, seja comercial, seja residencial, seja qual for, houve uma falha da companhia que fornece energia elétrica.

Essas companhias, entretanto, na medida provisória estão sendo poupadas, e acho que é um erro grave. As tarifas no Brasil subiram muito. Aqui a tarifa ao consumidor é a tarifa média, mais grave ainda que a média é a residencial. A tarifa média subiu muito ao longo da década de 90. A residencial, se pegarmos algumas comparações, vamos ver que ela, no caso, por exemplo, do Rio de Janeiro, atinge um valor muito maior do que em cidades muito desenvolvidas. Isso está em dólar por megawatts-hora, não quilowatts-hora. E aqui vemos que já pagamos aqui na faixa de 100 dólares por megawatt-hora, muito mais que Paris e várias cidades americanas, abaixo, aqui, está o caso de Salinas de Nova Iorque e São Francisco, as cidades mais ricas do mundo. Então, já temos uma tarifa alta, para parte dos consumidores altíssima, e acreditamos que é preciso neste instante verificar cuidadosamente o papel dessas distribuidoras de energia elétrica no Brasil.

Voltando ao problema da solução da crise, gostaria de dizer que acreditamos que no Brasil existe a necessidade de se rever a política atual que concentrou muito no uso do gás natural apenas para expandir a geração. Essa lista mostra que existem muitos aproveitamentos de energia elétrica de base hídrica mais baratos. A potência discriminada, alguns deles já estão em andamento, como Itá e Machadinho. A maioria deles não está ainda sendo feita, mas mostramos apenas que esse custo de energia aqui previsto está abaixo dos 40 dólares por megawatt-hora previsto para o gás natural, tendo em vista que ele é pago à Bolívia, mesmo com a absorção da variação cambial pela Petrobras, como está agora apontado. Furnas vende energia hoje acerca de 20 dólares por megawatt-hora. O gás natural vai sair a 40. Então, aqui vem

a questão fundamental. Temos que arrumar um jeito de sair da crise, garantindo uma energia barata. Discordo, absolutamente, da afirmativa de que a energia do Brasil terá que ser cara. Temos uma vantagem ainda de termos energia hidroelétrica e energia barata, gerada por essas estatais como Furnas, Cemig, Copel, como ainda por parte da Cesp e da Chesf.

Creio que deveríamos criar um modelo misto de participação privada e estatal para dar um mix de energia tolerável para o desenvolvimento, para a população e, enfim, para dar condições à população de receber energia elétrica.

Portanto, é fundamental tomarmos medidas para termos um modelo em que seja mantida a geração elétrica barata feita por essas empresas, o que implica não privatizá-las do modo antes previsto. Se é possível elaborar um novo modelo de privatização que seja capaz de manter as empresas com uma energia barata, essa é uma questão a ser discutida, mas a pura e simples venda do controle da empresa calará o preço da energia gerada por elas para próximo do valor da geração a gás natural, a qual está prevista em US\$40 megawatts/hora.

Isso é possível ser feito, certamente. Não significa a volta ao modelo anterior; significa apenas que teríamos que fazer um esforço para que a energia elétrica, no Brasil, fosse expandida, usando-se recursos hídricos, mantendo-se a energia barata das usinas existentes e proporcionando, fatalmente, a entrada do gás natural. Não há como não entrar o gás natural, até porque, no momento, ele está sobrando.

Entendemos também que a necessidade de se acelerar as usinas termoeletricas, previstas pelo Ministro Rodolpho Tourinho, 49, seria a maneira mais rápida de a rede ter um reforço de geração elétrica, já que qualquer outra obra terá um tempo maior.

Temos que separar as soluções de médio, curto e de longo prazos.

No curto prazo, o enfrentamento da crise, há um aspecto que vejo deficiente: é a possibilidade do uso imediato do gás natural para as empresas gerarem energia. É possível fazer co-geração ou geração distribuída? Há projetos de prazo muito curto, inferior a seis meses, que podem colocar a geração nas empresas diretamente. Para isso é necessário uma política; para isso é necessário que a companhia elétrica concessionária seja também participante desse esforço. Por quê? De um lado, é preciso ter o backup para, quando o equipamento entrar em manutenção, haver a cobertura da rede para a venda de energia a um preço tolerável. Não pode ser um preço do merca-

do atacadista em cima da companhia, porque ela poderá não suportá-lo. Ou seja, sou um investidor privado, sou um empresário. Compro o meu equipamento de geração, como o Sistema Globo, por exemplo, fez.

Ontem mesmo tivemos uma reunião com a Direção da TV Globo e do Sistema Globo como um todo, em que apresentaram e resolveram o seu problema. Mas a maioria das empresas teme fazer isso, porque elas poderão necessitar da energia da rede e perder o contrato de garantia de fornecimento. Segundo, o ideal para isso é que o excedente dessas gerações distribuídas seja vendido para a rede. Por isso, deve ser feito de comum acordo com a companhia elétrica bem definida.

Essa é a maneira mais rápida de se usar o gás natural que está sobrando. Como todos sabem, metade do gás natural do Gasoduto Brasil/Bolívia ainda não é utilizado, fora grande parte do que é queimado nas plataformas de petróleo ou reinjetado nos poços.

Essa é uma atitude imediata. Falta uma política para isso. Novamente, creio que as companhias elétricas concessionárias têm um papel que não estão assumindo, o de promover a geração distribuída; e o Governo tem o papel de organizar isso, criar as condições, pois grande parte dos equipamentos têm que ser importados. Tem que haver uma política para isso.

A médio prazo, sem dúvida nenhuma, entendemos que a conclusão das termoeletricas previstas é essencial. Foi um mérito do Ministro Rodolpho Tourinho Neto ter vindo a público declarar que era preciso fazer as termoeletricas, porque, pela lógica da privatização, caberia ao mercado essa decisão. Então, quando o Ministro veio a público com o plano de termoeletricas, estava apontando que o modelo embutido na privatização de deixar o mercado à expansão do setor não funcionava.

Entretanto, mesmo com as vantagens oferecidas, houve a dificuldade de com o preço do gás natural e a expectativa de o investidor privado estrangeiro ter um retorno muito alto. A taxa de retorno de geração elétrica não pode ser muito alta. O gás natural utiliza muito combustível e o combustível tem um preço variável, o que já encarece o gás natural, tornando a geração de energia com gás natural cara no Brasil. Pressiona a balança de pagamento porque importamos o gás natural e, se não houver uma política industrial, importaremos todos os equipamentos. Desse modo, faz-se necessário reformular a visão de deixar a energia elétrica depender do mercado.

Amé dioprazo deve rã o entrar muitas outras fontes. O bagaço de cana é desperdiçado nas usinas de álcool brasileiras, sendo necessária uma política para que as companhias elétricas utilizem a energia térmica do bagaço de cana que pode ser muito melhor usada para a geração elétrica vendida à rede e não apenas para autoprodução.

Há um desperdício imenso de energia no lixo urbano. O lixo urbano é um problema que, em parte, pode ser resolvido usando-o para geração elétrica. Hoje, os custos de produção da energia eólica caem e existem indícios de que um programa de energia eólica pode ser implementado entre o curto e o médio prazo.

A longo prazo, devemos voltar a cogitar a hidroeletricidade. Temos um potencial muito maior que usamos, mas, uma vez feito, embora tenha problemas ambientais como todas as demais, não se paga mais o combustível uma vez que água sempre existirá, desde que seja bem planejado.

Não concordo com o argumento de que a hidroelétrica é um problema. Não. Do ponto de vista técnico, a hidroelétrica é uma solução. O planejamento é perfeitamente possível, como demonstrei antes, fazendo o uso do excesso de água no período úmido e guardando para os períodos secos.

Hoje, com o gás natural combinado com as termoeletricas, podemos fazer também uma complementação térmica. Por exemplo, a usina de Belo Monte, que se cogita construir na Amazônia, pode ser feita com o mínimo de impacto ambiental se não se fizer um reservatório grande, como é da tradição do nosso sistema, por que se pode usar o gás natural para complementar a energia quando variar o fluxo. Contudo, para isso, o contrato de gás natural tem que ser mudado, pois a política energética está toda errada.

A política do gás natural tem de ser interruptível para que se tenha a possibilidade de usá-lo quando necessário, ou seja, quando não se dispuser de reservas hídricas. Na atual visão de contratos take or pay, uma vez comprado o gás natural, tem-se que manter a utilização permanente dele, como se fosse uma usina de base. No primeiro momento, isso não é problema porque, como estamos com problema de energia, toda energia adicional será usada. Entretanto, a longo prazo, a situação não poderá permanecer assim. O uso do gás natural tem de ser flexível.

Finalizarei a exposição, colocando com clareza a questão da Medida Provisória do Racionamento. É intolerável que o consumidor residencial seja ameaçado de corte. Não é possível cortar energia elétrica

de uma família por dias. Isso é uma violência que tem que ser corrigida, mesmo que não seja para ser usada. Não tenho o direito de ameaçar uma pessoa de morte e, depois, pedir-lhe desculpas dizendo que não ia matá-la. Não pode o Governo ameaçar uma família de cortar sua energia, jamais.

Quanto à questão do aumento da tarifa, embutida na medida provisória, não concordo com ressarcimento para as companhias concessionárias. Elas são co-responsáveis pela crise e devem pagar, como todo o setor produtivo e toda a população, um preço por isso. Então, é preciso corrigir.

Tive duas longas conversas com o jurista Fábio Konder Comparato, que disse considerar os artigos 14, 15 e 28 da Medida Provisória do Racionamento completamente errados, segundo ele inconstitucionais. Não debatorei o mérito da questão, pois não é minha área, mas esses artigos possibilitam que sejam ressarcidas as companhias concessionárias. Isso é uma política de agente funerário, que fica contente quando há um grande desastre, porque os seus negócios mudam. A companhia elétrica não pode ganhar dinheiro com a catástrofe da crise. Portanto, creio que esses itens devem ser mudados.

Na minha opinião, é preciso, primeiramente, mudar o modelo do setor elétrico. Não se trata de eliminar a participação privada. Nos Estados Unidos, há uma imensa participação privada e uma capacidade instalada de geração elétrica pública maior do que o total do Brasil, sendo que toda a hidroeletricidade americana é, praticamente, geração pública. Devíamos dizer isso com coragem. No Brasil, há geração elétrica, hidroelétrica, e a geração barata existente deve continuar pública. A energia privada deve servir para ampliar a geração, em especial utilizando combustíveis e não água. A água deve manter-se pública.

Em segundo lugar, é necessário tomar medidas de médio e longo prazo para entrarem várias fontes de energia. No curto prazo, deve-se usar o gás natural excedente de várias maneiras, inclusive estimulando a geração distribuída, a co-geração, que também se alia à conservação de energia, na própria empresa ou até mesmo em shopping centers, grandes hotéis, grandes hospitais, e não apenas na indústria.

Finalmente, deve-se mudar a medida provisória, que não pode ser agressiva com relação ao consumidor nem proteger o interesse de empresas elétricas gigantescas, hoje controladas, em grande parte, por grupos mundiais, em quanto toda a sociedade brasileira paga o preço pela crise.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr. Pinguelli.

Concedo a palavra ao segundo expositor, Dr. Adilson de Oliveira, Professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para fazer a sua exposição. Dr. Adilson, V. S^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, muito obrigado. Bom dia a todos.

Primeiramente, agradeço o convite para estar presente a esta reunião e apresentar as minhas idéias e sugestões sobre o tema.

Tentarei pautar-me pela proposta do Relator de atacar os pontos de como sair um pouco da crise, visto que, a grosso modo, concordo com o que já foi dito – acredito que todos concordamos –: o grande problema justifica-se porque, na época correta, não houve os investimentos necessários, como deveria ter ocorrido. Certamente, não houve falta de planejamento, porque o plano decenal propunha a necessidade desses investimentos, e o plano emergencial de térmicas foi elaborado para resolver esse problema. Portanto, não foi um problema de planejamento. Como bem expôs o Professor Pinguelli, foi um problema de incapacidade de transformar o planejamento em realidade, ou seja, falta de investimentos, na época correta, como deveria ter ocorrido.

Desenvolverei o tema quanto aos fatores que explicam esse fenômeno. Diante da necessidade objetiva de fortes investimentos para responder às necessidades de expansão do consumo no Brasil, diante de um planejamento que já indicava isso, quais as razões e os elementos que levaram a essa situação absurda, já que todos reconheceram ser necessário esse investimento? O próprio Ministério de Minas e Energia apontou ser fundamental a criação de um programa emergencial de térmicas, e o Presidente da República anunciou que um programa emergencial de térmicas estava sendo elaborado, para evitar o racionamento em 2001. Surpreendentemente, numa marcha da insensatez, foi tomada uma série de decisões, e chegamos a essa crise absurda; eu diria até, sendo talvez indelicado, que é irresponsável essa situação.

Esse é o tema que me preocupa neste momento. O que nos levou a essa situação absurda? Basicamente, vincula-se a três elementos. Alguns elementos são ditados pela estrutura do Governo e pela forma como decide e conduz a sua política.

O segundo elemento está vinculado à própria estrutura realizada para o modelo de reorganização do setor elétrico. Devo dizer, inicialmente, que não

sou saudosista, ou seja, não vivo no passado ou futuro. Para mim, o futuro é diferente do passado, é novo. O mundo está mudando, o Brasil mudou, assim como a estrutura econômica, as condições tecnológicas, enfim tudo. Então, é preciso construir um futuro novo, distinto do passado. É preciso deixar isso claro.

Apesar de ter minha ideologia, obviamente, como professor e como técnico, não misturo as questões ideológicas com as técnicas. Então, pausar-me-ei apenas pela minha posição técnica com relação ao problema.

As regras e a estrutura realizadas no mercado foram inadequadas. Há um elemento fundamental que foi mal compreendido por todos que vieram de fora para propor coisas ao Brasil: o fato de que este País tem uma estrutura, como bem apresentou o professor Luís Pinguelli Rosa, de suprimento elétrico muito diferente da que ocorre em outras regiões do mundo.

O Brasil é um país de base hidroelétrica, que se caracteriza pelo fato de seus custos serem crescentes – e não decrescentes – quando se introduz uma tecnologia nova com as termos. Isso acarreta um profundo impacto do ponto de vista do papel do Governo nesse setor. É fundamental a presença do Governo no setor elétrico. A discussão não é essa, mas qual o papel do Governo no setor.

Existem alguns problemas no Governo, porque, na verdade, a sua política tem objetivos contraditórios no que tange ao que ocorre nesse setor. Basicamente, o Governo adota certas políticas macroeconômicas ditadas pelo objetivo de buscar o ajuste fiscal e cumprir uma meta inflacionária fixada pelo Banco Central. Isso está evidentemente na alçada do Ministério da Fazenda. Por outro lado, há outro conjunto de decisões afetas ao Ministério de Minas e Energia, cuja responsabilidade fundamental é garantir o suprimento, a longo prazo, de energia elétrica no País. A expansão do sistema, portanto, tem como responsável o mencionado Ministério.

Na minha perspectiva, evidentemente, a expansão do sistema é essencial para o crescimento econômico do País. Então, deveria ser o elemento central da política elétrica e não o secundário. Mas, infelizmente, o Governo pautou sua política de forma inversa, ou seja, deu mais ênfase à questão do ajuste fiscal e do combate à inflação do que à expansão do sistema. Foi o erro básico na condução desse elemento.

Há provas do que estou dizendo. Primeiramente, o objetivo do ajuste fiscal e do cumprimento das metas inflacionárias sobrepôs-se à expansão, o que advém do fato de que o Governo se preocupou muito

mais em privatizar as empresas do que organizar o mercado para a expansão. Desse modo, sua ação destinou-se muito mais a gerar recursos para o Tesouro a fim de atender ao seu programa de ajuste fiscal do que em necessariamente considerar o que, na minha opinião, era o fator essencial do setor elétrico: a expansão.

Além disso, o Governo pressionou – e a Aneel, de certa forma, submeteu-se a isso – o agente regulador a que não aumentasse tarifas, procurando mantê-las não adequadas ao momento em que vivemos. O Governo, então, preocupado em não prever as tarifas como elemento de pressão inflacionária, procurou contê-las, fato que também gerou, como demonstrei em seguida, para os investidores, uma incerteza acerca do papel exato da Aneel nesse novo sistema.

Foram duas as consequências desses dois procedimentos. Pelo fato de haver uma ênfase na privatização, o Governo paralisou os investimentos das estatais, o que, evidentemente, como disse o professor Pinguelli, foi um equívoco primário. Não seria possível, de modo algum, paralisar os investimentos das empresas que ainda existiam, porque ele não teve capacidade de privatizá-las – e, a meu ver, pelo menos as geradoras hidroelétricas não deveriam mesmo ter sido privatizadas.

Em segundo lugar, com esse mecanismo de incerteza com relação ao regime tarifário e com o fato de não privatizar – embora tenha prometido fazê-lo –, o Governo acabou criando um clima antiinvestimento. Os investidores pensavam que, se ele privatizaria, melhor seria comprar o que já estava pronto. E, se não se permitiram aumentos tarifários, também não se criaria algo novo, certo? Então, todo esse clima criou uma parada nos investimentos privados, que acho que foi um elemento importante na educação das regras. O Governo criou dois elementos que, claramente, contrariam os interesses da expansão, ou seja, promoveu investimento privado. Primeiro, a Aneel criou um valor normativo, um teto para o preço da energia elétrica nos contratos entre geradores e distribuidores, que, evidentemente, é um elemento antimercado, antiinvestidor.

Segundo, foi criado um mecanismo de formação de preço do mercado atacadista, que é operado por modelos matemáticos, modelos algorítmicos, que, hoje está provado pelos números que saem dos algoritmos, são números absolutamente estapafúrdios. Estávamos na iminência de um racionamento e estava-se dizendo que o preço no mercado atacadista estava na faixa dos R\$60 por MW/h. Então, esses

modelos não têm nenhum sentido, são totalmente sem lógica. São R\$600 agora; mas em janeiro, R\$60.

O SR. (debatedor não identificado, nome não declinado) – Quando os reservatórios não estavam vazios, eram R\$60.

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Em janeiro. E R\$684 não é modelo que estamos dando; quem está fixando é a Câmara de Gestão. Não sai do modelo; é um número fixado pela Câmara de Gestão.

Então, fica claro que, diante do teto de preço, por um lado, e da desconfiança com relação ao preço que sai de um modelo que todo o mundo desconhece, é claro que o investidor privado não vai investir nesse setor, está claro?

Por outro lado, o modelo criou dificuldades para as distribuidoras. O modelo criou dificuldade para a distribuidora poder comprar energia. Por quê? Fixou contratos iniciais com preços que até eram relativamente remunerativos antes da desvalorização, porque esses contratos foram assinados em 1998. Mas, depois da desvalorização, claramente há diferença entre o preço da energia nova e o preço da energia velha, dos contratos iniciais, que criou uma distância de tal magnitude que dificulta para a distribuidora comprar energia nova. Algum consumidor livre quer comprar energia, quando a distribuidora vende para ele a R\$40, R\$45 o MW/h, como disse o professor Luís Pinguelli Rosa, ou seja, mais ou menos US\$20, e vem um produtor independente oferecer para ele a R\$60, R\$70, R\$80 – os mais bonzinhos, R\$70, os mais mauzinhos, a R\$80! O consumidor, evidentemente, continua na concessionária. A concessionária também não está interessada em contratar, porque esse cliente amanhã pode sair dela. Então, há um impasse; ninguém tem interesse em contratar energia nova.

Segundo, criou-se um conceito diferente. Tradicionalmente, o setor elétrico tinha um conceito, que era o conceito de energia firme, que era quantidade de energia que se pode garantir em condições hidrológicas críticas, que é mais ou menos o que estamos vivendo hoje. Não estamos em regime crítico ainda; surpreendentemente, o regime não é crítico, estamos num regime de baixa pluviosimetria, mas não é o período crítico, pelo menos não está caracterizado aqui o período crítico. E criou-se um conceito chamado energia assegurada, que permitiu às concessionárias assinarem contratos com base numa energia que, hoje se verifica, não existe. Ou seja, elas assinaram contratos com os distribuidores. Os distribuidores estão contratados; portanto, do ponto de vista de contra-

to, estão preparados para atender ao mercado. Porém, quem criou o conceito de energia assegurada permitiu-lhes contratarem uma energia que não existe. Hoje está claro que essas energias asseguradas foram superestimadas. Esse é um outro problema que criou uma dificuldade que hoje estamos vivendo.

Então, criaram-se regras inadequadas com conceitos inadequados. Além disso, o terceiro elemento, como disse, é o fato de os nossos custos serem crescentes. No resto do mundo, onde se fez privatização com relativo sucesso, sucesso do ponto de vista da expansão do sistema, como foi o caso da Inglaterra, da Argentina, onde houve expansão, isso advém do fato de que os custos das centrais existentes, o custo de produção, era superior ao custo das usinas novas que entravam no sistema. As centrais eram térmicas – eram centrais que usavam carvão, no caso da Inglaterra; boa parte do parque argentino era um parque térmico muito ultrapassado, extremamente ineficiente. As térmicas novas, térmicas a gás, são muito eficientes, com custos marginais inferiores, com custos incrementais inferiores. Então, é claro que há todo o interesse em construir e expandir. O caso brasileiro é inverso. O caso brasileiro é de custos menores dos entrantes. Então, os entrantes não conseguem conquistar mercado; não há incentivo para expansão. O nosso caso não poderia ser tratado da forma como foi tratado, imaginando-se que necessariamente o mercado viria a produzir a expansão. O mercado não produz a expansão (teoria econômica) em condições de custos crescentes. É preciso criar uma nova forma de organizar o mercado para conseguir isso. Esse é um elemento essencial, que foi mal compreendido, no caso brasileiro.

Bem, finalizo minha análise do passado e falarei do futuro, que acredito que foi a proposta feita. Mas isso foi importante a fim de explicar porque considero fundamental falar de minhas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – E V. S^a ainda dispõe de sete minutos.

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Vou utilizar um pouco mais, talvez doze. O primeiro elemento diz respeito às propostas. Penso que devemos encaminhar propostas em duas direções. As de curto prazo e as de médio e longo prazos. No curto prazo, não vejo outra solução senão administrar a crise. Ou seja, nos próximos seis, oito meses podemos fazer muito pouco. É claro que se deve procurar agilizar as térmicas em andamento, a co-geração, concordo plenamente com o Dr. Pinguelli, que está correto. Tudo que puder ser feito a curto prazo a fim de expandir a oferta é po-

sitivo. Porém, evidentemente, por mais que se faça, não será suficiente para responder ao problema da redução do consumo. Ou seja, os reservatórios alcançaram um patamar em que terão de ser recuperado, o que levará dois ou três anos, e, portanto, precisamos expandir rapidamente a oferta. E isso não se faz em seis meses.

No médio prazo, penso que é necessário definir o modelo, pois da forma como está estruturado não incentiva a expansão. E o principal problema no Brasil é incentivar a expansão, que constitui o melhor mecanismo para reduzir os custos de abastecimento e, assim, voltarmos – conforme colocou corretamente o Professor Luís Pinguelli Rosa – à principal vantagem que o Brasil sempre teve, nesses últimos 50 anos, que era o suprimento elétrico a baixo custo. Passamos de uma situação de vantagem comparativa a uma de desvantagem comparativa. Atualmente, nosso sistema elétrico está se tornando mais um elemento do custo Brasil. Para voltar àquela situação, é fundamental a expansão. Só a expansão garante que voltaremos a ter custos mais baixos. Assim, é preciso criar regras que incentivem a expansão.

No curto prazo, o que fazer? Creio que temos três elementos que devem ser levados em conta. O Governo está equivocado ao imaginar que o mercado vai administrar o racionamento. O mercado não administra racionamento. Racionamento se administra por coordenação centralizada de um elemento que pensa o racionamento do ponto de vista de uma perspectiva maior do que o do agente privado. Da perspectiva do País. E isso é papel do Governo. O Governo tem de ter papel de coordenação nesse processo. Isso significa que é fundamental que sejam criadas câmaras setoriais com a presença do Governo, a fim de negociar entre as empresas a possibilidade de acomodação de quotas.

Ou seja, dentre os cenários possíveis de redução de consumo, o pior de todos é certamente o apagão. O apagão é um desastre, do ponto de vista de solução, porque gera profunda desorganização social e desorganização das cadeias produtivas. Logo, é a pior solução. A solução proposta pelo Governo, de acomodação por meio de sistemas de preços de leilões, é uma solução melhor que o apagão. Mas certamente ainda é insuficiente, porque os leilões são mecanismos que só serão operados por alguns poucos agentes que têm capacidade de se organizar em um prazo tão curto para fazer isso. E também os preços propostos assustam. São difíceis. Como colocou a

Deputada Jandira Feghali, R\$684,00 é algo já afasta muitos da possibilidade de participar do leilão.

A administração disso é fundamental. Por exemplo, quem produz o aço tem um consumo de energia elétrica por unidade de valor agregado diferente de quem produz a autopeça, de quem produz o automóvel, de quem finalmente distribui o automóvel à revendedora. Portanto, para que a cadeia produtiva funcione, é necessário que haja metas diferenciadas entre eles. É claro que o Governo não pode tomar todas as cadeias produtivas e, em um mês, analisá-las individualmente. As câmaras setoriais são mecanismos para isso. E a forma de distribuir é ser racionalmente e fixando eventualmente preços diferenciados para intercâmbio para cadeias produtivas diferenciadas que têm condições diferentes de operação e que são mais importantes. Esse é um papel inalienável do Governo, que poderia e deveria imediatamente assumir.

O segundo elemento importante. É claro que se olharmos o aparelho produtivo brasileiro hoje, a concentração da redução do consumo tem de ser feita em cima dos eletrointensivos, pois são os que consomem muita energia agregando pouco valor por quilowatt de hora consumida. Então, é nesse setor que o Governo deve focar a sua atenção e visualizar a melhor maneira de minimizar o sofrimento que teremos necessariamente pelo fato de reduzirmos o consumo. Ainda que todos devamos contribuir, não apenas os eletrointensivos, mas o foco da atenção tem que ser em cima desse setor.

Finalmente, eu penso que é inexorável um aumento tarifário. Como o Professor Pinguelli colocou bem, um aumento tarifário não deve ser orientado para os consumidores residenciais que já estão num patamar de preço muito elevado. Esse aumento tarifário tem que cair em cima daqueles que têm tarifas muito baixas. E sabemos quais são esses setores: são exatamente os setores eletrointensivos, que, aliás, deverão se recomodar, terão que rever a sua estratégia empresarial à luz do fato de que o preço da energia que eles pagam hoje é incompatível no Brasil, pelo menos a curto e médio prazo. Pode até ser que, no longo prazo, possamos voltar a essa situação, se aqueles custos de geração hidroelétrica apontados pelo Professor Pinguelli vierem a se confirmar. Mas, no momento, é impossível termos entrada de energia nova naqueles preços, porque essas centrais terão quatro ou cinco anos para serem construídas. Então, penso que é fundamental um aumento tarifário para o mercado atacadista, para sinalizar claramente a esses industriais que eles têm que rever a sua estraté-

gia empresarial e não podem mais usar a estratégia de utilizar o Brasil como plataforma de geração, de uso de energia elétrica barata, para desenvolver os seus negócios.

Com esses três elementos, cumpro o curto prazo. Vamos pensar agora em médio e longo prazo. No médio e longo prazos, como eu já disse, temos que, primeiro, criar condições favoráveis para o investimento, que é o elemento fundamental, e temos que redefinir o papel entre o Estado e o setor privado. A idéia do Governo – inocente, na minha opinião, e hoje clara para todos, inclusive para quem tem cabeça no Governo, imagino eu – de que o setor elétrico pode ser operado pelo mercado, enquanto o Governo olha de longe, é uma idéia, em particular em um país como o nosso, que desde o início eu considerava de uma inocência brutal, o que é mais visível hoje. Um país com essa diversidade regional, com essa diversidade de situações sociais, é incompatível com um governo que simplesmente regula. O governo tem que ter um papel nesse setor. O problema, então, é qual é esse papel. E, para rever esse papel, é preciso rever o modelo. O modelo tem que ser revisito. Tem que ser colocado o governo nesse modelo.

Com relação a viabilizar o investimento, é fundamental reduzir os riscos para os investidores privados. Hoje, os riscos para o investidor privado são muito elevados. Se quisermos atrair capital privado – nós precisamos de capital privado nesse setor –, é preciso reduzir riscos. Que riscos, em particular? O primeiro deles é o risco da desvalorização cambial. É claro que eu considero inadequado o governo simplesmente dolarizar tarifas ou assumir toda a desvalorização cambial; essa seria uma fórmula inadequada de gerir um problema de risco. Agora, eu também penso que é razoável aceitar que o setor privado tem dificuldade de assumir desvalorizações cambiais brutais, como pode estar ocorrendo, na verdade, nesse período que nós estamos vivendo. Com 27% ou 30% de desvalorização, é difícil um setor privado conseguir comprar hedge, comprar proteção, para uma desvalorização dessa magnitude. Então, a solução que me parece palatável é o governo dizer o seguinte.

Até 15% de desvalorização, que é um número que estou tirando da algibeira, que poderia ser 10% ou 12%, isso é do investidor privado, ele tem que assumir esse risco. Agora, o que eu garanto é que, se houver uma máxima desvalorização, se as desvalorizações num ano ultrapassarem o patamar de 10% ou 12%, o governo assume, porque eu sei que é impossível comprar proteção para isso se não a um preço

muito elevado, que inviabiliza o investimento. Então, esse é um elemento que poderia ser colocado pelo governo.

O segundo elemento importante, que já foi colocado aqui, é a questão do gás natural. O mercado de gás natural no Brasil não é um mercado concorrencial. Foram feitos contratos, no passado, com preços elevados, o que dificulta a entrada do gás natural na geração elétrica. Na verdade, nós consumimos gás, inclusive o que está sendo queimado na Bacia de Campos, que deveria estar sendo utilizado. É preciso que esse gás chegue até as termoeletricas no preço do gás natural brasileiro, e não num mix com o gás importado, que é mais caro, o que me leva sempre à dúvida. Um brincadeira que eu faço, desculpe-me o Senador se eu estou exorbitando aqui da minha possibilidade, mas o Brasil está subsidiando a importação de gás da Bolívia, o que é inusitado, subsidiar exportação, eu sabia, mas subsidiar importação, é uma novidade que estamos introduzindo no Brasil.

Segundo, é preciso criar condições de repasse integral. As distribuidoras estão reclamando e alegando que de todos os custos não controlados precisa haver repasse integral. Precisa haver essa solução e não há outro caminho, os custos que a distribuidora não controla precisam ser, necessariamente, repassados.

O elemento para induzir investimento é assumir que sem certos riscos é inaceitável o setor privado e cabe ao Estado assumir. O primeiro deles e o mais importante, na minha opinião – em que há um papel fundamental do Estado – é que a margem de reserva tem que ser do Estado. Por quê? Diferentemente de outros países estabilizados, industriais, que já têm economia estabilizada e crescimento do consumo relativamente pequeno – na Inglaterra o mercado cresce 0,5% ao ano, nos Estados 1,5% ao ano, no melhor dos anos, 1% –; o Brasil pode crescer tanto 5%, como 7% ou 2%. Se for 2% ao ano durante três anos, ou 7% ao ano, durante três anos, ver-se-á a dimensão de necessidade de expansão que tem. Com 7% ao ano tenho que aumentar 20% o parque gerador, com 60 tenho que construir 12 gigawatts. Se eu fizer 2% ao ano, temo que aumentar só 7%, temo que crescer só 4 megawatts. Então, tenho 8 gigawatts de diferença. Que empresa privada vai construir 12 gigawatts para uma eventualidade de crescimento econômico que o Governo disse que vai acontecer, se ela não tem confiança?

Então, só quem pode ter confiança no Brasil – deve ter, nós temos – somos nós brasileiros. Quem

nos representa? O Governo. Cabe ao Governo criar essa margem de reserva e garanti-la, para que, nas situações de flutuação de comportamento de mercado, essa parte de reserva possa ser colocada no mercado na hora adequada.

Outro elemento importante para o Governo: as hidroelétricas, pequenas centrais elétricas de 30, 40 ou 50 megawatts o setor privado talvez esteja disposto a fazer. No caso das grandes hidroelétricas de 100, 200, 300, 500 ou 1.000 megawatts, não há consórcio privado que fará esse tipo de central. Esse é o papel do Governo. O Governo tem que investir nessas centrais. Por quê as hidroelétricas? Por que elas são a forma mais barata, é uma vantagem do Brasil. O Brasil não tem uma desvantagem, tem a vantagem de poder fazer a hidroelétrica, mas o mercado é míope, olha isso por um prazo de cinco a dez anos, e uma hidroelétrica nossa ficará 50 ou 60 anos; algumas existem há mais de 80 anos. Este é o papel do Governo: olhar o mundo além dos 5, 10 ou 15 anos do investidor privado. Nesse papel o Governo tem que entrar. Evidentemente, já falei sobre absorver as desvalorizações acima de 15%.

Chego ao meu elemento fundamental, que é a divisão de papéis. Qual é o papel do Governo? Qual é o papel do setor privado? Vejo no setor público três papéis que ele deve ter: a transmissão e operação do sistema não podem ser privados; devem ser mantidos nas mãos do Governo. Por quê? Porque a transmissão liga o País, conecta o sul com o norte, o nordeste com o sudeste. Quem se preocupa com o País é o Governo, nenhum capital privado faz isso. Cabe ao Governo criar a infra-estrutura para que possa chegar energia do nordeste ao sul e do sul ao nordeste nos seus momentos necessários. Isso é papel do Governo e ele não pode abrir mão dele. Aliás, são poucos os países que fizeram isso. Só fizeram isso aqueles que têm todo sistema de transmissão construído e não precisam expandir. É o caso da Inglaterra, onde, na verdade, não há expansão do sistema e não há necessidade de linhas de transmissão. No Brasil, que é um País em crescimento, em desenvolvimento, regiões como o nordeste e o norte, em crescimento, não podem abrir mão desse elemento. Esse é um papel que o Governo deveria manter.

Já disse da gestão da margem de reserva. O desenvolvimento do potencial hidrelétrico é um papel do Governo, ainda que o capital privado possa ter um papel para as centrais pequenas por que ele se interesse. Mas o papel central é do Governo.

Como fica o setor privado nisso? Já está mais ou menos definido. A distribuição está como o setor privado, e não vejo razão para tirarmos, está ótimo. Estão fazendo um trabalho razoável de melhoria da eficiência desses setores.

Outro elemento é a comercialização da energia. Ou seja, colocar a energia até o consumidor final é um elemento que eles podem fazer e negociar. É claro que tenho um improviso, pois considero importante que seja feita algum mecanismo de proteção dos consumidores de baixo consumo. É preciso ter tarifas que permitam aos milhões de brasileiros que não têm uma renda elevada e aos outros que nem têm energia elétrica a universalização do acesso e a energia para quem usa abaixo de 200Kw/h deveria ser vendida a preço baixo. Penso que esse é um elemento que pode ser feito.

Finalmente, o desenvolvimento do parque térmico. No parque térmico, não há razão para o setor estatal entrar. Poderia ser deixado no âmbito privado. Com isso chego aos elementos de revisão do modelo. Um dos equívocos que foram feitos no Brasil em relação ao modelo foi a tentativa de criar um mercado spot a partir de um parque hidrelétrico que, sabemos, tem flutuações de oferta multidiferenciada, que faz com que o curso marginal caia de forma muito rápida.

Poderíamos aproveitar a experiência norueguesa, que teve um caminho paulatino. Quer dizer, foi um caminho progressivo, ou seja, eles primeiro criaram um mercado para a energia secundária do sistema, que é uma energia barata, e nós poderíamos criar um mercado da energia secundária, que é uma energia temporária e, portanto, não pode ser contratada. É energia que só pode ser vendida para dois tipos de consumidores, que são as próprias térmicas para fazer o que o Professor Luís Pinguelli Rosa expôs, na minha opinião, corretamente, só usar combustível quando não existir energia secundária no sistema, porque essa é a energia mais barata que temos. É ela que temos de aproveitar e não fazer como o modelo está sugerindo de criarmos várias térmicas em regime inflexível, usando em regime tercopil (termo sem tradução) o gás e que rendo um PPA na outra ponta e, quando vemos água, vamos jogá-la pelo vertedouro. Quer dizer, nosso principal recurso, o recurso mais barato vamos jogar pelo vertedouro. Ou seja, um equívoco de construção do modelo, na minha opinião.

Esse mercado de acesso para os consumidores. Aqueles que trabalham com o alumínio, que querem energia barata, terão energia barata. É energia

secundária, mas é energia não garantida, energia interruptível. Quando faltar, não tem energia. Ele assume o risco de trabalhar com energia interruptível porque sabe gerenciar esse tipo de problema.

Vou parar por aqui, pois esse é o elemento fundamental. Se houver interesse, depois posso falar, pois se trata de um desenvolvimento mais técnico em outras coisas que deveriam ser feitas.

Agradeço, mais uma vez, o convite. Peço desculpas por ter sido, talvez, um pouco indelicado quando falei da irresponsabilidade, mas estou aqui à disposição para perguntas e questões.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr. Adilson de Oliveira.

Concedo a palavra ao Dr. Mauricio Tolmasquim, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. V. S^a dispõe de 20 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Obrigado. Eu gostaria de agradecer o convite da Comissão Mista. Vou atender a solicitação do Senador Paulo Souto e centrar mais na questão dos problemas estruturais, das mudanças no modelo. A origem da crise, como já foi dito outras vezes, já está claro. Creio que há um consenso. Sendo assim, atenderei ao pedido do Senador e vou-me concentrar nos problemas.

O primeiro deles e o central diz respeito ao modelo de privatização proposto. Por esse modelo, a geradora, uma vez privatizada, pode optar e se tornar produtora independente ou continuar como concessionária de serviços públicos. O que significa isso? Por esse modelo, a responsabilidade pelo atendimento do mercado passa a ser exclusivamente da distribuidora, porque a distribuidora continua a ser uma concessionária de serviço público. Qual o problema? O produtor independente, ao contrário da concessionária, não tem a mesma responsabilidade em termos da expansão do sistema. A lógica é a seguinte: se tiver demanda para energia, as empresas vão investir, independentemente de haver ou não metas obrigatórias nos contratos de concessão.

Ora, a crise que estamos vivendo hoje mostra quão falacioso é esse raciocínio. Já há algum tempo que é nítido o descompasso entre o crescimento da demanda e o crescimento da oferta, sinalizando, portanto, a necessidade de novos investimentos. Nem por isso, o sinal de mercado foi suficiente para que os investimentos ocorressem.

Uma solução que vem sendo proposta pelo Governo para sanar esse problema seria a inclusão, no edital de privatização, da exigência de um certo per-

centual de investimento em nova geração pelas empresas privatizadas, pelo produtor independente. Eu não tenho certeza se foi incluída essa cláusula no edital de privatização das gerações. Penso que não, mas não tenho certeza. No que diz respeito às outras, foi incluída a cláusula no edital de privatização da Cesp-Tietê e da Cesp-Paranapanema, vendida em 1999 pelo Governo de São Paulo, exigindo um aumento de 15% na oferta de energia nos oito primeiros anos do contrato de concessão. Essa cláusula é nitidamente suficiente se lembrarmos que o contrato tem duração de trinta anos. Então, colocaram 15% durante os primeiros oito anos, mas o contrato tem duração de trinta anos. O edital de privatização da Cesp-Paraná traz uma meta de expansão de energia de 16,5% para os próximos oito anos. Esse valor também é irrisório, visto que o ritmo de crescimento do mercado de energia do Brasil é cerca de 5%, ou seja, ele cresce 48% nos oito anos e estão exigindo 16%.

É importante mencionar que esse sistema de transformar as empresas concessionárias de serviço público em produtoras independentes foi seguido no Reino Unido. Agora, no Reino Unido – país, aliás, no qual a reforma brasileira se inspirou –, a privatização, em 90, foi realmente seguida por uma massiva onda de investimentos novos. Para se ter uma idéia, nos dois primeiros anos, foi-se encomendada uma quantidade de usinas novas, no Reino Unido, suficiente para atender até mesmo à crescente demanda da economia brasileira.

Então, nesse ponto, seria legítimo se perguntar o seguinte: por que, na Grã-Bretanha, houve essa expansão e, no Brasil, não houve essa expansão? Será que o Brasil está fazendo algo errado? É um problema transitório? Então, vamos entender por que a experiência com novos investimentos na Grã-Bretanha foi tão diferente da que ocorreu no Brasil. Por que, na Grã-Bretanha, houve esses investimentos e, no Brasil, as empresas internacionais de geração não estavam e ainda não estão confiando e fazendo os investimentos? Ora, no antigo modelo monopolista da indústria elétrica de propriedade estatal ou privada, a resposta para essa expansão era simples. Existia a necessidade de ampliar a capacidade de geração e, se existia essa necessidade, então, pelo contrato de concessão, obrigavam-se as empresas a fazerem esse investimento, sendo que as empresas tinham garantido um nível razoável de lucratividade. Era assim que funcionava. Ora, num mercado competitivo, seja ele elétrico ou de outro bem qualquer, o critério para o investimento é a lucratividade esperada e a

avaliação do risco envolvido. Por exemplo, os acionistas das empresas da França, da Espanha ou dos Estados Unidos, compreensivelmente, não têm razão nenhuma em investir no Brasil para resolver a falta de energia no Brasil, se eles não obtiverem o retorno financeiro desejado. Isso é lógico. Em um mercado livre, ninguém pode ser forçado a investir – esse é o princípio do mercado. É claro que, para a maioria dos produtos normais, a escassez vai ser um ótimo indicador de que pode ser obtido lucro, mas a eletricidade não é um produto normal. Para a maioria dos produtos, os consumidores podem manter estoques que podem ser utilizados para suavizar os períodos de preços altos. Um produto diferente pode frequentemente ser substituído. Um exemplo: se estiver faltando carne bovina, podemos comer peixe. Pode-se utilizar bens importados para atender a produção nacional. No caso da eletricidade, nenhuma dessas condições pode ser utilizada. Além disso, os investimentos em novas plantas, no caso do setor elétrico, são muito altos, e leva-se de três a quatro anos do início do planejamento até a entrada em operação. Elas precisam mais ou menos de uma década para pagar o custo do investimento.

Portanto, o fato de o Brasil estar agora com falta de energia não vai influenciar de maneira nenhuma os potenciais investidores. No momento em que esses investidores conseguirem dar resposta à falta de energia, isso já poderá ter desaparecido. Portanto, a usina que venham a construir pode até dar lucro por um ano ou dois, mas, logo em seguida, terá de ser jogada fora, no mercado, por plantas mais baratas, que podem surgir e fazê-los perder dinheiro.

Se observarmos o exemplo do Reino Unido, dois anos após a privatização fica claro que as empresas que investiram não têm nada a ver com a demanda. Se nada tivesse sido feito em termos de investimento novo no Reino Unido após a privatização, não teria havido problema nenhum, as luzes lá ainda estariam acesas. Não foi a demanda que forçou os investimentos.

O que aconteceu no Reino Unido? Havia dois grupos de empresas que encomendaram plantas. Primeiro, as duas empresas geradoras que foram privatizadas, a National Power e a Power-Gen, e depois um grupo de doze empresas de distribuição que foram privatizadas.

No caso da National Power e da Power-Gen, por que elas investiram? Porque elas constituíam, na época, em um duopólio. Só existiam essas duas empresas e elas tinham o controle sobre o preço do mer-

cado. E podiam também passar os custos para os consumidores finais.

No caso das empresas distribuidoras, a preocupação era o inverso. Como estavam na mão desse oligopólio, tinham como justificativa e como motivador investir na geração própria para justamente poder, até o limite de 15% que lhes eram dado, fugir desse duopólio.

O que havia trás delas? Havia a expectativa de passar todo o risco e aumento de custo que elas tivessem para o consumidor cativo, porque elas os tinham naquele momento.

A lição principal que tiramos do sistema inglês e que é relevante para o caso brasileiro é que a onda de investimentos que ocorreu não foi por necessidade nem por um sinal de mercado. Os investimentos que ocorreram na Inglaterra foram possíveis somente porque houve justamente uma falha de mercado.

Os investimentos ocorreram na Inglaterra devido ao fato de a geração ser suprida por um duopólio e pelos consumidores cativos bancarem os riscos do investimento. Não foi, portanto, o mercado que resolveu o problema do investimento na Inglaterra, foi, de fato, a falta do mercado. Foi a falha do mercado que deu segurança para que os investimentos ocorressem.

Esse é um elemento fundamental para entender o problema brasileiro. Se a Inglaterra tem esse programa de produção independente, os Estados Unidos têm outro, que é um sistema misto, em vários estados, em que prevalece o serviço público, e há a produção independente ao lado do serviço público. Nos Estados Unidos, ao contrário da Inglaterra e do que é proposto pelo modelo brasileiro, a criação da figura do produtor independente não representou o fim da concessionária de serviço público. A criação do produtor independente foi positiva porque abriu espaço para o setor privado fazer novos investimentos: pequenas centrais, termoeletricas, co-geração, fontes alternativas. Ao mesmo tempo, manteve-se o serviço público de geração onde o Estado tem um poder direto de intervenção, de controle direto da expansão. Esse é o primeiro passo fundamental. A idéia de que o mercado poderá resolver tudo por meio dos produtores independentes é falsa. A experiência internacional mostra que não é bem assim, fora a experiência brasileira que vivemos agora.

O segundo problema, que está extremamente relacionado ao primeiro, diz respeito ao fato de o modelo do setor elétrico brasileiro ter abandonado o planejamento determinativo. No modelo de planejam-

to determinativo ordenavam-se as usinas em ordem crescente de custos. Como havia concessionárias de serviço público, atribuía-se às concessionárias de serviço público a responsabilidade pela implementação do plano. Ora, adotou-se no lugar do planejamento determinativo um planejamento indicativo. Neste listamos as usinas, mas não existe a obrigação de fazer os empreendimentos. É uma lista indicativa. As usinas são postas em licitação e aguarda-se que alguém faça uma proposta. Se não há propostas, as usinas não são construídas. Na lógica do planejamento determinativo, o que se fazia? Iamos explorando os empreendimentos em ordem crescente de custo, ou seja, do investimento mais barato ao mais caro. O que aconteceu agora no Brasil? Como abandonamos esse tipo de investimentos, demos um salto em termos de custo. Estamos subindo os degraus em termos de custo. Pulamos vários degraus. A termoelétrica a R\$80,00 megawatt/hora não seria o próximo degrau da nossa seqüência de custo. Oitenta reais por megawatt/hora é o custo marginal internacional e não brasileiro. Então, o sinal que está sendo utilizado, R\$80,00, não é o nosso custo marginal. Saltamos vários degraus em uma escada que galgávamos passo a passo.

Falarei sobre o terceiro problema. Juntando a ausência de um planejamento determinativo, o fato de haver restrições aos investimentos das estatais e o interesse de atrair capital privado para as termoeletricas a gás natural, que estavam sobrando, foi lançado, justamente, o estímulo à introdução de termoeletricas. Sem dúvida alguma, as termoeletricas têm um papel importante: o de complementar o sistema hídrico. O professor Pinguelli e o Professor Adilson falaram que as termoeletricas entram complementando o sistema hídrico. As termoeletricas não vão entrar, no momento, complementando o sistema hídrico, mas na base, substituindo as hidroelétricas. Por quê? Existe um contrato. Como o Professor Adilson Oliveira mostrou bem, foi feito o contrato de compra de gás do tipo take or pay com a Bolívia, pelo qual se tem que pagar pelo gás, mesmo que não se consuma. Ora, o empreendedor da usina termoeletrica, já que tem de pagar mesmo que não se consuma, tem que colocar aquela termoeletrica operando o tempo todo.

Então, poderíamos chegar, como foi bem apontado, à irracionalidade no Brasil de, quando os reservatórios subirem, termos que verter água, jogar água fora, e consumir o gás importado. É claro que a solução para isso, para não consumirmos esse gás, seria pagarmos as termoeletricas para ficarem paradas, o

que, de qualquer jeito, teremos de fazer, o que é uma outra irracionalidade.

Encaminhando para a conclusão, eu queria apresentar um outro ponto, que diz respeito ao notafário. Veja bem: hoje, como foi bem apontado, as tarifas residenciais são, no Brasil, mais caras do que em vários países desenvolvidos. Foram dados números, ela é mais cara do que no Canadá, na França, do que na maioria dos Estados americanos. Então, temos no setor residencial uma energia bastante cara. Essa energia cara no setor residencial é decorrência dos aumentos que ocorreram na década de 90, justamente, em primeiro lugar, para compensar as tarifas que estavam, é claro, muito achatadas anteriormente, devido à política industrial e macroeconômica, mas, por outro lado, para viabilizar a privatização das distribuidoras. De tal maneira que, no período que precedeu à privatização, entre 1989 e 1994, as tarifas residenciais no Brasil aumentaram, em termos reais, 77%. Se pegarmos nesse mesmo período as tarifas nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), elas aumentaram apenas 17%.

No período pós privatização, os aumentos também são enormes. Em termos nominais, entre 1995 e 2001, as tarifas do setor residencial aumentaram 125%. O IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) aumentou apenas 83%. Se pegarmos o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), ele aumentou apenas 67%. Então, houve um aumento real muito grande.

O mais extraordinário é que houve um descompasso entre o aumento das tarifas do setor residencial e as tarifas industriais. No início da década de 90, a tarifa residencial brasileira era 50% maior que a industrial. Hoje, ela é 130% maior do que a tarifa industrial; um consumidor residencial paga 130% a mais do que o consumidor industrial.

É claro que no mundo todo a tarifa industrial é um pouco mais barata, porque é uma carga concentrada e existe a questão da política industrial, mas acho que está havendo um certo exagero aqui, com esse subsídio cruzado. Claro que tem que haver uma diferença, mas é absurdo o nível de subsídio que o consumidor residencial dá para a indústria no Brasil.

Agora, a situação pode ficar muito mais grave a partir de 2003. O que vai acontecer a partir de 2003? Existe uma bomba armando, que vai explodir se não a desarmarmos. Hoje, existem contratos bilaterais entre as geradoras e as distribuidoras, ou seja, existe o que a gente chama de energia velha, a tal energia comercializada a R\$40,00 por megawatt/hora. A partir

de 2003, as geradoras terão direito de comercializar 25% da sua energia livremente. Em 2004, 50%, em 2005 75%, até que em 2006 ela poderá fazer todos os seus contratos novos.

Ora, como vão estar entrando termoeletricas a R\$80,00 os novos contratos? Por que as empresas mantêm seus contratos a R\$40 e não a R\$80? Estaremos pressionados, a cada ano, de 2003 até 2006, a praticamente dobrar o preço da energia, com todas as consequências que isso poderá trazer para as indústrias, para o custo Brasil, para a sociedade.

Essa situação poderá ser muito mais grave se privatizarem as usinas existentes, e direi o porquê. Atualmente, algumas usinas geram energia muito barata como, por exemplo, as usinas de Marimbondo, Furnas, Luis Carlos de Barreto, Mascari de Moraes – há uma lista. Saiba bem a quanto geram energia? Entre R\$4 a R\$6 reais por megawatt/hora. E por quê? São usinas muito antigas que estão vertendo água e gerando energia muito barata.

As empresas estatais, tanto atualmente quanto no futuro, têm certa condição de manter um custo de energia mais baixo, porque algumas usinas têm energia a um custo de praticamente zero.

É claro que não se vai vender uma usina estimando o valor de R\$4 ou R\$7, pois seria dar a usina para o empreendedor privado. Não se vai fazer isso. Como se deve estimar o preço? Projeta-se a receita futura, de acordo com os preços de mercado, desconta-se para o valor presente e vende-se para o empresário. Assim, quem comprar a usina não terá mais aquela energia barata, aquele potencial de fixar um preço barato, pois comprou a usina pelo preço de mercado. O empresário precisará colocar a energia no mercado ao preço do custo marginal, ou seja, R\$80 por megawatt/hora.

Perdemos aquele colchão. Isto em economia se chama renda: a diferença entre o custo da energia velha e o preço de mercado é uma renda que o produtor e o Estado têm. Quando privatizamos, essa renda sai do setor energético e passa para a área econômica para abater a dívida. O setor energético perde essa renda; é uma capacidade que o setor energético tinha para investir e que não tem mais. Aquela renda da área energética será transferida para a área econômica para abater dívida. A questão da privatização tem esse problema central, que é perder essas usinas baratas.

Apesar de o tempo estar chegando ao final, pretendo dizer que esses são apenas alguns dos graves problemas estruturais desse modelo e que precisam

ser resolvidos, pensados. Está na hora de rediscutirmos a questão. Não penso que devemos fazer uma volta ao passado. Concordo que devemos pensar o futuro, considerar o novo cenário existente e o fato de termos empresas privadas na área de distribuição, além de contratos de gás com a Bolívia na realidade atual. Devemos pensar o modelo para não cair nessa irracionalidade que provavelmente acontecerá no futuro.

Estou querendo mostrar que a crise que estamos vivendo pode ser apenas a ponta do iceberg de uma crise estrutural muito maior, se não forem tomadas as medidas necessárias para corrigir os problemas graves que se apresentam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Agradeço o Dr. Mauricio Tolmasquim.

Concedo a palavra ao Dr. Ildo Sauer, Professor da Universidade de São Paulo, que disporá de até vinte minutos para sua exposição.

O SR. ILDO SAUER – Sr. Presidente, também não pretendo reavivar a discussão sobre o diagnóstico da origem da crise, mas, de qualquer maneira, brevemente, em dois ou três minutos, pretendo retomar o gráfico que o Dr. Pinguelli já havia apresentado. Esse gráfico foi elaborado por nós na USP há algum tempo, até em resposta a recentes declarações de autoridades, inclusive do Diretor da ANP, dizendo que esses dados que apresentei não tinham fundamento e não correspondiam à realidade. Dessa forma, reafirmo aqui que, de fato, este é o paradigma de uso dos reservatórios nos últimos anos, que nos conduziu à crise. Infelizmente, a continuidade do gráfico não está aqui, mas, em abril de 2001, terminamos com 33%. A queda atípica é de 30 a 50% nos níveis dos reservatórios médios do Sudeste, do final de abril até dezembro, o que traria, de fato, o risco de chegarmos em setembro, outubro ou novembro sem água alguma, com o País parado por falta de energia.

A expectativa anunciada de que, nos últimos dois anos, a chuva foi muito abaixo do esperado também não é verdade, porque está aqui plotada toda a série histórica das chuvas de 1931 até 1996, com acréscimo dos últimos dois anos, 2000 e 2001. O gráfico mostra simplesmente que tivemos a média, em verde, permitindo a fluência hidrológica a produção da ordem de 27 mil megawatts nos últimos dois anos; 5% abaixo no ano anterior; 12% no ano imediatamente anterior. De forma que ninguém estava autorizado a esperar que a chuva se comportasse de maneira diferente do que tem se comportado ao longo dos re-

tros históricos de que dispomos. Não vou além disso. Fica claro que a razão da crise foi a falta de investimentos, que não foram feitos porque as estatais não foram estimuladas nem incentivadas; ao contrário, foram proibidas. A iniciativa privada foi estimulada a comprar o que já estava pronto, inclusive com financiamentos do BNDES, conduzindo à crise, tão bem abordada pelo Pinguelli e pelo Adilson. Penso que há consenso em relação ao diagnóstico de todos nós. Não precisamos perder tanto tempo com isso.

A questão fundamental refere-se ao novo modelo, que está necessariamente sendo abandonado, e à busca de novas opções para o País. Começo discutindo alguns problemas estruturais do atual modelo, que está em implantação, para daí apontar soluções que entendo serem possíveis para mitigar a própria crise, pois creio que, tendo uma estratégia energética de médio e longo prazo como pano de fundo, fica muito mais fácil visualizar ações que, de maneira consistente, possam ser implementadas para mitigar a crise emergencial, já com horizonte voltado para algo mais duradouro.

Evidentemente, os problemas da crise energética são os seguintes: em primeiro lugar, em função de sua concepção, o modelo produziu aumento brutal nas tarifas. Isso já foi dito por todos, mas os números estão aqui. De 1995 para cá, as tarifas no setor residencial aumentaram 81% acima da inflação da Fipe, quando comparamos a tarifa média de 1995 com a de janeiro e fevereiro de 2001. E sabe-se agora que muitas concessionárias estão tendo aumentos. A própria Eletropaulo, de São Paulo, que ainda é a maior distribuidora do País, terá um aumento de 21%, em função do modelo do contrato de concessão, que garante o reajuste automático dos custos ditos não gerenciáveis – quando, na verdade, alguns o são – e a vinculação dessa parcela ao IGPM. Isso foi feito para garantir o interesse dos investidores e uma coisa fundamental do modelo: buscar a independência em relação ao Governo de qualquer mecanismo. Como diziam os consultores do próprio Governo na ocasião, era necessário que os investidores fossem protegidos de qualquer ameaça de algum governo populista em relação às tarifas, que é a grande atratividade. Por isso, adotou-se o IGPM e criou-se a Aneel para ser independente, embora hoje esta esteja interdita. Evidentemente, após ser interdita e declarada incapaz pelas medidas que criou a Câmara de Gestão, isso também já caiu por terra. É mais um motivo.

De qualquer maneira, as tarifas estão aqui. No setor residencial, ainda que nominalmente as tarifas

tenham sido equivalentes às do setor industrial e comercial, que aumentaram 25% acima da inflação nos últimos anos, o aumento brutal na tarifa média se deu por causa da mudança do critério de enquadramento das chamadas tarifas sociais, da cascata progressiva, do consumo de 0 a 30, que teve aumentos muito acima da inflação, em nome de um viés que, de fato, existia – havia casas de praia, flats que se beneficiavam disso: em vez de se jogar fora só a água do banho, jogou-se junto o bebê. Havia uma política mitigatória, corretiva, que derivava duma filosofia tarifária criada na década de 80, a qual praticava uma modulação marginalista para dar um sinal apropriado a cada consumidor de que a tarifa representasse algo que tem a ver com o custo que ele impõe ao sistema, incluídas aí as correções sociais para essas situações, e, ao mesmo tempo, transferia ao consumidor o benefício de que o custo médio de produção do sistema brasileiro favorecesse o sistema produtivo e o consumidor final. Isso foi sendo rompido no primeiro movimento da liberalização do mercado de energia no Brasil, com o aumento das tarifas da distribuição que beneficiasse, então, as distribuidoras e tornasse atrativas à privatização, ocasionando esse fenômeno que está aqui.

O segundo movimento que está em curso em relação ao modelo indica o movimento – o importante nessas transparências são os números, a tendência. Na tarifa média de distribuição, nota-se claramente, em 1995, o primeiro salto e os saltos posteriores, que conduziram a uma tarifa média que hoje, em dólar, no setor residencial, está acima da de muitos países do primeiro mundo – só perde, nos Estados Unidos, para Nova Iorque, Califórnia e outras cidades, incluindo Paris.

A parte preocupante, já abordada também, é a tarifa de suprimento. Aqui temos um número da ordem de R\$35,00 por megawatt/h, que hoje se aproxima um pouco dos R\$40,00 por megawatt/h, custo médio, portanto, tarifa média pela qual os 305 milhões de megawatts/h produzidos no Brasil hoje são transferidos das geradoras para as distribuidoras e, por conseguinte, aos consumidores finais. Hoje, a parte que não era produzida em 1999 já está liberada e sendo negociada por contratos bilaterais, mediados ou não pelo valor normativo, ou pelo mercado spot, para aquelas concessionárias que resolveram se expor a esse mercado. Então, o grande problema estrutural seria se prosseguíssemos no modelo com a privatização e, em seguida, concomitantemente, com a criação desse novo mecanismo de mercado competi-

tivo. Conceitualmente, há seríssimas dúvidas de que haverá comportamento dos agentes que aí entrarem na busca da competição. E há teóricos importantes que acham que um setor que vende um produto homogêneo como a eletricidade, indiferenciado, produzido por uma indústria com altos custos fixos, baixos custos operacionais, sujeitos à efetiva ação do dono, do gestor, raramente se presta a que o ambiente competitivo seja criado. Ou seja, quando se compra uma salsicha, compra-se pela marca, sabendo que é da Sadia, da Perdigão, ou de quem mais for; com carro acontece da mesma forma. Mas, com eletricidade, não se sabe quem é o produtor. Essa é a natureza homogênea e indiferenciada do produto citado. Nessas condições, dizem muitos teóricos, dificilmente os investidores que se sujeitassem à competição recuperariam seus custos. Sabendo disso previamente, eles têm toda a necessidade de se organizar para tentar controlar os preços por algum mecanismo ou restringir a oferta. É esse um dos argumentos que se dá para se explicar, em parte, a crise da Califórnia.

No mercado competitivo, além da sua base produzir aumento brutal, já abordado aqui, se o preço diretor da energia for de fato a térmica, a de gás natural importado, o que não é uma necessidade histórica, mas produto de uma decisão política que pode e deve ser revertida – e tentarei mostrar isso aqui, corroborando com o que outros também já disseram –, há outras alternativas mais inteligentes para expandir a oferta que não nos obrigam a seguir essa trajetória inevitável. De qualquer maneira, combinando a política que estava sendo proposta com o novo modelo, o que teríamos era, na emergência do mercado competitivo, progressivamente, as tarifas, todos os 305 milhões de megawatts/h produzidos pelas hidráulicas hoje ao ano seriam vendidos por tarifas da ordem de R\$90,00 a R\$100,00 o megawatt/h. Vejam a diferença: de R\$40,00 para R\$90,00 são R\$50,00; de R\$40,00 para R\$100,00 são R\$60,00 cada megawatt/h. Teríamos aí uma transferência de renda do setor produtivo, dos orçamentos das famílias, dos caixas das empresas para o setor elétrico, provavelmente investidores, da ordem de 15 – sessenta vezes três – a 18 bilhões de reais por ano. Se se configurar de que o preço diretor do mercado competitivo é o das térmicas, sinalizado por custos da ordem de quarenta dólares o megawatt-hora ao câmbio de hoje, a dois, dois reais e meio por dólar um megawatt-hora.

Esta é uma situação absolutamente dramática para o setor produtivo. Essa transição brutal, no horizonte de quatro anos, um aumento que se configura-

rá com repasses ao setor residencial, de um aumento de quarenta a cinquenta reais, em uma média de 170, significa um aumento de 30% a 40% no setor residencial. Trinta por cento ou, talvez, um pouco menos do que isso.

No setor industrial, com as altas tensões, que hoje pagam tarifas da ordem de quarenta a quarenta e cinco, um pouco mais de reais por megawatt-hora, significaria dobrar as suas tarifas. Evidentemente, há um pacto setorial na indústria e nas atividades econômicas, que é brutal, associalda à filosofia do novo modelo. Só por isso, eu costumava dizer que, se o modelo tivesse funcionado, ele seria muito ruim por aumentar as tarifas nessa direção. Revelou-se o desastre porque, acabou-se provocando, além disso tudo, o desabastecimento e a crise que nos encontramos hoje. De maneira que precisa ser revisto.

É importante dizer que uma das grandes razões é por que se dizia que a privatização era para abater a dívida pública, fornecer saúde, educação e segurança, que são objetivos de política geral. De qualquer maneira, a contribuição das privatizações da redução da dívida pública, de 1994 até 2000, aumentou de cento e sessenta bilhões de reais para mais de seiscentos bilhões, hoje.

Dependendo do critério do BNDES que se adote, usando câmbio de um a um, quando foram feitas – agora, convertidas a R\$ 2,50 ou R\$ 2,00 por um – variam de sessenta a cem bilhões de reais. De maneira que não é uma contribuição tão significativa para o equilíbrio das contas públicas.

O problema da dívida pública tem outra origem. Está em outro ponto do modelo de estabilização da economia. Se de um lado não se resolverem as dívidas, de outro estarão se criando problemas adicionais. O fato de 79% do investimento estrangeiro direto vindo ao Brasil ter ido para o setor da infra-estrutura, está fazendo com que o quadro das contas externas se agrave. Quem antes remitia algo como dez bilhões de dólares, por ano, a título de juros, de lucros e de dividendos, apresentava algo em torno de 28% das exportações. No ano passado, atingimos algo superior a 23 bilhões de dólares. Essa é uma tendência crescente que, rapidamente, está se expandindo, criando um problema sério nas contas públicas, e no equilíbrio das contas externas que se mostra agravado por aqui, porque, substancialmente, a evolução da dependência externa, investimentos estrangeiros diretos estão aqui e o déficit em transações correntes tem sido compensado por investimentos diretos estrangeiros até agora no País. Grande parte dele dedicado à

infra-estrutura. Há pouco o que se privatizar hoje. Essa tendência de remessas continua.

Portanto, temos um nó macroeconômico que tem um pé no setor da infra-estrutura e outro fundamental no setor elétrico, mostrando que a filosofia geral, tanto setorial, quanto a sua contribuição para o restante da economia exige uma revisão fundamental e que estamos, de fato, a caminho de questões mais sérias.

De qualquer maneira, não é o meu objetivo discutir aqui tão fundamentalmente essas questões, mas, acima de tudo, apontá-las.

O País dispõe, na segunda parte, como estratégia de energia, de opções muito interessantes para serem desenvolvidas. Elas devem ser consideradas nesse contexto. A mais importante, sem dúvida nenhuma, está colocada de maneira simplória nesta figura. Está mapeado o potencial hidrelétrico brasileiro a partir de dados do banco de dados oficiais da Eletrobrás, que vem compilando os estudos há anos. É a Base de Dados do Sipob – Sistema de Informações do Potencial Brasileiro. O que significam esses números? Primeiramente, estão em dólares, de 1998, quando o Real era um a um. Lembro-me bem de que a conversão não era ao câmbio do dia, porque 85% dos investimentos em uma hidroelétrica são em real, que usam fatores de produção nacionais, o que é uma diferenciação fundamental em relação às térmicas de grande porte, que dependem de gás importado – como o da Bolívia – e de equipamentos importados.

De qualquer maneira, temos aqui uma indicação de que algo como 50 mil megawatts de potencial hidráulico têm custos inferiores a US\$2 mil – praticamente R\$2 mil o quilowatt instalado –, indicando que seus custos serão muito inferiores aos das térmicas de grande porte, favorecidas pelas políticas oficiais propugnadas até agora, com a vantagem adicional de dependerem de fatores de produção nacionais: mão-de-obra, engenharia, tecnologia, equipamentos, obras civis. Evidente, o potencial brasileiro prossegue, chega até 70 mil megawatts, já com capacidade potencial e projeto básico mapeados. Temos, porém, além disso, um total de 200 mil megawatts, sem esse nível de detalhamento, disponíveis no País para as grandes centrais hidroelétricas. De forma que essa é uma agenda, um recurso que não pode ser negligenciado por um país que se pretendeiente da necessidade de prover infra-estrutura, dinamizar a sua economia e valorizar seus recursos.

De outra parte, temos no Brasil a possibilidade das pequenas centrais hidroelétricas, que podem cumprir um papel extremamente importante, mas que têm sido negligenciadas substancialmente até agora, embora haja alguns incentivos na legislação para elas. Mas não basta a autorização de que as tarifas de transporte da energia das PCHs e da distribuição tenham nível compatível com os custos delas, para que elas se tornem competitivas. É preciso ir além. É preciso buscar mecanismos de ação concreta, de ação afirmativa do Poder Público, para criar os incentivos, mecanismos de financiamento, assistência técnica e um conjunto de ações.

Dessa maneira, potência instalada da ordem de 2.800 megawatts, em PCHs, é possível. E há uma possibilidade de chegarmos até 10.000 megawatts, dependendo do nível de detalhamento em que se queiram buscar as estimativas. Além do mais, as pequenas centrais hidroelétricas podem ter um papel importante no desenvolvimento regional, considerando o uso múltiplo das águas para irrigação, navegação eventual — navegação não tem importância nesse caso —, mas piscicultura, irrigação, projetos turísticos e outras coisas.

Outra opção importante, além das grandes e pequenas centrais hidroelétricas, tem a ver com a repotencialização e modernização de usinas já existentes. Esse é um estudo feito por alunos nossos em relação às usinas da atual Tietê, ao tempo em que ainda pertencia à Cesp, que, pela configuração inicial, teria uma potência instalada da ordem de 2.600 megawatts. Depois, mudou um pouco, mas há uma indicação clara de que o potencial de acréscimo na potência instalada, mediante ações de modernização, seria da ordem de 300 megawatts. Portanto, algo como 10% de ganho em usinas já existentes.

Outra grande opção, evidentemente, do País situa-se em uma ação de curto prazo que pode se configurar em uma ação de longo prazo. Estou falando da co-geração. A co-geração no País tem sido negligenciada substancialmente até agora. Só para citar alguns países, os Estados Unidos têm 60 mil megawatts de capacidade instalada em co-geração; Holanda e Espanha, nos últimos anos, acrescentaram quase nada em geração convencional, basicamente em co-geração, mercê da disponibilidade de combustíveis. No caso brasileiro, há uma estimativa que resolve tirar do plano decenal da Eletrobrás, embora haja outras estimativas mais otimistas que isso, em relação às possibilidades de aumentar, no setor industrial, alimentos e bebidas, basicamente do setor sucroalcoo-

leiro, químico, refino de petróleo, siderúrgico, papel e papelão, cimento têxtil. Fora isso, temos o setor terciário, como hotéis, shoppings centers, etc., que podem, tranquilamente, aportar algo como 20 mil megawatts de capacidade de produção de energia por meio da substituição de combustíveis na indústria — óleo combustível por gás natural, uma vocação importante para o gás natural — no setor terciário, setor industrial, melhorando as condições ambientais, reduzindo custos, aumentando a competitividade da indústria que se beneficiar do sistema de co-geração. Falta para isso novamente financiamento, assistência técnica, regulamentação adequada, ação pró-ativa, tanto do Estado quanto à obrigação de fazer as concessionárias de distribuição cumprirem seu papel nessa história, bem como as de geração ainda estáticas, que façam parcerias para viabilizar isso.

De maneira que esta é uma agenda energética, combinada com a conservação de energia. To dos nós concordamos que o País dispõe de um potencial da ordem de 15 a 20% de reduzir seu consumo com ações apropriadas de conservação nas áreas residencial, do comércio e serviços, das indústrias. Então, essa agenda, combinando, de maneira simplificada, 50 mil megawatts de novas hidroelétricas — não propugno que todas sejam feitas, há problemas ambientais, agrários, sociais — até 10 mil megawatts de PCHs, 3 a 5% de ganhos em repotenciação e modernização, que significam seus 3 mil megawatts de capacidade equivalente; co-geração da ordem de 20 mil megawatts. Ora, isso nos dá um horizonte de atender nossa demanda, nossa necessidade por serviço energético num horizonte de até dez anos, sem grandes preocupações.

De maneira que o modelo energético que for dividido a partir de agora deve levar em conta esse potencial de recursos e o impacto positivo que o seu desenvolvimento terá sobre os setores produtivos duplamente, de um lado por usar fatores de produção nacionais; de outro lado, por permitir a produção de energia a custos bem menores, mudando aquele paradigma anterior ser inevitável seguir-se unicamente e exclusivamente pelas térmicas de grande porte, que têm interesse substancial em atender aos investidores de grande porte também, que buscam construir projectfinances, que são mais fáceis e tranquilos de gerenciamento. De maneira que essa é uma agenda mais interessante.

Considerando isso como pano de fundo para as considerações de curto e médio prazos, evidentemente que eles nos dão a possibilidade de algumas

ações para o plano emergencial que o Governo está propondo agora. Em primeiro lugar, o modelo precisa ser revisto para atender a isso. A Aneel foi interdita, portanto não cumpre mais o papel institucional como previsto. O mercado atacadista não pode ser mais utilizado como referencial para negociar a energia que não venha a ser consumida por consumidores de grande porte, como é o caso do setor de alumínio, porque mercado pressupõe existência de oferta e demanda. De um lado, fora os vícios já apontados aí, em que, na verdade, não temos um mercado de ajuste, porque se trata de programa computacional que define a partir de parâmetros estimados, entre os quais um arbitrário de R\$684,00 pelo custo/déficit da energia, dizer qual o custo do déficit, e isso ser usado como instrumento para legitimar transações absolutamente inaceitáveis. Não é porque o mercado atacadista nunca cumpriu seu papel tampouco tem condições de cumpri-lo adequadamente no novo ambiente. Mecanismos de mercado são importantes para orientar a alocação eficiente de recursos, mas eles precisam ser construídos para que levem em conta as especificidades dos recursos e do tipo de oferta de energia de que dispomos no País. O caso da hidreletricidade não se ajusta a isso lá.

Acho que o Governo deve, numa época de crise, economia de guerra, racionamento, evidentemente decretar o reconhecimento oficial de que o mercado atacadista não serve como instrumento e deve ser substituído por outras medidas que levem em conta julgamentos mais apropriados e transparentes sobre o valor da energia para resolver essas questões. O que me assusta também é que o Governo não tenha pensado em usar mais mecanismos; ele, que tanto tem defendido tanto o mercado, usar mais mecanismos de mercado para obrigar inclusive as concessionárias de distribuição a comprarem o não-consumo dos consumidores. Pois é, elas estão obrigadas, pelo contrato de concessão, a atender a sua demanda de energia, não foram liberadas dessa obrigação. Ora, uma das formas que elas teriam era comprar dos seus consumidores, que têm com elas contrato de consumo ou não-consumo. E aí vem a cadeia de responsabilidades para repassar isso eventualmente às geradoras ou até ao próprio Governo, mas era um mecanismo que para mim daria mais resultados do que o que tem sido feito até agora, até porque o mecanismo de compra do não consumo provavelmente produziria custos de não consumo, julgados individualmente pelas empresas e pelos consumidores, reduzindo a sua participação no consumo, a custos e pre-

ços muito inferiores do que esses propugnados em algumas circunstâncias, baseado num preço arbitrário, sem fundamento conceitual, que é o do mercado atacadista.

De maneira que esta é a primeira observação em relação ao plano de emergência do Governo: é preciso zelar pela manutenção dos contratos, mas especialmente dos contratos que as concessionárias têm com os pequenos e médios consumidores de energia elétrica do País. Isso precisa ser preservado.

Com relação às outras medidas, como conservação de energia, jogamos a população a comprar desesperadamente lâmpadas fluorescentes compactas como se fosse a única opção, sem o conjunto de proteções necessárias quanto à garantia desse produto, de que eles não tenha fator de potência extremamente baixa, que não poluam a rede com harmônicos e que tivesse algum mecanismo de proteção de preço na época de emergência, de crise. Não é possível assistirmos ao que estamos assistindo: preços dobrando e até triplicando em alguns casos.

Há uma agenda de racionalização de energia perseguida e que havia instrumentos mais eficazes, através das concessionárias do Procel, e há recursos para isso que pudessem ter sido implementados de maneira mais adequada, protegendo o interesse público. Esse é um ponto. Basta citar iluminação pública.

Há aí 500 megawatts, 10 milhões de lâmpadas de vapor de mercúrio, incandescentes mistas que ainda são usadas na iluminação pública. Isso significa 500 megawatts, 1% de consumo brasileiro de energia.

Não vou entrar em detalhes sobre esse conjunto de medidas, até porque algumas delas estão escritas e vou distribuir o texto depois. Mas elas não foram adequadamente contempladas na sua gestão para sua viabilização. São medidas de curto prazo, resposta imediata para acudir a crise, mas que tem um efeito duradouro, estratégico no sentido adequado.

A outra questão está associada a co-geração e a geração de emergência, dispomos de uma infinidade – infelizmente não pude mapeá-los ainda – de geradores que já estão disponíveis em hotéis, em instalações de bancos, em indústrias e geração de emergência. Estão parados, não estão queimando diesel, ou gás natural, ou outro combustível GLP, porque simplesmente não houve a medida necessária para criar os incentivos e até obrigar as concessionárias a fazer intercâmbio adequado entre os donos desses equipamentos que deveriam estar operando há muito tempo para poupar água e reduzir a crise.

Não tenho o número exato, mas não é desprezível a potência instalada em geração de emergência que não está sendo usada hoje, por simples falta de ação concreta de incentivos, de mecanismos, de regulamentação técnica e econômica para regulamentar isso.

A segunda opção de emergência fundamental é obrigar as concessionárias a gerar em emergência, elas podem gerar até 30% da sua capacidade. O contrato de concessão não nos obriga a gerar, mas nos obriga a fornecer energia e isso permite que parte desse potencial de co-geração a que me referi há pouco pudessem, em emergência, ser iniciada sua viabilização com a instalação de máquinas, turbinas a gás, grupos geradores com turbinas a gás, com motores ciclo Otto, com motores ciclo Diesel, que, num segundo momento, seriam convertidos em sistemas de co-geração definitivos, portanto.

Não foi adotada nenhuma dessas ações, que poderiam responder a uma parte significativa na minimização do risco e da continuidade da ameaça do racionamento, porque entramos nisso este ano, conviveremos com a ameaça do racionamento, com certeza, no ano que vem e talvez mais adiante. Enquanto não tivermos o equilíbrio entre oferta e demanda e reservatórios cheios, a ameaça do racionamento estará pendendo sobre nós e, assim, a atividade econômica não voltará a recuperar seus níveis de confiança para que se possa ampliar os investimentos gerando emprego e o crescimento econômico necessário.

Vou encerrar minha exposição. Ainda teria algumas coisas a acrescentar, mas deixo para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Professor Ildo, pela sua exposição.

Concedo a palavra ao Dr. Bautista Vidal, pesquisador, por vinte minutos.

O SR. BAUTISTA VIDAL – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Parlamentares, é com muito agrado que estou aqui participando desses debates sobre uma questão gravíssima que assume conotações geopolíticas perigosas para o futuro do Brasil.

Na realidade, é inacreditável que uma Nação que tem condições de ser a maior potência energética do Planeta no futuro, com o colapso dos combustíveis fósseis – o petróleo está em fase final, e o carvão mineral, pelo terrível efeito estufa, cuja única solução de substituição está precisamente localizada nas regiões tropicais, nos trópicos –, de uma maneira incrível, entre num colapso idiota, programado com competência. Levou anos nessa programação. Vivi todo esse período.

Parece-me que o mais grave é não haver uma real consciência da sociedade do significado desse gravíssimo problema estrutural, criado e programado. Em vez de se procurar superar de uma maneira claríssima – o professor Sauer diz isso, não apenas a curto prazo, mas a médio e longo prazos; há toda uma condição de se recuperar –, cria-se um colapso maior para prazo relativamente curto.

Substitui-se o sistema hidrelétrico brasileiro, não há a menor dúvida, por um sistema termoeletrico de gás de petróleo em condições absurdas de comprometimento de com pra, mesmo que não se use taxa cambial e que se aumente o preço do petróleo. Uma série de circunstâncias absolutamente leoninas e com a fonte de energia fora do País, o que representa uma vulnerabilidade assustadora. Quer dizer, é só fechar a torneira e qualquer chantagem é possível. E, na área energética, sabemos que isso é corriqueiro.

Na realidade, vou-me concentrar nessa questão geopolítica. Tenho 30 anos de convivência com essa matéria. Já discuti isso no Congresso americano, nas grandes associações que assessoram o poder mundial a esse respeito.

Realmente, o mundo está numa fase extremamente perigosa, no colapso de sua forma energética predominante, que, nos últimos 200 anos, se concentrou nos combustíveis fósseis: petróleo e carvão mineral. O petróleo, em fase terminal; tão terminal que hoje o petróleo é uma questão militar.

Os Estados Unidos dependem cerca de US\$100 de despesa militar por cada barril que importa. As grandes potências econômicas, não militares, mas econômicas, como Alemanha, Japão, etc., dependem vitalmente dessa intervenção militar, como a Itália e a França.

O mundo está à beira de um colapso irremediável na questão energética, porque se concentrou nessas formas fósseis, sendo as nações hegemônicas muito pobres de energia. Tiveram que usar as formas fósseis, o que leva centenas e milhões de anos para se formar e foram consumidas praticamente no período de 200 anos; e, agora, está se acabando.

Qual é a alternativa para essas nações hegemônicas? Nenhuma – com a débâcle da questão nuclear. Nenhuma! Portanto, o que essas nações hegemônicas estão programando, arquitetando? Apoderar-se dos patrimônios energéticos, fantásticos das regiões tropicais para resolver o seu problema, em caráter definitivo, sobre a condição do nosso massacre e da destruição da nossa estrutura produtiva. Não tenho a menor dúvida.

Ninguém está falando nisso, mas essas são as razões que condicionaram a esse processo absurdo pela irracionalidade de uma montagem programada, tendo como origem a proibição do setor financeiro internacional, que deforma tudo, para impedir que o Brasil fizesse as expansões naturais, como sempre fez, inclusive em épocas com muito menos recursos. Isso foi feito com enorme tranquilidade, em geral pago pelo próprio consumidor, pela sociedade, e inclusive ressarcida, de custos baixíssimos de R\$40 por megawatt/hora. Quer dizer, nenhum país do mundo consegue fazer isso, porque a água cai naturalmente e constitui um potencial gigantesco. No entanto, hoje, nós somos o país mais ridicularizado do mundo, quer dizer, a maior potência energética natural do Planeta entrou num colapso estrutural insuperável. É preciso muita competência para chegar lá.

Acho que a intenção desta Comissão, Sr. Presidente, é de abrir um debate amplo, na sociedade, sobre uma questão absolutamente crucial.

A energia é o centro do poder; sempre foi e sempre será. Sem energia não há indústria, agricultura, transportes, comunicações, não há vida, não há Forças Armadas, não há nada. A energia é uma coisa absolutamente crucial e vital. Esmagou-se a potencialidade energética, esmagou-se o país.

E, aí, vêm umas brincadeiras irresponsáveis, os chamados mercados de condução: oligopólios, monopólios, com poderosos instrumentos de intervenção financeira de toda a ordem, que pretendem condicionar uma coisa de tal importância na vida das sociedades, das civilizações a um processo de máfias delinquentes, que manipulam falsas representações de riqueza, como essa moeda falsa que domina o mundo. Então, os valores reais são relegados a um segundo plano, e países com imensos potenciais estão sendo destruídos por meio desses mecanismos de máfias.

Gostaria de lembrar alguns fatos históricos brasileiros. O Dr. Tolmasquim fez algumas análises no caso dos Estados Unidos. Fui convidado por este país, percorri-o todo, conversei durante horas com o Ministro da Energia, com David Freemann, que era Presidente da Tennessee Valley, fiz palestras no Congresso e conheço toda a estrutura energética americana, não só a hidroelétrica, mas também a nuclear, de fusão, de fissão. Eu sou físico e professor de Termodinâmica, sou do ramo.

Então, os americanos me convidaram depois de eu ter montado o Programa do Álcool eles queriam saber como era o único país que realmente apresentou alternativas. Convidaram-me e eu passei seis me-

ses naquele país, conversando com as autoridades e fazendo conferências em grande número de universidades, no Congresso, etc. E em companhias, nos próprios boards da Shell, da Esso, eu tive a oportunidade de discutir essas questões com os homens do poder mundial, no começo da década de 80. E essas idéias que eu estou dizendo agora, eram claras. Eles entendiam que o colapso do mundo hegemônico era inevitável.

Os Estados Unidos, que montaram um projeto suicida – e o mundo ocidental também – em cima do petróleo, do carvão mineral, tinham, no seu território, 190 bilhões de barris de petróleo. Hoje, têm menos de 20. E o incrível é que não mudaram o modelo. Oitenta e dois por cento da energia elétrica, nos Estados Unidos, têm como origem o carvão mineral. Eles queimam 600 milhões de toneladas de carvão mineral. Só que isso é uma razão brutal para o efeito estufa, de consequências terríveis em mudanças de clima, catástrofes, o efeito El Niño e tantas outras coisas que estão perturbando, com risco de destruírem o equilíbrio termodinâmico da ecosfera. Coisas assustadoras, mas estão sendo previstas. Evidentemente, tudo isso vinculado à queima dos combustíveis fósseis.

A única solução mundial, não há menor dúvida, são as regiões tropicais, que detêm a água em grande quantidade que, especificamente, é o continente brasileiro, que tem condições de fornecer energia renovável e limpa para todo o Planeta, para sempre. Então, é a condição única. Jamais nenhum povo teve uma oportunidade dessa dimensão. Entretanto, a cultura nacional e o próprio desconhecimento do papel da energia no processo civilizatório, impede que se raciocine com alguma consistência. Então, caminha-se para injunções perversas, delinquentes, de agentes internacionais, que não têm nenhuma motivação para resolver os nossos problemas e que estão nos levando ao desespero. Quer dizer, a Nação que teria uma grande oportunidade histórica está sendo levada ao desespero.

(Soa a campanha)

Isso significa final do tempo?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Não.

O SR. BAUTISTA VIDAL – Muito obrigado.

Queria relatar um fato histórico muito importante. Quando se imaginou fazer a Chesf, na Bahia – à época eu era estudante, sou da Bahia; estou vendo ali o Aleluia, que foi meu aluno –, criou-se um grande debate: como se iria fazer uma hidroelétrica daquele porte? Para que mercado? Ridicularizaram a idéia. A

Chesf não prestaria para nada, porque não teria demanda. Só que, na questão energética, o mercado resulta da existência da energia. Se não houver energia, não haverá mercado.

Criou-se um grande debate no qual os tais defensores das teorias de mercado diziam que não se justificava criar uma hidroelétrica do tamanho da Chesf. Não se justificava então, nem nunca, porque, sem haver energia, não haveria demanda, não haveria investimentos para demandar, industriais, de transporte, etc. Muito bem, criou-se aquele debate que estava liquidando com a esperança brasileira de ter a primeira hidroelétrica de porte, que foi um marco histórico – a CSN e a Chesf foram dois marcos fundamentais no nosso processo de industrialização.

Nesses momentos de crise começou a haver um descrédito. Aí, alguém surgiu com a idéia: não, vamos montar uma central de alumínio que consuma toda a energia da Chesf.

A solução era pior, porque a Chesf seria feita, o povo brasileiro iria fazer os investimentos e os beneficiários seriam produtores de alumínio que seriam exportados – e o Nordeste estaria hoje vivendo a maior tragédia, muito superior àquela que estamos vivendo. Imaginem o Nordeste sem a Chesf!

Sabem quem salvou o Nordeste e, no caso, a Bahia? Um banqueiro, o Clemente Mariani, que era o presidente do Banco da Bahia. Quando ele sentiu a barra – é claro, ele era presidente de um Banco localizado no Nordeste, tinha compromissos com a região –, ele, que era um homem poderoso, já havia sido Ministro da Fazenda do Governo Jânio, abriu a boca e disse: de maneira nenhuma, não se faz uma hidroelétrica para uma companhia de alumínio de maneira nenhuma. E foi esse banqueiro que salvou o Nordeste. Não se faz banqueiros hoje como se fazia antigamente...

Vejam que histórica riquíssima! Décadas depois, pega-se o potencial fantástico de Tucuruí e se entrega a um grupo de empresas que tomaram uma decisão em anos anteriores, em Pittsburg – sei de pessoas que participaram da reunião –, onde foi decidida a transferência da produção mundial de alumínio para a Amazônia, em face de seu imenso potencial hidrelétrico – só que com brutal subsídio.

Quer dizer, o povo brasileiro é responsável, hoje, pelo alumínio barato do mundo. Esse baixo preço muito custa ao povo brasileiro. O custo, devido ao uso do dinheiro, financiamento, juros absurdos, chegou a US\$42 o megawatt/hora – à época, o preço internacional era de US\$52, então, estava razoável.

Vendia-se a US\$7 – você sabe disso, não é Aleluia? Vendia-se a US\$7, a US\$12 e hoje isso continua.

Quando houve o colapso do petróleo, o embargo do petróleo, surgiu uma outra grande esperança. Foi, precisamente, nessa esperança de o imenso potencial energético ser colocado a serviço da sociedade brasileira – para o aumento de sua riqueza, aumento de seu poder – que se jogou o Brasil a tomar empréstimos gigantescos para construir Tucuruí – para depois dá-la de graça, com altíssimo subsídio, às nações ricas. Vejam que estupidez histórica!

É bom lembrar a história, pois ela tem ensinamentos extraordinários. Os critérios do mercado eram os mesmos. Na realidade, esse programa que foi detalhadamente descrito pelos meus companheiros, nós vínhamos há anos, em São Paulo, aqui mesmo no Congresso, na Câmara, discutindo, explicando. Ninguém pode dizer que não conhece esse assunto. Eu acho que vale a pena olhar para o nosso País e identificar o que nós somos. Há uma frase famosa de Ortega y Gasset que diz que a mente colonial colonizada é aquela que ignora o seu espaço e o seu tempo. Nós não estamos olhando para o Brasil e identificando que somos a maior potência energética do Planeta, para sempre. Entramos por um buraco sem fundo. Vamos pagar um preço descomunal. Estamos destruindo a estrutura que montamos num momento em que o mundo está entrando em colapso dos combustíveis fósseis, com o fim do petróleo, que hoje é uma questão militar. Eu não estaria surpreso se o petróleo custasse amanhã US\$150; US\$100 de subsídio, mais US\$30 é normal. Os americanos querem se ressarcir desse subsídio militar e vão colocar isso no preço a hora que eles quiserem. Qual é a solução mundial para essa questão? É o continente tropical brasileiro, na sua forma sólida, líquida e gasosa. As alternativas são muitas. Energia é uma coisa só. Energia o homem não cria nem destrói. Isso é a Física. A energia existe na natureza e só na natureza, e o homem muda essa energia de uma forma para outra, mas não cria nem destrói. E, claro, à medida que a energia é usada ela perde a capacidade de produzir trabalho. Não existe trabalho sem energia. A energia é a capacidade de produzir trabalho. Sem energia não há trabalho. Esqueça! Trabalho de qualquer natureza: nem da máquina, nem do homem. Se eu não ingerir calorias diariamente eu não terei condições de trabalhar. Assim, a energia é tão fundamental quanto isso. É fundamental que a sociedade brasileira, aproveitando a estupidez desse colapso, assuma uma revisão histórica no sentido de se colocar como deve,

senão será esmagada como a Nação que vai resolver os dois grandes colapsos da humanidade: o colapso dos combustíveis fósseis e o colapso ambiental do efeito estufa. Essa oportunidade nunca nenhum povo teve. Eu me sinto absolutamente envergonhado como profissional da engenharia, como físico, porque, a minha a minha Nação, que tem essa predisposição, caminha para uma direção estúpida, incompetente e de profunda má-fé em relação a uma coisa crucial para a nossa sobrevivência como povo e como cultura. Essa questão geopolítica é o centro da questão. Ela precisa ser analisada em todo o seu contexto, porque aí as alternativas surgirão em grande profusão. Evidentemente, além das propostas dos meus queridos amigos, dos meus velhos companheiros, eu queria dizer que não podemos perder este momento. Talvez isso venha a ajudar, esse colapso programado, estruturado, de má-fé, incompetente para o povo brasileiro, mas altamente competente para outros interesses. Está na hora de o brasileiro demonstrar que é competente, como já demonstrou historicamente. Essa é a minha proposta: ou seja, que essa questão geopolítica seja analisada, porque se nós não nos prepararmos com esse colapso para dar a resposta que o mundo precisa, nós seremos esmagados, como os iraquianos, na Líbia. Só que eles representam a energia do passado e nós representamos a energia do futuro da Humanidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambráia) – Muito obrigado, Professor Bautista Vidal.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores e Deputados. Como sempre, vou ser rápido e colocar alguns pontos de natureza mais tópica, porque acho que é difícil, num momento como este, discutirmos com mais exatidão a questão importante do modelo. Primeiro, na verdade, é uma notícia. Quando ouvi aqui uma sugestão com referência à iluminação pública, quero dizer que existem vários projetos na Câmara e no Senado que têm sido sempre colocados sob uma certa inconstitucionalidade, referentes à iluminação pública. Mas tem um projeto recente, do Senador Osmar Dias, que, com certeza, vai merecer, vai ter uma certa dificuldade com as distribuidoras, que é de uma forma diferente.

Utilizando o exemplo do fundo de telecomunicações, pegar 1% da receita das distribuidoras e aplicar isso num processo de expansão só para investimentos, não usar esses recursos para pagar a conta da iluminação pública, só para permitir a expansão, a

modernização e a efficientização do setor de iluminação pública no Brasil. Não é uma coisa que vai onerar o consumidor, isso é da parte de faturamento, e não vai também tratar da iluminação pública, mas vai permitir a melhoria, a eficiência do sistema de iluminação pública no País, conforme as bases que foram traçadas tecnicamente. Sou o relator desse projeto e estou encaminhando o meu parecer para a Comissão de Assuntos Econômicos, mas isso era só uma notícia.

Os pontos que eu queria considerar, eu diria que mais para o meu esclarecimento, são os seguintes: primeiro, eu pediria ao Sr. Adilson que esclarecesse melhor essa questão do tipo de contratação do gás da Bolívia para a Petrobras e da Petrobras para o setor termico, para que fique claro de que forma isso tem influência nesse impasse que estamos vivendo.

Segundo – isso já foi mais ou menos focalizado – é um assunto que precisa ser esclarecido. Vi aqui toda uma referência de que as tarifas de distribuição já estão num patamar relativamente alto e a todo momento estamos assistindo às distribuidoras falando em revisão das suas tarifas. Exatamente onde está o problema? Se estamos falando, pelo menos eu vejo que esses níveis de tarifa média, pelo menos de tarifa residencial, já estão relativamente altos, e as distribuidoras alegam, não sei se pelos contratos ou se por certo desequilíbrio nas suas contas. Enfim, são duas posições contraditórias e me parece que isso é importante. Precisamos ter uma posição clara para inclusive apresentar uma posição com relação a isso.

O terceiro, um ponto mais complicado, por dois motivos. Primeiro pela percentagem de liberações previstas do mercado de energia elétrica e, segundo, pelo fato de, gradativamente, entrarem em operação sistemas com custos mais altos que seriam inevitáveis – se pude entender assim –, e me parece que aí há um pouco de discordância, aliás, uma das poucas, se há mesmo, em relação aos pontos que vimos aqui, se realmente esse é um ponto inevitável de aumento de tarifa. Essa é uma questão.

Associado a isso, vejo também que o problema da chamada “energia velha”, a energia produzida pelas estatais, que são custos já amortizados e que, portanto, poderiam pelo menos ser mantidos em níveis considerados interessantes. O que pergunto é o seguinte: sem entrar no problema da privatização que, pelo que sinto, começo a firmar uma opinião muito clara de que, nessa atmosfera de crise, de incerteza de modelo, etc., a meu ver, seria uma imprudência fazer isso neste momento, com todas as incertezas que temos.

Mas pergunto o seguinte: manter o custo, supondo que não vá haver privatização, que as empresas privadas, que as empresas geradoras continuem estatais e que você vá ter, de alguma forma, esse mercado novo com custos inevitavelmente mais altos. Como é que se faz para coexistirem esses dois preços de energia elétrica? Isso me parece fundamental. Como isso pode coexistir sem problemas? Em segundo lugar, manter, mesmo estatais, os preços de energia – claro, não estou falando subire exageradamente, mas, manter os níveis atuais não seria também uma forma de subsídio – só que o subsídio dado pelo Governo, se é dado pelo Governo, é dado pela população – de forma indistinta, manter esses custos de energia de empresas estatais. Esses preços. Não seria também uma forma de subsidiar, mesmo que o dono seja o Governo, isso é justo do ponto de vista social? Ou que solução temos para isso? Vou me limitar a essas três questões porque vejo que aí há alguns Deputados presentes que gostariam de perguntar também.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Temos aqui um número pequeno de Deputados. Eu creio que as discussões foram muito boas, eu sou sempre um crítico da nossa organização, nós sempre compramos mais livros do que somos capazes de ler, sempre trazemos mais doutos do que somos capazes de ouvir. Na verdade trouxemos aqui um elenco da melhor qualidade e o tempo é curto. O ideal é que tivéssemos partido essa experiência em duas oportunidades, para podermos desfrutar mais de algo que está em desuso no Brasil: a virtude do saber. Portanto quero sugerir que, evidentemente, talvez, com uma distinção do relator, que os conferencistas falem em relação às perguntas do Relator. Mas em seguida, os Parlamentares presentes todos perguntariam. E aí os conferencistas responderiam e poderíamos ir à réplica se fosse o caso, mas seria uma coisa mais dinâmica. São 12h30min, e todos têm compromisso, avião, almoço. Saímos daqui ontem, pelo menos eu e o Virgílio, às 2h da manhã, discutindo o Orçamento. Portanto, creio que hoje temos o direito de almoçar.

O SR. PAULO SOUTO – Tiveram bons resultados no Orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Nem tanto como se desejava, mas um superávit de 31 bilhões é algo que certamente os professores também não aprovam.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Nas audiências públicas anteriores, foram utilizadas as participações em blocos com bons resultados e vamos fazer da mesma forma. Solicitaria a aquiescência do Relator para participar do bloco. Os Parlamentares se manifestariam, e, em seguida, os expositores dariam suas respostas. Vamos ter a participação de cada Parlamentar pelo tempo de cinco minutos.

Início, concedendo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Sr. Presidente, Srs. Convidados, acho que é desnecessário expressar a importante contribuição e a qualidade das intervenções dos professores e dos técnicos que aqui estão.

Creio que o papel desta Comissão, pelo menos na minha concepção, não é apenas direcionar sugestões à Câmara de Gestão mas que ela tome posições no sentido político do diagnóstico, mas mais do que isso, que ela consiga elaborar propostas que possam inclusive se concretizar não apenas em políticas, mas em normas legais. Eu acho que temos aberto mão, como Poder Legislativo, de regular as coisas. Temos, na verdade, delegado poder a falsos reguladores e não temos conseguido editar normas legislativas determinantes da relação Estado/mercado, Estado/privado, e esse é um problema grave que temos vivido e o Congresso Nacional não tem jogado seu papel.

Além disso, quer dizer, eu estava aqui com um sentimento, Professor Bautista, quando eu lhe ouvia, olhava para os seus cabelos brancos e pensava – o Pinguelli também tem, não é Pinguelli, apesar de ser mais jovem? – o sentimento de impotência que vocês devem sentir pelos ouvidos moucos de quem dirige a política energética. É uma coisa impressionante, ou seja, são coisas formuladas e acumulada ao longo dos anos e que não se consegue fazer ouvir a gente tem que viver discutindo o que não deu certo. Os colapsos, as dificuldades e as impossibilidades de viabilizar o que é quase que cristalino na fala de vocês.

Mas acrescido que de tudo isso existem dois conceitos que são importantes reafirmarmos: o primeiro, é que independente, Professor Luiz, do saudosismo ou da ideologia, eu acho que não se tem que ter medo de se falar em ideologia porque esta é uma Casa política e é ideológica. E a técnica, apesar de suas verdades científicas, tem uma relação direta com a política e com a ideologia. A técnica não é usada fora desse contexto. Então, precisamos reafirmar alguns conceitos. Se a energia é um bem fundamental e decisivo para qualquer futuro, essa é uma questão de soberania.

nia nacional, que não pode estar comandada pelo mercado. Esse é um conceito básico que nos direciona para um projeto político, quer dizer, energia tem que ser comandada, coordenada. O responsável pela energia tem de ser o Estado brasileiro, não tem conversa, não tem discussão. Isso inviabiliza parcerias. Não é isso que está em discussão. Está em discussão quem é o responsável; quem comanda e determina essa política tem de ser a sociedade por meio do Estado. Isso tem o nome que for – saudosismo jurássico –, qualquer nome que se der, acho esse conceito muito básico. Acho que a Câmara precisa participar da discussão desse modelo.

Esse debate é muito longo e muito amplo, e não vamos ter como avançar agora pela falta de tempo. De tudo que tenho lido, de tudo que tenho aprendido e de tudo que tentamos produzir como opinião, nem sempre publicada, estou muito convencido disso. Há, porém, três questões que gostaria de ouvir.

Primeiramente, o Presidente da Petrobras falou da impossibilidade do uso do gás da bacia de Campos para a geração de energia. Isso é uma dúvida que ficou, porque, na verdade, propõe-se a mudança da matriz energética, a questão das térmicas; na questão das térmicas, pela emergência ou em nome dela, o modelo apresentado aqui é a Petrobras entrando com no máximo 10% em tudo, com todas as térmicas tendo 90% de capital multinacional, ao preço do dólar, que é o que já conhecemos; ele considera inviável a utilização do gás mais barato, nacional. Essa é a primeira questão, e gostaria de ouvir alguma opinião. Cheguei a perguntar explicitamente sobre a bacia de Campos. V. Ex^{as} viram: houve até um certo ruído nessa pergunta, mas ele disse que era inviável, porque esse gás é usado pelas indústrias – há um projeto de queima zero de não poluição. A impressão que se deu é que só é possível utilizar-se o gás importado, sendo impossível o uso do gás da bacia de Campos ou da bacia de Santos. Então, essa é uma questão nacional, e precisamos ter esclarecimentos a respeito, pois seria até muito mais barato.

O segundo aspecto é ficar mais claro o modelo aqui levantado. Estou querendo formular o seguinte conceito de modelo: não há dúvida de que a matriz principal é água – não é isso. Às vezes, porém, vejo certa polêmica em relação à utilização múltipla de todas as fontes que temos. Creio que há um certo preconceito quanto ao uso de algumas fontes, como se o Brasil não devesse multiplicar as suas fontes. Talvez, isso devesse ficar mais claro. Mesmo de forma complementar, acho que o Pinguelli tem razão quando diz

que tem que ser uma relação em que se pode usar ou não, dependendo da necessidade; não é como está hoje, mas precisava ficar mais claro o seguinte: o que é esse modelo de co-geração e de uso múltiplo de fonte? Fica confuso. Vejo preconceito contradeterminadas fontes de energia, até mesmo a nuclear, que é uma polêmica hoje no Brasil. Então, a impressão é de que o Brasil deveria concentrar-se na matriz energética hidráulica e que o resto seria usado ou não, dependendo da necessidade; ou, até para preservar essa matriz central, se não deveríamos colocar em funcionamento múltiplas fontes naturais, eólicas e outras. Isso sempre fica muito confuso, devendo ser esclarecido.

Por fim, a relação do consumidor com as tarifas. Na minha cabeça, o Estado hoje é interventor, mas interventor a favor do capital financeiro. Ele intervém para garantir os benefícios de mercado do capital financeiro, da hegemonia do dólar. Aí entra a questão geopolítica. Nessa cultura do Estado regulador, o Estado entra sempre de forma defensiva na relação com o mercado. Essa legislação que se refere às concessionárias é uma coisa acintosa; ele não tem nem obrigação de gerar; ele pode gerar até 30%. Na hora que chega em 20% da geração para a distribuidora chegar a um racionamento de 20%, o Estado ou as geradoras têm de ressarcir às distribuidoras aquela energia que a geradora não forneceu; quer dizer, até já levantaram aqui – eu não estava aqui na hora da resposta – que foi uma coincidência. Lá, no Anexo V, fala-se em 20% e, por acaso, a arbitragem sobre o racionamento é de 20%! Isso favorece ou não, legalmente, a obrigação de ressarcir?

Por que não se estabeleceu 19 ou 18? Por que 20? O Congresso deve intervir nessas relações. O setor privado está aqui dentro, ele entrou nessa área, mas acho que, em alguns casos, a situação tem que ser revertida – o próximo governo que assumir, seja ele qual for, vai ter que repensar essa questão.

Não consigo entender uma proposta que diga o seguinte: para se atrair investidores, é preciso deixar que haja repasse para as tarifas. Na minha cabeça isso não cabe, porque o consumidor não tem que ser o responsável por isso, ele não tem que assumir responsabilidades pelo risco cambial, pela variação do dólar. E o pior é que isso é dito com naturalidade!

A fórmula para atrair investidores é repassar esse tipo de risco para as tarifas – vamos repassar para garantir que o investidor privado entre aqui e faça a sua festa! Perguntei ao presidente da Petrobras: “Quer dizer que, agora, está autorizado o repas-

se imediato de todas as tarifas do risco cambial e da valorização do dólar?" Ele disse: "É isso mesmo". E ainda comparou: "Se a senhora importar um tênis Nike, não vai pagar o preço do dólar?" Foi a comparação feita pelo presidente da Petrobras: tênis e energia! Uma coisa absolutamente análoga – fantástico! Isso está me preocupando, porque é dito com uma naturalidade impressionante, até como discurso progressista...

Gostaria de sugerir que formássemos aqui uma opinião sobre como podemos conseguir, numa relação Estado-mercado, impecar, ao mesmo tempo, viabilizar que as coisas aconteçam, sem que esse consumidor tenha que sofrer essa nova tributação social sob a forma de repasse para as tarifas, inclusive da variação do dólar, o que acho gravíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

A SRA. JANDIRA FEGHALI. – Virgílio, desculpe-me, gostaria apenas de fazer uma pergunta ao Presidente.

Sr. Presidente, gostaria de saber se houve, na outra reunião, alguma discussão – ou ontem, na reunião administrativa, em que eu não estava – ou uma tomada de posição da Comissão sobre expressar ao Governo, à Aneel ou a ONS a decisão de se suspender o próximo leilão do MAE, marcado no meio dessa crise. Fiz essa proposta porque acho inaceitável a ocorrência do leilão – uma disputa especulativa – no meio de uma crise como a que enfrentamos. Acho que essa deveria ser uma posição da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Ontem houve a apreciação de propostas, mas, infelizmente, essa proposta não foi colocada em discussão.

Com a palavra, o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Srs. convidados, parlamentares, vou voltar a um assunto: medidas práticas que o Congresso pode tomar, ainda, em relação à crise. É importante essa discussão.

Esta Comissão foi instalada e tem ouvido muita gente, os expositores demonstraram-nos conhecimentos impressionantes, com sugestões de curto, de médio e de longo prazo, mas o que percebo é que, enquanto discutimos aqui, o Governo vai tocando as coisas como bem lhe interessa. Enviou para cá a medida provisória da crise energética, a chamada MP do "apagão".

Para a apreciação dessa medida provisória já foram designados parlamentares, ainda que, ao que eu saiba, nenhuma comissão tenha sido instalada.

Pelo que fui informado, os partidos reunidos não se posicionaram quanto a forçar uma apreciação dessa MP ainda neste semestre, e muito menos para manter o funcionamento da Casa, de uma comissão mista ou da comissão da medida provisória do "apagão" durante o recesso – não sei qual seria o mecanismo a ser adotado pela comissão representativa. O certo é que discutimos – e a discussão é boa –, mas ficamos no diletantismo.

Por exemplo, essa questão da multa, que citei inicialmente: parece-me que deveríamos mudar a medida provisória para alterar os parâmetros e deixá-los claros, não ficar na dependência de uma apreciação, de um parecer, de uma interpretação política. Alguns já dizem que hoje já não se tem que pagar por isso, ou seja, o Pinguelli lembrou que alguns vão lucrar com a crise, e lucrar muito como parasitas da crise. Não concordo muito com a comparação que você fez, Pinguelli, com os agentes funerários. Não acredito que os agentes funerários queiram mais mortes para lucrar, porque eles têm até uma função social. Diante de uma tragédia familiar, um agente funerário traz um certo conforto, ou seja, ele tem uma função social naquele momento de atender bem para que a família não viva aquele constrangimento. Sobretudo, ele não deve se aproveitar daquele momento de trauma de uma de uma família para achacar.

Por isso, peço que você não fizesse mais esse tipo de colocação, porque ela é injusta com a categoria dos agentes funerários. Eu não sou agente funerário, não tenho parente agente funerário, não tenho nada. Mas pode ser uma questão preconceituosa, porque esses que estão lucrando, eles não têm função social alguma, ao contrário do agente funerário, que é um amparo, um lenitivo naquele momento de dor, se ele for um bom agente. Mas esses chupins da crise, eles não têm nenhuma função, a não ser a de atravessadores, inclusive vão poder lançar o seu excedente de energia no mercado atacadista a preços exorbitantes, sufocando ainda mais a economia nacional e provocando desemprego. Nesse sentido, temos que intervir em um curtíssimo prazo.

Está mais do que claro que existe curto, médio e longo prazo. Mas quero discutir o curtíssimo prazo. O que este Congresso pode fazer para evitar esses achques do curtíssimo prazo? Por exemplo, por que não, já de imediato, em uma emenda à MP, não autorizar os investimentos das estatais? Lembrava aqui o Deputado Aleluia, e pelo seu empenho aqui, falei que deveria ser o "Aleluz" para contrapor ao que o povo está chamando: partido da falta de luz. Mas deixando

de lado a brincadeira, que já corre na rua, essa é a realidade.

Mas gostaria de dizer o seguinte: ficamos até às 2 horas da madrugada votando, na Comissão de Orçamento, o projeto da Lei das Diretrizes Orçamentárias, que continuasse sem qualquer alteração, havendo a previsão de um superávit de cinco bilhões das empresas estatais. Não há sequer uma modificação no que se refere à alocação de recursos – vejam que é uma LDO para 2002 – em relação à energia.

Então, temos que agir no curtíssimo prazo para não só mexer nesse superávit das estatais, como também voltar a permitir os investimentos das estatais, e mais, autorizar o BNDES a fazer empréstimos às estatais para que elas possam fazer os investimentos em energia a curto prazo. Em Minas gerais, só a Cemig tem mais de 40 projetos prontos para pequenas médias hidroelétricas, que poderiam ser financiados. Sabemos que as termoelétricas terão dificuldade em adquirir equipamentos junto aos fornecedores internacionais, porque os Estados Unidos estão lançando – o Presidente Bush anunciou – um arrojadíssimo programa de investimento em termoelétricas, quando, então, haverá dificuldade de fornecimento de equipamentos ao Brasil por parte dos produtores, que não são tantos assim no mundo.

Mas continuamos deixando de investir em hidroelétricas, e foi mostrado aqui, com clareza, que esse potencial existe e é grande, já que temos tecnologia nacional de ponta, temos fornecedores nacionais para gerar emprego no Brasil para a produção desses equipamentos, e o BNDES, criminosamente, não faz nenhum empréstimo a empresas nacionais, como a Cemig, que é uma estatal capacitada, com tecnologia, com pessoal, com know-how acumulado, para ficar financiando privatizações criminosas que levam à crise que levou.

Temos que discutir também o curtíssimo prazo. O imediato é evitar esse saque de R\$5 bilhões. Por esse valor parecer tão absurdo, já ouvi algumas pessoas falarem em R\$5 milhões, mas não são! Acho que não é nem lapso, as pessoas não “plugaram”, não internalizaram o tamanho do rombo que pode ser essa multa injusta, esse achaque, esse saque em cima do País.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Solicito que V. Ex^a conclua as suas observações.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Concluindo, então.

Há o curtíssimo prazo. Enquanto estamos discutindo, as coisas estão se esvaindo. Enquanto esta-

mos discutindo, o ladrão está entrando pelas portas do fundo. Enquanto estamos discutindo, o tempo vai passando e não realocamos os recursos da Lei das Diretrizes Orçamentárias para a energia, não permitimos que as estatais usem seus títulos para investimentos, não obrigamos o BNDES a financiar as estatais que podem em curtíssimo prazo, feito a Cemig. E tenho certeza de que outras também, talvez Furnas, Cepel, não sei. No Rio Grande do Sul, a Ceers também poderia fazer investimentos a curto prazo.

Termino, Sr. Presidente, sugerindo que, com relação a essa comissão da MP do apagão que não foi instalada, tirássemos uma moção, um pedido aos Partidos para que o Congresso Nacional não ficasse apagado durante o recesso, que essa Comissão funcionasse, mas também a comissão da medida provisória. Quem sabe pudesse haver um funcionamento conjunto, quem sabe até votando ainda nesse semestre a medida provisória para fazer esses ajustes tão importantes, necessários e urgentes para preservar as condições até das medidas de curto prazo, podendo dizer de médio e longo prazo.

É o que gostaria de trazer aos expositores e demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Deputado Virgílio Guimarães.

Concedo a palavra ao Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Srs. Expositores, é desnecessário mencionar a qualidade das intervenções dos doutos palestrantes. Uma coisa é lermos artigos, ensaios, livros de V. S^{as}, outra é termos todos aqui em conjunto, em um único momento. Realmente, isso me prepara muito para minha participação não só no Congresso, como também nesta Comissão. Inclusive, recomendo ao Sr. Presidente que a câmara do apagão receba todos de uma única vez, para um dia de palestra, para ver se as coisas melhoram e se resgata um pouco a história.

Chego à conclusão, depois de ouvirmos todas as exposições, ouvindo até o Prof. Bautista, de que realmente houve um planejamento, feito com muita proficiência e eficácia, mas para destruir, porque era tão fácil. Em um país que estava buscando a modernidade, em um país que estava buscando revigorar suas instituições, suas parcerias entre o público e o privado, em um país que bebeu tanto do consenso de Washington, estava tão fácil implantar o modelo americano. Qual é o modelo americano? A matriz hídrica é pública. Estava na cara, estava óbvio. O objetivo não era modernizar. O objetivo não era revigorar. O objeti-

vo não era transformar o País em um país do primeiro mundo. O objetivo era dismantelar, tanto que não contratamos uma consultoria americana, mas sim uma inglesa, que veio com todo aquele viés de deformação da matriz de custo, que não entendia de nada.

Com essas evidências, começamos a achar que isso foi montado, foi pré-concebido aquiavelicamente. Por quê? Acho que o Governo chegou à conclusão de que não iria dar para oferecer grandes geradores, se quisermos vender essa tese do neoliberal, porque vão argumentar como o modelo americano. E aí dismantelaram, criaram esse caos. Esse caos foi planejado, para chegarem agora e dizerem que o Estado, mesmo que queira, não tem capacidade de investimento.

Isso tem que ficar muito claro. O exemplo do alumínio, da Chesf, que está ocorrendo agora, é algo que nos assusta pela repetição, pela eterna mentalidade colonial. O Presidente reuniu todos os Governadores do Nordeste – e sobre isso vou até pedir uma explicação. Pedi ontem ao Presidente da Mesa para encaminharmos um requerimento de esclarecimento. O Presidente disse que a situação no Nordeste é grave, é caótica, é aguda, é guerra e que os Governadores teriam que encontrar uma maneira de produzir 1.000 megawatts adicionais agora, nesse período mais crítico, de julho até novembro.

A minha pergunta é a seguinte: esses 1.000 megawatts que o Presidente solicitou que os Governadores procurem são os 1.000 megawatts que ele não está tendo a coragem de cortar do alumínio do Norte? Porque, no segundo semestre, o linhão pode mandar até agora, como está mandando, de 1.000 a 1.300 megawatts; no segundo semestre, pela hidrologia, isso vai cair para 400 a 600 megawatts. E a única maneira de continuar usando o linhão na sua capacidade plena é confiscar energia de alguém: ou da população, dos irmãos do Norte, ou do alumínio no Norte, que consome mais de 40% da energia de Tucuruí. Eu queria que alguém me esclarecesse se esses 1.000 megawatts são adicionais a esses 1.000 megawatts ou se são os 1.000 megawatts decorrentes do fato de que o Governo não está tendo coragem de impor o corte lá na Alcoa, na Billiton e na Nipon. Isso precisa ficar claro, porque são 22 milhões de nordestinos que vivem no semi-árido e estão precisando disso. E nós queremos saber qual é o peso que o Governo está dando a uma região de 600.000 km², a 22 milhões de brasileiros contra 3 empresas de alumínio.

Precisamos também denunciar outro ponto discutido aqui: penso que essas indústrias de alumínio

só poderiam revender essa energia que eles economizarem – via racionamento ou via continência compulsória – num mercado spot se ela não fosse subsidiada. Se ela é subsidiada, ela tem que devolver ao Governo pelo mesmo preço de compra! Mas o pior é que observamos personalidades desse Governo e deste Congresso pensarem que, se colocarmos isso, estaremos falando em rompimento de contrato! E a outra coisa é o quê? É lesa-pátria? Dessa forma, essa questão tem que ficar muito clara.

Hoje foi mencionada aqui uma idéia consagrada, que ouvi aqui do Professor e também do Governador da Califórnia: as leis de mercado só podem atuar a contento na energia se a oferta for maior do que a demanda. Se não for, pela importância da energia – por que ela é tudo, sem ela não há nada –, vira tráfico. Nós teremos traficantes de energia.

Então, é como o senhor explicou aqui: ou o Governo opera para poder criar e manter a margem de reserva do sistema, o regulador do sistema, ou não há como fazer parceria com a iniciativa privada. A parceria só pode ser feita se o Governo assumir, se o Estado assumir esse papel de regulador, de agente híbrido – o que o Senador Paulo Souto questionou e que também questiono. O Senador indagou: qual é o papel da Chesf, de Tucuruí, de Furnas nesse modelo híbrido de preço? Para mim, está claro. Na minha visão – e eu queria que vocês esclarecessem isso –, Furnas, Chesf, Tucuruí são as geradoras estatais que farão o papel de comprar energia alternativa e fazer o preço médio ponderado, para evitar que prejudiquemos justamente a matriz de competitividade chamada Brasil.

Se for necessário aumentar a tarifa no segmento produtivo, pode-se perguntar, pode-se questionar. A defasagem hoje existente entre a tarifa do consumidor e a tarifa industrial ou do setor produtivo é tamanha que nunca houve hiato tão grande. Ou seja, é preciso corrigir, então, a do setor produtivo. Contudo, para onde irá esse aumento, esse tarifaço? Ele não pode ir como dividendos lá para fora. Ele tem que ficar aqui, para que possamos melhorar toda a nossa infraestrutura.

E eu queria aproveitar esta oportunidade singular, porque constato o seguinte: o Brasil é um País continental, é o País que tem, realmente, a matriz energética do futuro e que tem bacias hidrográficas dentro de habitats diferentes. Assim, a mesma solução que serviria para a bacia hidrográfica do Tietê-Paraná ou do Tucuruí-Amazonas não vai servir para o Nordeste. É claro que esta crise vai passar,

mas, no Nordeste, iremos continuar vivendo com o éter no conflito do uso da água. Só temos um rio – o rio São Francisco – que tem que gerar energia, tem que irrigar, mas não irrigou nem 10% do que pode irrigar. A dessedentação humana é a navegação, porque é um estirão navegável de 1.200 quilômetros, ligando o que o Sr. Luiz Viana Filho dizia: O vale dos ricos, que é o vale úmido, o Sudeste, com o vale dos pobres, onde se tem a navegação, a piscicultura, etc. Portanto, o modelo energético na região do semi-árido tem que ser diferente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sr. Deputado, peça que V. Ex^a conclua.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, eu pediria a mesma tolerância que V. Ex^a teve com todos os outros.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sr. Deputado, V. Ex^a já ultrapassou o seu tempo em 10 minutos.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Concluindo, Sr. Presidente, estou preocupado com essa questão do São Francisco, porque, como disse os Senadores Paulo Souto e Waldeck Ornélas, essa crise ajuda até a explicitar a crise do São Francisco, que é simultânea. Esse planejamento errôneo está colocando em cheque a única política de desenvolvimento sustentável que poderíamos ter no nosso oeste americano, que é o semi-árido. Quer dizer, a má gestão está realmente ameaçando desmantelar os projetos irrigados, ou pelo corte de energia ou pelo racionamento de água, nos quais já estamos usando a tecnologia do microgotejamento.

Gostaria, então, de ouvir as considerações sobre essa questão no novo modelo que temos que fazer, porque o novo que o Governo quer, morreu; o papel dessas três grandes geradoras estatais públicas está sepultado. E ainda há a questão do semi-árido, porque o São Francisco – e a própria Chesf reconhece isto – tem que ser usado na sua maior parte para a irrigação, para trazer o desenvolvimento sustentável. E o homem, por meio da inteligência, deve buscar outras alternativas. No Nordeste, por exemplo, temos a coincidência fortuita dos ventos, da eólica, da curva do vento, cujo pico e cuja baixa coincidem com a dendrologia do São Francisco, uma complementa a outra, e essa questão do MAE ou desse mercado de leilão que vai funcionar, até porque o MAE foi concebido para um mercado 100% privatizado. Não vamos marchar mais para lá. Então, quem irá fazer o papel do MAE serão as grandes geradoras estatais.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, Deputado Antônio Cambraia, infelizmente não pude estar durante todo o período das exposições por me encontrar em atividade na Comissão de Assuntos Sociais e durante a hora de votação no Plenário. Também agora tenho que ser extremamente breve, pois já tenho um outro compromisso para o qual já estou atrasado, mas quero cumprimentar a todos os Srs. Expositores pela extraordinária qualidade com que nos brindaram hoje, ressaltando a importância de aproveitarmos esta profunda crise energética para ver se conseguimos aprender e darmos um salto efetivo na direção do aproveitamento de todo o potencial de energia – as mais diversas – que temos no Brasil.

Há, no entanto, uma questão que gostaria muito de poder ouvir, aprofundando as reflexões feitas por todos os Srs. Conferencistas, que é justamente a questão, de um lado teórica, e de outro, prática, sobre o que fazer na área de energia elétrica com o que se passa com o mercado e com a atividade do Estado.

No seu livro Desenvolvimento como Liberdade, o economista Amartya Sen qualifica, de um lado, as qualidades do mercado como um lugar onde se encontram as pessoas que ali se dirigem para dizer o que querem comprar ou vender. E ser, digamos, “simplesmente contra o mercado” significaria, segundo S. S^a, algo como ser contra a conversa, contra o diálogo entre as pessoas. Então, uma coisa é olhar sob esse aspecto.

Outro aspecto, entretanto, é que S. S^a menciona que, como o mercado resulta tantas vezes em distorções extraordinárias, do ponto de vista, por exemplo, da má-distribuição da renda, da pobreza que não é bem resolvida, das questões relativas ao ambiente, à energia, coloca como fundamental que existam as mais diversas organizações e, sobretudo, que haja o ambiente de liberdade de expressão, de aprofundamento da democracia, para que possa haver instituições que corrijam todas aquelas distorções.

Tipicamente na área da energia, pela exposição apresentada, é tão significativo observar a importância dessas ações governamentais e da sociedade organizada, representada hoje por V. S^{as}, que devem dizer o que precisa ser feito. Analisando o que foi feito pelo Estado, muitas vezes observamos que foi uma distorção do mercado no sentido daquilo que o pró-

prio Amartya Sem estava dizendo. Uma situação seria o livre em contro de pessoas no mercado para mostrar o que se quer vender ou comprar – nesse caso, os mecanismos de mercado resultariam em certo equilíbrio—, mas outra seria a de grupos extraordinariamente poderosos acabarem distorcendo, justamente pela ação do Estado.

Há pouco, o Prof. Bautista Vidal estava ilustrando como alguns setores extraordinariamente poderosos fizeram com que o Estado resolvesse usar todo o seu poder para viabilizar mercado. Não foi isso propriamente; a situação foi a do Estado interferindo no interesse de grupos que tinham interesses no exterior e que fizeram com que o setor energético brasileiro se voltasse para atendê-los. Essa foi uma distorção dramática, mas outros poderiam dizer que seria o livre funcionamento das forças do mercado. Não foi propriamente, não é? É fundamental que pessoas como V. S^{as} nos apontem essas distorções.

Sr. Presidente, não terei tempo sequer de ouvir o que gostaria. Mas que roas segurar-lhes que vou estudar, com muito carinho, tudo que foi dito. Infelizmente, temos que ser três ou quatro ao mesmo tempo.

Agradeço muito o que ensinaram hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Professores, quero fazer uma referência ao Prof. Bautista Vidal, que foi meu professor na Escola de Engenharia da Universidade Federal da Bahia e que deixou saudade na nossa Universidade.

Essas reuniões são extremamente importantes, mas fico amargurado, porque todos nós podemos dizer que não tivemos a capacidade de convencer. Eu, que sou, inclusive, da base do Governo, como fico magoado ao ver que não fui capaz de convencer o Governo de que a situação estava equivocada. O professor Pinguelli, com quem conversei várias vezes, sabe que eu era visto, no Governo, como alguém que queria voltar às hidrelétricas, que queria inventar pequenas centrais hidrelétricas. Apresentei um projeto, no ano passado, que foi objeto de discussão – o professor Tolmasquim contribuiu, inclusive, vindo à Comissão de Energia para um debate. Esse projeto ficou no Governo todo o ano passado, praticamente, e está até hoje. Esse projeto simplesmente propõe o que V. Ex^{as} expuseram aqui: a diversificação da matriz

energética do Brasil; a retomada dos investimentos em hidrelétricas; o estabelecimento, conforme foi dito pelo professor Ildo, de um programa severo de pequenas centrais hidrelétricas; a estimulação da conservação de energia; a viabilização doaco-geração e da energia eólica, no estilo do que se está fazendo na Comunidade Européia. Para completar, professor Tolmasquim – talvez o senhor não tenha visto minha última versão –, preserva a energia velha para o consumidor das concessionárias. Esse é um artigo que inseri na última versão. Portanto, é um projeto que atua nessa direção.

No entanto, no Congresso, não se conversa, porque o Governo parece que só hoje começa a dar sinal verde para o projeto – mas é um sinal verde já no fim do semestre, no começo do recesso, e não sei se vai ser aprovado. Portanto, fico muito triste em ver que não se ouve mais, no Brasil, as pessoas que sabem. É impressionante: quando o Governo se depa-rou com a crise, ela era de alta probabilidade – todos sabem –, no ano passado. E sempre esteve, durante toda a década de 90, com alta probabilidade de ocorrência, e o Governo sequer fez um plano. E quando apareceu a crise, comportou-se – como eu disse outro dia, em boa seja algo meio chato – como as garotas adolescentes que engravidam, escondem do pai e, por coincidência, três meses depois, a barriga aparece. Foi o que aconteceu com o Governo, no que se refere ao racionamento: escondeu do povo, escondeu de si mesmo; não acreditou, como se a verdade fosse tão destruidora que era melhor ser maior. E o Governo aumentou o racionamento em 30%, por ter atrasado o enfrentamento do problema.

Enesse aspecto, tenho que render homenagem à comunidade brasileira. O Financial Times fez um artigo sobre a resposta, extremamente positiva, da comunidade brasileira ao racionamento. Tem se conseguido muito, sobretudo na área residencial, que, espontaneamente, antes de 1º de julho, começou a economizar.

E o que é pior: o Governo... Fiz um discurso, e, no dia seguinte, surgiu o Ministério que trata do assunto. Eu disse que sou escravo do que sei. Sou da Base do Governo, mas não posso entender que esse Conselho Nacional de Política Energética se reúna e diga que precisa de mais um mês para tratar de racionamento. Isso era o que eles queriam: mais um mês para decidir o racionamento. Seriam mais 10% de racionamento para a população brasileira.

Portanto, faço esse desabafo com os professores. Infelizmente, está se desprezando, no Brasil, há

muito tempo, o saber. Não se está ouvindo quem sabe. Não só os acadêmicos, mas os engenheiros das empresas elétricas também não estão sendo ouvidos. Quando se reúne para tratar do assunto, é reunião de quem nada sabe – usei essa frase também em relação ao Conselho. É de quem nada sabe, por isso, nada decidem. O Brasil, realmente, não tem decidido, sobretudo nessa área de eletricidade. É uma tristeza. Portanto, o Congresso está prestando um grande serviço ao trazer os senhores aqui. Os senhores estão prestando um grande serviço ao Congresso e ao Brasil por estarem aqui.

Tenho algumas divergências. Quando falamos dos defeitos do modelo atual, precisamos tomar cuidado para não exaltarmos as virtudes, que não são tantas, do modelo antigo. Com relação, por exemplo, às tarifas – o professor Ildo delas tratou –, as tarifas eram, realmente, muito baixas. Elas cresceram, mas uma parte delas era paga pelo contribuinte. Na Lei Eliseu, fizemos uma limpeza de US\$28 bilhões de subsídio embutido de baixo do tapete da contabilidade das empresas. E o contribuinte pagou US\$28 bilhões. Portanto, para calcular as tarifas anteriores, era preciso incluir os US\$28 bilhões que estavam sendo pagos pelo contribuinte em subsídio ao consumidor, o Relator Paulo Souto, que inclusive mencionou isso. Esse é um reparo que acho extremamente necessário.

Com relação à afirmação de que é irracional pagar para uma térmica ficar parada, tem que pagar para a térmica ficar parada. É racional sob o ponto de vista termodinâmico, sob o ponto de vista ambiental e racional porque é um investimento de seguro. O certo era mesmo termos térmicas, o problema é que a térmica a gás não se presta muito a isso, para que elas pudessem realmente operar. Temos duas alternativas para regular: ou aumentamos infinitamente os reservatórios de energia e o sistema de transmissão para poder malhar inclusive com os países vizinhos, ou temos alguma forma de variar a oferta e o consumo, a demanda. Para variar a demanda já se fez a experiência, na minha opinião absurda mas que foi usada em algum tempo com alguma vantagem, porque havia excedente de energia, e se usou caldeiras elétricas. Poderia inclusive eventualmente ter caldeiras elétricas numa forma de queimar essa energia. Tivemos 10 mil megawatts médios vertendo durante o período, há quatro, cinco anos atrás. No caso não havia gás. O racional é não se usar o gás.

Então, tem que se pagar pela instalação, pelo investimento parado. Não é pelo gás, é pelo investimento do gás. Porque o gás ele tem o investimento

para extrair, para transportar, e tem o investimento da termoeletrônica. Claro que não é 100%, é um custo menor. O take or pay é quando se paga menos do que quando toma. Então, essa coisa é que tem que ver. Se estão bem elaborados os contratos. Fiz essa pergunta ao Presidente da Petrobras.

Eu queria fazer uma outra referência à palestra do professor Ildo, que foi muito interessante, quando ele faz uma analogia da dificuldade de a energia ser competitiva, e compara com a salsicha. Acho que ele não foi muito feliz na comparação da salsicha. Salsicha não é commodity. Energia pode ter semelhança com commodity. As commodities são muito mais fáceis de serem submetidas a homogeneidade. As commodities tem homogeneidade, quando se fala do grão tem níveis de qualidade que tem que atingir, mas estamos tratando de commodities. Energia elétrica teria mais ou menos o mesmo padrão. E não seria o caso da salsicha, portanto a comparação não me pareceu muito feliz.

Eu queria dizer que acho que devemos tentar, a partir dessa experiência, desse relatório, produzir algumas sugestões nessa linha da mudança da matriz energética. É relevante. O professor Tolmasquim falou da privatização virando autoprodutor. Isso temos que impedir também, professor. Não podemos admitir que a energia velha vá para esse caminho. O que não significa impedir o autoprodutor. A nossa autoprodução tem vantagens. Podemos atrair bastante, temos que incentivar o livre acesso, o consumidor livre. Temos que produzir um modelo brasileiro. Fui um crítico e não fui a nenhumareunião, apenas recebi uma vez essa empresa inglesa que foi contratada para fazer o arremate. Foi um grande erro. Se tivéssemos colocado os acadêmicos, os políticos, engenheiros, economistas e funcionários da estatística teríamos feito um modelo muito melhor que uma cópia mal feita do modelo inglês.

Portanto, que ro dizer que não me sinto culpado, sinto-me responsável por não ter sido competente o suficiente, como os senhores também não foram, para convencer as pessoas de que estavam fazendo as coisas erradas. É necessário que o Governo se convença de que para tratar de assunto de tal relevância, e aí o professor Bautista chega a fazer uma caricatura dessa relevância, precisa ser feita, que é necessário tratar com quem sabe. Não dá para tratar com quem não sabe. É imperdoável em algumas áreas vitais que se improvise o saber, se despreze a virtude do saber.

Queria encerrar dizendo que talvez fosse bom, e eu vou fazer isso, dar uma cópia do livro A Educa-

ção de um Príncipe Cristão. Parece-me que se está lendo muito Maquiavel e pouco Erasmo de Rotterdam. Erasmo de Rotterdamescreveu mais ou menos na mesma época de Maquiavel. É um livrinho muito simples, que deveríamos dar para nossos filhos, pelo menos os que quisessem governar alguma coisa. Ele diz, claramente, que o príncipe deve se cercar do saber. O Governo não o está fazendo e por isso chegou a esta crise.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, o Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Primeiramente, eu gostaria de pedir ao Professor Adilson que fizesse um comentário sobre o modelo norueguês, de que me esqueci.

Sobre uma colocação do nobre Deputado José Carlos Aleluia. Muitas vezes, coloca-se o saudosismo do passado como se se dissesse: era público, era estatal, era ruim. Creio que o problema não é esse. O que era ruim era a política pública para as estatais, que era paternalista, leniente, os Estados não pagavam. Isso era o paternalismo. O modelo do hídrico ser público está correto. Porém, se a política para aquele setor....

E vejam que ironia a coincidência: a base de sustentação do Governo no passado é a mesma de hoje. Não mudou nada. Quer dizer, o problema não está na empresa pública, na estatal, mas na qualidade da política. Podemos ter estatais eficientes e eficazes, se tivermos uma política transparente, que não subsidie em demasia. Mas podemos ter uma de que amanhã se possa dizer que está horrível. Por quê? Vamos ser paternalistas, como fomos no passado, vamos ser populistas, vamos desmantelar ou até fazer a coisa programada para que dê errado, como foi feito com muita estatal brasileira. A política fez com que empresas estatais fossem sucateadas do ponto de vista de eficácia para poder ter a justificativa pública de dizer que o privado era melhor.

Quantas vezes não falamos aqui que a burocracia estrangeira é eficaz? Por quê? Porque lá não tem esse viés. Lá é para servir ao país, ao estado, à população. Não é para servir ao governante da vez ou à base aliada da vez. É por isso que, quando se mudam os governos lá, muda-se muito pouco a burocracia ou a meritocracia. Esse é o problema. Não é o público ou o privado, é a qualidade da política pública.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Deputado Clementino Coelho.

Concedo a palavra aos expositores para as respostas e considerações finais. Vamos iniciar, pela esquerda, com o Professor Luís Pinguelli Rosa.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – São tantos questionamentos, mas acho importantes, ainda que nos alonguemos, porque é a substância da questão.

Senador Paulo Souto, a questão do gás. Devemos ter uma política para o gás. Há dois erros, e estamos sofrendo um deles com clareza. Estamos sofrendo o outro obscuramente. São eles o erro da política do gás e o erro da política de energia elétrica.

Entendo que também temos que redefinir a política do gás. Não vou entrar no mérito da solução adotada – estamos numa fase confusa –, mas o erro da política do gás foi baseado na hipótese, quando foi contratado o gás da Bolívia, de que a paridade cambial, dólar próximo do real, seria a longuíssimo prazo. Isso era a política oficial. E aí venho ao cerne do problema, que tem sido a minha atitude o tempo todo: sou contra bodes expiatórios. Entendo que as pessoas que estão no Governo cometem erros, mas não sou a favor de dizer quem é, se é o Presidente da NOS, da Aneel, da Eletrobrás, o Ministro de Minas e Energia anterior. Não, absolutamente. Para mim, é uma política, uma concepção errada, que é simbolizada no Ministro Pedro Malan, porque ele é o símbolo, não é a pessoa. Como é o Cavallo, na Argentina, é o Malan, no Brasil. A política adotada transmitiu à sociedade crenças de que, por exemplo, seria possível manter essa paridade, abandonada. Mas o gás, contratado como foi, torna-se um problema no Brasil, como, também, a privatização, porque a expectativa de retorno dessas companhias estrangeiras é em dólar.

Fizemos análise, Tolmasquim e eu participamos com outros colegas, como Sebastião Soares – devo até homenageá-lo, porque foi muito importante –, do caso Cemig, a companhia americana que controlou a empresa por um período investiu US\$500 milhões e retirou US\$300 milhões em dois anos, pagando dividendos até acima do que poderia ser pago. Retirou o dinheiro todo e o enviou de volta. Querem realização em dólar em um País cuja moeda não é dólar, o que é um problema, porque vendem para o mercado interno. E, quando vendem para o mercado externo, via alumínio, vendem protegido.

A política macroeconômica brasileira só percebe o aspecto da rolagem de dívidas e fechamento das contas. É como um bombeiro que chegasse para atender uma emergência, em que a vítima está com a perna presa. Embora tenha que salvar a perna, existe uma pilastra acima da cabeça do sujeito e, se mexer

na viga, essa pode cair na cabeça. Então, é preciso escorá-la com cuidado. Esse é o papel dos coitados dos bombeiros, mas se, precipitadamente, tira a pilastra e esmigalha a cabeça, não salvou a vítima. A política brasileira está esmigalhando a cabeça do Brasil para salvar a perna.

Esse é o problema do gás. Tem de haver uma política para o gás.

Quanto às tarifas, há uma contradição que precisa ser vencida. É impossível, na minha opinião, satisfazer aos pleitos das empresas concessionárias da energia elétrica privatizadas. Essas empresas tornaram-se o grande problema da política. Lamento que isso ainda não esteja claro para a discussão pública porque as empresas têm expectativa de uma alta taxa de retorno em dólar, incompatível com o serviço público. A energia elétrica tem um inevitável componente de serviço público, ainda mais em um País pobre.

Avalio que os contratos de concessão foram mal feitos. A “desverticalização” foi feita de maneira que não determinou obrigações compatíveis com a Lei de Concessão. Essa lei protege o consumidor, mas o contrato não previa devidamente essa proteção. Então, creio que vamos ter um problema de tarifa custoso e avalio ser fundamental criar um misto da energia velha com energia nova.

Não vamos poder escalar energia para um custo marginal e nem é correto dizer que o custo marginal é o do gás natural. Esse é o custo marginal do gás natural. Fiz uma lista de novos empreendimentos hidrelétricos mais baratos e há outros mais baratos ainda. Há outras formas de energia, repito. Falamos aqui do lixo urbano, que é uma imensidão. O bagaço de cana, lixo rural, é outra imensidão. O Brasil tem realmente de avaliar melhor a questão do gás e da tarifa e creio que há a possibilidade.

O Sr. Roberto Araújo, nosso colega no Ilumina, tem comentado sobre a fórmula – nós, da Coap, mantemos muitos contatos com o Ilumina – de como se poderia fazer a combinação de energia velha e nova.

Por uma questão de princípios, parece-me que temos de prestar atenção – a frase foi dita pelo Sr. Luiz Carlos Santos, quando disse que “Furnas poderia ser a Petrobras elétrica” – ao modelo a que chegamos no setor de petróleo. De um lado, quem era contra a mudança constitucional pretendia que a Petrobras fosse a empresa monopolista; quem era a favor, em boa parte, pretendia que a Petrobras fosse eliminada do cenário, explicitamente o Senador Roberto Campos, com quem participei de debate no jornal O Estado de S. Paulo.

O que aconteceu? Temos hoje a grande empresa Petrobras e as empresas estrangeiras, que procuraram a Petrobras, o que significa que essa não ficou mal como empresa, embora possa ter problemas. Não estou defendendo a Petrobras em tudo que faz. Só estou dizendo que o modelo é misto. O instrumento de política de petróleo no Brasil é duplo. A ANP, via mercado, via novas empresas que vêm, e a Petrobras, instrumento do Governo. É graças a ela que estamos construindo as usinas a gás. Não houvesse a Petrobras, como queria o Senador Roberto Campos, também não teríamos nenhuma usina a gás até agora por que é ela quem está tomando a iniciativa.

Quando mudou o preço do petróleo, outro tabu mantido pela ortodoxia da economia que dirigiu a política brasileira, que afirmava que o petróleo ficaria barato. Falei várias vezes que poderia ficar caro e creio que o Sr. Adilson de Oliveira – meu colega de Coap de muitos anos, um especialista nessa área, e não vou entrar por aí –, quando se dizia que o petróleo não ia ficar estável naquele valor baixíssimo, que durou um tempo, até 1999. Qualquer economista do Governo ficava irritado, porque todos os princípios, inclusive os contratos de gás, estavam amarrados à expectativa de um preço de petróleo barato, ou seja, esses erros macroeconômicos causaram esse desastre.

A energia velha tem de ser uma espécie de estoque regulador. Quando há política de abastecimento, de alimentos fundamentais, o que faz qualquer governo? Importa e estoca a safra para a entressafra para poder regular mercado. Essa energia velha é a nossa salvação. Privatizar essas empresas hoje é dar um tiro no pé. Não é uma questão ideológica nem de opção. É a saída, pelo menos, para melhorar a situação e pensar como esse sistema reagirá depois.

Quanto à pergunta da Deputada Jandira Feghali, não sei por que a Petrobras diz que não pode usar o gás de Campos. Não entendi. Como pode ser?

O SR. PAULO SOUTO – Entendi que, como a maior parte do gás ainda é de gás associado, há dificuldades até se criar uma infra-estrutura para a utilização desse gás.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Isso sim. Nem todo o gás é transportado...

O SR. PAULO SOUTO – Não pode ser utilizado agora.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Está certo. É um problema trazê-los ao continente, porque estão em plataformas distantes. De fato, não é uma solução emergencial. Isso não faz sentido hoje, porque meta-

de do gás do gasoduto está ocioso. É melhor usá-lo e distribuí-lo.

Na minha opinião, a geração distribuída é uma solução. Não sei por que o Governo não faz um programa específico para isso. Geração distribuída é a privatização da privatização. Significaria privatizar essas concessionárias. A EDF não é uma empresa privada nem algo assim; é uma estatal francesa. Não estou falando disso. As empresas têm uma concessão, que é um privilégio, um cartório elétrico. O que fazer, na minha vida, senão pagar os US\$100 por mês para a Light por megawatt/hora? Devo pagá-lo. O fio que está lá é da Light. Não há outra opção para mim. Esses cartórios elétricos estão muito protegidos.

Portanto, deve-se usar o gás natural e obrigar as empresas a realizarem uma política. Elas poderão ganhar com a disseminação do uso da geração distribuída. Se elas não entrarem no jogo, não tem. Ninguém vai instalar um equipamento e, ao precisar de manutenção, pagar energia do mar. O racional é haver plantas virtuais, para que a empresa elétrica as compre a um preço compensador, que deve ser estipulado – a energia excedente dos geradores distribuídos. Ocorre o mesmo com a co-geração.

Em relação à energia nuclear, de que a Deputada Jandira Feghali falou, pode-se fazer ou não nuclear. Ser contra, neutro ou a favor do próton não é o problema. O problema é que se trata de uma energia cara. Mesmo hoje, já tendo sido paga uma parte à Alemanha, completar Angra III é caro. Por argumentos que não são da política da crise e, sim, da política tecnológica, aceito discutir a questão. Vamos internalizar e manter o conhecimento adquirido na construção de Angra I e II e os engenheiros informados. Essa é outra história. Entretanto, não aceito que ninguém diga que vão fazer Angra III por causa da crise elétrica. Pelo amor de Deus! Vamos mudar de assunto.

O uso múltiplo de fontes é ótimo, e creio que todos nós estamos de acordo. A questão das tarifas e dos consumidores refere-se àquela do Senador Paulo Souto. Primeiramente, é preciso tomar cuidado. Não é possível responder à expectativa de retorno em dólar de empresas elétricas concessionárias controladas por grupos estrangeiros. Isso é impossível. Eles deverão internalizar também os seus ganhos, ou seja, deverão agir como as empresas no Brasil. Se quiserem remeter rapidamente, como o grupo americano na Cemig, não há possibilidade, não há solução nem equação. É um problema impossível, de atitude

política de governo em relação aos grupos estrangeiros, que, na minha opinião, estão em falta.

Repeito que a Lei de Concessão, aprovada nesta Casa, é muito clara. Percebam V. Exas o que essa Lei estabelece quanto ao serviço adequado:

“Art. 6º. Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, etc.” Essas companhias romperam um contrato perante o consumidor brasileiro. No entanto, elas têm uma justificativa: não houve geração e, por isso, não são obrigadas a gerar. Essa é outra história. Quando se compra um móvel, não se discute com o vendedor onde ele compra a madeira para fazer o produto. Ao se adquirir um automóvel, paga-se por ele sem se saber como é feito ou com que aço a companhia o fabrica.

Então, na minha opinião, o consumidor brasileiro tem um crédito com essas companhias elétricas. O que está ocorrendo é o contrário. É lamentável. Atendendo a um apelo do Deputado Virgílio Guimarães, por favor, procurem mudar a medida provisória. O art. 14 da MP estabelece que todos os consumidores residenciais que ultrapassarem 200 quilowatt-hora por mês – circunstância que atinge um grande número de famílias, muitas de renda modesta – terão sua tarifa aumentada se excederem a meta de redução imposta.

Pelo art. 20, 2% dessa sobretarifa, que certamente alcançará algumas centenas de milhões de reais, irão para as concessionárias distribuidoras a fim de cobrir custos para que elas cumpram o racionalmente. Ora, como elas são responsáveis pela escassez, terão custos adicionais para cumprir o racionalmente cobertos pela vítima da escassez? Essa situação não pode permanecer, pois se trata de um erro. O art. 28 dispõe que é garantida a cobertura de lucros dessas empresas concessionárias em nome da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Toda a sociedade brasileira perde. Um dos causadores dessa perda, que é o setor elétrico, privado ou estatal, sendo este, em grande parte, o próprio Governo – e o privado a multinacional no Brasil –, será protegido, como no acordo do alumínio? Como manter contrato do alumínio se o ajuste com o povo brasileiro está rompidos? O poder concedente é o que representa o povo brasileiro perante as empresas contratadas.

Deploro a minha utilização do agente funerário. Isso foi pura figura de retórica. Aceito completamente a homenagem aos agentes funerários – é claro.

O excedente de energia no MAE é um problema. Não é hora. O Sr. Adilson expôs essa questão várias vezes. Quanto ao mercado de energia, existem a venda e a oferta em excesso e devemos ter muito cui-

dado. Na Argentina, não há MAE. Ontem recebi a visita – e por muito tempo discutimos – de um especialista argentino em energia, que mostrou as diferenças. Lá, não existe isso. A Camesa não é MAE e, na Argentina, houve até privatização em maiores proporções do que a ocorrida no Brasil.

Destarte, esse MAE precisa ser analisado com cuidado. Não estou dizendo que ele deve ser fechado, mas é necessário pensar um modelo novo. Estamos de frente a um edifício Palace II. Não é possível o ex-Colega de V. Ex^{as} Sérgio Naya vir a público e dizer que o prédio foi bem feito. Quando ele caiu, acabou a discussão: o edifício estava mal feito. Pode-se até discutir o defeito. Esse modelo elétrico brasileiro é o Palace II: ele caiu, isto é, desabou acima de nossas cabeças. É preciso construir um novo prédio. O MAE deve ser rediscutido embora não a curto prazo. Em todo caso, é mister que seja feito.

No que tange à autorização do investimento das estatais e ao empréstimo do BNDES, pensei que o assunto já estivesse resolvido. Até estou surpreso com essa notícia, por que ouvi que o Governo já havia decidido autorizar.

O SR. PAULO SOUTO – A Cesp está dependendo de autorização da Câmara para construir um ...

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Nesse caso, sou a favor – apesar de ser contra bode expiatório – de ordem de prioridade a quem não autorizar isso. Considero esse um assunto de segurança nacional. Se V. Ex^{as} têm poder de polícia – se não tiverem peçam ao Poder Executivo que atue nesse sentido –, mandem prender quem não autorizou as estatais a fazerem investimento em energia elétrica e o BNDES a proceder ao empréstimo. Isso é inexplicável. É como determinar que se corte a água do Corpo de Bombeiros na hora do incêndio.

As estatais têm capacidade de investimento e recursos próprios – repito. O Sr. Firmino Ferreira Sampaio Neto Stoltz foi um bom Presidente da Eletrobrás no contexto – não afirmarei que ele fez tudo certo ou errado. No entanto, tive várias vezes com ele contato pessoal – embora discretamente, porque tenho posições publicamente críticas –, buscando soluções para a preservação da Eletrobrás nos momentos difíceis, pois a empresa quase foi extinta. A Eletrobrás foi ressuscitada pelo Ministro Rodolpho Tourinho Neto pelo programa das termoelétricas, que deram a garantia de compra para o PPA das termoelétricas. Antes, a Eletrobrás estava sendo esvaziada de todas as suas funções, aguardando a privatização do resto das geradoras federais.

Então, acho que ele declarou, com todos os “pingos nos is”, que a empresa tinha dinheiro para investir e não foi autorizada a fazê-lo – essas leis de restrição orçamentária para superávit fiscal e superávit das estatais.

Alumínio subsidiado eu já falei. Esse contrato do alumínio não pode continuar, todo mundo concorda. Essa questão da teoria econômica tem que ser vista... Nós convidamos um especialista norte-americano, estivemos em Washington, discutindo o caso da Califórnia: o Mauricio Tiomno Tolmasquim, eu e o Roberto Araújo. O especialista era o Eugene Koil (nome não encontrado nos bancos de dados da Taquigrafia), ele veio aqui ao Brasil, esteve aqui no Congresso Nacional, fizemos um seminário com ele na Coap. É muito complicada a questão da energia elétrica. Antes, era a teoria do monopólio natural, do monopólio contestável; agora é a teoria dos jogos aplicada à energia elétrica, é uma situação complicadíssima. Energia elétrica – e me desculpe o Presidente do Banco Central – não é chuchu. Foi discutido a respeito de salsicha aqui, mas não é chuchu; energia elétrica não é chuchu, não é chuchu, não é de jeito nenhum. (Risos.)

Quanto à medida provisória, penso que cortar uma família, os senhores têm que intervir – isso tem a ver com o discurso do Eduardo Suplicy. Nos Estados Unidos, quando a gente fala em liberalismo, ele é, acima de tudo, político. Na História, o Locke veio antes de Adam Smith, e, quando se quer xingar alguém de esquerdista, como eu sou xingado no Brasil, chamam o sujeito de liberal. Imaginem se alguém aqui me chamasse de liberal. Liberal, no Brasil, é econômico, só. Mas o liberal, para dar certo, tem que casar os dois, e a família é a coisa mais privada que tem. O senhor imagine: o sujeito paga sua conta, sai da cota, vai lá, corta três dias?! Três dias sem energia elétrica?! Se fosse cortar algumas horas, poderíamos discutir, mas três dias é uma violência do Estado, que eu não sei se na ex-União Soviética existia. É uma recaída... porque os extremos se encontram frequentemente. Essa medida é de uma violência contra a família inaceitável! Eu não sei como o Congresso Nacional ainda não derrubou isso, devia derrubar.

Eu considero importante as afirmações, para terminar então, só para ser justo, até o fim, do Deputado José Carlos Aleluia, de que é inexplicável a atitude do Governo. A única explicação que eu tenho para a atitude é religiosa. Eu sempre digo: a dificuldade que eles deviam ter de convencer Stálin de que pipoca pode ficar no mercado deve ser semelhante à que se tem de convencer a equipe econômica do Go-

verno de que energia elétrica tem aspectos que o mercado não resolve. E saber do engenheiro...

O SR. LUCIANO ZICA – Pinquelli, você me lembrou um fato: um auxiliar do David Zylbersztajn, um engenheiro da Bahia, disse que apagão era coisa de comunista. Então, o Governo Fernando Henrique virou comunista.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Foi o Jaime. Agora, vamos lá: o saber do engenheiro acho muito importante, colocado pelo...

O SR. PAULO SOUTO – Pelo tempo que eu sabia, era do PT, do sindicato.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – É, passou. O Jaime foi uma transformação.

O saber do engenheiro é muito importante, porque aí está outra explicação. Os engenheiros vestidos de economistas, porque são engenheiros que viraram economistas – e são eles que controlam boa parte da política econômica –, eles têm um profundo desprezo pelo saber do engenheiro que continuou engenheiro. Realmente, a privatização, o modelo, foi um desastre em grande parte porque não se ouviram os engenheiros. Pessoas como o Mário Santos, por exemplo, certamente não foram ouvidas devidamente.

Então, a experiência do setor elétrico brasileiro, que é uma experiência bem sucedida tecnicamente – e o mau sucesso das empresas estatais foi da política, foi do clientelismo, foi de se colocar cabides de emprego dentro das empresas, foi o poder de São Paulo e do Nordeste, que resolvem não pagar e não pagam mesmo, poder político regional...

O SR. PAULO SOUTO – Aí merece uma observação. Por exemplo, no caso da Bahia sempre pagamos, e a última conta que vi, professor, 85% era de um Estado, só que eu não vou dizer qual é o nome. (Risos.)

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Pois é, São Paulo. Então, veja só, eu acho que se o poder político de alguns Estados – naturalmente, não sou um especialista em finanças públicas aqui – conseguiu fazer aquela inadimplência, salva pela Lei Eliseu Rezende. Após essa lei, em 1993, as empresas estão ótimas. Podem investir, contrair dívidas; possuem um nível de endividamento baixíssimo. Há uma competência técnica residual que pode ser resgatada. E, se houver empreendimento, vai haver oportunidades. Creio que poderão fazer o que a Petrobras faz com o petróleo – associações, empreendimentos próprios, etc. – e valorizar o saber do engenheiro.

O gás natural. Como se resolve isso? O gás natural tem de criar um mercado flexível. O gás natural

tem de ter mercado de opção. Quando a termoeletrica precisa, tem que ter prioridade para complementar. Belo Monte é uma variação brutal. A fio d'água vai de 11GW, quase igual a Itaipu, a menos de quatro. Se quisermos utilizar bem Belo Monte, se for construída – acredito que deve ser –, precisamos de muito gás natural entrando e saindo. Para isso, deve haver um mercado alternativo ao gás natural. Como também pode haver um mercado alternativo à energia secundária das hidroelétricas. O antigo modelo EGTD (Energia Garantida por Tempo Determinado) pode ser ressuscitado. Claro que não da mesma forma.

Creio que há mais pontos, mas já excedi meu tempo. Muito obrigado pela oportunidade.

Apenas um lembrete histórico. Deputado José Carlos Aleluia, V. Ex^a falou muito nas discussões. V. Ex^a está lembrado, no gabinete do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, de Winston Fritsch, Secretário de Economia, quando teve início a discussão do modelo de privatização, e houve uma “pauleira” nunca vista? Segundo observação de V. Ex^a, ao final da reunião, eu acabei sendo moderado. Houve uma discussão imensa. Se a discussão continuasse com opiniões diferentes, talvez se encontrasse um modelo melhor do que o executado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Coimbra) – Muito obrigado, Professor Luís Pinguelli Rosa. Antes de passar a palavra ao Professor Bautista Vidal, gostaria de informar que na próxima semana estarão presentes, nesta Comissão, como expositores, em audiência pública, na terça-feira, dia 26, às 16h30min, os Governadores Itamar Franco, Jaime Lerner, Almir Gabriel e Olívio Dutra e, na quinta-feira, às 9h30min, os Srs. Antônio Ermírio de Moraes, Luiz Carlos Santos, Presidente de Furnas, e Cláudio Ávila da Silva, Presidente da Eletrobrás.

Peço a aquiescência do Prof. Bautista Vidal, a quem havia concedido a palavra – pois mora em Brasília e não vai viajar –, para conceder a palavra ao Professor Adilson de Oliveira, que viajará agora, tem vôo marcado.

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Professor Bautista Vidal, pela gentileza de ceder-me a palavra. Tentarei ser breve. Certas coisas talvez possam surpreender V. Ex^{as}. A primeira pergunta que responderei é com relação ao ajuste das tarifas. É claro que, como bem colocado aqui, e o próprio Professor Ildo deixou uma transparência bem visível, o movimento tarifário nos últimos oito anos foi claramente diferenciado entre os consumidores residenciais e os industriais. Assim, reajuste tarifário não

significa aumento para todos ou pelo menos no mesmo patamar. O fundamental é aproximar as tarifas industriais das residenciais, por que, aliás, em boa parte do mundo, pelo menos nos Estados Unidos, as tarifas residenciais são até inferiores em alguns setores industriais. Penso que não é prática normal, necessariamente, as tarifas residenciais serem mais elevadas. Tudo depende de uma política de quem você quer subsidiar. Em alguns casos, prefere-se subsidiar os consumidores residenciais.

Isso me leva a outra questão, já apresentada, com relação a como organizar energia velha, energia nova. Nos Estados Unidos, boa parte das hidrelétricas continua nas mãos do Estado. E essas hidrelétricas são utilizadas para subsidiar setores específicos de interesse social, como, por exemplo, o setor rural, a irrigação, os consumidores de baixa renda, a fim de permitir esse tipo de processo. Se se pensar em utilizar as hidrelétricas para subsidiar alguém, creio que deve ser esses grupos sociais de baixa renda ou essas áreas da economia mais fragilizadas, e não consumidores que tenham capacidade de se gerir, como o setor de alumínio e outros setores industriais. Portanto, nesse sentido, entra a questão de como organizar a energia nova e a energia velha. Eu, particularmente, penso que ela deveria sofrer uma elevação tarifária e que se deveria preservar algo para esses setores que deveriam ser feitos.

Aí nós entramos na questão mais interessante, que é a questão das térmicas. Eu vou dizer algo paradoxal e depois vou explicar por quê. Térmicas à gás é a energia mais barata disponível no mercado brasileiro hoje. A forma de geração de energia mais barata existente no mercado hoje é a energia térmica. Um imprevisto colocado muito bem pelo Professor Pinguelli, pelo Deputado Aleluia, é o seguinte. Se as térmicas forem operadas em regime de complementação térmica, elas são as mais baratas disponíveis, porque, do custo das térmicas – que é de US\$40 – US\$20 são de combustível. Portanto, se eu conseguir reduzir o consumo de combustível a apenas 25% do tempo, reduzo para US\$27, que é mais barato. O problema é que a regulamentação que foi feita não induz as térmicas a utilizarem energia secundária no sistema. É isso que precisa ser corrigido. É preciso criar um mecanismo como o que os noruegueses fizeram: criar um mercado para a energia secundária. A energia secundária tem que ser negociada com as térmicas, tem que ser comercializada com o pessoal do alumínio e pode ter tarifa baixa se eles aceitarem um regime interruptível. O que não é possível é vender ener-

gia firme barata para o alumínio; tem que vender energia interruptível. Eles podem fazer o que fazem no Canadá, o que fazem na Austrália. Na Austrália não há tanta hidrelétrica, mas, certamente, no Canadá é o que eles fazem. É por aí que temos que começar a reorganizar o mercado.

O Deputado Aleluia, pelo que eu vi...

O SR. (aparteante não identificado, nome não declinado) – No Canadá, o alumínio não tem energia firme?

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Não tem. Eles tem energia firme também, mas, se eles quiserem energia barata, têm que comprar energia secundária. O mix de energia secundária interruptível e energia firme é que dá a eles uma tarifa baixa. Aqui estamos vendendo energia firme pelo preço de energia secundária; então, fica difícil. Claro, fica muito barato... Esse é o caminho; aí, as térmicas serão muito baratas. Para isso, é preciso orquestrar o problema do gás.

Na minha opinião, o problema do gás não está na Bolívia; o problema do gás está no Brasil. Não é possível imaginar que vamos construir um gasoduto que venha da Bolívia até aqui e não haja um regime de take or pay, porque é preciso encher o gasoduto. Quando o gás chega aqui, tem que ser transformado em um gás interruptível. Esse negócio é que precisamos desenvolver. E preciso saber utilizar o gás que chega e destinar uma parcela em regime de take or pay e outra parcela em regime interruptível, para exatamente complementar com a hidrelétrica. Essa noção e essa construção está faltando desenvolvermos, e essa é a grande oportunidade brasileira. Se conseguirmos fazer isso, vamos ter energia barata de novo. Por isso, a energia do futuro não é cara, necessariamente, se nós fizermos a regulação corretamente e construirmos como deve ser feito.

Eu passo, então, a outra pergunta que foi feita. Foram colocados três pontos com relação a que o Congresso pode fazer mais imediatamente. O Professor Pinguelli disse algo que eu endosso, assino embaixo: a primeira coisa que deve fazer é tirar o corte da medida provisória. O corte de três dias é inaceitável. Eu tenho o meu pai de 86 anos, minha mãe, de 80 anos, e eles não têm condições de reduzir o consumo de energia elétrica no patamar que está sendo proposto. Seria uma violência inaceitável comigo, com a minha família, da parte de todos que venham colocar em risco a vida dos meus pais. Eu considero inaceitável de um Estado que, no mínimo, respeite a sua cidadania. Então, o corte não pode ser colocado como

está colocado, certamente. Essa é a primeira medida. Eu estou falando num caso muito pessoal, mas acredito que há muitas outras famílias que têm a mesma situação. Por isso não estou aqui defendendo em causa própria, mas estou falando do respeito às pessoas que não têm condições de se adequar.

Segundo elemento importante; é preciso, imediatamente, que sejam criadas câmaras setoriais. Poderia ser proposta na MP a criação de câmaras setoriais para negociar esse regime de redução de cotas dentro das cadeias produtivas.

O terceiro elemento importante seria o processo de elevação tarifária da energia velha, pois não acredito que toda energia velha possa ser comercializada a um mesmo patamar. Queremos que as empresas estatais tenham condições de financiar projetos novos e seria interessante que elas tivessem uma certa lucratividade. Haverá uma certa elevação tarifária e, se for o caso, se não se quiser que essa elevação tarifária não seja totalmente recuperada pelas concessionárias, ou pelas geradoras, que se crie um imposto sobre lucro extraordinários, o que o Congresso Nacional tem plena capacidade de fazer, e que se crie um imposto líquido extraordinário para que se recupere isso para o Tesouro.

O SR. (aparteante não identificado, nome não declinado) – Nas geradoras?

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Nas geradoras. Isso, evidentemente, cria a possibilidade de recuperar isso para o Tesouro ou destiná-lo a outra coisa. É questão apenas de combinar quanto quero deixar para as geradoras, quanto quero trazer para dentro do Tesouro e quanto quero utilizar para subsidiar o pessoal do setor rural e programas de eletrificação rural, coisas desse tipo. A legislação deve fazer isso.

Um outro ponto bem enfatizado pelo Deputado Clementino Coelho foi a questão regional. O modelo todo foi idealizado, imaginando o Brasil como uma coisa só, como se fosse possível trabalharmos o Brasil, o Nordeste, as características de suprimento elétrico, sociais e industriais como se fosse uma coisa só. Uma das coisas que devem ser repensadas no modelo seria tratar as características regionais dentro dele, e não fazer o modelo pressupondo que o Brasil é um universo homogêneo, como a situação da Inglaterra e da Noruega, países homogêneos e de pequena dimensão. Para isso estou muito confortável, pois nem os Estados Unidos adotam um modelo universal, um modelo único no País, dadas as dimensões geográficas. Nem o Canadá e a Austrália, nenhum país de dimensão continental e com características regionais

diversificadas utiliza o modelo único. Os modelos são regionalizados. É claro que deve haver um tipo de coordenação nacional. Preservar as características regionais não significa não olhar o conjunto. A preservação das características regionais é fundamental na reconstrução do modelo proposto aqui.

O modelo norueguês é interessante. Devo fazer distinção entre duas coisas que às vezes se confundem: uma é a empresa ser estatal e outra é o regime pelo qual a empresa opera.

O Brasil, assim como os Estados Unidos, a Noruega, a Inglaterra e todos os países do mundo, até 1990, até que fosse desenvolvido um modelo totalmente original, novo, todos esses países operavam com empresas estatais ou privadas, mas num regime tarifário chamado custo do serviço. Esse regime do custo do serviço permite o repasse de todos os custos para os consumidores. Quando esse repasse se torna politicamente inviável, criava-se – como o Deputado Aleluia bem colocou – a tal conta de resultados a compensar, para não aumentar as tarifas, pois se imaginava que o repasse era muito elevado, mas, no fim, o Tesouro cobrirá.

O regime atual, de certa forma, avança, na minha opinião, de forma positiva, ao criar para as distribuidoras, um duplo regime. Ela repassa a parcelados custos que ela não controla, que são basicamente a energia que ela compra de um gerador pelo qual não tem responsabilidade e os impostos que ela paga. Esses são repassados automaticamente. A outra parcela que ela controla, os gastos e o investimento que ela faz, não é repassado ou não deveria ser repassado automaticamente. É claro que a regra atual permite que não seja repassado totalmente. Infelizmente, o Governo atual decidiu que até 2002 haveria repasse integral desses custos também, mas isso não necessariamente deveria acontecer. Perdão, não é repasse integral de custos. Esses custos seriam repassados

de acordo com a regra do IGPM. Ou seja, todo aumento do IGPM seria automaticamente repassado. Mas esse é um avanço positivo porque existe um fator de melhoria de eficiência que poderia e pode ser utilizado pela Aneel quando ela o quiser. Houve um avanço nessa direção, e as concessionárias não distribuidoras não necessariamente podem repassar todos os custos. Na verdade, no regime anterior, repassava-se tudo, sejam elas estatais ou privadas.

Voltando ao modelo da Noruega, o interessante é que se trata de um regime de empresas na sua maior parte estatal – é claro que o regime norueguês não é de um país só, mas articula todos os países nórdi-

cos, com empresas privadas e estatais convivendo num mercado que é concorrencial.

A introdução da concorrência não se confunde com empresa estatal ou privada. Pode-se introduzir a concorrência com empresas estatais, pode-se preservar o regime de monopólio e custo do serviço com empresas privadas, que era o que ocorria até antes de a Light ser privatizada, quando também havia problemas. A grande novidade é sair do regime de custos e serviços, o que considero também um avanço positivo. Sair do regime de custo e serviço é uma forma de não permitir o repasse automático de custos para os consumidores.

Os noruegueses foram felizes ao criar, primeiramente, um regime de testes. Como as centrais hidroelétricas têm dois tipos de energia – energia firme e energia não garantida, não assegurada –, eles criaram um mercado concorrencial para a energia não assegurada, porque essa é uma parcela – como o Professor Luís Pinquelli Rosa mencionou – que flutua de forma muito e muito volátil; e, para essa, os preços realmente flutuam muito. É preciso testar esse mercado primeiro, para depois jogar energia firme, talvez, nesse mercado.

O Brasil, na minha opinião, deveria adotar um caminho similar. Deveria começar criando um mercado de energia secundária em que as térmicas pudessem trabalhar em regime de complementação, porque elas teriam certeza de que têm acesso a uma energia secundária a preços de mercado e não a preços fixados por um modelo que opera ninguém sabe como e que resultado produz, mas a preços de mercado. Ela compra e negocia diretamente. Trata-se de preços certamente de leilão. Mas é uma energia interruptível, portanto, necessariamente terá de ser comercializada senão diariamente, semanalmente. Ela não pode ser comercializada em períodos longos.

Se adotarmos essa caminho, primeiramente testamos o regime de mercado para essa energia. Na próxima fase, ampliamos a fórmula para o resto do mercado. Essa é a minha proposta, mas posso encaminhar à Comissão, depois, um documento mais estruturado. Esse documento já chegou ao Governo, mas não sei se alguém o leu.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Professor Adilson de Oliveira.

Concedo a palavra ao Professor Bautista Vidal para suas respostas e considerações finais.

O SR. BAUTISTA VIDAL – A Deputada Jandira Feghali perguntou sobre a questão do gás. Desde a década de 1970, época do Severo Gomes – essa

questão do gás da Bolívia não nenhuma relação com a Bolívia; é Texaco, é Esso –, aqui havia uma pressão muito forte para que esse gás fosse comprado pelo Brasil, porque é o único mercado desse gás. Aquele gás não tem objetivo econômico lá. E os contratos lenoninos que agora se fizeram se estavam remoendo porque não havia confirmação das dimensões adequadas de reserva.

Agora, por exemplo, o Professor Rogério Cerqueira Leite, acompanhando estudos feitos pelos engenheiros da Aepet, afirma que o gás da Bolívia não dá para seis anos. Se isso realmente se confirmar, é um desastre. Como refazer o modelo brasileiro em cima de algo poluidor, de fonte externa, com preços absurdos em dólar etc. e que só dá para seis anos?

O SR. (debatedor não identificado, nome não declinado) – O Presidente da Petrobras esteve aqui nesta semana para dizer que as jazidas da Bolívia eram uma coisa de séculos. Ele afirmou isso aqui, não foi, Sr. Presidente? Inclusive, falou sobre uma descoberta recente avaliando que era uma das maiores jazidas de gás do mundo.

O SR. BAUTISTA VIDAL – A Associação dos Engenheiros da Petrobras vem estudando isso há muito tempo, tem muito trabalho sobre isso. Recentemente, o Professor Rogério Cerqueira Leite, um estudioso das questões energéticas mundiais, fez um artigo na Folha de S. Paulo dizendo isto: é um projeto para seis anos. Se isso se confirmar, é uma loucura completa.

Agora, nos estudos que fizemos com os engenheiros da Petrobras, essa opção do gás da Bolívia é a oitava escolha, em outras possíveis opções muito mais adequadas. É algo inacreditável. Com enormes opções, parte-se para uma opção como essa. Foram várias razões: primeiro, o preço em dólar; segundo, fonte fora do País; terceiro, o preço crescente em petróleo. Em menos de um ano, o preço do petróleo cresceu 300%. O preço atual já é no preço do petróleo. Quem garante que o preço do petróleo não vai crescer outros 300% nos próximos seis meses?

Além disso, há a distribuição. O gasoduto é algo muito caro. É tão caro que a Esso, a Texaco e a Shell não pagaram o gasoduto. O Governo brasileiro impôs à Petrobras que pagasse o gasoduto. Quem fez o investimento foi a Petrobras, como também estão impondo à Petrobras a taxa cambial. Parece que a Petrobras virou caixa de pancada, para resolver problemas de ambições externas desmedidas e sangrar o País. A coisa está caminhando mais ou menos nessa direção.

Na questão do gás, nesse longo período de afastar a hipótese da Bolívia – isso só se consumou recentemente, por pressão forte das quatro irmãs –, havia a justificativa da própria Petrobras. O Paulo Belotti e eu participamos de reuniões na Bolívia. Há gás disponível não só na região de Campos, mas em todo o Brasil, em grande quantidade. Evidentemente, esse gás deve ser reinjetado para manter a pressão para se retirar o petróleo. Sem o gás, o petróleo não sai da rocha. Então, o gás é necessário, mas sempre sobra uma quantidade ponderável de gás, que a Petrobras é obrigada a queimar, por que ele não pode ser reinjetado além de certo ponto. Isso aconteceu por anos a fio, pois esse gás não tinha mercado aqui. Há locais, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo em que o gasoduto já estava pronto. Então, afastaram o uso desse gás disponível, que não tinha mais utilidade, para fazer essa negociação alucinante com as quatro irmãs, com uma fonte de fora do País.

Considero a alternativa do gás um crime inominável contra o País e contra o futuro do País. Estamos comprometendo, além disso, todos os investimentos externos. Cada termoelétrica custa US\$300 milhões. Estão falando em US\$15 bilhões para comprar equipamento. É uma loucura completa, é uma antiindustrialização. Assim, está-se fazendo o oposto de tudo o que se defende em termos razoáveis para o País.

Falando de coisas mais realistas, hoje, a Europa, por exemplo, está partindo para fazer centrais elétricas com resíduos agrícolas. Sevilha, por exemplo, tem uma central de eletricidade de 4 megawatts com rejeitos olivares. Imaginem, são arbustos! Então, Sevilha, Alemanha, Suécia têm centrais elétricas com rejeitos agrícolas. Imaginem os rejeitos agrícolas brasileiros, que são em grandes proporções!

Basta ver o bagaço de cana. O bagaço de cana consegue produzir, com uma mera modificação de caldeira para 60 atmosferas, 4.300 megawatts. É um terço de Itaipu, sem necessidade de linha de transmissão. Há a produção de energia diretamente nas linhas de transmissão de São Paulo, que é o grande centro consumidor. Como é que não se faz isso? Há anos que isso vem sendo tentado, mas o sistema financeiro proíbe. A prioridade é para o gás da Bolívia. Assim não dá, assim é jogo de bandido! O bagaço está disponível, com custo zero, criando ônus enorme, porque aquilo apodrece, e não permitem. Há um mês, foram, incorporados, com a Fiesp, ao BNDES. Que diabo é isso? Com que tipo de gente estamos tratando?

Na realidade – confirmei isso com o Professor Ildo outro dia –, se usarmos o gás da madeira, com turbinas de alta eficiência, podemos mais que duplicar, podemos produzir uma Itaipu de energia elétrica em São Paulo, com custo zero de linha de transmissão. Veja que coisa fantástica à nossa mão, e com tecnologias que não temos, mas que temos condições de fazer. Não há problemas. Os europeus estão fazendo isso. Se for o caso, podemos até importar os equipamentos, como seriam importados os equipamentos de todo o gás. Poderíamos, então, até pensar em importar.

São alternativas pé no chão. Gostei muito dessa visão regional. Na questão energética, a energia está localizada na geografia. É fator de produção onde ela está. Temos de procurar.

Fizemos uma reunião na Sudene, fazendo a avaliação das águas do São Francisco, com todas as companhias elétricas e também com as companhias de irrigação do São Francisco. Foi algo assustador, porque as pessoas nunca sentaram para fazer um balanço. Os projetos existentes eram mais que o dobro das águas do São Francisco. É outra loucura, como o desvio do rio São Francisco. É uma loucura mais ou menos desse tipo.

Fizemos, numa certa fase, um levantamento com um instituto espacial sobre as disponibilidades florestais no Nordeste. Existe disponibilidade para, por meio de florestas energéticas, ao invés de buscar energia na Amazônia, com linhas de transmissão de corrente contínua, com custos bárbaros, produzir energia no próprio Nordeste. Mas era preciso fazer um certo esforço tecnológico, que já foi feito em certos lugares. Por exemplo, a média de produção normal no Nordeste é de 12 metros cúbicos por hectare/ano, o que é muito baixo.

A Acesita, no cerrado mineiro, fez um esforço e passou de 12 para 60 estéreos por hectare/ano de produtividade. Um estéreo de madeira representa um barril de petróleo. A Aracruz chega hoje a 126 estéreos por hectare/ano; são 120 barris de petróleo por hectare/ano.

V. Ex^{as} já imaginaram a figura do fazendeiro florestal, pequenos produtores, fazendo cada um a sua energia elétrica na dimensão dos municípios e das localidades?

E na Bahia? Qual é a proporção do território nacional que tem energia elétrica? É muito baixa. Agora, como vamos cobrir um Estado do tamanho da França de linhas de transmissão? Isso representa um custo alucinante.

Entretanto, com as termoeletricas, a lenha, a carvão vegetal e gás natural, podemos cobrir o Estado, respondere – é claro – levantar a agricultura brasileira. Se se consegue 60 ou 70 metros cúbicos por hectare/ano, cada um valendo um barril de petróleo, são US\$2 mil por hectare/ano. Que agricultura dá isso? A pecuária dá US\$100 – e estou falando em US\$2 mil.

Está na hora de colocarmos a nossa competência nacional, com característica regional, na solução desses grandes problemas. Por exemplo, no Crea do Paraná, fizemos uma grande reunião de matriz energética. O Professor Ildo e o Joaquim de Carvalho estavam presentes. Fizemos um grupo de pessoas que sabem das coisas, que têm 40 anos de experiência no assunto. Descobrimos que estão querendo fazer 15 hidroelétricas em três rios vivos do Paraná. A reação do setor da agricultura foi terrível, porque as inundações de Itaipu comeram as melhores terras dos agricultores paranaenses. A hidroelétrica que, em certos casos, é uma solução, no caso do Paraná é o terror, porque vai inundar as terras férteis e vai matar aqueles rios.

E qual a solução do Paraná? O Paraná era uma maravilha, coberto de florestas. Apenas 8% restam de florestas remanescentes. Do que foi devastado, 40% dessa terra, metade do Estado do Paraná ficou improdutivo, virou deserto. Cortaram a floresta, o sol incidiu, oxidou o húmus e virou deserto. Quer dizer, a possibilidade de usarmos uma floresta com índices altíssimos de rentabilidade permite-nos recobrir e, é claro, não só refertilizar o solo, mas garantir a umidade essencial para os rios sobreviverem. Se a umidade não for mantida por meio das florestas, os rios para a produção de energia elétrica vão desaparecer, vão secar. É impressionante como no Pará, e também em várias outras regiões, quando devastam as florestas, os primeiros a desaparecerem são os rios. É um processo de destruição de um grande patrimônio energético da humanidade que está, exatamente, no trópico com umidade. Não adianta termos essa riqueza solar fantástica se não temos água. Sem água, vai virar um deserto. O deserto do Saara tem sol, mas não tem água. Nós temos os dois.

A grande solução para a era pós-petróleo são os trópicos, com sua altíssima rentabilidade de florestas e com termoeletricas. Os ambientalistas deveriam gostar, no entanto, estão atrapalhando. Por uma obsessão de não mexer nas florestas nativas, não permitem que elas viam um fim econômico. A única maneira de preservar as florestas é dar-lhes um fim econômico. Por que Minas Gerais é o Estado que detém

as maiores florestas plantadas? Porque estas têm um fim econômico na siderurgia. A Acesita, a Belgo-Mineira, a Mannesmann, em Minas Gerais, têm centenas de milhares de hectares de florestas plantadas porque têm um fim econômico.

Devemos aproveitar essa brutal crise programada para repensar o modelo energético brasileiro com as características extraordinárias que o Brasil oferece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Agradeço ao Sr. Bautista Vidal.

Concedo a palavra ao Sr. Mauricio Tolmasquim para suas considerações finais e resposta.

O SR. MAURICIO TOMALSQUIM – Muito obrigado. Vou procurar ser breve, inclusive porque muitas das questões já foram mencionadas.

Vou começar pelo ponto levantado pelo Senador Paulo Souto. S. Ex^a falou sobre as tarifas.

A questão das tarifas tem um nó. Aumentaram muito para resolver o problema das distribuidoras, para torná-las rentáveis. Aconteceu o seguinte: se considerarmos o valor da tarifa, 60% vai para remunerar as distribuidoras, 40% vai para a geração e transmissão. Se pegarmos o padrão internacional, será o contrário. Sessenta por cento da tarifa vão para geração e transmissão, e apenas 40% vão para a distribuição. O primeiro problema é a existência dessa inversão, que é fruto da tentativa de tornar rentáveis as distribuidoras.

O SR. PAULO SOUTO – Essa relação sempre foi assim?

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Não, aumentou por conta da questão da privatização. Não era assim. As distribuidoras, na época em que eram estatais, tinham prejuízo. Aumentamos, mas só de um lado. Esse é o primeiro nó e faz com que as tarifas de geração e transmissão estejam relativamente achatadas. Teremos que aumentá-las um pouquinho se quisermos retomar a capacidade de investimento do setor. Se existe contrato de concessão que repassado o aumento de geração para o consumidor, vamos ter que resolver o problema da geração e da transmissão.

Não saberia dizer de quanto seria o aumento de geração e de transmissão, mas, certamente, não seriamos R\$80,00 da termoeletrica. Falaram, com razão, que a termoeletrica pode ser mais barata, mas se entrar complementando a hidroelétrica. Isso ficou bem claro. Hoje, da maneira como vai entrar, que não é complementando a hidroelétrica, vai sair R\$80,00 o megawatt/hora, que é, inclusive, o valor normativo

baixado pela Aneel. É esse o valor real da tarifa, a não ser que...

O SR. PAULO SOUTO – Vamos explicar isso um pouco mais. Quer dizer: se ela entrar em complementação ao regime hidrelétrico. É isso?

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Se ela entrar em complementação... Veja bem, a solução que temos que encontrar para resolver esse nó todo é a seguinte: conseguir uma maneira de criar um mercado secundário de gás do Brasil. A Inglaterra fez isso, mas acho que levou cinco anos para conseguir montá-lo, é uma complicação.

É o seguinte: há um contrato de take or pay, tem que comprar o gás. Agora, resolve-se o problema se essa empresa que comprou o gás, no momento em que não estiver funcionando, não tiver que pagar por esse gás, puder vender esse gás para uma empresa, por exemplo para uma indústria, mas que tenha um outro mercado que consuma aquele gás.

O SR. PAULO SOUTO – Fica mais barato se funcionar sem ser ininterruptamente.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Isso, ela se liga só na ponta ou nos períodos de falta de chuva, aí diminui, porque o investimento dela é barato. O problema é o combustível.

Então, o que ocorre? A termoelétrica complementando o sistema hídrico é uma beleza, otimiza-se o sistema; o nosso gargalo todo é que ela não está entrando complementando, ela vai entrar na base, substituindo o sistema hídrico. Agora, se a gente consegue resolver essa equação... Como é que se resolve isso? Fazendo com que ela funcione só nesse período da ponta ou no período de seca.

O SR. PAULO SOUTO – Mas isso vai pagar o investidor?

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Paga. O problema dessa pessoa é justamente não ter que pagar pelo gás. O problema dele é que, se ele tem que pagar o gás, ele não pode desligar a planta dele. Então, se a gente arruma um jeito para colocar um mercado para o gás dele...

O que a Inglaterra fez foi criar um mercado secundário de gás, quer dizer, vende para uma outra empresa ou indústria que funcione.

O SR. PAULO SOUTO – Como é o contrato, por exemplo, de quem compra o gás na Bolívia?

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – É da forma take or pay. Ele tem que comprar...

O SR. PAULO SOUTO – Também?

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – É.

Qual é o grande problema? A solução é criar esse mercado secundário. Estou falando isso, mas sabendo que não é fácil, existem vários problemas. Mas tem que se conseguir, porque é a única solução, senão, cairemos numa irracionalidade, porque aumenta a tarifa. Há que se achar um jeito de conseguir montar... Há uma solução. Há que se encontrar um meio de vender esse gás para esses outros setores e, aí, colocar essas termoelétricas funcionando de maneira intermitente. Assim, resolve-se o problema.

Agora, veja bem, a questão da energia velha. É fundamental usá-la. O ponto, o nó que existe, e que não está ainda resolvido, é o seguinte: pelo modelo atual de mercado, não é possível usar a energia velha, porque, por esse modelo, ninguém vai construir uma usina se estiver sendo vendida uma energia a R\$40,00 o megawatt. O argumento é que não se consegue competir com ele. Então, temos que adaptar o modelo atual. É por isso que estou falando: acho que o modelo, da maneira que está, é problemático, porque como alguém vai construir uma usina nova se tiver que competir com a energia velha? Por outro lado, é um absurdo abrímos mão dessa energia velha.

O SR. PAULO SOUTO – A outra opção, que seria absurda, é aumentar o preço da energia velha.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Exatamente, isso é uma loucura. Mas existe solução para isso também. Com relação a isso, até o Dr. Luís Pinguelli Rosa estava falando do nosso colega, Roberto Araújo. Só que aí não passa por esse mercado competitivo da maneira que está estruturado; tem que ceder e mudar o mercado.

Esse é o problema, não passar por esse mercado, que é justamente ter uma maneira de se comprar – por exemplo, Eletrobrás, Furnas ou outra que seja – essa energia das térmicas, que está sendo gerada mais cara, e usar no seu mix com a energia velha para colocar no sistema, quer dizer, é uma maneira de, uma com a outra, fazer um mix das duas energias.

O grande problema dessa solução, para alguns, é que apresenta a questão do mercado. Então, esse é que seria o “problema”. Acho que não devemos colocarmos o mercado como um dogma, mas que o setor energético deve funcionar da melhor maneira possível e ao melhor preço. Se a questão é que deve haver mercado, realmente temos um problema. O mercado pode ter um papel secundário, mas não pode continuar da maneira como está.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Professor, essa questão do mercado não se verifica nem nos Estados Unidos. No Tennessee, vai lá ...

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Sem dúvida. O mercado pode funcionar, mas é secundário. Citei o exemplo justamente dos Estados Unidos. Citaram a Inglaterra. Mas o caso dos Estados Unidos é interessante. E por que fala mos des se país? Por que é um modelo para o mundo capitalista. Não estamos falando nada subversivo. Lá há as empresas concessionárias, há a obrigação e há o produtor independente.

É possível haver um sistema misto, no qual o mercado, a livre iniciativa, o Estado, cada um deles tem seu papel. Isso não é absurdo.

Em relação ao que disse o Deputado Virgílio Guimarães, alinhando-me às considerações feitas pelo Sr. Luís Pinguelli Rosa e pelo Adilson a respeito de medidas a curtíssimo prazo, penso ser importante dizer que realmente deve-se eliminar a possibilidade do corte de energia das residências se as pessoas não atingirem 20% de redução no consumo. Além de ser uma brutalidade enorme, é inconsistente com a própria posição do Governo.

Há algum tempo, o Governo tinha proposto que, se não reduzíssemos o consumo em 20%, imporia uma multa. Mas o próprio Presidente da República admitiu que isso era injusto.

O SR. PAULO SOUTO – No princípio, não. Mesmo com redução, quem consumisse mais, também pagaria mais, o que é pior. Mas prevaleceu a regra de só pagar sobretaxa se não fizer economia.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Eu sei. Mas num momento anterior, bem no início do debate, falou-se sobre a multa. Se não houvesse corte, a pessoa seria multada. Depois pensaram em acabar com essa possibilidade, porque quem já era econômico e consumia pouco seria penalizado.

O que fizeram agora? Estão propondo a seguinte medida: quem não reduzir em 20% o gasto de energia terá sua energia cortada por três dias e, se persistir, por seis dias. O princípio tem a mesma injustiça da medida tomada anteriormente, mas a penalidade é muito mais forte. Podemos fazer a seguinte imagem: ao cometer uma infração como avançar o sinal, por exemplo, recebia-se uma multa. Agora, comete-se a infração e tomam-lhe o carro.

O SR. PAULO SOUTO – Professor, o corte traz problemas inaceitáveis, mas se admitirmos que devemos fazer essa economia a curto prazo...

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Mantenha a sobretaxa.

O SR. PAULO SOUTO – Mantenha a sobretaxa para quem não cumprir a meta?

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Exatamente. Acho que é uma medida ruim, mas é menos violenta que o corte. Qualquer medida que tomarmos será ruim – estamos entre escolhas ruins – mas algumas são violentas. E isso é inaceitável. Cortar a energia de residências está no campo do inaceitável. Quanto às outras medidas, também há injustiças, distorções, problemas, mas cortar energia é uma violência e uma injustiça muito grande.

Outra questão de curtíssimo prazo – o Deputado falou sobre isso fazendo eco com o Pinguelli – é autorizar as estatais a investirem. Furnas tem um plano de investimento de R\$16 bilhões para os próximos seis anos, R\$6 bilhões com recursos próprios e R\$10 bilhões em parceria com o capital privado. Pensei que essa proposta já estivesse aprovada. Levei um susto quando descobri que não está, que não está previsto esse investimento. Isso é um absurdo.

O SR. PAULO SOUTO – Não tenho ouvido e não tenho participado naturalmente dessas resoluções, mas parece que haverá essa autorização para aquelas linhas de transmissão que forem consideradas urgentes em resolver esse panorama. Tenho percebido isso.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Mas o pacote de Furnas, além do investimento para transmissão e geração, inclui uma pequena parte para compra de energia da Argentina. É um pacote enorme. É uma massa de investimentos grande. Parece-me que, no momento, dizer não a um agente que tem capacidade de investir é irracional, não faz sentido. Se o Orçamento está sendo aprovado agora, o momento de agir é agora. Duas ações são urgentes e fazem parte do raio de ação desta Casa: a questão do corte e a de conseguir incluir no Orçamento autorização para Furnas investir. Isso é fundamental. Furnas tem caixa e quer pegar esse caixa para, em parceria com o capital privado, fazer investimento. Ela nem falou que vai pagar dinheiro do BNDES. Não permitir isso é sem sentido.

O SR. PAULO SOUTO – Desculpe-me, mas isso deveria ter sido feito independentemente de se discutir o modelo. Nessa fase de transição, isso deveria acontecer. Até se pode frustrar um modelo que eventualmente poderia ser bom por ser excessivamente rigoroso na fase de transição, em que se sabe que nem sempre as coisas acontecem como se deseja.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Isso mesmo. Furnas é a ponte. Vamos supor que estejamos defendendo este modelo, que desejemos implantá-lo

no futuro. Eu diria para os advogados o seguinte: permitam que Furnas seja a ponte para esse modelo futuro. Não estou desse lado, mas, se estivesse, diria: façam isso, deixem Furnas ser a ponte para o seu modelo. Não estamos nem discutindo. É só deixar chegarmos ao outro lado da ponte. Se vocês acreditam que esse modelo vai funcionar, tudo bem, mas deixem-nos chegar ao outro lado. É uma questão muito singela.

Com relação ao que disse a Deputada Jandira Feghali, concordo com S. Ex^a. Trata-se de utilização de várias fontes. Ninguém aqui está defendendo apenas hidroeletricidade ou seja qual for a fonte. Estou feliz por ter participado de tantos debates neste período itinerante – digamos assim –, pelo Brasil afora, porque observo que algo está virando consenso: temos que aproveitar todas as oportunidades no Brasil. Quando vejo especialistas de uma fonte brigando com outros para saber quem é o melhor, isso é besteira. Aqui há espaço para todas as fontes. Temos que crescer uma Itaipu a cada três anos. Dá para usar o bagaço, centrais hidroelétricas, co-geração.

Fui a um seminário do Sebrae, e um Secretário de Energia do Piauí, ao me dar carona para o aeroporto, fez questão de me mostrar, todo entusiasmado, o seu projeto de uso do babaçu. Entendi o problema dele. Ele quer gerar emprego lá. Achei bonito aquilo. E, assim como há o babaçu, pode haver o dendê na Bahia, por exemplo. Há várias possibilidades, que precisamos aproveitar. Ninguém aqui está lutando pela sua fonte, mas para que sejam aproveitadas todas as oportunidades.

Com relação ao que disse o Deputado José Carlos Aleluia, primeiramente, S. Ex^a disse algo fundamental, que precisa ficar claro: o Governo aumentou o nível de racionamento por não ter tomado medida alguma anteriormente. Isso é verdade. Realmente, é uma tristeza. Em março, por exemplo, na hora em que saiu o relatório, o próprio ONS poderia ter tomado uma medida. E teríamos que cortar o consumo de energia em apenas 5%, o que não seria muito. Ele não tomou essa medida nem no momento em que teve conhecimento do relatório. Realmente, é um absurdo termos chegado a esse nível de corte que se faz necessário.

Aconteceu o seguinte: o Governo apostou que, em novembro, iria chover. O mais extraordinário é que ele manteve essa aposta em março, quando o risco já era altíssimo. Ele manteve até o último momento a aposta de que iria chover. Naquele momento, se ele tivesse cedido um pouquinho, teríamos que re-

duzir o consumo em apenas 5%. Quer dizer, isso é inaceitável! Gostaria de concordar com o que foi dito pelo Deputado.

O outro ponto que foi comentado diz respeito às térmicas, o problema não é pagar-se para as térmicas ficarem paradas. Não é problema se não tivermos que pagar pelo gás também. O sistema de complementação térmica – a térmica complementando a hídrica – é este mesmo: vamos pagar para que aquela fique parada, vamos pagar o investimento. O problema é racional agora, por que nós vamos ter que pagar o investimento e o gás também.

O SR. PAULO SOUTO – Mesmo sem utilizá-lo?

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Mesmo sem utilizá-lo. Então, a racionalidade está aí. Só para ficar claro, porque eu tinha dito, justamente, que era irracional pagar para uma térmica ficar parada. É irracional neste momento. É claro que, se resolvermos o problema do gás, não haverá problema.

O SR. PAULO SOUTO – Já que vamos pagar por um gás que não vamos utilizar, poderíamos usá-lo como meio para desenvolver o mercado secundário.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – No mercado secundário paga pelo gás quem vai consumi-lo em outro negócio. Agora é o consumidor quem vai ter de pagar. O mercado secundário é isso aí. Ao invés do consumidor, pagará quem utilizar o gás. É uma engenharia. Teremos que sentar para fazer o processo funcionar. Não estou dizendo que é simples.

O SR. BAUTISTA VIDAL – Gostaria de fazer uma observação. Há dois mercados secundários: o mercado secundário do gás, ao qual o Maurício referiu-se; e o mercado secundário de energia elétrica, ao qual o Adilson referiu-se. A indústria de alumínio pode comprar energia elétrica interruptível mais barata, o que também é viável. Além do mais, alguém pode comprar o gás na época em que a usina precisa parar.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Finalmente, vou concluir. Quero falar sobre uma questão que o Deputado mencionou. Não será permitido que a energia velha seja controlada por um produtor independente. Não conheço detalhes do texto, mas creio que é fundamental. E quero aqui parabenizá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Agradeço ao Sr. Maurício Tolmasquim.

Concedo a palavra ao Professor Ildo Sauer para suas respostas e considerações finais.

O SR. ILDO SAUER – As questões são evidentemente complexas, mas não me pretendo alongar

nas respostas. Falarei somente o necessário, caso contrário, seria necessário que se fizesse uma nova exposição, porque as questões são importantes e pertinentes.

Em primeiro lugar, é preciso dizer com clareza que ninguém está advogando uma volta ao passado. Temos que buscar nos libertar dos erros do passado e dos fracassos do presente em relação ao modelo elétrico e energético do País. Quer dizer, todo o processo histórico nos dá lições suficientes para que tenhamos, agora, uma base de negociação para construir algo novo que atenda as nossas necessidades.

A pergunta do Senador Paulo Souto é fundamental. Falarei sobre o gás oriundo da Bolívia. De fato, a Petrobras fez um contrato, há quase dez anos, quando o gás custava US\$0,90 por milhão de BTUs na boca do poço. Foi esse o preço contratado, vinculado ao dólar e ao petróleo. Por que ao petróleo? Porque é uma cesta, tanto que ele veio aumentando. Hoje, o contrato prevê o pagamento de US\$1,67 por milhão de BTUs na boca do poço. Será entregue às térmicas por US\$2,26. O grande investimento – e antes era a previsão de que seriam necessários de US\$1,8 a US\$2,00 por milhão de BTUs para recuperar os custos do transporte. O problema do gás da Bolívia é que o investidor lá quer recuperar, converter algo que pode fluir como gás em cash flow. É a lógica do investimento. Quem fez o gasoduto precisa amortizá-lo, independentemente de usá-lo. As prestações da amortização existem. Há flexibilidade nas margens, mas essa é a realidade. Por isso que as térmicas a gás natural de grande porte são profundamente equivocadas. Só para produzir eletricidade seria mais barato construir térmicas na Bolívia e trazer o gás via linhas de transmissão. Bem ou mal, a melhor tecnologia de conversão de gás em eletricidade permite converter de 50% a 55%, que são as de ciclo combinado em eletricidade/hora. Vamos trazer todo o gás de lá para desperdiçar a metade aqui, embora linha de transmissão seja mais barato para trazer eletricidade de lá para cá.

O SR. PAULO SOUTO – Mas ele não foi construído pensando em fazer termoelétrica. É isso?

O SR. ILDO SAUER – Não foi, mas o mercado não se desenvolveu suficientemente. Tanto que houve uma pressão de todos eles para que se fizessem térmicas para acomodar o gás. Houve uma conjunção de fatores. Tanto a Petrobras, Gaspetro e outras queriam as térmicas, porque elas permitiriam o mercado para o gás. De outro lado, havia alguns grupos de investidores para os quais seria mais interessante

ter um negócio em torno de uma térmica, porque se tem o financiamento, o contrato de venda da energia garantida com repasse automático, uma distribuidora; tem todas as garantias e pode, depois de construída a engenharia financeira, repassar até esse fluxo de caixa para o investidor institucional, tipo um fundo de pensão brasileiro ou internacional. Primeiro porque havia interesses concretos.

O mercado que deveria ter sido desenvolvido era o da co-geração. Substituindo-se em São Paulo e em todos os lugares o uso do óleo combustível na indústria. Lá, como defendi antes, seria possível converter pelo menos 30% desse gás em eletricidade na co-geração e usar os outros, quase 60% mais ou menos, nos processos térmicos da indústria de refino de petróleo, na indústria química, na petroquímica, nos hotéis, nos shopping centers, na indústria têxtil e também na de cimento e, indiretamente, até na siderurgia.

Há uma agenda interessante que permitiria ganhar sobre todos os pontos de vista e que não foi seguida. O gás também é importante no transporte coletivo, substituindo o diesel. Gás veicular para ônibus e para frotas cativas. De maneira que havia uma agenda importante para isso.

O problema fundamental que o Senador aborda tem a ver com as hidráulicas. Se a energia velha pode conviver com a nova. Evidentemente que essa é a grande vantagem comparativa de termos hoje ainda 60 mil megawatts de capacidade instalada a um custo tão baixo. Apesar de todos os processos de má gestão nas estatais, os custos médios são aqueles. Para dar um exemplo, convivemos hoje com usinas como Porto Primavera, que tem um custo elevado, com outras que têm um custo já amortizado. Muitas da Chesf, de Furnas e outras, só com custo de operação e de manutenção. Mesmo na Chesf, Ilha Solteira, Jupia, todas com custo da ordem de R\$8 um megawatt-hora. Só operação e manutenção, porque já estão amortizadas contabilmente.

O que eu não aceito e não aceitaria nunca é criar o mercado atacadista de energia, que vai tender a esse aumento brutal, até porque o preço diretosinalizado é o das térmicas de grande porte operando na base, não é o das de complementação térmica, como foi dito aqui pelo Adilson, de pois eu falo sobre isso novamente. E isso sinalizaria esses preços monstruosos. Eu mostrei que a transferência significaria algo em torno de R\$12 a R\$18 bilhões por ano, pelo fato de deixar de vender energia hoje na média de quarenta e passar a vendê-la toda a mais de oitenta, noventa

ou cem, porque o custo das térmicas de grande porte está na ordem de US\$40 o megawatt-hora. Vinte e cinco é o valor do combustível, mesmo subsidiado, quinze é o da amortização do capital e cinco o preço da operação e da manutenção.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – O senhor tem idéia de qual foi o total de contratos firmados no MAE até agora, se é que houve algum? Na Inglaterra, se não chega a 20% do total de contratos de energia.

O SR. ILDO SAUER – As distribuidoras, pela legislação anterior, poderiam expor, no máximo, até 15% da demanda a que têm de atender, com contratos ao mercado spot do MAE. Isso é uma coisa. Outra são os contratos bilaterais. Já existiam os iniciais: são aqueles que ainda hoje garantem a venda da energia pelo preço velho que, progressivamente, à medida que foram liberados, podem se converter em contratos bilaterais ou em exposição ao mercado spot – mercado de ajuste de curto prazo que hoje não tem razão nenhuma para existir mais, até porque não existe o que ajustar se não há oferta para atender a qualquer demanda. Essa é uma questão conceitual.

De qualquer maneira, a grande vantagem do sistema hidráulico brasileiro é que ele parte de uma base muito sólida para avançar no modelo. Aí, há muitas formas de fazê-lo. Até fazer política pública em tarifação, com tarifas menos agressivas. O que venho dizendo é que se, em 1994, tivéssemos concebido um modelo tarifário que permitisse esse aumento brutal previsto, não teria sido necessário privatizar nem fazer mais nada, por que só o que já aumentou na tarifa da distribuição, acima da inflação, significa hoje uma transferência da ordem de R\$6 bilhões por ano. O que aumentaria com a venda dessa energia, que custa de 40 a mais de 100, são outros 12 a 18. Isso é muito mais do que precisa ser investido. Para expandir a oferta de energia no Brasil, para garantir a expansão, precisamos investir algo entre R\$8 a R\$10 bilhões por ano. Ora, se estamos com vinte, sobram dez para fazer um fundo de combate à pobreza, outras políticas públicas.

Dessa forma, essa é a grande questão em relação ao modelo que transfere uma riqueza, que é de todos os brasileiros, para alguns especuladores ou investidores apenas, criando, inclusive, problemas macroeconômicos, porque, se forem estrangeiros que as comprarem, virarão divisas a serem remetidas, e em uma situação agravada. Aí está a grande riqueza de se fazer política pública, com um mercado competitivo ou não, porque podemos expandir, também, a partir da base que temos, licitando, a partir de um pla-

nejamento bem organizado, as melhores opções de oferta, via iniciativa privada ou as estatais. E aí, agregamos ao mix médio da tarifa de geração, e podemos, inclusive, aumentar um pouco a tarifa acima desse custo histórico, para fazer políticas públicas.

Quer dizer, há uma gama de opções, usando, mais ou menos, mecanismos de mercado, buscando eficiência na oferta de agregação de opções de geração nova, até porque a opção mais inteligente – como falei antes –, na minha opinião, é aquela agenda: de co-geração, 20 mil megawatts; PCHs, 3 a 10 mil; conservação de energia, 10 mil megawatts; hidráulicas, 50 mil megawatts, a custo inferiores às térmicas. E temos ainda várias opções renováveis que podem ser consideradas.

Agora, se for fazer térmica de grande porte, o mais inteligente é térmica flexível, que opera em complementação no longo prazo. Isso significa que serão operadas somente quando não há água. Mostrei a variação, antes de o regime hidrológico registrar 10,31 no Sudeste. Houve um ano em que a chuva – foi na década de 50, em 1954, por aí – teria permitido produzir 17 mil megawatts médios. No ano mais chuvoso, 1983, daria 47 mil megawatts médios, o que é uma variação importante, que seria compensada pelos reservatórios, ao longo dos anos. Mas essa compensação pode ser feita pelas usinas térmicas, que só vão ser operadas quando faltar água, a cada quatro, cinco, sete, oito anos. É, portanto, um seguro cujo investimento inicial é muito baixo, da ordem de apenas US\$400.00 o quilowatt instalado. Elas deveriam, preferencialmente, não ser a gás, porque o gás tem esse problema, ou na boca do poço do gás, ou, então, em um porto, onde se ancoraria um navio que seria alimentado com óleo combustível nas épocas desfavoráveis. Essa é uma outra opção de tornar segura a água, toda ela.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Professor, só para fazer uma ressalva, reforçar a irresponsabilidade na internacionalização desse setor de serviços, porque, se ele tivesse sido pelo menos privatizado ao capital nacional, não estaríamos transferindo poupança para o exterior. Quer dizer, é cavalgar, vamos dizer, o maquiavelismo de transferir. Estamos transferindo dividendos sobre as vazões dos rios brasileiros.

E isso foi de propósito. Não sei se senhor se lembra daquele programa de conversão de dívidas, no Governo Sarney, em que, pelo menos, havia uma quarentena de doze anos para se remeter o capital e os juros. Quer dizer, nesse cuidado houve na hora de privatizar, de exigir uma quarentena, que essa poupança ficasse aqui, para podermos melhorar a in-

fra-estrutura ou o modelo de transição. Nem isso. É como está dito nos jornais: hoje, há pessoas pagando investimento de dois anos.

O SR. ILDO SAUER – E o problema todo é o seguinte: se, garantida a expectativa de ganhos tão extraordinários, na hora de um leilão de venda, eles aportassem grandes pagamentos, que iriam ao Tesouro, até haveria uma compensação, o Tesouro se apropriaria previamente desse benefício, que chamamos, conceitualmente, de renda hidráulica, que vai para os cofres para fazer política pública, fazer outras coisas.

No entanto, isso não aconteceu nas privatizações das gerações feitas. A geração pagou preço mínimo – média de US\$700.00 o quilowatt instalado. Lá, a Gerasul, Tract Bell (termo não encontrado nos bancos de dados da Taquigrafia), preço mínimo. Em São Paulo, houve um pequeno ágio, que também é calculado... Porque essa metodologia de fluxo de caixa descontado vem a ser exercícios de ficção que fazem aportes em relação à evolução prevista das tarifas, só que cada um avalia o quadro institucional e diz: isso aqui pode não se sustentar; qual quer governo que venha de pois talvez mude essa filiação, e isso é risco, e isso o investidor desconta previamente. De qualquer maneira, os aportes seriam muito pequenos, em compensação.

A outra forma de apropriar essa renda hidráulica seria o que já foi aventado aqui: via tributação. Se se aumentam as tarifas, esse lucro, ganho extraordinário, pode ser apropriado para o Governo via tributação, mas essa é uma outra política. Há uma flexibilidade muito grande de políticas públicas que podem ser afiançadas em relação ao modelo atendendo a diversas opções. O que está completamente errado era o que estava sendo feito, que é o pior de todos os mundos: você não apropria nada agora para quem vende e apenas garante lucros extraordinários no futuro, se o modelo vingar, que também, hoje, está em cheque, porque, como bem disse o Pinguelli, o edifício caiu. Eu havia escrito antes que a utopia ultraliberal aplicada aos mercados de energia ruiu, e não é por sustentação nem teórica.

Tentei explicar ao Deputado Aleluia, antes de S. Ex^a sair, que o que eu havia dito antes era que o próprio Eugene Koil (nome não encontrado nos bancos de dados da Taquigrafia), que é conhecido nosso, esteve no Rio de Janeiro e esteve aqui, e outros há muito tempo vêm apontando a inviabilidade conceitual de se acreditar que grande competição haveria na geração elétrica pela natureza da produção e pela natureza da própria energia elétrica, que é diferente de salsicha. Você conhece o produtor da salsicha, tem a marca, tem o sabor, tem coisa. É mais parecido com os grãos, que são commodities universais – a soja, o milho, coisas muito básicas, o minério de ferro em al-

gumas situações – com grandes custos iniciais. Então, a competição jamais vai acontecer.

De outro lado, a liberdade de escolha dos consumidores, que era outro pilar da reforma do modelo, não passa de uma falácia, por que, para os pequenos consumidores, que são mais de 90%, isso jamais vai representar uma opção real de reduzir custos, de melhorar a qualidade, até porque não haverá intermediários interessados em manipular esse mercado, e aí há números importantes. De qualquer maneira, infelizmente, não dá para entrar em detalhes mais aprofundados, mas há opções muito importantes para essa questão que entendo estar no cerne da reforma do setor elétrico, como conciliar uma vantagem comparativa natural hoje já desenvolvida. E mais ainda: esse potencial hidráulico deve ser desenvolvido, na minha opinião, em favor do interesse público, não ser dado aos grandes consumidores, inclusive os de alumínio.

O rio e o potencial associado a ele são públicos, devem ser direcionados para o interesse público em primeiro lugar, para que esse diferencial entre custo da produção da energia de um projeto bem desenvolvido e o valor econômico de mercado dele não seja apenas em benefício de um grupo ou outro. Essa é a primeira grande questão do Senador Paulo Souto. As outras vou abor-dá-las com um pouco... Isso tem a ver tanto com os rios já desenvolvidos como com os por desenvolver, aqueles 50 mil megawatts que estão aí. Isso deve ser feito no interesse público.

A posição da Deputada Jandira Feghali, que defendemos – tentei fazer isso –, é a de que há que descentralizar os recursos. Havia um modelo anterior excessivamente centralizado na Eletrobrás, havia até uma espécie de ideologia tecnológica em favor das hidroelétricas apenas. Temos que não só descentralizar as fontes, as opções. Temos a eólica, no Rio Grande do Sul, no Nordeste e no Rio de Janeiro, temos casca de arroz, babaçu, dendê, na Bahia, restos vegetais, em muitos lugares, temos, os mais óbvios, o bagaço de cana e também os restos vegetais da indústria de papel e celulose, importante no sul da Bahia, em São Paulo, no Paraná e em outros lugares.

Deve haver uma agenda energética importante, que não só deve-se descentralizar os mecanismos que permitam o seu desenvolvimento apropriado – e grande parte deles o serão pela iniciativa privada, pela própria natureza dos recursos – como a co-geração, essas fontes todas são passíveis de que se faça isso, como de outro lado, é preciso descentralizar o planejamento, a gestão e a regulação. Não é possível conceber mais que em Brasília haja um órgão regulador que centralize tudo, como a Aneel. Ora, há muitas questões que são locais. A experiência americana e internacional mostra isso. A regulação não é um processo eminentemente neutro, como pretendem

fazê-lo, incluindo a regulação pelo preço-teto, como hoje se propõe para se induzir a eficiência. A regulação é um processo eminentemente político, é uma disputa pela renda, pelo preço. O esclarecimento, a transparência, a participação pública são fundamentais para garantir qualidade, preço e universalização do acesso. Trata-se de um processo político. Então, há que se ter árbitro final, um agente federal para algumas questões, mas há que ampliar o papel local, municipal até, em alguns casos. Isso não é só para a energia elétrica, é para outros serviços públicos também.

As colocações do Deputado Virgílio Guimarães são importantes. Penso que a questão da multa, a questão do corte foi bem colocada aqui. Temos uma espécie de primitivismo jurídico no momento em que você impõe um castigo físico a um cidadão que cumpriu as suas obrigações. O culpado, que é o Governo, se converte em juiz. A vítima, que é o consumidor, é convertida em réu nesse processo. Então, não é possível.

A multa é ineficaz, porque para os pobres ela pode significar, mas eles têm pouco a reduzir no consumo, e para os que têm alto poder aquisitivo pagar o dobro pela energia não será um problema extraordinário, além do mais cristaliza uma situação socioeconômica de um ano atrás arbitrariamente, onde quem consumia muito continua com o direito de consumir muito, e quem já foi eficiente porque introduziu todos os mecanismos de possível redução no consumo: trocou lâmpada, geladeira, motor elétrico na indústria é penalizado agora porque não tem mais espaço para reduzir, enquanto o perdulário é premiado porque pode fazê-lo, inclusive, com ganhos econômicos e incentivos.

De maneira que havia outras coisas de política pública que se devia fazer. Já citei algumas: iluminação pública, iluminação residencial, assessoria, financiamento. Há várias ações, inclusive as concessionárias hoje arrecadam 1% da tarifa publicamente regulada com o objetivo de promover eficiência energética. Gastaram tudo apenas para reduzir perdas da distribuição, quase substancialmente. Os números estão no relatório que entreguei ao relator.

Por ano, R\$240 milhões são gastos inadequadamente em conservação. Esses outros recursos do BNDES poderiam ter sido usados para orientar, para expandir, para criar o mercado de eficiência energética no Brasil. A crise cria essa oportunidade. Não foi usada adequadamente a política pública para isso, nem para iluminação pública. Como disse há pouco, há um potencial de 500 megawatts, 1% do consumo total, só trocando 10 milhões de lâmpadas ineficientes por outras eficientes.

De maneira que essa é a questão. Evidentemente as estatais, como disse o Deputado Virgílio,

também tem um papel importante. Elas podem e devem ser usadas como um instrumento de ampliação da oferta; elas podem ser o poder regulador do mercado, tendo a sua oferta de energia como instrumento de equilíbrio, ou de indução a parcerias para oferta de energia, para viabilizar essas fontes, ou, então, para possibilitar que elas próprias façam a expansão. É óbvio. E, atuando como atuam no mercado, há um instrumento regulador para garantir energia a preço de acordo com políticas públicas que venham a ser definidas.

Quanto às posições do Deputado Clementino Coelho, gostaria de dizer que evidentemente a situação do alumínio é insustentável, 55% do alumínio é produzido no Pará e no Maranhão por três empresas; os outros 45% são na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; ainda hoje 4,5% do consumo, da energia brasileira vai para a produção de alumínio, a preço subsidiados há mais de 20 anos, abaixo do custo.

Mesmo no Norte, quando Tucuruí parar de verter, será preciso poupar essa água para fazer energia para outras prioridades, são 10% da eletricidade. Não é só alumínio. É cloreto de sódio, é ferro liga, é a própria indústria siderúrgica. Há que se negociar aí a redução no consumo; indenizar, e a boa base para isso não é o MAE, que é imoral. É o que elas declaram como seus lucros à Receita Federal; é um bom paradigma para negociar a redução de perda dessas empresas. O Governo deveria usar o mesmo rigor e vigor que usou com o órgão público em geral, em relação às concessionárias de eletricidade, das quais não se exigiu cumprimento da obrigação primeira de um concessionário monopolista, que é atender o mercado, que é garantir a entrega de energia ao pequeno consumidor. Se não pode fazê-lo, que o indenize, pode até cada concessionário indenizar o mercado para comprar do consumidor o não consumo. Depois vê como é que se faz para repassar esse custo na cadeia de responsabilidade. O que não podia fazer é o que foi feito: tratar com luva de pelica os grandes consumidores, e as concessionárias e o consumidor, simplesmente, na "porrada", inclusive com violência...

O SR. PAULO SOUTO – Acho que essa é uma questão básica para se resolver, mas só para ter a idéia da complexidade de certas coisas. Imagine certos Estados que têm, por exemplo, o ICMS, basicamente, como a fonte principal. Então, é preciso pensar sobre isso, porque alguns Estados...

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – O ICMS incide sobre a energia, ou sobre o alumínio?

O SR. PAULO SOUTO – Sobre a energia, o ICMS é alto.

Se tiver que ser adotada uma solução dessas, temos que ver a finança de alguns Estados, que têm uma alta sensibilidade a isso, porque se não de re-

pen te você dá ne les uma pan ca da que se tor na in viável. Então, é um assunto que também tem que ser focalizado para vê como isso é complexo.

O SR. ILDO SAUER – Senador Paulo Souto, se o ICMS que in ci de so bre a en er gia não for apli ca do no caso do alumínio, quan do ele for trans fe ri do para uma região o Gover no po de ria ar bi trar uma com pen sação.

O SR. PAULO SOUTO – Quer dizer que a en er gia elé tri ca, di fe ren te men te dos ou tros bens, só é paga por quem consome, e não por quem produz.

O SR. ILDO SAUER – É importante dizer que 80% do alumínio produzido no Brasil é exportado, grande parte dele sob for ma de lingotes, gerando di ví sas da or dem de US\$1,4 bi lhão por ano. Só que, para fazer a mesma en er gia que esse alumínio consome para ser exportado, com gás da Bolívia, nas condições atuais, você gastaria, por ano, entre amortizar equipamento e importar gás, US\$1,2 bilhão. Até nas contas macro eco nô mi ca essa op ção não se justifica, nem para fazer divisa.

Há outras opções que precisam ser buscadas. Evidentemente, o problema dos usos múltiplos das águas é a grande questão e tem que ser regionalizado. Evidentemente, o tratamento na Amazônia, no Sul, no Sudeste, em São Paulo, é diferente em relação ao que fazer. O importante é que o novo modelo privilegia o uso da água para energia. Apesar de ter uma po lí ti ca pú bli ca or ien ta da para o con trole co le ti vo sobre as águas, na prática, sobrepõe-se o interesse econômico em relação a isso, e não tem jeito.

As questões do Senador Eduardo Suplicy são muito importantes. Em uma sociedade como a brasileira há um papel conceitual para as relações de mercado. O mercado tem o que contribuir, evidentemente, não há dúvida. A questão é acreditar que ele pode e deve resolver tudo, como foi a ingenuidade ultraliberal que prevaleceu até recentemente.

Quanto às ponderações do Deputado José Carlos Aleluia, já respondi que, de fato, as tarifas que apre sen tei são de 1995 para cá. O rom bo a que S. Ex^a se referiu, que, de fato, aconteceu em decorrência das tarifas abaixo do custo ao longo da década de 80 até o começo dos 90, foi de R\$ 28 bilhões, porque a tarifa era muito abaixo do custo na que le tem po. O que apresentei foi de 1995 para cá, do começo do processo de reforma.

Quanto à comparação com a adolescente grá vi da, concordo que tentaram esconder a barriga. Só que não foi de uma adolescente normal. Parece que foi de uma adolescente ele foa, porque esse negócio já vem há quase 20 me ses. Então, é uma gra vi dez de longo prazo que está co lo ca da aí. Acri se se pro nun ciava, o quadro es ta va cla ro. No se mi nário que fizemos

nesta mesma Câmara dos Deputados, no dia 14 de junho do ano passado, apontamos es sa sa í das. Muitas das coisas que apontamos aqui foram cla ra men te di tas então: a geração de emergência, que propus aqui, mobilização dos geradores de emergência, co-geração, conservação, tudo isso. O Fernando Ferro lá es ta va, como também o Fleury, o Sa la ti el de Car valho, que presidia as reuniões.

Todo esse diagnóstico que fazemos aqui fizemos lá, estão nos Anais. Infelizmente, o Governo dizia que éramos catastrofistas e que as chuvas viriam no montante que eles imaginavam. Infelizmente, a natureza se comportou como costuma se comportar.

Para não estender demais minhas observações, acho que o Congresso deveria intervir, em curto prazo, para não permitir o assalto legalizado, usando preços artificiais, criados no MAE, por um programa de computador que tem muitas deficiências, que, arbitrariamente, diz que o custo de energia não entregue é de R\$ 684,00 o megawatt/hora – daqui a pouco vão mudá-lo para mil reais, talvez – e usando isso como paradigma para assaltar o bolso dos consumidores, das empresas produtivas, beneficiando aqueles que já eram be ne fi ci a dos, no caso os gran des produtores de alumínio, que podem renunciar.

Há, inclusive, mecanismos de mercado mais inteligentes para reduzir o consumo, até organizando melhora produção, por decisão das empresas e dos consumidores. Só que isso não foi feito até agora.

O corte é absolutamente intolerável, porque é um primitivismo jurídico dizer que alguém vai entrar na casa e impor um casti go fí si co, por que hoje não ter aces so à en er gia elé tri ca é o mes mo que um casti go fí si co, com con seqüên cias contra a saúde e contra a segurança dos cidadãos.

De for ma que, a mé dio e lon go pra zos, acho que devemos produzir aqui um novo modelo que leve em conta a diversidade de nossos recursos, a necessidade de o País cres cer. Esta mos em 82º lu gar no con su mo per ca pi ta, por re si dên cia, por mês, no Brasil, com apenas 170 quilowatt/hora. Precisamos consumir mais e melhor. Isso tudo está numa nova agen da, que pre ci sa de um novo mo de lo, que leve em con ta es sas questões todas.

Para encerrar, são essas as minhas ponderações, até porque em outras oportunidades podemos aprofundar essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Professor Ildo.

Nada mais ha ven do a tra tar, agra de ço a pre sen çade todos, especialmente dos nossos ex po si to res.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h04min.)

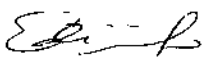
**ATO DO PRESIDENTE
Nº 212, DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE :

designar o servidor **CLAUDIONOR MOURA NUNES**, para exercer a função comissionada, de Diretor da Subsecretaria de Apoio Técnico, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir desta data.

Senado Federal, 6 de agosto de 2001.



EDISON LOBÃO
Presidente em exercício

**ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO
Nº 10, de 2001**

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o disposto no Ato n.º 15 de 1997 da Comissão Diretora, **RESOLVE:**

Art. 1º Ficam designados para integrar as Comissões Permanentes de Licitação do Senado Federal, a que se referem os incisos I a III do art. 11 do Ato da Comissão Diretora n.º 15, de 1997, os servidores relacionados nos Anexos I a III deste Ato.

Art. 2º Os membros efetivos, sem prejuízo da função comissionada da qual sejam titulares nos respectivos órgãos de origem, ficam sujeitos ao regime de dedicação exclusiva à Comissão de Licitação, com atividades complementares nos Serviços da Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços.

Parágrafo Único – Aos suplentes, quando convocados, aplica-se o disposto no caput deste artigo.

Art. 3º As Comissões de Licitação de que trata este Ato serão presididas pelo primeiro membro indicado na respectiva lista, o qual será substituído, nos eventuais impedimentos, pelo segundo da mesma lista.

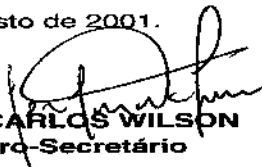
Art. 4º O mandato e a suplência decorrentes destas designações vigorarão por 1 (um) ano, contado da data de entrada em vigor deste Ato.

Art. 5º As Comissões de Licitação previstas neste Ato poderão realizar licitações referentes a outros objetos, nos termos do § 5º do art. 11 do Ato da Comissão Diretora n.º 15, de 1997, com a redação do Ato n.º 17, de 1997, do mesmo Colegiado.

Art. 6º As Comissões de Licitação apresentarão ao Diretor-Geral e ao Primeiro-Secretário cronograma das atividades a serem desenvolvidas, semanalmente.

Art. 7º Este Ato entra em vigor a partir de 26 de agosto de 2001, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 02 de agosto de 2001.



Senador CARLOS WILSON
Primeiro-Secretário

**ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO
Nº 10, de 2001****ANEXO I**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS.

I - membros efetivos:

SERVIDOR	MATRÍCULA
a) HERMANY LIMA SAMUEL DE ALMEIDA	3589
b) MARCIA MARIA PAULISTA ROQUETE	3386
c) RODRIGO CAGIANO BARBOSA	4678
d) GUTEMBERGUE DOS SANTOS SOBREIRA MACHADO	2590
e) OLIER GARCIA DE ALMEIDA	1841
f) CARLOS EDUARDO BATISTA DE OLIVEIRA	1807
g) MARIA DAS GRAÇAS COSTA COELHO	1700

II - suplentes

a) WALDO TOMÉ DE SOUZA	30311
b) JOSÉ CARLOS AURELIANO	2487

ANEXO II

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.

I - membros efetivos:

SERVIDOR	MATRÍCULA
a) CELSO ANTONIO MARTINS MENEZES	3054
b) LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA	3245
c) JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO	5333
d) FRANCISCO DAS CHAGAS BEZERRA	4771
e) CARLOS EDUARDO RODRIGUES CRUZ	5093
f) ARMANDO LEITE BARBOSA PAMPLONA	3579

II - suplentes

a) PEDRO AUGUSTO CAVALCANTI D'ALBUQUERQUE	1678

ANEXO III

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES.

I - membros efetivos:

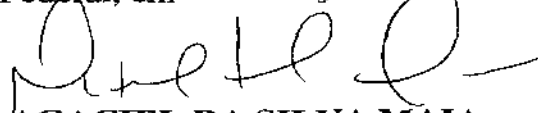
SERVIDOR	MATRÍCULA
a) ALOYSIO NOVAIS TEIXEIRA	3727 -
b) JOSÉ TADEU DE AMORIM	4753
c) MARTA DE PEREIRA BARBOSA	3755
d) OLIVAN DUARTE DE ALMEIDA	5330
e) SINVAL BARBOSA SOBRINHO	2418
f) CARLOS EDUARDO CAMPOS ABREGO	2093
g) LILIAN JULIETH MANZUR FREIRE	3858 -

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1444, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10745/01-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA CLÁUDIA QUEIROZ FREITAS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira-Secretaria.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



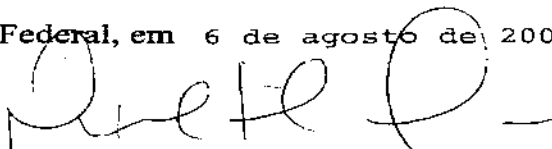
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1445, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10718/01-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DALTI CALVET SOUSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Sarney.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



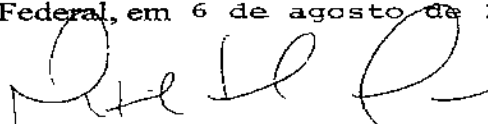
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1446, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10746/01-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALEXANDRE CAMPOS MARINHO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Carlos Wilson.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



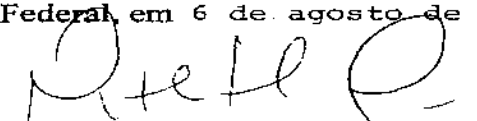
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1447, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10748/01-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANÍZIO AZIS ALVES NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Carlos Wilson.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



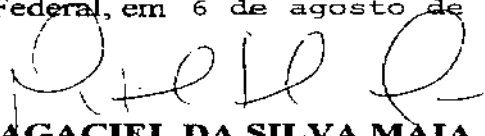
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1448, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10717/01-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JULIETA PEDROSA BARROSO ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Sarney.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



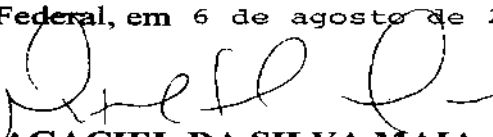
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1449, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10730/01-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WALBER CARLOS GUEDES PINHEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wellington Roberto.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



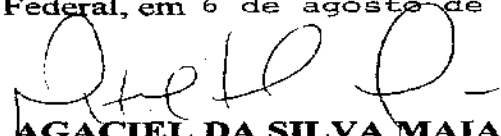
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1450, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10727/01-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EVANDRO JOSÉ DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valmir Amaral .

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



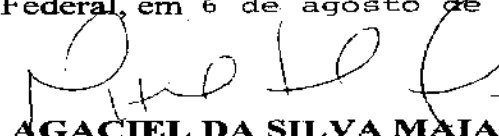
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1451, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10716/01-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GUIDO FARIA DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Sarney.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



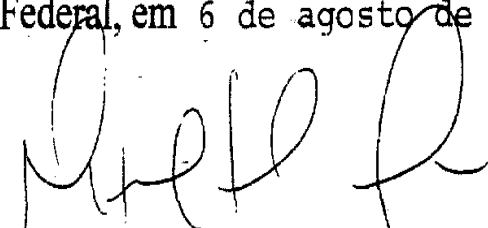
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1452. DE 2001-08-07

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10747/01-0.

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALEXANDRE JORGE DE PAULA BENNING** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Carlos Wilson.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



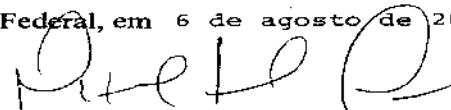
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1453, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10728/01-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARLOS GOMES VILELA FILHO**, matrícula n.º 30944, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Geraldo Cândido, a partir de 02 de agosto de 2001.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1454, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos ns. 10713/01-4 e 10714/01-4,

R E S O L V E exonerar **PEDRO PEREIRA DA SILVA COSTA**, matrícula n.º 31374, do cargo de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador José Sarney e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



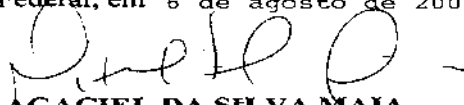
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1455, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos ns. 10824/01-4 e 10825/01-0,

R E S O L V E exonerar **CECÍLIA SANTOS ARAUJO MALACHIAS**, matrícula n.º 30682, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Jonas Pinheiro e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.

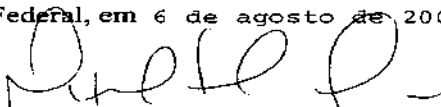

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1456, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10812/01-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ EVALDO DE MOURA PÁDUA FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Waldeck Ornélas.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.

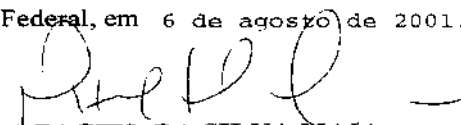

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1457, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10829/01-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ OSMAR CLAUDINO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Leomar Quintanilha.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



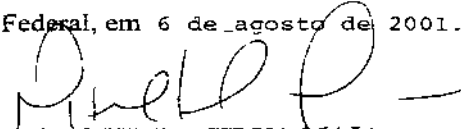
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1458, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10832/01-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HENRIQUE SAMPAIO DE ARRUDA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



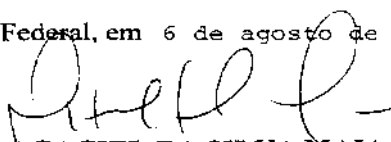
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1459, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010372/01-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTÔNIO VIEIRA NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lauro Campos.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



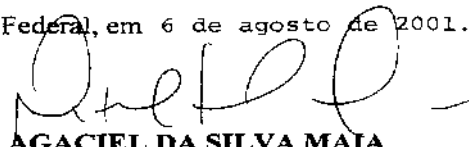
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1460, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009 443/01-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **OLI OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilberto Mestrinho.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



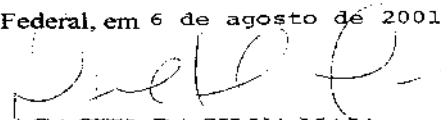
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1461, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10832/01-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SEVERINO BARBOZA LEÃO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Renan Calheiros.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



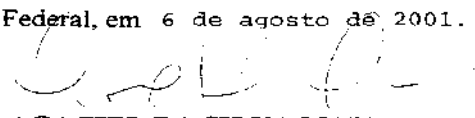
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1462, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10831/01-0,

R E S O L V E exonerar **GLAUBE FIREMAN TENÓRIO**, matrícula n.º 31812, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PMDB e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



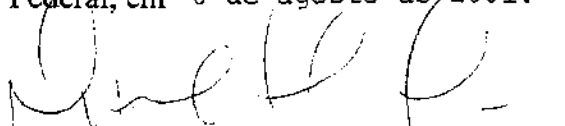
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1463, DE 2001-08-07**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010850/01-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SANDALA MARIA DO SOCORRO GOMES DE BARROS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Gabinete do Senador José Sarney.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral